

MINISTÉRIO DAS CIDADES

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU



RELATÓRIO DE GESTÃO
Exercício de 2016

Rio de Janeiro, 31 dez 2016

Ministério das Cidades
Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU

RELATÓRIO DE GESTÃO
Exercício de 2016

RELATÓRIO DE GESTÃO do exercício de 2016, apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada, nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com a Instrução Normativa-TCU nº 63 de 01 de setembro de 2010 (alterada pela Instrução Normativa-TCU nº 72 de 15 de maio de 2013), Decisão Normativa-TCU nº 154 de 19 de outubro de 2016, Portaria-TCU nº 59 de 17 de janeiro de 2017 e Sistema e-Contas, do Tribunal de Contas da União.

Diretoria de Planejamento, Expansão e Marketing
Rio de Janeiro, dez 2016

**MINISTÉRIO DAS CIDADES
COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS**

Presidente da República
MICHEL TEMER

Ministro das Cidades
BRUNO ARAÚJO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente
JOAQUIM FRANCISCO DE FREITAS CAVALCANTI

Conselheiros
JOSÉ MARQUES DE LIMA
MARCO AURÉLIO DE QUEIROZ CAMPOS
ADRIANO DE AQUINO OLIVEIRA E SILVA
PEDRO AUGUSTO CUNTO DE ALMEIDA MACHADO

CONSELHO FISCAL

Presidente
ELIAS JACÓ DOS SANTOS

Conselheiros Efetivos
MARCIO OLIVEIRA CAVALCANTI
ALFONSO ORLANDI NETTO

Suplentes
FÁBIO JOSÉ PEREIRA
VIVIANA SIMON
LUÍS OLIVEIRA RAMOS

DIRETORIA

Diretor-Presidente
JOSÉ MARQUES DE LIMA

Diretor Técnico
SERGIO SAMPAIO SESSIM

Diretor de Administração e Finanças
ANTONIO GERALDO BOSSHARD

Diretor de Planejamento, Expansão e Marketing
JOSÉ MARQUES DE LIMA
(interino - resolução RPR-242/2016)

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS

ANTP – Associação Nacional de Transportes Públicos
ANPTrilhos – Associação Nacional dos Transportadores de Passageiros sobre Trilhos
ART – Anotação de Responsabilidade Técnica
ATC – Automatic Train Control
AUDIT – Auditoria Interna
CAD - Certificado de Aceitação Definitiva
CAP – Certificado de Aceitação Provisória
CBTU – Companhia Brasileira de Trens Urbanos
CECIM – Coordenação Técnica – Contr. Financiamentos
CEPRO – Coordenação Técnica – Programação e Controle Orçamentário
CGORF – Coordenação Geral de Orçamento e Finanças – Ministério das Cidades
CGPLAN – Coordenação Geral de Planejamento – Ministério das Cidades
CGU – Controladoria Geral da União
CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas
COAFI – Coordenação Operacional – Administração e Finanças
COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
COIOM – Coordenação Operacional – Informática e O&M
COLIC – Coordenação Operacional – Licitação e Compras
CONAD – Conselho de Administração
CONFI – Conselho Fiscal
COOPETEC - Fundação Coordenação de Projetos Pesquisas e Estudos Tecnológicos
CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
CPTM – Companhia Paulista de Trens Metropolitanos
CTS – Companhia de Transporte de Salvador
DA – Diretoria de Administração e Finanças da CBTU
DEC – Departamento de Engenharia e Construções do Ministério da Defesa
DER – Departamento de Estradas de Rodagem
DEST – Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais
DN – Decisão Normativa
DNIT - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
DOU – Diário Oficial da União
DP – Diretoria de Planejamento, Expansão e Marketing da CBTU
DT – Diretoria Técnica da CBTU
EIA/RIMA – Estudo de Impacto Ambiental/ Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente
EPI – Equipamento de Proteção Individual
FGV – Fundação Getúlio Vargas
GACIN – Gerência Geral – Comunicação Institucional
GAFIN – Gerência Geral – Gestão Financeira
GAGOV – Gerência Geral – Governança e Controladoria
GAJUR – Gerência Geral – Gestão Jurídica
GALIC – Gerência Geral – Licitações
GAPLO – Gerência Geral de Planejamento e Orçamento
GAREH – Gerência Geral – Gestão de Recursos Humanos
GASER – Gerência Geral – Administração e Serviços
GATEM – Gerência Geral de Tecnologia da Informação, Expansão e Marketing
GEAPO – Gerência Técnica – Apoio Administrativo
GEARH – Gerência Técnica – Administração de Recursos Humanos
GECOR - Gerência Técnica Controle e Referência de Custos de Engenharia
GEDES – Gerência Técnica – Desenvolvimento de Recursos Humanos

GETIN – Gerência Técnica – Tecnologia da Informação
GEMPO - Gerência Técnica Marketing e Potencialidades Comerciais
GEORC – Gerência Técnica – Orçamento e Gestão
GEPAF – Gerência Técnica – Pensão por Acidente Ferroviário
GEPLÉ – Gerência Técnica – Planejamento Empresarial
GESTE – Gerência Técnica – Gestão Estratégica
GIPEN – Gerência Regional – Planejamento e Engenharia
GIPLA – Gerência Regional - Planejamento
GOJUR – Gerência Operacional - Jurídico
IN – Instrução Normativa
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LOA – Lei Orçamentária Anual
LTCAT - Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho
MCID – Ministério das Cidades
MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
METROFOR – Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos
MP – Ministério Público
MPDG – Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
OCI – Órgão de Controle Interno
OS – Ordem de Serviço
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PAD – Processo Administrativo Disciplinar
PAM – Posto de Abastecimento e Manutenção
PASEP – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional
PEC – Plano de Emprego Comissionado
PES – Plano de Emprego e Salários
PLOA – Projeto de Lei Orçamentária Anual
PN – Passagem de Nível
PO – Plano Orçamentário
PPA – Plano Plurianual
PPRA - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais
PROPJUR – Processo de Pagamento de Despesas Jurídicas
RAP – Restos a Pagar
RDA – Resolução de Diretoria de Administração
RDP – Resolução de Diretoria de Planejamento, Expansão e Marketing
RDT – Resolução de Diretoria Técnica
RPR – Resolução de Diretor Presidente
REFER - Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social
REO – Relatório de Execução Orçamentária
RFFSA – Rede Ferroviária Federal S.A.
RH – Recursos Humanos
SECEX – Secretaria de Controle Externo – Tribunal de Contas da União
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE - Sistema Integrado de Administração de Pessoal
SIG – Sistema de Informações Gerenciais
SIGESP – Sistema Integrado de Gestão de Pessoal
SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIOP – Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
SIORG – Sistema de Informações Organizacionais

SISPAC – Sistema de Monitoramento do Programa de Aceleração do Crescimento
SOF – Secretaria de Orçamento Federal – Ministério do Planejamento
SPOA – Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – Ministério das Cidades
SPU – Secretaria de Patrimônio da União
STU – Superintendência de Trens Urbanos
T&D – Treinamento e Desenvolvimento
TCE – Tomada de Contas Especial
TCU – Tribunal de Contas da União
TI – Tecnologia da Informação
TUE – Trem Unidade Elétrico
UA – Unidade Administrativa
UG – Unidade Gestora
UJ – Unidade Jurisdicionada
VLT – Veículo Leve sobre Trilhos

LISTA DE QUADROS

Quadro A.1.2.1 – Identificação da UJ	16
Quadro A.1.5.1 – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas.....	32
Quadro A.1.6.1 – Macroprocessos Finalísticos.....	36
Quadro A.1.7.1 – Composição Acionária do Capital Social.....	46
Quadro A.2.3.1.1 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS.....	54
Quadro A.2.3.1.2 – Ações não Previstas LOA 2014 - Restos a Pagar – OFSS	72
Quadro A.2.3.4.1 – Despesas totais por modalidade de contratação	117
Quadro A.2.3.4.2 – Despesas por grupo e elemento de despesa.....	118
Quadro A.2.5.1.A – Metas Operacionais propostas e realizadas no exercício de 2016.....	122
Quadro A.2.5.1.B – Indicadores operacionais - série histórica e exercício de 2016.....	128
Quadro A.3.7.2 – Síntese da Remuneração dos Administradores	152
Quadro A.3.10.3.1 - Quantitativo de Processos Cíveis e Trabalhistas.....	155
Quadro A.3.10.3.2 - Valores empenhados por tipo de ação (R\$)	156
Quadro A.3.10.3.3 – Quantitativo de Ações Judiciais por tipo e região.....	156
Quadro A.3.10.3.4 – Valores pagos no exercício por tipo e por unidade administrativa	157
Quadro A.3.10.3.5 - Valores penhorados/bloqueados no exercício x valores recuperados	158
Quadro A.4.1.1.A – Força de Trabalho da UPC	160
Quadro A.4.1.1.B – Distribuição da Lotação Efetiva	160
Quadro A.4.1.1.C – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da Unidade	161
Quadro A.4.1.1.D – Detalhamento da Escolaridade	161
Quadro A.4.1.1.D.1 – Detalhamento da Escolaridade por Cargos em Comissão e Funções Gratificadas	162
Quadro A.4.1.1.E – Detalhamento do Efetivo por Faixa Etária.....	162
Quadro A.4.1.1.F – Indicadores Gerenciais de Recursos Humanos	162
Quadro A.4.1.2 – Despesas do pessoal	164
Quadro A.4.1.4.1.A – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade – Administração Central.....	166
Quadro A.4.1.4.1.B - Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade – STU-BH.....	167
Quadro A.4.1.4.1.C - Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade – STU-REC.....	168
Quadro A.4.1.4.1.D - Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade – NAT.....	170
Quadro A.4.1.4.1.E - Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade – JOP.....	171
Quadro A.4.1.4.1.F - Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade – STU-MAC	172
Quadro A.4.1.4.2.1 – Composição do Quadro de Estagiários	173
Quadro A.4.1.4.4.1 – Composição do Quadro de Aprendizizes	176
Quadro A.4.1.5.2 - Contribuições para a REFER referentes ao ano de 2016	178
Quadro A.4.2.1.5.A – Superintendência de Trens Urbanos de BH.....	223
Quadro A.4.2.1.5.B – Superintendência de Trens Urbanos de REC.....	224
Quadro A.4.2.1.5.C – Superintendência de Trens Urbanos de NAT	225
Quadro A.4.2.1.5.D – Superintendência de Trens Urbanos de JOP	227
Quadro A.4.2.1.5.E – Superintendência de Trens Urbanos de MAC	229
Quadro A.4.3.1.A - Principais Sistemas de Informação da Administração Central em 2016	232
Quadro A.4.3.1.B - Principais Sistemas de Informação da STU/BH em 2016.....	235
Quadro A.4.3.1.C - Principais Sistemas de Informação da STU/REC em 2016	235

Quadro A.4.3.1.D - Principais Sistemas de Informação da STU/NAT em 2016.....	244
Quadro A.4.3.1.E - Principais Sistemas de Informação da STU/JOP em 2016.....	245
Quadro A.4.3.1.F - Principais Sistemas de Informação da STU/MAC em 2016.....	245
Quadro A.5.1 – Pedidos de Informações x Recursos apresentados	269
Quadro A.6.5.1.A – Subsídio - Administração Central	307
Quadro A.6.5.1.B – Subsídio - Belo Horizonte	308
Quadro A.6.5.1.C – Subsídio - Recife.....	309
Quadro A.6.5.1.D – Subsídio - Natal	310
Quadro A.6.5.1.E – Subsídio - João Pessoa	311
Quadro A.6.5.1.F – Subsídio - Maceió	312
Quadro A.6.5.1.G – Subsídio - Consolidado.....	313
Quadro A.8.1.A – Evolução dos acidentes ferroviários nos últimos 5 anos	332
Quadro A.8.2.B – Concessão Judicial de Pensões e Custos nos Últimos 5 Anos.....	333
Quadro A.8.2.2 - Movimentação de Processos com posição 31 de Dezembro de 2016.....	338
Quadro A.8.2.3.A - Vitórias e Perdas da ADMINISTRAÇÃO CENTRAL.....	339
Quadro A.8.2.3.B - Vitórias e Perdas da ADMISTRAÇÃO CENTRAL(SÃO PAULO)	341
Quadro A.8.2.3.C - Vitórias e Perdas da STU BELO HORIZONTE	342
Quadro A.8.2.3.D - Vitórias e Perdas da STU RECIFE	343
Quadro A.8.2.3.E - Vitórias e Perdas da STU JOÃO PESSOA	344
Quadro A.8.2.3.F - Vitórias e Perdas da STU MACEIÓ	345
Quadro A.8.2.3.G – Vitórias e Perdas da STU MACEIÓ (BAHIA)	346
Quadro A.8.2.3.H- Vitórias e Perdas da STU NATAL.....	347
Quadro A.8.2.3.I - Vitórias e Perdas da STU NATAL (CEARÁ).....	348
Quadro A.8.6.1.A – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência.....	351
Quadro A.8.6.1.B – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios	352
Quadro A.8.6.1.C – Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2016 e exercícios seguintes	353
Quadro A.8.6.1.D – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ	353
Quadro A.8.6.1.E - Visão Geral da análise das prestações de contas	354

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	12
1. VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS.....	14
1.1 - FINALIDADE E COMPETÊNCIAS	15
1.2 - NORMAS E REGULAMENTO DE CRIAÇÃO, ALTERAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE.....	16
1.3 - BREVE HISTÓRICO DA ENTIDADE	17
1.4 - AMBIENTE DE ATUAÇÃO	18
1.5 - ORGANOGRAMA	27
1.6 - MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS	35
1.7 - COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL.....	46
1.8 - PARTICIPAÇÃO EM OUTRAS SOCIEDADES	46
1.9 - PRINCIPAIS EVENTOS SOCIETÁRIOS OCORRIDOS NO EXERCÍCIO	47
2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS.....	48
2.1 – PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL	49
2.1.1 – <i>Descrição sintética dos objetivos do exercício</i>	49
2.1.2 – <i>Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos</i>	50
2.2 – FORMAS E INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO E RESULTADOS DOS PLANOS	51
2.3 – DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO	52
2.3.1 – <i>Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de</i> <i>responsabilidade da unidade</i>	53
2.3.2 – <i>Fatores Intervenientes no Desempenho Orçamentário</i>	106
2.3.3 – <i>Informações sobre a Realização das Receitas</i>	111
2.3.4 – <i>Informações sobre a Execução das Despesas</i>	117
2.4 – DESEMPENHO OPERACIONAL.....	121
2.5 – APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE INDICADORES DE DESEMPENHO.....	122
2.5.1 – <i>Informações e Indicadores sobre o Desempenho Operacional</i>	122
3. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	131
3.1 - DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA	132
3.1.1 – <i>Atendimento à Lei das Estatais</i>	137
3.2 - INFORMAÇÕES SOBRE DIRIGENTES E COLEGIADOS.....	138
3.3 - POLÍTICA DE DESIGNAÇÃO DE REPRESENTANTES NAS ASSEMBLEIAS E NOS COLEGIADOS DE CONTROLADAS, COLIGADAS E SOCIEDADES DE PROPÓSITO ESPECÍFICO	139
3.4 - ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA.....	139
3.5 - ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS	147
3.6 - GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	148
3.7 - POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E MEMBROS DE COLEGIADOS	149
3.7.1 - <i>Demonstrativo da Remuneração Mensal de Membros de Conselhos</i>	151
3.7.2 - <i>Demonstrativo Sintético da Remuneração de Membros de Diretoria e de Conselhos</i>	152
3.7.3 - <i>Demonstrativo da Remuneração Variável dos Administradores</i>	153
3.8 - INFORMAÇÕES SOBRE A EMPRESA DE AUDITORIA INDEPENDENTE CONTRATADA	154
3.8.1 – <i>Sistemática de contratação</i>	154
3.8.2 – <i>Dados da Empresa Contratada</i>	154
3.8.3 – <i>Remuneração pelo Contrato</i>	154
3.8.4 – <i>Serviços Contratados</i>	154
3.9 - PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA DE MEMBROS DE COLEGIADOS DA ENTIDADE.....	154
3.10 - ESTRUTURA DE GESTÃO E CONTROLE DE DEMANDAS JUDICIAIS	155

3.10.1 – Medidas Internas Adotadas.....	155
3.10.2 – Avaliação dos Riscos de Prescrição e Ações Mitigadoras	155
3.10.3 - Demonstrativo de Ações Judiciais e Penhoras/Valores Bloqueados	155
4. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	159
4.1 – GESTÃO DE PESSOAS	160
4.1.1 – Estrutura de Pessoal da Unidade.....	160
4.1.2 – Demonstrativo das Despesas com Pessoal	164
4.1.3 – Gestão de Riscos relacionados ao pessoal	165
4.1.4 – Contratação de pessoal de apoio e estagiários	166
4.1.5 – Entidade Fechada de Previdência Complementar.....	177
4.2 – GESTÃO DO PATRIMÔNIO E INFRAESTRUTURA.....	207
4.2.1 – Gestão do Patrimônio Imobiliário da União	207
4.2.2 - Informações sobre Imóveis Locados de Terceiros.....	231
4.3 - GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	232
4.3.1 - Principais Sistemas de Informações	232
4.3.2 - Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e o Plano Diretor de Tecnologia da Informação	246
4.3.3 – Ações Relacionadas à Recuperação e Modernização dos Sistemas	264
4.4 – GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE	265
4.4.1 – Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras.....	265
5. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....	268
5.1 - CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO	269
5.2 - CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO	282
5.3 - AFERIÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS-USUÁRIOS	282
5.4 - MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE.....	283
5.5 - MEDIDAS PARA GARANTIR A ACESSIBILIDADE AOS PRODUTOS, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES	284
6. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	285
6.1 – DESEMPENHO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO	286
6.2 – TRATAMENTO CONTÁBIL DA DEPRECIACÃO, DA AMORTIZAÇÃO E DA EXAUSTÃO DE ITENS DO PATRIMONIO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	287
6.3 – SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DE CUSTOS NO ÂMBITO DA UNIDADE	287
6.4 – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 6.404/76 E NOTAS EXPLICATIVAS	288
6.5 – DEMONSTRATIVO ESPECÍFICO SOBRE SUBSÍDIOS E RESULTADO OPERACIONAL	306
6.5.1 - Demonstrativo do Subsídio por Sistema	306
6.5.2 - Demonstrativo do Resultado Operacional por Sistema e agregado (Receita Total – Custo Total).....	313
7. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE.....	314
7.1 - TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES DO TCU	315
7.1.1 - Deliberações do TCU que Permanecem Pendentes de Cumprimento.....	315
7.2 - TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO	326
7.3 – MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANOS AO ERÁRIO.....	327
7.4 – DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS DE OBRIGAÇÕES COM O DISPOSTO NO ART. 5º DA LEI 8666/93.....	328
7.5 – INFORMAÇÕES SOBRE A REVISÃO DOS CONTRATOS VIGENTES FIRMADOS COM EMPRESAS BENEFICIADAS PELA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO	328

8. ANEXOS E APÊNDICES	330
8.1 - ATENDIMENTO AO ACÓRDÃO 1271-2004.....	331
8.1.1 – <i>Informações sobre os serviços prestados para sua representação judicial e valores pagos</i>	331
8.1.1 – <i>Evolução da quantidade de ações judiciais abertas e acompanhadas</i>	331
8.1.2 – <i>Avaliação da satisfação em relação ao desempenho do contratado, de modo a justificar a manutenção da terceirização</i>	331
8.2 - ATENDIMENTO AO ACÓRDÃO 1309/2010 – PRIMEIRA CÂMARA.....	332
8.3 - ATENDIMENTO AO ACÓRDÃO 1872-2015.....	338
8.4 - ATENDIMENTO AO ACÓRDÃO 2804-2015.....	338
8.5 - ATENDIMENTO AO ACÓRDÃO 7572-2016.....	349
8.6 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS	351
8.6.1 – <i>Caracterização dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício de Referência</i>	351
8.6.2 – <i>Análise crítica</i>	354
8.7 – POLÍTICA DE CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO DE PESSOAL.....	362
8.7.1 - <i>Indicadores de T&D</i>	364
8.7.2 – <i>Investimento de Custeio e Convênio com SENAI</i>	364
8.7.3 – <i>Pagamento de Hora Aula</i>	365
9. OUTROS ITENS DE INFORMAÇÃO	368
9.1 – ROL DE RESPONSÁVEIS	369
9.2– PARECER OU RELATÓRIO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA.....	373
9.3 – PARECER DE COLEGIADO	389
9.4 – RELATÓRIO DE INSTÂNCIA OU ÁREA DE CORREIÇÃO.....	391
9.5 – RELATÓRIO DE AUDITOR INDEPENDENTE	395
9.6 – DECLARAÇÕES DE INTEGRIDADE	399
9.6.1 – <i>Declaração de Integridade e Completude dos Registros no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões</i>	399
9.6.2 – <i>Declaração de Cumprimento das Disposições da Lei 8.730/1993 quanto à Entrega das Declarações de Bens e Rendas</i>	400

APRESENTAÇÃO

Este relatório tem por objetivo atender ao processo de prestação de contas relativo ao exercício de 2016, de acordo com a Instrução Normativa nº 63 de 01 de setembro de 2010 (alterada pela Instrução Normativa nº 72 de 15 de maio de 2013), Decisão Normativa nº 154 de 19 de outubro de 2016, Decisão Normativa nº 156 de 30 de novembro de 2016 e Portaria nº 59 de 17 de janeiro de 2017, atendendo rigidamente à formatação definida e às orientações emanadas pelo Tribunal de Contas da União no Sistema e-Contas.

A estrutura do Relatório de Gestão 2016 busca a apresentação do desempenho desta administração, demonstrando, de forma objetiva, os resultados sociais, econômicos e operacionais atingidos, as dificuldades gerenciais enfrentadas no decorrer do exercício, as soluções implementadas e atos de gestão adotados pela CBTU para a execução das ações sob sua responsabilidade.

Foi mantida uma total vinculação à itemização definida pelos Normativos e no sistema e-Contas, bem como às orientações disponibilizadas on-line, facilitando o acesso a seu conteúdo.

Como informações complementares, não previstas nos normativos vigentes, consta, ainda, o atendimento aos seguintes Acórdãos:

- 1271/2004 – evolução da quantidade de ações judiciais abertas e acompanhadas e os valores pagos pelos serviços de representação judicial, bem como avaliação da satisfação em relação ao desempenho do contratado, de modo a justificar a manutenção da terceirização (item 8.1 deste relatório)
- 1309/2010 – número de acidentes ferroviários por milhão de passageiros transportados; evolução dos acidentes ferroviários, das concessões judiciais de pensões por acidente ferroviário nos últimos cinco anos e dos custos dessas pensões nos últimos cinco anos (item 8.2 deste relatório)
- 2804/2015 – Resultado dos trabalhos realizados pela empresa de consultoria contratada para a revisão de seu Plano de Emprego e Salário, especialmente em relação à questão da superposição de atribuições entre os advogados da CBTU e os advogados do escritório de advocacia contratado;
 - montante da receita operacional bloqueada por força de decisões judiciais no exercício, versus montante da receita operacional recuperada no exercício;
 - número de ações judiciais novas e de ações judiciais encerradas;
 - montante financeiro das perdas e vitórias judiciais da CBTU, discriminando os valores pagos e os valores economizados;
 - breve relato com a motivação e as razões que levaram ao êxito ou à perda das ações (item 8.3 deste relatório)
- 7572/2015 – Atendimento ao item 1.7 - Determinações /Recomendações/Orientações, subitens 1.7.1 a 1.7.3 (item 8.4 deste relatório)

Também estão apresentadas as informações relativas às Transferências de Recursos (item 8.5) e à Política de Capacitação e Treinamento de Pessoal (item 8.6). Essas informações foram apresentadas em 2016, com relação ao exercício de 2015, mas não constam da itemização determinada pelo TCU para este relatório.

1. VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS

1.1 - Finalidade e Competências

A CBTU é gestora da execução de ações de investimentos do Governo Federal em sistemas de trens urbanos, com o objetivo de modernizá-los e viabilizar sua plena inserção nas malhas de transportes das localidades onde opera. É responsável direta pelas ações em curso nas unidades de Belo Horizonte, Recife, Natal, João Pessoa e Maceió, e atua como co-gestora, mediante acompanhamento da aplicação dos recursos do Governo Federal alocados na implantação do metrô de Fortaleza, de responsabilidade da Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos – METROFOR, todos incluídos no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. A partir de 2010, envidou esforços no sentido de viabilizar recursos para a recuperação e modernização dos sistemas de trens urbanos de Natal, João Pessoa e Maceió. Nesta linha de ação, modernizando sua frota de material rodante, foram adquiridos 8 VLTs para Maceió, além de 15 TUEs e 9 VLTs para Recife, já em operação. Em 2012, foi contratado o fornecimento de nova frota composta por 12 VLTs e 2 locomotivas para Natal, 8 VLTs para João Pessoa e 10 TUEs para Belo Horizonte. Desta nova encomenda, no ano de 2016 foram entregues 3 VLTs, sendo 1 em Natal e 2 em João Pessoa. Fruto da atuação da Direção da CBTU junto ao Governo Federal, as ações de Modernização dos Sistemas de Trens Urbanos de Natal, de João Pessoa e de Maceió foram incluídas no PAC – Grandes Cidades, tendo dotação total aprovada de R\$700,98 milhões, sendo R\$84,7 milhões empenhados e liquidados em 2014, R\$33,6 milhões empenhados e liquidados em 2015. Em 2016, os recursos do PAC aprovados na LOA, somados aos créditos especiais aprovados totalizaram R\$117,8 milhões, para ampararem a contratação das obras em Recife (com recursos oriundos da reabertura de crédito especial aprovado ao final de 2015), Natal, João Pessoa e Maceió. Como destaque, a contratação e início das obras de recuperação do trecho entre a estação Central e o porto de Jaraguá, em Maceió. Foram empenhados R\$ 108.658.132,00 (92%), do orçamento disponibilizando. Para 2017 está prevista a aplicação de recursos de investimento no total de R\$137,8 milhões.

A CBTU, além de operadora de transporte de passageiros sobre trilhos, busca realizar atividades que possibilitem o desenvolvimento das cidades, em articulação com os três níveis de governo, com a iniciativa privada, com organismos internacionais de financiamento e fomento e com a sociedade de maneira geral. Atua para que o setor de transporte de passageiros sobre trilhos alcance a consistência e a sustentabilidade indispensáveis à sua consolidação como modo de transporte seguro, confiável, regular, eficaz, eficiente e não poluente, proporcionando melhor qualidade de vida para população e racionalidade econômica na produção de bens e serviços.

Sem prejuízo de sua obrigação estatutária da prestação de serviços de transporte de passageiros nas cinco regiões metropolitanas, cidades e aglomerados urbanos das localidades onde opera, também tem sido demandada pelo Governo Federal para exercer o acompanhamento e fiscalização da aplicação de recursos federais em obras e projetos de interesse de Estados e Municípios. Por sua experiência e competência já demonstradas, é plenamente capacitada a atender solicitações do Governo Federal e de outras instâncias do Estado brasileiro, relativamente à elaboração de análises referentes a projetos e ao desenvolvimento do setor metro ferroviário no país.

Fonte: GAPLO/DP

1.2 - Normas e Regulamento de Criação, Alteração e Funcionamento da Unidade

Quadro A.1.2.1 – Identificação da UJ

PODER E ÓRGÃO DE VINCULAÇÃO			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério das Cidades			Código SIORG: 42672
IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA			
Denominação Completa: Companhia Brasileira de Trens Urbanos			
Denominação Abreviada: CBTU			
Código SIORG: 00372		Código LOA: 56202	Código SIAFI: 29214
Natureza Jurídica: Sociedade de Economia Mista			CNPJ: 42.357.483/0001-26
Principal Atividade: Transporte Urbano de Passageiros sobre Trilhos			Código CNAE: 4912-4
Telefones/Fax de contato:	(021) 3733-3399	(021) 3733-3122	(021) 3733-3002
Endereço Eletrônico: dir.p@cbtu.gov.br			
Página na Internet: http://www.cbtu.gov.br			
Endereço Postal: Praça Procópio Ferreira, 86, 2º ao 5º andares – Centro, CEP: 20221-901, Rio de Janeiro - RJ			
NORMAS RELACIONADAS À UNIDADE JURISDICIONADA			
NORMAS DE CRIAÇÃO E ALTERAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA			
Decreto nº 89.396, de 22fev1984; Lei nº 8.693, de 03ago1993; Decreto nº 4.566 de 01jan2003			
OUTRAS NORMAS INFRASLEGAIS RELACIONADAS À GESTÃO E ESTRUTURA DA UNIDADE JURISDICIONADA			
Atos Normativos de Recursos Humanos (Acordo Coletivo, Ingresso e Movimentação do Empregado, Benefícios, Direitos e Vantagens, Saúde e Segurança no Trabalho, Capacitação, Plano de Empregos e Salários, Plano de Emprego Comissionado); Códigos de Ética e de Conduta; Estatuto Social, Resoluções do Conselho de Administração, da Diretoria, do Diretor Presidente, do Diretor de Planejamento, Expansão e Marketing, do Diretor de Administração e Finanças, do Diretor Técnico e dos Superintendentes Regionais			
MANUAIS E PUBLICAÇÕES RELACIONADAS ÀS ATIVIDADES DA UNIDADE JURISDICIONADA			
Normas regulamentadoras (EPI, PCMSO, Riscos Ambientais, Atividades Insalubres e Perigosas)			
UNIDADES GESTORAS E GESTÕES RELACIONADAS À UNIDADE JURISDICIONADA			
Código SIAFI		Nome	
275059		Companhia Brasileira de Trens Urbanos (UG c/perfil Setorial Orçamentária)	
275068		Administração Central (UG c/perfil Setorial Financeira Contábil)	
275057		Superintendência Regional de Belo Horizonte	
275058		Superintendência Regional de Recife	
275066		Superintendência Regional de Natal	
275079		Superintendência Regional de João Pessoa	
275078		Superintendência Regional de Maceió	
GESTÕES RELACIONADAS À UNIDADE JURISDICIONADA			
Código SIAFI		Nome	
275059		Companhia Brasileira de Trens Urbanos (UG c/perfil Setorial Orçamentária)	
275068		Administração Central (UG c/perfil Setorial Financeira Contábil)	
RELACIONAMENTO ENTRE UNIDADES GESTORAS E GESTÕES			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
275059	275079		
275068	275078	275059	
275057	275058	275068	
275066			
UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS RELACIONADAS À UNIDADE JURISDICIONADA			
Código SIAFI		Nome	
Não há		Não há	

FONTE: GAPLO

1.3 - Breve Histórico da Entidade

A Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU foi criada a 22 de fevereiro de 1984, pelo Decreto nº 89.396, na forma de uma Sociedade de Economia Mista, subsidiária da Rede Ferroviária Federal – RFFSA, com a missão de modernizar, expandir e implantar sistemas de transporte de passageiros sobre trilhos, operando aqueles sob administração do Governo Federal, visando ampliar a mobilidade da população e contribuir para o desenvolvimento dos setores produtivos da sociedade e para melhoria da qualidade de vida nos centros urbanos.

A partir da promulgação da Constituição de 1988, iniciou-se uma nova redemocratização do país, marcada por ampla abertura da economia brasileira. Verificou-se, então, uma progressiva redução da participação do Governo Federal em vários segmentos, entre eles o setor de transportes, com a descentralização dos sistemas de transporte urbanos de passageiros sobre trilhos.

Com a edição da Lei nº 8.693, de 3 de Agosto de 1993, que dispõe sobre a descentralização dos serviços de transporte ferroviário urbano de passageiros da União para os Estados e Municípios, o controle acionário da CBTU foi transferido, em 10 de março de 1994, da RFFSA para a União. Desde então, a CBTU passou a ser vinculada diretamente ao Ministério dos Transportes, com sua missão, a partir de então, focada na modernização e expansão dos sistemas que operava, visando a transferência da administração e gestão daqueles sistemas para os governos locais.

Em decorrência dessa nova ordem constitucional, a CBTU já transferiu aos governos locais os sistemas de trens urbanos do Rio de Janeiro, de São Paulo, de Fortaleza e de Salvador. Atualmente a estrutura da CBTU é composta de cinco Superintendências de Trens Urbanos, uma Coordenação Técnica e uma Administração Central, sediada na Cidade do Rio de Janeiro.

As Superintendências de Trens Urbanos estão localizadas nas cidades de Belo Horizonte, Recife, Natal, João Pessoa e Maceió e a Coordenação Técnica está localizada na cidade de São Paulo.

A partir de 01 de janeiro de 2003, com a publicação do Decreto nº 4.566, a CBTU passou a ser vinculada ao Ministério das Cidades, com sua missão focada no atendimento às necessidades de deslocamento da população, integrando o transporte no contexto do desenvolvimento urbano, social e econômico, melhorando a qualidade de vida da população e reduzindo as desigualdades sociais, permanecendo as atribuições anteriores.

O Estatuto Social da CBTU teve sua primeira publicação em 14 de agosto de 1984. Sua última alteração foi decorrente de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 04 de setembro de 2015, homologada na Assembleia Geral Extraordinária de 04 de dezembro de 2015.

A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 04 de dezembro de 2015 homologou o aumento do Capital Social para R\$5.404.110.329,15 (cinco bilhões, quatrocentos e quatro milhões, cento e dez mil, trezentos e vinte e nove reais e quinze centavos), representados por 18.645.502.653.478 (dezoito bilhões, seiscentos e quarenta e cinco milhões, quinhentos e dois milhões, seiscentos e cinquenta e três mil e quatrocentos e setenta e oito) ações ordinárias sem valor nominal, tendo como principal acionista a União, com 99,9% do capital. (fonte: GAGOV/P)

1.4 - Ambiente de Atuação

A Administração Central da CBTU está situada na cidade do Rio de Janeiro. Compreende a Presidência e as três Diretorias – Técnica, de Administração e Finanças e de Planejamento, Expansão e Marketing, com suas Gerências Gerais, Gerências Técnicas e Coordenadorias. À Presidência estão subordinadas a Gerência Geral de Licitação, a Gerência Geral Jurídica, a Coordenadoria Técnica de São Paulo, a Gerência Geral de Governança e Controladoria, a Gerência Geral de Comunicação Institucional, o Gabinete da Presidência e as Superintendências de Trens Urbanos.

As Superintendências de Trens Urbanos estão localizadas em Belo Horizonte, Recife, Natal, João Pessoa e Maceió. Administram os sistemas de trens urbanos nessas capitais, responsáveis pelo transporte de mais de 170 milhões de passageiros no ano de 2016.

Seus interlocutores no Governo Federal são os Ministérios das Cidades, do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, da Fazenda e Casa Civil.

Participa de eventos ligados ao setor metro ferroviário, promovidos por entidades da área, tais como ANTP, ANPTripos, ALAMYS, AEAMESP, etc.

Tendo como principais concorrentes as empresas de ônibus e o transporte clandestino (ônibus e vans), que captam parcela de sua demanda, a mitigação deste risco é feita através da busca permanente da melhoria da qualidade do serviço prestado, com regularidade, pontualidade e segurança.

Como resultado da renovação da frota de material rodante, iniciada em 2012, já estão em operação 8 VLTs, dos 20 contratados, sendo 4 em João Pessoa e 4 em Natal. Em relação às obras de recuperação da via e estações, no exercício foram executados e pagos R\$68.140.000,00. As próximas etapas a serem conquistadas são a extensão do sistema de Maceió até a região do Shopping Mangabeiras e, em Recife, o projeto da recuperação do trecho entre Cabo de Santo Agostinho e Suape.

O desempenho no exercício é balizado pelo Plano de Ação de cada unidade, apresentado à Diretoria e por ela aprovado, no início de cada ano. Como maior obstáculo ao atingimento das metas, destaca-se, além da insuficiência dos recursos constantes da LOA, o sistemático contingenciamento orçamentário imposto pelo Governo Federal. Em 2016, apesar da LOA ter sido publicada em 15 de janeiro, o Decreto 8.700, de 30 de março, impôs um forte contingenciamento à CBTU, de cerca de 38% do valor aprovado na LOA, para suas despesas de custeio. Ao longo do exercício, a atuação dos técnicos da área orçamentária, com o apoio e gestões da Direção da empresa junto aos órgãos setoriais, conseguiu minimizar os efeitos de tal cenário. A liberação do orçamento foi negociada junto ao MCID, mitigando-se os efeitos da restrição na operação e manutenção dos sistemas. Mesmo assim, foi grande o impacto sobre a execução dos contratos com as empresas prestadoras de serviços contínuos e essenciais à atividade fim da CBTU.

Em 2016, suas unidades operadoras apresentaram, em seus planos de ação, os seguintes objetivos, diretrizes e metas:

PLANOS DE AÇÃO DAS SUPERINTENDÊNCIAS DE TRENS URBANOS
OBJETIVOS, DIRETRIZES E METAS PARA 2016

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE BELO HORIZONTE

OBJETIVO: AUMENTAR A EFICIÊNCIA DO SISTEMA

DIRETRIZES

1 - Perspectiva Acionistas (Eficiência e Eficácia)

- Melhorar a taxa de cobertura do sistema (aspecto econômico) e elevar a visibilidade (aspecto social) da empresa.
- Aumentar a receita com a viabilização junto ao Governo Federal de um acréscimo do valor da tarifa unitária para R\$2,50 ou R\$2,00, no pior cenário
- Reduzir drasticamente os desembolsos com serviços terceirizados, visando adequar o funcionamento do sistema ao montante de créditos aprovados na LOA para 2016.

2 - Perspectiva Usuários/Clientes

- Proporcionar aos usuários do sistema um transporte de elevado nível de qualidade, principalmente quanto aos aspectos de pontualidade, regularidade, conforto e segurança.
- Adequar os padrões de qualidade nos serviços prestados para um patamar condizente com a nova realidade orçamentária, procurando mantê-los próximos à média observada pelas últimas pesquisas de satisfação, implantando melhorias pontuais, quando possível;
- Implantar definitivamente o acoplamento de TUEs, visando o aumento da percepção de conforto pelo usuário.

3 - Perspectiva Processos

- Promover aperfeiçoamentos na organização com a sistematização do trabalho, elevando o nível de qualidade e produtividade.
- Otimizar operacionalmente a aplicação dos serviços de terceiros, evitando a deterioração da qualidade dos serviços.

4 - Perspectiva Capacitação e Aprendizagem

- Elevar o nível de satisfação e comprometimento com a empresa, das pessoas que a ela se dedicam.
- Adequar as necessidades de pessoal próprio.
- Revisar os critérios que definem serviços terceirizáveis na Companhia, realizando estudos de casos específicos de atividades que apontam a necessidade de quadro próprio
- Realizar concurso público para formar o quadro ideal de empregados e o quadro de reserva.

METAS OPERACIONAIS PARA 2016

DEMANDA TOTAL TRANSPORTADA: 67.927.202 passageiros

MDU: 223.498 pass/dia útil

RECEITA OPERACIONAL: R\$124.992.166,22

RECEITA TOTAL: R\$132.141.040,46 (previu-se a tarifa de R\$2,00)

CUSTO TOTAL: R\$222.211.300,00

CUSTO PESSOAL: R\$143.798.000,00
TAXA DE COBERTURA: 59,47%

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE RECIFE

OBJETIVOS

1 - Perspectiva de Mercado:

AMPLIAR A PARTICIPAÇÃO NO STPP

Diretrizes:

Ampliar interlocução político-institucional com atores de interesse;
Prospectar novos clientes para desenvolver estudos e projetos de transporte sobre trilhos;
Desenvolver projetos e operar sistemas com sustentabilidade sócio ambiental.

2 - Perspectiva de expansão:

MELHORAR A QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Diretrizes

Ampliar a malha ferroviária e a integração com os demais modais;
Padronizar procedimentos operacionais e administrativos;
Implantar banco de dados de custos metroviários;
Garantir a satisfação de passageiros;
Padronizar estrutura tecnológica de equipamentos e sistemas metro ferroviários;
Implementar sistemas gerenciais integrados de TICs.

3 - Perspectiva de melhoria do desempenho empresarial:

AUMENTAR A TAXA DE COBERTURA

Diretrizes

Aumentar o número de passageiros transportados;
Elevar as receitas operacionais e extra operacional;
Otimizar os custos operacional e administrativo;
Reduzir ações judiciais

VALORIZAR OS COLABORADORES

Diretrizes

Implementar gestão de pessoas por competências;
Implementar gestão do conhecimento;
Revisar a estrutura organizacional e o quadro de lotação de pessoal.

METAS OPERACIONAIS PARA 2016 (previstos dois cenários)

Com paralisação nos fins de semana:

DEMANDA TOTAL TRANSPORTADA: 95.275.401 passageiros

MDU:	365.222 pass/dia útil
RECEITA OPERACIONAL:	R\$57.165.241,00
RECEITA TOTAL:	R\$58.476.419,04 (previu-se a tarifa de R\$1,60)
CUSTO TOTAL:	R\$325.423.700,00
CUSTO PESSOAL:	R\$239.423.000,00
TAXA DE COBERTURA:	17,97%

Sem paralisação nos fins de semana:

DEMANDA TOTAL TRANSPORTADA:	112.088.707 passageiros
MDU:	365.222 pass/dia útil
RECEITA OPERACIONAL:	R\$67.253.224
RECEITA TOTAL:	R\$68.453.224 (previu-se a tarifa de R\$1,60)
CUSTO TOTAL:	R\$325.423.700,00
CUSTO PESSOAL:	R\$239.423.000,00
TAXA DE COBERTURA:	21,04%

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE NATAL

OBJETIVO 1:

Elevação progressiva de sua receita extra operacional, de modo a contribuir com a redução do percentual de subvenção por parte do Governo Federal

Diretriz 1:

A STU-NAT utilizará a estrutura já existente, ou a incorporar, para promover, da forma mais eficiente possível, incremento de sua receita não-operacional.

Meta 1: Incrementar, em 50%, sua receita não-operacional, em 2016, se comparado a 2015.

OBJETIVO 2:

Elevação do número de passageiros transportados de forma a contribuir com o aumento da representatividade do transporte ferroviário na Região Metropolitana de Natal

Diretriz 1:

A implementação progressiva do Projeto de Modernização e Ampliação do Sistema de Trens Urbanos de Natal, mais especificamente, neste momento, sua primeira etapa, a de Modernização, contribuirá com o atingimento deste objetivo.

Meta 1: Elevar em 25% o número de passageiros transportados em 2016, se comparado a 2015;

OBJETIVO 3:

Possuir um quadro de pessoal caracterizado pela capacitação técnica e administrativa e pela qualidade de vida.

Diretriz 1:

A STU-NAT promoverá investimentos em seu capital intelectual, a fim de melhorar a qualidade dos serviços prestados e torná-la mais eficiente.

Meta 1: Qualificar, em 2016, 100% dos funcionários recém-contratados, em Gestão Pública e 100%, dos que apresentarem perfil, em Liderança.

Meta 2: Qualificar 50% do quadro de funcionários da COMAN, em Manutenção Ferroviária, em 2016.

Meta 3: Concluir a qualificação de 100% dos funcionários da COMAN, em Manutenção Ferroviária, em 2017.

Meta 4: Redução de 20% dos índices de ocorrência dos acidentes de trabalho, em 2016.

Meta 5: Redução de mais 30% dos índices de ocorrência dos acidentes de trabalho, em 2017, se comparado à 2015.

Meta 6: Elevar em 50% a quantidade de resíduos destinados à reciclagem em 2016.

Meta 7: Elevar em 50% a quantidade de resíduos destinados à reciclagem em 2017, se comparado a 2016.

METAS OPERACIONAIS PARA 2016

DEMANDA TOTAL TRANSPORTADA:	2.987.620 passageiros
MDU:	10.670 pass/dia útil
RECEITA OPERACIONAL:	R\$1.408.680
RECEITA TOTAL:	R\$1.433.910 (prevê-se a tarifa de R\$0,50)
CUSTO TOTAL:	R\$34.480.190
CUSTO PESSOAL:	R\$19.910.000
TAXA DE COBERTURA:	4,16%

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE JOÃO PESSOA

A STU-JOP adotou como objetivos os 16 objetivos estratégicos definidos pelo Planejamento Estratégico desenvolvido na Administração Central para o período 2015-2019. São eles:

Aumentar o número de passageiros transportados,

Garantir a satisfação de passageiros,

Prospectar novos clientes para desenvolver estudos e projetos de transportes hos,

Desenvolver projetos e operar sistemas com sustentabilidade socioambiental,

Ampliar interlocução político-institucional com atores de interesse,

Ampliar a malha ferroviária e a integração com os demais modais;

Elevar as receitas operacionais e extra operacional,

Otimizar os custos operacional e administrativo,

Reduzir ações judiciais;

Padronizar procedimentos operacionais e administrativos,

Implantar banco de dados de custos metroferroviários

Padronizar estrutura tecnológica de sistemas e equipamentos metroferroviários,

Implementar sistemas gerenciais integrados de TICs,

Implementar gestão de pessoas por competências,

Implementar gestão do conhecimento,

Revisar a estrutura organizacional e o quadro de lotação de pessoal.

Para viabilizar o alcance destes objetivos, a STU-JOP considerou os projetos prioritários para o planejamento estratégico da CBTU, acrescentando-se a esta lista outros três, específicos daquela Superintendência, ainda em fase de detalhamento:

- p01. Modelo de Ampliação da Malha Ferroviária (MAMF)
- p02. Programa de Ampliação da Malha Ferroviária (PAMF)
- p03. Ampliar Relações Institucionais (ARI)
- p04. Política de Elevação das Receitas Extra-Operacionais (PEREO)
- p05. Projeto de Elevação de Receitas Operacionais (PERO)
- p06. Unificação do mapeamento das ações trabalhistas (UMAT)
- p07. Padronizar Procedimentos de Contratação e Compras (PPCC)
- p08. Implantar Metodologia de Planejamento e Controle de Custos (IMPCC)
- p09. Implantar Banco de Dados de Custos de Projetos Metroferroviários (IBDCPM)
- p10. Política de Padronização da Estrutura Tecnológica de Equipamentos e Sistemas Metroferroviários (PPETESM)
- p11. Gestão do Conhecimento (GC)
- p12. Unificação da Pesquisa de Satisfação (UPS)
- p13. Gestão de Pessoas por Competência (GPC)
- p14. Implantação do PDTI (IPDTI)
- p15. Material Rodante em Circulação (MRC)
- p16. Programação Cultural nas Estações (PCE)
- p17. Projeto de Reforma e Manutenção das Estações (PRME)

METAS OPERACIONAIS PARA 2016

DEMANDA TOTAL TRANSPORTADA:	2.148.116 passageiros
MDU:	7.751 pass/dia útil
RECEITA OPERACIONAL:	R\$1.026.862
RECEITA TOTAL:	R\$1.123.368 (prevê-se a tarifa de R\$0,50)
CUSTO TOTAL:	R\$22.133.403
CUSTO PESSOAL:	R\$16.762.126
TAXA DE COBERTURA:	5,26%

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE MACEIÓ

OBJETIVO INSTITUCIONAL – IN

Viabilizar a expansão do Sistema de Trens Urbanos de Maceió, com a realidade VLT, ampliando a participação e importância no contexto do transporte local.

DIRETRIZES

Desenvolver estudos de expansão para regiões que apresentam maior tendência e consolidação das políticas habitacionais e de desenvolvimento urbano, atendendo as diretrizes estabelecidas no Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal;

Integrar-se de forma mais efetiva aos processos de Planejamento da Cidade de Maceió, dos quais a CBTU já vem participando;

Garantir recursos para estudos e projetos;

META

O crescimento da participação da CBTU no mercado de transporte público da cidade e regiões metropolitanas, no prazo de 4 anos no período de 2016-2019, desde que haja a continuidade dos investimentos pelo Governo Federal, atingindo o número de 40.000 passageiros/dia.

OBJETIVO FINANCEIRO – FN

Estabelecer a manutenção da arrecadação operacional da instituição.

DIRETRIZES

Minimizar o índice de evasão;

Modernizar equipamentos de controle de fluxo de usuários;

Aprimorar sistema de fiscalização própria;

Implantar política de marketing efetiva;

Promover campanhas de conscientização de redução de custos.

META

Devido ao contingenciamento orçamentário, não temos como estabelecer meta para aumento de arrecadação operacional para o ano de 2016, já que a previsão para este ano é de cortes orçamentários.

OBJETIVO DE RECURSOS HUMANOS – RH

Promover a valorização e capacitação dos colaboradores.

DIRETRIZES

Conscientizar o corpo gerencial da importância da capacitação dos colaboradores vinculados à sua área;

Criar multiplicadores para promover treinamentos internos;

Promover política de endomarketing.

Implantar gestão de transparência com a disseminação dos valores de ética e os conceitos de planejamento estratégico da STU - MAC.

Motivar o corpo funcional buscando novas ideias, trocando e atualizando conhecimentos para a obtenção de melhores resultados;

Qualificar e valorizar a equipe através de programas de treinamento e desenvolvimento para que a mesma possa oferecer um serviço mais eficiente e atrativo para os atuais e novos usuários;

Promover campanhas educativas e preventivas de saúde voltadas para melhorar a qualidade de vida dos colaboradores;

META

Utilizar em totalidade os recursos disponíveis para capacitação do maior número possível de colaboradores da STU-MAC.

OBJETIVO DE PROCESSOS, SERVIÇOS E FORNECEDORES - PS

Melhorar a qualidade do serviço prestado.

DIRETRIZES

Continuar a modernização do sistema com remodelação da via permanente;

Construção de novas estações atendendo os padrões do Programa de Acessibilidade;

Conhecer as necessidades do cliente;

Normatizar procedimentos administrativos e operacionais, buscando a eficiência dos serviços ofertados;

Realizar a manutenção preventiva e corretiva de material rodante e via permanente.

METAS

Assegurar a manutenção do número de passageiros transportados evitando a diminuição de grade horária e consequentemente diminuição do número de passageiros transportados.

Assegurar 100% de Regularidade;

Assegurar 100% de Pontualidade;

Atender o programa Brasil Acessível conforme Decreto 5.296 de Dezembro 2004.

AÇÕES PROPOSTAS POR OBJETIVO

OBJETIVO INSTITUCIONAL

Apresentar projetos de expansão.

OBJETIVO FINANCEIRO

Reduzir despesas fixas;

Reduzir contratos vigentes;

Aumentar as receitas extra-operacionais.

OBJETIVO DE RECURSOS HUMANOS

Investir em treinamento e desenvolvimento;

Melhorar as condições de trabalho.

OBJETIVO DE PROCESSOS, SERVIÇOS E FORNECEDORES

Elevar a eficiência da operação;

Elevar a qualidade da manutenção;

Intensificar as ações de marketing.

METAS OPERACIONAIS PARA 2016

DEMANDA TOTAL TRANSPORTADA: 2.490.000 passageiros

MDU: 9.482 pass/dia útil

RECEITA OPERACIONAL: R\$1.245.000

RECEITA TOTAL: R\$1.281.000

CUSTO TOTAL: R\$25.862.311

CUSTO PESSOAL: R\$14.950.731

TAXA DE COBERTURA: 4,95%

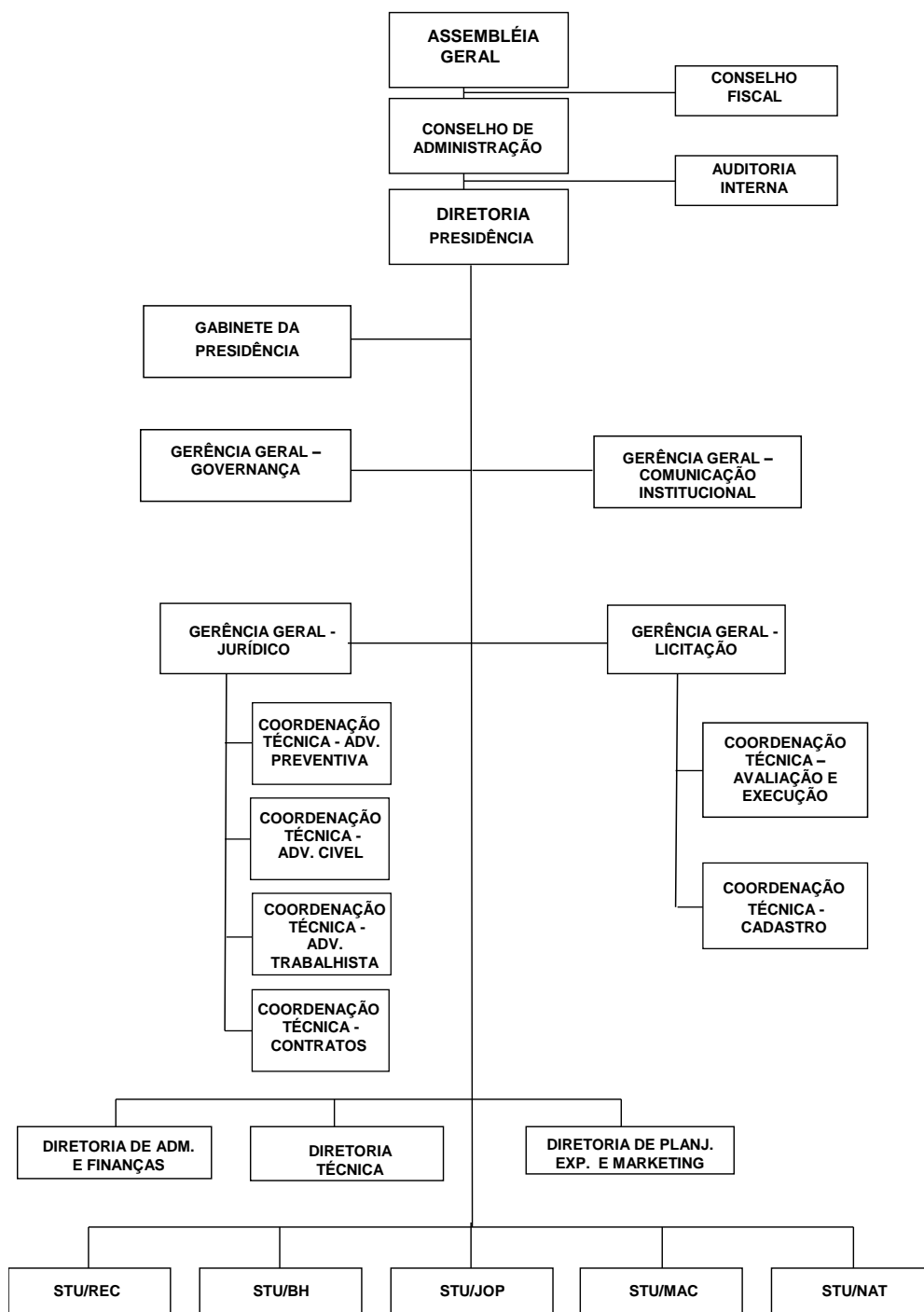
PRINCIPAIS METAS OPERACIONAIS CONSOLIDADAS (CBTU) PARA 2016 E COMPARATIVO COM A EXECUÇÃO EM 2015 E 2016

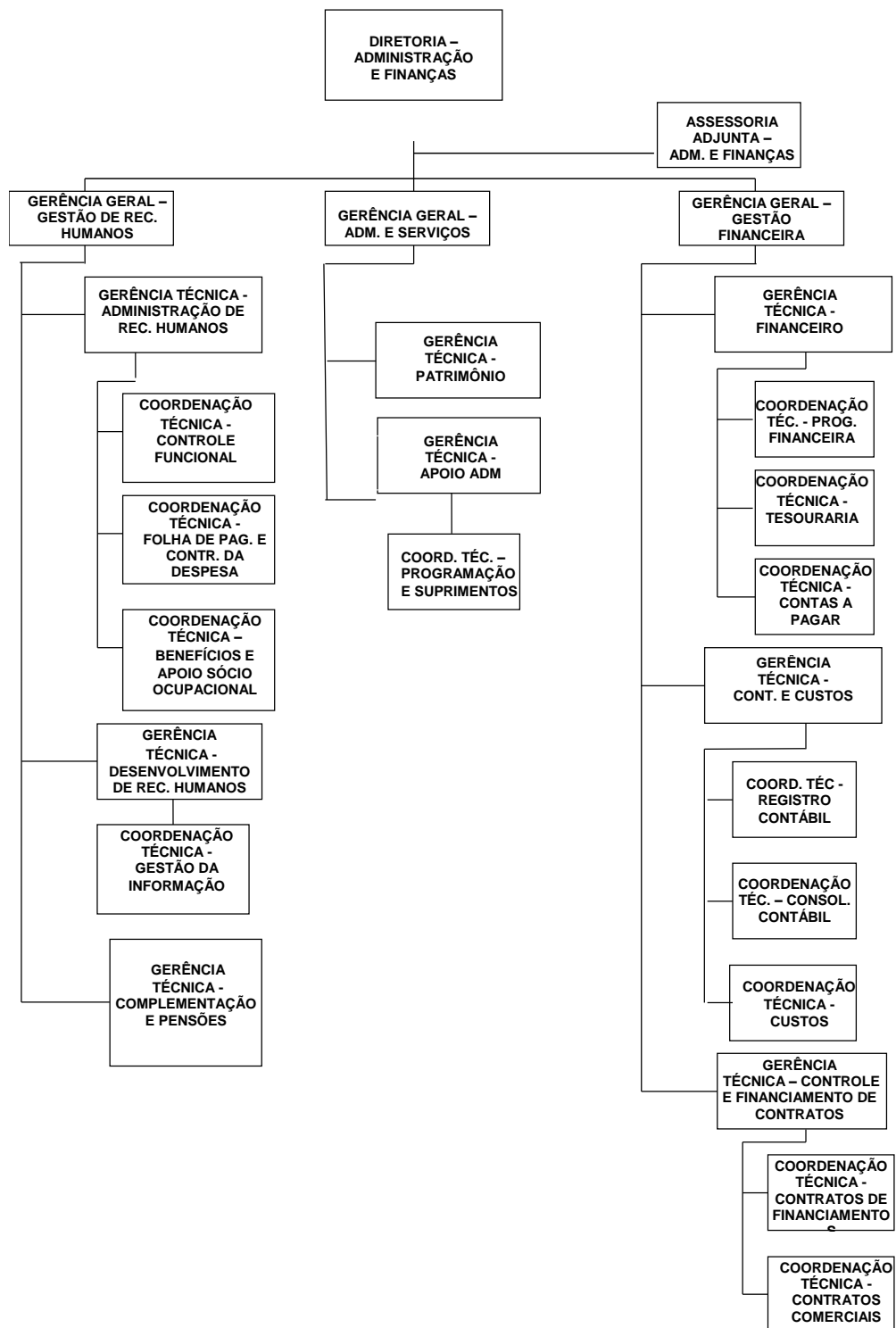
Indicadores	2016 previsto (A)	2016 realizado (B)	2015 realizado (C)	(B)/(A) %	(B)/(C) %
DEMANDA TOTAL TRANSPORTADA:	187.641.645	172.901.679	179.891.822	-7,9%	-3,9%
MDU:	616.623	561.496	593.277	-8,9%	-5,4%
RECEITA OPERACIONAL:	R\$ 195.925.932,00	R\$ 157.666.466,00	R\$ 165.473.212,00	-19,5%	-4,7%
RECEITA TOTAL:	R\$ 204.432.542,00	R\$ 164.123.596,00	R\$ 172.308.549,00	-19,7%	-4,8%
CUSTO TOTAL:	R\$ 630.110.904,00	R\$ 599.606.689,00	R\$ 571.637.938,00	-4,8%	4,9%
CUSTO PESSOAL:	R\$ 434.843.857,00	R\$ 408.287.265,00	R\$ 350.884.766,00	-6,1%	16,4%
TAXA DE COBERTURA:	32,44%	27,30%	30,14%	-15,8%	-9,4%

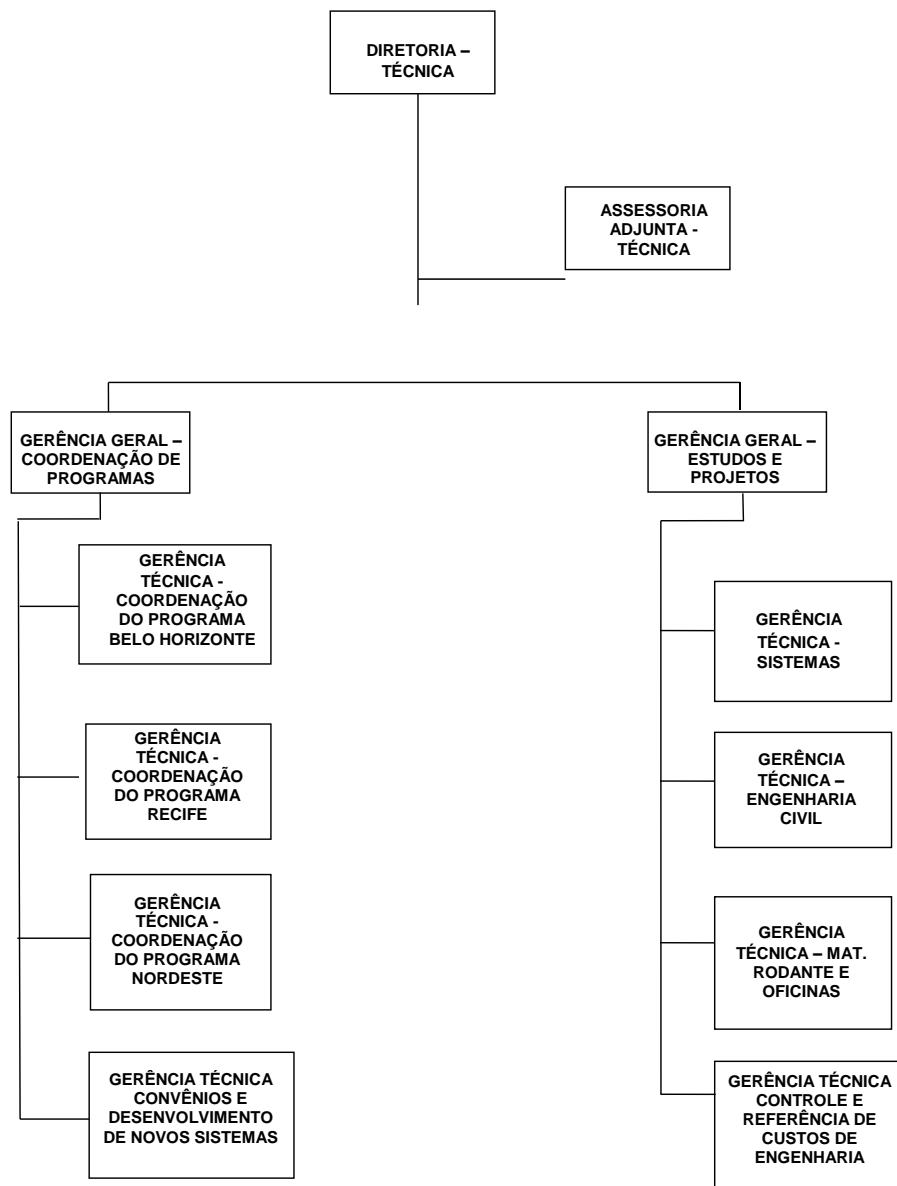
1.5 - Organograma

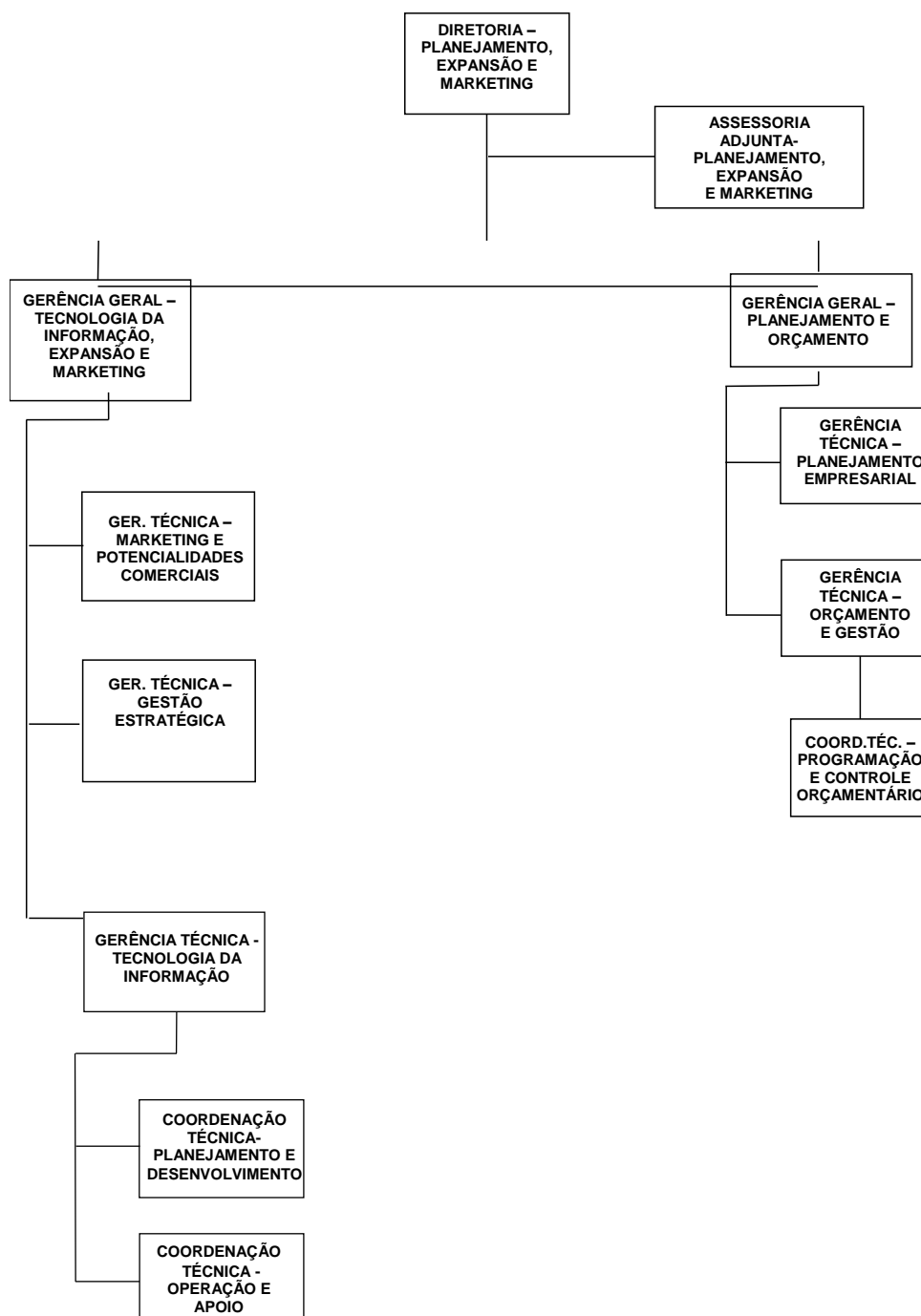
Com sua vinculação ao Ministério das Cidades em 2003, a CBTU passou a ter o seguinte organograma, definido pela Resolução do Diretor – Presidente nº 0524-2010, de 01 de junho de 2010, alterado na 315ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração realizada em 22 de julho de 2013 (encerramento das atividades das Coordenadorias Técnicas de Salvador e de Fortaleza), pela Resolução do Diretor Presidente RPR-172-A, de 22 de dezembro de 2014 (criação da Gerência Técnica de Governança e Controladoria) e pela Resolução do Diretor Presidente RPR-296-2015, de 23 de dezembro de 2015 (readequação da estrutura organizacional da Administração Central):

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL









Cada Superintendência Regional é estruturada em Gerências Regionais e Coordenações.

A revisão dos documentos institucionais com as definições e atribuições do novo organograma da empresa foi iniciada em 2013, com a criação de Grupo de Trabalho para revisar o Manual de Organização, com a atualização das atribuições e competências de cada área da Companhia. Os trabalhos foram concluídos em 2015. Em 2016 foi publicada a Resolução RPR-442-2016, de 13 de outubro de 2016, definindo a estrutura atual da Administração Central.

A CBTU, de acordo com seu Estatuto Social, Cap. II – art. 4º, tem por objeto:

- a execução dos planos e programas aprovados pelo Ministério das Cidades em consonância com o Plano Nacional de Viação e destinados a reger os serviços de transporte ferroviário urbano constantes do Sistema Nacional de Transportes Urbanos;

- o planejamento, o estudo, os projetos, a construção e a implantação de serviços de transporte de pessoas, por trem de superfície nas Regiões Metropolitanas, cidades e aglomerados urbanos que justifiquem a existência desses serviços, em estreita consonância com a política de transporte e desenvolvimento urbano;
- a operação e a exploração comercial dos serviços de transporte ferroviário urbano e suburbano;
- o gerenciamento das participações societárias da União e da Rede Ferroviária Federal S/A - RFFSA em empresas de transporte ferroviário metropolitano e urbano de pessoas;
- a execução de atividades conexas que lhe permitam melhor atender seu objeto social.

A área estratégica da CBTU é composta por suas Diretorias, na Administração Central, e as Superintendências Regionais, operadoras dos sistemas de trens urbanos.

As informações referentes às competências das áreas estratégicas estão registradas no Quadro A.1.5.1

Quadro A.1.5.1 – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Titular	Cargo	Período de atuação	Competências
Presidência (P)	Marco Antonio de Araujo Fireman	Diretor-Presidente	08Out2015 a 07Jul2016	I.Superintender e dirigir os negócios da CBTU, de maneira a assegurar o seu eficiente funcionamento e coordenar as atividades dos demais membros da Diretoria;
				II.Controlar a execução da política econômica e financeira da CBTU;
				III.Representar a CBTU, ativa e passivamente, em juízo ou em suas relações com terceiros, podendo, para tal fim, constituir procuradores, designar e autorizar prepostos;
				IV.Assinar, em conjunto com outro membro da Diretoria, os atos e contratos que obriguem a CBTU ou exonerem terceiros de responsabilidade para com ela, podendo delegar tais atribuições a outro membro da Diretoria ou constituir procurador;
				V.Movimentar, em conjunto com outro membro da Diretoria, as contas bancárias da Companhia, podendo delegar tais atribuições a outro membro da Diretoria ou constituir procurador;
				VI.Apresentar o relatório anual dos negócios da CBTU ao Conselho de Administração, para ser submetido à Assembléia Geral Ordinária;
	José Marques de Lima	Diretor-Presidente	07Jul2016 -	VII.Submeter à Diretoria, ao Conselho de Administração e à Assembléia Geral os assuntos que por esses devam ser examinados;
				VIII.Admitir, conceder direitos, promover, transferir, punir e dispensar empregados de qualquer categoria;
				IX.Convocar as Assembléias Gerais em nome da Diretoria, de acordo com as disposições legais pertinentes;
				X.Designar os representantes da CBTU nas hipóteses previstas no item IV do parágrafo 2º, art. 2º, do Decreto nº 89.396 de 22.02.84 e no Decreto nº 1.091, de 21.03.94 e instruí-los sobre o exercício do direito de voto;
				XI.Exercer as atribuições não previstas que lhe forem fixadas ou delegadas pelo Conselho de Administração;
				XII.Designar os ocupantes de cargos comissionados;
				XIII.Fazer publicar, na forma da lei e do Estatuto Social, as decisões da Assembléia Geral e do Conselho de Administração que contiverem deliberação destinada a produzir efeitos perante terceiros.

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Titular	Cargo	Período de atuação	Competências
Diretoria de Administração e Finanças (DA)	Davidson Tolentino de Almeida	Diretor de Administração e Finanças	28Ago2014 a 29Jun2016	I. Dirigir, supervisionar, coordenar e controlar a execução das políticas, planos e programas a serem aplicados ao conjunto da CBTU, no que se refere à gestão administrativa, financeira e de recursos humanos;
	Antonio Geraldo Bosshard	Diretor de Administração e Finanças	08jul2016 -	II. Dirigir, supervisionar, coordenar e controlar as atividades inerentes às relações da Companhia com os sindicatos e demais órgão externos; III. Aprovar as instruções normativas no âmbito da sua Diretoria.
Diretoria Técnica (DT)	Sergio Sampaio Sessim	Diretor Técnico	28ago2014 -	I. Dirigir, supervisionar, coordenar e controlar a execução das políticas, planos e programas de transporte a serem executados pela Companhia;
				II. Dirigir, supervisionar, coordenar e controlar a elaboração de estudos e projetos, de forma a promover a integração do desenvolvimento tecnológico no campo da engenharia dos sistemas de trens urbanos;
				III. Dirigir, supervisionar, coordenar e controlar a execução das obras e montagens referentes à expansão e reformas dos sistemas de trens urbanos;
				IV. Orientar e coordenar as ações da diretoria na elaboração de termos de referências e editais para contratação de obras e serviços de responsabilidade da Diretoria Técnica;
				V. Elaborar normas, procedimentos e padrões técnicos para execução das atividades de desenvolvimento e serviços tecnológicos.
Diretoria de Planejamento, Expansão e Marketing (DP)	Francisco de Assis dos Santos Junior	Diretor de Planejamento, Expansão e Marketing	29Mai2012 a 29Jun2016	I. Dirigir, supervisionar, coordenar e implantar o Planejamento Estratégico, Empresarial, Orçamentário e de Transporte Urbano;
				II. Coordenar a política de marketing e de responsabilidade social da Companhia;
				III. Supervisionar a elaboração e a divulgação do Balanço Social da Companhia;
	José Marques de Lima	Diretor de Planejamento, Expansão e Marketing	30/06/2016 -	IV. Coordenar as ações necessárias para a captação de parcerias no setor privado, público e com organizações não-governamentais para implementação de projetos;
				V. Coordenar a captação de recursos junto a organismos internacionais, instituições de fomento ao comércio exterior e demais fontes de financiamento nacionais e internacionais;
				VI. Coordenar a política tarifária da Companhia.

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Titular	Cargo	Período de atuação	Competências
Superintendência Regional de Belo Horizonte (STU-BH)	Miguel da Silva Marques	Superintendente Regional	03Nov2015 -	I. Executar a política estabelecida pela CBTU para o sistema de trens urbanos local assegurando o cumprimento pleno das finalidades econômicas e sociais a que se destina a STU;
				II. Assegurar o perfeito relacionamento da STU com a Administração Central.
Superintendência Regional de Recife (STU-REC)	Clelio Correa de Lima Neto	Superintendente Regional	17Set2015 a 25Mai2016	III. Exercer a coordenação geral dos órgãos locais;
	Leonardo Villar Beltrão	Superintendente Regional	25mai2016 -	IV. Atuar no planejamento das áreas de interface da STU com o ambiente externo, a comunidade, os usuários e os gestores de transportes públicos de passageiros;
Superintendência Regional de Natal (STU-NAT)	Leonardo Gurgel de Faria Diniz	Superintendente Regional	25Set2015 -	V. Representar a STU, ativa ou passivamente, em juízo ou fora dele;
				VI. Estabelecer as diretrizes de ação para as atividades da STU;
Superintendência Regional de João Pessoa (STU-JOP)	Paulo José de Mello Barreto	Superintendente Regional	18Set2015 -	VII. Detectar as oportunidades, e preparar a STU para assumir crescente autonomia e maiores responsabilidades técnicas, administrativas e institucionais;
				VIII. Aprovar os planos e programas de trabalho e as propostas orçamentárias;
Superintendência Regional de Maceió (STU-MAC)	Marcelo de Aguiar Gomes	Superintendente Regional	13Mai2011 -	IX. Autorizar a realização de licitações e homologar os respectivos processos, na forma da legislação vigente e normas internas da Companhia;
				X. Aprovar sistemas, métodos e procedimentos visando a racionalização dos processos no âmbito da STU

Fonte: GAPLO/DP-GAGOV/P

1.6 - Macroprocessos Finalísticos

No contexto de seu objeto, são considerados como macroprocessos finalísticos da CBTU todas as ações finalísticas sob sua gestão. Estão incluídas neste conceito as ações do tipo Projeto (implantação, recuperação e/ou modernização de sistemas de transporte de passageiros sobre trilhos e adequação dos sistemas de trens urbanos à acessibilidade universal), por estarem diretamente relacionadas à razão de existir da CBTU e a ação de Funcionamento dos Sistemas, por ser imprescindível à prestação de serviço de transporte de passageiros sobre trilhos (negócio da CBTU).

Todas as ações estão associadas ao Programa 2048 – Mobilidade Urbana e Trânsito, à exceção da ação de Funcionamento dos Sistemas, que está incluída no Programa 2116 – Gestão e Manutenção do Ministério das Cidades.

No quadro A.1.6.1, a seguir, encontra-se a relação das ações que compuseram os macroprocessos finalísticos da CBTU em 2016:

Quadro A.1.6.1 – Macroprocessos Finalísticos

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
PROGRAMA 2048 – MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO				
15.453.2048.10SS	Apoio a Sistemas de Transporte Público Coletivo Urbano	Apoio à implantação e requalificação de infraestrutura de sistemas de transporte público coletivo urbano de passageiros visando a ampliação da capacidade e a promoção da integração intermodal, física e tarifária dos sistemas de mobilidade urbana, priorizando o transporte público coletivo urbano, promovendo a melhoria da mobilidade urbana, da acessibilidade universal e a integração com os meios não-motorizados. Os projetos apoiados compreendem a infraestrutura e superestrutura de vias, terminais e estações, sinalização, equipamentos e instrumentos de controle, fiscalização.	População das regiões metropolitanas atendidas	DIRETORIA, STUs
15.453.2048.10SS	Apoio a Sistemas de Transporte Público Coletivo Urbano	EMENDA DE BANCADA – Execução de Projeto Básico e executivo da Linha 13 – Jade – da CPTM, no Município de Guarulhos/SP	População da região metropolitana Guarulhos	DIRETORIA
15.453.2048.10SS	Apoio a Sistemas de Transporte Público Coletivo Urbano	EMENDA DE BANCADA – Construção de Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) em Campina Grande/PB	População de Campina Grande	DIRETORIA
15.453.2048.10SS	Apoio a Sistemas de Transporte Público Coletivo Urbano	EMENDA DE BANCADA – Implantação do Trecho Eldorado-Vilarinho do Sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte/MG	População da região metropolitana de Belo Horizonte	DIRETORIA, STU-BH

15.453.2048.10SS	Apoio a Sistemas de Transporte Público Coletivo Urbano	EMENDA DE COMISSÃO – Construção do Metrô de São Gonçalo/RJ	População da região metropolitana de São Gonçalo	DIRETORIA
15.453.2048.10SS	Apoio a Sistemas de Transporte Público Coletivo Urbano	EMENDA DE BANCADA – Projetos do PAC no Município de Recife/PE	População da região metropolitana de Recife	DIRETORIA, STU-REC
15.453.2048.10SS	Modernização do Sistema de Trens Urbanos de João Pessoa	A Modernização do sistema consiste em: Construção de 4 novas estações (Tibiri, Baixo Rosa, km 215 e IFPB) e reconstrução de 2 estações (novo posicionamento: Nova Bayeux e Nova Jacaré), reforma e adequação de 9 estações (St. Rita, Várzea Nova, Ilha do Bispo, João Pessoa, Mandacaru, Renascer, Poço, Manguinhos e Cabedelo), remodelação de toda infra e superestrutura da via permanente (30 km), construção de terminais de integração, execução de desvios em estações, vedação total da faixa de domínio, construção de 2 viadutos rodoviários para a transposição da ferrovia, fornecimento e instalação dos equipamentos de telecomunicações, fornecimento e instalação dos equipamentos de sinalização de via e automação de 22 passagens de nível.	População da região metropolitana de João Pessoa	DIRETORIA, STU-JOP
15.453.2048.10SS	Modernização do Sistema de Trens Urbanos de Natal	A Modernização do sistema consiste nas seguintes intervenções divididas em duas partes: Parte1- Linha Natal – Extremoz: construção de 6 novas estações (Shopping Norte, Fronteiras, Nova Alecrim, Baldo, BR Norte e Nordeste) e reconstrução(novo posicionamento) de 4 estações (Nova Natal,	População da região metropolitana de Natal	DIRETORIA, STU-NAT

		<p>Quintas, Nova Soledade e Extremoz), reforma e adequação de 4 Estações (Estrela do Mar, Nordelândia, Sta. Catarina e Igapó), remodelação de toda infra e superestrutura da via permanente (21,3 km), vedação total da faixa de domínio, construção de 3 viadutos rodoviários para a transposição da ferrovia, fornecimento e instalação dos equipamentos de telecomunicações, automação de 15 passagens de nível e fornecimento e instalação dos equipamentos de sinalização das vias.</p> <p>Parte2- Linha Sul: construção de 1 nova estação (BR Sul), reforma e adequação de 9 Estações (Natal, Padre João Vieira, Bom Pastor, Cidade da Esperança, Pró-Morar, Pitimbu, Cidade Satélite, Jd. Aeroporto e Parnamirim), remodelação de toda infra e superestrutura da via permanente (17 km), vedação total da faixa de domínio, construção de 3 viadutos rodoviários para a transposição da ferrovia, fornecimento e instalação dos equipamentos de telecomunicações, automação de 13 passagens de nível e fornecimento e instalação dos equipamentos de sinalização das vias.</p>		
15.453.2048.10SS	Modernização do Sistema de Trens Urbanos de Maceió	<p>A Modernização do sistema consiste nas seguintes intervenções: construção de 13 novas estações (Maceió; Mercado; Bom Parto; Mutange; Bebedouro; Flexal; Goiabeira; Fernão Velho; ABC; Rio Novo; Satuba; Utinga e Rio Largo), de terminais de integração, remodelação de toda infra e superestrutura da via permanente, execução de</p>	População da região metropolitana de Maceió	DIRETORIA, STU-MAC

		desvios em estações, vedação total da faixa de domínio, construção de 5 viadutos rodoviários para a transposição da ferrovia, fornecimento e instalação dos equipamentos de telecomunicações e fornecimento e instalação dos equipamentos de sinalização de via de 23 passagens de nível. Desenvolvimento do Projeto Executivo da nova linha Maceió – Mangabeiras com a implantação de 4 estações.		
15.453.2048.5754	Implantação do Trecho Rodoviária-Camaragibe e Modernização dos Trechos Recife-Jaboatão, Coqueiral-Rodoviária e Recife-Cabo do Sistema de Trens Urbanos de Recife	<p>O Projeto consiste em intervenções nas linhas Centro e Sul com implantação de tecnologia metroviária, construção de estações e terminais de passageiros, implantação dos sistemas de eletrificação, sinalização, telecomunicações e bilhetagem automática; recuperação de material rodante incluindo a climatização de 25 TUEs antigos.</p> <p>Modernização do sistema existente de Cajueiro Seco e Cabo, com duplicação da via, recuperação da infraestrutura e substituição do material rodante por 9 veículos leves sobre trilhos (VLTs). A intervenção na Linha Sul é complementada com a aquisição de mais 15 TUEs e relocação da linha ferroviária de carga, entre Afogados e Cajueiro Seco, segregando-a do transporte de passageiros. Na Linha Centro, além de melhorias no trecho entre Recife e Rodoviária, consiste em sua expansão compreendendo a implantação de 4,7km de via e a construção de duas novas estações (Cosme e Damião e a Estação</p>	População da região metropolitana de Recife	DIRETORIA, STU-REC

		Terminal Camaragibe), ligando a Estação Rodoviária (TIP) a Camaragibe (TIMBI).		
PROGRAMA 2116 – GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DAS CIDADES				
15.453.2116.2843	Funcionamento dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros	<p>Recuperação de vias e material rodante; operacionalização dos trens e das oficinas; manutenção preventiva e corretiva da via permanente, do material rodante, dos sistemas e dos prédios operacionais; conservação de estoque mínimo de peças de reposição e sobressalentes; contratação de mão-de-obra de terceiros para serviços de limpeza e segurança; aquisição de bilhetes de bloqueio automáticos; despesas de energia elétrica de tração, combustível e outros visando garantir o funcionamento com qualidade dos sistemas de trens urbanos de Belo Horizonte, Recife, Natal, João Pessoa e Maceió, e otimizar o atual padrão de serviço, obedecendo aos padrões técnicos estabelecidos de segurança e confiabilidade.</p> <p>Serviços gerais de revitalização e de adequação do arranjo físico interno e externo de estações, objetivando a manutenção e preservação das condições de uso das instalações e a agregação de novos serviços e/ou funções, vinculados às demandas operacionais ou às estratégias de busca de novas receitas financeiras, pela exploração de espaços comerciais.</p>	Usuários dos sistemas	<p>DIRETORIA, STU-BH STU-REC STU-NAT STU-JOP STU-MAC</p>

Fonte: GAPLO/DP

No exercício de 2016, os macroprocessos finalísticos apresentaram a seguinte evolução:

15.453.2048.5754 Implantação do trecho Rodoviária-Camaragibe e Modernização dos trechos Recife-Jaboatão-Coqueiral-Rodoviária e Recife-Cabo do Sistema de Trens Urbanos de Recife

Em Recife – Linhas Centro e Sul:

- i) na Linha Centro, foram concluídas 98% das intervenções previstas.
- ii) as obras da Linha Sul atingiram em 2016 o acumulado de 96,0%, incluindo o trecho Cajueiro Seco/Cabo que está sendo duplicado com a implantação de Veículos Leves sobre Trilhos (VLTs);
- iii) o contrato de fornecimento e cessão de direito de uso de software de gestão, está com avanço físico de 100%, concluído em outubro/2016 resta agora a emissão do referido termo de encerramento.
- vi) o projeto para Construção da Estação Nova Cabo foi entregue pela contratada e encontra-se sob análise da área de engenharia da CBTU; e
- vii) concluídos os processos licitatórios para contratações na linha Centro: drenagem da Estação Cosme e Damião; contenção de taludes; melhorias e adequações das edificações operacionais, prédio administrativo, Centro de Controle Operacional (CCO), oficinas, estações e faixa de domínio de via; implantação e adequação de sistemas elétricos e eletrônicos, rede aérea e telecomunicações; modernização e adequação dos Trens Unidade Elétricos (TUEs) antigos da frota Santa Matilde e aquisição de materiais e equipamentos para melhorias na Via Permanente, em especial, socorro ferroviário tipo trolley, trilhos, dormentes, fixações/juntas, jacaré. Na linha Sul: construção de 2 Pontes sobre Rio Pirapama, aquisição dos Sobressalentes para os Veículos Leves sobre Trilhos (VLT's) e para frota de TUEs da CAF e recuperação do VLT 04. E para o sistema como um todo, foram efetivadas também contratações para, modernização do Sistema de Circuito Fechado de TV (CFTV), aquisição e instalação de sistema de rádio digital e para modernização de motores de tração de TUEs.

Obs: A reabertura do Crédito Especial de R\$ 61,15 milhões, conforme acordado na Sala de Situação em 14/11/2014, apenas foi realizada no final do ano de 2016 fazendo com que as licitações ocorressem no final do ano e suas execuções estejam previstas para iniciar em 2017.

15.453.2048.5176 Implantação do Trecho Eldorado-Vilarinho do Sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte – MG

A Lei Orçamentária Anual nº 13.255, de 14/01/2016 contemplou R\$ 98,10 milhões em RP2 (Não PAC) através de Emenda Parlamentar, na Ação 10SS.7084 para Modernização e Recuperação do Trecho Eldorado – Vilarinho do Sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte. Contudo não houve liberação de limite orçamentário para conversão em Empenho.

A LOA/2016 não aprovou recursos para as Ações 10SS.0005 (antiga Ação 5176) e para a Ação 5178. Foi proposto pela CBTU em julho/2016 para o Orçamento de 2017, através de Ação individualizada - 15N1, o valor de R\$ 151,56 milhões para atender intervenções complementares que não foram contempladas pelo PAC, para a Linha 1 – Eldorado/Vilarinho. Foi proposto também para compor a LOA/2017, mais uma vez a Ação – 5178, também individualizada, para dar continuidade na Implantação da Linha 2 – Barreiro/Calafate, com R\$ 545,23 milhões para este ano.

O 10º TUE referente ao contrato de Material Rodante, adquirido com recursos do RAP/2012 inscrito em 2016, entrou em operação a partir de março/2016. Resta para a conclusão deste contrato a entrega dos desenhos “as built” e a emissão dos Certificados de Aceitação Definitiva - CAD, que

somente serão emitidos depois de concluídos com sucesso o período de 12 meses de manutenção em garantia com índice de confiabilidade (MKBF) igual ou superior aos valores estabelecidos nas especificações técnicas para cada um dos sistemas dos TUEs.

15.453.2048.14TT Modernização e Recuperação dos Sistemas de Trens Urbanos

Consiste na recuperação/modernização de sistemas de trens urbanos, visando proporcionar à população sistemas metro-ferroviário de superfície modernizado eficientes e confortáveis, com melhoria da mobilidade urbana, qualidade de vida e redução do tempo e custo dos deslocamentos.

Compreende as seguintes intervenções: Recuperação da frota de material rodante, recuperação/melhoria dos sistemas de tração e freio dos trens; recuperação/modernização de sistema de sinalização e de sistema de ATC de TUEs, dos sistemas de telecomunicações/sonorização/iluminação, CFTV e de informação ao público nos TUEs; conversão de energia de frenagem dos trens para realimentação do sistema, sincronização do sistema de tração dos trens, controle conjugado de demanda, e modernização predial; intervenções gerais nos sistemas, como manutenção de estações existentes e construção de novas estações em locais que já apresentam demanda de passageiros; reaparelhamento de oficinas com aquisição de materiais/equipamentos e realização de obras e serviços de recuperação de via permanente.

As atividades de acessibilidade passaram a fazer parte de Ação 14TT em 2016, não recebendo recursos em 2016, a antiga Ação 14TS não foi contemplada com recursos desde o ano de 2015 para este fim, continuam atividades referentes ao RAP existente.

Principais ações em desenvolvimento em 2016:

A partir de 2015 foram feitas contratações de adaptação de instalações as normas de acessibilidade. Os contratos nº 001/CBTU/STU-BH/15 e nº 002/CBTU/STU-BH/15, para os serviços de adaptação de elevadores as normas de acessibilidade foram concluídos no ano 2016.

O Contrato nº 003/CBTU/STU-BH/15, de adaptação de elevadores, aguarda providências da BHTRANS, para poder ser concluído. Assinado em 30/09/2016 o TA 04 prorrogando o prazo do contrato que passou a ter seu término em 28 de fevereiro de 2017, na expectativa de que a BHTRANS conclua a recuperação do elevador e o processo de adaptação seja finalizado.

15.453.2048.10SS Apoio a Sistemas de Transporte Público Coletivo Urbano

Consiste no apoio à implantação e requalificação de infraestrutura de sistemas de transporte público coletivo urbano de passageiros visando a ampliação da capacidade e a promoção da integração intermodal, física e tarifária dos sistemas de mobilidade urbana, priorizando o transporte público coletivo urbano, promovendo a melhoria da mobilidade urbana, da acessibilidade universal e a integração com os meios não-motorizados.

Os projetos apoiados compreendem a infraestrutura e superestrutura de vias, terminais e estações, sinalização, equipamentos e instrumentos de controle, fiscalização.

15.453.2048.10SS - PO 0001 - Modernização do Sistema de Trens Urbanos de João Pessoa:

A LOA/2016, somada aos créditos especiais, foi ajustada para R\$19.990.000,00, com as restrições financeiras foram empenhados R\$9.850.000,00. O avanço de 5,18% representou a quase totalidade da meta para o ano. A meta ficou abaixo da estimada devido a restrições de Limite Financeiro para o exercício de 2016 e pelo remanejamento solicitado, refletindo no desempenho do orçamento do ano, suspendendo entregas e retardando licitações de contratações, com consequência direta no cumprimento das metas. Principais ações no período: Licitadas e empenhados em 2016 a aquisição de sobressalentes para VLTs e a Recuperação da Via trecho Santa Rita – Cabedelo. As faturas

referentes a 12ª. medição de serviços do Consórcio Headwayx/ATP foram pagas. Dos 77,7% faturados pelo Consórcio no Projeto de Modernização, faltam ainda os projetos e Planilhas orçamentárias referentes a, principalmente, Sinalização. A maior dificuldade, informada pelo Consórcio, diz respeito a coleta de preços de Mercado. Através do Processo 1.016/16 foi efetivada a retomada da ordem de compra OC 018/GENOR/2014, visando a entrega de 17.391 dormentes de concreto pela empresa Conprenor Ltda. Tramita na CBTU o Processo 5.597/16 referente a retomada da ordem de compra OC 017/GENOR/2014 referente ao fornecimento de 4.368 metros de dormentes de concreto para AMVs pela empresa Empac Ltda. O contrato com a empresa REMAH OC-002/2015, cujo objeto é a compra de 2000 UND de trilhos, foi retomado e renovado até 18/06/17. Foram ainda entregues o 3º e 4º VLT's, referentes a contratação realizada através do PAC equipamentos.

15.453.2048.10SS - PO 0002 - Modernização do Sistema de Trens Urbanos de Natal:

A LOA/2016 foi ajustada para R\$3.820.000,00, sendo empenhado em sua quase totalidade. As restrições financeiras suspenderam entregas e retardaram licitações, com consequência direta no cumprimento das metas. Principais ações em desenvolvimento: foi licitada e empenhada a aquisição de sobressalentes para VLTs e LOCOs. Assinadas Ordens de Compra relativas ao Registro de Preço para Pregão Eletrônico realizado em 2013, para fornecimento de equipamentos para via permanente envolvendo fixações, dormentes de concreto, AMVs e dormentes especiais para AMVs. Assinado contrato para a recuperação do Sistema dos Trens Urbanos de Natal. Até dezembro/2016 foram entregues 192.244 conjuntos de fixações, 104.000 dormentes de concreto e o Projeto Conceitual da Recuperação do Sistema. O Projeto Executivo está em fase final de elaboração, com previsão de conclusão para final de fevereiro de 2017. A Ordem de Compra 022/GENOR/2014, firmada com a BR Railparts, referente à aquisição dos AMVs, foi retomada e prorrogada por mais 150 dias, até 02/04/2017. A Ordem de Compra 021/GENOR/2014, firmada com a EMPAC, referente à aquisição dos dormentes especiais para AMVs, também foi retomada e prorrogada, por mais 180 dias, até 01/07/2017. Foi ainda entregue o 4º VLT, referentes a contratação realizada através do PAC equipamentos.

15.453.2048.10SS - PO 0003 - Modernização do Sistema de Trens Urbanos de Maceió:

A LOA/2016, somada aos ajustes ocorridos ao longo do ano, finalizou em R\$23.700.000,00, sendo empenhado R\$19.450.000,00 o que representa 82% do orçamento disponibilizado. Houve avanço de 3,98%, pouco abaixo da meta para o ano, devido as restrições de limites financeiros. Foram contratadas: a construção da Estação e Pátio de Jaraguá, a remodelação da via no trecho Maceió-Jaraguá, a aquisição de sobressalentes de VLT, a aquisição de equipamento de abastecimento, a remodelação da via trecho Satuba-ABC, a aquisição de brita e a aquisição de talas de junção. Segue relato das execuções contratuais:

O contrato número 0021-14/DT, referente à obra da nova estação Bom Parto e remodelação da infra e superestrutura da via permanente entre as estacas 87-162 em Maceió, tiveram suas obras paralisadas de set/2015 a jun/2016 quando foram retomadas. Em Jul/16 foram executadas parte das estacas previstas em projeto. Em Ago/16 foram demolidas estruturas em concreto e executadas mais algumas estacas. Em Set/16 continuaram as obras de estaqueamento. Em Out/16 iniciou-se a montagem da estrutura metálica principal. Em Nov/16 foi concretada a laje de piso do prédio operacional.

O contrato número 0022-14/DT, referente à obra da nova estação Mercado em Maceió, teve suspensão de prazo de execução por 120 dias, retomando sua execução a partir de 16/04/2016. Em Mai/2016 foi dado início à construção do novo barracão do canteiro de obras, assim como o isolamento do canteiro através da execução de cerca de arame farpado. Em Jun/2016 foi dada continuidade à execução das estacas de fundação. Neste mês também foi realizada a conferência da

locação das estacas já executadas e ficou constatado que a grande maioria das mesmas foi executada fora das posições especificadas em projeto. Em Jul/2016 foram executados blocos de fundação e 30% das vigas da plataforma de embarque. Em Ago/2016 foram executados 30% das vigas da plataforma de embarque. Também foi realizada a primeira etapa de concretagem dos pilares de concreto e foi realizado 40% da concretagem das lajes da plataforma de embarque. Em Set/2016 foi concluída a concretagem das vigas e lajes da plataforma de embarque. Foram realizadas as segunda e terceira etapas de concretagem dos pilares de concreto. Neste mês também deu-se início à desmontagem da grade da via permanente existente. Em Out/2016 foram concretadas 50% das vigas do mezanino e foi dado início à aplicação dos perfis metálicos do mezanino. Em Nov/2016 foi executado 100% da laje de piso das salas técnicas. Concluída a aplicação dos perfis metálicos principais do piso mezanino. Foram aplicados os perfis metálicos principais das salas técnicas. Concretagem de 50% da capa das pré-lajes do piso do mezanino. Concretagem de 25m de paredes da mureta de vedação (Estaca 74 a 75+5,00). Em Dez/16 foram realizados serviços de fundações e estruturas, com instalação de 9% da armação de aço tipo CA-50 e aplicação de 91% de laje pré moldada. Além disso, houve 26% de realização do item de fornecimento, execução e montagem da estrutura metálica do mezanino.

O contrato número 0023-14/DT, referente à obra de recuperação da via permanente, infra e superestrutura ferroviária, entre as estacas 850-1040, ficaram com as obras paralisadas de nov/2015 a mar/2016. Nos meses de abril e maio de 2016 foram executados guarda lastro e lastreamento de via. O contrato recebeu aditivo de prazo prorrogando sua conclusão para 06/08/2017. Em junho/16 foram iniciados os serviços de capeamento de bueiros, bueiros tubulares e implantação de canaletas trapezoidais. Foram também executados os serviços de regularização de subleito e retomada da desmontagem da grade antiga. Em julho/16 foram executados os serviços de canaleta trapezoidal, iniciou-se a construção do muro tipo II, remoção da grade velha, regularização de subleito e montagem de grade nova. Em agosto/16 foram executados os serviços de canaleta trapezoidal, capeamento de bueiro, bueiro tubular, muro tipo I, guarda lastro, remoção de grade velha e montagem de grade nova. Em setembro/16 foram executados a canaleta trapezoidal, o muro tipo I e iniciou-se a solda aluminotérmica. Em outubro e novembro de 2016 foram executadas as canaletas trapezoidais, o muro tipo I e as soldas aluminotérmicas.

O contrato número 0017-2016/-CBTU/STU-MAC, referente à obra de REMODELAÇÃO DA VIA PERMANENTE entre as estacas 3+00 e 116+10 do ramal Maceió - Jaraguá. Teve sua execução iniciada em 06/SET/2016 com a construção do canteiro de obras, a mobilização de equipamentos e trabalhos de Topografia, no trecho. A partir do dia 14/09 foram iniciadas a retirada de todos os trilhos e dormentes de madeira, antigos, em toda a extensão da via. A partir do mês subsequente, foram seguidas as seguintes etapas: Retirada uma camada de 10 cm, em média de todo o leito da via, tido como material contaminado, para descarte; Foram escavados o trecho 02, que inicia na rua Mal. Roberto Ferreira e termina na ponte do riacho Salgadinho, em média, 50 cm de profundidade, para a recomposição da base e leito da via; Foram concomitantemente, instalados o BIDIN (manta geotêxtil), pedra rachão e brita graduada, na sequência de conformação da via; Foram distribuídos os novos dormentes de concreto e novos trilhos TR-45, na medida em que as etapas anteriores foram sendo concluídas; As etapas foram sendo seguidas na mesma sequência nos trechos 03 e 04; Atualmente, temos até o trecho 03 e 04 já na fase de desfile dos trilhos.

15.453.2048.10SS - PO 0004 - Apoio à implantação do trecho Sul – Vila das Flores-João Felipe do Sistema de Trens Urbanos de Fortaleza:

A LOA/2016 não previu a disponibilização orçamentária para dar continuidade em mais uma etapa das intervenções previstas na Linha Sul do Metrô de Fortaleza através dos Termos de Compromisso firmados com o Estado do Ceará. Em 27/12/2016, quase dois anos após a última remessa, foi repassado ao METROFOR, mais R\$ 17,089 milhões, do RAP/2014 inscrito em 2016, referente a 3ª.

remessa de recursos da União, restando ainda um saldo de R\$ 13,206 milhões, possivelmente a serem encaminhados ao final de 2017.

Com as realizações empreendidas o avanço físico desta Ação atingiu em 2015 o total de 94,76%.

15.453.2116.2843 Funcionamento dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros

Em 2016, foram transportados 172,9 milhões de passageiros nos 5 sistemas operados pela CBTU, apresentando uma pequena redução em relação ao resultado atingido no exercício passado.

Para amparar as despesas com a manutenção e operação dos 5 sistemas, foram destinados R\$211.403.323 na LOA e liberado limite orçamentário no total de R\$210.743.592. O total empenhado foi de R\$210.612.110.

A dotação orçamentária disponibilizada para a ação de Funcionamento dos Sistemas aprovada na LOA foi de R\$187,5 milhões, insuficiente para amparar de forma adequada as despesas referentes à manutenção e operação dos cinco sistemas que opera. Este patamar orçamentário não possibilitou a recomposição dos contratos reduzidos em 2015, permanecendo a deficiência, principalmente nos contratos de prestação de serviços (manutenção, vigilância, limpeza). Os gastos com compra de materiais ficaram abaixo do necessário, levando a uma manutenção abaixo do desejado da frota de material rodante.

Ao final do exercício, a dotação para a ação de Funcionamento dos Sistemas chegou a R\$204,6 milhões, graças a liberação feita pelo MCID de limite orçamentário para o crédito de R\$35,0 milhões solicitado pela CBTU.

Repetindo o quadro de 2015, a análise, nos últimos 7 anos e para o quadriênio 2016-2019, dos valores consignados às despesas discricionárias da CBTU, nas quais se insere a ação Funcionamento dos Sistemas, mostra um quadro de estagnação, não havendo evolução compatível nem com os índices inflacionários. Desde 2010 este número permanece em um patamar próximo a R\$220 milhões, mesmo a CBTU tendo apresentado um crescimento de 44% na demanda transportada e sua frota operacional de material rodante tendo passado de 40 TUEs, 10 locomotivas e 50 carros de passageiros para 64 TUEs, 10 locomotivas, 50 carros de passageiros e 15 VLTs.

Para 2017, espera-se um cenário mais positivo, uma vez que a LOA-2017 prevê uma dotação de R\$242,4 milhões para a ação de funcionamento dos Sistemas, essencial ao objeto da CBTU.

1.7 - Composição Acionária do Capital Social

Quadro A.1.7.1 – Composição Acionária do Capital Social

UJ COMO INVESTIDA - POSIÇÃO EM 31/12/2016			
Denominação completa			
COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU			
Ações Ordinárias (%)			
ACIONISTAS		31/12/2016	31/12/2015
Governo	Tesouro Nacional	99,999	99,999
	Outras Entidades Governamentais		
	Fundos de Pensão que recebem recursos públicos		
	Ações em Tesouraria		
	% Governo	99,999	99,999
Free Float	Pessoas Físicas	0,001	0,001
	Pessoas Jurídicas		
	Capital Estrangeiro		
	% free float		
Subtotal Ordinárias (%)		100	100

Ações Preferenciais (%)			
ACIONISTAS		31/12/2016	31/12/2015
Governo	Tesouro Nacional		
	Outras Entidades Governamentais		
	Fundos de Pensão que recebem recursos públicos		
	Ações em Tesouraria		
	% Governo		
Free Float	Pessoas Físicas		
	Pessoas Jurídicas		
	Capital Estrangeiro		
	% free float		
Subtotal Preferenciais (%)			
Total		100%	100%

Fonte: GAFIN/DA

1.8 - Participação em Outras Sociedades

A CBTU não possui investimentos permanentes em outras sociedades

Fonte: GAFIN/DA

1.9 - Principais Eventos Societários Ocorridos no Exercício

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 08 de abril de 2016, cuja Ata foi publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no Jornal do Commercio em 13 de abril de 2016, foram tratados e votados assuntos comuns na pauta, a saber: pela aprovação das demonstrações financeiras do exercício 2105, deliberação da remuneração dos administradores e membros do Conselho Fiscal, ratificação da nomeação de membros do Conselho de Administração e eleição de membros do Conselho Fiscal.

No ano de 2016, não houve convocação de Assembleia Geral Extraordinária.

Fonte: GAGOV

2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

2.1 – Planejamento Organizacional

O Plano Estratégico da CBTU foi construído no ano de 2015, com base na metodologia Balanced Scorecard (BSC) e desenvolvido a partir de um processo participativo com a equipe gestora e técnica da Companhia.

Este processo teve como objetivos alinhar as visões e reforçar a construção de uma ação gerencial comprometida com a busca de mais eficiência e de melhores resultados para a Companhia. Na ocasião, foram redefinidos os direcionadores estratégicos da CBTU (Missão, Visão 2019 e Valores) e estabelecidos os objetivos estratégicos, além da carteira de projetos estratégicos. O desenvolvimento contemplou, também, a investigação de oportunidades e ameaças, forças e fraquezas (análise SWOT), a análise de sua situação atual, além do levantamento das questões estratégicas da CBTU até 2019.

O modelo que apoiou a construção do Plano também buscou estimular uma gestão orientada para resultados, a partir da construção dos componentes centrais de seu direcionamento estratégico e da definição de padrões e pactos internos de desempenho alinhados à nova estratégia.

Os objetivos estratégicos da CBTU foram definidos a partir das quatro perspectivas do BSC adaptadas para a Companhia:

- Sustentabilidade Financeira (originalmente, econômico-financeira);
- Sociedade (originalmente, clientes);
- Processos Internos; e
- Aprendizagem e Desenvolvimento.

A cada um dos objetivos estratégicos ou conjunto de objetivos foram associados projetos, que compõem o Portfólio de Projetos Estratégicos da CBTU. Os indicadores e metas da Companhia foram concebidos, também, como desdobramento do Mapa Estratégico.

FONTE: GATEM

2.1.1 – Descrição sintética dos objetivos do exercício

No contexto dos objetivos setoriais e orientações estratégicas do Ministério das Cidades e de acordo com a legislação vigente, a CBTU tem como objetivos estratégicos, externalizados através de suas macro ações ou atividades finalísticas:

- Implantar e modernizar sistemas de trens urbanos;
- Manter e operar os sistemas de trens urbanos sob sua administração;
- Fomentar os sistemas de transporte sobre trilhos no contexto da implantação das políticas da mobilidade e desenvolvimento urbano.

Em 2016, suas ações foram desenvolvidas com foco nestes objetivos estratégicos, visando a continuidade das intervenções nos sistemas de trens urbanos de Recife, Belo Horizonte, Fortaleza, e a recuperação e modernização dos sistemas de trens urbanos de Natal, João Pessoa e Maceió. Complementando sua atuação, a operação dos cinco sistemas sob sua gestão, nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Recife, Natal, João Pessoa e Maceió, viabilizou o transporte de 179,9 milhões de passageiros em 2016, resultado praticamente igual ao do exercício anterior.

Sua estratégia de atuação frente aos objetivos estratégicos compreende o desenvolvimento de suas ações em conformidade com o PLANO PLURIANUAL 2016-2019. A Proposta Orçamentária, elaborada para cada exercício, explicita, para cada uma das ações sob sua gestão, as metas pretendidas, o avanço físico possível de ser atingido, os benefícios advindos de seu alcance e a dotação orçamentária necessária para sua execução, dentro do exercício. A implementação desta proposta é condicionada ao Orçamento aprovado na LOA e à disponibilização de limites

orçamentários para movimentação e empenho. Todo o planejamento de execução das ações no PPA 2016-2019 foi registrado no SIOP - Sistema de Informações de Orçamento e de Planejamento, sendo atualizado e monitorado mensalmente.

2.1.2 – Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

De acordo com o PPA 2016-2019, a CBTU está inserida nos seguintes objetivos:

PROGRAMA 2048:

Objetivo 0574: Requalificar, implantar e expandir sistemas de transportes públicos coletivos, induzindo a promoção da integração modal, física e tarifária de forma sustentável e amplamente acessível.

Compreende as ações finalísticas:

15.453.2048.5754 – Implantação do Trecho Rodoviária-Camaragibe e Modernização dos Trechos Recife-Jaboatão-Coqueiral-Rodoviária e Recife-Cabo de Santo Agostinho do Sistema de Trens Urbanos de Recife,

15.453.2048.5176 – Implantação do Trecho Eldorado-Vilarinho do Sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte,

15.453.2048.10SY – Apoio à Implantação do Trecho Sul – Vila das Flores-João Felipe do Sistema de Trens Urbanos de Fortaleza

15.453.2048.14TT – Modernização e Recuperação dos Sistemas de Trens Urbanos de Natal, João Pessoa, Maceió, Belo Horizonte e Recife

A partir de 2014, foram incluídas as seguintes ações:

15.453.2048.152T – Modernização do Sistema de Trens Urbanos de Natal

15.453.2048.152S – Modernização do Sistema de Trens Urbanos de João Pessoa

15.453.2048.152U - Modernização do Sistema de Trens Urbanos de Maceió

A partir de 2015, foi incluída a seguinte ação:

15.453.2048.10SS – Apoio a Sistemas de Transporte Coletivo Urbano, com Planos Orçamentários definidos para Modernização do Sistema de Trens Urbanos de Natal, João Pessoa e Maceió e Apoio à Implantação do Trecho Sul – Vila das Flores-João Felipe do Sistema de Trens Urbanos de Fortaleza.

Objetivo 0580 : Apoiar sistemas de transportes não motorizados integrados aos sistemas de transporte público coletivo e promover a acessibilidade universal.

Compreende a seguinte ação finalística:

15.453.2048.14TS – Adequação dos Sistemas de Trens à Acessibilidade Universal

Objetivo 0584: Fomentar ações estruturantes para o fortalecimento institucional, promovendo a regulação do setor, a pesquisa, a implantação de sistemas de informação, a elaboração de projetos e planos de Transporte, de Mobilidade Urbana e Trânsito e a capacitação institucional dos agentes públicos e sociais para os sistemas de mobilidade urbana, de forma integrada e sustentável.

Compreende as seguintes ações finalísticas:

15.453.2048.123N – Elaboração dos Projetos de Engenharia das Linhas 2 e 3 do Sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte

15.453.2048.20YB - Fomento à Expansão e ao Fortalecimento de Sistemas de Trens Urbanos.

Os planos de ação, elaborados pelas Superintendências da CBTU a cada ano, estão alinhados aos objetivos do PPA, buscando a melhoria da qualidade e a ampliação da prestação do serviço de transporte de passageiros sobre trilhos a uma parcela cada vez maior da população das cidades onde está inserida.

2.2 – Formas e Instrumentos de Monitoramento da Execução e Resultados dos Planos

Desde 2007, a CBTU tem ações incluídas no PAC – Programa de Aceleração do Crescimento, sendo objeto de acompanhamento e monitoramento pelo Ministério do Planejamento. A aplicação de recursos federais em obras e projetos de interesse de Estados e Municípios, através de transferência, é acompanhada e fiscalizada pela CBTU, observando-se o disposto na IN-01/97, de 15 de janeiro de 1997, alterada (INCISOS III E IV DO ART.18) pela IN/STN/01, de 1º de fevereiro de 1999 e alterada (§ 3º ART. 31) pela IN/STN/01, de 13 de março de 2000, da Portaria Interministerial nº 507, de 24 de novembro de 2011 e do Tribunal de Contas da União, mediante determinações emanadas nos acórdãos daquela Corte de Contas.

Mensalmente é acompanhado o avanço físico e financeiro de cada uma das ações, a partir das informações prestadas pelos gestores de cada contrato. Estes resultados são apresentados no Relatório Mensal de Atividades, publicado no portal da Internet. As metas operacionais previstas pelas STU em seus Planos de Ação anuais são acompanhadas e os resultados mensais são informados pelas Superintendências à Administração Central, que mantém um banco de dados dos indicadores operacionais. Mensalmente, estes resultados são apresentados ao Conselho de Administração da CBTU.

Com relação aos Planos Plurianual e à LOA, o monitoramento é feito através do SIOP - Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento, do Ministério do Planejamento, através de informações inseridas obedecendo a calendário determinado pelo Ministério do Planejamento.

Já para o acompanhamento dos projetos elencados no Planejamento Estratégico 2015-2019, houve a necessidade de se adequar a estrutura organizacional da Administração Central da CBTU a fim de que resultados fossem intensificados. Foram criadas três novas gerências: Gerência Técnica Marketing e Potencialidades Comerciais – GEMPO (RPR 296-2015), Gerência Técnica Controle e Referência de Custos de Engenharia – GECOR e Gerência Técnica Gestão Estratégica – GESTE (ambas RPR 0442-2016).

As bases para a criação tanto da GEMPO quanto da GECOR foram estabelecidas em dois projetos estratégicos: Política de Elevação das Receitas Extraoperacionais e Implantar Banco de Dados de Custos Metroferroviários, respectivamente. As atividades desses projetos, portanto, foram absorvidas por essas novas gerências, que tratarão de desenvolvê-las.

A GESTE, por sua vez, foi concebida com o intuito de ser a área responsável por assegurar o desenvolvimento e a execução das atividades inerentes ao Planejamento Estratégico da CBTU e promover o desenvolvimento organizacional por meio do aprimoramento de métodos de trabalho, numa estrutura semelhante à de escritórios de projetos e de processos. Na GESTE são desenvolvidas, portanto, as atividades relacionadas ao monitoramento dos projetos estratégicos e dos processos de trabalho, entre outras.

A fim de gerenciar e monitorar seus projetos estratégicos, a CBTU utiliza o GEPnet (<http://www.cidades.gov.br/gepnet>), software gestor de projetos desenvolvido e disponibilizado pelo Escritório de Gestão de Projetos Estratégicos da Polícia Federal e adotado pelo Ministério das Cidades. No que concerne ao mapeamento e modelagem de processos de trabalho, em setembro de 2016, a GESTE iniciou processo de aquisição de licenças para o software Arpo Modeler.

Fonte: GAPLO/GATEM

2.3 – Desempenho Orçamentário

Suas principais ações, no contexto da função de governo 15 - URBANISMO, subfunção 453 - TRANSPORTE URBANO DE PASSAGEIROS, incluídas no Plano Plurianual 2016–2019, no Programa 2048 – Mobilidade Urbana e Trânsito, detalham aquelas atividades finalísticas, tendo como público alvo a população, em especial a de baixa renda, dos aglomerados urbanos e regiões metropolitanas onde atua.

No período de 2008 a 2012, a CBTU aplicou cerca de R\$1,9 bilhão na expansão dos sistemas, aplicados em via permanente, material rodante e obras civis. Somente em 2012, foram investidos R\$461 milhões na compra de novas composições, e R\$193,6 milhões na implantação, modernização e recuperação de seus sistemas. Isso representou a aquisição de 10 novos trens para Belo Horizonte e 20 VLTs para João Pessoa e Natal, além de duas locomotivas para reforço da operação nesta última capital. Para atender à população de Maceió e Recife, a CBTU investiu R\$336,6 milhões em 32 novas composições, cuja entrega foi concluída em 2013.

Em 2014, a empresa aumentou em, aproximadamente, dez milhões o seu número de usuários em relação a 2013, com uma média de 600 mil passageiros por dia útil. Os sistemas de Natal, Maceió e João Pessoa transportaram, juntos, mais de 450 mil passageiros/mês. Mereceram destaque a majoração da demanda do sistema de Recife, alcançando o patamar de 110 milhões passageiros/ano, assim como o de Belo Horizonte, que transportou cerca de 65 milhões de usuários aos seus destinos.

Em 2016, o resultado alcançado na demanda transportada não apresentou evolução, passando ao patamar de 172 milhões de passageiros nos cinco sistemas operados pela CBTU. Tal patamar foi devido, basicamente, à crise econômica pela qual passa o país, com grande número de cidadãos desempregados e à concorrência predatória do BRT em Belo Horizonte, levando a uma perda de cerca de 3.300.000 passageiros naquele sistema.

O orçamento total aprovado para as obras do PAC (investimento) em 2016 foi de R\$108.658.000. Por outro lado, o limite financeiro em 2016 para as ações do PAC da CBTU, foi estabelecido em R\$97,2 milhões. Ao final de 2016, R\$94,2 milhões foram empenhados do total aprovado na LOA.

Em Recife, nas linhas Centro e Sul, foram concluídas a implantação do Sistema de Bilhetagem Automática, as obras de dois novos Terminais de Integração (Joana Bezerra e Prazeres) e a o projeto da Estação Nova Cabo. O avanço das obras no trecho Cajueiro Seco – Cabo de Santo Agostinho, que está sendo duplicado para a operação com VLTs, já atingiu 98,5%.

Para Belo Horizonte a Lei Orçamentária Anual nº 13.255, de 14/01/2016 contemplou R\$ 98,10 milhões em RP2 (Não PAC) através de Emenda Parlamentar, na Ação 10SS.7084 para Modernização e Recuperação do Trecho Eldorado – Vilarinho do Sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte. A LOA/2016 não aprovou recursos para as Ações 10SS.0005 (antiga Ação 5176) e para a Ação 5178. Não houve liberação de recurso para empenho até dezembro/2016.

Para os sistemas de Natal, João Pessoa e Maceió, está contratada e programada a entrega de conjuntos de fixação e dormentes de concreto, bem como formalizada a aquisição de trilhos.

No sistema de Natal, destaca-se a conclusão do projeto conceitual para a modernização do sistema de trens e o fornecimento de 02 locomotivas diesel-elétricas. Continuam em andamento a fabricação de Veículos Leves sobre Trilhos (VLTs), registrando a entrega de 1 composição ao longo de 2016.

Em João Pessoa, foi entregue 2 composições de VLT, com o prosseguimento da fabricação dos 4 restantes. Estão em andamento os projetos executivos de recuperação da via, edificações e implantação de sistemas de sinalização e telecomunicações.

Em Maceió, está iniciada a ampliação do trecho até Jaraguá e continua em andamento o Projeto Executivo de Expansão de Maceió até Mangabeiras; a reconstrução da estação Bom Parto; a construção da estação Mercado; remodelação da infra e superestrutura da via, entre as estacas 87 e 162 e entre as estacas 850 e 1040 e a aquisições de Aparelhos de Mudança de Via (AMV) e de dormentes de concreto para AMV.

Em Fortaleza – Linha Sul , o avanço físico do Projeto Linha Sul do Metrô de Fortaleza, aqui calculado, engloba todos os recursos orçamentários formalizados desde 1998, incluindo os Termos de Compromisso TC 001/2013 e TC 001/2014, além do fornecimento do Material Rodante a cargo da empresa italiana Ansaldo Breda SpA.

Como não houve repasses de recursos da União para a CBTU, para o TC001/2013, o METROFOR utilizou cerca de 10 milhões em recursos do Estado para o pagamento de dívidas em atraso e retomada de parte dos serviços semi- paralisados, como a Bilhetagem Eletrônica e as obras do Viaduto da Padre Cícero, no entorno do emboque do túnel, ao lado da Av. José Bastos.

Com relação ao orçamento para as ações de custeio (GND 3), o valor aprovado na LOA foi de R\$209,2 milhões, o qual, após as movimentações ao longo do exercício, foi acrescido de R\$21,6 milhões, sendo liberados R\$230,8 milhões de limite orçamentário. As ações amparadas com esta dotação foram: Funcionamento dos Sistemas, Administração da Unidade, Publicidade de Utilidade Pública e Capacitação de Recursos Humanos.

(Fonte: GAPLO)

2.3.1 – Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

Foram incluídas neste item as ações de investimento, integrantes do Programa 2048 – Mobilidade Urbana e Trânsito e as ações 15.453.2116.2843 – Funcionamento dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros e 15.122.2116.2000 – Administração da Unidade, amparando a administração, operação e manutenção dos cinco sistemas de trens urbanos, objeto principal da CBTU.

2.3.1.1 - Ações do OFSS

Quadro A.2.3.1.1 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS

Identificação da Ação						
Código	0022		Tipo: Atividade			
Título	Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais					
Iniciativa	-					
Objetivo	-		Código: -			
Programa	Operações especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais Código: 0901 Tipo:					
Unidade Orçamentária						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
104.000.000	165.697.393	165.537.268	165.533.217	165.530.944	1.917.728,95	5.297.904,44
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Trecho implantado			%			
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
21.483.719,87	5.055.782,01	8.357,80	-		-	-

Identificação da Ação						
Código	00H2 Tipo: Atividade					
Título	Pagamento de Depósitos Recursais Devidos por empresas Estatais					
Iniciativa	-					
Objetivo	- Código: -					
Programa	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais Código: 0901 Tipo:					
Unidade Orçamentária						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação				Despesa	Restos a Pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0	0	0	0	0	0	0
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Trecho implantado		%	0	0	0	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
7.665,49		7.665,49	-	-	-	

Identificação da Ação						
Código	00M1		Tipo: Projeto			
Título	Benefícios assistenciais decorrentes do auxílio-funeral e Natalidade					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	Programa de Manutenção e Gestão do Ministério das Cidades Código: 2116 Tipo: Temático					
Unidade Orçamentária	Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0	0	0	0	0	0	0
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Trecho implantado		%	0	0	0	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
3.000,00	0	3.000,00	Trecho implantado	%	3,5	

Identificação da Ação						
Código	0283					

Identificação da Ação						
Código	0536 Tipo: Atividade					
Título	Benefícios e pensões indenizatórias decorrentes de legislação					
Iniciativa	-					
Objetivo	- Código: -					
Programa	Programa- operações especiais: outros encargos especiais Código: 0909 Tipo:					
Unidade Orçamentária						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação				Despesa	Restos a Pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
22.407.840	22.407.840	22.407.840	21.520.083	21.520.083	0	0
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Trecho implantado			%	0	0	0
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
911.015,52	0	911.015,52	Trecho implantado		%	

Identificação da Ação						
Código	10SS		Tipo: Projeto			
Título	Apoio a sistemas de transporte público coletivo urbano					
Iniciativa						
Objetivo	0574 - Apoiar a implantação, expansão e requalificação dos sistemas de mobilidade urbana com soluções acessíveis, sustentáveis e compatíveis com as características locais e regionais, priorizando os modos de transporte público coletivo e os não motorizados e promovendo a integração modal, física e tarifária. Código: 574					
Programa	Mobilidade Urbana e Trânsito	Código: 2048	Tipo: Temático			
Unidade Orçamentária	Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU					
Ação Prioritária	(x) Sim ()Não Caso positivo: (x)PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação			Despesa		Restos a Pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
225.017.760	180.850.190	33.119.805	1.699.721	1.520.191	2.036.495,14	30.281.186,90
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Trecho implantado			%	2,99	1,29	0,22
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0	1.235.074,94	0	Trecho implantado		%	0,18

Identificação da Ação						
Código	2000 Tipo: Atividade					
Título	Administração da Unidade					
Iniciativa						
Objetivo						
Programa	Programa de Manutenção e Gestão do Ministério das Cidades Código: 2116 Tipo: Temático					
Unidade Orçamentária	Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU					
Ação Prioritária	() Sim (x)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação				Despesa	Restos a Pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
19.807.079,00	19.807.079,00	17.224.913,28	14.875.615,30	14.652.272,30	124.496,51	2.332.416,65
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Sistema modernizado			%	0	0	0
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
1.736.615,89	2.467.285,04	1.253.830,61	Sistema modernizado		%	

Identificação da Ação							
Código	2004Tipo: Atividade						
Título	Assistência médica e odontológica aos servidores civis						
Iniciativa							
Objetivo							
Programa	Programa de Manutenção e Gestão do Ministério das Cidades Código: 2116 Tipo: Temático						
Unidade Orçamentária	Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária 2016							
Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação				Despesa		Restos a Pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
12.557.280,00	17.933.853,00	17.663.477,57	17.486.912,64	17.484.996,47	9.480,86	133.783,66	
Execução Física							
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado	Realizado	
Sistema modernizado			%	0	0	0	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas				
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada	
101.669,23	52.634,89	149.607,56	Sistema modernizado		%		

Identificação da Ação						
Código	2010 Tipo: Atividade					
Título	Assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores civis Código: 2116 Tipo: Temático					
Iniciativa						
Objetivo						
Programa	Programa de Manutenção e Gestão do Ministério das Cidades Código: 2116 Tipo: Temático					
Unidade Orçamentária	Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação				Despesa	Restos a Pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
864.000,00	1.160.896,00	1.098.913,49	1.098.913,49	1.098.803,61	0,80	40.073,40
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Sistema modernizado			%	0	0	0
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
			Sistema modernizado		%	

Identificação da Ação							
Código	2011Tipo: Atividade						
Título	Assistência transporte aos servidores civis, empregados e militares						
Iniciativa							
Objetivo							
Programa	Programa de Manutenção e Gestão do Ministério das Cidades Código: 2116 Tipo: Temático						
Unidade Orçamentária	Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU						
Ação Prioritária	() Sim (x)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária 2016							
Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação				Despesa		Restos a Pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
756.000,00	919.116,00	910.484,38	868.098,93	867.965,93	2.446,50	80.516,81	
Execução Física							
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado	Realizado	
Sistema modernizado			%	0	0	0	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas				
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada	
177.567,14	2.214,75	237.291,06	Sistema modernizado		%		

Identificação da Ação						
Código	2012 Tipo: Atividade					
Título	Auxílio-alimentação aos servidores civis, empregados e militares					
Iniciativa						
Objetivo						
Programa	Programa de Manutenção e Gestão do Ministério das Cidades Código: 2116 Tipo: Temático					
Unidade Orçamentária	Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação				Despesa	Restos a Pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
38.039.560,00	45.039.560,00	45.039.560,00	42.551.651,93	35.640.207,13	2.342.821,62	505.969,91
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Sistema modernizado			%	0	0	0
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
48.395,51	0	48.395,51	Sistema modernizado		%	

Identificação da Ação						
Código	20CW		Tipo: Atividade			
Título	Assistência medica aos servidores e empregados - exames periódicos					
Iniciativa						
Objetivo						
Programa	Programa de Manutenção e Gestão do Ministério das Cidades Código: 2116 Tipo: Temático					
Unidade Orçamentária	Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU					
Ação Prioritária	() Sim (x)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0	0	0	0	0	0	0
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Sistema modernizado			%	0	0	0
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0	0	0	Sistema modernizado		%	

Identificação da Ação						
Código	20TPTipo: Atividade					
Título	Pessoal Ativo da União					
Iniciativa						
Objetivo						
Programa	Programa de Manutenção e Gestão do Ministério das Cidades Código: 2116Tipo: Temático					
Unidade Orçamentária	Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU					
Ação Prioritária	() Sim (x)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
468.256.956,00	528.110.453,00	488.321.053,89	487.462.645,24	483.226.028,43	1.402.779,98	219.264,25
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Sistema modernizado			%	0	0	0
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
1.761.967,92	10.842,68	1.876.859,62	Sistema modernizado		%	

Identificação da Ação						
Código	2843					

Identificação da Ação							
Código	4641Tipo: Atividade						
Título	Publicidade de utilidade pública						
Iniciativa	-						
Objetivo	-Código: -						
Programa	Programa de Manutenção e Gestão do Ministério das Cidades Código: 2116Tipo: Temático						
Unidade Orçamentária	Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU						
Ação Prioritária	() Sim (x)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária 2016							
Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação				Despesa		Restos a Pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga		Processados	Não Processados
440.000,00	440.000,00	211.937,87	18.153,20	17.721,20		2.930,00	74.482,70
Execução Física							
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado		Realizado
Sistema modernizado			%	0	0		0
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas				
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado		Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
1.004,56	70.771,32		1.004,56				

Identificação da Ação						
Código	5754 Tipo: Projeto					
Título	Implantação do Trecho Rodoviária-Camaragibe e Modernização dos Trechos Recife-Jaboatão, Coqueiral – Rodoviária e Recife-Cabo do Sistema de Trens Urbanos de Recife.					
Iniciativa	Iniciativa 0281 - Implantação do Trecho Rodoviária-Camaragibe e Modernização dos Trechos Recife-Jaboatão; Coqueiral-Rodoviária e Recife-Cabo do sistema de Trens Urbanos de Recife / PE					
Objetivo	Requalificar, implantar e expandir sistemas de transportes públicos coletivos, induzindo a promoção da integração modal, física e tarifária de forma sustentável e amplamente acessível. Código: 5754					
Programa	Mobilidade Urbana e Trânsito Código: 2048 Tipo: Temático					
Unidade Orçamentária	Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU					
Ação Prioritária	(x) Sim ()Não Caso positivo: (x)PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0,00	61.150.000,00	61.149.999,99	34.534,42	34.534,42	7.216.799,62	0
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Trecho implantado			%	0	0	0
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
54.835.314,54	52.473,48	485.440,13	Trecho implantado		%	

Identificação da Ação						
Código	6438					

Identificação da Ação						
Código	216H		Tipo: Atividade			
Título	AJUDA DE CUSTO PARA MORADIA OU AUXILIO MORADIA AGENTES PÚBLICOS					
Iniciativa						
Objetivo						
Programa	Programa de Manutenção e Gestão do Ministério das Cidades Código: 2116 Tipo: Temático					
Unidade Orçamentária	Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
21.600,00	21.600,00	0	0	0	0	0
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Sistema modernizado			%	0	0	0
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0	0	0	Sistema modernizado		%	

2.3.1.2 - Ações não Previstas na LOA do Exercício – Restos a Pagar não Processados - OFSS

Quadro A.2.3.1.2 – Ações não Previstas LOA 2014 - Restos a Pagar – OFSS

Identificação da Ação					
Código		10SYTipo: Projeto			
Título		Apoio a Implantação do Trecho Sul – Vila das Flores – João Felipe do Sistema de Trens Urbanos de Fortaleza			
Iniciativa		Iniciativa 0282 - Implantação do Trecho Sul Vila das Flores-João Felipe do Sistema de Trens Urbanos de Fortaleza - CE			
Objetivo		0574 - Apoiar a implantação, expansão e requalificação dos sistemas de mobilidade urbana com soluções acessíveis, sustentáveis e compatíveis com as características locais e regionais, priorizando os modos de transporte público coletivo e os não motorizados e promovendo a integração modal, física e tarifária. Código: 574			
Programa		Mobilidade Urbana e TrânsitoCódigo: 2048Tipo: Temático			
Unidade Orçamentária		Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU			
Ação Prioritária		(x) Sim ()Não Caso positivo: (x)PAC () Brasil sem Miséria () Outras			
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
30.300.000,00	17.089.327,81	0	Trecho implantado	%	0

Para 2016 foram reinscritos o saldo de R\$ 30,30 milhões do RAP/14, dos quais R\$17,09 milhões foram transferidos em dezembro/2016, só podendo gerar avanço físico em 2017.

O avanço físico no ano de 2016 atingiu 2,36%, de uma meta prevista de 2,41%, com algumas realizações com parte do RAP/14, já transferida em 2015 e com recursos do Estado.

Identificação da Ação					
Código	11J9Tipo: Projeto				
Título	Recuperação do Sistema de Trens Urbanos de João Pessoa				
Iniciativa	Iniciativa 283 - Implantar, expandir, recuperar e modernizar os sistemas de transporte metroferroviário nos centros urbanos				
Objetivo	0574 - Apoiar a implantação, expansão e requalificação dos sistemas de mobilidade urbana com soluções acessíveis, sustentáveis e compatíveis com as características locais e regionais, priorizando os modos de transporte público coletivo e os não motorizados e promovendo a integração modal, física e tarifária. Código: 574				
Programa	Mobilidade Urbana e TrânsitoCódigo: 2048Tipo: Temático				
Unidade Orçamentária	Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU				
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
5.023,37	0	5.023,37	Trecho implantado	%	0

Identificação da Ação					
Código	11JD Tipo: Projeto				
Título	Modernização e Recuperação do Sistema de Trens Urbanos de Maceió				
Iniciativa	Iniciativa 283 - Implantar, expandir, recuperar e modernizar os sistemas de transporte metroferroviário nos centros urbanos				
Objetivo	0574 - Apoiar a implantação, expansão e requalificação dos sistemas de mobilidade urbana com soluções acessíveis, sustentáveis e compatíveis com as características locais e regionais, priorizando os modos de transporte público coletivo e os não motorizados e promovendo a integração modal, física e tarifária. Código: 0574				
Programa	Descentralização dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros			Código: 1295	Tipo:
Unidade Orçamentária	Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU				
Ação Prioritária	() Sim (x)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
395.920,37	63.784,82	0	Trecho implantado	%	0,03

Identificação da Ação					
Código	142W		Tipo: Projeto		
Título	Modernização dos Sistemas de Trens Urbanos de Passageiros				
Iniciativa	Iniciativa 283 - Implantar, expandir, recuperar e modernizar os sistemas de transporte metroferroviário nos centros urbanos				
Objetivo	0574 - Apoiar a implantação, expansão e requalificação dos sistemas de mobilidade urbana com soluções acessíveis, sustentáveis e compatíveis com as características locais e regionais, priorizando os modos de transporte público coletivo e os não motorizados e promovendo a integração modal, física e tarifária. Código: 574				
Programa	Mobilidade Urbana e Trânsito		Código: 2048	Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU				
Ação Prioritária	(x) Sim ()Não Caso positivo: (x)PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
154.002.900,58	26.365.717,85	0	Trecho implantado	%	10,55

Identificação da Ação					
Código	14TS		Tipo: Projeto		
Título	Adequação dos Sistemas de Trens a Acessibilidade Universal				
Iniciativa	Iniciativa 029W - Apoiar a implantação e adequação de infraestrutura urbana para propiciar acessibilidade às pessoas com restrição de mobilidade e deficiência.				
Objetivo	Apoiar sistemas de transportes não motorizados integrados aos sistemas de transporte público coletivo e promover a acessibilidade universal. Código: 580				
Programa	Mobilidade Urbana e Trânsito		Código: 2048	Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU				
Ação Prioritária	() Sim (x)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
734.963,94	567.435,96	140.527,98	Projeto executado	%	0,81

Identificação da Ação					
Código	14TT		Tipo: Projeto		
Título	Modernização e recuperação do sistema de trens urbanos				
Iniciativa	Iniciativa 283 - Implantar, expandir, recuperar e modernizar os sistemas de transporte metroferroviário nos centros urbanos				
Objetivo	0574 - Apoiar a implantação, expansão e requalificação dos sistemas de mobilidade urbana com soluções acessíveis, sustentáveis e compatíveis com as características locais e regionais, priorizando os modos de transporte público coletivo e os não motorizados e promovendo a integração modal, física e tarifária. Código: 574				
Programa	Mobilidade Urbana e Trânsito	Código: 2048	Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU				
Ação Prioritária	() Sim (x)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
2.069.906,57	437.870,66	525.606,32	Projeto executado	%	0,08

Identificação da Ação					
Código	152S		Tipo: Projeto		
Título	Modernização do Sistema de Trens Urbanos de João Pessoa				
Iniciativa	Iniciativa 0283 - Implantar, expandir, recuperar e modernizar os sistemas de transporte metroferroviário nos centros urbanos				
Objetivo	Requalificar, implantar e expandir sistemas de transportes públicos coletivos, induzindo a promoção da integração modal, física e tarifária de forma sustentável e amplamente acessível. Código: 574				
Programa	Mobilidade Urbana e Trânsito	Código: 2048	Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU				
Ação Prioritária	(x) Sim ()Não Caso positivo: (x)PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
8.967.013,41	5.559.711,72		Sistema modernizado	%	3,08

Identificação da Ação					
Código	152T		Tipo: Projeto		
Título	Modernização do Sistema de Trens Urbanos de Natal				
Iniciativa	Iniciativa 0283 - Implantar, expandir, recuperar e modernizar os sistemas de transporte metroferroviário nos centros urbanos				
Objetivo	Requalificar, implantar e expandir sistemas de transportes públicos coletivos, induzindo a promoção da integração modal, física e tarifária de forma sustentável e amplamente acessível. Código: 574				
Programa	Mobilidade Urbana e Trânsito	Código: 2048	Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU				
Ação Prioritária	(x) Sim ()Não Caso positivo: (x)PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
15.432.149,89	2.825.068,31	0	Sistema modernizado	%	0,91

Identificação da Ação					
Código	152U		Tipo: Projeto		
Título	Modernização do Sistema de Trens Urbanos de Maceió				
Iniciativa	Iniciativa 0283 - Implantar, expandir, recuperar e modernizar os sistemas de transporte metroferroviário nos centros urbanos				
Objetivo	Requalificar, implantar e expandir sistemas de transportes públicos coletivos, induzindo a promoção da integração modal, física e tarifária de forma sustentável e amplamente acessível. Código: 574				
Programa	Mobilidade Urbana e Trânsito	Código: 2048	Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU				
Ação Prioritária	(x) Sim ()Não Caso positivo: (x)PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
26.702.155,25	6.625.968,87	0	Sistema modernizado	%	3,17

Identificação da Ação					
Código	2843		Tipo: Atividade		
Título	Funcionamento dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros				
Iniciativa	-				
Objetivo	- Código: -				
Programa	Descentralização dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros Código: 1295 Tipo: Temático				
Unidade Orçamentária	Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU				
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
24.495,19	2.361,71	0	Média de Passageiro Transportado - MDU	Passageiro Transportado	

Identificação da Ação					
Código	5176		Tipo: Projeto		
Título	Implantação do Trecho Eldorado-Vilarinho do Sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte				
Iniciativa	Iniciativa 027Z - Implantação do Trecho Eldorado-Vilarinho do Sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte - MG				
Objetivo	Requalificar, implantar e expandir sistemas de transportes públicos coletivos, induzindo a promoção da integração modal, física e tarifária de forma sustentável e amplamente acessível. Código: 574				
Programa	Mobilidade Urbana e Trânsito		Código: 2048	Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU				
Ação Prioritária	(x) Sim () Não Caso positivo: (x)PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
77.719.142,32	9.887.304,94	0	Trecho implantado	%	

Identificação da Ação					
Código	5754Tipo: Projeto				
Título	Implantação do Trecho Rodoviária-Camaragibe e Modernização dos Trechos Recife-Jaboatão, Coqueiral – Rodoviária e Recife-Cabo do Sistema de Trens Urbanos de Recife.				
Iniciativa					
Objetivo	Código				
Programa	Descentralização dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros			Código: 1295	Tipo:
Unidade Orçamentária	Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU				
Ação Prioritária	(x) Sim ()Não Caso positivo: (x)PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
32.832.128,47	89.505,95	16.311.544,95	Trecho implantado	%	

FONTE: GEORC/GAPLO

2.3.1.3 - Ações - Orçamento de Investimento - OI

Não se aplica à CBTU

2.3.1.4 - Análise Situacional

2048.5754: IMPLANTAÇÃO DO TRECHO RODOVIÁRIA-CAMARAGIBE E MODERNIZAÇÃO DOS TRECHOS RECIFE-JABOATÃO, COQUEIRAL- RODOVIÁRIA E RECIFE-CABO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE RECIFE:

Evolução física

Realizado até 2015: 92,42%

Meta para 2016: 1,92%

Realizado em 2016, até dezembro: 0,54%

Restos a Pagar inscritos (-cancelados) em 2016: R\$78,74 milhões

Restos a Pagar pagos: R\$7,43 milhões

LOA 2016 (LOA/2016): R\$61,15 milhões

LOA 2016 (limite autorizado): R\$61,15 milhões

LOA 2016 (valor empenhado): R\$61,15 milhões

A Ação 5754, incluída no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), desde janeiro/2007, contemplando algumas recuperações da Linha Centro, a otimização do trecho Cajueiro Seco/Cabo destacando a aquisição de 9 VLTs, a aquisição de 15 TUEs a partir de 14/12/2010 e os Termos de Compromisso entre a CBTU e o Governo do Estado de Pernambuco para a construção de terminais de integração de passageiros e do viaduto da 9ª Travessa, teve todo recurso acordado no PAC, até 2013, liberado integralmente (PAC I = R\$ 420,37 e PAC II R\$252,90).

Para dar continuidade às intervenções do PAC a LOA/2014 aprovou para este Programa R\$ 54,98 milhões, para atender neste ano melhorias e concluir a Duplicação do trecho Cajueiro Seco/Cabo (desapropriações, construção de estação e suplementação para implantação de 2 pontes e reforma e ampliação de outra ponte que tiveram alteração de projeto) e Melhorias na linha Centro (reaparelhamento de oficina, veículo rodo-ferroviário, via permanente, melhorias em estações). Contudo só foi possível empenhar R\$ 22,94 milhões, tendo em vista as licitações realizadas em 2014 que não obtiveram sucesso em função da conjuntura do mercado naquela ocasião.

O PLOA/2015 (PL 13/2014-CN) não encaminhou nenhum valor para a Ação 5754, não tendo sido aprovado valor na LOA/2015. Em setembro/2015 foi solicitado Crédito Especial para suplementar o PAC de Recife, a ser atendido com cancelamento de igual valor nas demais Ações do PAC na LOA deste ano. Desta forma, ficou fixado R\$ 61,15 milhões, para a Ação 5754 de Recife. Este valor foi aprovado pelo Decreto de Lei Nº 13.218, de 22/12/2015, publicado no DOU em 23/12/2015, visando atender, conforme acordada em reunião de 14/11/2014 na Sala de Situação, basicamente o que já estava aprovado pelo PAC para 2014 e que não pode ser atendido: Construção da Ponte sobre o Rio Jaboatão; Construção da Ponte sobre o Rio Pirapama; Rebaixamento do Lençol Freático na região da Estação Cosme e Damião; Desapropriação complementar para construção da Estação Nova Cabo; Complementação da modernização e duplicação da Linha Sul Diesel (VLTs); Contenção de Taludes da Linha Centro; Certificado de Aceitação Definitiva dos VLTs já entregues; Estação Nova Cabo (Recurso para pagamento de reajuste do contrato).

Não foi empenhado nenhum valor com recursos da LOA/2015.

Desta forma, considerando os R\$ 61,15 milhões aprovados pelo PAC em 2015, a redução em 2016 dos RAPs já cancelados de exercícios anteriores no total de R\$ 16,50 milhões, a inclusão de R\$ 48,

39 milhões aprovados no PLOA/2017, o valor do Projeto, considerando os recursos liberados antes de 2007, passou a totalizar o valor de R\$ 1.329,23 milhões, conforme lançado no SISPAC, com parte em execução em RAPs e tem nova previsão para conclusão em 2019. Para o resultado final do valor do Projeto, restam acertos que ainda considerarão, devolução de recurso comprometido com Termo de Compromisso com o Estado (R\$15,54 milhões), outros cancelamentos de RAPs, do saldo dos inscritos em 2016 (em apuração). Contudo dependerá de aprovação final na Sala de Situação do PAC, para consolidar a alteração oficial, para ratificar o novo valor.

Em junho/2015 a CBTU apresentou ao MCid sua Proposta Orçamentária para o PPA 2016/2019, a qual foi lançada no SIOP, como fase qualitativa, onde manifestou seu desejo de atender ao Sistema de Recife conforme a seguir:

- Para atender às intervenções necessárias ao sistema atual em andamento, e complementares ao PAC, através da Ação 10SS, no PO 0006 – Modernização e Recuperação da Linha Sul - Recife/CajueiroSeco/Cabo, Linha Centro – Recife/Jaboatão e Camaragibe e Linha Cajueiro Seco/Curado, do Sistema de Trens Urbanos de Recife, prevendo para o PPA-2016/2019 o total de R\$ 1.288,29 milhões sendo para o ano de 2016 R\$ 369,55 milhões.

- Para atender a expansão do sistema, com a proposta de Implantação de novos Trechos, através das Ações:

- 15KR - Implementação do trecho Tancredo Neves – Werneck, prevendo para o PPA-2016/2019 o total de R\$ 137,94 milhões sendo para o ano de 2016 R\$ 12,00 milhões;
- 15KS - Implementação do trecho Largo da paz – Forte Brum, prevendo para o PPA-2016/2019 o total de R\$ 106,29 milhões sendo para o ano de 2016 R\$ 11,45 milhões, e

- Para atender à expansão do sistema, com a proposta de elaboração de estudos e projetos para implantação futura de novos Trechos (Cabo de Santo Agostinho – SUAPE; Joana Bezerra – Terminal do SEI, na PE-15; Camaragibe - São Lourenço da Mata (eletrificado); Joana Bezerra - Barra de Jangada; Joana Bezerra – Macaxeira (via Av. Norte); Largo da Paz – Recife Antigo e Cajueiro Seco – Macaxeira), através da Ação 20YB de Fomento à Expansão e ao Fortalecimento do Sistema, no PO 0001, prevendo para o PPA-2016/2019 o total de R\$ 50,05 milhões sendo para o ano de 2016 R\$ 17,26 milhões.

Ocorre que, quando do fechamento da proposta quantitativa para o PPA, em 23/07/2015, devido à restrição dos Limites Orçamentários fixados pelo MCID, não coube nenhum recurso para o PO 0006 de Recife da Ação 10SS, nenhum recurso para os novos trechos das Ações 15KR e 15KS e da mesma forma também não foi possível alocar recursos para Ação 20YB, para elaboração de estudos e projetos para o sistema de Recife, ficando postergados para após 2019.

A Lei Orçamentária Anual nº 13.255, de 14/01/2016 contemplou apenas R\$ 12,02 milhões em RP3 (PAC) através de Emenda Parlamentar, na Ação 10SS.1695 para Apoio à Sistemas de Transporte Público Coletivo Urbano no Município de Recife. Para a Ação do PAC (antiga 5754), inscrita na LOA/2016 como 10SS.0006 não houve aprovação de recurso. Da mesma forma a LOA/2016 não aprovou recursos para as Ações 15KR, 15KS e para Ação 20YB. Contudo para continuidade das intervenções do PAC, foram reinscritos em 2016 os R\$ 61,15 milhões do Crédito Suplementar aprovado pelo Decreto de Lei Nº 13.218, de 22/12/2015). Visava atender basicamente o que já estava aprovado pelo PAC para 2014 e que não pode ser atendido. Contudo parte dos recursos foram realocados do Trecho Cajueiro Seco/Cabo para as Linhas Centro e Sul eletrificadas para evitar a paralisação de todo o sistema, visto o alto grau de degradação atual das mesmas, afetando significativamente a operação.

Os dados do Empreendimento de Recife (MCID.00125), foram atualizados no SISPAC em 23/09/2016, para viabilizar a solicitação / liberação do orçamento (R\$ 61,15 milhões), para atender as licitações com processo adiantado de andamento. Em 03/11/2016 o recurso foi liberado no SISPAC, através da Ação 5754, tendo sido empenhado na totalidade até 31/12/2016.

Foi proposto pela CBTU em julho/2016 a necessidade de Orçamento para compor a LOA/2017, no valor de R\$ 48,39 milhões para concluir as intervenções do PAC, referente às obras e serviços que serão postergados do trecho Cajueiro Seco/Cabo em função das prioridades para atender a Linha Centro em 2016. Este orçamento foi proposto através da Ação do PAC – 10SS no PO 0005. Foi proposto também para o Orçamento de 2017, através da Ação 14TT no PO 0002, R\$ 177,01 milhões para atender intervenções complementares que não foram contempladas pelo PAC.

Foi proposta também para 2017 através da Ação 20YB no PO 0001 a Elaboração de Estudos e Projetos para o Sistema de Trens de Recife que prevê para este ano a necessidade de R\$ 26,01 milhões.

No mês de agosto, o MCID fixou em R\$ 137,86 milhões o referencial monetário para as Ações de Investimento da CBTU, para compor a proposta do PLOA/2017. Conforme priorização estabelecida pela DT, só foi possível atender as Ações do PAC. Desta forma o sistema de Recife foi contemplado com os R\$ 48,39 milhões propostos. Este recurso foi viabilizado com o remanejamento de igual valor de outro Empreendimento do MCid

As intervenções da Ação 5754 foram desenvolvidas também com parte dos recursos dos RAPs 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014 que foram postergados para 2016.

Para o ano de 2016 foram inscritos R\$95,25 milhões em RAPs, sendo: R\$2,96 milhões do RAP/2007, R\$0,05 do RAP/2008, R\$11,79 do RAP/2009, R\$18,26 do RAP/2010, R\$0,14 do RAP/2011, R\$5,92 do RAP/2012, R\$36,6 do RAP/2013 e R\$19,54 milhões do RAP/2014. Foram cancelados, neste ano também, um total de R\$16,50 milhões em RAPs, sendo: R\$1,43 milhões do RAP/2017, R\$1,13 do RAP/2009, R\$13,63 do RAP/2010, R\$0,11 do RAP/2011, R\$0,03 do RAP/2012 e R\$0,16 milhão do RAP/2013.

Dos recursos disponíveis em RAP para 2016, foram pagos até 31/12/2016 um total de R\$ 7,43 milhões, sendo: R\$0,16 milhão do RAP/2010; R\$0,19 milhão do RAP/2012; R\$6,94 milhões do RAP/2013 e R\$0,14 milhão do RAP/2014. Do total dos RAPs inscritos disponíveis, ainda ficaram sem pagamento R\$ 71,02 milhões, que deverão ser reavaliados em 2017 para cancelamento dos valores que não forem mais utilizados.

O não cumprimento da meta física (%) proposta para 2016 foi devido principalmente a:

A meta física não foi atendida devido principalmente ao baixo desempenho das intervenções que estavam previstas com os recursos dos RAPs inscritos em 2016, num total de R\$ 78,45 milhões (já descontados os cancelados). Influenciou bastante, os contratos que foram encerrados, principalmente, por problemas com atrasos de pagamentos em consequência das restrições de limites financeiros. Neste caso podemos citar em especial o de construção da Estação Nova Cabo, também prejudicada por problemas de desapropriações, e o de obras de modernização e duplicação do trecho Cajueiro Seco/Cabo. Este último está previsto para ser retomado, com nova licitação em 2017 e a construção da estação Nova Cabo não será mais possível, com as restrições orçamentárias, agravadas com a adequação do orçamento de 2016 para atender às prioridades da Linha Centro, já citadas. Só foram pagos R\$ 7,43 milhões dos RAPs, que possibilitaram o avanço físico registrado de 0,54%, principalmente com entregas de etapas do contrato de TUEs e com intervenções de Via Permanente. Da LOA/2016, foi liquidado apenas R\$ 0,03 milhão, não contribuindo com avanço físico no ano. Neste caso, principalmente devido ao tempo que demandou para reprogramação das novas licitações priorizadas com o remanejamento do orçamento, que acabaram se efetivando apenas em dezembro. Em especial as obras das pontes de Pirapama, antes previstas para início em 2016, acabou planejada para 2017, com licitação e contratação realizadas em dezembro/2016. Desta forma, praticamente não houve evolução nas obras em 2016.

Plano de Metas – Principais atividades previstas para o exercício de 2016:

- Conclusão da elaboração do projeto e início da construção da Estação Nova Cabo e início das

obras;

- Retomada das obras de modernização e duplicação da via permanente do trecho Cajueiro Seco/Cabo, Lote I e Lote II;
- Prevê-se a licitação e contratação para construção e início das obras das pontes sobre os rios Pirapama e Jaboatão;
- Prevê-se licitação, contratação e conclusão do rebaixamento do lençol freático na Estação Cosme e Damião;
- Prevê-se a licitação e contratação para desenvolvimento da recuperação de taludes em diversos pontos da Linha Centro;
- Término das desapropriações complementares para a Estação Nova Cabo.

Obs: Em junho/2016 foram retiradas do plano de Metas de 2016 a realização das seguintes licitações: Construção de ponte sobre Rio Pirapama; Complementação da recuperação da Linha Sul Diesel; Desapropriação complementar para a estação Nova Cabo. Em setembro/2016 a Gerência de Engenharia conseguiu resolver as pendências sobre a licitação referente a ponte sobre o Rio Pirapama, assim decidiu-se que este processo será incluído novamente no escopo das ações deste ano. As justificativas para o atraso de cada projeto são elencadas abaixo:

- Complementação da recuperação e duplicação da Linha Sul Diesel: Acordo, para encerramento do contrato anterior, ainda em fase de negociação;
- Desapropriação complementar para a estação Nova Cabo: Devido a expiração do Decreto, em março/2016, que regulamentava a desapropriação na região, somente será possível promulgar novo Decreto de desapropriação após março de 2017.

Principais ações em desenvolvimento:

OBRAS CIVIS:

- O contrato de aquisição e montagem de 10 escadas rolantes e 6 elevadores, foi concluído em dezembro/2014. Foram suprimidos deste contrato as montagens do elevador da Estação Joana Bezerra e de uma escada rolante na Estação Recife, para serem feitas através de novo contrato. Foi realizada, no dia 22/11/2016, licitação para implantação do elevador na Estação Joana Bezerra. O resultado da licitação foi homologado em dezembro, efetivando a contratação da empresa TC Engenharia Ltda.
- Com relação aos Termos de Compromisso firmados entre a CBTU e o Governo do Estado de Pernambuco, através das Secretarias das Cidades e de Transportes, observa-se:
 - Obras do viaduto da 9ª Travessa de Cajueiro Seco, com recursos adicionais do Governo de Pernambuco. A CBTU acionou a Secretaria dos Transportes/PE a fim de proceder o encerramento amigável do termo de compromisso 002/2008, visto que as obras não foram iniciadas até 30/11/2015, quando do término de sua vigência. Foram devolvidos à CBTU, no dia 07/06/2016, um montante de R\$15.548.655,87, que corresponde ao valor de R\$11.000.000,00 acrescidos aos rendimentos auferidos até a correspondente data. Restando agora a finalização da prestação de contas do referido termo por parte da Secretaria dos Transportes/PE.
 - Terminal Joana Bezerra: Terminal concluído, incluindo o novo viário de acesso ao terminal que foi inaugurado em 28/05/2016.

OBS: Em setembro/2016 foi realizado Termo de Alteração nº 07 objetivando aditamento de prazo do Termo de Compromisso nº 001/2008. O aditamento foi providenciado para permitir a finalização dos ajustes de preços à tabela SINAPI e o processo de prestação de contas. Assim o Termo de Compromisso passa a ser válido até 31/03/2017.

- Com referência aos serviços de Infra e Superestrutura ferroviária do trecho Cajueiro Seco/Cabo, não houve avanço físico para os Lotes I e II a partir de fevereiro/2015, permanecendo com o avanço

físico de 62% e 76%, respectivamente. Os contratos foram paralisados por solicitação da contratada, devido aos constantes atrasos de pagamentos que vinham ocorrendo desde 2013. Os prazos de conclusão de contrato se encerraram para o Lote I, em 31/10/2015 e Lote II em 30/07/2015. Encontra-se em processo de rescisão contratual e início de preparo para nova licitação para continuidade das obras. Ver texto acima sobre justificativa do não cumprimento das metas 2016.

O contrato referente a construção da Estação Nova Cabo foi encerrado por decurso de prazo, foram entregues apenas os projetos, que estão sobre análise da Engenharia. A construção da estação não será mais possível, com as restrições orçamentárias, agravadas com a adequação do orçamento de 2016 para atender às prioridades da Linha Centro, já citadas.

- Contratações previstas para 2016, com os recursos do Crédito Especial de R\$61,15 milhões: as principais metas para 2016, foram readequadas em função das intervenções reprogramadas pela DT com estes recursos. Foram mantidas da proposta original somente as obras das pontes sobre o Rio Pirapama, a contenção de taludes e rebaixamento do lençol freático em Cosme e Damião. O restante dos recursos foram destinados para atender diversas outras intervenções, em especial na linha Centro: foram firmados contratos para diversas intervenções (mão de obra, materiais e equipamentos) como: drenagem da Estação Cosme e Damião; contenção de taludes; melhorias e adequações das edificações operacionais, prédio administrativo, Centro de Controle Operacional (CCO), oficinas, estações e faixa de domínio de via; implantação e adequação de sistemas elétricos e eletrônicos, rede aérea e telecomunicações; modernização e adequação dos Trens Unidade Elétricos (TUEs) antigos da frota Santa Matilde e aquisição de materiais e equipamentos para melhorias na Via Permanente, em especial, socorro ferroviário tipo trolley, trilhos, dormentes, fixações/juntas, jacaré. Na linha Sul, foram firmadas as contratações para construção de 2 Pontes sobre Rio Pirapama; para aquisição dos Sobressalentes para os Veículos Leves sobre Trilhos (VLT's) e para frota de TUEs da CAF e para recuperação do VLT 04. E para o sistema como um todo, foram efetivadas também contratações para, modernização do Sistema de Circuito Fechado de TV (CFTV), aquisição e instalação de sistema de rádio digital e para modernização de motores de tração de TUEs.

GERAL:

O contrato de fornecimento e cessão de direito de uso de software de gestão, está com avanço físico de 100%, concluído em outubro/2016 resta agora a emissão do referido termo de encerramento.

Principais ações em desenvolvimento:

2048.5176: IMPLANTAÇÃO DO TRECHO ELDORADO-VILARINHO, DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE BELO HORIZONTE (Linha 1):

Realizado até 2015: 99,61%

Meta para 2016: 0,35%

Realizado em 2016, dezembro: 0,23%

Restos a Pagar inscritos em 2016: R\$ 97,68 milhões (R\$95,39 milhões do PAC Equipamento)

Restos a Pagar pagos: R\$ 29,76 milhões (PAC Equipamento)

LOA 2016 (- Lei nº 13.255): R\$98,10 milhões (Emenda de Bancada em RP2)

LOA 2016 (limite autorizado): R\$0,00 milhão

LOA 2016 (valor empenhado): R\$0,00 milhão

O orçamento desta Ação acordado originalmente para o PAC esgotou-se em 2009, tendo sido empregado, por este Programa R\$ 16,37 milhões, já considerando recursos que foram cancelados. O total aplicado na Ação até 2011, incluindo os recursos do Projeto BIRD a partir de 1995 montou em R\$ 596,74 milhões. Com o PAC dos Equipamentos em 2012 esta Ação foi contemplada com um Crédito Extraordinário de R\$ 211,00 milhões, especificamente para atender a aquisição de 10 TUEs. Em 16/10/2012 foi publicado no DOU Decreto de 15/10/2012 abrindo crédito suplementar no valor de R\$ 4,30 milhões, para blindagem nos módulos de bilheterias e salas de serviços operacionais em 15 estações, contudo só foi efetivamente disponibilizado R\$ 2,29 milhões para atender o escopo que foi reduzido quando da assinatura do contrato. Desta forma o total disponibilizado para a Ação até 2014 foi de R\$ 810,03 milhões, dos quais R\$ 229,66 são dos Programas PAC, sendo, como já dito, R\$ 211,00 milhões do PAC Equipamentos.

A linha está operando comercialmente, com deficiência para atender a demanda de transporte de passageiros atual. As obras civis de infraestrutura da via permanente e eletrificação do estacionamento de trens e pátio de manobras de Vilarinho (Rabicho de Vilarinho), foram paralisadas em 2010, devido a dificuldades para sua execução com os recursos existentes e as alterações de projetos que se fizeram necessárias, inviabilizando sua continuidade, sendo rescindido o contrato, ficando as obras inacabadas.

A CBTU indicou em sua proposta orçamentária para o PPA/2012-2015, a continuidade desta Ação, com necessidade de suplementação de R\$ 278,08 milhões, para atender as necessidades crescentes de demandas de passageiros na linha 1. A aquisição dos novos trens foi garantida a partir de 2012, contudo é necessário conquistar o restante das intervenções que vinham sendo negociadas, incluindo, a conclusão do estacionamento dos trens em Vilarinho, execução de melhorias operacionais/sinalização e a substituição dos ATCs de bordo nos 25 TUEs, aquisição de equipamentos para conservação das vias e ampliação/melhoria de oficinas e de pêra ferroviária em São Gabriel.

Do total do RAP/2012, ainda postergado para 2016, no montante de R\$ 95,39 milhões, para atender aos contratos de material rodante, foram pagos até dezembro, R\$ 29,76 milhões, dos quais R\$ 0,23 milhão com serviços de Supervisão Técnica. Do RAP/2012 de R\$ 2,29 milhões, ainda não cancelado e que foi postergado para 2016, para atender a blindagem nas bilheterias e salas de serviços operacionais em 15 estações, não houve execução. Não foi emitida a Ordem de Serviço e o contrato com a empresa Blindagem Comércio e Indústria de Produtos Blindados Ltda, continua suspenso devido a decisão judicial, deferindo liminar requerida pela Empresa Glass Sentinal do Brasil Ltda. Aguarda-se o final do processo judicial, até dezembro/2016 não houve solução. Este RAP (R\$ 2,29 milhões), se reinscrito em 2017, deverá ser cancelado.

Embora a CBTU tenha apresentado Proposta Orçamentária para 2013, 2014 e 2015, com o propósito de garantir as intervenções necessárias para melhoria do sistema de BH, não houve liberação de recursos suficientes para garantir o atendimento das carências e melhorias do sistema. Para 2015 a CBTU apresentou também Proposta para retomar a Ação da Linha 2 Barreiro/Calafate, com recursos de R\$ 71,51 milhões. Propôs também na Ação de Recuperação e Melhorias do Sistema de Trens Urbanos (14TT), um Plano Orçamentário (PO) exclusivo para recuperação da Linha 1 do sistema de BH, prevendo R\$ 17,03 milhões para 2015.

Ocorre que a Lei Orçamentária Anual nº 13.115, aprovada em 20/04/2015 contemplou apenas R\$ 2,0 milhões para Ação 14TT, dos quais R\$ 0,40 milhão foi cedido em cancelamento, em prol de outra Ação, R\$ 0,20 destinado ao PO de João Pessoa e R\$ 1,40 milhão foi destinado a BH. Até 31/12/2015 foi empenhado para BH apenas R\$ 0,35 milhão devido a atrasos nos processos de licitação, valor inscrito em 2016 como RAP/2015, tendo sido pago em abril/2016.

Em junho/2015 a CBTU apresentou ao MCid sua Proposta Orçamentária para o PPA 2016/2019, a qual foi lançada no SIOP, como fase qualitativa, onde manifestou seu desejo de atender ao Sistema de Belo Horizonte conforme a seguir:

- Para atender às intervenções necessárias ao sistema atual em andamento, e complementares ao PAC, através da Ação 10SS, no PO 0005 – Modernização e Recuperação do Trecho Eldorado - Vilarinho do Sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte, prevendo para o PPA-2016/2019 o total de R\$ 573,42 milhões sendo para o ano de 2016 R\$ 108,95 milhões.

- Para retomada da Ação 5178 - Implantação do Trecho Barreiro – Calafate do Sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte, prevendo para o PPA-2016/2019 o total de R\$ 1.031,92 milhões sendo para o ano de 2016 R\$ 76,81 milhões.

Ocorre que, quando do fechamento da proposta quantitativa para o PPA, em 23/07/2015, devido a restrição dos Limites Orçamentários fixados pelo MCID, não coube nenhum recurso para o PO 0005 de BH e para Ação 5178 (Linha 2), ficando postergados para após 2019.

Ocorre que em 18/08/2015 recebemos um e-mail do Ministério do Planejamento, comunicando que o PO 0005, não pode ficar incluído na Ação 10SS, por ter valor superior a R\$ 500,00 milhões, e que seria retirado da Ação.

Em 27/08/2015 recebemos um e-mail do MCid, informando ampliação de limites repassados pela SPI/MP para a Ação do PAC (10SS), suplementando entorno de R\$ 251,13 milhões para todo o período do PPA, dos quais, R\$ 58,70 milhões para 2016 que foram distribuídos pelos POs de Modernização de Natal, J. Pessoa e Maceió.

A Lei Orçamentária Anual nº 13.255, de 14/01/2016 contemplou R\$ 98,10 milhões em RP2 (Não PAC) através de Emenda Parlamentar, na Ação 10SS.7084 para Modernização e Recuperação do Trecho Eldorado – Vilarinho do Sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte. A LOA/2016 não aprovou recursos para as Ações 10SS.0005 (antiga Ação 5176) e para a Ação 5178. Não houve liberação de recurso para empenho até dezembro/2016.

Foi proposto pela CBTU em julho/2016 para o Orçamento de 2017, através de Ação individualizada - 15N1, o valor de R\$ 151,56 milhões para atender intervenções complementares que não foram contempladas pelo PAC, para a Linha 1 – Eldorado/Vilarinho. Foi proposto também para compor a LOA/2017, mais uma vez a Ação – 5178, também individualizada, para dar continuidade na Implantação da Linha 2 – Barreiro/Calafate, com R\$ 545,23 milhões para este ano.

Não foi possível contemplar nenhum recurso para o sistema de Belo Horizonte com o total de R\$ 137,86 milhões, fixado em agosto pelo MCID, para o PLOA/2017 para as Ações de Investimento da CBTU. Conforme priorização estabelecida pela DT, só foi possível atender as Ações do PAC de Natal, Maceió, João Pessoa e Recife.

O não cumprimento da meta física (%) proposta para 2016 foi devido principalmente a:

A meta física prevista para 2016 (0,35%), refere-se a conclusão do contrato de Material Rodante, com a emissão dos Certificados de Aceitação Definitiva (CAD) dos 10 (dez) TUEs, com recursos do RAP/2012 inscrito em 2016. A meta não foi atingida porque surgiram pendências durante o período de garantia, que demandaram ajustes/alterações em projetos de subsistemas dos trens, causando como consequências a prorrogação do prazo contratual. Resta ainda para conclusão do contrato a entrega de todos os desenhos “as built” e a emissão dos CAPs dos TUEs, que somente serão emitidos após concluídos com sucesso o período de 12 meses de manutenção em garantia com índice de confiabilidade (MKBF) igual ou superior aos valores estabelecidos nas especificações técnicas para cada um dos sistemas dos TUEs.

Plano de Metas – Principais atividades previstas para o exercício de 2016:

Início da operação do 10º TUE.

Com o intuito de melhorar o conforto dos usuários e a oferta de lugares nos horários de pico, previu-se também implantar melhorias e acréscimos do sistema de CFTV nas plataformas das estações para o início de forma segura da operação comercial com dois TUEs acoplados, totalizando 08 carros,

possibilitando também o acréscimo das integrações com os ônibus.

Os recursos foram conquistados através de Custeio, especificamente para o atendimento desta demanda. Lançada a Licitação Pregão Eletrônico nº 032-2016/GOLIC/CBTU-STU/BH, para a contratação de melhorias e acréscimo do sistema de CFTV. A entrega das propostas aconteceu em 24/10/2016, a empresa A.A.Bello Filho ME, primeira colocada com o preço de R\$855.000,00, foi desclassificada pelo pregoeiro porque os atestados encaminhados não estavam registrados no CREA conforme solicitado no item 14.4.2 do edital. Desta forma, foi convocada a segunda colocada a empresa BX SOLUÇÕES E ENGENHARIA LTDA com o valor de R\$856.000,00, que foi aprovada administrativa e tecnicamente. O resultado foi homologado e o Contrato nº 029/CBTU-STU-BH/2016 foi assinado em 26/12/2016, com prazo de vigência de 5 meses para os fornecimentos e serviços de implantação. Emitida a Ordem de Serviço nº 065-2016 e a previsão de início dos fornecimentos e serviços é 09/01/2017.

Principais realizações em desenvolvimento:

- Sistema de Sinalização: Concluído em 2010

Em período de garantias estendido, para a conclusão de ajustes necessários do sistema SI-CTE, constatados durante o período de garantia, quando então poderá ser emitido o Termo de Encerramento do Contrato. Conforme programado foram realizados os trabalhos no CCO na semana de 21/11 a 25/11. Os trabalhos programados inicialmente para o período de 09 a 12/12/2016, somente foram realizados nos dias 26 a 28/12/2016. Tiveram uma grande evolução no funcionamento do Programa Horário, no entanto, ainda ficaram faltando resolver duas pequenas pendências/falhas detectadas (manobra dianteira de Eldorado e início de operação com TUEs já ocupando plataformas), quando então poderão ser concluídos os últimos testes pendentes para a aceitação definitiva do sistema. Pretende-se agendar para 2017 a continuidade dos trabalhos para o fechamento dessas duas pendências ainda no primeiro trimestre de 2017.

- Obras Civas:

- O Shopping Estação BH foi aberto ao público em 23/05/2012. Está em andamento processo para um novo termo de alteração contratual, incorporando as modificações finais implantadas pela Concessionária, que aumentarão o valor mínimo a ser pago pela concessão da área. Estima-se que 3.000 empregos estejam sendo gerados pelo Shopping Estação BH. O valor da parcela da concessão referente ao mês de dezembro (055/340) é de R\$ 221.395,90.
- Aquisição e instalação do sistema de blindagem nos módulos de bilheteria e Salas de Serviços Operacionais de 15 estações: Este contrato está paralisado desde 2012, em razão de decisão judicial, deferindo liminar requerida pela Empresa Glass Sentinal do Brasil Ltda. Foram suspensas, qualquer ação até ulterior decisão do Juízo. Embora o contrato permaneça suspenso em novembro/2016, até o momento não tendo sido emitida a Ordem de Serviços, o valor empenhado, continua reinscrito em 2016 como RAP Não Processado. Este RAP poderá ser cancelado com a decisão judicial.

Material Rodante (PAC EQUIPAMENTO):

Continua em andamento a Ação 5176.0101(Crédito Extraordinário-Aquisição de 10 TUEs e Supervisão Técnica), com recursos de RAP/2012 reinscritos em 2016.

Meta para 2016: 7,40%

Realizado em 2016, até dezembro: 2,97%

Obs: O avanço físico acumulado no final 2015 foi de 92,6%, com a entrega do 10º TUE em dezembro. No cronograma original o contrato encerraria em 2016, no entanto com atrasos na entrega e emissão do CAP do 10º TUE, foi proposto no TA 02 a prorrogação até abril/2017, com previsão de concluir 2016 com 99% medidos, restando 1% de CADs para 2017. Contudo, devido a atrasos na entrega do

“as built”, a meta citada não foi atingida, restando medições do contratuais para “as built” aprovado e para emissão dos CADs dos 10 TUEs.

Aquisição de TUEs: RAP pago em 2016 até dezembro - R\$29,53 milhões.

O 10º TUE teve sua conclusão prejudicada por falta de componentes que foram substituídos em outros TUEs por defeitos e que foram retirados deste último trem por estratégia. Este TUE foi entregue em dezembro/2015, concluídos os testes dinâmicos e retirada de pendências em março/2016.

Já foram entregues em BH, os 10 TUEs, nas seguintes datas: 1º TUE (16/10/2014), 2º TUE (03/02/2015), 3º TUE (09/03/2015), 4º TUE (20/03/2015), 5º TUE (13/04/2015), 6º TUE (05/05/2015), 7º TUE (08/06/2015), 8º TUE (29/06/2015), 9º TUE (20/07/2015) e 10º TUE (14/12/2015). Até março/2016 foram emitidos todos os Certificados de Aceitação Provisória – CAPs, nas seguintes datas: 1º TUE (CAP nº 001 de 23/04/2015), 3º TUE (CAP nº 002 de 13/05/2015), 4º TUE (CAP nº 003 de 02/06/2015), 2º TUE (CAP nº 004 de 22/06/2015), 6º TUE (CAP nº 005 de 08/07/2015), 5º TUE (CAP nº 006 de 11/09/2015), 7º TUE (CAP nº 007 de 11/09/2015), 8º TUE (CAP nº 008 de 11/09/2015), 9º TUE (CAP nº 009 de 01/10/2015), 10º TUE (CAP nº 010 de 10/03/2016).

Em 28 de maio foi assinado o Termo Aditivo nº 01 e apresentado na CBTU-AC todo o faturamento que estava repesado.

Em 08/07/2016 a CBTU efetuou o último pagamento contratual pendente de pagamento no valor de R\$20.006.909,48, referente a documentos com prazos vencidos. A CBTU quitou todos os valores faturados, não existindo no momento pendências de pagamento.

A CBTU/STU-BH comunicou ao Consórcio Frota BH que iniciaria a operação comercial dos novos TUEs em 18/08/2015, no entanto o Consórcio através de e-mail informou que os testes tipo de Investigação de Comportamento Dinâmico e Conforto eram impeditivos para a liberação dos TUEs para operação comercial na velocidade de via. Informou que segundo normas europeias será necessária a conclusão e aprovação destes testes para a liberação para operação comercial. A CBTU/STU-BH externou a surpresa desta informação, uma vez que havia ficado claro entre as partes de que os testes faltantes não seriam impeditivos para operação comercial, o que possibilitou a emissão dos CAPs dos TUEs 26, 27, 28, 29 e 31. Considerando a nova condição de impedimento de início da operação comercial, a qual o Consórcio reconheceu a falha de comunicação, a fiscalização do Contrato entende que a garantia dos TUEs citados deverá ser considerada a partir do término e aprovação destes testes, apesar da emissão dos CAPs. Os testes foram iniciados em 31/08/2015 e o Consórcio Frota-BH oficializou a STU-BH que executou com sucesso as provas dinâmicas descritas no procedimento de teste “protocolo de comportamento dinâmico e conforto”, de acordo com a norma UIC 518. Por consequência, o seu Departamento de Segurança autorizou o início de serviço comercial com passageiros dos trens já entregues à CBTU. A STU-BH após receber a aprovação dos testes de comportamento dinâmico e conforto, definiu a data do início da circulação comercial do primeiro TUE série 1.000 BH para o dia 16/09/2015. O escolhido foi o TUE 27. O Consórcio Frota BH concordou que o início do período de garantia, dos 5 (cinco)TUEs com CAPs emitidos antes de setembro/2015, seja a partir da comunicação da liberação dos TUEs para a operação comercial, que ocorreu na data de 11/09/2015, com a comunicação de que os testes finais foram analisados e aprovados. Os demais TUEs terão o início da contagem do período de garantia a partir da data de emissão dos CAPs correspondentes. Em 27 de outubro o Consórcio enviou correspondência convidando a fiscalização da CBTU para o acompanhamento da retomada dos testes estáticos em fábrica do 10º e último TUE no período de 09 a 20/11/2015 e inspeção final de 24 a 27/11/2015. As viagens da fiscalização não foram autorizadas em razão da escassez de recursos orçamentários. Foi solicitado pela fiscalização o envio dos registros dos testes estáticos para a liberação do embarque, ficando a inspeção final para ser feita em Belo Horizonte. O comboio com o 10º TUE saiu da fábrica CAF - Hortolândia no dia 09/12/2015 e chegou ao Pátio de São Gabriel da STU-BH em 14/12/2015 e por problemas na logística a descarga aconteceu em 15/12/2015. A partir de 16/12/2015 foi iniciada a preparação para os testes dinâmicos nas vias da STU-BH. Na madrugada do dia 23/12/2015 foi

realizada a última atividade de 2015 com a execução dos testes de tração/frenagem a 90 km/h. Os testes dinâmicos foram retomados em 11/01/2016 e concluídos em 16/01/2016, foram iniciadas as retiradas de pendências de acabamento e de outras surgidas nos testes dinâmicos. Em 10/03/2016 o 10º TUE foi liberado para a operação comercial, após a emissão do CAP. Em dezembro/2016 avançaram os trabalhos de preparação dos desenhos “as built”, previstos para serem entregues inicialmente até agosto/2016. Conforme acordado entre as partes, após a assinatura do Termo Aditivo nº 02, que esse prazo será prorrogado até janeiro/2017. Também em outubro foi dada continuidade ao acompanhamento do comportamento dos 10 TUEs, durante o período de manutenção em garantia de 12 meses após emissão do CAP, para avaliação da confiabilidade da frota, que deverá ser apurada em função da quilometragem média entre falhas (MKBF). O Fornecedor deverá garantir o índice de confiabilidade (MKBF), igual ou superior aos valores estabelecidos nas especificações técnicas para cada um dos sistemas do TUE. Em 15/07/2016 foi assinado o Termo Aditivo nº 02 que prorroga o prazo contratual até 03/04/2017, de forma a recompor os prazos de 12 meses de garantia e manutenção assistida de cada um dos TUEs com operação plena. Caso sejam constatados durante o período de garantia, defeitos, falhas ou vícios de fabricação, que sejam resultantes de emprego inadequado pelo Fornecedor de mão de obra, equipamentos, materiais ou componentes, ou processo de fabricação, métodos de construção, embalagem ou transporte, o Fornecedor deverá realizar as necessárias alterações ou substituições, sem quaisquer ônus para a CBTU, ficando a contagem do prazo de garantia suspenso até a solução do defeito e o retorno do TUE à operação plena.

Gerenciamento e Supervisão dos Contratos de Material Rodante: Em março foram apresentados os 37º e 38º e últimos Relatórios mensais de acompanhamento do Contrato 023-12/DT do período de fevereiro e março/2016. O contrato foi encerrado em 31/03/2016.

- Equipamentos:

Recuperação de 25 sistemas de lubrificação de friso e os 4 de lubrificação de topo: Concluído em 2010, com pendências e prazo de garantia esgotado. Após levantamento e discussão dos fatos ocorridos, foi constatado que os sistemas instalados estão em pleno funcionamento, com exceção de um sistema de friso, cujo componente principal apresentou falha ainda no período de garantia. O sistema de lubrificação de friso inoperante tem valor contratual de R\$19.963,80, que é o impacto financeiro do contrato para decisão das ações futuras da CBTU de cobrança à Contratada. O processo nº 1904/14, encaminhado ao Jurídico da STU-BH, com um histórico das pendências e pedido de orientação quanto ao acionamento judicial cabível, continua sem resposta até o momento.

2048.10SZ: APOIO À MODERNIZAÇÃO DO TRECHO CALÇADA/PARIPE DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE SALVADOR:

Execução física

Realizado até 2015: 99,00%

Meta para 2016: 0,00%

Realizado em 2016, até dezembro: 0,00% (convênios encerrados)

Restos a Pagar inscritos em 2016: R\$0,00 milhão

Em função desta Ação não estar mais contemplada no PAC a CBTU não apresentou Proposta Orçamentária para 2016 e também não houve proposta para o período do PPA – 2016/2019.

Os Convênios com a CBTU foram encerrados até 2015. Resta apenas a aprovação da Prestação de Contas Final do Convênio nº 003-2010/DT entregue pela CTS em 2016 e em fase final de análise.

FORTALEZA

2048.10SS (antiga 10SY): APOIO À IMPLANTAÇÃO DO TRECHO SUL - VILA DAS FLORES - JOÃO FELIPE DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE FORTALEZA:

Durante o desenvolvimento do Projeto algumas estações tiveram o seu nome alterado, inclusive a estação terminal de Vila das Flores, atual Carlito Benevides. Em função do aumento considerável de demanda projetado para uma estação de transferência entre as Linhas Sul, Oeste e Leste, e do tombamento da estação João Felipe, em seu pátio foi implantada uma nova estação Central - Chico da Silva.

O Projeto para duplicação e eletrificação da Linha Sul do Metrô de Fortaleza foi iniciado em janeiro/1999 por um consórcio liderado pela empresa Queiroz Galvão. Muito longe de atingir a meta inicial, de conclusão do empreendimento em junho/2001, até dezembro/2005 haviam sido aplicados:

- R\$ 442,642 milhões pela União;
- R\$ 57,709 milhões pelo Governo do Estado do Ceará.

Por problemas nas inúmeras adaptações de projeto, postergações e descontinuidade no fluxo de recursos da União, a partir de janeiro/2006 tais recursos passaram a ser realizados através do Convênio 007-2005/DT, homologado em 28/12/2005, instrumento operacional do Convênio-mãe 011-2005/P.

O Convênio 007-2005/DT, em seu último TA vigente, previa o repasse de:

- R\$ 738,005 milhões pela União;
- R\$ 207,734 milhões pelo Governo do Estado do Ceará.

Entre janeiro/2006 a dezembro/2012, o total repassado pela União foi de R\$ 661,03 milhões, seguindo o cronograma estabelecido no Plano de Trabalho de seu TA-04.

Em outubro/2012 foi encaminhado para Brasília o Processo 17.092/2011, visando a homologação do TA 03 ao Convênio Mãe 011-2005/P, que daria respaldo ao TA05 do Convênio 007-2005/DT, de forma a retomar as remessas de recursos e que pressupunha quatro questões fundamentais:

- Prorrogação da data final de 31/12/2012 para 31/12/2014;
- Retirada de atribuição do fornecimento do Material Rodante da empresa Alstom;
- Redistribuição dos recursos da ação Material rodante – R\$ 76,97 milhões para o ressarcimento das obras civis;
- Transferência do cumprimento do Objeto Material Rodante aos 25 TUEs contratados diretamente pelo Governo do Estado do Ceará junto à empresa Ansaldo Breda – Contrato 016/SEINFRA/CC/2009.

Em 07/12/2012 esse Processo retornou à CBTU através de despacho do Conjur/MCidades/Nº3928/2012, para adequações que visavam tão somente a prorrogação de prazo até dezembro/2014, com a equivocada consideração de “...*exiguidade do prazo para a celebração tempestiva do termo aditivo*...”. Tal pedido era insipiente, até porque a simples prorrogação no prazo interromperia a remessa de recursos, já que os R\$ 76,97 milhões retidos eram exclusivos ao ressarcimento do Material Rodante da empresa Alstom.

Como o prazo de vigência se esgotava, readequamos o Processo ao pedido, que retornou em 20/12/2012 para o Ministério das Cidades, em Brasília.

Somente em 08/04/2013 recebemos, através do Ofício 136/2013/GAB-MCIDADES de 05/04/2013, a devolução do Processo 17.092/2011, com inclusão da NOTA PGFN/CAF 37/2013, informando quanto ao “... *sepultamento da possibilidade jurídica de sua reformulação...*” do Convênio 011-2005/P e, por desdobramento, do término prematuro do Convênio Operacional 007-2005/DT.

Com o encerramento do Convênio 007-2005/DT em 08/04/2013, foi efetuada sua Prestação Final de Contas, concluída pela GEFIC em 30/07/2013.

Assim, dos R\$ 945,74 milhões previstos para o Convênio 007-21005/DT, foram atestadas a utilização, até 31/12/2012, de R\$ 843,44 milhões, sendo:

- R\$ 652,32 milhões pela União;
- R\$ 191,12 milhões pelo Estado do Ceará.

Pela Prestação Final de Contas não foram utilizados R\$ 94,25 milhões, referentes a:

- Saldo da conta do CV:	R\$ 8,39 milhões;	} R\$ 76,97 milhões
- RAP 2012 :	R\$ 69,15 milhões;	
- LOA 2013:	R\$ 7,12 milhões;	
- Saldo PAC para 2014:	R\$ 0,70 milhões;	
- Devolução Siemens (NT CGU):	R\$ 0,33 milhões;	
- Aplicações financeiras:	R\$ 8,56 milhões.	

Além de R\$ 16,62 milhões da Contrapartida.

De forma a viabilizar a retomada na transferência de recursos da União para Fortaleza, em 27/06/2013 foi assinado o **Termo de Compromisso (TC) 001/2013**, com validade até 31/12/2015, em regime de transferência obrigatória, tendo a CBTU como Compromissária, a METROFOR como Compromitente e a SEINFRA como Interveniente, com os seguintes valores:

• UNIÃO	R\$ 94.251.597,53
• METROFOR	R\$ 5.000.000,00
Total	R\$ 99.251.597,53

As remessas de recursos, pela União, foram previstas no Plano de Trabalho da seguinte forma:

2013 – R\$ 33.956.179,92

2014 – R\$ 60.295.417,61

O recurso programado para 2013, R\$ 33,956 milhões, compôs-se da LOA/2013, no valor de R\$ 7,121 milhões, além de Crédito Suplementar de R\$ 26,835 milhões. Em 2013 foi repassado o valor da LOA e o suplemento, já como RAP/2013, em 21/02/2014.

Inicialmente por atrasos em contratações e posteriormente por contingenciamentos, em janeiro/2015 foi encaminhado mais R\$ 30 milhões dos R\$ 60,295 milhões previstos na programação original.

Por novos contingenciamentos ao longo de 2015, todo o recurso encaminhado pela União - R\$ 63,956 milhões foi utilizado, além dos R\$ 5,0 milhões da Contrapartida do Governo do Estado do Ceará, além de R\$ 1,612 milhões das aplicações financeiras, conforme demonstrado na Prestação de Contas 11, até 31/07/2016. Um ofício datado de 26/02/2016 assinalava uma dívida de R\$ 7,384 milhões com fornecedores e prestadores de serviços que foram pagos com recursos do Estado do Ceará fora do Termo de Compromisso, tendo em vista que o Estado disponibilizou o total previsto para a Contrapartida e os recursos da União repassados foram totalmente empregados, inclusive os decorrentes dos rendimentos das aplicações financeiras.

Em 27/12/2016, quase dois anos após a última remessa, foi repassado ao METROFOR, mais R\$ 17,089 milhões, do RAP/2014 inscrito em 2016, referente a 3ª. remessa de recursos da União, restando ainda um saldo de R\$ 13,206 milhões, possivelmente a serem encaminhados ao final de 2017.

Um TA01 ao TC 001/2013 foi assinado em 18/05/2015 e postergou sua data de vigência para 31/12/2016. Face à necessária dilatação do prazo, visto que alguns serviços sequer foram licitados por conta dos contingenciamentos, foi homologado em 15/12/2016 o TA02, prorrogando sua vigência para 31/12/2018.

Execução física

O avanço físico do Projeto Linha Sul do Metrô de Fortaleza, aqui calculado, engloba todos os recursos orçamentários formalizados desde 1998, incluindo os Termos de Compromisso TC 001/2013 e TC 001/2014, além do fornecimento do Material Rodante a cargo da empresa italiana Ansaldo Breda SpA.

Por falta de repasses de recursos da União para a CBTU, de forma a honrar o TC001/2013, o METROFOR conquistou cerca de 10 milhões em recursos do Estado para o pagamento de dívidas em atraso e retomada de parte dos serviços semiparalisados, como a Bilhetagem Eletrônica e as obras do Viaduto da Padre Cícero, no entorno do emboque do túnel, ao lado da Av. José Bastos.

Neste contexto, temos o avanço físico:

Realizado até 2015: 92,36%

Meta para 2016: 2,41%

Realizado em 2016, até dezembro: 2,36%

Restos a Pagar inscritos em 2016: R\$30,30 milhões

Restos a Pagar pagos: R\$17,09 milhão

LOA 2016 (LOA/2016 - nº 13.255): R\$0,00 milhão

LOA 2016 (limite autorizado): R\$0,00 milhão

LOA 2016 (valor empenhado): R\$0,00 milhão

142W.0101: MODERNIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE TRENS URBANOS DE PASSAGEIROS SOB GESTÃO DA CBTU – NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – NATAL (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO)

Evolução física

Data de início da Ação: Out/2012

Realizado até 2015: 25,0 %

Meta física para 2016: 25,0 %

Realizado até dezembro de 2016: 8,33 %

Restos a Pagar inscritos (-cancelados) em 2016: R\$99,08 milhões

Restos a Pagar pagos: R\$10,75 milhões

LOA 2016 (+créditos aprovados): R\$0,0 milhão

LOA 2016 (limite autorizado): R\$0,0 milhão

LOA 2016 (valor empenhado): R\$0,0 milhão

A meta ficou abaixo da estimada devido a restrições de Limite Financeiro para o exercício de 2016, suspendendo entregas, com consequência direta no cumprimento das metas.

Os RAPs existentes até dez/2016 são de 2012 no valor de R\$ 88,32 milhões. O avanço físico se deve exclusivamente aos RAPs existentes.

Observações:

Em setembro de 2016 o avanço físico até 2015 e a meta para 2016 foram reavaliados e adequados à realidade atual do Contrato. Até 2015 havia sido considerada, para o avanço físico, uma análise físico/financeira que incluía eventos referentes aos VLTs que ainda não haviam sido entregues, o que acabou não refletindo o físico efetivamente realizado.

Os valores referentes aos avanços financeiros, tanto de Natal quanto de João Pessoa, foram alterados e estão condizentes com a realidade atual do Contrato, devido a uma planilha elaborada e atualizada pelo GEMAR e pela GECOD, que descreve tudo que já foi faturado/pago para cada composição.

Principais ações em desenvolvimento:

Contrato Nº- 019/2012, Objeto: Aquisição de 20 (vinte) veículos Leve sobre Trilhos - VLT, cada VLT composto por 03 (três) carros, movidos a tração diesel-hidráulica, em bitola métrica, sendo 12(doze) destinados à Superintendência de Trens Urbanos de Natal (STU/NAT), e 8 (oito) à Superintendência de Trens Urbanos de João Pessoa (STU/JOP), Prazo: 47 (quarenta e sete) meses. Data da Assinatura: 27 de novembro de 2012. VALOR GLOBAL: R\$173.363.183,40 (cento e setenta e três milhões trezentos e sessenta e três mil cento e oitenta e três reais e quarenta centavos). Contratada: BOM SINAL - Bom Sinal Indústria e Comércio.

Realizado Financeiro Proporcional à Natal de 49,67%.

Foi assinado no dia 05/12/2014 o termo aditivo nº 01 prorrogando a vigência do contrato de 47 para 56 meses, vencendo em 27/07/2017.

Em dez/2015 foi assinado o Termo Aditivo nº 02 estendendo o prazo de vigência por mais 21 meses, com término previsto para março/2019, e incluindo novos eventos de pagamento sem, no entanto, alterar o valor total do contrato.

Em 26/09/2016, foi entregue a quarta composição dos 12 VLTs contratados, com CAP emitido em 26/10/2016, e este se encontra em operação.

Contrato Nº 024-2012/DT, Espécie: Contratação de empresa de engenharia consultiva para a realização de serviços especializados de consultoria técnica e apoio ao gerenciamento e supervisão dos contratos de fornecimento de material rodante metroferroviário constantes do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC, sob a responsabilidade da CBTU. Prazo: 24 meses. Data de assinatura: 19 de dezembro de 2012. Valor global: R\$4.639.128,12. Contratada: Consórcio Focco-Pólux.

Foram aprovados os relatórios técnico-gerenciais, referentes a dezembro/2015. Realizado Físico/Financeiro: 100,0 %

Foi assinado um termo aditivo de prazo, prorrogando a vigência até março de 2016.

O contrato foi encerrado em março/2016 e não foi autorizado pela Diretoria da CBTU o início de nova licitação.

Contrato nº 025-2012/DT. Objeto: Aquisição de 2 (duas) locomotivas novas, movidas a tração diesel-elétrica, em bitola métrica, com a faixa de potência entre 700HP e 1200HP, destinadas à Superintendência Regional de Natal, cujas especificações técnicas estão descritas no Termo de Referência. Prazo: 31 meses. Data da Assinatura: 19 de dezembro de 2012. Valor: R\$ 8.793.400,42. Contratada: MGE - Equipamentos e Serviços Ferroviários.

Entregues as duas locomotivas. Realizado Físico/Financeiro: 91,0%.

Foi assinado um termo aditivo de prazo, prorrogando a vigência do contrato até 29/07/16, com o objetivo de abrigar o período de garantia do equipamento.

Em 04/07/2016 foi assinado o Termo Aditivo nº 02 para adequação do valor do contrato à retirada do ICMS, reduzindo o valor total do Contrato para R\$8.115.121,59.

Em 25/07/2016 foi assinado o Termo Aditivo de prazo nº 03, prorrogando a vigência do contrato de 43 para 55 meses até 30/07/17, com o objetivo de abrigar o período de garantia do equipamento.

10SS: APOIO A SISTEMAS DE TRANSPORTE PÚBLICO

PO 0002: MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE NATAL

Evolução física

Data de início da Ação: Jan/2014

Realizado até 2015:	6,38 %
Meta para 2016:	5,0 %
Realizado até dezembro de 2016:	0,89%
Restos a Pagar inscritos (-cancelados) em 2016:	R\$39,6 milhões
Restos a Pagar pagos:	R\$10,0 milhões
LOA 2016 (+créditos aprovados):	R\$3,82 milhões
LOA 2016 (limite autorizado):	R\$3,82 milhões
LOA 2016 (valor empenhado):	R\$3,81 milhões

Os RAPs existentes até dez/2016 são de 2014 e 2015, no valor total de R\$29,59 milhões, sendo parte da antiga Ação 152T de 2014.

A meta ficou abaixo da estimada devido a restrições de Limite Financeiro para o exercício de 2016, refletindo no desempenho do orçamento do ano, suspendendo entregas e retardando licitações de contratações, com consequência direta no cumprimento das metas.

Observação: O realizado até 2015 foi revisado por não ter levado em conta algumas entregas de fixações e dormentes realizadas em 2015.

Principais ações em desenvolvimento:

Licitada e empenhados em 2016 a aquisição de sobressalentes para VLTs e LOCOs.

Foram assinadas Ordens de Compra relativas ao Registro de Preço para Pregão Eletrônico realizado em 2013, para fornecimento de equipamentos para via permanente envolvendo fixações, dormentes de concreto, AMVs e dormentes especiais para AMVs.

As referidas Ordens de Compra foram feitas com base na verba oriunda do PAC, publicado pela D.O.U. de 03 de julho de 2014.

Ainda com base na verba do PAC, acima citado, a Administração Central assinou o contrato com a empresa EPC Engenharia para a recuperação do Sistema dos Trens Urbanos de Natal.

Até dezembro/2016 foram entregues 192.244 conjuntos de fixações, 104.000 dormentes de concreto e o Projeto Conceitual da Recuperação do Sistema. O Projeto Executivo está em fase final de elaboração, com previsão de conclusão para final de fevereiro de 2017.

A Ordem de Compra 022/GENOR/2014, firmada com a BR Railparts, referente à aquisição dos AMVs, foi retomada e prorrogada por mais 150 dias, até 02/04/2017. A Ordem de Compra 021/GENOR/2014, firmada com a EMPAC, referente à aquisição dos dormentes especiais para AMVs, também foi retomada e prorrogada, por mais 180 dias, até 01/07/2017. Nenhum material ainda foi entregue.

O Contrato nº 015-2014/DT, firmado com a EPC, teve seu prazo aditivado quatro vezes e encontra-se vigente até 28/02/2017. O Termo Aditivo de Preço, solicitado pela Contratada, ainda está sendo discutido.

142W.0103: MODERNIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE TRENS URBANOS DE PASSAGEIROS SOB GESTÃO DA CBTU – NO ESTADO DA PARAÍBA – JOÃO PESSOA (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO)

Evolução física

Data de início da Ação: Out/2012

Realizado até 2015: 25,0 %

Meta para 2016: 37,5 %

Realizado até dezembro de 2016: 25,0%

Restos a Pagar inscritos (- cancelados) em 2016: R\$61,83 milhões

Restos a Pagar pagos: R\$19,2 milhões

LOA 2016 (+créditos aprovados): R\$0,0

LOA 2016 (limite autorizado): R\$0,0

LOA 2016 (valor empenhado): R\$0,0

A meta ficou abaixo da estimada devido a restrições de Limite Financeiro para o exercício de 2016, suspendendo entregas, com consequência direta no cumprimento das metas.

Os RAPs existentes até dez/2016 são de 2012 no valor de R\$ 44,71 milhões. O avanço físico se deve exclusivamente aos RAPs existentes.

Observações:

Em setembro de 2016 o avanço físico até 2015 e a meta para 2016 foram reavaliados e adequados à realidade atual do Contrato. Até 2015 havia sido considerada, para o avanço físico, uma análise físico/financeira que incluía eventos referentes aos VLTs que ainda não haviam sido entregues, o que acabou não refletindo o físico efetivamente realizado.

Os valores referentes aos avanços financeiros, tanto de Natal quanto de João Pessoa, foram alterados e estão condizentes com a realidade atual do Contrato, devido a uma planilha elaborada e atualizada pelo GEMAR e pela GECOD, que descreve tudo que já foi faturado/pago para cada composição.

Principais ações em desenvolvimento:

Contrato Nº- 019/2012, Objeto: Aquisição de 20 (vinte) veículos Leve sobre Trilhos - VLT, cada VLT composto por 03 (três) carros, movidos a tração diesel-hidráulica ou diesel-elétrica, em bitola métrica, sendo 12 (doze) destinados à Superintendência de Trens Urbanos de Natal (STU/NAT), e 8 (oito) à Superintendência de Trens Urbanos de João Pessoa (STU/JOP), Prazo: 47 (quarenta e sete) meses. Data da Assinatura: 27 de novembro de 2012. Valor Global: R\$173.363.183,40 (cento e setenta e três milhões trezentos e sessenta e três mil cento e oitenta e três reais e quarenta centavos). Contratada: BOM SINAL - Bom Sinal Indústria e Comércio.

Realizado Financeiro Proporcional à João Pessoa de 64,25%. Foi assinado no dia 05/12/2014 o termo aditivo nº 01 prorrogando a vigência do contrato de 47 para 56 meses, vencendo em 27/07/2017.

Em dez/2015 foi assinado o Termo Aditivo nº 02 estendendo o prazo de vigência por mais 21 meses, com término previsto para março/2019, e incluindo novos eventos de pagamento sem, no entanto, alterar o valor total do contrato. Foi entregue, em março/2016, o VLT nº 3 que se encontra em operação. A quarta composição já foi entregue, cujo CAP foi emitido em 12/12/2016.

Contrato Nº 024-2012/DT, Espécie: Contratação de empresa de engenharia consultiva para a realização de serviços especializados de consultoria técnica e apoio ao gerenciamento e supervisão dos contratos de fornecimento de material rodante metroferroviário constantes do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC, sob a responsabilidade da CBTU.

Prazo: 24 (vinte e quatro) meses. Data de assinatura: 19 de dezembro de 2012. Valor global: R\$4.639.128,12 (quatro milhões, seiscentos e trinta e nove mil, cento e vinte oito reais e doze centavos). Contratada: Consórcio Focco-Pólux.

Foram aprovados os relatórios técnico-gerenciais referentes ao mês de dezembro/2015. Realizado Físico/Financeiro 85,0%.

Foi assinado um termo aditivo de prazo, prorrogando a vigência até março de 2016.

O contrato foi encerrado em março/2016 e não foi autorizado pela Diretoria da CBTU o início de nova licitação.

10SS: APOIO A SISTEMAS DE TRANSPORTE PÚBLICO

PO 0001: MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE JOÃO PESSOA

Evolução física

Data de início da Ação: Jan/2014

Realizado até 2015:	3,91%
Meta para 2016:	5,37%
Realizado até dezembro de 2016:	5,18%
Restos a Pagar inscritos (-cancelados) em 2016:	R\$21,35 milhões
Restos a Pagar pagos:	R\$9,86 milhões
LOA 2016 (+créditos aprovados):	R\$19,99 milhões
LOA 2016 (limite autorizado):	R\$19,99 milhões
LOA 2016 (valor empenhado):	R\$9,85 milhões

A meta ficou abaixo da estimada devido a restrições de Limite Financeiro para o exercício de 2016 e pelo remanejamento solicitado, refletindo no desempenho do orçamento do ano, suspendendo entregas e retardando licitações de contratações, com consequência direta no cumprimento das metas.

Os RAPs existentes até dez/2016 são de 2014 e 2015, no valor total de R\$21,35 milhões, sendo R\$14,35 milhões da antiga Ação 152S de 2014.

Principais ações no período:

- Licitadas e empenhados em 2016 a aquisição de sobressalentes para VLTs e na Recuperação da Via trecho Santa Rita - Cabedelo
- As faturas referentes a 12ª. medição de serviços do Consórcio Headwayx/ATP foram pagas. Dos 77,7% faturados pelo Consórcio no Projeto de Modernização, faltam ainda os projetos e Planilhas orçamentárias referentes a, principalmente, Sinalização. A maior dificuldade, informada pelo Consórcio, diz respeito a coleta de preços de Mercado;
- A empresa BR Railparts, contratada pela OC 019/GENOR/2014 deu entrada em pedido de realinhamento de preços, que tramita na CBTU através do Processo 9.713/16;
- Através do Processo 1.016/16 foi efetivada a retomada da ordem de compra OC 018/GENOR/2014, visando a entrega de 17.391 dormentes de concreto pela empresa Conprenor Ltda.;
- Tramita na CBTU o Processo 5.597/16 referente a retomada da ordem de compra OC 017/GENOR/2014 referente ao fornecimento de 4.368 metros de dormentes de concreto para AMVs pela empresa Empac Ltda.

- O contrato com a empresa REMAH OC-002/2015, cujo objeto é a compra de 2000 UND de trilhos, foi retomado e renovado até 18/06/17.

10SS: APOIO A SISTEMAS DE TRANSPORTE PÚBLICO

PO 0003: MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE MACEIÓ

Evolução física

Data de início da Ação: jan/2014

Realizado até 2015:	3,6%
Meta para 2016:	7,0%
Realizado até dezembro de 2016:	3,98%
Restos a Pagar inscritos (-cancelados) em 2016:	R\$35,96 milhões
Restos a Pagar pagos:	R\$9,98 milhões
LOA 2016 (+créditos aprovados):	R\$23,7 milhões
LOA 2016 (limite autorizado):	R\$23,7 milhões
LOA 2016 (valor empenhado):	R\$19,45 milhões

A meta ficou abaixo da estimada devido a restrições de Limite Financeiro para o exercício de 2016, refletindo no desempenho do orçamento do ano, suspendendo entregas e retardando licitações de contratações, com consequência direta no cumprimento das metas.

Os RAPs existentes até dez/2016 são de 2014 e 2015, no valor total de R\$25,95 milhões, sendo parte da antiga Ação 152U de 2014.

Principais ações em desenvolvimento:

Licitados e empenhados em 2016: a construção da Estação e Pátio de Jaraguá, a remodelação da via no trecho Maceió-Jaraguá, a aquisição de sobressalentes de VLT, a aquisição de equipamento de abastecimento, a remodelação da via trecho Satuba-ABC, a aquisição de brita e a aquisição de talas de junção.

Com base na verba oriunda do PAC, publicado pela D.O.U. de 03 de julho de 2014, a Administração Central está licitando compra de equipamentos para via permanente, bem como projetos concernentes ao sistema de Maceió.

Ainda com base na verba do PAC, acima citado, a Administração Central fechou contrato com o consórcio Headwayx/ATP para a recuperação dos trens urbanos de Maceió.

Ainda com base na verba oriunda do PAC, houve avanço físico envolvendo parte do projeto conceitual de arquitetura das estações e oficinas, bem como de sinalização da via.

Em 06 de Mar/2015 foi assinada a ordem de serviço 007/GENOR/15 do contrato número 0021-14/DT com um valor total de R\$ 7.240.589,88, em favor da empresa CONY engenharia LTDA (CNPJ 41.167.347/0001-00) programa PROG-PI: MC.IC02.902CA, referente à obra da nova estação Bom Parto e remodelação da infra e superestrutura da via permanente entre as estacas 87-162 em Maceió. Nesse mesmo mês foi feita a mobilização e implantação do canteiro de obras.

Em abr/2015 foi iniciado o serviço de demolição da antiga estação, bem como os estudos para desvio/revestimento da galeria de águas pluviais que passa abaixo da atual estação. Em mai/2015 foi feito pela CONY engenharia e aprovado pela SEMINFRA o projeto para desvio de águas pluviais e dado continuidade a demolição. Em Jun/2015 foi realizada 60% da demolição. Em Jul/2015 foi feito o fechamento da canaleta de drenagem com tampas de concreto e construído o barracão de obra. Além

disso foi realizada a limpeza de 370m² de área do terreno. Em ago/2015 a obra foi paralisada em função da necessidade de executar a troca de tubulação da Casal, sendo esta pendente de ser aditivada. Foi executada a plataforma provisória.

Obras ficaram paralisadas de set/2015 a jun/2016 quando foram retomadas.

Em Jul/16 foram executadas uma parte das estacas previstas em projeto. Em Ago/16 foram demolidas estruturas em concreto e executadas mais algumas estacas. Em Set/16 continuaram as obras de estaqueamento. Em Out/16 iniciou-se a montagem da estrutura metálica principal. Em Nov/16 foi concretada a laje de piso do prédio operacional.

Em 06 de Mar/2015 foi assinada a ordem de serviço 008/GENOR/15 do contrato

número 0022-14/DT com um valor total de R\$ 6.793.764,34, em favor da empresa CONY engenharia LTDA (CNPJ 41.167.347/0001-00) programa PROG-PI: MC.IC02.902CA, referente à obra da nova estação Mercado em Maceió. O prazo de execução do contrato é de 365 dias. Nesse mesmo mês foi iniciada a construção do canteiro de obras bem como o isolamento da área de implantação da nova estação.

Em Abr/2015 foi concluída a construção do canteiro de obras e mobilizado o equipamento para execução da fundação em estaca raiz. Foi feita também a locação definitiva dos elementos da obra. Em Mai/2015 foi iniciado o estaqueamento da obra. Em Jun/2015 foi feito 80% do estaqueamento. Em Jul/2015 foi feita a preparação das estacas para a prova de carga. No dia 30 foi realizado um desses testes. Em ago/2015 foram finalizadas as provas de carga. A contratada fez um relatório sobre as 4 estacas sugerindo um reforço na fundação. Em set/2015 as obras foram paralisadas devido a pendente análise do aditivo referente as estacas.

Obras ficaram paralisadas de set/2015 a nov/2015. No dia 17/12/2015 o Contrato foi suspenso por 120 dias, os serviços mantiveram-se completamente paralisados durante todo esse mês. Obras ficaram paralisadas com contrato suspenso de jan/2016 a abr/2016.

No dia 16/04/2016 a suspensão do contrato foi finalizada. Durante a última quinzena do mês de Abril de 2016 nenhuma intervenção foi realizada. Em Mai/2016 foi dado início à construção do novo barracão do canteiro de obras, assim como o isolamento do canteiro através da execução de cerca de arame farpado. Em Jun/2016 foi dada continuidade à execução das estacas de fundação. Neste mês também foi realizada a conferência da locação das estacas já executadas e ficou constatado que a grande maioria das mesmas foi executada fora das posições especificadas em projeto. Em Jul/2016 foram executados blocos de fundação e 30% das vigas da plataforma de embarque. Em Ago/2016 foram executados 30% das vigas da plataforma de embarque. Também foi realizada a primeira etapa de concretagem dos pilares de concreto e foi realizado 40% da concretagem das lajes da plataforma de embarque. Em Set/2016 foi concluída a concretagem das vigas e lajes da plataforma de embarque. Foram realizadas as segunda e terceira etapas de concretagem dos pilares de concreto. Neste mês também deu-se início à desmontagem da grade da via permanente existente. Em Out/2016 foram concretadas 50% das vigas do mezanino e foi dado início à aplicação dos perfis metálicos do mezanino. Em Nov/2016 foi executado 100% da laje de piso das salas técnicas. Concluída a aplicação dos perfis metálicos principais do piso mezanino. Foram aplicados os perfis metálicos principais das salas técnicas. Concretagem de 50% da capa das pré-lajes do piso do mezanino. Concretagem de 25m de paredes da mureta de vedação (Estaca 74 a 75+5,00). Em Dez/16 foram realizados serviços de fundações e estruturas, com instalação de 9% da armação de aço tipo CA-50 e aplicação de 91% de laje pré moldada. Além disso, houve 26% de realização do item de fornecimento, execução e montagem da estrutura metálica do mezanino.

Em 06 de Março de 2015 a ordem de serviço 006/GENOR/15 do contrato número 0023-14/DT com um valor total de R\$8.862.785,31, em favor da empresa CONY engenharia LTDA (CNPJ 41.167.347/0001-00) programa PROG-PI: MC.ID02.902CB, referente à obra de recuperação da via permanente, infra e superestrutura ferroviária, entre as estacas 850-1040. Nesse mesmo mês foi

iniciada a construção do canteiro de obras, a mobilização de equipamentos e o transporte de trilhos e dormentes ao longo do trecho. No dia 30/03 foi paralisada a circulação de trens no trecho Utinga-Satuba a fim de que a contratada pudesse iniciar a desmontagem e posterior montagem da nova via, com retorno da operação comercial previsto para o dia 30/06/2015.

Em abr/2015 foi iniciada a desmontagem da linha antiga e concluída a terraplanagem no trecho das estacadas 1040-1023. Em Mai/2015 foi iniciada a construção de bueiros tubulares, o capeamento dos bueiros de greide e dada continuidade a desmontagem da via até a estaca 889+0,00. Em Jun/2015 foi iniciada e concluída a montagem da linha até a estaca 889+0,00. Foi realizada também a concretagem dos bueiros tubulares e feita a reconstrução do encontro em concreto ciclópico na estaca 1009. Em Jul/2015 foi iniciado o lastreamento da via com utilização do trem de serviço e posteriormente a execução do nivelamento do trecho da estaca 1040 até a 889. Em Ago/2015 foi paralisado o serviço de nivelamento e alinhamento da via pela contratada alegando a mesma que devido aos atrasos no recebimento das medições anteriores não seria possível continuar com os serviços supracitados. Iniciando com efetivo mínimo a construção de muretas pré-moldadas na fábrica instalada no canteiro de Satuba. Em Set/2015 os serviços de nivelamento e alinhamento de via continuaram paralisados devido aos motivos citados no mês de agosto. Também não foram iniciados os serviços de solda aluminotérmica pelos mesmos motivos alegados pela contratada. Foi iniciada a instalação de muretas guarda-lastro a partir da estaca 1040. Em Out/2015 a contratada vem dando continuidade a fabricação e instalação de muretas guarda-lastro a partir da estaca 1040 em direção à estação de Satuba. Mantem-se paralisados os demais serviços que fazem parte do escopo desta contratação. Informamos ainda que os demais serviços que encontram-se paralisados são por decisão unilateral da contratada. Em Nov/15 foram assentadas muretas guarda-lastro até o dia 08 deste mês. Após essa data a contratada paralisou todas as atividades, alegando a impossibilidade de continuar os serviços em função dos atrasos do pagamento das medições pela CBTU.

Obras ficaram paralisadas de nov/2015 a mar/2016.

Nos meses de abril e maio de 2016 foram executados guarda lastro e lastreamento de via. O contrato recebeu aditivo de prazo prorrogando sua conclusão para 06/08/2017. Em junho/16 foram iniciados os serviços de capeamento de bueiros, bueiros tubulares e implantação de canaletas trapezoidais. Foram também executados os serviços de regularização de subleito e retomada da desmontagem da grade antiga. Em julho/16 foram executados os serviços de canaleta trapezoidal, iniciou-se a construção do muro tipo II, remoção da grade velha, regularização de subleito e montagem de grade nova. Em agosto/16 foram executados os serviços de canaleta trapezoidal, capeamento de bueiro, bueiro tubular, muro tipo I, guarda lastro, remoção de grade velha e montagem de grade nova. Em setembro/16 foram executados a canaleta trapezoidal, o muro tipo I e iniciou-se a solda aluminotérmica. Em outubro e novembro de 2016 foram executadas as canaletas trapezoidais, o muro tipo I e as soldas aluminotérmicas.

Em 06 de Setembro de 2016 a ordem de contratação 026/16 do contrato número 0017-2016/-CBTU/STU-MAC com um valor total de R\$ 3.399.915,06, em favor da empresa VALMAR SERVIÇOS INDUSTRIAIS LTDA (CNPJ 00.469.393/0001-87), referente à obra de REMODELAÇÃO DA VIA PERMANENTE entre as estacas 3+00 e 116+10 do ramal Maceió - Jaraguá.

No mesmo dia foi iniciada a construção do canteiro de obras, a mobilização de equipamentos e trabalhos de Topografia, no trecho. A partir do dia 14/09 foram iniciadas a retirada de todos os trilhos e dormentes de madeira, antigos, em toda a extensão da via.

A partir do mês subsequente, foram seguidas as seguintes etapas:

Retirada uma camada de 10 cm, em média de todo o leito da via, tido como material contaminado, para descarte; Foram escavados o trecho 02, que inicia na rua Mal. Roberto Ferreira e termina na ponte do riacho Salgadinho, em média, 50 cm de profundidade, para a recomposição da base e leito

da via; Foram concomitantemente, instalados o BIDIN (manta geotêxtil), pedra rachão e brita graduada, na sequência de conformação da via; Foram distribuídos os novos dormentes de concreto e novos trilhos TR-45, na medida em que as etapas anteriores foram sendo concluídas; As etapas foram sendo seguidas na mesma sequência nos trechos 03 e 04; Atualmente, temos até o trecho 03 e 04 já na fase de desfile dos trilhos.

14TS.0026: ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE RECIFE À ACESSIBILIDADE

Data de início da Ação: Jan/2008

Realizado até 2015:	9,42%
Meta para 2016:	0,0%
Realizado até dezembro de 2016:	0,52 %
Restos a Pagar inscritos (-cancelados) em 2016:	R\$0,0 milhão
Restos a Pagar pagos:	R\$0,0 milhão
LOA 2016 (+créditos aprovados):	R\$0,0 milhão
LOA 2016 (limite autorizado):	R\$0,0 milhão
LOA 2016 (valor empenhado):	R\$0,0 milhão

As atividades de acessibilidade passaram a fazer parte de Ação 14TT em 2016, não recebendo recursos em 2016, a antiga Ação 14TS não foi contemplada com recursos desde o ano de 2015 para este fim.

14TS.0031: ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE TRENS DE BELO HORIZONTE À ACESSIBILIDADE

Evolução física

Data de início da Ação: Jan/2008

Realizado até 2015:	11,66%
Meta para 2016:	2,77%
Realizado até dezembro de 2016:	4,31%
Restos a Pagar inscritos (-cancelados) em 2016:	R\$2,64 milhão
Restos a Pagar pagos:	R\$0,59 milhão
LOA 2016 (+créditos aprovados):	R\$0,00 milhão
LOA 2016 (limite autorizado):	R\$0,00 milhão
LOA 2016 (valor empenhado):	R\$0,00 milhão

As atividades de acessibilidade passaram a fazer parte de Ação 14TT em 2016, não recebendo recursos em 2016, a antiga Ação 14TS não foi contemplada com recursos desde o ano de 2015 para este fim, continuam atividades referentes ao RAP existente.

Principais ações em desenvolvimento em 2015 e 2016:

Em 10/12/2013 foi assinado o contrato 032/CBTU/STU-BH/2013 com a Construtora Minas Nova Ltda no valor de R\$495.400,00, tendo por objeto as Obras de adequação às normas de acessibilidade nas estações São Gabriel, Primeiro de Maio, Waldomiro Lobo e Floramar. Com recursos da LOA/2013 foi emitida Ordem de Serviço nº 071/2013 e empenhado o valor total do contrato através da NE002527, o prazo do contrato, contados a partir de 10/12/2013, foi acrescido no Termo Aditivo nº 01 em mais 6 meses, totalizando 14 meses de prazo contratual, com previsão de encerramento em 09 de fevereiro de 2015 e o valor do contrato foi acrescido no Termo de Alteração nº 02 em R\$12.996,25, em função do aumento do ISSQN pela Prefeitura de Belo Horizonte, passando a valor total do contrato para R\$508.396,25. Concluída toda adaptação da estação São Gabriel, concluídos os pisos podotátil no saguão e plataforma das estações Waldomiro Lobo, Primeiro de Maio e Floramar, concluídos também os sanitários acessíveis das estações Floramar e Primeiro de Maio e a sinalização visual no piso dos degraus da escada da estação Primeiro de Maio. Em janeiro foram concluídas as adaptações nos sanitários da estação Waldomiro Lobo e adequações nas bilheterias das estações Floramar, Waldomiro Lobo e Primeiro de Maio. Em janeiro foi feita a décima segunda e última medição de serviços do contrato no valor de R\$56.518,27, que somada com diferença do valor do aumento do ISSQN das medições realizadas anteriormente no valor de R\$10.789,95, totaliza um valor medido de R\$508.396,25. A mão de obra mobilizada em janeiro para as obras foi de 4 empregados. Contrato Concluído em janeiro/2015.

Em 30/12/2013 foi assinado o contrato 036/CBTU/STU-BH/2013 com a REP – Serviços de Engenharia Ltda no valor de R\$212.930,00, tendo por objeto a revisão dos projetos executivos em atendimento às normas de acessibilidade nas estações Lagoinha, Calafate, Gameleira e Cidade Industrial. Com recursos da LOA/2013 foi empenhado o valor total do contrato através da NE002597, o prazo do contrato foi acrescido no Termo Aditivo nº 01 em mais 8 meses, totalizando 16 meses de prazo contratual, com previsão de encerramento em 30 de abril de 2015. Foi firmado em abril/2015 o Termo Aditivo nº 02 que prorrogou o prazo contratual para 30/10/2015. Em julho/14 foi concluído o trabalho de digitalização dos projetos de arquitetura das quatro estações, cujas cópias em papel vegetal haviam sido repassadas à contratada. Esses projetos digitalizados estão sendo ajustados às normas de acessibilidade pela contratada. Em agosto/14 foram concluídas as vistorias e levantamentos de campo com entrega de relatório de intervenções e necessidades. Em andamento a execução do projeto básico de acessibilidade nas 4 (quatro) estações. Em julho/15 foi feita a quarta medição de serviços do contrato até o momento no valor de R\$31.939,50, que somada as anteriores totaliza um valor de R\$106.465,00. Em agosto/15 não houve avanço nos trabalhos e a gestão preparou correspondência à contratada comunicando a pretensão de encerramento do contrato com aplicação de penalidades, em virtude do não cumprimento do cronograma, da paralisação dos serviços sem justificativas à CBTU, do não atendimento às solicitações da gestão e fiscalização e a não apresentação da garantia contratual do Termo Aditivo nº02. Em 18/09/2015 foi publicado no extrato do Diário Oficial da União – DOU a pretensão de encerramento do contrato com aplicação de penalidades e realizada a juntada do aviso de recebimento da correspondência encaminhada à contratada, com mesmo teor da publicação realizada. No dia 28/09/2015 foi encerrado o prazo da contratada para a manifestação de sua defesa. O processo 0989/15, que trata desse assunto, foi encaminhado ao STU-BH para conhecimento e aprovação das ações realizadas pelo gestor do contrato. O prazo do contrato expirou no dia 29/10/2015, A empresa não se manifestou quanto a correspondência que foi encaminhada e à publicação realizada no Diário Oficial da União no dia 27/10/15. O processo 0989/15 foi encaminhado à Gerência de Obras para posterior encaminhamento ao STU-BH, para as devidas providências da aplicação da multa no valor de R\$12.243,48. O contrato foi encerrado com 50% de execução, evolução suficiente para a conclusão dos projetos básicos dessas quatro estações (faltam os projetos executivos). O projeto básico contemplou todas as alterações necessárias para a adequação à norma de acessibilidade, com detalhes do banheiro acessível, das bilheterias e rotas acessíveis (podotátil). Como o executivo não foi desenvolvido, a STU-BH pretende realizar o levantamento dos quantitativos de serviços e materiais com pessoal interno da Gerência

Regional de Obras – GIORB, deixando as obras de adequação dessas estações prontas para serem licitadas quando os recursos forem liberados.

Em 27/06/2014 foi assinado o contrato 022/CBTU/STU-BH/2014 com a empresa FORX Engenharia Ltda no valor de R\$1.355.104,34 para serviços de adaptação das estações Santa Inês, José Cândido da Silveira e Minas Shopping às normas e leis vigentes de acessibilidade. Em 30/06/2014 foi emitida a Ordem de Serviço nº 052-2014 no valor de R\$1.355.104,34 e com recursos da LOA/2014 foi empenhado o valor total do contrato através da das NE0001035 no valor de R\$355.100,00 e NE0001036 no valor de R\$1.000.000,00. O prazo do contrato é de 8 meses. Em fev/15 foi assinado Termo Aditivo 01, que prorroga o prazo contratual em mais 8 meses, com previsão de encerramento de 27/10/2015. Concluído o remanejamento e adequação dos corrimãos de escadas e rampas. Concluídas as construções das estruturas de concreto armado para instalação dos elevadores previstos em contrato. Continuam em andamento as implantações do piso podotátil nas estações Santa Inês, José Cândido e Minas Shopping, as instalações dos elevadores 01 e 02 e instalações sanitárias na estação Santa Inês. Iniciadas as instalações sanitárias e a implantação da rampa de acesso na estação José Cândido. Em out/2015 foram concluídas as implantações do piso podotátil nas estações Santa Inês, José Cândido e Minas Shopping, a implantação dos elevadores 1 e 2 na estação Santa Inês e a rampa de acesso de acesso na estação José Cândido. Em outubro foi realizada a 16ª e última medição no valor de R\$189.681,41, totalizando um valor medido final de R\$1.353.254,24. A mão de obra mobilizada em outubro para os serviços foi de 10 empregados. Contrato concluído em outubro de 2015.

Em 30 de dezembro de 2014 foi assinado o contrato 055/CBTU/STU-BH/2014 com a empresa Elevadores Otis no valor de R\$121.049,28, para serviço de fabricação e montagem de peças para o reparo da escada rolante ER-2853 (Escada Rolante nº 13) do setor sul do terminal de integração da Estação Vilarinho da CBTU-STU/BH. Em 05/12/2014 foi emitida o empenho NE002432 (PROC. 2801/2014) no valor de R\$121.049,28. Os serviços iniciaram-se em 02/02/2015 e o prazo para conclusão é de 3 meses. Em 25 de março os serviços de recuperação foram concluídos e foi efetuada a única medição no valor de R\$121.049,28. A mão de obra mobilizada em março para os serviços foi de 4 empregados. Contrato concluído em março de 2015.

Em 01 de abril de 2015 foi assinado o Contrato nº 001/CBTU/STU-BH/15 com a empresa EGS Elevadores Ltda no valor de R\$536.100,00, para os serviços de adaptação as normas de acessibilidade em 25 elevadores de fabricação Atlas Schindler, instalados nas estações, no CCO e no Edifício Sede da STU-BH. Foram emitidas as Notas de Empenho 2014NE002423 e 2014NE002425. Em 18/05/15 foi emitida a Ordem de Serviço e realizadas reuniões com a contratada e com a empresa que faz a manutenção dos elevadores e que possuem responsabilidade técnica de funcionamento sobre os mesmos para acerto de detalhes sobre a execução do serviço. Em junho a empresa encaminhou documentação referente aos procedimentos de segurança do trabalho que foram analisados e aprovados para início das atividades pela área responsável da STU-BH. Em agosto foram concluídos os serviços nos 2(dois) elevadores que servirão de protótipos. Esses equipamentos estão em funcionamento para avaliação e aceitação da CBTU/STU-BH. Em setembro a contratada corrigiu pendências de instalação nos elevadores concluídos e iniciou adaptações de mais dois elevadores. Os elevadores já adaptados continuam em funcionamento para avaliação. Em out/2015 a contratada entregou 5 elevadores adaptados e está em fase de planejamento para execução de mais 4. Todos os equipamentos adaptados estão em funcionamento e disponíveis aos usuários. Em out/2015 foi realizada a 1ª medição no valor de R\$128.664,00. O serviço de adaptação dos elevadores é fundamentalmente de natureza eletrônica e envolve fabricação, montagem e instalação / adaptação de peças. No mês de novembro foram realizadas medições e feitos levantamentos dos equipamentos para a fabricação e adaptação das peças, desta forma a execução do serviço é desenvolvida em pacotes que envolvem a instalação dos kits de adaptação que chegam aos locais de instalação já prontos. Em

dezembro a empresa avançou na adaptação de um conjunto de 4 (quatro) elevadores que serão comissionados em janeiro de 2016. A contratada esta em fase de planejamento da execução para iniciar a adaptação de mais um lote de elevadores em janeiro de 2016. Já estão concluídas as adaptações em 9(nove) dos 25(vinte e cinco) elevadores, sendo: 2(dois) na estação Vilarinho, 2(dois) na estação Waldomiro Lobo, 2(dois) na estação Central, 2(dois) na estação Primeiro de Maio e 1(um) na estação Horto. Em fevereiro foram instaladas botoeiras de pavimento e de cabina, digital voice e pisos nos 13 elevadores restantes nas estações Eldorado (1), Cidade Industrial (1), Vila Oeste (1), Gameleira (1), Calafate (1), Carlos Prates (1), Lagoinha (1), Santa Efigênia (1) Santa Tereza (1), São Gabriel (2), Central(1 acesso Rua Aarão Reis), São Gabriel (Terminal Leste), continuam as instalações do reforço da iluminação e a instalação dos corrimãos que estão em fase de conclusão. A adaptação e modernização do equipamento instalado no Prédio CCO está em andamento (quadros de comandos, modernização do sistema de controle de velocidade, substituição dos cabos de comando chicotes de pavimento, etc.). Em março os serviços de adaptações de 24 elevadores foram concluídos, restando pendências a serem eliminadas no elevador do CCO e ajustes de 3 câmeras de cabina nas estações. Os elevadores concluídos em março não foram ainda recebidos por estar pendente a entrega total da documentação técnica (manuais, projetos, catálogos,etc.), entrega do restante dos sobressalentes e a eliminação de pendências levantadas após inspeção final. Em abril o serviço foi concluído e efetuada a medição final no valor de R\$ 407.436,00. O prazo do contrato é de 13 meses, vencendo em 30/04/16.

Em 01 de abril de 2015 foi assinado o Contrato nº 002/CBTU/STU-BH/15 com a empresa Villarta Elevadores Ltda no valor de R\$160.000,00, para os serviços de adaptação as normas de acessibilidade em 6 elevadores de fabricação Otis, instalados no Terminal de Vilarinho. Foi emitida a Nota de Empenho 2014NE002426. Em 18/05/15 foi emitida a Ordem de Serviço e realizadas reuniões com a contratada e com a empresa que faz a manutenção dos elevadores e que possuem responsabilidade técnica de funcionamento sobre os mesmos para acerto de detalhes sobre a execução do serviço. Em junho a empresa encaminhou documentação referente aos procedimentos de segurança do trabalho que foram analisados e aprovados para inicio das atividades pela área responsável da STU-BH. Em agosto foram iniciados os trabalhos de adaptação no elevador que servirá de protótipo. Em setembro foi dada continuidade aos serviços de adaptação do elevador protótipo, faltando a instalação de poucos itens para a conclusão deste serviço. Em out/2015 foi iniciada a instalação de itens para a conclusão da adaptação no elevador protótipo. O elevador está em funcionamento e sendo avaliado para aceitação e comissionamento. O início do faturamento está condicionado à entrega sem pendências do primeiro equipamento pela contratada e ao aceite do serviço executado pela fiscalização. O serviço de adaptação dos elevadores é fundamentalmente de natureza eletrônica e envolve fabricação, montagem e instalação / adaptação de peças. No mês de dezembro foram corrigidas pendências do elevador protótipo, que foram apontadas pela fiscalização (sinalização das botoeiras e complementação dos corrimãos). No mês de janeiro de 2016 a contratada iniciou a adaptação em mais dois elevadores. Em fevereiro foram iniciados os serviços nos três elevadores restantes, encontra-se em andamento adaptações em cinco elevadores com instalação de câmeras internas, piso e corrimãos. No planejamento a conclusão de todos os serviços se dará simultaneamente em todos os equipamentos que só poderão ser aceitos e medidos no final do contrato Em razão função das dificuldades encontradas na fabricação e adaptação das peças a serem instaladas foi solicitada a prorrogação no prazo de execução dos serviços, no TA 01 assinado de 30/12/2015, por mais 3 meses a partir de 31/12/2015. Em março foram concluídas as adaptações em todos os elevadores. Os equipamentos ainda não foram recebidos por estar pendente a entrega de documentação técnica (manuais, projetos, catálogos, etc.). Em abril o serviço de retirada de pendências foi concluído e efetuado a medição no valor total do contrato de R\$160.000,00. O prazo atual do contrato é de 9 meses, vencendo em 30/03/2016.

Em 01 de abril de 2015 foi assinado o Contrato nº 003/CBTU/STU-BH/15 com a empresa Villarta Elevadores Ltda no valor de R\$27.000,00, para os serviços de adaptação as normas de acessibilidade em 1 elevador de fabricação Thyssen Krupp, instalado no Terminal Rodoviário da Lagoinha. Foi emitida a Nota de Empenho 2014NE002429. . Em 18/05/15 foi emitida a Ordem de Serviço e realizadas reuniões com a contratada e com a empresa que faz a manutenção do elevador e que possuem responsabilidade técnica de funcionamento sobre o mesmo para acerto de detalhes sobre a execução do serviço. Em junho a empresa encaminhou documentação referente aos procedimentos de segurança do trabalho que foram analisados e aprovados para início das atividades pela área responsável da STU-BH. Em agosto a contratada concluiu o levantamento das necessidades de materiais para iniciar as atividades de adequação do elevador e ainda está em fase de planejamento para a execução dos serviços, permanecendo em setembro aguardando o provisionamento de todo o material necessário à adaptação do elevador. Em out/2015 a contratada encerrou o levantamento de todas as necessidades de materiais e está em fase de planejamento para a execução dos serviços. A empresa Thyssen Krupp, fabricante do elevador e responsáveis pela manutenção, enviou correspondência à STU-BH informando que caso outra empresa fizesse adaptações no elevador se desobrigaria de qualquer responsabilidade técnica sobre o equipamento. Após análise do jurídico da STU-BH foi decidido pela Administração dar continuidade às adaptações para acessibilidade no equipamento e o serviço foi retomado em novembro. Em dezembro a contratada encerrou o levantamento das necessidades de materiais e está em fase de planejamento para início da execução do serviço. O início da instalação das peças/equipamentos foi adiada inicialmente para o mês de abril. O elevador está em área cedida à BHTRANS e a sua adaptação envolve tratativas preliminares de condição / liberação de trabalho, Isto já foi feito e as providencias para início e término do serviço já foram tomadas. A única medição esta prevista para junho. O elevador que será adaptado sofreu avarias no mês de abril. A manutenção deste elevador é de responsabilidade da BHTRANS, que já enviou técnicos para a avaliação dos danos. Diante disso é possível que o desenvolvimento do serviço referente ao contrato de adaptação sofra atraso, uma vez que para a execução do serviço é necessário movimentar o elevador, estando, no momento, a CBTU e a empresa contratada para as adaptações, no aguardo das medidas que serão tomadas pela BHTRANS para a recuperação do elevador. Em novembro o elevador foi recuperado pela BHTRANS, no entanto no dia 25/11 (último dia de responsabilidade de manutenção da BHTRANS) encontrava-se inoperante. Já efetuado contato com a BHTRANS, quando foram informados que o elevador está pendente, pois deverá ser entregue em funcionamento para que a CBTU inicie os serviços de adaptação. A BHTRANS recuperou o equipamento no mês de dezembro e o deixou disponível para início do serviço de adaptação. A empresa Villarta foi acionada, movimentou o equipamento e programou o início do serviço de adaptação para a segunda quinzena de janeiro. Foi assinado em 28/08/2015 o TA 01, prorrogando o prazo por mais 3(três) meses. Em 19/01/2016 foi assinado o TA 02, prorrogando o prazo por mais 4(quatro) meses para até 30/06/2016. A contratada emitiu carta solicitando a prorrogação do prazo por mais 90 dias, na expectativa que este novo prazo seja suficiente para a recuperação do elevador pela BHTRANS e a execução dos serviços de adaptação. Encaminhado processo 0928/2016 em 01/06/2016, com a prorrogação do prazo por mais 90 dias a partir de 01/07/2016. Assinado Em 30/06/2016 o TA 03 prorrogando o prazo do contrato por mais 3 meses, passando o vencimento para 30/09/2016. Assinado em 30/09/2016 o TA 04 prorrogando o prazo do contrato que passou a ter seu término em 28 de fevereiro de 2017.

14TS.0024: ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE NATAL À ACESSIBILIDADE

Evolução física

Data de início da Ação: Jan/2001

Realizado até 2015: 14,43%

Meta para 2016: 0,0%

Realizado até dezembro de 2016: 0,0%

Restos a Pagar inscritos (-cancelados) em 2016: R\$0,0 milhão

Restos a Pagar pagos: R\$0,0 milhão

LOA 2016 (+créditos aprovados): R\$0,0 milhão

LOA 2016 (limite autorizado): R\$0,0 milhão

LOA 2016 (valor empenhado): R\$0,0 milhão

As atividades de acessibilidade passaram a fazer parte de Ação 14TT em 2016, não recebendo recursos em 2016, a antiga Ação 14TS não foi contemplada com recursos desde o ano de 2013 para este fim. Além do que parte das ações que faltam estão contempladas nas obras civis de recuperação e construção de estações para os VLTs, na Ação de Modernização do Sistema de Natal.

14TS.0025: ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE JOÃO PESSOA À ACESSIBILIDADE

Evolução física

Data de início da Ação: Jan/2001

Realizado até 2015: 12,22 %

Meta para 2016: 0,0 %

Realizado até dezembro de 2016: 0,00 %

Restos a Pagar inscritos (-cancelados) em 2016: R\$0,0 milhão

Restos a Pagar pagos: R\$0,0 milhão

LOA 2016 (+créditos aprovados): R\$0,0 milhão

LOA 2016 (limite autorizado): R\$0,0 milhão

LOA 2016 (valor empenhado): R\$0,0 milhão

As atividades de acessibilidade passaram a fazer parte de Ação 14TT em 2016, não recebendo recursos em 2016, a antiga Ação 14TS não foi contemplada com recursos desde o ano de 2013 para este fim. Além do que parte das ações que faltam estão contempladas nas obras civis de recuperação e construção de estações para os VLTs, na Ação de Modernização do Sistema de João Pessoa.

14TS.0027: ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE MACEIÓ À ACESSIBILIDADE

Evolução física

Data de início da Ação: Jan/2001

Realizado até 2015: 6,60%

Meta para 2016: em estudo

Realizado até dezembro de 2016: 0,00 %

Restos a Pagar inscritos (-cancelados) em 2016: R\$0,0 milhão

Restos a Pagar pagos: R\$0,0 milhão

LOA 2016 (+créditos aprovados): R\$0,0 milhão

LOA 2016 (limite autorizado): R\$0,0 milhão

LOA 2016 (valor empenhado): R\$0,0 milhão

As atividades de acessibilidade passaram a fazer parte de Ação 14TT em 2016, não recebendo recursos em 2016, a antiga Ação 14TS não foi contemplada com recursos desde o ano de 2014 para este fim. Além do que parte das ações que faltam estão contempladas nas obras civis de recuperação e construção de estações para os VLTs, na Ação de Modernização do Sistema de Maceió.

14TT.0024: MODERNIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS - NATAL

Evolução física

Data de início da Ação: Abr/2001

Realizado até 2015: 14,70%

Meta para 2016: 0,24 %

Realizado até dezembro de 2016: 0,01 %

Restos a Pagar inscritos (-cancelados) em 2016: R\$0,42 milhões

Restos a Pagar pagos: R\$0,02 milhão

LOA 2016 (+créditos aprovados): R\$0,0 milhão

LOA 2016 (limite autorizado): R\$0,0 milhão

LOA 2016 (valor empenhado): R\$0,0 milhão

Com a inclusão da Modernização do Sistema de Natal em 2014 no PAC, na Ação 10SS - Apoio a Sistemas de Transporte Público Coletivo Urbano, a Modernização e Recuperação do Sistema de Natal não foi mais contemplada com recursos. Como foram concluídas a maioria das contratações realizadas e o escopo da ação foi incorporado a Modernização, assim praticamente não houve evolução.

14TT.0025: MODERNIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS – JOÃO PESSOA

Evolução física

Data de início da Ação: Mar/2002

Realizado até 2015: 23,69%

Meta para 2016: 0,0 %

Realizado até dezembro de 2016: 0,0%

Restos a Pagar inscritos (-cancelados) em 2016: R\$0,0 milhão

Restos a Pagar pagos: R\$0,0 milhão

LOA 2016 (+créditos aprovados): R\$0,0 milhão

LOA 2016 (limite autorizado): R\$0,0 milhão

LOA 2016 (valor empenhado): R\$0,0 milhão

Com a inclusão da Modernização do Sistema de João Pessoa em 2014 no PAC, na Ação 10SS - Apoio a Sistemas de Transporte Público Coletivo Urbano, a Modernização e Recuperação do Sistema de João Pessoa não foi mais contemplada com recursos e como foram concluídas todas as contratações realizadas e o escopo da ação foi incorporado a Modernização, a ação foi interrompida.

14TT.0027: MODERNIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS - MACEIÓ

Evolução física

Data de início da Ação: Fev/2002

Realizado até 2015: 51,64 %

Meta para 2016: 0,93 %

Realizado até dezembro de 2016: 0,06 %

Restos a Pagar inscritos (-cancelados) em 2016: R\$1,73 milhão

Restos a Pagar pagos: R\$0,15 milhão

LOA 2016 (+créditos aprovados): R\$0,0 milhão

LOA 2016 (limite autorizado): R\$0,0 milhão

LOA 2016 (valor empenhado): R\$0,0 milhão

Com a inclusão da Modernização do Sistema de Maceió em 2014 no PAC, na Ação 10SS - Apoio a Sistemas de Transporte Público Coletivo Urbano, a Modernização e Recuperação do Sistema de Maceió não foi mais contemplada com recursos. Como foram concluídas a maioria das contratações realizadas e o escopo da ação foi incorporado a Modernização, assim praticamente não houve evolução.

FONTE: GAPLO/DP, GAPRO/DT

2.3.2 – Fatores Intervenientes no Desempenho Orçamentário

A execução do orçamento de 2016 foi balizada pelos atos normativos principais:

- Plano Plurianual 2012/2019 nº Lei 13.249, de 13 jan 2016;
- Lei de Diretrizes Orçamentárias Lei nº 13.242, de 30 dez 2015; e
- Lei Orçamentária Anual Lei nº 13.255, de 14 jan 2016.

Nos programas de Governo da CBTU definidos e apresentados no Sistema Integrado de Planejamento

e Orçamento do Governo Federal - SIOP são:

1. Programa Temático 2048 – Mobilidade Urbana e Trânsito:

As Ações de Governo constantes neste Programa constituem o orçamento de investimento da CBTU estão inseridas nos objetivos a seguir:

- 0574 - Apoiar a implantação, expansão e requalificação dos sistemas de mobilidade urbana com soluções acessíveis, sustentáveis e compatíveis com as características locais e regionais, priorizando os modos de transporte público coletivo e os não motorizados e promovendo a integração modal, física e tarifária.
- 0584 - Implementar a Política Nacional de Mobilidade Urbana promovendo o fortalecimento institucional do setor e o planejamento integrado ao desenvolvimento urbano e territorial.

2. Programa 2116 - Gestão e Manutenção do Ministério das Cidades:

As ações constantes neste Programa constituem o orçamento de custeio da CBTU, ou seja, as despesas obrigatórias, referentes às Ações de Pagamento de Pessoal Ativo da União, Contribuição a Previdência Privada – REFER e Benefícios Assistenciais, bem como as despesas discricionárias, referentes às Ações de Governo: Administração da Unidade, Funcionamento dos Sistemas, Publicidade Utilidade Pública e Capacitação de Recursos Humanos.

3. Programa 0901 – Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais:

As ações constantes neste programa são referentes ao Cumprimento de Sentenças Judiciais devidas por Empresas Estatais, ao Cumprimento de Débitos Judiciais Periódicos Vincendos devidos por Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista e ao Pagamento de Depósitos Recursais devidos por Empresas Estatais.

4. Programa 0905 – Operações Especiais: Serviço da Dívida Interna:

As ações constantes neste programa são referentes à amortização e encargos de financiamento da dívida contratual interna.

5. Programa 0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais

A ação constante neste programa referente aos Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais.

Decreto nº 8.640, de 18/01/2016, que dispõe sobre o empenho de despesas pelos órgãos, pelos fundos e pelas entidades do Poder Executivo até o estabelecimento do cronograma de que trata o caput do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000, e dá outras providências.

De acordo com a Portaria SOF nº 01/2016, de 04/01/2016, foi solicitada através do SIOP, a reabertura do Crédito Suplementar Especial, com o nº 51476, aprovado no exercício de 2015 e publicado no Diário Oficial da União em 22/12/2015, através da Lei nº 13.218, referente à Ação de Governo 5754 – Implantação do Trecho Rodoviária-Camaragibe e Modernização dos Trechos Recife-Jaboatão, Coqueiral-Rodoviária e Recife-Cabo, do Sistema de Trens Urbanos de Recife e, justificou que esta reapresentação faz-se necessária porque a aprovação do crédito ocorreu ao final do último quadrimestre do exercício orçamentário de 2015.

Em 22/02/2016, foi publicada a Resolução nº 185, de 17/09/2015, que Recomenda, ao Ministério das Cidades, ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e ao Ministério da Fazenda, que garantam recursos e investimentos permanentes para planejamento, manutenção, operação de sistemas de trens urbanos.

Em 19/02/2017 foi publicado o Decreto nº 8.676, que altera o Decreto nº 8.670, de 12/02/2016, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2016.

Em 30/03/2016, foi publicado o Decreto nº 8.700, de 30/03/2016, que altera o Decreto nº 8.670, de 12/02/2016, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2016.

Em 15/03/2016, o Diretor de Planejamento, Expansão e Marketing enviou a Carta nº 005-2016/DP ao Secretário Executivo do Ministério das Cidades, informando que, os recursos apresentados na Lei Orçamentária se mostram insuficientes para amparar as contratações de prestações de serviços nos Sistemas de Trens Urbanos da Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU, que em conjunto totalizam uma malha ferroviária de 218,0 km de extensão, abrangendo 17 municípios e tendo atendido em média, a uma demanda de 593,0 mil passageiros/dia útil no ano de 2015, e que, esta situação se agrava em relação às despesas classificadas como Resultado Primário 2 – Despesas Discricionárias não abrangidas pelo PAC em relação à Ação de Governo 2843 – Funcionamento dos sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros e ainda comentando a condição atual decorrente da restrição orçamentária imposta pelo Ofício nº 110/2016/SPOA/MCIDADES, de 09/03/2016, solicitou a integralidade de Limite para Movimentação e Empenho e aproveitou para informar também que, a CBTU apresentou alteração da LOA na ordem de R\$ 55 milhões, oferecendo recursos compensatórios da Ação de 10SS – Apoio a sistemas de Transporte Público Coletivo Urbano, do Programa 2048.

Em 09/03/2016, o Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração, do Ministério das Cidades enviou o Ofício nº 110/2016/SPOA/SE/MCIDADES ao Diretor Presidente da CBTU, informando que, de acordo com o Decreto nº 8.676, de 19/02/2016, os limites para movimentação e empenho para as despesas discricionárias da CBTU, para o exercício 2016 é de R\$ 191.497.000,00 e que, do limite citado, a despesa a ser empenhada com a contratação de bens e serviços e com a concessão de diárias e passagens desta Empresa, conforme discriminadas na Portaria MP nº 67, de 01/03/2016, fica limitada a R\$ 110.160.000,00.

Em 02/03/2016, foi publicada a Portaria MPOG nº 67, de 01/03/2016, que resolve que a despesa a ser empenhada com a contratação de bens e serviços e a concessão de diárias e passagens, no âmbito dos órgãos e das unidades orçamentárias do Poder Executivo, no exercício de 2016, deverá observar os limites estabelecidos no Anexo II desta Portaria.

Em 03/05/2016, foi publicada a Portaria MPOG nº 145, de 29/04/2016, que abre ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 13.255, de 14/01/2016), em favor dos Ministérios de Minas e Energia, dos Transportes e das Cidades, crédito suplementar no valor de R\$ 104.767.705,00 (cento e quatro milhões, setecentos e sessenta e sete mil, setecentos e cinco reais), para atender às programações constantes do Anexo I e os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II, cabendo a CBTU o valor de R\$ 9.167.000,00 (nove milhões, cento e sessenta e sete mil reais), para a Ação de

Funcionamento dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros, do Programa de Governo Gestão e Manutenção do Ministério das Cidades, com cancelamento do mesmo valor na Ação Apoio a Sistemas de Transporte Público Coletivo Urbano, do Programa de Governo Mobilidade Urbana e Trânsito, decorrentes do Pedido de Alteração da LOA nº 52519, de 29/02/2016.

Em 27/04/2016, foi publicada a Portaria MPOG nº 125, de 26/04/2016, que abre ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 13.255, de 14/01/2016), em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor de R\$ 12.744.953,00 (doze milhões, setecentos e quarenta e quatro mil, novecentos e cinquenta e três reais), para atender às programações constantes do Anexo I, cabendo a CBTU o valor de R\$ 2.585.000 (dois milhões, quinhentos e oitenta e cinco mil), para a Ação de Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Interna, decorrentes do Pedido de Alteração da LOA nº 52472, de 29/02/2016.

Em 28/07/2016, foi publicada a Instrução Normativa nº 17, de 27/07/2016, da Secretaria Executiva do Ministério das Cidades, que dispõe sobre a priorização dos pedidos de liberação de recursos financeiros no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento a partir do mês de julho de 2016.

Em 19/07/2016, foi publicada a Portaria MP nº 209, de 15/07/2016, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo e de Encargos Financeiros da União, crédito suplementar no valor de R\$ 41.671.100,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, cabendo a CBTU o valor de R\$ 17.697.393, para a Ação de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais – Sentenças Cíveis.

Em 15/08/2016, foi publicada a Portaria MP nº 230, de 12/08/2016, que Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos dos Poderes Judiciário e Executivo, do Conselho Nacional do Ministério Público e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito suplementar no valor de R\$ 1.100.842.056,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, cabendo a CBTU o valor de R\$ 5.010.856,00, para as Ações de Benefícios: Assistência Médica e Odontológica, Assistência Pré-Escolar e Auxílio-Transporte.

Em 09/08/2016, foi lançado Destaque Orçamentário, através de NC nº 004/2016, no valor de R\$ 242.000,66, como aditivo ao Termo de Cooperação firmado entre a Inventariança da Extinta RFFSA e a CBTU, referente ao rateio de despesas comuns decorrentes da utilização do Prédio Renato de Azevedo Feio, como sede das duas empresas.

Em 29/09/2016, foi publicada a Portaria SOF nº 105, de 28/09/2016, que estabelece procedimentos e prazo para o envio à Secretaria de Orçamento Federal de informações sobre dotações orçamentárias contingenciadas, bloqueadas no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

Em 02/09/2016, foi publicada a Lei nº 13.332, de 01/09/2016, que altera a Lei no 13.255, de 14 de janeiro de 2016, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2016.

Em 28/10/2016, foi publicada a Portaria MPDG nº 317, de 27/10/2016, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Presidência da República, dos Ministérios das Comunicações, do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Integração Nacional e das Cidades, e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 696.378.906,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, cabendo a CBTU o valor de R\$ 1.900.000,00 para a Ação de Funcionamento dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros, atendendo ao Pedido de Alteração Orçamentária através de Remanejamento entre Naturezas de Despesas nº 64327, de 14/09/2016.

Em 27/10/2016, foi publicada a Portaria MPDG nº 315, de 26/10/2016, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, de Encargos Financeiros da União e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito suplementar no valor de R\$ 13.556.005.522,00, para reforço de dotações constantes da Lei

Orçamentária vigente, cabendo a CBTU o valor de R\$ 57.465.876,00, para as Ações de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais – Sentenças Trabalhistas e Cíveis, de Benefícios (Assistência Pré-Escolar e Auxílio Transporte), atendendo em parte ao Pedido de Crédito Suplementar nº 65557, de 06/10/2016, (quando foi solicitado R\$ 82.469,00 e atendido R\$ 40.000,00, para Auxílio-Transporte; solicitado R\$ 8.499.511,00 para Auxílio-alimentação, que não foi atendido e por outro lado foi liberado crédito no valor de R\$ 25.000,00 para Assistência Pré-Escolar, embora não tenha sido solicitado) e de Pessoal Ativo da União, atendendo também em parte, ao Pedido de Crédito Suplementar nº 65560, de 27/09/2016 (quando foi solicitado o valor de R\$ 21.501.010,00 e atendido o valor de R\$ 17.400.876,00).

Em 24/10/2016, foi disponibilizada no SIAFI, a descentralização de crédito no valor de R\$ 58.908,00, referente ao Termo de Execução Descentralizada, entre o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e a Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU, para atender o rateio das despesas administrativas e de conservação e manutenção predial referente ao uso compartilhado das áreas comuns no Edifício Engenheiro Renato de Azevedo Feio, onde funcionam: a Sede da CBTU, a Inventariança da Extinta Rede Ferroviária Federal – RFFSA, uma Unidade da VALEC e uma Unidade da Controladoria Geral da União – CGU.

Em 28/11/2016, foi publicada a Portaria MPDG nº 361, de 25/11/2016, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito suplementar no valor de R\$ 598.584.058,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, cabendo a CBTU o valor de R\$ 11.673.828, para as Ações de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais – Sentenças Trabalhistas e de Benefícios (Assistência Médica e Odontológica e Auxílio-Alimentação, atendendo parte do Pedido de Crédito Suplementar nº 65557 de 10/11/2016).

Em 06/01/2017, foi publicada a Portaria SOF nº 1, de 04/01/2017, que divulga os limites finais autorizados para movimentação e empenho no exercício de 2016.

Em 22/12/2016, foi publicada a Portaria MPDG nº 410, de 21/12/2016, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, de Encargos Financeiros da União e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito suplementar no valor de R\$ 3.189.683.202,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, cabendo a CBTU o valor de R\$ 42.522.621,00, sendo R\$ 42.452.621,00 para a Ação de Pessoal Ativo da União e R\$ 70.000,00 para a Ação de Benefícios – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes.

Em 21/12/2016, foi publicada a Lei nº 13.375, de 20/12/2016, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor de R\$ 471.711.588,00 para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, cabendo a CBTU o valor de R\$ 25.833.000,00, para a Ação de Funcionamento dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros e o cancelamento no Valor de R\$ 25.833.000,00, na Ação Apoio a Sistemas de Transporte Público Coletivo Urbano.

Em 14/12/2016, foi publicada a Portaria MPDG nº 395, de 13/12/2016, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Cultura, do Turismo e das Cidades, crédito suplementar no valor de R\$ 110.756.906,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, cabendo a CBTU o cancelamento do valor de R\$ 9.167.570,00, na Ação do PAC “Apoio a Sistemas de Transporte Público Coletivo Urbano”.

Em 02/12/2016, foi processada a Fita SOF ESB nº 0HSS, liberando crédito suplementar no valor de R\$ 15.000.000,00, para atender as despesas apresentadas em crédito suplementar, através da Portaria SOF nº 129 de 01/12/2016, para a Ação de Funcionamento dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros, referente ao Pedido de Crédito Suplementar nº 70057, de 01/12/2016.

2.3.3 – Informações sobre a Realização das Receitas

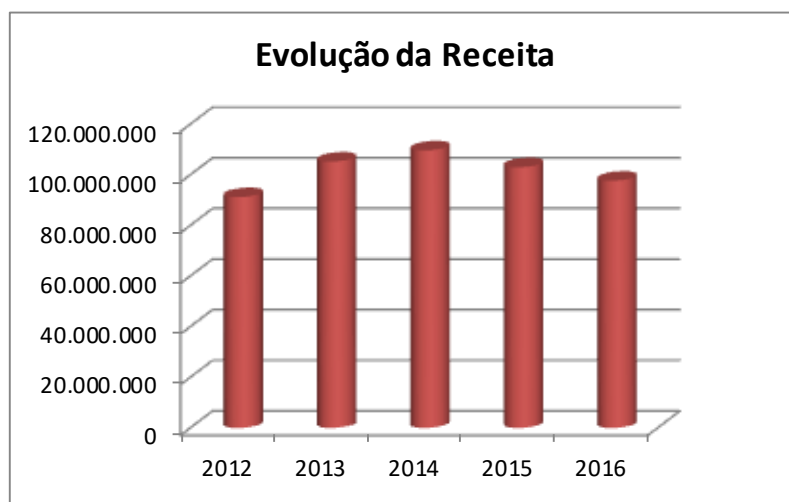
Os quadros a seguir mostram informações sobre a receita da CBTU, por cada Superintendência de Trens Urbanos e consolidada.

STU BELO HORIZONTE

EXERCÍCIO: 2016

R\$ 1,00		
DESCRIÇÃO	META	REALIZADO
RECEITA OPERACIONAL	124.992.166	92.139.121
OUTRAS RECEITAS	7.148.874	5.499.804
TOTAL	132.141.040	97.638.924

R\$ 1,00	
RECEITAS TOTAIS	
EXERCÍCIO	VALORES
2012	91.182.604
2013	105.211.430
2014	109.621.745
2015	102.968.328
2016	97.638.924



OBSERVAÇÕES:

(1) A Receita financeira arrecadada em 2016 totalizou R\$ 178.261.

(2) A Receita Patrimonial arrecadada em 2016 totalizou R\$ 5.321.543.

A perda verificada na receita de transportes é devida à crise econômica nacional e, também, à concorrência predatória com o BRT.

STU RECIFE

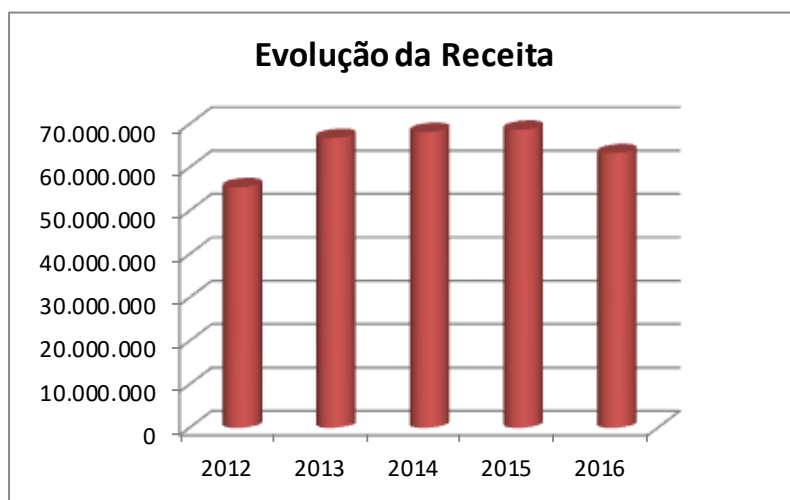
EXERCÍCIO: 2016

R\$ 1,00

DESCRIÇÃO	META	REALIZADO
RECEITA OPERACIONAL	67.253.224	62.432.864
OUTRAS RECEITAS	1.200.000	837.097
TOTAL	68.453.224	63.269.962

R\$ 1,00

RECEITAS TOTAIS	
EXERCÍCIO	VALORES
2012	55.432.538
2013	66.771.358
2014	68.157.475
2015	68.687.762
2016	63.269.962



OBSERVAÇÕES:

- (1) A Receita financeira arrecadada em 2016 totalizou R\$ 938.
- (2) A Receita Patrimonial arrecadada em 2016 totalizou R\$ 767.691.

A perda verificada na receita de transportes é devida à crise econômica nacional. Também há grande influência da forma de partição tarifária praticada naquele sistema no resultado da receita.

STU NATAL

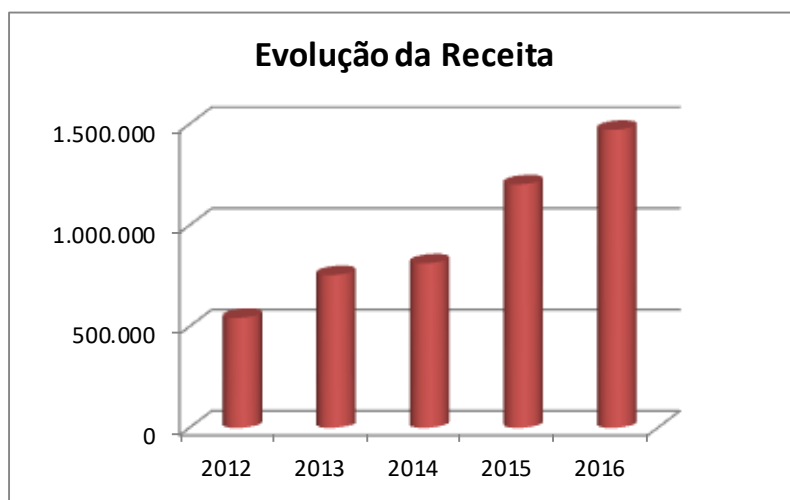
EXERCÍCIO: 2016

R\$ 1,00

DESCRIÇÃO	META	REALIZADO
RECEITA OPERACIONAL	1.408.678	1.461.695
OUTRAS RECEITAS	25.234	10.208
TOTAL	1.433.912	1.471.903

R\$ 1,00

RECEITAS TOTAIS	
EXERCÍCIO	VALORES
2012	543.159
2013	754.387
2014	812.433
2015	1.202.777
2016	1.471.903



OBSERVAÇÕES:

(1) Não foi arrecada Receita financeira em 2016.

(2) A Receita Patrimonial arrecadada em 2016 totalizou R\$ 10.208.

A chegada e entrada em operação dos novos VLT proporcionou aumento considerável na demanda, devido à regularidade e pontualidade verificadas. Também houve o aumento de viagens na grade horária, ao final do ano.

STU JOÃO PESSOA

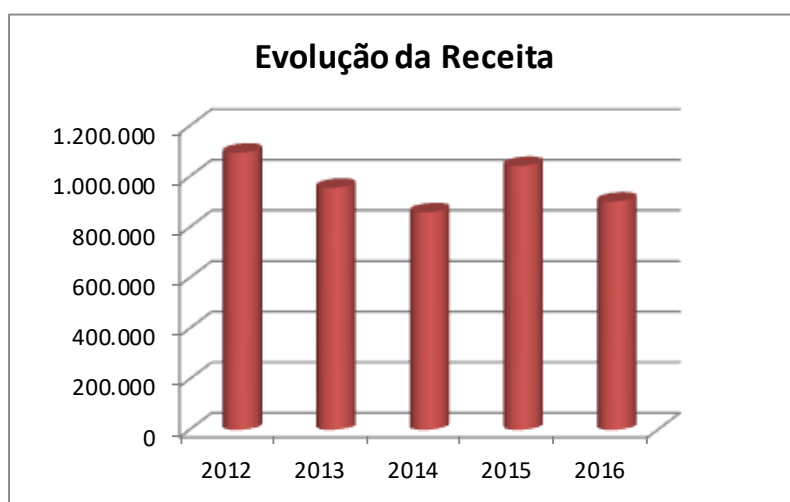
EXERCÍCIO: 2016

R\$ 1,00

DESCRIÇÃO	META	REALIZADO
RECEITA OPERACIONAL	1.026.028	824.179
OUTRAS RECEITAS	144.400	77.738
TOTAL	1.170.428	901.917

R\$ 1,00

RECEITAS TOTAIS	
EXERCÍCIO	VALORES
2012	1.094.973
2013	956.262
2014	859.635
2015	1.042.740
2016	901.917



OBSERVAÇÕES:

(1) Não foi arrecada Receita financeira em 2016.

(2) A Receita Patrimonial arrecadada em 2016 totalizou R\$ 77.738.

A ocorrência de um descarrilamento no meio do ano provocou a queda da demanda, uma vez que as viagens foram seccionadas.

STU MACEIÓ

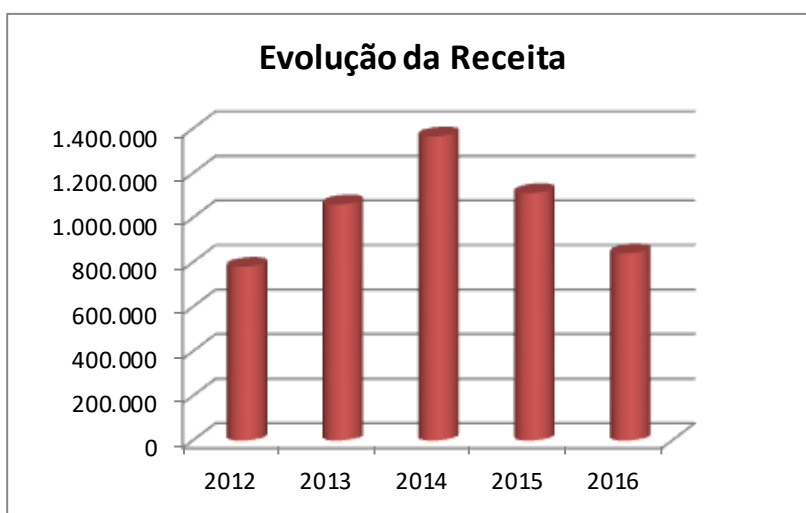
EXERCÍCIO: 2016

R\$ 1,00

DESCRIÇÃO	META	REALIZADO
RECEITA OPERACIONAL	1.245.000	808.607
OUTRAS RECEITAS	36.000	32.283
TOTAL	1.281.000	840.890

R\$ 1,00

RECEITAS TOTAIS	
EXERCÍCIO	VALORES
2012	780.334
2013	1.060.591
2014	1.365.780
2015	1.111.162
2016	840.890



OBSERVAÇÕES:

(1) Não foi arrecada Receita financeira em 2016.

(2) A Receita Patrimonial arrecadada em 2016 totalizou R\$ 32.283.

A execução das obras na região das estações de Maceió e Mercado (duas estações com maior número de passageiros) provocou a queda da demanda transportada. É esperada a recuperação em 2017.

CBTU TOTAL

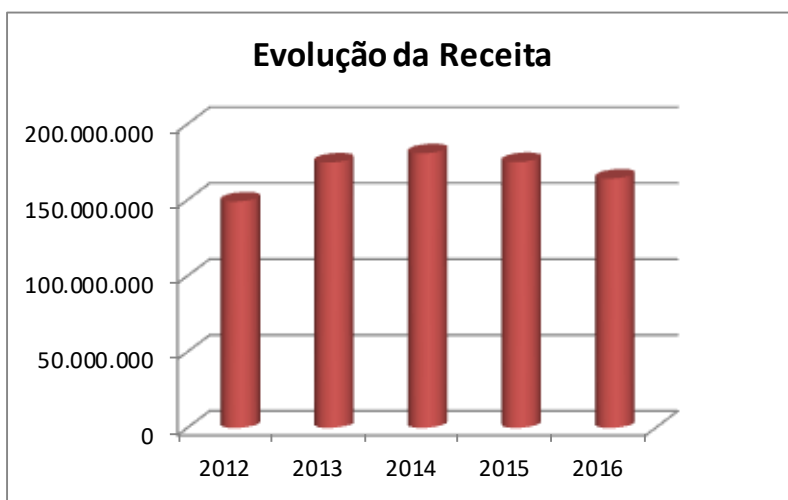
EXERCÍCIO: 2016

R\$ 1,00

DESCRIÇÃO	META	REALIZADO
RECEITA OPERACIONAL	195.925.097	157.666.466
OUTRAS RECEITAS	8.554.508	6.457.130
TOTAL	204.479.605	164.123.596

R\$ 1,00

RECEITAS TOTAIS	
EXERCÍCIO	VALORES
2012	149.033.608
2013	174.754.029
2014	180.817.069
2015	175.012.768
2016	164.123.596



OBSERVAÇÕES:

- (1) A Receita financeira arrecadada em 2016 totalizou R\$ 179.199.
- (2) A Receita Patrimonial arrecadada em 2016 totalizou R\$ 6.209.462.

OBSERVAÇÕES:

A receita prevista e arrecadada está separada por receita operacional e outras (incluindo financeira e patrimonial).

A receita operacional é oriunda da prestação do serviço de transporte de passageiros sobre trilhos nos cinco sistemas operados. A receita não operacional compreende a receita financeira e patrimonial.

A arrecadação de receitas patrimoniais se constitui em somente 3,5% da receita total da CBTU, estando concentrada nos sistemas de Belo Horizonte e de Recife

FONTE: GEPL/GAPLO

2.3.4 – Informações sobre a Execução das Despesas

2.3.4.1 – Despesas totais por modalidade de contratação

Quadro A.2.3.4.1 – Despesas totais por modalidade de contratação

Unidade Orçamentária: CBTU		Código UO: 56202		UGO:275059
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2016	2015	2016	2015
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	106.701.253,05	122.050.670,26	105.467.749,15	107.660.622,00
a) Convite		3.767,34		3.767,34
b) Tomada de Preços	288.173,53	297.690,28	288.173,53	174.490,28
c) Concorrência	12.005.598,46	17.458.108,47	12.005.598,46	13.470.807,02
d) Pregão	94.031.573,47	104.283.618,34	92.798.069,57	94.004.071,53
e) Concurso	375.907,59	7.485,83	375.907,59	7.485,83
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
2. Contratações Diretas (h+i)	76.497.923,63	61.514.002,27	76.155.858,60	57.231.349,71
h) Dispensa	21.309.721,89	3.823.622,30	21.216.511,97	3.114.851,62
i) Inexigibilidade	55.188.201,74	57.690.379,97	54.939.346,63	54.116.498,09
3. Regime de Execução Especial	84.992,11	147.540,99	84.992,11	147.540,99
j) Suprimento de Fundos	84.992,11	147.540,99	84.992,11	147.540,99
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	592.413.494,56	589.254.209,39	588.176.108,25	587.428.513,91
k) Pagamento em Folha	592.208.152,75	588.837.115,76	587.971.535,94	587.014.364,98
l) Diárias	205.341,81	417.093,63	204.572,31	414.148,93
5. Outros	168.999.748,68	144.649.202,41	161.858.959,88	138.790.537,86
6. Total (1+2+3+4+5)	944.697.412,03	917.615.625,32	931.743.667,99	891.258.564,47

2.3.4.2 – Despesas por grupo e elemento de despesa

Quadro A.2.3.4.2 – Despesas por grupo e elemento de despesa

Unidade Orçamentária: CBTU					Código UO: 56202		UGO: 275059	
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
1. Despesas de Pessoal	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Vencimento e Vantagens Fixas	376.494.559,86	331.018.113,00	376.188.951,16	330.925.065,00	305.608,70	93.047,00	373.237.712,35	329.541.662,00
Sentenças Judiciais	104.915.151,78	162.033.117,00	104.911.563,78	156.937.162,00	3.588,00	5.095.955,00	104.911.563,78	156.517.192,00
Obrigações Patronais	71.573.420,18	67.070.162,00	71.039.573,60	66.943.945,00	533.846,58	126.217,00	69.759.333,84	66.936.109,00
Outras Despesas Variáveis	24.721.645,82	19.498.835,00	24.721.645,82	19.498.835,00	0,00	0,00	24.716.507,58	19.487.294,00
Contribuição Entidade Fechada Previdência	15.259.428,03	13.509.509,00	15.259.428,03	13.509.509,00	0,00	0,00	15.259.428,03	13.509.509,00
Ressarcimento Despesas Pessoal Requisitado	272.000,00	1.030.085,00	253.046,63	1.030.085,00	18.953,37	0,00	253.046,63	1.030.085,00
2. Juros e Encargos da Dívida								
Juros sobre a Dívida por Contrato	7.904.890,97	7.702.377,00	7.904.890,97	7.702.377,00	0,00	0,00	7.904.890,97	6.924.276,00
Outros Encargos sobre a Dívida por Contrato	380.528,64	392.790,00	380.528,64	392.790,00	0,00	0,00	380.528,64	392.790,00
3. Outras Despesas Correntes								
Outros Serviços de Terceiros PJ – PJ-OP.IN.ORC.	195.744.339,14	204.100.647,59	180.248.647,38	182.709.245,35	15.495.691,76	21.391.402,24	178.941.019,10	168.183.928,67
Sentenças Judiciais	60.622.115,42	41.963.338,00	60.621.653,03	41.761.388,00	462,39	201.950,00	60.619.379,60	40.277.752,00
Auxílio Alimentação	45.039.560,00	34.186.210,00	42.551.651,93	33.762.176,00	2.487.908,07	424.034,00	35.640.207,13	31.419.354,00
Material de Consumo	15.505.981,94	21.675.522,00	8.939.106,98	11.642.451,00	6.566.874,96	10.033.071,00	8.646.027,49	8.949.034,00
Pensões Especiais	22.407.840,00	20.275.533,00	21.520.082,74	20.275.533,00	887.757,26	0,00	21.520.082,74	20.275.533,00
Indenizações e Restituições	17.466.318,26	14.983.377,00	17.466.225,99	14.892.185,00	92,27	91.192,00	17.465.009,82	14.891.834,00
Locação de Mão de Obra	4.269.365,26	3.417.403,00	3.927.897,82	2.739.704,00	341.467,44	677.699,00	3.927.897,82	2.624.565,00
Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	852.023,30	2.990.302,00	852.023,30	2.230.386,00	0,00	759.916,00	851.923,30	2.148.136,00

Passagens e Despesas com Locomoção	2.309.172,99	2.892.780,00	2.071.682,64	2.568.543,00	237.490,35	324.237,00	2.067.979,94	2.304.759,00
Obrigações Tributárias e Contributivas	2.340.747,81	1.653.340,00	1.278.038,69	1.219.119,00	1.062.709,12	434.221,00	1.276.164,71	1.170.116,00
Outros Benefícios Assistenciais do Servidor e do Militar	1.135.115,80	1.042.184,00	1.135.115,80	1.002.110,00	0,00	40.073,00	1.135.005,92	1.002.110,00
Auxílio Transporte	910.484,38	716.558,00	868.098,93	636.042,00	42.385,45	80.517,00	867.965,93	633.619,00
Serviços de Consultoria	276.905,71	536.740,71	276.417,55	450.579,91	488,16	86.160,80	274.569,55	441.413,25
Diárias – Pessoal Civil	206.719,46	417.094,00	205.502,36	417.094,00	1.217,10	0,00	204.732,86	414.149,00
Outros Serviços de Terceiros – P. Física	298.859,40	280.252,00	298.859,40	271.660,00	0,00	8.592,00	298.859,40	269.800,00
Premiações Culturais, Artísticas, Científicas	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	15.000,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Obras e Instalações	72.540.164,72	29.689.413,00	1.630.959,84	0,00	70.909.204,88	29.689.413,00	1.456.879,84	0,00
Equipamento e Material Permanente	26.986.747,99	8.320.939,00	130.819,02	4.081.720,00	26.855.928,97	4.239.218,00	111.951,02	1.897.625,00
Outros Serviços de Terceiros PJ	129.584,76	235.185,00	0,00	920,00	129.584,76	234.265,00	0,00	920,00
Locação de Mão de Obra	0,00	11.866,00	0,00	0,00	0,00	11.867,00	0,00	0,00
5. Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa		0,00		0,00		0,00		0,00
2º elemento de despesa		0,00		0,00		0,00		0,00
3º elemento de despesa		0		0		0		0
Demais elementos do grupo		0		0		0		0
6. Amortização da Dívida								
Principal Corrigido da Dívida Contratual		0,00		0,00		0,00		0,00
Principal da Dívida Contratual		0,00		0,00		0		0,00
3º elemento de despesa		0		0		0		0
Demais elementos do grupo		0,00	0	0		0		0

FONTE: GEORC/GAPLO

2.3.4.3 – Análise crítica da realização da despesa

Não informado

2.4 – Desempenho Operacional

No exercício de 2016, a CBTU alcançou um resultado praticamente igual ao de 2015, em relação ao número de passageiros transportados. Em 2016 foram transportados 172.901.679 passageiros, número apenas 4% inferior ao de 2015.

Esta interrupção no crescimento do atendimento à população foi devido, essencialmente, à redução verificada em Belo Horizonte, que, desde 2015, passou a enfrentar uma concorrência predatória das linhas de BRT. Por este motivo, naquela unidade foi verificado um decréscimo de 2,9% na demanda total, correspondendo a menos 1.792.573 passageiros transportados em relação a 2015. Como consequência, a receita operacional foi reduzida em 4,7%, equivalentes a uma perda de R\$4.585.394.

Com exceção da STU/Natal, as demais unidades também apresentaram redução no atendimento à população. A unidade de Maceió, a qual, por necessidade de execução de serviços de recuperação na via permanente, reduziu a grade horária, apresentou uma redução de 20,4% em relação ao resultado de 2015. Estes números, no entanto, tendem a ser revertidos, pois ao término das obras, o número de viagens executadas voltará ao normal. Em Recife, a demanda total diminuiu para 107.009.440 (redução de 4,7%). Em João Pessoa, foram transportados 1.734.997 passageiros, resultado 11% inferior ao de 2015, reduzindo a receita em 11,5% quando comparado ao resultado de 2015.

O melhor resultado foi verificado em Natal, 29,1% de aumento no número de passageiros transportados devido à entrada em operação regular dos 3 VLTs e das 2 locomotivas já entregues. Corroborando com este resultado, a regularidade passou de 99,1% em 2015 para 100%, em dezembro de 2016, melhorando a qualidade do serviço prestado.

Com relação ao custo, este é limitado à dotação autorizada para a ação de Funcionamento dos Sistemas, a qual é insuficiente para prover adequadamente todos os contratos de compra de materiais e prestação de serviços necessários nos cinco sistemas.

Esta ação, nos últimos 5 anos, apresentou aumento na dotação autorizada incompatível com o crescimento verificado na prestação de serviço de transporte metro-ferroviário urbano de passageiros. No quadro a seguir são mostrados alguns índices a respeito:

	2012	2013	2014	2015	2016
DEMANDA TRANSPORTADA	141.893.686	170.335.300	180.458.674	179.891.822	172.901.679
VIAGENS REALIZADAS	259.916	293.579	307.339	312.594	303.699
QUILOMETRAGEM PERCORRIDA	5.410.271	6.005.341	6.267.476	6.378.926	6.130.191
FROTA OPERACIONAL (TUE + CARROS + V	41+44+4	46+45+8	52+46+11	57+48+14	65+47+14
ORÇAMENTO CUSTEIO*	182.129.207	178.562.104	186.767.630	214.675.295	208.018.708

*Despesa Orçamentária do exercício para a ação Funcionamento dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano -
(Investimento – reaparelhamento + Despesas Correntes)

Com esta restrição, agregada à estagnação dos orçamentos anuais aprovados, há um passivo crescente na área de manutenção envolvendo instalações prediais, via permanente, material rodante e sistemas fixos. Anualmente, é demonstrado, na proposta orçamentária da CBTU, o montante necessário para suprir todas estas carências.

FONTE: GEPL/GEPL/GAPLO

2.5 – Apresentação e Análise de Indicadores de Desempenho

2.5.1 – Informações e Indicadores sobre o Desempenho Operacional

Como consequência da recomendação da CGU em seu relatório 20137554, em 2014 foi constituído Grupo de Trabalho para estabelecer metas e reformular os indicadores de desempenho. Em seu relatório final, foi estabelecida uma relação de 14 indicadores, contemplando os atributos de eficácia, eficiência e qualidade.

A Resolução da Diretoria de Planejamento, Expansão e Marketing nº 005, de 26 de março de 2015, determinou “A IMEDIATA UTILIZAÇÃO DOS INDICADORES PROPOSTOS PELO GRUPO DE TRABALHO NOS RELATÓRIOS DA EMPRESA, SEM DEIXAR DE REALIZAR O ACOMPANHAMENTO DOS DEMAIS INDICADORES JÁ UTILIZADOS”.

As principais metas propostas pelas Superintendências em seus planos de ação para o exercício de 2016 e os resultados alcançados estão relacionados abaixo. A análise destes resultados está apresentada no item 2.4 – DESEMPENHO OPERACIONAL.

Quadro A.2.5.1.A – Metas Operacionais propostas e realizadas no exercício de 2016

2016	METAS PLANOS DE AÇÃO	REALIZADO
------	-------------------------	-----------

BELO HORIZONTE		
DEMANDA TOTAL TRANSPORTADA:	67.927.202	59.344.962
MDU:	223.498	198.044
RECEITA OPERACIONAL:	R\$ 124.992.166,22	R\$ 92.139.121,00
RECEITA TOTAL:	R\$ 132.141.040,46	R\$ 97.638.924,00
CUSTO TOTAL:	R\$ 222.211.300,00	R\$ 237.564.728,00
CUSTO PESSOAL:	R\$ 143.798.000,00	R\$ 146.095.277,00
TAXA DE COBERTURA:	59,47%	41,10%

RECIFE		
DEMANDA TOTAL TRANSPORTADA:	112.088.707	107.009.440
MDU:	365.222	340.127
RECEITA OPERACIONAL:	R\$ 67.253.224	R\$ 62.432.864,00
RECEITA TOTAL:	R\$ 68.453.224	R\$ 63.269.962,00
CUSTO TOTAL:	R\$ 325.423.700,00	R\$ 345.089.319,00
CUSTO PESSOAL:	R\$ 239.423.000,00	R\$ 262.516.752,00
TAXA DE COBERTURA:	21,04%	18,33%

NATAL		
DEMANDA TOTAL TRANSPORTADA:	2.987.620	3.085.567
MDU:	10.670	10.340
RECEITA OPERACIONAL:	R\$ 1.408.680	R\$ 1.461.695,00

RECEITA TOTAL:	R\$ 1.433.910	R\$ 1.471.903,00
CUSTO TOTAL:	R\$ 34.480.190	R\$ 31.701.614,00
CUSTO PESSOAL:	R\$ 19.910.000	R\$ 21.357.365,00
TAXA DE COBERTURA:	4,16%	4,64%

JOÃO PESSOA		
DEMANDA TOTAL TRANSPORTADA:	2.148.116	1.734.997
MDU:	7.751	6.488
RECEITA OPERACIONAL:	R\$ 1.026.862	R\$ 824.179
RECEITA TOTAL:	R\$ 1.123.368	R\$ 901.917
CUSTO TOTAL:	R\$ 22.133.403	R\$ 27.725.574,00
CUSTO PESSOAL:	R\$ 14.521.516	R\$ 18.448.168,00
TAXA DE COBERTURA:	5,26%	3,25%

MACEIÓ		
DEMANDA TOTAL TRANSPORTADA:	2.490.000	1.726.713
MDU:	9.482	6.232
RECEITA OPERACIONAL:	R\$ 1.245.000	R\$ 808.607,00
RECEITA TOTAL:	R\$ 1.281.000	R\$ 840.890,00
CUSTO TOTAL:	R\$ 25.862.311	R\$ 35.814.729,00
CUSTO PESSOAL:	R\$ 14.950.731	R\$ 22.697.973,00
TAXA DE COBERTURA:	4,95%	2,35%

CBTU		
DEMANDA TOTAL TRANSPORTADA:	187.641.645	172.901.679
MDU:	616.623	561.231
RECEITA OPERACIONAL:	195.925.932	R\$ 157.666.466,00
RECEITA TOTAL:	204.432.542	R\$ 164.123.596,00
CUSTO TOTAL:	630.110.904	R\$ 677.895.964,00
CUSTO PESSOAL:	432.603.247	R\$ 471.115.535,00
TAXA DE COBERTURA:	32,44%	24,21%

Fonte: GAPLO

A seguir estão relacionados os conceitos e formulações dos indicadores apresentados mensalmente ao Conselho de Administração, definidos por Grupo de Trabalho específico, contemplando os atributos de eficácia, eficiência e qualidade.

INDICADORES DE DESEMPENHO

DESCRIPTIVO DOS INDICADORES

EFICÁCIA

1. Passageiros Transportados

Descrição: Quantifica o número de passageiros transportados por mês.

Objetivo Empresarial: Apresentar o grau de eficácia da empresa (volume de passageiros transportados).

Métrica (fórmula): não há

Periodicidade: Mensal

2. Média de Passageiros Transportados Dias Úteis

Descrição: Quantifica o número médio de passageiros transportados nos dias úteis típicos.

Objetivo Empresarial: Apresentar o grau de eficácia da empresa (volume de passageiros transportados) nos dias úteis típicos.

Métrica (fórmula): N° de Passageiros Transportados nos Dias Úteis / N° de Dias Úteis Típicos

Periodicidade: Mensal

3. Índice de Visibilidade

Descrição: Apresenta o volume percentual de passageiros transportados pelo sistema em relação aos demais modais de transporte.

Objetivo Empresarial: Medir o grau de inserção do sistema na matriz de transportes urbanos/metropolitanos.

Métrica (fórmula): $(N^{\circ} \text{ de Passageiros Transportados} / N^{\circ} \text{ de Passageiros Transportados no Sistema de Transporte Público de Passageiros (STPP) Local}) * 100$

Periodicidade: Mensal

4. Índice de Passageiro por Quilômetro

Descrição: Mede o número médio de passageiros transportados por quilômetro rodado da frota.

Objetivo Empresarial: Indicar o grau de carregamento médio do sistema.

Métrica (fórmula): $N^{\circ} \text{ de Passageiros Transportados} / \text{Quilometragem da Frota}$

Periodicidade: Mensal

EFICIÊNCIA

5. Taxa de Cobertura Plena

Unidade: %

Descrição: Demonstra a relação da soma da receita operacional e receita patrimonial com a despesa total.

Objetivo Empresarial: Indicar o nível de lucratividade do sistema.

Métrica (fórmula): $[(\text{Receita Operacional} + \text{Receita Patrimonial}) / \text{Despesas Totais}] * 100$

Periodicidade: Mensal

6. Custo por passageiro

Unidade: R\$

Descrição: Indica a relação entre a despesa total e o número de passageiros transportados.

Objetivo Empresarial: Medir o custo unitário (por passageiro transportado) do sistema.

Métrica (fórmula): Despesas Totais/Nº de Passageiros Transportados

Periodicidade: Mensal

7. Custo por Quilômetro

Unidade: R\$

Descrição: Indica a relação entre a despesa total e a quilometragem percorrida.

Objetivo Empresarial: Medir o custo por quilômetro percorrido no sistema.

Métrica (fórmula): Despesas Totais/Quilometragem da Frota

8. Tarifa Efetiva Média

Unidade: R\$

Descrição: Indica a relação entre a receita de transporte e o número total de passageiros transportados.

Objetivo Empresarial: Medir a tarifa efetiva auferida pelo sistema, dadas as características da integração tarifária e gratuidades.

Métrica (fórmula): Receita de Transporte/Nº de Passageiros Transportados

Periodicidade: Mensal

9. Índice de Integração Tarifária

Sigla: IIT

Unidade: %

Descrição: Indica a relação entre os passageiros integrados (pagantes e não pagantes) e o número total de passageiros.

Objetivo Empresarial: Medir o grau de integração do sistema com outros modais de transporte.

Métrica (fórmula): (Nº Passageiros Integrados/Nº Passageiros Transportados)*100

Sentido: Depende dos objetivos da empresa

Periodicidade: Mensal

Área Responsável: Planejamento (Operadoras)

10. Índice de Receita Extraoperacional

Unidade: %

Descrição: Indica a relação entre a receita obtida por outras fontes distintas da tarifa e a receita total.

Objetivo Empresarial: Medir a eficiência da empresa em auferir receitas com negócios que não o transporte de passageiros.

Métrica (fórmula): [(Receita Extraoperacional – Receita Financeira)/ Receita Total]*100

Periodicidade: Mensal

QUALIDADE

11. Índice de Regularidade

Unidade: %

Descrição: Indica a proporção percentual entre viagens realizadas e programadas.

Objetivo Empresarial: Medir a qualidade da programação de viagens, ou seja, se o número de viagens programado está sendo efetivamente entregue (realizado) para os passageiros.

Métrica (fórmula): $[\text{Viagens Realizadas} / (\text{Viagens Programadas} + \text{Viagens Extras})] * 100$

Periodicidade: Mensal

12. Índice de Pontualidade

Unidade: %

Descrição: Indica a relação entre as viagens realizadas no horário e o total de viagens realizadas. Não inclui viagens canceladas.

Objetivo Empresarial: Medir a capacidade do sistema em oferecer viagens com pontualidade para os passageiros.

Métrica (fórmula): $(\text{Viagens no Horário} / \text{Viagens Realizadas}) * 100$

Periodicidade: Mensal

13. Índice de Segurança do Passageiro

Unidade: por milhão

Descrição: Indica o número de ocorrências de passageiros acidentados por milhão de passageiros transportados.

Objetivo Empresarial: Medir a qualidade do serviço prestado em termos de segurança para o passageiro.

Métrica (fórmula): $[(\text{Passageiros Acidentados} * 10^6) / \text{Passageiros Transportados}]$

Periodicidade: Mensal

14. Índice de Confiabilidade do Sistema

Unidade: Un

Descrição: Indica a confiabilidade do sistema operacional, traduzido pela quilometragem média que cada composição percorre sem falhas.

Objetivo Empresarial: Medir a qualidade do serviço prestado em termos da segurança e manutenção do sistema operacional.

Métrica (fórmula): Quilometragem Percorrida pela Frota/Falhas no Sistema Operacional

Periodicidade: Mensal

MÉTRICAS DOS INDICADORES DE DESEMPENHO OPERACIONAL

INDICADORES		UNIDADE	METRICAS
EFICÁCIA	Passageiros transportados	Mil	Dado fornecido
	Passageiros por dia útil	Mil	nº de passageiros transportados nos dias úteis / nº de dias úteis típicos no mês
	Índice de Visibilidade	%	$(\text{nº de passageiros Transportados} / \text{nº de passageiros transportados no Sistema de Transporte Público de Passageiros (STPP) local}) * 100$
	Índice de passageiro por Km	Un	nº de passageiros transportados / quilometragem percorrida
EFICIÊNCIA	Taxa de Cobertura Plena	%	$[(\text{receita operacional} + \text{receita patrimonial}) / \text{custo total}] * 100$
	Custo por Passageiro	R\$	custo total / nº de passageiros transportados
	Custo por Km	R\$	custo total / quilometragem percorrida
	Tarifa Efetiva Média	R\$	receita de transporte / nº de passageiros transportados
	Índice de Integração Tarifária	%	$(\text{nº de passageiros integrados} / \text{nº de passageiros transportados}) * 100$
	Índice de Receita extraoperacional	%	$[(\text{receita extraoperacional} - \text{receita financeira}) / \text{receita total}] * 100$
QUALIDADE	Regularidade	%	$[\text{viagens realizadas} / (\text{viagens programadas} + \text{viagens extras})] * 100$
	Pontualidade	%	$(\text{viagens no horário} / \text{viagens realizadas}) * 100$
	Índice de Segurança do Passageiro	por milhão	$[(\text{passageiros acidentados} * 10^6) / \text{passageiros transportados}]$
	Índice de Confiabilidade do Sistema	Un	quilometragem percorrida / falhas no sistema operacional

Quadro A.2.5.1.B – Indicadores operacionais - série histórica e exercício de 2016

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE BELO HORIZONTE INDICADORES DE DESEMPENHO EMPRESARIAL

INDICADORES		Anos Anteriores				Meta 2016	2016	Variação(%) 2015/2016
		2012	2013	2014	2015			
EFICÁCIA	Passageiros transportados (mil)	57.419	64.985	64.438	61.138	67.927	59.345	-7,9
	Passageiros por dia útil (mil)	205,9	221,5	216,5	202,2	223,5	198,0	-8,5
	Índice de Visibilidade (%)	-	-	-	8,3	13,0	8,3	-
	Índice de passageiro por Km	23,8	25,3	24,4	23,5	27,0	22,9	-5,9
EFICIÊNCIA	Taxa de cobertura plena (%)	59,2	60,4	60,3	49,0	59,5	48,0	-20,4
	Custo por passageiro	2,7	2,7	2,8	3,4	3,3	3,4	23,5
	Custo por Km	63,5	67,6	67,5	80,0	88,2	78,5	16,3
	Tarifa Efetiva Média (R\$)	1,54	1,55	1,59	1,59	1,8	1,55	-2,3
	Índice de integração Tarifária	36,5	33,7	29,4	31,2	31,8	31,0	-
	Índice de receita extraoperacional	3,5	4,3	4,9	5,4	7.148,9	5,5	11,0
QUALIDADE	Regularidade (%)	98,9	98,6	99,1	98,3	99,5	98,9	-0,2
	Pontualidade (%)	98,0	97,7	98,2	96,8	99,0	98,2	0,0
	Índice de Segurança do Passageiro	2,44	1,35	0,69	1,23	0,0	1,50	118,0
	Índice de Confiabilidade do Sistema	8.404	7.378	8.379	7.221	7.695,0	7.435	-11,3

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE RECIFE INDICADORES DE DESEMPENHO EMPRESARIAL

INDICADORES		Anos Anteriores				Meta 2016	2016	Variação(%) 2015/2016
		2012	2013	2014	2015			
EFICÁCIA	Passageiros transportados (mil)	79.607	99.775	110.157	112.246	112.089	107.009	-2,9
	Passageiros por dia útil (mil)	265,8	322,9	358,7	367,5	365,2	340,1	-5,2
	Índice de Visibilidade (%)	-	-	-	20,2	-	20,2	-
	Índice de passageiro por Km	34,5	34,5	36,2	35,7	-	35,7	-1,4
EFICIÊNCIA	Taxa de cobertura plena (%)	23,6	26,1	25,0	23,3	18,0	20,3	-18,7
	Custo por passageiro	2,9	2,6	2,5	2,6	3,4	2,9	18,5
	Custo por Km	101,4	88,5	88,7	93,3	-	103,7	16,9
	Tarifa Efetiva Média (R\$)	0,68	0,66	0,60	0,60	0,6	0,58	-3,5
	Índice de integração Tarifária	65,0	65,0	65,0	65,0	-	65,0	0,0
	Índice de receita extraoperacional	1,6	1,8	1,9	1,5	-	1,3	-29,7
QUALIDADE - Linha Elétrica	Regularidade (%)	93,7	93,9	93,0	93,8	99,0	90,4	-2,8
	Pontualidade (%)	91,3	85,6	84,7	78,0	99,0	93,2	10,0
	Índice de Segurança do Passageiro	3,9	2,9	2,0	1,5	-	1,1	-44,4
	Índice de Confiabilidade do Sistema	992	746	639	911	-	755	18,1
QUALIDADE - Linha Diesel	Regularidade (%)	94,5	96,4	99,5	96,9	99,0	93,7	-5,9
	Pontualidade (%)	92,2	99,0	99,8	98,8	99,0	99,2	-0,6
	Índice de Segurança do Passageiro	0,7	3,7	0,8	1,0	-	6,9	754,5
	Índice de Confiabilidade do Sistema	0	4.708	6.968	1.750	-	881	-87,4

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE NATAL

INDICADORES DE DESEMPENHO EMPRESARIAL

INDICADORES		Anos Anteriores				Meta 2016	2016	Variação(%) 2015/2016
		2012	2013	2014	2015			
EFICÁCIA	Passageiros transportados (mil)	1.126	1.545	1.541	2.390	2.988	3.086	100,2
	Passageiros por dia útil (mil)	4,3	5,8	6,0	8,5	10,7	10,3	71,6
	Índice de Visibilidade (%)	-	-	-	-	-	-	-
	Índice de passageiro por Km	9,5	9,4	9,7	13,1	14,6	14,6	50,9
EFICIÊNCIA	Taxa de cobertura plena (%)	3,5	3,7	3,6	4,4	4,2	4,8	31,6
	Custo por passageiro	13,6	13,2	13,6	11,4	11,5	10,0	-26,6
	Custo por Km	129,7	124,2	131,2	149,3	-	145,3	10,8
	Tarifa Efetiva Média (R\$)	0,47	0,47	0,49	0,49	0,5	0,47	-3,2
	Índice de integração Tarifária	-	-	-	-	-	-	-
	Índice de receita extraoperacional	0,7	2,1	6,6	2,7	25,2	0,7	-89,5
QUALIDADE	Regularidade (%)	64,6	88,5	86,9	99,1	98,1	98,8	13,7
	Pontualidade (%)	46,9	66,2	71,9	93,8	92,7	93,3	29,6
	Índice de Segurança do Passageiro	0,00	0,00	0,00	0,42	-	0,00	-
	Índice de Confiabilidade do Sistema	112	211	296	1.210	-	866	192,5

A partir de Janeiro de 2015 o sistema passou a operar em um maior numero de viagens com os VLT's 01, 02 e 03 em substituição das locomotivas nas linhas norte e sul. Gerando um aumento na demanda de passageiros.

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE JOÃO PESSOA

INDICADORES DE DESEMPENHO EMPRESARIAL

INDICADORES		Anos Anteriores				Meta 2016	2016	Variação(%) 2015/2016
		2012	2013	2014	2015			
EFICÁCIA	Passageiros transportados (mil)	2.129	1.818	1.643	1.950	2.148	1.735	5,6
	Passageiros por dia útil (mil)	7,3	6,5	5,6	7,0	7,8	6,5	16,7
	Índice de Visibilidade (%)	-	-	-		2,3		-
	Índice de passageiro por Km	10,5	8,8	7,7	9,0	0,0	9,2	19,4
EFICIÊNCIA	Taxa de cobertura plena (%)	6,7	5,3	5,0	4,9	5,3	3,8	-23,6
	Custo por passageiro	7,7	10,0	10,5	11,0	10,3	13,7	30,1
	Custo por Km	80,5	88,4	81,0	99,2	182,9	125,9	55,4
	Tarifa Efetiva Média (R\$)	0,47	0,46	0,48	0,48	0,5	0,48	-0,3
	Índice de integração Tarifária	-	-	-	-	-	-	-
	Índice de receita extraoperacional	8,8	11,6	8,9	10,7	144,4	8,6	-3,3
QUALIDADE	Regularidade (%)	88,9	90,1	95,8	98,3	100,0	98,7	3,1
	Pontualidade (%)	77,7	55,5	54,7	86,5	95,0	90,4	65,1
	Índice de Segurança do Passageiro	0,00	3,00	1,83	0,00	-	0,58	-68,4
	Índice de Confiabilidade do Sistema	143	78	81	169	200,0	54	-32,9

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE MACEIÓ
INDICADORES DE DESEMPENHO EMPRESARIAL

INDICADORES		Anos Anteriores				Meta 2016	2016	Variação(%) 2015/2016
		2012	2013	2014	2015			
EFICÁCIA	Passageiros transportados (mil)	1.613	2.212	2.679	2.169	2.490	1.727	-35,5
	Passageiros por dia útil (mil)	5,5	7,9	9,5	8,0	9,5	6,2	-34,7
	Índice de Visibilidade (%)	-	-	-	2,1	-	2,1	-
	Índice de passageiro por Km	12,3	12,9	13,1	9,5	-	12,2	-7,0
EFICIÊNCIA	Taxa de cobertura plena (%)	4,2	4,4	5,7	4,0	4,8	2,7	-52,6
	Custo por passageiro	12,0	10,8	8,9	12,7	10,4	18,0	101,1
	Custo por Km	147,7	139,0	116,8	120,8	-	218,5	87,1
	Tarifa Efetiva Média (R\$)	0,48	0,46	0,48	0,47	0,5	0,47	-2,1
	Índice de integração Tarifária	-	-	-	-	-	-	-
	Índice de receita extraoperacional	0,7	4,4	6,3	8,7	36,0	3,8	-39,0
QUALIDADE	Regularidade (%)	90,9	96,5	96,2	93,6	99,0	94,1	-2,2
	Pontualidade (%)	79,8	73,4	94,0	94,9	98,0	82,7	-12,0
	Índice de Segurança do Passageiro	1,24	0,49	0,00	0,46	-	2,32	-
	Índice de Confiabilidade do Sistema	352	246	456	787	-	163	-64,2

A redução dos passageiros transportados deve-se ao fato de o sistema estar com o trecho de maior arrecadação interrompido (Maceió até o Bom Parto) desde setembro de 2016, em razão de obras para remodelagem do sistema.

CBTU TOTAL

INDICADORES DE DESEMPENHO EMPRESARIAL

INDICADORES		Anos Anteriores				Meta 2016	2016	Variação(%) 2015/2016
		2012	2013	2014	2015			
EFICÁCIA	Passageiros transportados (mil)	141.894	170.335	180.459	179.892	187.642	172.902	-4,2
	Passageiros por dia útil (mil)	489	565	596	593	617	561	-5,9
	Índice de Visibilidade (%)	-	-	-	-	-	-	-
	Índice de passageiro por Km	26,2	28,4	28,8	28,2	-	28,2	-2,0
EFICIÊNCIA	Taxa de cobertura plena (%)	33,9	35,4	34,9	30,1	29,7	27,3	-21,7
	Custo por passageiro	26,2	28,4	28,8	28,2	3,7	28,2	-2,0
	Custo por Km	3,1	2,9	2,8	3,2	-	3,5	22,5
	Tarifa Efetiva Média (R\$)	1,02	0,99	0,95	0,93	-	0,91	-4,2
	Índice de integração Tarifária	0,5	0,5	0,5	0,5	-	0,5	-
	Índice de receita extraoperacional	2,8	3,4	3,8	3,9	-	3,8	0,5
QUALIDADE	Regularidade (%)	94,5	95,3	95,0	95,4	-	93,4	-1,7
	Pontualidade (%)	92,2	88,7	88,6	85,3	-	94,7	6,9
	Índice de Segurança do Passageiro	3,2	2,2	1,5	1,4	-	1,3	-15,3
	Índice de Confiabilidade do Sistema	694	670	733	1.006	-	657	-10,4

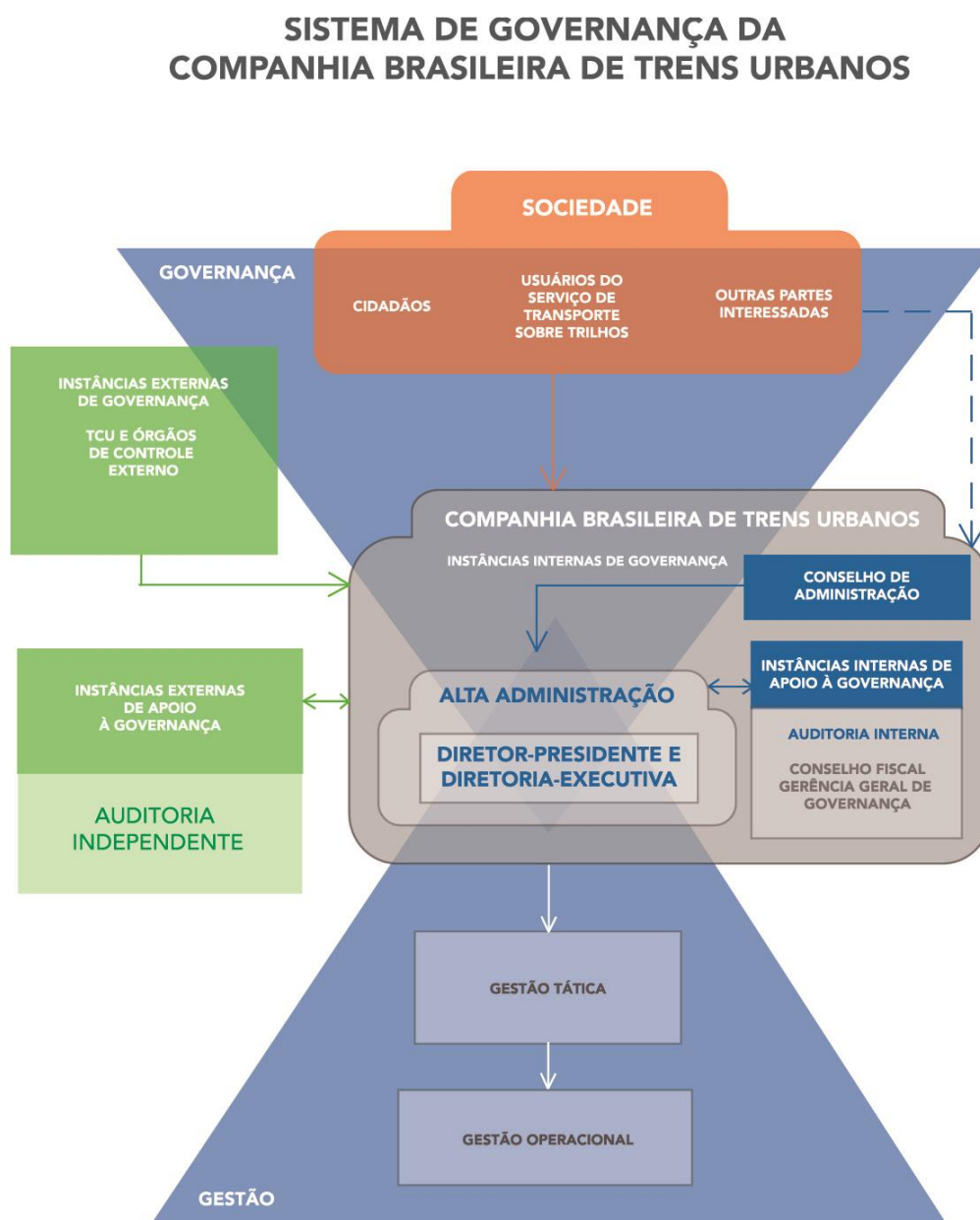
3. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNS

3.1 - Descrição das Estruturas de Governança

Sistema de Governança da CBTU

O Sistema de Governança da CBTU é a estrutura existente na Companhia que garante a organização, a participação e as diretrizes necessárias à interação de todos os atores, a fim de que sejam obtidos e aprimorados mecanismos adequados à boa governança corporativa, como segregação de funções estratégicas, balanceamento de poder, transparência e responsabilização.

Para o estabelecimento de sua estrutura, foi adotado o modelo proposto pelo Tribunal de Contas da União em seu Referencial Básico de Governança Aplicável a Órgãos e Entidades da Administração Pública (BRASIL, 2014), dividindo-se as estruturas internas, as externas e as de apoio à governança (internas e externas).



Instâncias do Sistema de Governança da CBTU:

a) Instâncias Internas de Governança

As Instâncias Internas de Governança são responsáveis pela definição e condução da estratégia da Companhia, de forma a melhor atender ao interesse público. Para a gestão da estratégia, seu monitoramento e controle, estes órgãos possuem as competências elencadas a seguir.

1- Conselho de Administração

Conforme definido no Estatuto Social da CBTU é de competência do **Conselho de Administração**, além das atribuições previstas em Lei:

- I. aprovar os planos de contas e as normas gerais de contabilidade da CBTU bem como os critérios básicos de correção monetária e de depreciação;
- II. manifestar-se, por proposta da Diretoria, sobre a destinação dos resultados econômico-financeiros, inclusive a criação e utilização de reservas patrimoniais;
- III. deliberar sobre a criação ou extinção das dependências e unidades de que trata o art. 2º do Estatuto Social;
- IV. fixar o preço e as condições de emissão, colocação, subscrição e integralização de ações representativas do capital social da CBTU, submetendo à decisão da Assembleia Geral;
- V. aprovar normas gerais para licitação e celebração de contratos, convênios, acordos e ajustes de qualquer natureza, e outros atos formais de relacionamento “ad negotia” da CBTU;
- VI. manifestar-se previamente ao encaminhamento às autoridades superiores sobre os quadros, os níveis salariais e o regulamento do pessoal da CBTU;
- VII. autorizar a Diretoria a adquirir, onerar ou alienar bens imóveis da CBTU;
- VIII. aprovar o regimento interno da CBTU;
- IX. disciplinar a concessão de férias aos membros da Diretoria, inclusive no que se refere à sua conversão em espécie, vedado o pagamento em dobro da remuneração relativa a férias não gozadas.

2- Diretoria Executiva

À **Diretoria Executiva**, conforme definido no Estatuto Social, compete:

- I. executar as diretrizes e a orientação geral dos negócios da CBTU estabelecidas pela lei, pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração;
- II. adquirir, onerar ou alienar bens imóveis da CBTU desde que autorizada pelo Conselho de Administração;
- III. adquirir, onerar ou alienar participações em outras empresas, mediante decisão da Assembleia Geral.
- IV. aprovar as demonstrações financeiras que devam ser submetidas à Assembleia Geral através do Conselho de Administração;
- V. propor ao Conselho de Administração, através do Diretor-Presidente, as políticas, diretrizes, planos, programas e orçamentos plurianuais e anuais da CBTU, bem como suas alterações;

- VI. propor ao Conselho de Administração a organização geral da CBTU, com vistas a dotá-la de estrutura adequada à consecução dos objetivos sociais;
- VII. propor ao Conselho de Administração os quadros, os níveis salariais e o regulamento do pessoal da CBTU, indicando os seus direitos e obrigações;
- VIII. propor ao Conselho de Administração as normas gerais para a aquisição e alienação de materiais, equipamentos e outros bens da CBTU, disciplinando, inclusive, a baixa e destino dos inservíveis;
- IX. propor ao Conselho de Administração a realização de operações de crédito e a celebração de contratos de financiamento, no País ou no Exterior, assim como a concessão de avais ou fianças e a prática de atos que importem em renúncia, transação ou compromisso arbitral;
- X. manifestar-se junto ao Conselho de Administração sobre a criação e a extinção de filiais, representações, agências, escritórios ou quaisquer outras dependências, no País ou no Exterior;
- XI. decidir sobre todos os assuntos que devam ser por ela submetidos ao Conselho de Administração ouvido o Conselho Fiscal, quando for o caso;
- XII. manifestar-se sobre outros assuntos que lhe forem submetidos pelo Diretor-Presidente ou pelo Conselho de Administração.

b) Instâncias Internas de Apoio à Governança

Contribuem para a boa governança na organização, promovendo a comunicação entre as partes interessadas, monitorando e interagindo junto às áreas responsáveis quanto a possíveis riscos e disfunções observadas no âmbito da gestão da Companhia, considerados relevantes em nível estratégico. Para tal, atuam na CBTU a Auditoria Interna, o Conselho Fiscal e a Gerência Geral de Governança.

1- Conselho Fiscal

Ao **Conselho Fiscal**, conforme definido no Estatuto Social, sem exclusão de outros casos previstos em lei compete:

- I. fiscalizar os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;
- II. opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar do parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis às deliberações da Assembleia Geral;
- III. opinar sobre as propostas dos órgãos da administração a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas à modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão;
- IV. denunciar aos órgãos de administração e, se estes não tomarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da Companhia, à Assembleia Geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências;
- V. convocar a Assembleia Geral Ordinária se os órgãos da administração retardarem por mais de um mês essa convocação, e a Extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na agenda das assembleias as matérias que considerarem necessárias;

- VI. analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaborados periodicamente pela Companhia;
- VII. examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar;
- VIII. assistir às reuniões do Conselho de Administração em que se deliberar sobre os assuntos em que deva opinar (itens II, III e VII);
- IX. fornecer ao acionista, ou grupo de acionistas, que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) do capital social, sempre que solicitadas, informações sobre matérias de sua competência;
- X. elaborar e aprovar o seu regimento interno.

2- Auditoria Interna

A Auditoria Interna encontra-se estruturalmente vinculada ao Conselho de Administração (Decreto 3.591/2000 – Art. 15 Parágrafos 3º e 4º, alterada pelo Decreto nº 4.304, Artigos 4º e 5º e Decreto nº 4.400/2002), devendo ainda viabilizar adequado relacionamento institucional e apoio técnico ao Órgão de Controle do Poder Executivo Federal (Controladoria Geral da União) e ao Tribunal de Contas da União.

Constituem atribuições essenciais de Auditoria Interna:

- I. Orientar subsidiariamente a Direção da Companhia quanto aos princípios e as normas de controle interno;
- II. Acompanhar a implementação das recomendações dos órgãos/unidades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e do TCU;
- III. Elaborar e executar o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna aprovado pelo Conselho de Administração e pela CGU, bem como o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna, a ser encaminhado à Controladoria Geral da União – RJ, para efeito de integração das ações de controle, nos prazos estabelecidos na legislação vigente;
- IV. Assessorar o Conselho Fiscal no desempenho de suas atribuições;
- V. Assessorar o Presidente do Conselho de Administração e o Diretor-Presidente da CBTU, quando solicitado;
- VI. Atender aos Órgãos de Controle (CGU e TCU) quando de suas atuações na CBTU.

A Auditoria Interna possui, ainda, a responsabilidade de realizar, no âmbito da CBTU, auditorias contábil, financeira, tributária, operacional, administrativa, patrimonial e nos sistemas informatizados, além de auditorias especiais, mediante exame e avaliação da adequação, legalidade, eficiência e eficácia dos sistemas de controle, bem como da qualidade e do desempenho das áreas em relação às atribuições e aos planos, metas, objetivos e políticas definidos pela Companhia.

3- Gerência Geral de Governança

Instituída na estrutura organizacional da Administração Central da CBTU para apoiar os órgãos colegiados em sua gestão e também para aprimorar e consolidar boas práticas de governança corporativa no âmbito da Companhia, a Gerência Geral de Governança possui as seguintes atribuições, em processo de atualização do Manual de Organização:

- I. Planejar, coordenar e controlar o processo de adesão da CBTU às práticas de governança corporativa, exigidas ou recomendadas pelo poder Público Federal;
- II. Planejar e promover as atividades de apoio ao funcionamento das Assembléias de Acionistas, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva;

- III. Planejar as atividades relativas à convocação, realização e documentação das reuniões de deliberação dos dirigentes, gerindo o acervo documental decorrente dessas reuniões;
- IV. Assessorar o Conselho de Administração na elaboração e divulgação das diretrizes fundamentais de administração, na fiscalização da observância das diretrizes fixadas, no acompanhamento da execução dos programas aprovados, bem como na verificação dos resultados obtidos.
- V. Lavrar nos respectivos livros os termos de posse do Presidente e demais membros do Conselho de Administração, dos membros do Conselho Fiscal, dos Diretores da Companhia, e encaminhar a documentação pessoal dos membros dos órgãos estatutários e dirigentes para as providências das áreas competentes;
- VI. Apoiar a alta administração da companhia no monitoramento dos processos que sejam considerados estratégicos pela mesma;
- VII. Coordenar, anualmente, o sistema de avaliação de desempenho da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração;
- VIII. Coordenar a adequada capacitação dos membros da alta administração e Conselhos;
- IX. Promover a transparência das decisões tomadas pela gestão da Companhia, por meio de ampla divulgação;
- X. Assessorar a alta administração da companhia na divulgação das diretrizes fundamentais de administração, na fiscalização da observância das diretrizes fixadas, no acompanhamento da execução dos programas aprovados e na verificação dos resultados obtidos; e
- XI. Promover o monitoramento/acompanhamento das ações instruídas pela Presidência às áreas competentes de todas as demandas externas recebidas do Governo Federal.

c) Instâncias Externas de Governança

Correspondem aos órgãos responsáveis pela fiscalização, pelo controle externo e pela regulação das atividades desempenhadas pela Companhia, e possuem atuação independente, como o Tribunal de Contas da União e demais órgãos que exerçam controle externo sobre a administração da CBTU.

d) Instâncias Externas de Apoio à Governança

Correspondem aos órgãos responsáveis pela avaliação, auditoria e monitoramento independente, e, em casos de disfunções identificadas, são responsáveis pela comunicação dos fatos às instâncias superiores de governança da Companhia. Na CBTU é identificada pela atuação da auditoria independente

1- Auditoria Independente

A contratada London Blounquist tem atuado como auditoria independente da Companhia desde 2003, conforme preconiza a legislação societária brasileira. Suas principais atribuições são:

- I. subsidiar a Diretoria da Empresa, mediante a análise dos procedimentos relacionados com o desempenho econômico-financeiro e o aperfeiçoamento dos seus controles internos;
- II. elaborar parecer sobre as demonstrações financeiras anuais da CBTU;

- III. subsidiar o Conselho Fiscal com a emissão de relatórios com indicação de deficiências dos sistemas administrativos da CBTU, envolvendo os sistemas de pessoal, material, patrimônio, financeiro e contábil, com as recomendações para correção das deficiências apontadas visando obter maior eficiência.

Considerações gerais

Compete ainda, à **Assembleia Geral de Acionistas**, conforme Estatuto Social da CBTU, sem exclusão de outros casos previstos em lei:

- I. reformar o Estatuto Social;
- II. tomar, anualmente, as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras;
- III. aprovar a correção da expressão monetária do capital;
- IV. eleger ou destituir quaisquer dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal;
- V. fixar a remuneração dos membros da Diretoria-Executiva e dos Conselhos de Administração e Fiscal;
- VI. deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorrer para o capital social;
- VII. deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos;
- VIII. deliberar sobre a criação e utilização de reservas;
- IX. deliberar sobre a participação da CBTU no capital social de outras entidades, públicas ou privadas;
- X. deliberar sobre a fusão, incorporação ou cisão da CBTU, sua dissolução e liquidação; eleger ou destituir os liquidantes e julgar-lhes as contas;
- XI. deliberar sobre outros assuntos que lhe forem propostos pelo Conselho de Administração ou pelo Conselho Fiscal;
- XII. alienar, no todo ou em parte, ações do seu capital social ou de suas controladas; proceder à abertura do capital; aumentar o capital social por subscrições de novas ações; renunciar a direitos de subscrição de ações ou debêntures conversíveis em ações de empresas controladas; emitir debêntures conversíveis em ações ou vendê-las, se em tesouraria; vender debêntures conversíveis em ações de sua titularidade de emissão de empresas controladas, emitir quaisquer outros títulos ou valores mobiliários, no país ou no exterior;
- XIII. deliberar sobre a permuta de ações ou outros valores mobiliários.

Fontes: GAGOV, AUDIT

3.1.1 – Atendimento à Lei das Estatais

Tendo em vista a sanção da Lei 13.303/2016 de 30 de junho de 2016 e do Decreto 8.945 de 27 de dezembro de 2016, que dispõe e regulamenta sobre o estatuto jurídico das empresas públicas de sociedade e economia mista e das suas subsidiárias, a companhia tomou providências para o atendimento ao disposto da lei.

Com o intuito de promover as alterações necessárias no Estatuto Social da companhia, o Diretor-Presidente aprovou a constituição de Grupo de Trabalho, através da resolução nº 542/2016.

Foi apresentada a proposta de redação do Código de Conduta, elaborada pelo Grupo de Trabalho constituído pela resolução nº 331/2016, do Diretor-Presidente.

Fonte: GAGOV

3.2 - Informações sobre Dirigentes e Colegiados

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, os Órgãos Colegiados e a Diretoria da CBTU possuem a seguinte composição:

Conselho de Administração

O Conselho de Administração da CBTU é composto de 06 (seis) membros eleitos pela Assembleia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo, com prazo de gestão de 3 (três) anos, permitida a reeleição.

Os membros do Conselho de Administração, à exceção do representante ou dos representantes que, por força de Lei, devam ser eleitos pelos acionistas minoritários, serão indicados pelo Ministro das Cidades, dentre brasileiros de notório conhecimento e experiência, idoneidade moral e reputação ilibada, cabendo a um deles a Presidência do Colegiado.

Integrarão também o Conselho de Administração o Diretor-Presidente da Sociedade, um representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e um empregado do quadro efetivo da Companhia, nos termos da Lei nº 12.353, de 28 de dezembro de 2010.

O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, sempre que convocado pelo seu Presidente ou pela maioria dos Conselheiros em exercício. Funcionará com a presença da maioria de seus membros em exercício e deliberará por maioria simples de votos, cabendo ao Presidente, também, o voto de qualidade.

Os papéis e as competências do Conselho de Administração encontram-se elencados no item 3.1 – Descrição das Estruturas de Governança.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da CBTU é composto de três membros efetivos e igual número de suplentes – não computados os eleitos pelas ações ordinárias minoritárias e pelas ações preferenciais – eleitos pela assembleia geral, pelo prazo de um ano, admitida a recondução, dentre pessoas naturais, residentes e domiciliadas no País, de reconhecida capacidade técnica, diplomados em curso universitário ou que tenham exercido, por prazo mínimo de três anos, cargo de administrador de empresa ou de conselheiro fiscal.

Um dos membros efetivos e respectivo suplente serão indicados pelo Ministro de Estado da Fazenda, como representantes do Tesouro Nacional.

O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, e extraordinariamente, sempre que julgar conveniente, e suas deliberações serão tomadas por maioria de votos.

Os papéis e as competências do Conselho Fiscal encontram-se elencados no item 3.1 – Descrição das Estruturas de Governança.

Diretoria

A Diretoria da CBTU é composta pelo Diretor-Presidente e até 5 (cinco) Diretores eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição. Reunir-se-á uma vez por mês, ou sempre que for convocada pelo Diretor-Presidente, com a presença, no mínimo, da maioria dos seus membros.

As deliberações da Diretoria serão tomadas por maioria de votos dos presentes, facultado ao Diretor-Presidente, além do voto de qualidade, recorrer, de ofício, ao Conselho de Administração, com efeito suspensivo.

Os papéis e as competências da Diretoria encontram-se elencados no item 3.1 – Descrição das Estruturas de Governança.

Considerações gerais

Em todos os casos, o processo de escolha de dirigentes e conselheiros seguirá as disposições contidas no Decreto nº 757, de 19 de dezembro de 1993, em especial o que dispõe o § 4º do Art. 1º, que “em qualquer hipótese, quando a indicação de membro da Diretoria, Conselho de Administração ou Conselho Fiscal couber à União, inclusive quando a iniciativa couber a Ministro de Estado, será o nome submetido à prévia aprovação do Presidente da República”, e respeitando os critérios de admissão previstos na Lei nº 13.303 de 30 de junho de 2016

Fonte: GAGOV

3.3 - Política de Designação de Representantes nas assembleias e nos colegiados de controladas, coligadas e sociedades de propósito específico

Não se aplica à CBTU

Fonte: GAGOV

3.4 - Atuação da Unidade de Auditoria Interna

a) Indicação do estatuto e normas que regulam a atuação da auditoria interna.

Os Dispositivos legais e normativos a seguir descritos nortearam a atuação da auditoria interna da CBTU no exercício de 2016:

- Decreto 3.591/2000 de 06/09/2000 – Dispõe sobre o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e dá outras providências.

- Lei 10.180, de 06/02/2001 – Organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal e dá outras providências.

- Instrução Normativa SFC/MF 01/2001, de 06/04/2001 – Define diretrizes, princípios, conceitos e aprova normas técnicas para a atuação do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.
- Lei Complementar 108/2001, Lei Complementar 109/2001 - § 2º Artigo 41 e- Decreto nº 4.942/03, de 30/12/2003, quanto à responsabilidade das Patrocinadoras pela supervisão e fiscalização das atividades das suas entidades de Previdência Complementar.
- Instrução Normativa CGU 01/2003, de 13/03/2003 – Altera parte do Manual de Controle Interno, aprovado pela Instrução Normativa 01, de 06/04/01, da Secretaria Federal de Controle Interno.
- Resolução CGPAR 02 de 31/12/2010 – Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União – Estabelece adoção de regulamento próprio para o corpo de auditoria interna das empresas estatais e dá outras providências;
- Instrução Normativa nº 24/2015 da Controladoria-Geral da União;
- Estatuto Social Capítulo X artigo 36. Disponível na Internet. Caminho para acesso: www.cbtu.gov.br

b) Demonstração dos elementos que caracterizam a independência e objetividade da unidade de auditoria interna, tomando por base a INTOSAI GOV 9140 (Independência da auditoria interna no setor público), Decreto 3.591/2000 – art. 15 §§ 3º, 4º e 5º.

Conduzimos nossas auditorias no exercício de 2016 em conformidade com as normas e diretrizes consubstanciadas em Regimento Interno próprio, aprovado em 09/07/2012 (revisto e atualizado) baseado e consistente com os normativos que regulam a atuação da auditoria interna indicados no item “a” deste capítulo do relatório de gestão, cujas diretrizes para o estabelecimento dos objetivos, subordinação, áreas de atuação e competência dos auditores, efetivamente cumprem, em nosso entendimento integralmente, todos os princípios éticos e profissionais requeridos para a realização dos trabalhos de auditoria com independência e objetividade.

Finalidade da normatização própria

Estabelecer a forma de funcionamento, subordinação e competências da Unidade de Auditoria Interna.

Objetivos da Auditoria Interna

- Realizar no âmbito da CBTU – Companhia Brasileira de Trens Urbanos, auditorias contábil, tributária, operacional, administrativa e nos sistemas informatizados, além de auditorias especiais mediante exame e avaliação da adequação, eficiência e eficácia dos sistemas de controle, bem como da qualidade e do desempenho das áreas em relação às atribuições e aos planos, metas e objetivos e políticas definidos pela Companhia;
- Avaliar a eficiência e economicidade na administração dos recursos transferidos pela Patrocinadora CBTU e seus empregados participantes e o desempenho dos Programas Previdenciário, Administrativo e de Investimentos, a partir de informações regularmente divulgadas e disponibilizadas pela Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social – REFER.

Subordinação

A Auditoria Interna está diretamente vinculada ao Conselho de Administração (Decreto 3.591/2000 – art. 15 §§ 3º e 4º), devendo ainda viabilizar adequado relacionamento institucional e apoio técnico aos Órgãos de Controle do Poder Executivo Federal (Controladoria – Geral da União) e Tribunal de Contas da União.

Áreas de atuação

A Auditoria Interna tem a responsabilidade de desenvolver suas tarefas em todas as Unidades Administrativas da CBTU e REFER, em todos os segmentos operacionais e administrativos, analisando as políticas, procedimentos, usos-e-costumes, documentação, sistemas e métodos, objetivando maximizar a eficiência e buscar o aprimoramento e padronização dos controles das operações e atividades.

Constituem atribuições essenciais da Unidade de Auditoria Interna:

- Orientar subsidiariamente a Direção da Companhia quanto aos princípios e às normas de controle interno;
- Acompanhar a implementação das recomendações dos órgãos/unidades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e do TCU;
- Elaborar e Executar o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna aprovado pelo Conselho de Administração, bem como o Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna, a serem encaminhados ao órgão de Controle Interno a que estiver jurisdicionado, para efeito de integração das ações de controle, nos prazos estabelecidos na Instrução Normativa CGU;
- Assessorar o Conselho Fiscal e atender aos órgãos de controle externos, quando de suas atuações na CBTU;
- Assessorar ao Presidente do Conselho de Administração e ao Diretor-Presidente da CBTU, quando solicitado.

Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT

- Deve ser elaborado em consonância com o planejamento estratégico da empresa, tendo em vista fatores de risco e possibilidade de falhas (involuntárias ou não), passíveis de ocasionarem prejuízos ou comprometerem o andamento dos processos. É elaborado por força de Instrução Normativa emanada do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.
- Em cumprimento ao estabelecido em Instrução Normativa da CGU, o PAINT deve ser concluído até o último dia útil do mês de outubro do exercício anterior ao de sua execução e, após apreciação e manifestação da CGU, submetido à apreciação do CONAD para as correções que se fizerem necessárias e a devida aprovação até o último dia útil do mês de dezembro do ano anterior ao de sua execução e encaminhado ao respectivo órgão de controle interno e ao Conselho Fiscal, ou instância com atribuições equivalentes, até o último dia útil do mês de fevereiro de cada exercício a que se aplica.

Neste planejamento serão estabelecidos os programas de auditoria interna a serem executados no exercício subsequente e o universo de horas exequíveis, determinado em função do quadro de auditores existente.

Programa de Auditoria

O Programa de Auditoria é um Plano de Ação destinado a orientar adequadamente o trabalho de campo do auditor interno.

O Programa deve conter, no mínimo, os objetivos gerais e específicos, além de roteiro de procedimentos detalhados (check-list).

É elaborado com base na legislação específica para cada programa e em rotinas específicas do trabalho a ser auditado.

O Programa de Auditoria deverá sofrer constante atualização e complementações quando das alterações na legislação e sempre que as circunstâncias exigirem.

Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna - RAINT

É o Relatório das atividades desenvolvidas pela Auditoria Interna em cada exercício. É elaborado com base na legislação constante de Instrução Normativa do órgão do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.

Salientamos que a INTOSAI - International Organisation of Supreme Audit Institutions, organização não governamental com estatuto consultivo especial junto ao Conselho Econômico e Social (ECOSOC) das Nações Unidas, fornece estrutura normativa de referência internacional, aplicáveis às Entidades de Fiscalização Superior.

c) Estratégia de atuação em relação à unidade central e às unidades ou subunidades descentralizadas:

A CBTU é composta de uma Administração Central (RJ), local de lotação da Auditoria Interna e de cinco unidades operacionais localizadas nas cidades de Recife, Belo Horizonte, Natal, João Pessoa e Maceió.

A Auditoria Interna tem a responsabilidade de desenvolver suas tarefas, estrategicamente, em função da relevância dos riscos potenciais, em todas as Unidades Administrativas da CBTU e na REFER.

No exercício p. findo estavam previstas no PAINT a realização de 21 atividades das quais, à exceção das ações (13) Revisão de Programas de Auditoria Interna e (21) Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna – RAINT 2016, todas as demais 19 (dezenove) atividades planejadas, constantes do PAINT/2016, foram regularmente executadas.

A seguir relacionamos os trabalhos de auditoria interna realizados no exercício de 2016:

ATIVI D. PAINT	REL.	PROGRAMA DESENVOLVIDO	RH	LOCAL	PERÍODO DE EXECUÇÃO	QTD HS.
1	-	Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna - RAINT/2015	3	AC	02 a 29/02/16	360
2	01/2016	Demonstrações Contábeis Exercício 2015	1	AC	02 a 29/02/16	96
3	-	Prestação de Contas Anual	2	AC	01 a 05/02/16	56
4	02/2016	Controle Orçamentário	2	AC	13/01 a 04/03/16	280
5	07/2016	Gestão Financeira	2	AC	21/03 a 15/06/16	608
6	03/2016	Licitações, Contratos e Convênios	3	STU/NAT	09/03 a 28/04/16	620
7	04/2016	Gerenciamento de Via Permanente e Material Rodante	2	STU/MAC	15/03 a 29/04/16	472
8	05/2016	Licitações, Contratos e Convênios	2	STU/JOP	02 a 25/05/16	288
9	06/2016	Receitas Operacionais e Não Operacionais	3	STU/REC	02 a 31/05/16	552
10	08/2016	Gerenciamento de Via Permanente e Material Rodante	2	STU/BH	01 a 29/06/16	311
11	09/2016	Gestão e Controle de Pagamentos de Adicionais e Benefícios Incluídos em Folha de Pagamento	5	AC	21/06 a 10/08/16	976
12	-	Treinamento e Capacitação da Equipe de Auditoria Interna				
		• Gestão de riscos e Controles Internos	1	MTFCGU	28 e 29/11	16
		• Linhas de Defesa	1	SEST	09 e 10/11	16
		• Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos	2	ENAP	02/08 a 05/09	80
		• SIGAC	1	CBTU	08/11	3
		• PROPAG	2	CBTU	18/11	6

		• Controle Interno e análise de riscos na gestão de processos	1	ONE	12 e 13/12	16
14	11/2016	Licitações, Contratos e Convênios	2	STU/REC	23/08 a 05/10/16	424
15	10/2016	Receitas Operacionais e Não Operacionais	3	STU/NAT	15/08 a 29/09/16	589
16	12/2016	Licitações, Contratos e Convênios	3	STU/BH	03/10 a 04/11/16	504
17	13/2016	Licitações, Contratos e Convênios	2	STU/MAC	10/10 a 04/11/16	456
18	-	Elaboração do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT/2017	1	AC	03 A 31/10/16	40
19	14/2016	Licitações, Contratos e Convênios	5	AC	01 a 30/11/16	714
20	15/2016	Auditoria de Gestão Anual Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social – REFER	6	REFER	05 a 30/12/16	912
-	-	Monitoramento de Processos em Andamento no Tribunal de Contas da União - TCU	12	AC	04/01/16 a 30/12/16	812
-	-	Reserva Técnica Atendimento Solicitações Diretoria, CONAD, CONFL, CGU e MP	3	-	04/01 a 30/12/16	2.208
SOMATÓRIO DE HORAS						11.415

Cumpre-nos mencionar que, com relação ao Programa (11) Gestão e Controle de Pagamentos de Adicionais e Benefícios Incluídos em Folha de Pagamento, buscamos ampliar a abrangência das verificações, inicialmente programadas no PAINT/2016 para serem desenvolvidas no âmbito da Administração Central da Companhia, estendendo a aplicação dos testes e revisão dos controles internos às demais Superintendências Regionais, mediante certificação do processamento da Folha de Pagamento de forma centralizada, através do Sistema Informatizado MENTORH.

Para a consecução dos objetivos redefinidos, mantivemos o exame das condições de concessão e inclusão em folha de pagamento de Adicionais pelo exercício de atividades especiais (Periculosidade, Insalubridade, Penosidade e Risco de Vida) e, alternativamente, priorizamos verificar a adequação da remuneração pela prestação de serviços em jornadas extraordinárias, em detrimento de parte das avaliações anteriormente propostas, de verificação dos controles de concessão e pagamento de Benefícios, restrita aos empregados da Administração Central da Companhia, cujas verificações foram reprogramadas e estão previstas no PAINT/2017, para serem realizadas na Administração Central da Companhia e Superintendências Regionais de Recife e Belo Horizonte.

As ações (13) Revisão de Programas de Auditoria Interna e (21) Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna – RAINIT 2016, programadas e não realizadas no exercício de 2016, não foram levadas a termo devido, respectivamente a:

Ação (13), à decisão gerencial de não interrupção dos programas em curso na Auditoria Interna, que na ocasião priorizou o treinamento dos novos auditores, considerando ainda a própria suficiência dos programas existentes, ressalvada a inclusão do requerido na Resolução CGPAR nº 9 de 10/03/2016 no programa a ser aplicado na Fundação REFER (Fundo de Pensão dos trabalhadores ferroviários).

Ação (21), à necessidade de postergação da elaboração do RAINIT/2016 para o mês de janeiro/2017, tendo em vista a AUDIT não dispor, naquela ocasião, de informações conclusivas que viabilizassem o atendimento às exigências da IN 24/CGU/2015, fato que prejudicou o início da execução desta atividade no mês de dezembro/2016, sem comprometer, contudo, a observância aos prazos de disponibilização do RAINIT aos respectivos órgãos de controle interno do Governo Federal.

Como se observa, os trabalhos de auditoria são programados e executados indistintamente em todas as Unidades Administrativas da Companhia, considerando estrategicamente a cada trabalho, os elementos de risco e a relevância de cada item examinado.

d) Demonstração de como a área de auditoria interna está estruturada, de como é feita a escolha do titular, qual o posicionamento da unidade de auditoria na estrutura da unidade prestadora de contas (UPC).

Subordinação

Conforme já abordado no item “b”, a Auditoria Interna está diretamente vinculada ao Conselho de Administração (Decreto 3.591/2000 – art. 15 §§ 3º e 4º), devendo ainda viabilizar adequado relacionamento institucional e apoio técnico aos Órgãos de Controle do Poder Executivo Federal (Controladoria – Geral da União) e Tribunal de Contas da União.

Recursos Humanos

A Unidade de Auditoria deverá contar com recursos humanos, tecnológicos e materiais suficientes para a execução dos trabalhos.

Em 31/12/2016 a estrutura de pessoal da Unidade de Auditoria Interna da CBTU aprovada no Plano de Emprego Comissionado – PEC vigente na Companhia era composta por 09 (nove) profissionais, conforme demonstrado a seguir:

CARGO	FORMAÇÃO	QUANT.
Chefe de Auditoria	Administrador	1
Auditor	Administrador	2
	Contador	1
	Economista	1
	Advogado	1
	Engenheiro Civil	1
	Gestor de Recursos Humanos	1
Assistente Executivo	Nível Médio	1
TOTAL		9

Como é feita a escolha do titular

A nomeação ou exoneração do titular da Unidade de Auditoria Interna somente ocorrerá por proposição da Diretoria Executiva e será submetida à aprovação do Conselho de Administração e ao órgão ou unidade de controle que jurisdiciona a entidade.

Constituem pré-requisitos para investidura do cargo de Chefe de Auditoria:

- 1 – Formação de Nível Superior;
- 2 – Registro no Conselho Profissional;
- 3 – Experiência mínima de 5 (cinco) anos na área de atuação;
- 4 – Experiência em Administração Financeira, Orçamentária, Contabilidade e/ou auditoria Interna/externa.

Constituem pré-requisitos para investidura para o cargo de Auditor:

- 1 – Formação de Nível Superior em Economia, Administração, Contabilidade, Direito e Engenharia Civil;

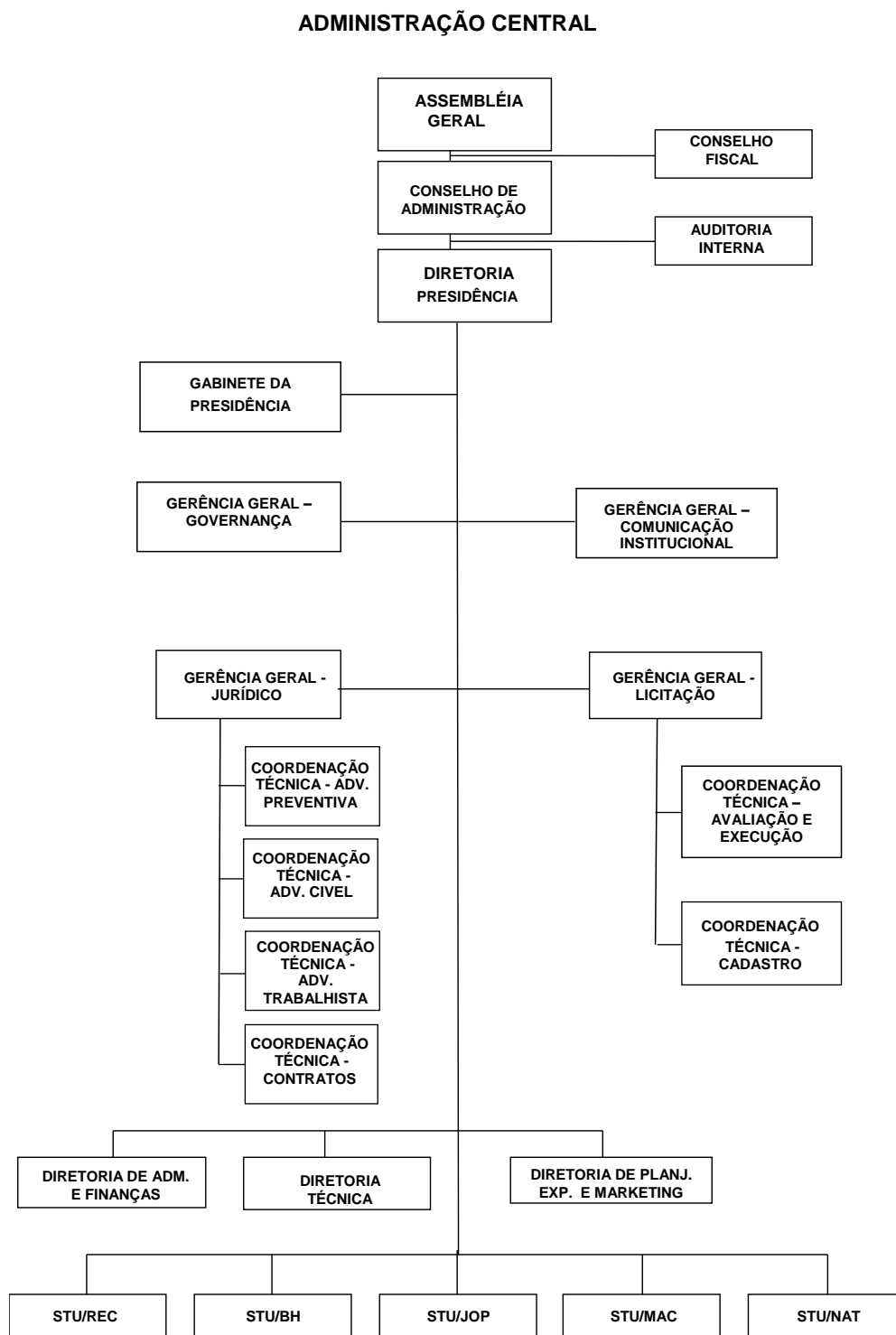
2 – Registro no Conselho Profissional;

3 – Experiência mínima de 2 (dois) anos na área de atuação;

Os candidatos a auditores internos podem ser provenientes do próprio quadro de empregados da CBTU ou contratados para o exercício do cargo.

Posicionamento da unidade de auditoria na estrutura da unidade prestadora de contas (UPC).

A Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU, empresa de serviços de transportes metro-ferroviário de passageiros, ligada ao Ministério das Cidades, possui a seguinte estrutura organizacional:



- Administração Central (Rio de Janeiro)
- Superintendências de Trens Urbanos (Unidades Operadoras de Transporte)
 - ✓ Recife
 - ✓ Belo Horizonte
 - ✓ Natal
 - ✓ Maceió
 - ✓ João Pessoa

As estruturas organizacionais das Unidades Operadoras de Transporte permanecem regularmente divulgadas no site oficial da CBTU na Internet.

e) Informações sobre como se certifica de que a alta gerência toma conhecimento das recomendações feitas pela auditoria interna e assume, se for o caso, os riscos pela não implementação de tais recomendações;

Os resultados, opinamentos e manifestações da Auditoria Interna da CBTU são regularmente formalizados através dos instrumentos a seguir descritos, que consideramos suficientes:

Relatório de Auditoria

Para cada trabalho de Auditoria Interna previsto no PAINT é elaborado um Relatório de Auditoria escrito de forma clara e concisa, contendo os objetivos da auditoria, o escopo do trabalho, critérios de análise utilizados, as causas e as consequências, acompanhadas das recomendações visando o aprimoramento dos controles avaliados, além da conclusão dos trabalhos, com base nos achados de auditoria.

Nota de Auditoria Interna – NAI

É o documento destinado a dar ciência ao titular da Unidade Auditada, das impropriedades constatadas durante o desenvolvimento dos trabalhos de campo, que foram retificadas em decorrência de apontamento da Auditoria Interna ou que, embora não saneadas de imediato, as providências de regularização já tenham sido iniciadas.

Reunião de Encerramento do trabalho de campo

A Reunião de Encerramento tem por finalidade apresentar ao auditado informações prévias acerca do conteúdo do Relatório de Auditoria Interna, a fim de colher eventual justificativa e esclarecimentos ainda necessários, que o auditado entenda cabíveis, considerando a necessidade de assegurar, em tempo hábil, o pleno exercício do direito de defesa do gestor público.

Além disso, a Diretoria Executiva da Companhia, bem como o Conselho Fiscal em suas reuniões ordinárias, mantém como rotina a leitura dos Relatórios de Auditoria em conjunto com a Chefia da Auditoria Interna, onde são analisados os pontos abordados e os consequentes riscos envolvidos.

O Conselho de Administração é cientificado através das Atas do Conselho Fiscal, onde são destacados os itens dos Relatórios de Auditoria considerados relevantes.

f) Descrição da sistemática de comunicação à alta gerência, ao conselho de administração e ao comitê de auditoria, quando houver, sobre os riscos considerados elevados decorrentes da não implementação das recomendações da auditoria interna pela alta gerência.

Ante o não atendimento das recomendações, a auditoria interna realiza a análise de risco das impropriedades expressamente apontadas nos Relatórios, mediante três classificações (Alto, Moderado e Baixo), priorizando a cobrança regular dos motivos/justificativas pela não implementação das ações corretivas e, solicitando formalmente, através de memorandos internos, o

posicionamento das áreas responsáveis, fixando prazo para contestação ou aderência às recomendações exaradas pela AUDIT, cabendo o registro de que, no caso de aderência, as áreas responsáveis deverão ainda apresentar plano de ação para saneamento das não conformidades apontadas.

O Comitê de Auditoria encontra-se ainda em fase de estruturação no âmbito da CBTU, entre outros ajustamentos requeridos na Lei 13.303/2016 de 30/06/2016, por acarretar, inclusive, alterações no estatuto jurídico da Companhia, em razão do que, foi constituído Grupo de Trabalho, especialmente para subsidiar as avaliações acerca da aplicabilidade e impacto da referida Lei 13.303/16 no Estatuto Social e demais regulamentos da Empresa, devendo ser objeto de apreciação e deliberação em Assembleia Geral (Ordinária ou Extraordinária), ainda no corrente exercício.

g) Eventuais adequações na estrutura organizacional da unidade de auditoria, inclusive reposicionamento na estrutura da entidade, demonstrando os ganhos operacionais deles decorrentes.

Não obstante não ter refletido em alteração na estrutura organizacional da Auditoria Interna em 2016, entendemos importante salientar o processo estratégico de remanejamento de pessoas, iniciado no mês de julho/2016 na Administração Central da CBTU, que culminou com a mudança do Chefe de Auditoria em novembro/2016, e a transferência de outros dois auditores internos para exercerem as funções de Adjunto do Diretor de Administração e Finanças e Coordenador Técnico de Programação e Suprimento na Companhia.

Assim, como a investidura do novo Chefe de Auditoria se efetivou por membro efetivo da equipe de auditores internos da CBTU, houve a necessidade da reposição imediata de três novos auditores, situação imprevista, que exigiu da equipe remanescente, além de executar o Plano de trabalho aprovado para 2016, orientar e passar os serviços aos três novos profissionais, que ingressaram na AUDIT com formações acadêmicas, respectivamente, em Contabilidade, Direito e Engenharia Civil.

Embora referida realocação de pessoas pudesse ter impactado o desempenho da Unidade de Auditoria Interna no exercício p. findo, restando ainda praticamente metade do PAINT a cumprir, houve a rápida reposição dos profissionais remanejados, o que permitiu manter o quantitativo de recursos humanos da AUDIT e, as ações empreendidas internamente de capacitação dos novos auditores e readequação dos programas a serem aplicados no exercício de 2016, efetivamente alcançaram os objetivos de minimizar os reflexos negativos na realização das auditorias programadas.

Fonte: AUDIT

3.5 - Atividades de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos

A Companhia Brasileira de Trens Urbanos implementou o Manual Disciplinar CBTU, pela Resolução do Conselho de Administração nº 002-2015, de 24 de fevereiro de 2015, após ter sido submetido ao Ministério das Cidades.

Este documento regula os direitos, deveres e os instrumentos disciplinares destinados à apuração de responsabilidades funcionais decorrentes da ação ou omissão dos empregados em toda a Companhia, incluindo diretores, conselheiros e contratados para o exercício de cargo de confiança e/ou função gratificada, por meio de Sindicância, Processo Administrativo Disciplinar (PAD), Termo Circunstanciado Administrativo (TCA) e Termo de Compromisso de Adequação Funcional (TCAF).

As penalidades poderão consistir em advertência, suspensão ou demissão por justa causa, todas precedidas por procedimento administrativo, contendo toda a documentação dos fatos, defesas, depoimentos, relatórios, julgamento e decisão, sendo consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para a Companhia, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes funcionais.

Após finalização das atividades apuratórias da Comissão, com a elaboração de Relatório Conclusivo, o processo é analisado pelo Gestor Nacional dos Processos de Sindicância e PAD, pela Gerência Geral Jurídica e segue para decisão final do Sr. Diretor-Presidente.

As informações relacionadas à área disciplinar atualmente estão centralizadas na figura do Gestor Nacional dos Processos de Sindicância e PAD, que visa assegurar a correta aplicação das regras contidas no Manual Disciplinar e demais normas disciplinares, acompanhada das figuras dos Gestores Regionais dos Processos de Sindicância e PAD, a desempenharem atribuições semelhantes em âmbito regional, atuando nas Unidades Administrativas da Companhia.

No ano de 2016 foram instaurados 116 processos, dentre Sindicâncias e Processos Administrativos Disciplinares, no âmbito de toda a Companhia. Destes, 8 deram origem a instauração de outro processo; 3 culminaram em aplicação de pena de advertência; 1 redundou em suspensão; 5 acarretaram a dispensa por justa causa, dos quais 1 teve a decisão reformada por meio de recurso e 2 permanecem em prazo recursal; 6 deram origem a lavratura de Termo de Compromisso de Adequação Funcional; 4 foram declarados nulos, dando origem à abertura de novo processo e 4 foram declarados nulos, sem ensejar novo processo; 14 foram arquivados; e 71 permanecem em curso.

Em atenção à Portaria 1.043, de 24 de julho de 2007, a CBTU efetuou o cadastramento no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares – CGU/PAD de todas as Sindicâncias e Processos Administrativos Disciplinares instaurados em 2016 que foram enviados a esta Administração Central.

FONTE: Gestor Nacional dos Processos de Sindicância e PAD

3.6 - Gestão de Riscos e Controles Internos

Quanto à gestão de riscos e controles internos, pode-se observar que ainda não se encontram estruturados e formalizados, de forma a contemplar toda a estrutura da Companhia – Administração Central e Superintendências Regionais.

Durante o desenvolvimento do Planejamento Estratégico da CBTU, em conjunto com a Fundação Getúlio Vargas, o macroprocesso “Gestão de Riscos” foi elencado na cadeia de valor da Companhia e abrange os processos de definição e manutenção da política de riscos operacionais e corporativos, metodologias e atualização da legislação sobre o tema. Inclui o acompanhamento de riscos e tomada de decisão quanto à proteção de ativos, usuários internos e externos e patrimônio, bem como estuda e divulga melhores práticas de prevenção de riscos específicos do transporte de trilhos.

Da conclusão do trabalho, foi verificado que, na Administração Central, o citado macroprocesso não foi desdobrado, uma vez que ainda não existe a definição de uma metodologia adequada para toda a CBTU, e recomenda-se tratar o tema como projeto estratégico, a fim de que esta ação venha a integrar um ciclo futuro de planejamento estratégico.

No âmbito das Superintendências Regionais (STU's), destaca-se o Processo de Gestão de Riscos Corporativos da STU – Belo Horizonte. De forma resumida, o processo foi iniciado com um projeto piloto nas Estações Central e Eldorado, liderado pelo Comitê Permanente de Gestão de Riscos – CPGR, responsável pelo desenvolvimento e aplicação da metodologia na STU-BH. Foi contratada consultoria especializada, a qual aplicou o Método Brasileiro de Gestão de Riscos, e realizou treinamentos necessários à capacitação do pessoal sobre o assunto. O processo abrangeu as etapas

abaixo descritas, e atualmente encontra-se na última fase, de resposta aos riscos, com a implementação dos Planos de Contingência e Ação nas Gerências de Operação da Superintendência:

- 1 – Comunicação e Consulta
- 2 – Contexto Estratégico
- 3 – Identificação dos Riscos
- 4 – Análise dos Riscos
- 5 – Avaliação dos Riscos
- 6 – Resposta aos Riscos

Com a sanção da Lei nº 13.303 de 30 de junho de 2016 e a publicação do Decreto nº 8.945 de 27 de dezembro de 2016, a CBTU iniciou o estudo para a estruturação de uma gerência de Gestão de Riscos e Controle Interno.

Fontes: DA, DT, DP, GAGOV, STU-BH

3.7 - Política de Remuneração dos Administradores e Membros de Colegiados

A remuneração de dirigentes e conselheiros é praticada conforme os seguintes dispositivos:

- Lei 6.404/76, art. 152: Remuneração de Diretor S/A é definida em Assembleia;
- Lei 13.303, art. 8 III: Práticas de Governança corporativa e descrição da composição e da remuneração da administração
- Decreto 8.945, art. 13, III: Divulgação tempestiva e atualizada de informações relevantes, de políticas e práticas de Governança Corporativa e descrição da composição e da remuneração da administração.
- Decreto 89.039/84, art. 4º, I.a: Voto da União em Assembleia sobre **remuneração** de diretor é definido pelo DEST;
- Decreto-Lei nº 2.355/87, art. 3º, **caput**: **Honorário** de diretor das estatais é fixado por Decreto do Presidente da República;
- Decreto 89.039/84, art. 4º, I.a: Assunto já estava previamente delegado ao DEST nas empresas com Assembleia.
- Decreto* de Estatuto Social: nas empresas públicas sem Assembleia, seus estatutos, aprovados por Decreto, delegam o assunto para o Ministro Supervisor – MS;
- Decreto* nº 3.735/01, art. 1º, III: Amplia atuação do DEST para todas as estatais, inclusive empresas públicas sem Assembleia, *ouvido sempre o MS*;
- Portaria MP nº 250/05: MP subdelegou para o DEST;
- Decreto 8.391/15, anexo I, art. 8º, IV.h: Confirma novamente que compete ao DEST aprovar **remuneração** dos Diretores, inclusive **PLR** de diretores.

A remuneração é composta por: Honorários, Gratificação Natalina, Adicional de Férias, Auxílio

Alimentação e Auxílio Saúde.

Faz parte ainda dos custos com dirigentes, o pagamento de FGTS e INSS sobre os vencimentos.

Atuação do DEST:

A partir do ano de 2005, no voto da remuneração de dirigentes, iniciou a política de desvincular remuneração de diretor e empregado. A primeira orientação, própria para diretor, o reajuste deve ser \leq IPCA.

Remuneração de Conselheiros

Lei 6.404/76: CF \geq 10% da média da remuneração de diretores

Lei 9.292/96: CF e CA \leq 10% da média da remuneração de diretores

O DEST fixa honorário dos dois conselhos em exatamente 10% da remuneração de diretores.

Estão incluídos na base de cálculo da remuneração anual média dos diretores apenas honorários e gratificação natalina.

Remuneração de Diretores e Conselheiros

Regras diferentes:

Diretor é estatutário e não tem subordinação da relação de emprego

Diretor é demissível *ad nutum*

Diretor é responsável legal pela gestão, civil e criminalmente*

* Empregado não pode assumir condição de estatutário, mesmo que temporariamente

Leis diferentes: Diretor = Lei 6.404 e Empregado = CLT

Instrumentos diferentes: Diretor = Assembleia e Empregado = ACT

Conflito de interesse: Diretor negocia remuneração dos empregados

DL 200/67, art. 27, § único, e CF, art. 173, §1º, I: estatal segue regime privado

- Inclusive em relação ao tratamento diferenciado de Diretor e empregado

Política deliberada do DEST iniciada em 2008

- O Diretor pode ter benefício de mesmo nome que o de empregado, mas valor, sistemática, “data-base” e fundamento legal são sempre diferentes.

Teto constitucional para honorário

Apenas os honorários estão sujeitas ao teto, inclusive o honorário mensal do Diretor-Presidente, acumulado com seu honorário de Conselheiro de Administração.

Fonte: GEARH/GAREH/DA

3.7.1 - Demonstrativo da Remuneração Mensal de Membros de Conselhos

Quadro A.3.7.1 – Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal

Valores em R\$1,00

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

NOME DO CONSELHEIRO	Período do Exercício		Remuneração (R\$)	
	Início	Fim	Média mensal	Total do Exercício
Joaquim Francisco de Freitas Cavalcante	24/08/2016	-	2.512,26	12.561,30
José Geraldo Alves	-	-	2.512,26	30.147,11
Pedro Augusto Cunto de A Machado	-	-	2.512,26	30.147,11
Adriano de Aquino Oliveira e Silva	24/08/2016	-	2.512,26	12.561,30
José Marques de Lima	24/08/2016	-	2.512,26	12.561,30
Marco Aurélio de Queiroz Campos	24/08/2016	-	2.512,26	12.561,30
Carlos Antonio Vieira Fernandes	-	23/08/2016	2.512,26	20.098,08
Edna da Silva Amorim	-	23/08/2016	2.512,26	20.098,08
Marco Antonio de Araujo Fireman	-	23/08/2016	2.512,26	20.098,08

CONSELHO FISCAL

NOME DO CONSELHEIRO	Período do Exercício		Remuneração (R\$)	
	Início	Fim	Média mensal	Total do Exercício
Elias Jacó dos Santos(Titular)	-	-	2.512,26	30.147,11
Maria Laura Resende Paiva(Suplente)			-	-
Marcio Oliveira Cavalcanti(Titular)	-	-	2.512,26	30.147,11
Viviana Simon(Suplente)			-	-
Paulo Roberto V. Rebelo Filho(Titular)	-	27/04/2016	2.512,26	10.049,04
Afonso Orlandi Neto(Titular)	28/04/2016	-	2.512,26	22.610,34
Luis Oliveira Ramos(Suplente)			-	-

Fonte: GEARH/GAREH/DA

3.7.2 - Demonstrativo Sintético da Remuneração de Membros de Diretoria e de Conselhos

Quadro A.3.7.2 – Síntese da Remuneração dos Administradores

Valores em R\$1,00

Diretoria Estatutária

Remuneração dos Administradores	EXERCÍCIO	
	2016	2015
Número de Membros	4	4
I – Remuneração Fixa		
a) salário ou pró-labore	592.281,50	1.087.872,57
b) benefícios diretos e indiretos	38.907,34	48.673,08
c) remuneração por participação em comitês		
d) outros (13º)	72.430,25	92.760,34
II – Remuneração Variável		
e) bônus		
f) participação nos resultados		
g) remuneração por participação em reuniões		
h) comissões		
i) outros		
III – Total da Remuneração (I + II)	703.619,09	1.229.305,99
IV – Benefícios pós-emprego		
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo		
VI – Remuneração baseada em ações		

Fonte: GEARH/GAREH/DA

Conselho de Administração

Remuneração dos Administradores	EXERCÍCIO	
	2016	2015
Número de Membros	6	5
I – Remuneração Fixa		
a) salário ou pró-labore	170.833,68	146.428,19
b) benefícios diretos e indiretos		
c) remuneração por participação em comitês		
d) outros (13º)		
II – Remuneração Variável		
e) bônus		
f) participação nos resultados		
g) remuneração por participação em reuniões		
h) comissões		
i) outros		
III – Total da Remuneração (I + II)	170.833,68	146.428,19
IV – Benefícios pós-emprego		
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo		
VI – Remuneração baseada em ações		

Fonte: GEARH/GAREH/DA

Conselho Fiscal

Remuneração dos Administradores	EXERCÍCIO	
	2016	2015
Número de Membros	6	6
I – Remuneração Fixa		
a) salário ou pró-labore	92.953,60	89.364,69
b) benefícios diretos e indiretos		
c) remuneração por participação em comitês		
d) outros (13º)		
II – Remuneração Variável		
e) bônus		
f) participação nos resultados		
g) remuneração por participação em reuniões		
h) comissões		
i) outros		
III – Total da Remuneração (I + II)	92.953,60	89.364,69
IV – Benefícios pós-emprego		
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo		
VI – Remuneração baseada em ações		

*3 Membros titulares e 3 suplentes.

Fonte: GEARH/GAREH/DA

3.7.3 - Demonstrativo da Remuneração Variável dos Administradores

Não se aplica à CBTU, tendo em vista tratar-se de Sociedade de Economia Mista e ser dependente dos recursos da União.

Fonte: GEARH/GAREH/DA

3.8 - Informações sobre a Empresa de Auditoria Independente Contratada

3.8.1 – Sistemática de contratação

Licitação - Modalidade: Concorrência Pública

Contrato nº 007/2015 - DA

Fonte: GECOC/GAFIN/DA

3.8.2 – Dados da Empresa Contratada

Empresa: LOUDON BLOMQUIST - AUDITORES INDEPENDENTES,

CNPJ-MF: 33.179.672/0004

Endereço: Av. Presidente Vargas, 509-3º Andar - Centro - Rio de Janeiro - CEP 20.071-003

Representante: Sócio Jorge Luiz Ferreira Moraes

Carteira de Identidade nº 043.479/O-2 – CRC

CPF/MF nº 337.135.537-34

Fonte: GECOC/GAFIN/DA

3.8.3 – Remuneração pelo Contrato

Valor Total do Contrato: R\$684.600,00 (seiscentos e oitenta e quatro mil e seiscentos reais), pelo prazo de 36 meses contados a partir da data de assinatura (17 de julho de 2015)

Fonte: GECOC/GAFIN/DA

3.8.4 – Serviços Contratados

Prestação de Serviços de Auditoria Externa, objetivando atender as necessidades da CBTU, compreendendo a Administração Central, as Superintendências de Trens Urbanos de Recife, Belo Horizonte, Natal, João Pessoa e Maceió, e ainda atender às exigências dos órgãos externos federais. Os trabalhos são referentes aos exercícios financeiros de 2015, 2016 e 2017 e deverão:

- a) realizar todos os procedimentos de auditoria externa independente;
- b) subsidiar a Diretoria da CBTU, mediante a análise dos procedimentos relacionados com o desempenho econômico-financeiro da Companhia e com o aperfeiçoamento dos seus controles internos;
- c) assessorar o Conselho-Fiscal da CBTU, acompanhando a situação econômico-financeiro da CIA com emissão de relatórios.

Fonte: GECOC/GAFIN/DA

3.9 - Participação Acionária de Membros de Colegiados da Entidade

Não se aplica à CBTU

Fonte: GAFIN/DA

3.10 - Estrutura de Gestão e Controle de Demandas Judiciais

Estão sendo adotadas, continuamente, medidas internas tendentes a otimizar o controle e acompanhamento dos processos judiciais em que a CBTU seja parte interessada e/ou esteja na qualidade de autora ou ré. Parte integrante dessas medidas foi a lotação de advogados, contador e técnico de gestão admitidos no último concurso público, realizado em 2014.

Fonte: GAJUR/P

3.10.1 – Medidas Internas Adotadas

(i) Efetiva fiscalização e monitoramento do escritório especializado contratado para a prática da advocacia contenciosa utilizando, inclusive, o SISTEMA PROCESS para o controle não só dos processos de pagamento de despesas judiciais, mas, também, para o acesso a versão digitalizada das peças processuais produzidas e dos principais documentos/certidões acostados nos autos judiciais.

(ii) A Gerência Geral Judicia e a Gerência Geral de Recursos Humanos estabeleceram como prioritário o mapeamento e a redução das demandas trabalhistas por meio de melhores práticas na área de Recurso Humanos associadas ao exercício da advocacia preventiva. O projeto desenvolvido em 2015 foi implantado em 2016.

Os trabalhos relativos ao projeto de Unificação do Mapeamento das Ações Trabalhistas – UMAPAT foram desenvolvidos conforme o planejamento traçado e atenderam às expectativas dos setores envolvidos, tornando-se uma importante ferramenta de monitoramento e análise da posição da Companhia perante a Justiça do Trabalho.

Atualmente, o UMAPAT está presente e operacionalizado em todas as unidades da CBTU, adequando-se às suas peculiaridades e permitindo que as áreas envolvidas disponham de informações claras e concretas sobre as suas respectivas demandas trabalhistas.

Fonte: GAJUR/P

3.10.2 – Avaliação dos Riscos de Prescrição e Ações Mitigadoras

A prescrição é um instituto que, de maneira quase unânime, tem estado a favor da CBTU especialmente porque, via de regra, somos demandados. Todavia, nos raros casos onde somos demandantes, a área jurídica tem se mantido vigilante para evitar perdas de prazos e, com isso, a ocorrência de prescrição.

Fonte: GAJUR/P

3.10.3 - Demonstrativo de Ações Judiciais e Penhoras/Valores Bloqueados

Posição 31 de dezembro

Quadro A.3.10.3.1 - Quantitativo de Processos Cíveis e Trabalhistas.

ANO	CÍVEL	TRABALHISTA	FISCAL	TOTAL
2012	2.120	4.491	272	6.883
2013	2.426	5.155	792	8.373
2014	1977	5091	1300	8368

2015	1307	6389	911	8607
2016	1532	6120	914	8606

Quadro A.3.10.3.2 - Valores empenhados por tipo de ação (R\$)

ANO	CÍVEIS*	TRABALHISTAS
2012	32.659.144,26	59.063.936,84
2013	22.320.475,28	76.300.465,00
2014	68.359.990,32	80.008.769,05
2015	41.685.097,03	150.556.369,42
2016	60.209.295,58	94.378.735,26

* incluído ações fiscais

Quadro A.3.10.3.3 – Quantitativo de Ações Judiciais por tipo e região

Localidade	Cível	Trabalhista	Fiscal	Total
São Paulo	253	45	16	314
Rio de Janeiro	147	1885	456	2488
Alagoas	53	257	5	315
Paraíba	41	111	2	154
Minas Gerais	171	1402	391	1964
Pernambuco	640	2275	34	2949
Ceará	40	8	4	52
Rio Grande do Norte	82	136	1	219
Bahia	105	41	5	151
TOTAL	1532	6160	914	8606

Obs.: O quadro não apresenta valores por ação, pois são valores históricos, informados pelas partes autoras das ações, apenas para fins de pagamento das custas processuais, e que não correspondem à realidade na eventualidade de condenação da CBTU.

Fonte: GAJUR/P

Quadro A.3.10.3.4 – Valores pagos no exercício por tipo e por unidade administrativa

Sentenças Trabalhistas e Depósitos Recursais	Limite Orçamentário	Empenhos Emitidos	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Restos a Pagar Pagos
BELO HORIZONTE					
Sentenças Trabalhistas	16.739.782,46	16.739.782,46	16.739.782,46	16.739.782,46	0,00
Depósitos Recursais	6.395.131,37	6.395.131,37	6.395.131,37	6.395.131,37	0,00
RECIFE					
Sentenças Trabalhistas	36.710.422,64	36.710.422,64	36.710.422,64	36.710.422,64	0,00
Depósitos Recursais	3.151.210,75	3.151.210,75	3.151.210,75	3.151.210,75	0,00
NATAL					
Sentenças Trabalhistas	3.926.473,45	3.926.473,45	3.926.473,45	3.926.473,45	0,00
Depósitos Recursais	172.080,74	159.305,93	159.305,93	159.305,93	0,00
JOÃO PESSOA					
Sentenças Trabalhistas	1.256.403,16	1.256.393,16	1.256.393,16	1.256.393,16	289.510,13
Depósitos Recursais	269.175,64	269.175,64	265.587,64	265.587,64	0,00
MACEIÓ					
Sentenças Trabalhistas	5.154.890,51	5.154.890,51	5.154.890,51	5.154.890,51	97.864,68
Depósitos Recursais	181.157,24	181.157,24	181.157,24	181.157,24	0,00
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL					
Sentenças Trabalhistas	30.601.422,78	30.590.773,04	30.590.773,04	30.590.773,04	0,00
Depósitos Recursais	441.849,26	380.435,59	380.435,59	380.435,59	0,00
TOTAL					
Sentenças Trabalhistas	94.389.395,00	94.378.735,26	94.378.735,26	94.378.735,26	387.374,81
Depósitos Recursais	10.610.605,00	10.536.416,52	10.532.828,52	10.532.828,52	0,00
Sentenças Cíveis e Custas Judiciais	Limite Orçamentário	Empenhos Emitidos	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Restos a Pagar Pagos
BELO HORIZONTE					
Sentenças Cíveis	4.943.025,48	4.943.024,64	4.943.024,64	4.943.024,64	0,00
Custas Judiciais	17.642,38	17.642,38	17.623,11	15.794,48	0,00
RECIFE					
Sentenças Cíveis	2.465.859,95	2.465.859,95	2.465.859,95	2.465.859,95	0,00
Custas Judiciais	235.372,90	235.362,26	235.262,26	235.262,26	0,00
NATAL					
Sentenças Cíveis	1.221.449,99	1.220.728,61	1.220.728,61	1.220.728,61	0,00
Custas Judiciais	1.270,48	1.270,48	1.270,48	1.270,48	0,00
JOÃO PESSOA					
Sentenças Cíveis	40.297,51	40.297,51	40.297,51	40.297,51	0,00
Custas Judiciais	31.284,97	12.035,37	12.035,37	12.035,37	0,00
MACEIÓ					
Sentenças Cíveis	1.690.321,83	1.690.321,83	1.690.321,83	1.690.321,83	0,00
Custas Judiciais	17.381,69	17.381,69	17.038,57	17.038,57	0,00
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL					
Sentenças Cíveis	49.852.016,24	49.849.063,04	49.849.063,04	49.849.063,04	1.480.347,96
Custas Judiciais	181.469,58	129.127,66	129.127,66	128.682,86	0,00
TOTAL					
Sentenças Cíveis	60.212.971,00	60.209.295,58	60.209.295,58	60.209.295,58	1.480.347,96
Custas Judiciais	484.422,00	412.819,84	412.357,45	410.084,02	0,00

Quadro A.3.10.3.5 - Valores penhorados/bloqueados no exercício x valores recuperados**RECURSOS APREENDIDOS POR DECISÃO JUDICIAL - BASE DEZEMBRO DE 2016**

UG / CONTAS	1133510800			
	EXERC. ANTERIOR	EXERC. ATUAL	VALORES RECUPERADOS	TOTAL
MAC/AL	43.796,38	-	41.296,38	2.500,00
JOP/PB	152.892,79	189.211,05	-	342.103,84
REC/PE	64.865.697,58	9.550.183,23	12.974.327,79	61.441.553,02
BH/MG	118.243.251,34	50.108.868,06	29.787.825,68	138.564.293,72
NAT/RN	175.721,03	78.330,59	-	254.051,62
AC/RJ	4.039.983,23	-	-	4.039.983,23
TOTAL	187.521.342,35	59.926.592,93	42.803.449,85	204.644.485,43

Fonte: SIAFI GERENCIAL – GEFIN/GAFIN/DA

4. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

4.1 – Gestão de Pessoas

4.1.1 – Estrutura de Pessoal da Unidade

Quadro A.4.1.1.A – Força de Trabalho da UPC

Posição: Dezembro/2016

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada*	Efetiva		
1. Empregado Próprio (1.1+1.2+1.3)	3903	3424	101	83
1.1. Empregado de carreira vinculada ao órgão (Empregado Efetivo)	3903	3311	65	44
1.2. Empregado não vinculado ao órgão (Empregado Comissionado - Cargo de Confiança)		112	36	39
1.3. Empregados requisitados de outros órgãos		1	0	0
2. Empregados Anistiados	587	587	12	17
3. Empregado Reintegrado	267	262	5	15
4. Total de Empregados (1+2+3)	4757	4273	118	115

Fonte: CEFUN/GEARH/GAREH

* PORTARIA Nº6, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2016

Quadro A.4.1.1.B – Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva*	
	Área Meio	Área Fim
1. Empregado Próprio (1.1+1.2+1.3)	906	2.494
1.1. Empregado de carreira vinculada ao órgão (Empregado Efetivo)	799	2489
1.2. Empregado não vinculado ao órgão (Empregado Comissionado - Cargo de Confiança)	107	5
1.3. Empregados requisitados de outros órgãos	1	0
2. Empregados Anistiados	102	84
3. Empregado Reintegrado	12	248
4. Total de Empregados (1+2+3)	1.020	2.826

Fonte: CEFUN/GEARH/GAREH

* EXCLUÍDO OS EMPREGADOS
CEDIDOS A OUTROS ÓRGÃOS.

Quadro A.4.1.1.C – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da Unidade

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos Estruturais	209	207	121	118
Função de Confiança	209	166	99	90
Cargo de Confiança		41	22	28
2. Cargos Não-Estruturais	168	166	117	115
Função de Confiança	168	95	61	66
Cargo de Confiança		71	56	49
3. Função Gratificada	268	240	20	22
4. Total de Servidores (1+2+3)	645	613	258	255

Fonte: CEFUN/GEARH/GAREH

Observações

- 1) Os Cargo Estruturais são: Adjunto de Diretor, Chefe de Gabinete - Presidência, Chefe de Auditoria, Superintendente Regional I, Superintendente Regional II, Gerente Geral, Gerente Regional I, Gerente Regional II, Chefe de Gabinete Regional I, Chefe de Gabinete Regional II, Gerente Técnico, Gerente Operacional, Coordenador Técnico, Coordenador Operacional, Supervisor.
- 2) Os Cargo Não-Estruturais são: Assessor da Presidência, Auditor, Assistente Executivo I, Assistente Executivo II, Assistente Executivo III, Assistente Executivo IV e Assistente de Serviços.

ANÁLISE CRÍTICA

O quantitativo de pessoal da Companhia Brasileira de Trens Urbanos é gerenciado a partir do quadro de vagas aprovado pelo Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG.

Em 2016 o Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais definiu um novo quantitativo de empregados, reduzindo o número máximo do quadro de pessoal. Este novo limite impactou na convocação dos candidatos aprovados no Concurso Público Edital 001-2014, restando pendente a admissão de 236 aprovados dentro do número de vagas previstas no edital. Além disso, cerca de 59,53% dos empregados estão acima da faixa de 51 anos e 39,58% possuem mais de 24 anos de tempo de companhia.

Assim, considerando ainda que 41,8% reúne condições para aposentadoria ou são aposentados, a empresa vem estudando a viabilidade de um plano de desligamento cujo principal desafio será promover a adequação do quadro de pessoal de forma programada com um efetivo repasse do conhecimento e sem que haja descontinuidade na prestação dos serviços ou perda de qualidade.

A implementação prática de um plano programado visando à adequação do quadro de pessoal, estruturado através de um Plano de Desligamento Voluntário (PDV) permitirá a modernização da CBTU com uma gestão pública voltada para resultados, elevação da qualidade dos serviços de caráter social ofertados à sociedade, além de inserir a Companhia em um estágio dinâmico de gestão, condizente com os programas governamentais em desenvolvimento com vistas à implementação de um transporte público qualificado e universal. Este plano já está em desenvolvimento pela Gerência Geral de Recursos Humanos da CBTU e em negociação na SEST para aprovação.

Quadro A.4.1.1.D – Detalhamento da Escolaridade

Posição: Dezembro/2016

Escolaridade*	Efetivo	%
Sem escolaridade formal	2	0,05%
Ensino fundamental incompleto	230	5,38%
Ensino fundamental completo	232	5,43%
Ensino médio incompleto	171	4,00%
Ensino médio completo	2098	49,10%
Superior incompleto	334	7,82%
Superior completo	1197	28,01%
Mestrado completo	8	0,19%
Doutorado completo	1	0,02%
Total Geral	4273	100,00%

* COM BASE NO DOCUMENTO ENTREGUE
PELO EMPREGADO.

Fonte: CEFUN/GEARH/GAREH

Quadro A.4.1.1.D.1 – Detalhamento da Escolaridade por Cargos em Comissão e Funções Gratificadas**Posição: Dezembro/2016**

Escolaridade por cargo*	Efetivo	%
Nível Superior	424	10,19%
Nível Médio	2921	70,22%
Nível Técnico	810	19,47%
Nível Fundamental	5	0,12%
Total Geral	4160	100,00%

* EXCLUÍDO OS CARGOS DE CONFIANÇA.

Fonte: CEFUN/GEARH/GAREH

Quadro A.4.1.1.E – Detalhamento do Efetivo por Faixa Etária**Posição: Dezembro/2016**

Faixa etária	Efetivo	%
Até 25 anos	65	1,52%
De 26 a 30 anos	261	6,11%
De 31 a 35 anos	468	10,95%
De 36 a 40 anos	362	8,47%
De 41 a 45 anos	289	6,76%
De 46 a 50 anos	442	10,34%
De 51 a 55 anos	1170	27,38%
De 56 a 60 anos	759	17,76%
A partir de 61 anos	457	10,70%
TOTAL	4273	100,00%

Fonte: CEFUN/GEARH/GAREH

Quadro A.4.1.1.F – Indicadores Gerenciais de Recursos Humanos

Posição: Dezembro/2016

ACIDENTE DE TRABALHO E AUXÍLIO DOENÇA

Unidade	Acidente de Trabalho	Auxílio Doença	Total
Administração Cental	6	39	45
Belo Horizonte	8	81	89
Recife	13	87	100
Maceió	0	9	9
Natal	0	12	12
João Pessoa	7	12	19
TOTAL	34	240	274

Fonte: CEFUN/GEARH/GAREH

Quantitativo exposto por empregado.

ABSENTEÍSMO

Posição: Dezembro/2016

Absenteísmo	3,53%
--------------------	--------------

Fórmula de Cálculo: (Nº de pessoas / dias de trabalho perdido por ausência no ano)/(Nº médio de empregados / Nº de dias trabalhados no ano)

ROTATIVIDADE

Posição: Dezembro/2016

Rotatividade 2016	2,73%
Rotatividade 2015	7,51%
Rotatividade 2014	4,00%
Rotatividade 2013	5,46%

Fórmula de Cálculo: (Entradas + Saídas)/Total de Empregados

4.1.2 – Demonstrativo das Despesas com Pessoal

Quadro A.4.1.2 – Despesas do pessoal

Quadro A.4.1.2 – Custos do pessoal											
Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2016										
	2015										
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2016	243.065.297,14			101.018.201,79	39.443.521,38	16.201.823,64	24.218.254,09			423.947.098,04
	2015	214.993.098,83			88.282.471,21	39.346.790,09	14.339.157,25	19.592.987,00			376.554.504,38
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2016										
	2015										
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2016	6.331.003,09				1.027.366,14	422.000,99				7.780.370,21
	2015	5.684.188,15				1.013.957,04	379.112,02				7.077.257,21
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2016	19.558.277,40			8.128.441,35	3.173.827,53	1.303.681,62				32.164.227,91
	2015	18.209.523,11			7.477.364,20	3.248.251,76	1.214.500,45				30.149.639,51
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2016										
	2015										
Fonte: CEFOP/GEARH/GAREH											
OBS:	Incluimos o pessoal contratado para cargo de confiança no item: Servidores sem vínculo.										

Fonte: GEARH/GAREH

4.1.3 – Gestão de Riscos relacionados ao pessoal

O quantitativo de pessoal da CBTU é regulado pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), órgão este vinculado ao Ministério de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Balizada pela Portaria nº 17/2015, de 22/12/2015, a Companhia encerrou o ano de 2016 com um quantitativo de 4.273 empregados, sendo 13,74% anistiados, 6,13% reintegrados e 80,13% empregados do quadro próprio.

Comparativamente ao ano de 2015, houve um aumento de apenas três (03) empregados no quantitativo de pessoal da Companhia, representados por 118 ingressos e 115 egressos no exercício. No que tange as movimentações internas decorrente de reestruturação interna, houve um aumento no número de empregados da casa (Função de Confiança) em cargos comissionados estruturais, vinculados diretamente a Estrutura Organizacional, em detrimento de cargos comissionados não-estruturais relacionados às atribuições de assessoramento e assistência.

Adicionalmente, nota-se um quantitativo expressivo de empregados acima da faixa de 51 anos, que passou a representar 55,84% do pessoal, além de um acréscimo no número de empregados aposentados que passou de 10,68% em 2015 para 15,25% em 2016. Sob este ponto, também é importante registrar que a grande maioria dos empregados (aproximadamente 40%) possui mais de 24 anos de tempo de Companhia e que tem sido tímida a evolução da escolaridade por cargo efetivo.

No tocante a evolução do quadro autorizativo, recentemente o limite de pessoal foi revisado para atender a determinação judicial de substituição de prestadores de serviço, sendo fixado em 4.757 empregados, sendo 3.903 vagas destinadas ao quadro próprio, 587 anistiados e 267 reintegrados por decisão judicial (Portaria nº 6, de 30 de novembro de 2016, SEST-MP).

Considerando que o acréscimo foi destinado para atendimento de demanda especial, e que a restrição do quantitativo em 2015 impactou na convocação dos candidatos aprovados no Concurso Público Edital 001-2014, resta pendente a admissão de 236 aprovados dentro do número de vagas previstas no referido edital. Diante deste cenário e por orientação da SEST, atualmente a Companhia estuda novas diretrizes para promover a adequação do quadro de pessoal e trabalha para implementar um plano de desligamento voluntário que permita a otimização dos custos e racionalização na gestão de pessoas.

Fonte: GEARH/GAREH/DA

4.1.4 – Contratação de pessoal de apoio e estagiários

4.1.4.1 – Contratação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos (regular)

Abaixo estão relacionados os contratos de prestação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva e, logo a seguir, os contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra. Em alguns casos, por facilidade de apuração das informações, manteve-se a estrutura de apresentação dos anos anteriores (uma planilha para contratos de limpeza e vigilância e outra para contratos de locação de mão de obra).

Quadro A.4.1.4.1.A – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade – Administração Central

Nome: COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução de Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2013	Serviço de Vigilância Patrimonial	31.376.361/0001-60	13/06/2013	12/06/2017	Ensino Médio	P
2013	Serviço de Agenciamento de Viagem	06.064.175/0001-49	21/06/2013	20/06/2017	Ensino Médio	P
2013	Manutenção de Elevadores	00.802.610/0001-09	21/08/2013	20/08/2017	Ensino Médio	P
2014	Manutenção de sistema de climatização	11.013.411/0001-38	06/08/2014	05/08/2016	Ensino Médio	E
2014	Serviço de Copeiragem, garçom e telefonista	12.313.874/0001-88	01/08/2014	01/08/2017	Ensino Médio	P
2014	Serviço de Limpeza e conservação	09.044.184/0001-66	18/12/2014	18/03/2017	Ensino Fundamental	P
2015	Serviço de transporte	04.071.991/0001-54	02/07/2015	02/07/2017	Ensino Médio	P
2016	Manutenção de sistema de climatização	13.352.707/0001-09	25/11/2016	24/11/2017	Ensino Médio	A

Legenda: Sit. = Situação do contrato, podendo ser Ativo Normal (A), Ativo Prorrogado (P) ou Encerrado (E).

Fonte: GEAPO/GASER/DA

Quadro A.4.1.4.1.B - Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade – STU-BH**Nome:** COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU**UG/Gestão:** STU-BH

Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução de Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2011	SERVIÇOS FAXINA, COPEIRAGEM E JARDINAGEM	04.712.320/0001-25	31/01/2011	31/03/2016	Ensino Fundamental	E
2012	SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PEQUENOS VOLUMES	13.150.147/0001-00	07/08/2012	06/08/2017	Ensino Médio	P
2012	SERVIÇOS DE MOTORISTAS	02.812.740/0001.58	01/11/2012	31/10/2017	Ensino Médio	P
2013	SERVIÇO DE LIMPEZA E LAVAGEM DE TUE	11.312.296/0001-00	01/11/2013	30/04/2017	Ensino Fundamental	P
2013	SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	04.281.586/0001-60	01/11/2013	15/02/2017	Ensino Fundamental	P
2013	SERVIÇOS DE CARREGAMENTO, DESCARREGAMENTO	11.312.296/0001-00	09/09/2013	08/09/2017	Ensino Fundamental	P
2014	SERVIÇOS DE ADOLESCENTES TRABALHADORES	33.583.592/0046.72	03/02/2014	02/02/2017	Ensino fundamental	P
2014	SERVIÇOS DE RECEPCIONISTA E TELEFONISTA	12.423.368/0001-41	01/04/2014	31/03/2016	Ensino Médio	E
2015	SERVIÇO DE PORTARIA E VIGIA	08.764.312/0001-83	03/09/2015	29/02/2016	Ensino Médio	E
2016	SERVIÇOS DE DEDETIZAÇÃO E DESRATIZAÇÃO	26.269.308/0001-20	01/03/2016	28/02/2017	Ensino Fundamental	A
2016	SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	08.764.312/0001-08	06/06/2016	20/11/2016	Ensino Fundamental	E
2016	SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO	12.423.368/0001-41	01/07/2016	30/06/2017	Ensino Médio	A
2016	SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	08.605.317/0001-63	21/11/2016	06/06/2017	Ensino Fundamental	A
2016	SERVIÇO DE PORTARIA E VIGIA	08.764.312/0001-08	02/03/2016	28/08/2016	Ensino Médio	E
2016	SERVIÇO DE PORTARIA	04.712.320/0001-25	29/08/2016	24/02/2017	Ensino Médio	P

Fonte: STU-BH

Quadro A.4.1.4.1.C - Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade – STU-REC

UNIDADE CONTRATANTE						
Nome: Superintendência de Trens Urbanos do Recife – STU/REC						
INFORMAÇÕES SOBRE OS CONTRATOS						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores	Situação do Contrato
			Início	Fim		
2012	Vigilância desarmada 002/2012-BBC Serviços de Vigilância Ltda.	03.401.987/0001-44	01/02/12	31/01/17	Médio	P
2012	Limpeza e conservação – Lote I 004/2012-Forte Engenharia e Serviços Ltda.	10.322.417/0001-24	13/04/12	30/06/16	Fundamental	E
2012	Limpeza e conservação – Lote II 005/2012-Forte Engenharia e Serviços Ltda.	10.322.417/0001-24	13/04/12	30/06/16	Fundamental	E
2012	Vigilância armada 051/2012-BBC Serviços de Vigilância Ltda.	03.401.987/0001-44	26/11/12	30/07/17	Médio	P
2012	Limpeza e conservação de trens 064/2012-Limpserve Terceirização em Serviços de Limpeza Ltda.	14.725.599/0001-61	17/12/12	16/06/17	Fundamental	P
2013	Limpeza e conservação, jardinagem e copeiragem no EOA 045/2013-A&D Soluções em Manutenção e Comércio Ltda.	09.181.545/0001-16	02/12/13	01/12/17	Fundamental	P
2013	Limpeza, jardinagem, lavagem de veículos e fossos no CMC 050/2013-Proservil serviços técnicos Ltda.	08.584.379/0001-36	02/12/13	01/12/17	Fundamental	P
2016	Limpeza e conservação de estações 017/2016-Argus indústria, comércio e serviços gerais Ltda.	04.791.213/0001-30	01/07/16	30/12/16	Fundamental	E
2016	Limpeza e conservação de estações – Lote II 086/2016-A&D Soluções em manutenção e comércio Ltda.	09.181.545/0001-16	31/12/16	30/12/17	Fundamental	A
2016	Limpeza e conservação de estações – Lote I 087/2016-Argus indústria, comércio e serviços gerais Ltda.	04.791.213/0001-30	31/12/16	28/02/17	Fundamental	A
2010	Controle de passagem e acesso de pessoas e veículos –Linha Diesel 003/2010-Argus Indústria, Comércio e Serviços Gerais Ltda.	04.791.213/0001-30	13/01/10	12/01/16	Médio	E
2012	Serviços de mensageiria 022/2012-Hister higienização e serviços Ltda.	70.244.082/0001-03	01/08/12	30/04/16	Fundamental	E
2012	Serv. manutenção prev. e corretiva na central de ar-condicionado 031/2012-Active engenharia Ltda	68.287.143/0001-60	24/09/12	23/09/17	Médio	P
2012	Serviços de manutenção da infraestrutura da via permanente 062/2012-Argus Indústria, Comércio e Serviços Gerais Ltda.	04.791.213/0001-30	01/01/13	31/12/17	Fundamental	P

2012	Serv. manutenção da distribuição de drenagem da via permanente 063/2012-Argus Indústria, Comércio e Serviços Gerais Ltda.	04.791.213/0001-30	01/01/13	31/12/17	Fundamental	P
2014	Manutenção de superestrutura da via permanente 017/2014-Argus Indústria, Comércio e Serviços Gerais Ltda.	04.791.213/0001-30	02/04/14	01/04/17	Fundamental	P
2014	Comercialização e troca de bilhetes – Lote I 020/2014-Argus Indústria, Comércio e Serviços Gerais Ltda.	04.791.213/0001-30	29/04/14	28/04/17	Fundamental	P
2014	Comercialização e troca de bilhetes – Lote II 021/2014-Sintra Serviços Técnicos Ltda.	05.966.524/0001-55	29/04/14	28/07/16	Fundamental	E
2015	Serviços noturnos de conservação de trilhos, dormentes e lastros na superestrutura de via permanente elétrica. 001/2015-Argus Indústria, Comércio e Serviços Gerais Ltda	04.791.213/0001-30	01/02/15	31/01/17	Fundamental	P
2015	Serviços de manutenção preventiva e corretiva nas edif. prediais 005/2015-Serval Serviços Auxiliares Ltda.	03.822.268/0001-05	28/01/15	27/01/17	Fundamental	P
2015	Serviço de transporte rodoviário para empregados 013/2015-Auto viação globo Ltda.	02.076.111/0001-07	15/05/15	14/05/17	Fundamental	P
2015	Serviços de motoristas categoria “D” 057/2015-Mega Service terceirização de serviços Ltda.	03.651.527/0001-01	06/10/15	05/10/17	Médio	P
2016	Controle de passagem e acesso de pessoas e veículos –Linha Diesel 002/2016-Argus Indústria, Comércio e Serviços Gerais Ltda.	04.791.213/0001-30	13/01/16	12/01/18	Médio	A
2016	Comercialização e troca de bilhetes - Lote II 029/2016-Argus Indústria, Comércio e Serviços Gerais Ltda.	04.791.213/0001-30	02/10/16	01/10/17	Fundamental	A

Fonte: STU-REC

Quadro A.4.1.4.1.D - Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade – NAT

Unidade Contratante: Superintendência de Trens Urbanos de Natal						
UG/Gestão: 275066			CNPJ: 42.357.483/0009-83			
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade mínimo exigido dos Trabalhadores Contratados	Sit.
		(CNPJ)	Início	Fim		
2016	Serviços de limpeza, higiene e conservação de bens móveis e imóveis	10.992.653/0001-58	30/05/2016	29/05/2017	Fundamental	A
2015	Segurança patrimonial armada, em prédios, materiais rodantes e trecho ferroviário	13.624.969/0001-85	30/12/2015	29/12/2017	Fundamental	P
2013	Serviço de condução de veículos rodoviários.	02.567.270/0001-04	22/04/2013	21/04/2017	Fundamental	
2016	Serviço de continuado de apoio as atividades administrativas de secretário executivo	07.442.731/0001-36	02/05/2016	01/05/2017	Superior	
2013	Serviço de copeiragem	06.982.630/0001-95	25/04/2013	24/04/2017	Fundamental	P
2013	Serviço de recepção	06.982.630/0001-95	25/04/2013	24/04/2017	Médio	P
2016	Serviço de instituição empregadora e capacitadora para operacionalização do programa jovem aprendiz	61.600.839/0001-55	30/12/2016	29/12/2018	Fundamental	
2014	Serviço de operacionalização de cancelas e portões	13.305.089/0001-46	31/12/2014	30/12/2017	Fundamental	
2013	Serviço de cobrança de passagens, venda de bilhetes, recolhimento de malotes, conferência e depósito bancário das rendas das estações	07.442.731/0001-36	30/12/2013	29/12/2017	Médio	
2012	Serviços de Assessoria em Medicina do Trabalho	11.505.498/0001-60	04/10/2012	03/10/2017	Superior	
2015	Serviços de telefonistas.	13.312.604/0001-15	21/07/2015	20/07/2017	Médio	

Fonte: STU-NAT

Quadro A.4.1.4.1.E - Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade – JOP

Unidade Contratante							
Nome: COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU							
UG/Gestão: STU-JOP				CNPJ: 42.357.483/0010-17			
Informações sobre os Contratos							
Ano do Contrato	Objeto	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Situação ⁴
				Início	Fim		
2013	Vigilância	CTR 007/2013	09.222.175/0001-18	16/06/2013	15/04/2017	N/A¹	P
2011	Limpeza	CTR 015/2011	10.339.944/0001-41	24/11/2011	23/11/2017	N/A¹	P
2011	Bilheteria	CTR 009/2011	10.339.944/0001-41	05/09/2011	04/11/2016	N/A¹	E
2016	Bilheteria	CTR 003/2016	04.791.213/0001-30	05/11/2016	05/11/2017	N/A¹	A
2015	Transp. Servidor	CTR 002/2015	02.212.119/0001-53	11/06/2015	10/06/2017	N/A¹	P
2013	Operação de PN's	CTR 001/2013	10.339.944/0001-41	23/01/2013	23/01/2017	N/A¹	P
2014	Manut. Via Permanente	CTR 001/2014	09.347.462/0001-54	07/01/2014	06/01/2017	N/A¹	P
2015	Portaria e Recepção	CTR 005/2015	09.611.589/0001-39	19/10/2015	18/10/2017	N/A¹	P
2013	Manut. Material Rodante	CTR 014/2013	10.264.684/0001-92	12/12/2013	31/01/2017	Técnico Profissionalizante	P
2013	Aprendizes	CVN 001/2013	61.600.839/0001-55	01/03/2013	28/02/2017	N/A¹	P
2015	Estagiários	CTR 001/2015	05.342.580/0001-19	02/03/2015	01/03/2017	N/A¹	A
Observações:							
1 - N/A - Não foi exigido no contrato a escolaridade dos empregados;							
2 - Contratos sem dedicação exclusiva de mão-de-obra;							
3 - Vínculos ativos em 31/12/2016. Está previsto em contrato a admissão de até 30 estagiários;							
4 - Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.							
5 - Vínculos ativos em 31/12/2016. Está previsto em lei, de acordo com o número de empregados, a admissão mínima de 4 aprendizes, e o máximo de 11;							

Fonte: STU-JOP

Quadro A.4.1.4.1.F - Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade – STU-MAC

Unidade Contratante:						
Nome: COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS						
UG/Gestão: STU/MAC			CNPJ: 42.357.483/0011-16			
Informações sobre os Contratos						
Identificação do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
0012/2015	Bilheteria	04.791.213/0001-30	11/09/2015	10/09/2017		P
0008/2014	Limpeza e Conservação	13.493.557/0001-53	19/09/2014	13/07/2016		E
0016/2016	Limpeza e Conservação	13.493.557/0001-53	14/07/2016	14/07/2017		P
0025/2015	Limpeza e Conservação de Via	04.791.213/0001-30	31/12/2015	30/06/2017	N/A	P
0032/2014	Locação de Veículos	04.750.478/0001-90	25/12/2014	25/12/2017		A
0007/2016	Manutenção Corretiva	04.791.213/0001-30	30/03/2016	30/03/2017	N/A	P
0009/2010	Menor Aprendiz	61.600.839/0001-55	02/08/2010	03/08/2016		E
0015/2016	Menor Aprendiz	61.600.839/0001-55	04/08/2016	04/08/2018		P
0028/2013	Portaria e Recepcionista	18.206.476/0001-49	18/01/2014	18/01/2017		A
0014/2010	Segurança e Vigilância	11.179.264/0007-66	20/09/2010	18/02/2016		E
0013/2016	Segurança e Vigilância	11.179.264/0007-66	19/04/2016	18/04/2017		P

Em relação aos serviços de manutenção corretiva, no período de 01/01/2016 a 29/03/2016 não existiu prestação de serviço com tal objeto.

Fonte: STU/MAC

4.1.4.2 – Contratação de Estagiários

O Quadro A.4.1.4.2.1 abaixo visa a demonstrar a composição do quadro de estagiários da UJ e somente deverá ser preenchido pelas UJ que detenham entre as suas unidades administrativas aquela responsável pela gestão do cadastro de estagiários. O Quadro A.4.1.4.2.1 abaixo contempla os quantitativos trimestrais de contratos de estágio vigentes, discriminando-os de acordo com o nível de escolaridade exigido e com a alocação dos estagiários na estrutura da UJ (na área fim ou na área meio).

Quadro A.4.1.4.2.1 – Composição do Quadro de Estagiários

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

Obs.: Em função de limitações orçamentárias, o programa de estágio da Administração Central foi encerrado em Novembro/2015.

STU BH

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	27	32	31	34	R\$415.887,93
1.1 Área Fim	8	11	10	14	
1.2 Área Meio	19	21	21	20	
2. Nível Médio	7	8	7	6	
2.1 Área Fim	4	5	4	3	
2.2 Área Meio	3	3	3	3	
3. Total (1+2)	34	40	38	40	

STU/REC

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	36	33	39	36	R\$ 442.496,83
1.1 Área Fim	4	4	2	3	
1.2 Área Meio	32	29	37	33	
2. Nível Médio	1	1	2	4	
2.1 Área Fim	0	0	0	2	
2.2 Área Meio	1	1	2	2	
3. Total (1+2)	37	34	41	40	

STU NAT

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	14	12	13	13	R\$171.111,19
1.1 Área Fim	1	1	1	1	
1.2 Área Meio	13	11	12	12	
2. Nível Médio	2	2	1	1	
2.1 Área Fim	0	0	0	0	
2.2 Área Meio	2	2	1	1	
3. Total (1+2)	16	14	14	14	

STU JOP

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	8	8	5	5	R\$75.434,53
1.1 Área Fim	0	0	0	0	
1.2 Área Meio	8	8	5	5	
2. Nível Médio	0	0	0	0	
2.1 Área Fim	0	0	0	0	
2.2 Área Meio	0	0	0	0	
3. Total (1+2)	8	8	5	5	

STU MAC

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	5	4	4	4	R\$53.204,40
1.1 Área Fim	3	2	2	2	
1.2 Área Meio	2	2	2	2	
2. Nível Médio	0	0	0	0	
2.1 Área Fim	0	0	0	0	
2.2 Área Meio	0	0	0	0	
3. Total (1+2)	5	4	4	4	

DESCRIÇÃO DOS CAMPOS:

Nível de Escolaridade: O nível de escolaridade se divide em superior, equivalente a formação acadêmica de 3º grau, e nível médio, correspondente à formação acadêmica de 2º grau;

Área Fim: Área de atividades da UJ correspondente às suas finalidades e objetivos precípuos;

Área Meio: Área de atividades da UJ que dão suporte técnico-administrativo à realização das suas atividades finalísticas;

Quantitativo de Contratos de Estágio Vigentes: A UJ deve informar a quantidade de contratos de estágio que se encontravam vigentes no final de cada trimestre do exercício de referência;

Despesa no Exercício: Gastos incorridos no exercício com o pagamento de estagiários;

Análise Crítica – A UJ deverá dispor em linhas gerais sobre a política de contratação de estagiários adotada e os resultados observados para áreas meio e fim.

4.1.4.3- Contratação de Aprendizizes

O Quadro A.4.1.4.3.1 abaixo visa a demonstrar a composição do quadro de aprendizes da UJ e somente deverá ser preenchido pelas UJ que detenham entre as suas unidades administrativas aquela responsável pela gestão do cadastro de aprendizes. O Quadro A.4.1.4.4.1 abaixo contempla os quantitativos trimestrais de contratos de aprendizagem vigentes.

Quadro A.4.1.4.4.1 – Composição do Quadro de Aprendizizes

Administração Central

Quantitativo de Contratos de Aprendizagem Vigentes				Despesa no exercício (em R\$)
1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
26	27	26	26	R\$421.230,84

STU/BH

Quantitativo de Contratos de Aprendizagem Vigentes				Despesa no exercício (em R\$)
1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
38	38	38	0	R\$ 340.008,27

Obs.: O programa de 16 meses 2015/2016 terminou em setembro de 2016. No 4º trimestre ocorreu a seleção e contratação de 40 novos jovens para o programa 2017/2018, com início em janeiro de 2017.

STU/JOP

Quantitativo de Contratos de Aprendizagem Vigentes				Despesa no exercício (em R\$)
1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
2	3	2	4	R\$ 29.663,85

STU/MAC

Quantitativo de Contratos de Aprendizagem Vigentes				Despesa no exercício (em R\$)
1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
8	8	8	7	R\$ 91.579,90

STU/NAT

Quantitativo de Contratos de Aprendizagem Vigentes				Despesa no exercício (em R\$)
1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
06	05	05	04	R\$ 68.089,95

STU/REC

Quantitativo de Contratos de Aprendizagem Vigentes				Despesa no exercício (em R\$)
1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
73	72	69	80	R\$ 737.066,21

DESCRIÇÃO DOS CAMPOS:

Área Fim: Área de atividades da UJ correspondente às suas finalidades e objetivos precípuos;

Área Meio: Área de atividades da UJ que dão suporte técnico-administrativo à realização das suas atividades finalísticas;

Quantitativo de Contratos de Estágio Vigentes: A UJ deve informar a quantidade de contratos de aprendizagem que se encontravam vigentes no final de cada trimestre do exercício de referência;

Despesa no Exercício: Gastos incorridos no exercício com o pagamento de aprendizes;

Análise Crítica – A UJ deverá dispor em linhas gerais sobre a política de contratação de aprendizes adotada, configuração do programa e os resultados observados para áreas meio e fim.

4.1.5 – Entidade Fechada de Previdência Complementar

4.1.5.1 – Identificação da entidade fechada de previdência

NOME: Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social – REFER
CNPJ: 30.277.685/0001-89

Fonte: GEARH/GAREH/DA

4.1.5.2 – Visão Gerencial dos Valores envolvidos

4.1.5.2.1 - quantidade de servidores contemplados

posição: dezembro 2015	
UNIDADE	QUANTIDADE
Administração Central	210
Belo Horizonte	442
Recife	1.336
Natal	118
João Pessoa	72
Maceió	102

4.1.5.2.2 - valores repassados no exercício a título de contribuições dos participantes e da patrocinadora;

VER QUADRO A.4.1.5.2

Quadro A.4.1.5.2 - Contribuições para a REFER referentes ao ano de 2016

ANEXO I												
MÊS	TOTAL VALOR BASE (A)	CONTRIBUIÇÕES EMPREGADOS - 2016						CONTRIBUIÇÕES EMPREGADOR - 2016				TOTAL GERAL
		CONTRIBUIÇÕES EMPREGADOS (B)	RELAÇÃO % (B/A)	REFER	AMORTIZAÇÃO	DÉBITOS REFER /	TOTAL	CONTRIBUIÇÕES EMPREGADOR (C)	RELAÇÃO % (C/A)	OUTROS VALORES	TOTAL	
				SEGURO DE VIDA	EMPRESTIMO	RESTITUIÇÕES					EMPREGADOR	
JANEIRO	19.147.726,05	1.278.683,04	6,68%		36.197,51		1.314.880,55	1.166.563,41	6,09%		1.166.563,41	2.481.443,96
FEVEREIRO	17.823.796,40	1.167.057,05	6,55%		36.573,05		1.203.630,10	1.073.420,65	6,02%		1.073.420,65	2.277.050,75
MARÇO	18.149.312,00	1.184.262,73	6,53%		43.621,94		1.227.884,67	1.092.705,27	6,02%		1.092.705,27	2.320.589,94
ABRIL	17.934.891,20	1.167.935,92	6,51%		44.154,82		1.212.090,74	1.075.834,47	6,00%		1.075.834,47	2.287.925,21
MAIO	18.015.333,28	1.162.200,85	6,45%		47.011,91		1.209.212,76	1.072.261,03	5,95%		1.072.261,03	2.281.473,79
JUNHO	18.015.049,16	1.197.215,52	6,65%		45.287,81		1.242.503,33	1.111.822,85	6,17%		1.111.822,85	2.354.326,18
JULHO	18.168.056,30	1.117.275,00	6,15%		45.261,36		1.162.536,36	1.038.581,22	5,72%		1.038.581,22	2.201.117,58
AGOSTO	24.608.801,16	1.627.447,26	6,61%		48.721,93		1.676.169,19	1.478.270,44	6,01%		1.478.270,44	3.154.439,63
SETEMBRO	20.225.781,28	1.262.524,73	6,24%		51.717,86		1.314.242,59	1.164.132,13	5,76%		1.164.132,13	2.478.374,72
OUTUBRO	20.618.412,00	1.300.998,63	6,31%		52.089,93		1.353.088,56	1.201.738,97	5,83%		1.201.738,97	2.554.827,53
NOVEMBRO	20.618.412,00	1.277.619,07	6,20%		52.433,46		1.330.052,53	1.182.732,80	5,74%		1.182.732,80	2.512.785,33
DEZEMBRO	21.420.303,80	1.380.175,74	6,44%		50.054,99		1.430.230,73	1.268.368,77	5,92%		1.268.368,77	2.698.599,50
TOTAL	234.745.874,63	15.123.395,54			553.126,57		15.676.522,11	13.926.432,01			13.926.432,01	29.602.954,12

Fonte: CEFOP/GEARH/GAREH/DA

4.1.5.2.3 - valores repassados que não sejam contribuições e as razões desses repasses

Não há

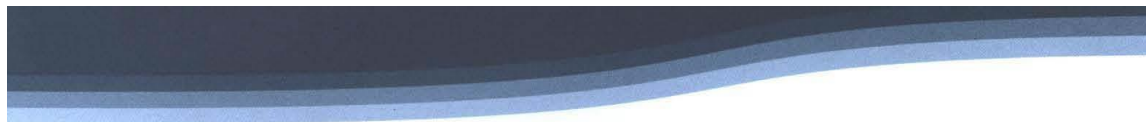
Fonte: GAFIN/DA

4.1.5.3 – Síntese da manifestação da Secretaria de Previdência Complementar

Não houve manifestação da Secretaria de Previdência Complementar

FONTE: REFER

4.1.5.4 – Conclusões do Relatório de auditoria independente



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

**Administradores, Patrocinadoras e Participantes da
Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social - REFER
Rio de Janeiro - RJ**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social - REFER** (“Fundação”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela Fundação, aqui denominados de consolidado, de acordo com a Resolução CNPC nº 08/2011 e Instrução SPC nº 34/2009 com alteração da Instrução Previc nº 25/2015) em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefícios que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

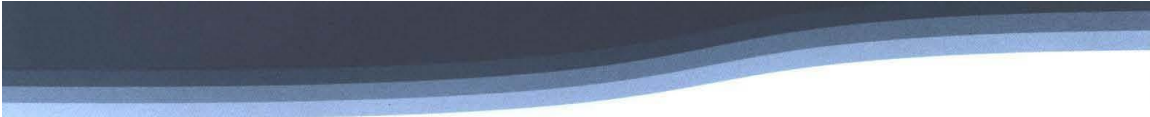
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas por plano de benefícios acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da **Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social - REFER** (“Fundação”) e individual por plano de benefícios em 31 de dezembro de 2016, o desempenho consolidado e por plano de benefícios de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicadas às entidades supervisionadas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

- a) Conforme descrito na nota explicativa nº 5 estão demonstradas as aplicações em fundos de investimentos em diversas instituições. A aplicação em um único fundo de



investimento derivado do Banco BVA, em falência, encontra-se sob ação judicial, ajuizada para proteção dos interesses da Fundação.

- b) Conforme descrito nas notas explicativas nº 4.2 letras (a), (b) e (c) encargos financeiros sobre contribuições normais em atraso, não repassados pelas patrocinadoras mencionadas na referida nota explicativa e nº 4.4 item 4.4.1 dívidas contratadas não repassadas pelas patrocinadoras RFFSA, cuja sucessora é a União Federal e CBTU, sendo esta que impacta nos planos Central, CPTM, CTS e Metrofor e ainda sobre as contribuições extraordinárias que em 2013 foram reclassificadas para a rubrica Serviço Passado Contratado em Atraso (item 4.4.2), proveniente também do não repasse nos prazos contratuais, pelas patrocinadoras RFFSA e CBTU, sendo esta que impacta nos planos CTS e Metrofor, ocasionando a obrigação da contabilização de provisão para crédito de liquidação duvidosa, gerando, reduções no resultado do exercício de R\$ 1.125.495 mil, déficits nos respectivos planos e o consequente desequilíbrio atuarial. A Administração da REFER vem diligenciando junto às patrocinadoras e órgãos governamentais para solucionar tais pendências, objetivando normalizar o fluxo de recursos, cujo resultado é fundamental para o equilíbrio atuarial e econômico-financeiro dos respectivos planos.
- c) Conforme descrito na nota explicativa nº 5 (item 5.4.4) estão demonstradas as aplicações em fundos de investimentos em diversas instituições. A aplicação especificamente no fundo FIP Multiner apresentou redução do valor em custódia de R\$ 119.444 mil. Tal fato ocorreu em função de mudança de critério contábil na precificação do fundo conforme Laudo de Avaliação elaborado por outros auditores independentes. Em razão da constatação de diversos pontos não considerados no Laudo de Avaliação, os cotistas decidiram em Assembleia realizada em 28/11/2016 solicitar nova avaliação.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

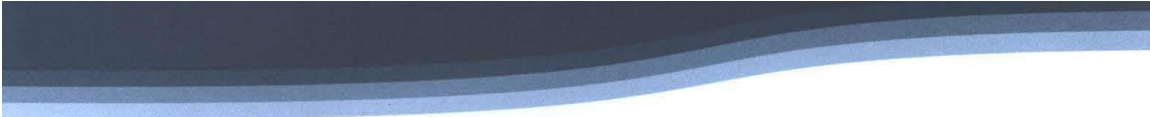
A administração da Fundação é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse assunto.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades supervisionadas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), e



pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

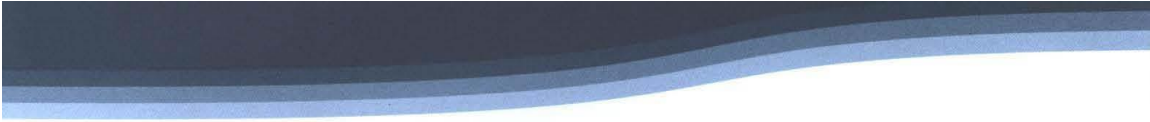
Os responsáveis pela governança da Fundação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou



incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

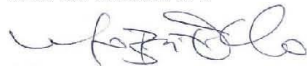
Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por nós, e nosso relatório, datado de 19 de abril de 2016, conteve os seguintes parágrafos de ênfase:

- a) Conforme descrito na nota explicativa nº 5 (d) estão demonstradas as aplicações em fundos de investimentos em diversas instituições. A aplicação em um único fundo de investimento derivado do Banco BVA, em falência, encontra-se sob ação judicial, ajuizada para proteção dos interesses da Fundação.
- b) Conforme descrito nas notas explicativas nº 4.2 letras (a), (b) e (c) encargos financeiros sobre contribuições normais em atraso, não repassados pelas patrocinadoras mencionadas na referida nota explicativa e nº 4.3 item 4.3.1 dívidas contratadas não repassadas pelas patrocinadoras RFFSA, cuja sucessora é a União Federal e CBTU, sendo esta que impacta nos planos Central, CPTM, CTS e Metrofor e ainda sobre as contribuições extraordinárias que em 2013 foram reclassificadas para a rubrica Serviço Passado Contratado em Atraso (item 4.3.2), proveniente também do não repasse nos prazos contratuais, pelas patrocinadoras RFFSA e CBTU, sendo esta que impacta nos planos CTS e Metrofor, ocasionando a obrigação da contabilização de provisão para crédito de liquidação duvidosa, gerando, reduções no resultado do exercício de R\$ 1.022.203 mil, déficits nos respectivos planos e o consequente desequilíbrio atuarial. A Administração da REFER vem diligenciando junto às patrocinadoras e órgãos governamentais para solucionar tais pendências, objetivando normalizar o fluxo de recursos, cujo resultado é fundamental para o equilíbrio atuarial e econômico-financeiro dos respectivos planos.

Rio de Janeiro, 18 de abril de 2017.

Baker Tilly Brasil RJ Auditores Independentes
CRC-RJ 005.333/O-0



Paulo Buzzi Filho
Contador- CRC-RJ 071.138/O

Parecer Atuarial de 31/12/2016

Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social - REFER

Na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial dos Planos administrados pela *Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social - REFER*, apresentamos o nosso parecer atuarial sobre a posição das Provisões Matemáticas e Fundos dos Planos administrados pela Fundação, em 31/12/2016, segregados entre o Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora RIOTRILHOS, o Plano de Benefício Definido da Patrocinadora Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM, o Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora REFER, o Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora CENTRAL, o Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora CBTU, o Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora RFFSA, o Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora METROFOR e o Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora CTS.

Os valores apresentados, a seguir, foram obtidos considerando-se:

- Os Regulamentos do Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora RIOTRILHOS, do Plano de Benefício Definido da Patrocinadora Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM, do Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora REFER, do Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora CENTRAL, do Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora CBTU, do Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora RFFSA, do Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora METROFOR e do Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora CTS, Planos estes que se encontram em manutenção;
- Os dados individuais, posicionados em 31/07/2016, dos Participantes e beneficiários dos Planos, fornecidos pela REFER à Mercer, que, após a realização de testes apropriados e devidos acertos efetuados em conjunto com a Fundação, considerou-os adequados para fins desta avaliação atuarial;
- Os dados financeiros e patrimoniais fornecidos pela REFER à Mercer, bem como o valor dos Fundos Administrativo e de Investimentos e a inexistência do Fundo Assistencial;
- A avaliação atuarial procedida com base em hipóteses e métodos atuariais geralmente aceitos, respeitando-se a legislação vigente, as características da massa de Participantes e o Regulamento dos Planos;
- Os valores totais dos saldos de conta e dos Fundos de Reversão relativos aos planos de contribuição variável informados pela REFER, posicionados em 31/12/2016.

Observamos que a Mercer não efetuou qualquer análise sobre a forma de apuração ou sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social dos Planos de Benefícios ora avaliados e nem sobre a forma de apuração ou sobre a qualidade dos saldos de conta totais, tendo se baseado na informação fornecida pela REFER, incluindo os valores dos Fundos Administrativo e de Investimentos e a inexistência do Fundo Assistencial em 31/12/2016.

Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora RIOTRILHOS

Nome	R\$
Patrimônio Social	303.784.176,50
Patrimônio para Cobertura do Plano	251.022.336,98
Provisões Matemáticas	258.201.774,46
Benefícios Concedidos	174.670.024,54
Contribuição Definida	-
- Saldo de conta dos Assistidos	-
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	174.670.024,54
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	130.881.509,89
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	43.788.514,65
Benefícios a Conceder	83.531.749,92
Contribuição Definida	80.970.920,10
- Saldo de contas - Parcela Patrocinadora	58.270.771,79
- Saldo de contas - Parcela Participantes	22.700.148,31
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	2.560.574,03
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	2.560.574,03
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores (-)	-
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes (-)	-
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	255,79
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	255,79
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores (-)	-
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes (-)	-
Provisões Matemáticas a Constituir (-)	-
Serviço Passado (-)	-
Déficit Equacionado (-)	-
Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	-
Equilíbrio Técnico	(7.179.437,48)
Resultados Realizados	(7.179.437,48)
Superávit Técnico Acumulado	-
Reserva de Contingência	-
Reserva para Revisão do Plano	-
Déficit Técnico Acumulado (-)	7.179.437,48
Resultados a Realizar	-
Fundos	52.761.839,52
Fundo Previdencial	3.575.605,45
- Reversão do Saldo por Exigência Regulamentar	3.575.605,45
Nome	R\$
- Outros - Previsto em Nota Técnica Atuarial	-
Fundo Administrativo	49.186.234,07
Fundo dos Investimentos	-

Após a formalização do “INSTRUMENTO PARTICULAR DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES RELATIVOS À ADESÃO AO PLANO DE CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL” formalizado entre a REFER, a RIOTRILHOS e o METRÔ em Liquidação, o Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora RIOTRILHOS apresentou uma situação superavitária.

No exercício de 2013 o Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora RIOTRILHOS encontrava-se superavitário, no entanto, a situação de equilíbrio se reverteu no encerramento do exercício de 2014 em um déficit em função da alteração da taxa real de juros e da rentabilidade não ter superado a meta atuarial no exercício de 2014. Em 2015, a situação deficitária permaneceu em patamares superiores ao do exercício anterior.

No encerramento de 2016 a situação deficitária apresentou patamares inferiores ao do exercício anterior.

Considerando as condições estabelecidas no Art. 28 da Resolução CGPC nº 26/2008 para Equacionamento de Déficit Técnico, verificamos se o Déficit Técnico existente no Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora RIOTRILHOS em 31/12/2016 excederia o Limite de Déficit Técnico Acumulado dado pela fórmula $1\% \times (\text{duração do passivo} - 4) \times \text{Provisão Matemática}$, observando o valor mínimo de 1% das provisões matemáticas, conforme segue:

Do Equacionamento do Déficit	(R\$)
a) Déficit Técnico Acumulado	7.179.437,48
b) Provisões Matemáticas com característica de Benefício Definido	177.230.854,36
c) Duração do Passivo ⁽¹⁾	8,26 anos
d) Limite de Déficit Técnico Acumulado $1\% \times ((c)-4) \times b$	7.550.034,40
e) Déficit Remanescente	0,00
f) Ajuste de Precificação	0,00
g) Déficit a Equacionar no exercício de 2017	0,00

⁽¹⁾ Duração calculada pela planilha anexa à Portaria PREVIC nº 29/2017.

Considerando que o déficit técnico está dentro do Limite não há necessidade de equacionar o déficit neste próximo exercício.

Destacamos que o déficit a ser equacionado identificado no encerramento do exercício 2015, o Conselho Deliberativo da REFER, baseado nas disposições do Regulamento do PGA e ainda, da legislação vigente, determinou a transferência deste montante do Fundo Administrativo da RIOTRILHOS.

Plano de Benefício Definido da Patrocinadora Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM

Nome	R\$
Patrimônio Social	552.055.598,87
Patrimônio para Cobertura do Plano	521.188.165,38
Provisões Matemáticas	1.147.052.930,60
Benefícios Concedidos	578.048.560,81
Contribuição Definida	-
- Saldo de conta dos Assistidos	-
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	578.048.560,81
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	458.198.410,15
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	119.850.150,66
Benefícios a Conceder	570.491.285,43
Contribuição Definida	-
- Saldo de contas - Parcela Patrocinadora	-
- Saldo de contas - Parcela Participantes	-
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	548.403.643,79
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	554.588.323,25
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores (-)	3.092.339,73
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes (-)	3.092.339,73
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	22.087.641,64
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	22.330.393,44
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores (-)	121.375,90
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes (-)	121.375,90
Provisões Matemáticas a Constituir (-)	1.486.915,64
Serviço Passado (-)	1.486.915,64
- Patrocinador (-)	1.486.915,64
Déficit Equacionado (-)	-
- Patrocinador (-)	-
- Participante (-)	-
- Assistido (-)	-
Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	-
Equilíbrio Técnico	(625.864.765,22)
Resultados Realizados	(625.864.765,22)
Superávit Técnico Acumulado	-
Déficit Técnico Acumulado (-)	625.864.765,22
Resultados a Realizar	-
Nome	R\$
Fundos	30.867.433,49
Fundo Previdencial	-
- Reversão do Saldo por Exigência Regulamentar	-
- Outros - Previsto em Nota Técnica Atuarial	-
Fundo Administrativo	30.572.433,92
Fundo dos Investimentos	294.999,57

O Plano de Benefício Definido da Patrocinadora CPTM encontra-se com um déficit técnico correspondente a 54,56% do Total das Provisões Matemáticas.

Considerando as condições estabelecidas no Art. 28 da Resolução CGPC nº 26/2008 para Equacionamento de Déficit Técnico, verificamos se o Déficit Técnico existente no Plano de Benefício Definido da Patrocinadora CPTM em 31/12/2016 excederia o Limite de Déficit Técnico Acumulado dado pela fórmula $1\% \times (\text{duração do passivo} - 4) \times \text{Provisão Matemática}$, observando o valor mínimo de 1% das provisões matemáticas, conforme segue:

Do Equacionamento do Déficit	(R\$)
a) Déficit Técnico Acumulado	625.864.765,22
b) Provisões Matemáticas com característica de Benefício Definido	1.147.052.930,60
c) Duração do Passivo ⁽¹⁾	12,11 anos
d) Limite de Déficit Técnico Acumulado $1\% \times ((c)-4) \times b$	93.025.992,67
e) Déficit Remanescente	532.838.772,55
f) Ajuste de Precificação	0,00
g) Déficit a Equacionar no exercício de 2017	532.838.775,55

⁽¹⁾ Duração calculada pela planilha anexa à Portaria PREVIC nº 29/2017.

Considerando que há déficit a equacionar, a Fundação deverá elaborar e aprovar o seu plano de equacionamento até o final do exercício de 2017. Em conformidade com o § 4º do Artigo 28 da Resolução CGPC nº 26, de 29/09/2008, após aprovado, o plano de equacionamento do déficit deverá ser disponibilizado aos participantes, assistidos, patrocinadores e ao órgão fiscalizador.

Cabe registrar que este déficit técnico acumulado é decorrente do total das parcelas vencidas e não pagas dos contratos de dívida já lançadas como perdas relativas aos compromissos contratados pela Patrocinadora CBTU (antiga empregadora dos Participantes do Plano), que, em 31/12/2016, corresponde a R\$ 749.637.638,27.

Por meio da correspondência CRT/716-16/DISEG, de 01/09/2016, a Fundação REFER apresentou a situação da negociação do pagamento dessa dívida da Patrocinadora CBTU, considerando as seguintes ações que vêm sendo adotadas pela Fundação:

- **Em 2004:** Execução Judicial da Dívida - autos do processo nº 0009659-44-2012.4.02.5101, em trâmite perante a 22ª Vara Federal do Rio de Janeiro;
- **Em 2006:** Penhora no total de 5% na renda da CBTU;
- **Em 2007:** Execução Judicial da Dívida referente à Provisão a Constituir - autos do processo nº 2007.001.120653-9, em trâmite perante a 22ª Vara Cível do Rio de Janeiro
- **Em 2010:** Majoração da Penhora na renda da CBTU para 12%;
- **Em 2015:** Nova Majoração da Penhora na renda da CBTU para um valor fixo mensal correspondente a R\$ 6.745.201,23.

Adicionalmente, a Fundação REFER apresentou proposta de acordo judicial para o equacionamento da dívida em questão, que foi aceita pela CBTU, conforme audiência judicial realizada e designada para esse fim e encontra-se atualmente sob análise da Procuradoria Geral da União - PGU/AGU, para manifestação sobre sua concordância ou não da proposta do acordo.

Isto posto, a Fundação REFER aguarda posicionamento da PGU/AGU para confirmar que o déficit técnico total deste Patrocinador com o Plano de Benefício Definido da Patrocinadora CPTM será equacionado por meio de novo contrato de dívida com o Patrocinador CBTU. Cabe registrar que caso não haja aprovação da proposta de acordo judicial para o equacionamento da dívida do Patrocinador CBTU, seria necessário implantar contribuições extraordinárias paritárias para

pagamento da dívida na forma prevista na Resolução CNPC nº26/2008 e suas alterações posteriores, o que levaria a uma redução significativa no benefício dos Participantes e Assistidos.

Se considerarmos a regularização dos pagamentos da dívida da Patrocinadora CBTU, o Plano de Benefício Definido da Patrocinadora CPTM estaria superavitário.

Além do pagamento da dívida, deve-se efetuar o pagamento das contribuições definidas no Regulamento do Plano e devidas por Participantes e Patrocinadoras.

Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora REFER

Nome	R\$
Patrimônio Social	61.311.101,79
Patrimônio para Cobertura do Plano	58.442.896,76
Provisões Matemáticas	50.945.741,62
Benefícios Concedidos	29.136.220,18
Contribuição Definida	-
- Saldo de conta dos Assistidos	-
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	29.136.220,18
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	22.687.269,97
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	6.448.950,21
Benefícios a Conceder	21.809.521,44
Contribuição Definida	18.219.340,62
- Saldo de contas - Parcela Patrocinadora	8.717.328,49
- Saldo de contas - Parcela Participantes	9.502.012,13
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	2.323.074,94
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	2.323.074,94
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores (-)	-
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes (-)	-
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	1.267.105,88
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	1.267.105,88
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores (-)	-
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes (-)	-
Benefício Definido Estruturado em Regime de Repartição de Capitais de Cobertura	-
Benefício Definido Estruturado em Regime de Repartição Simples	-
Provisões Matemáticas a Constituir (-)	-
Serviço Passado (-)	-
Déficit Equacionado (-)	-
Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	-
Equilíbrio Técnico	7.497.155,14
Resultados Realizados	7.497.155,14
Superávit Técnico Acumulado	7.497.155,14
Reserva de Contingência	7.114.719,58
Reserva para Revisão do Plano	382.435,56
Déficit Técnico Acumulado (-)	-
Resultados a Realizar	-
Fundos	2.868.205,03
Nome	R\$
Fundo Previdencial	784.009,61
- Reversão do Saldo por Exigência Regulamentar	784.009,61
- Revisão do Plano	-
- Outros - Previsto em Nota Técnica Atuarial	-
Fundo Administrativo	1.749.194,60
Fundo dos Investimentos	335.000,82

O Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora REFER está superavitário, dependendo do pagamento das contribuições normais definidas no Regulamento do Plano e devidas por Participantes e Patrocinadoras para manter esta situação.

O valor do excesso do Patrimônio do Plano sobre o valor das Provisões Matemáticas foi utilizado para constituição da Reserva de Contingência, constituída conforme o disposto no Artigo 7º da Resolução CGPC nº 26/2008, considerando a seguinte formula: $[10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do plano})] \times \text{Provisões Matemáticas}$, limitado ao máximo de 25% da Provisão Matemática de Benefício Definido, conforme segue:

Da Reserva de Contingência	(R\$)
a) Superávit Técnico Acumulado	7.497.155,14
b) Provisões Matemáticas com característica de Benefício Definido	32.726.401,00
c) Duração do Passivo ⁽¹⁾	11,74 anos
d) Limite da Reserva de Contingência Mínimo $\{25\%; [10\% + ((1\% \times c))]\} \times b)$	7.114.719,58
e) Reserva para Revisão do Plano	382.435,56

⁽¹⁾ Duração calculada pela planilha anexa à Portaria PREVIC nº 29/2017.

Considerando que o Superávit Técnico existente é superior ao limite permitido pelo Art. 7 da Resolução CGPC nº 26/2008 para a Reserva de Contingência, em atendimento ao §2º Art. 9 da Resolução CGPC 26/2008, foi registrado o primeiro ano de Reserva Especial para a Revisão do Plano no montante de R\$ 382.435,56.

Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora CBTU

Nome	R\$
Patrimônio Social	457.129.625,33
Patrimônio para Cobertura do Plano	420.452.891,27
Provisões Matemáticas	836.324.339,52
Benefícios Concedidos	356.830.009,41
Contribuição Definida	644.305,77
- Saldo de conta dos Assistidos	644.305,77
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	356.185.703,64
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	268.429.722,25
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	87.755.981,39
Benefícios a Conceder	479.494.330,11
Contribuição Definida	421.087.153,12
- Saldo de contas - Parcela Patrocinadora	249.896.509,58
- Saldo de contas - Parcela Participantes	171.190.643,54
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	34.660.465,64
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	52.684.550,84
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores (-)	9.012.042,60
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes (-)	9.012.042,60
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	23.746.711,35
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	23.926.409,77
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores (-)	89.849,21
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes (-)	89.849,21
Provisões Matemáticas a Constituir (-)	-
Serviço Passado (-)	-
- Patrocinador (-)	-
Déficit Equacionado (-)	-
Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	-
Equilíbrio Técnico	(415.871.448,25)
Resultados Realizados	(415.871.448,25)
Superávit Técnico Acumulado	-
Déficit Técnico Acumulado (-)	415.871.448,25
Resultados a Realizar	-
Fundos	36.676.734,06
Fundo Previdencial	874.010,39
- Reversão do Saldo por Exigência Regulamentar	874.010,39
- Outros - Previsto em Nota Técnica Atuarial	-
Nome	R\$
Fundo Administrativo	34.839.925,56
Fundo dos Investimentos	962.798,11

O Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora CBTU encontra-se com um déficit correspondente a 100,31% do Total das Provisões Matemáticas de Benefício Definido.

Considerando as condições estabelecidas no Art. 28 da Resolução CGPC nº 26/2008 para Equacionamento de Déficit Técnico, verificamos se o Déficit Técnico existente no Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora CBTU em 31/12/2016 excederia o Limite de Déficit

Técnico Acumulado dado pela fórmula $1\% \times (\text{duração do passivo} - 4) \times \text{Provisão Matemática}$, observando o valor mínimo de 1% das provisões matemáticas, conforme segue:

Do Equacionamento do Déficit	(R\$)
a) Déficit Técnico Acumulado	415.871.448,25
b) Provisões Matemáticas com característica de Benefício Definido	414.592.880,63
c) Duração do Passivo ⁽¹⁾	10,46 anos
d) Limite de Déficit Técnico Acumulado $1\% \times ((c)-4) \times b$	26.782.700,09
e) Déficit Remanescente	389.088.748,16
f) Ajuste de Precificação	0,00
g) Déficit a Equacionar no exercício de 2017	389.088.748,16

⁽¹⁾ Duração calculada pela planilha anexa à Portaria PREVIC nº 29/2017.

Considerando que há déficit a equacionar, a Fundação deverá elaborar e aprovar o seu plano de equacionamento até o final do exercício de 2017. Em conformidade com o § 4º do Artigo 28 da Resolução CGPC nº 26, de 29/09/2008, após aprovado, o plano de equacionamento do déficit deverá ser disponibilizado aos participantes, assistidos, patrocinadores e ao órgão fiscalizador.

Cabe registrar que tal déficit técnico é decorrente do total das parcelas vencidas e não pagas dos contratos de dívida já lançadas como perdas relativas aos compromissos contratados pela Patrocinadora CBTU, que, em 31/12/2016, corresponde a R\$ 837.654.364,37

Por meio da correspondência CRT/716-16/DISEG, de 01/09/2016, a Fundação REFER apresentou a situação da negociação do pagamento dessa dívida da Patrocinadora CBTU, considerando as seguintes ações que vêm sendo adotadas pela Fundação:

- **Em 2004:** Execução Judicial da Dívida - autos do processo nº 0009659-44-2012.4.02.5101, em trâmite perante a 22ª Vara Federal do Rio de Janeiro;
- **Em 2006:** Penhora no total de 5% na renda da CBTU;
- **Em 2007:** Execução Judicial da Dívida referente a Provisão a Constituir - autos do processo nº 2007.001.120653-9, em trâmite perante a 22ª Vara Cível do Rio de Janeiro
- **Em 2010:** Majoração da Penhora na renda da CBTU para 12%;
- **Em 2015:** Nova Majoração da Penhora na renda da CBTU para um valor fixo mensal correspondente a R\$ 6.745.201,23.

Adicionalmente, a Fundação REFER apresentou proposta de acordo judicial para o equacionamento da dívida em questão, que foi aceita pela CBTU, conforme audiência judicial realizada e designada para esse fim e encontra-se atualmente sob análise da Procuradoria Geral da União - PGU/AGU, para manifestação sobre sua concordância ou não da proposta do acordo.

Isto posto, a Fundação REFER aguarda posicionamento da PGU/AGU para confirmar que o déficit técnico total deste Patrocinador com o Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora CBTU será equacionado por meio de novo contrato de dívida com o Patrocinador CBTU. Cabe registrar que caso não haja aprovação da proposta de acordo judicial para o equacionamento da dívida do Patrocinador CBTU, seria necessário implantar contribuições extraordinárias paritárias para pagamento da dívida na forma prevista na Resolução CNPC nº 26/2008 e suas alterações posteriores, o que levaria a uma redução significativa no benefício dos Participantes Assistidos.

Se considerarmos a regularização dos pagamentos da dívida do Patrocinador CBTU, por meio do refinanciamento do contrato de dívida, o Plano estaria superavitário.

Além do pagamento da dívida, deve-se efetuar o pagamento das contribuições definidas no Regulamento do Plano e devidas por Participantes e Patrocinadoras.

Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora CENTRAL

Nome	R\$
Patrimônio Social	125.040.678,62
Patrimônio para Cobertura do Plano	118.631.104,27
Provisões Matemáticas	485.583.546,05
Benefícios Concedidos	367.247.850,48
Contribuição Definida	932.509,50
- Saldo de conta dos Assistidos	932.509,50
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	366.315.340,98
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	285.970.554,05
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	80.344.786,93
Benefícios a Conceder	118.335.695,57
Contribuição Definida	98.613.886,26
- Saldo de contas - Parcela Patrocinadora	57.887.594,98
- Saldo de contas - Parcela Participantes	40.736.291,28
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	1.929.824,97
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	1.929.824,97
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores (-)	-
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes (-)	-
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	17.791.984,34
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	17.791.984,34
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores (-)	-
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes (-)	-
Benefício Definido Estruturado em Regime de Repartição de Capitais de Cobertura	-
Benefício Definido Estruturado em Regime de Repartição Simples	-
Provisões Matemáticas a Constituir (-)	-
Serviço Passado (-)	-
Déficit Equacionado (-)	-
Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	-
Equilíbrio Técnico	(366.952.441,78)
Resultados Realizados	(366.952.441,78)
Superávit Técnico Acumulado	-
Déficit Técnico Acumulado (-)	366.952.441,78
Resultados a Realizar	-
Fundos	6.409.574,35
Fundo Previdencial	6.214.349,33
- Reversão do Saldo por Exigência Regulamentar	6.214.349,33
Nome	R\$
- Outros - Previsto em Nota Técnica Atuarial	-
Fundo Administrativo	83.058,30
Fundo dos Investimentos	112.166,72

O Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora CENTRAL encontra-se com um déficit correspondente a 95,06% do Total das Provisões Matemáticas de Benefício Definido.

Considerando as condições estabelecidas no Art. 28 da Resolução CGPC nº 26/2008 para Equacionamento de Déficit Técnico, verificamos se o Déficit Técnico existente no Plano de

Contribuição Variável da Patrocinadora CENTRAL em 31/12/2016 excederia o Limite de Déficit Técnico Acumulado dado pela fórmula $1\% \times (\text{duração do passivo} - 4) \times \text{Provisão Matemática}$, observando o valor mínimo de 1% das provisões matemáticas, conforme segue:

Do Equacionamento do Déficit	(R\$)
a) Déficit Técnico Acumulado	366.952.441,78
b) Provisões Matemáticas com característica de Benefício Definido	386.037.150,29
c) Duração do Passivo ⁽¹⁾	9,63 anos
d) Limite de Déficit Técnico Acumulado $1\% \times ((c)-4) \times b$	21.733.891,56
e) Déficit Remanescente	345.218.550,22
f) Ajuste de Precificação	0,00
g) Déficit a Equacionar no exercício de 2016	345.218.550,22

⁽¹⁾ Duração calculada pela planilha anexa à Portaria PREVIC nº 29/2017.

Considerando que há déficit a equacionar, a Fundação deverá elaborar e aprovar o seu plano de equacionamento até o final do exercício de 2017. Em conformidade com o § 4º do Artigo 28 da Resolução CGPC nº 26, de 29/09/2008, após aprovado, o plano de equacionamento do déficit deverá ser disponibilizado aos participantes, assistidos, patrocinadores e ao órgão fiscalizador.

Cabe registrar que tal déficit técnico é decorrente do total das parcelas vencidas e não pagas dos contratos de dívida já lançadas como perdas relativas aos compromissos contratados pela Patrocinadora CBTU (antiga empregadora dos Participantes do Plano), que, em 31/12/2016, corresponde a R\$ 817.183.544,28.

Por meio da correspondência CRT/716-16/DISEG, de 01/09/2016, a Fundação REFER apresentou a situação da negociação do pagamento dessa dívida da Patrocinadora CBTU (antiga empregadora dos Participantes do Plano), considerando as seguintes ações que vêm sendo adotadas pela Fundação:

- **Em 2004:** Execução Judicial da Dívida - autos do processo nº 0009659-44-2012.4.02.5101, em trâmite perante a 22ª Vara Federal do Rio de Janeiro;
- **Em 2006:** Penhora no total de 5% na renda da CBTU;
- **Em 2007:** Execução Judicial da Dívida referente a Provisão a Constituir - autos do processo nº 2007.001.120653-9, em trâmite perante a 22ª Vara Cível do Rio de Janeiro
- **Em 2010:** Majoração da Penhora na renda da CBTU para 12%;
- **Em 2015:** Nova Majoração da Penhora na renda da CBTU para um valor fixo mensal correspondente a R\$ 6.745.201,23.

Adicionalmente, a Fundação REFER apresentou proposta de acordo judicial para o equacionamento da dívida em questão, que foi aceita pelo Patrocinador CBTU, conforme audiência judicial realizada e designada para esse fim e encontra-se atualmente sob análise da Procuradoria Geral da União – PGU/AGU, para manifestação sobre sua concordância ou não da proposta do acordo.

Isto posto, a Fundação REFER aguarda posicionamento da PGU/AGU para confirmar que o déficit técnico total deste Patrocinador com o Plano CENTRAL será equacionado por meio de novo contrato de dívida com o Patrocinador CBTU. Cabe registrar que caso não haja aprovação da proposta de acordo judicial para o equacionamento da dívida do Patrocinador CBTU, seria necessário implantar contribuições extraordinárias paritárias para pagamento da dívida na forma prevista na Resolução CNPC nº 26/2008 e suas alterações posteriores, o que levaria a uma redução significativa no benefício dos Participantes Assistidos.

Se considerarmos a regularização dos pagamentos da dívida do Patrocinador CBTU, por meio do refinanciamento do contrato de dívida, o Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora CENTRAL estaria superavitário.

Além do pagamento da dívida, deve-se efetuar o pagamento das contribuições definidas no Regulamento do Plano e devidas por Participantes e Patrocinadoras.

Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora RFFSA

Nome	R\$
Patrimônio Social	540.694.851,93
Patrimônio para Cobertura do Plano	515.989.922,89
Provisões Matemáticas	3.141.320.481,41
Benefícios Concedidos	2.726.771.483,77
Contribuição Definida	79.839,29
- Saldo de conta dos Assistidos	79.839,29
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	2.726.691.644,48
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	1.773.923.555,76
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	952.768.088,72
Benefícios a Conceder	414.548.997,64
Contribuição Definida	211.745.652,04
- Saldo de contas - Parcela Patrocinadora	162.379.153,82
- Saldo de contas - Parcela Participantes	49.366.498,22
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	1.845.177,72
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	4.883.195,02
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores (-)	1.519.008,65
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes (-)	1.519.008,65
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	200.958.167,88
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	200.998.633,88
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores (-)	20.233,00
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes (-)	20.233,00
Provisões Matemáticas a Constituir (-)	-
Serviço Passado (-)	-
- Patrocinador (-)	-
Déficit Equacionado (-)	-
Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	-
Equilíbrio Técnico	(2.625.330.558,52)
Resultados Realizados	(2.625.330.558,52)
Superávit Técnico Acumulado	-
Déficit Técnico Acumulado (-)	2.625.330.558,52
Resultados a Realizar	-
Fundos	24.704.929,04
Fundo Previdencial	143.137,01
- Reversão do Saldo por Exigência Regulamentar	143.137,01
- Outros - Previsto em Nota Técnica Atuarial	-
Nome	R\$
Fundo Administrativo	24.561.792,03
Fundo dos Investimentos	-

O Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora RFFSA encontra-se com um déficit correspondente a 89,62% do Total das Provisões Matemáticas de Benefício Definido.

Considerando as condições estabelecidas no Art. 28 da Resolução CGPC nº 26/2008 para Equacionamento de Déficit Técnico, verificamos se o Déficit Técnico existente no Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora RFFSA em 31/12/2016 excederia o Limite de Déficit

Técnico Acumulado dado pela fórmula $1\% \times (\text{duração do passivo} - 4) \times \text{Provisão Matemática}$, observando o valor mínimo de 1% das provisões matemáticas, conforme segue:

Do Equacionamento do Déficit	(R\$)
a) Déficit Técnico Acumulado	2.625.330.558,52
b) Provisões Matemáticas com característica de Benefício Definido	2.929.494.990,08
c) Duração do Passivo ⁽¹⁾	8,02 anos
d) Limite de Déficit Técnico Acumulado $1\% \times ((c)-4) \times b$	117.765.698,60
e) Déficit Remanescente	2.507.564.859,92
f) Ajuste de Precificação	0,00
g) Déficit a Equacionar no exercício de 2017	2.507.564.859,92

⁽¹⁾ Duração calculada pela planilha anexa à Portaria PREVIC nº 29/2017.

Considerando que há déficit a equacionar, a Fundação deverá elaborar e aprovar o seu plano de equacionamento até o final do exercício de 2017. Em conformidade com o § 4º do Artigo 28 da Resolução CGPC nº 26, de 29/09/2008, após aprovado, o plano de equacionamento do déficit deverá ser disponibilizado aos participantes, assistidos, patrocinadores e ao órgão fiscalizador.

Cabe registrar que tal déficit técnico é decorrente do total das parcelas vencidas e não pagas dos contratos de dívida já lançadas como perdas relativas aos compromissos contratados pela Patrocinadora RFFSA, que, em 31/12/2016, corresponde a R\$ 3.977.427.069,58.

Por meio da correspondência CRT/717-16/DISEG, de 01/09/2016, a Fundação REFER apresentou a situação da negociação do pagamento dessa dívida da Patrocinadora RFFSA, considerando as ações que vêm sendo adotadas pela Fundação.

Isto posto, a Fundação REFER espera efetivar novo contrato de dívida com o Patrocinador de forma a equacionar o atual Déficit Técnico Acumulado. Cabe registrar que caso não haja a assinatura de novo contrato de equacionamento da dívida, seria necessário implantar contribuições extraordinárias paritárias para pagamento da dívida na forma prevista na Resolução CNPC nº 26/2008 e suas alterações posteriores, o que levaria a uma redução significativa no benefício dos Assistidos.

Se considerarmos a regularização dos pagamentos da dívida, por meio do refinanciamento do contrato de dívida, o Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora RFFSA estaria superavitário.

Além do pagamento da dívida, deve-se efetuar o pagamento das contribuições definidas no Regulamento do Plano e devidas por Participantes e Patrocinadoras.

Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora METROFOR

Nome	R\$
Patrimônio Social	38.244.785,05
Patrimônio para Cobertura do Plano	36.369.443,20
Provisões Matemáticas	50.573.270,02
Benefícios Concedidos	9.519.715,31
Contribuição Definida	188.956,84
- Saldo de conta dos Assistidos	188.956,84
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	9.330.758,47
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	7.403.235,77
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	1.927.522,70
Benefícios a Conceder	41.053.554,71
Contribuição Definida	35.818.093,28
- Saldo de contas - Parcela Patrocinadora	21.749.324,87
- Saldo de contas - Parcela Participantes	14.068.768,41
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	4.006.343,44
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	5.183.799,82
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores (-)	588.728,19
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes (-)	588.728,19
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	1.229.117,99
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	1.229.117,99
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores (-)	-
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes (-)	-
Provisões Matemáticas a Constituir (-)	-
Serviço Passado (-)	-
- Patrocinador (-)	-
Déficit Equacionado (-)	-
Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	-
Equilíbrio Técnico	(14.203.826,82)
Resultados Realizados	(14.203.826,82)
Superávit Técnico Acumulado	-
Déficit Técnico Acumulado (-)	14.203.826,82
Resultados a Realizar	-
Fundos	1.875.341,85
Fundo Previdencial	21.194,46
- Reversão do Saldo por Exigência Regulamentar	21.194,46
- Outros - Previsto em Nota Técnica Atuarial	-
Nome	R\$
Fundo Administrativo	1.588.082,21
Fundo dos Investimentos	266.065,18

O Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora METROFOR encontra-se com um déficit correspondente a 97,51% do Total das Provisões Matemáticas de Benefício Definido.

Considerando as condições estabelecidas no Art. 28 da Resolução CGPC nº 26/2008 para Equacionamento de Déficit Técnico, verificamos se o Déficit Técnico existente no Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora METROFOR em 31/12/2016 excederia o Limite de Déficit

Técnico Acumulado dado pela fórmula $1\% \times (\text{duração do passivo} - 4) \times \text{Provisão Matemática}$, observando o valor mínimo de 1% das provisões matemáticas, conforme segue:

Do Equacionamento do Déficit	(R\$)
a) Déficit Técnico Acumulado	14.203.826,82
b) Provisões Matemáticas com característica de Benefício Definido	14.566.219,90
c) Duração do Passivo ⁽¹⁾	13,04 anos
d) Limite de Déficit Técnico Acumulado $1\% \times ((c)-4) \times b$	1.316.786,28
e) Déficit Remanescente	12.887.040,54
f) Ajuste de Precificação	0,00
g) Déficit a Equacionar no exercício de 2017	12.887.040,54

⁽¹⁾ Duração calculada pela planilha anexa à Portaria PREVIC nº 29/2017.

Considerando que há déficit a equacionar, a Fundação deverá elaborar e aprovar o seu plano de equacionamento até o final do exercício de 2017. Em conformidade com o § 4º do Artigo 28 da Resolução CGPC nº 26, de 29/09/2008, após aprovado, o plano de equacionamento do déficit deverá ser disponibilizado aos participantes, assistidos, patrocinadores e ao órgão fiscalizador.

Cabe registrar que tal déficit técnico é decorrente do total das parcelas vencidas e não pagas dos contratos de dívida já lançadas como perdas relativas aos compromissos contratados pela Patrocinadora CBTU (antiga empregadora dos Participantes do Plano), que, em 31/12/2016, corresponde a R\$ 28.871.954,90.

Por meio da correspondência CRT/716-16/DISEG, de 01/09/2016, a Fundação REFER apresentou a situação da negociação do pagamento dessa dívida da Patrocinadora CBTU (antiga empregadora dos Participantes do Plano), considerando as seguintes ações que vêm sendo adotadas pela Fundação:

- **Em 2004:** Execução Judicial da Dívida - autos do processo nº 0009659-44-2012.4.02.5101, em trâmite perante a 22ª Vara Federal do Rio de Janeiro;
- **Em 2006:** Penhora no total de 5% na renda da CBTU;
- **Em 2007:** Execução Judicial da Dívida referente a Provisão a Constituir - autos do processo nº 2007.001.120653-9, em trâmite perante a 22ª Vara Cível do Rio de Janeiro
- **Em 2010:** Majoração da Penhora na renda da CBTU para 12%;
- **Em 2015:** Nova Majoração da Penhora na renda da CBTU para um valor fixo mensal correspondente a R\$ 6.745.201,23.

Adicionalmente, a Fundação REFER apresentou proposta de acordo judicial para o equacionamento da dívida em questão, que foi aceita pelo Patrocinador CBTU, conforme audiência judicial realizada e designada para esse fim e encontra-se atualmente sob análise da Procuradoria Geral da União – PGU/AGU, para manifestação sobre sua concordância ou não da proposta do acordo.

Isto posto, a Fundação REFER aguarda posicionamento da PGU/AGU para confirmar que o déficit técnico total deste Patrocinador com o Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora METROFOR será equacionado por meio de novo contrato de dívida com o Patrocinador CBTU. Cabe registrar que caso não haja aprovação da proposta de acordo judicial para o equacionamento da dívida do Patrocinador CBTU, seria necessário implantar contribuições extraordinárias paritárias para pagamento da dívida na forma prevista na Resolução CNPC nº 26/2008 e suas alterações posteriores, o que levaria a uma redução significativa no benefício dos Participantes Assistidos.

Se considerarmos a regularização dos pagamentos da dívida do Patrocinador CBTU, por meio do refinanciamento do contrato de dívida, o Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora METROFOR estaria superavitário.

Além do pagamento da dívida, deve-se efetuar o pagamento das contribuições definidas no Regulamento do Plano e devidas por Participantes e Patrocinadoras.

Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora CTS

Nome	R\$
Patrimônio Social	15.130.585,62
Patrimônio para Cobertura do Plano	13.965.704,35
Provisões Matemáticas	26.892.530,25
Benefícios Concedidos	8.779.046,83
Contribuição Definida	377.069,17
- Saldo de conta dos Assistidos	377.069,17
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	8.401.977,66
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados – Assistidos	5.690.523,70
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados – Assistidos	2.711.453,96
Benefícios a Conceder	18.113.483,42
Contribuição Definida	16.493.784,61
- Saldo de contas - Parcela Patrocinadora	9.374.607,13
- Saldo de contas - Parcela Participantes	7.119.177,48
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	999.998,92
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	1.615.543,00
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores (-)	307.772,04
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes (-)	307.772,04
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	619.699,89
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	639.219,23
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores (-)	9.759,67
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes (-)	9.759,67
Provisões Matemáticas a Constituir (-)	-
Serviço Passado (-)	-
- Patrocinador (-)	-
Déficit Equacionado (-)	-
Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	-
Equilíbrio Técnico	(12.926.825,90)
Resultados Realizados	(12.926.825,90)
Superávit Técnico Acumulado	-
Déficit Técnico Acumulado (-)	12.926.825,90
Resultados a Realizar	-
Fundos	1.164.881,27
Fundo Previdencial	171.716,01
- Reversão do Saldo por Exigência Regulamentar	171.716,01
- Outros - Previsto em Nota Técnica Atuarial	-
Nome	R\$
Fundo Administrativo	915.203,93
Fundo dos Investimentos	77.961,33

O Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora CTS encontra-se com um déficit correspondente a 128,99% do Total das Provisões Matemáticas de Benefício Definido.

Considerando as condições estabelecidas no Art. 28 da Resolução CGPC nº 26/2008 para Equacionamento de Déficit Técnico, verificamos se o Déficit Técnico existente no Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora CTS em 31/12/2016 excederia o Limite de Déficit Técnico

Acumulado dado pela fórmula $1\% \times (\text{duração do passivo} - 4) \times \text{Provisão Matemática}$, observando o valor mínimo de 1% das provisões matemáticas, conforme segue:

Do Equacionamento do Déficit	(R\$)
a) Déficit Técnico Acumulado	12.926.825,90
b) Provisões Matemáticas com característica de Benefício Definido	10.021.676,47
c) Duração do Passivo ⁽¹⁾	12,49 anos
d) Limite de Déficit Técnico Acumulado $1\% \times ((c)-4) \times b$	850.840,33
e) Déficit Remanescente	12.075.985,57
f) Ajuste de Precificação	0,00
g) Déficit a Equacionar no exercício de 2016	12.075.985,57

⁽¹⁾ Duração calculada pela planilha anexa à Portaria PREVIC nº 29/2017.

Considerando que há déficit a equacionar, a Fundação deverá elaborar e aprovar o seu plano de equacionamento até o final do exercício de 2017. Em conformidade com o § 4º do Artigo 28 da Resolução CGPC nº 26, de 29/09/2008, após aprovado, o plano de equacionamento do déficit deverá ser disponibilizado aos participantes, assistidos, patrocinadores e ao órgão fiscalizador.

Cabe registrar que tal déficit técnico é decorrente do total das parcelas vencidas e não pagas dos contratos de dívida já lançadas como perdas relativas aos compromissos contratados pela Patrocinadora CBTU (antiga empregadora dos Participantes do Plano), que, em 31/12/2016, corresponde a R\$ 19.803.629,30.

Por meio da correspondência CRT/716-16/DISEG, de 01/09/2016, a Fundação REFER apresentou a situação da negociação do pagamento dessa dívida da Patrocinadora CBTU (antiga empregadora dos Participantes do Plano), considerando as seguintes ações que vêm sendo adotadas pela Fundação:

- **Em 2004:** Execução Judicial da Dívida - autos do processo nº 0009659-44-2012.4.02.5101, em trâmite perante a 22ª Vara Federal do Rio de Janeiro;
- **Em 2006:** Penhora no total de 5% na renda da CBTU;
- **Em 2007:** Execução Judicial da Dívida referente a Provisão a Constituir - autos do processo nº 2007.001.120653-9, em trâmite perante a 22ª Vara Cível do Rio de Janeiro
- **Em 2010:** Majoração da Penhora na renda da CBTU para 12%;
- **Em 2015:** Nova Majoração da Penhora na renda da CBTU para um valor fixo mensal correspondente a R\$ 6.745.201,23.

Adicionalmente, a Fundação REFER apresentou proposta de acordo judicial para o equacionamento da dívida em questão, que foi aceita pelo Patrocinador CBTU, conforme audiência judicial realizada e designada para esse fim e encontra-se atualmente sob análise da Procuradoria Geral da União - PGU/AGU, para manifestação sobre sua concordância ou não da proposta do acordo.

Isto posto, a Fundação REFER aguarda posicionamento da PGU/AGU para confirmar que o déficit técnico total deste Patrocinador com o Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora CTS será equacionado por meio de novo contrato de dívida com o Patrocinador CBTU. Cabe registrar que caso não haja aprovação da proposta de acordo judicial para o equacionamento da dívida do Patrocinador CBTU, seria necessário implantar contribuições extraordinárias paritárias para pagamento da dívida na forma prevista na Resolução CNPC nº 26/2008 e suas alterações posteriores, o que levaria a uma redução significativa no benefício dos Participantes Assistidos.

Se considerarmos a regularização dos pagamentos da dívida do Patrocinador CBTU, por meio do refinanciamento do contrato de dívida, o Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora CTS estaria superavitário.

Além do pagamento da dívida, deve-se efetuar o pagamento das contribuições definidas no Regulamento do Plano e devidas por Participantes e Patrocinadoras.

* * *

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2017.

Mercer Human Resource Consulting Ltda.

4.1.5.6 – Informações sobre as ações de fiscalização empreendidas no exercício (Lei Complementar 108/2001)

Tipo de fiscalização

No período de 05 a 30/12/2016 procedemos à auditoria na Fundação REFER objetivando certificar o cumprimento do Estatuto Social e a Legislação pertinente às Entidades de Previdência Privada Fechadas, relacionado ao Plano de Previdência Complementar dos empregados da CBTU.

O programa consta do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna, aprovado pelo CONAD e pela CGU-RJ (atual Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União), para aplicação no exercício de 2016, visando atender o disposto no Artigo 25 da Lei Complementar 108/2001 e § 2º do Artigo 41 da Lei Complementar 109/2001 quanto à responsabilidade das Patrocinadoras pela supervisão e fiscalização das atividades da sua Entidade de Previdência Complementar, com destaque para o requerido na Resolução CGPAR nº 9 de 10/03/2016.

Para consecução de nossos objetivos tomamos por base dados disponibilizados e relatórios periodicamente divulgados pela Fundação REFER mediante aplicação de testes e comprovações usuais de auditoria, efetuados na extensão e detalhamento que julgamos adequados em função de nossa proposta de trabalho, orientados pelas seguintes verificações:

- Análise das despesas administrativas, objetivando certificar a adequação dos gastos realizados em relação ao orçado no corrente exercício;
- Apuração do Fluxo Financeiro do Plano CBTU no período de junho a setembro/2016;
- Exame das contribuições correntes da Patrocinadora CBTU, certificando a contabilização dos valores repassados em favor da REFER;
- Exame das contribuições dos participantes do Plano CBTU, certificando suas contabilizações - base outubro/2016;
- Exame das providências adotadas pela REFER referentes às dívidas da patrocinadora CBTU, base outubro/2016;
- Exame de eventuais contribuições correntes em atraso do Plano CBTU;
- Exame das Atas das Reuniões dos Conselhos Deliberativo, Fiscal, Comitê de Investimentos e da Diretoria Executiva (DIREX), relativas ao período de janeiro a setembro de 2016;
- Exame do Relatório de Controles Internos e a Manifestação do Conselho Fiscal da REFER referente ao 2º semestre de 2015;
- Análise dos procedimentos adotados relativos à atualização do cadastro dos Beneficiários e Assistidos da Fundação REFER;
- Análise das informações repassadas pela Patrocinadora CBTU, relativas às contribuições correntes;
- Identificação dos processos judiciais em tramitação, inclusive os conduzidos por Escritórios e Profissionais Terceirizados;
- Processos de Concessão de benefícios;
- Procedimentos e controles vinculados à gestão administrativa e financeira da entidade;
- Estrutura de governança e de controles internos da entidade;

- Análise das Contingências/Provisões existentes, relativas a demandas judiciais.

Principais constatações e providências adotadas para sanear as irregularidades verificadas

Não obstante fortemente afetado pelo não pagamento das dívidas das Patrocinadoras (onde se inclui a CBTU com parcela significativa), a carteira de Investimentos da Fundação REFER permanecia em desacordo com os limites legais de alocação no segmento imobiliário – posição em 31/10/2016, devendo, paralelamente as ações de equacionamento dos referidos passivos, intensificar os procedimentos de desmobilização desses ativos e ainda, viabilizar o alinhamento da alocação dos recursos garantidores do Plano CBTU, mais próximo possível do almejado na Política de Investimentos.

O Não equacionamento da dívida previdenciária da CBTU com a REFER expõe a CBTU a risco de descontinuidade operacional, na medida em que, decorridos de mais de quinze anos do reconhecimento das obrigações sem os correspondentes pagamentos, estas vêm sendo objeto de execução judicial, com bloqueio de parte relevante da receita operacional líquida da CBTU auferida pela realização dos transportes.

Observe-se que, a respeito dos processos judiciais mais relevantes envolvendo a CBTU, destaca-se como a ação judicial de maior envergadura financeira, a proposta pela Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social-REFER em desfavor da CBTU, cujo valor atualizado até 31/10/2016, era de R\$ 2.623.261.604,61 (dois bilhões seiscentos e vinte e três milhões duzentos e sessenta e um mil, seiscentos e quatro reais e sessenta e um centavos).

Quanto ao custeio gerencial dos Planos de Benefício, é nosso entendimento que a Fundação intensifique suas ações visando adequar a taxa administrativa independente do recebimento da dívida, objetivando uma melhor harmonia entre as receitas e despesas administrativas, de acordo com os limites previstos em lei.

No que tange às ações judiciais, é possível concluir que o maior quantitativo de ações sob patrocínio da REFER que dizem respeito à CBTU, enquanto patrocinadora, está concentrado no estado de Pernambuco. Ademais, restou claro que a grande maioria dos processos judiciais da REFER versa sobre a cobrança de expurgos econômicos, nos quais a Fundação não costuma lograr êxito, uma vez que se trata de matéria já pacificada, conforme informado pelo Chefe do Jurídico.

Destacamos ainda a não observância ao previsto na Resolução nº 007-11/DIREX quanto à periodicidade da realização de cadastramento na Fundação, fato que pode trazer risco no sentido de serem efetivados pagamentos a beneficiários que não estejam mais aptos a receber.

Ao final de nossos trabalhos, as situações consideradas de maior relevância e registradas no Relatório 15/2016, foram comunicadas ao Diretor-Presidente da REFER, para ciência e celeridade na adoção das ações corretivas.

Referido Relatório, emitido em 30 de dezembro de 2016, após tramitação interna na CBTU foi encaminhado ao Diretor-Presidente da REFER em 19/01/2017 (CRT/002 – 2017/P) e à Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC (CRT/004 – 2017/P), encontrando-se ainda dentro do prazo de análise pelas áreas responsáveis, não havendo, nesta data, posicionamento conclusivo acerca das providências a serem adotadas para sanear as impropriedades verificadas.

Naquela oportunidade, informamos também que esta AUDIT, em cumprimento ao estabelecido no § 2º do Artigo 17 da Instrução Normativa CGU nº 24/2015, manterá controle acerca da aderência ou não às recomendações constantes do Relatório de Auditoria Interna 15/2016, devendo ser indicado o prazo de atendimento, bem como apresentadas formalmente justificativas para aquelas não implementadas ou implementadas parcialmente.

FONTE: AUDIT

4.2 – Gestão do Patrimônio e Infraestrutura

4.2.1 – Gestão do Patrimônio Imobiliário da União

4.2.1.1 - Estrutura de Controle e Gestão do Patrimônio no Âmbito da unidade

Administração Central

Gerência de Patrimônio + 06 Colaboradores;

- Dentre esses:

- 01 colaborador cuida do patrimônio físico móvel através de controle no Sistema "SISPRO" - Sistema de Controle Patrimonial - (registros, transferências, inventário, etc);

- 02 colaboradores cuidam do controle contábil do patrimônio através do Sistema "SISPRO" (Sistema de Controle Patrimonial) e "SIAFI" (Sistema Integrado de Administração Financeira);

- 01 colaborador cuida da secretaria e das documentações expedidas/recebidas que transitam pela área de patrimônio;

- 02 colaboradores produzem a movimentação, guarda física, transporte de bens, etc.

Obs.: Todas as ações estão baseadas em normas internas da Companhia sobre bens patrimoniais.

Fonte: GEPAT/GASER/DA

Superintendência de Trens Urbanos de Belo Horizonte

Para o controle dos bens imóveis, utiliza as seguintes ferramentas:

- Listagem dos imóveis desapropriados por trecho;
- Plantas de projeto de implantação do trem metropolitano e planta de localização da Ficha de Desapropriação – FD;
- Arquivo documental de todas as desapropriações efetuadas;

OBS: Ressalta que o arquivo de documentos foi destruído pelo incêndio ocorrido em agosto de 2013 e segue o processo de reestruturação, na busca de documentos para recompor o banco de dados físico dos imóveis na gerência.

- Vigilância de todos os imóveis, incluindo os remanescentes da faixa de domínio, feita pela equipe da COSEP.

Fonte: GOPAT/STU-BH

Superintendência de Trens Urbanos de Recife

A Gerência Operacional de Patrimônio - GOPAT trabalha com quatro áreas de atuação distintas: Áreas Remanescentes, Mídia, Comercialização de Espaços e Controle de Bens Patrimoniais.

No setor de **Áreas Remanescentes**: 4 (quatro) colaboradores

- Fiscalização e controle das áreas provenientes de desapropriações;
- Interface junto à área de segurança no que diz respeito às ações de resgate das áreas invadidas;
- Interface junto à área jurídica no que diz respeito às ações de reintegrações de posse das áreas remanescentes e relatórios no intuito de se obter isenção junto às prefeituras, dos respectivos IPTUs;
- Receber da área de desapropriação, relação de imóveis desapropriados, já registrados e averbados, para controle, registro e cadastramento, junto a SPIUnet (Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União);
- Controle, registro e elaboração de previsão orçamentária para garantir o pagamento dos IPTUs.
- Arquivo, controle e emissão de relatórios gerenciais.

No setor de **Mídia**: 3 (três) colaboradores

- Atendimento e cadastro de empresas de publicidade;
- Elaboração e acompanhamento das autorizações de uso;
- Lançamento de dados no ERP PROTHEUS;
- Emissão de cronograma de pagamento;
- Emissão de autorizações para atividades de instalação, manutenção e retirada de equipamentos;
- Interface com as áreas de operação, segurança do trabalho e manutenção referente aos equipamentos publicitários instalados;
- Levantamento do potencial de exploração publicitária;
- Emissão de relatórios gerenciais;
- Fiscalização de instalações, retiradas e manutenção dos equipamentos em uso.

No setor de **Comercialização**: 7 (sete) colaboradores

- Atendimento ao público;
- Fiscalização, entrega de correspondências, cobranças, fechamentos e deslocamentos de comércios e outras atividades externas necessárias;
- Elaboração e acompanhamento de ADUs E TPU's;
- Elaboração e emissão de cartas e memorandos;
- Análise de documentos internos e externos; e
- Cadastro de clientes.

No setor de **Controle de Bens Patrimoniais**: 2 (dois) colaboradores

- Incorporação de bens adquiridos no Sistema SISPRO e ERP PROTHEUS;
- Transferência de bens;
- Baixa de bens inservíveis;
- Conciliação de inventário; e
- Conciliação das contas patrimoniais e contábeis.

FONTE: GOPAT/STU-REC

Superintendência de Trens Urbanos de Natal

A gestão do patrimônio, nos últimos anos ficou a cargo da Gerência de Administração e Finanças (GIAFI), e mais recentemente está em processo de transferência, passando a responsabilidade para a Coordenação de Administração e Finanças (COAFI), conforme determina o Manual de Organização da STU/NAT. Os sistemas de registro do imobilizado físico e contábil, SIAFI E SISPRO, são mantidos atualizados.

Fonte: STU-NAT

Superintendência de Trens Urbanos de João Pessoa

O controle e gerenciamento é feito através dos relatórios extraídos do SISPRO, além de documentos auxiliares, tais como carnês de IPTU, TCR, escrituras, plantas, etc.

Fonte: STU-JOP

Superintendência de Trens Urbanos de Maceió

Os imóveis são cadastrados no SPIUNET. Cumpre ressaltar que foi criado Grupo de Trabalho, com a finalidade de verificar a situação de registro dos imóveis em cartório. Ocorre que, em virtude dos imóveis pertencentes a CBTU serem oriundos da RFFSA, não existe a regularização Patrimonial.

Sendo assim, após a conclusão dos trabalhos do GT, será iniciado o processo para o registro dos imóveis.

Fonte: STU-MAC

4.2.1.2 - Distribuição Geográfica dos Imóveis da União

Quantidade de Imóveis de Propriedade da União, de responsabilidade da UJ

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		EXERCÍCIO 2016
BRASIL	UF: PERNAMBUCO	
	Recife	9
	Jaboatão dos Guararapes	719
	Camaragibe	52
	TOTAL	780
	UF: MINAS GERAIS	
	Belo Horizonte	177
	TOTAL	177
	UF: RIO GRANDE DO NORTE	
	Natal	19
	Parnamirim	2
	Extremoz	2
	Ceará Mirim	3
	TOTAL	26
	UF: PARAÍBA	
	João Pessoa	5
	Bayeux	1
	Cabedelo	7
	Santa Rita	2
	TOTAL	15
	UF: ALAGOAS	
	Maceió	17
	Satuba	
	Rio Largo	
	TOTAL	17
	UF: RIO DE JANEIRO	
	Rio de Janeiro	1
	TOTAL	1
	TOTAL BRASIL	1.016

Obs.: 1 - Os dados expostos no quadro foram extraídos do SPIUnet (Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União), de acordo com o cadastramento que vem sendo realizado pelas Superintendências.

2 - A CBTU/AC possui apenas um imóvel no Rio de Janeiro, localizado na Estrada Velha da Tijuca, 77, Usina, Rio de Janeiro. O imóvel está devidamente cadastrado no SPIUnet sob o RIP 6001 03748.500-9 e serviu como sede da Administração Central da Companhia. Atualmente não se enquadra como imóvel de propriedade da União, sob responsabilidade desta UJ.

Fonte: GEPAT/GASER/DA

4.2.1.3 – Qualidade e completude dos registros das informações dos imóveis no Sistema de Registro dos Imóveis de Uso especial da União - SPIUnet

Administração Central

Conforme mencionado no item anterior, o bem imóvel RIP 6001 03748.500-9, de propriedade da CBTU, localizado na Estrada Velha da Tijuca, 77, Usina, Rio de Janeiro, RJ, está formalmente cedido à Secretaria do Patrimônio da União (SPU), por força do Termo de Cessão Provisória de Uso Gratuito, por 25 (vinte e cinco) anos, celebrado em 19 de março de 2012 e não concluído.

A qualidade dos registros das informações está incompleta em virtude da não finalização do termo de cooperação entre os Órgãos que ocuparão esse imóvel.

Fonte: GEPAT/GASER/DA

Superintendência de Trens Urbanos de Belo Horizonte

QUANTO AOS BENS IMÓVEIS, NO TOCANTE ÀS ÁREAS REMANECENTES, ENUMERA:

- 1- Interface junto à COCNO – Coordenadoria Operacional Comercialização Não Operacional, obtendo informações referentes à parte comercial das áreas com TPU's (Termo de Permissão de Uso), pois esta coordenação está subordinada à GOFIN, melhorando assim a fiscalização e o controle das áreas que têm permissão comercial. (Início/Final/Renovação/ e Distrato de TPU).
- 2- Interface junto à GOSEG no que diz respeito às ações de resgate das áreas invadidas.
- 3- Interface junto à GOJUR no que diz respeito às ações de reintegração de posse de nossas áreas remanescentes invadidas.
- 4- Interface junto à GIOBR para levantamento de engenharia e topografia para localização de imóveis, definição de áreas de domínio e remanescentes, imóveis totalmente desapropriados e parcialmente utilizados. Trabalho minucioso referente às regularizações das obras de arte, tais como: Estações, Oficinas, Viadutos etc., levantamento de quantitativos de projetos devidamente aprovados, averbações e Registros cartoriais.

QUANTO AO CONTROLE DOS BENS PATRIMONIAIS IMÓVEIS

NO SETOR DE CONTROLE DE BENS IMÓVEIS:

Num total de 1.258 imóveis, 742 imóveis pertencem à RFFSA e 516 imóveis à CBTU.

516 imóveis da CBTU:

- 376 imóveis estão devidamente registrados (177 já foram cadastrados no sistema SPIUnet e 199 imóveis estão pendentes deste cadastro devido à dificuldade em identificá-los junto à SISPRO);
- 59 imóveis referem-se às cartas de adjudicação pendentes de registro;
- 51 imóveis referentes aos acordos pendentes;
- 30 imóveis referentes aos processos em andamento.

742 imóveis da RFFSA:

- 414 imóveis estão pendentes de registro em nome da RFFSA;

- 26 imóveis referem-se às cartas de sentença devidamente registradas;
- 02 imóveis com processos em andamento;
- 300 imóveis referem-se às escrituras registradas em nome da RFFSA.

Grande parte das desapropriações dos imóveis em nome da CBTU se deu em data anterior ao “plano real” e, por essa razão, esses registros de imóveis, que embasam os lançamentos no SPIUnet, expressam valores indenizatórios em moedas anteriores, como cruzeiro e cruzado, fazendo-se necessário, portanto, a definição do índice para conversão das moedas.

A gestão dos imóveis ainda se encontra comprometida devido à perda do arquivo documental do patrimônio imobiliário da Superintendência de Trens Urbanos de Belo Horizonte no incêndio ocorrido em 2013, no 1º andar do edifício sede.

Vale ressaltar que todas as documentações (cartas de adjudicação, escrituras de desapropriações amigáveis) pendentes de regularização cartoriais, foram encaminhadas em 2012 a inventariança da RFFSA.

Passamos a detalhar informações referentes a situações de terrenos por trechos:

TRECHO CENTRAL - ELDORADO

1. CARTA DE ADJUDICAÇÃO REGISTRADA NOME DA CBTU: 00
2. ESCRITURA REGISTRADA CBTU: 00
3. CARTA DE ADJUDICAÇÃO PENDENTE DE REGISTRO CBTU: 01
4. CARTA DE SENTENÇA A REGISTRAR NOME DA RFFSA: 301 imóveis (Sendo que 98 Cartas de Sentença foram repassadas à Inventariança da RFFSA)
5. ACORDOS PENDENTES: 18
6. CARTA DE SENTENÇA REGISTRADA EM NOME DA RFFSA: 18 imóveis
7. PROCESSO EM ANDAMENTO RFFSA: 02
8. ESCRITURAS REGISTRADAS EM NOME DA RFFSA: 286 imóveis (Sendo que 82 Escrituras foram repassadas à Inventariança da RFFSA).

TRECHO CENTRAL/ SÃO GABIEL (MATADOURO)

1. CARTA DE ADJUDICAÇÃO REGISTRADA NOME DA CBTU: 194
2. ESCRITURA REGISTRADA CBTU: 95
3. CARTA DE ADJUDICAÇÃO PENDENTE DE REGISTRO CBTU: 58
4. CARTA DE SENTENÇA A REGISTRAR NOME DA RFFSA: 26 imóveis
5. ACORDOS PENDENTES: 13
6. CARTA DE SENTENÇA REGISTRADA EM NOME DA RFFSA: 08 imóveis
7. PROCESSO EM ANDAMENTO CBTU: 10
8. ESCRITURAS REGISTRADAS EM NOME DA RFFSA: 14 imóveis

TRECHO SÃO GABRIEL (MATADOURO) – VILARINHO

1. CARTA DE ADJUDICAÇÃO REGISTRADA NOME DA CBTU: 02
2. ESCRITURA REGISTRADA CBTU: 85
3. CARTA DE ADJUDICAÇÃO PENDENTE DE REGISTRO CBTU: 00
4. CARTA DE SENTENÇA A REGISTRAR NOME DA RFFSA: 00
5. ACORDOS PENDENTES: 20
6. CARTA DE SENTENÇA REGISTRADA EM NOME DA RFFSA : 00

7. PROCESSO EM ANDAMENTO CBTU: 10
8. ESCRITURAS REGISTRADAS EM NOME DA RFFSA: 00

TRECHO CALAFATE – BARREIRO

1. CARTA DE ADJUDICAÇÃO REGISTRADA NOME DA CBTU: 00
2. ESCRITURA REGISTRADA CBTU: 00
3. CARTA DE ADJUDICAÇÃO PENDENTE DE REGISTRO CBTU: 00
4. CARTA DE SENTENÇA A REGISTRAR NOME DA RFFSA: 00
5. ACORDOS PENDENTES: 00
6. CARTA DE SENTENÇA REGISTRADA EM NOME DA RFFSA : 00
7. PROCESSO EM ANDAMENTO CBTU: 10
8. ESCRITURAS REGISTRADAS EM NOME DA RFFSA: 00

SOMATÓRIA DOS TRECHOS

1. CARTA DE ADJUDICAÇÃO REGISTRADA NOME DA CBTU: 196
2. ESCRITURA REGISTRADA CBTU: 180
3. CARTA DE ADJUDICAÇÃO PENDENTE DE REGISTRO CBTU: 59
4. CARTA DE SENTENÇA A REGISTRAR NOME DA RFFSA: 414
5. ACORDOS PENDENTES: 51
6. CARTA DE SENTENÇA REGISTRADA EM NOME DA RFFSA: 26
7. PROCESSO EM ANDAMENTO CBTU: 30 – (RFFSA: 02)
8. ESCRITURAS REGISTRADAS EM NOME DA RFFSA: 300

NO ANO DE 2016, efetuamos:

- Lançamento de Imóveis no Sistema SPIUnet;
- Busca de cópias de documentos para a organização dos Arquivos;
- Abertura de Novas Pastas, conforme FD – Ficha de Desapropriação, devido ao incêndio no setor.
- Parceria junto a SPU/ Inventariança da RFFSA, com o intuito de obter cópias de documentos de imóveis, devido ao incêndio no setor.
- Trabalho em parceria COTOS, no sentido de atualização do SISPRO/ SIAFI.
- Informação nas Demandas Processuais. (Despachos)

É necessária a adequação do corpo técnico, qualitativa e quantitativamente, de modo a dar continuidade na organização do setor, como a complementação dos documentos dos terrenos. Todas as informações contidas neste relatório foram fruto de levantamentos, Mapas, Planilhas, documentos do nosso arquivo eletrônico.

Fonte: GOPAT/STU-BH

Superintendência de Trens Urbanos de Recife

Foram cadastrados 780 imóveis até dezembro de 2016, sendo 700 até 2015 e 80 em 2016, conforme endereço SPIUnet: <http://spiunet.spu.planejamento.gov.br/default.asp>.

Em 2016 foram realizadas correções do cadastramento tanto quanto à conversão da moeda (valores dos imóveis cadastrados), quanto à correções de duplicidades.

Os Bens imóveis que se encontram fora do patrimônio da STU-REC, ainda não tiveram seus registros regularizados por falta de Dotação Orçamentária para subsidiar e custear as ações de registro junto aos seus respectivos cartórios de imóveis. Salientamos que há outros imóveis que foram desapropriados em favor da CBTU, que ainda se encontram em nome de seus antigos proprietários, por falta de dotação orçamentária para efetuar os respectivos registros, bem como para custear a avaliação dessas áreas por uma empresa/escritório competente.

A relação abaixo contempla os imóveis a serem regularizados:

- RECIFE-COQUEIRAL – com todas as benfeitorias existentes (Estações e Via permanente = Patrimônio 1097384
- COQUEIRAL – JABOATÃO – com todas as benfeitorias existentes (Estação e Via permanente) – Patrimônio 1097395
- COQUEIRAL – RODOVIÁRIA - com todas as benfeitorias existentes (Estações e Via permanente) – Patrimônio 1097401
- JOANA BEZERRA – LARGO DA PAZ – CAJUEIRO SECO - com todas as benfeitorias existentes (Estação e Via permanente)
- CAJUEIRO SECO – CABO - com todas as benfeitorias existentes (Estação e Via permanente)
- CAJUEIRO SECO – RODOVIÁRIA - com todas as benfeitorias existentes (Estação e Via permanente)
- BOA VIAGEM – EDGARD WERNECK - com todas as benfeitorias existentes (Estação e Via permanente) – Patrimônio 1240287
- ALÇAS NORTE E SUL DE ACESSO A SUAPE – para implantação do Veículo Leve sobre trilhos – VLT
- PÁTIOS – pátio Estação EDGARD WERNECK, Pátio e Almoxarifados de Boa Viagem (Edificações – patrimônio 1240287 e área), pátio de FERNANDINHO
- IMÓVEIS – regularização de todos os imóveis constantes das AGS, tais como a área do Edifício Operacional Administrativo – EOA/CCO e anexos (Pátios de Oficinas de Edgard Werneck) e demais estações com tombamento da RFFSA dos trechos já mencionados conforme relacionados nos itens acima

FONTE: GOPAT/STU-REC

Superintendência de Trens Urbanos de Natal

Todos os imóveis em uso pela STU/NAT estão devidamente cadastrados no SPIUNET

Fonte: STU-NAT

Superintendência de Trens Urbanos de João Pessoa

Todos os imóveis cadastrados no Sistema de Controle Patrimonial (SISPRO) da CBTU foram cadastrados no Sistema SPIUnet conforme dados disponibilizados no próprio SISPRO e também informações fornecidas pelo setor de engenharia (COACO). Há alguns imóveis que não constam no cadastro do SISPRO, portanto há essa impossibilidade de inclusão no SPIUnet, são exemplos disso: a casa de trolley, o castelo (alojamento) em Cabedelo e o antigo prédio da CFN em João Pessoa.

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS					
SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE JOÃO PESSOA					
RELAÇÃO DE BENS IMÓVEIS					
RIP	DESCRIÇÃO	LOCALIZAÇÃO	MUNICÍPIO/UF	DATA CADASTRO - SISPRO	UTILIZAÇÃO
2175 00282.500-8	Estação de Santa Rita	Praça Venancio Neiva, 158	Santa Rita/PB	30/09/1996	Estação ferroviária
2175.00284.500-7	Estação de Várzea Nova	Rua Coronel Mendes Ribeiro s/n	Santa Rita/PB	31/10/2002	Estação ferroviária
1937 00012.500-0	Estação de Bayeux	Rua Gustavo Maciel Monteiro s/n	Bayeux/PB	31/10/2002	Estação ferroviária
2051 00273.500-3	Estação de Alto do Mateus	Rua Luiz Jacinto s/n	João Pessoa/PB	31/12/2007	Estação ferroviária
2051 00275.500-4	Estação de Ilha do Bispo	Av.Redenção 887	João Pessoa/PB	31/10/2002	Estação ferroviária
2051 00277.500-5	Estação de João Pessoa	Praça Napoleão Laureano 01	João Pessoa/PB	30/09/1996	Estação ferroviária
2051 00279.500-6	Estação de Mandacaru	Rua São Pedro s/n	João Pessoa/PB	31/10/1998	Estação ferroviária
1965 00089.500-5	Estação de Poço	Rua Honorio Patricio santos s/n	Cabedelo/PB	30/09/2007	Estação ferroviária
1965 00091.500-6	Estação de Renascer	Rua Ambrosio Mianda Araújo s/n	Cabedelo/PB	31/10/1998	Estação ferroviária
1965 00095.500-8	Estação de Jacaré	Rua Dr. Jair Cunha Cavalcante s/n	Cabedelo/PB	31/10/2002	Estação ferroviária
1965 00093.500-7	Estação de Manguinhos	Rua Antônio Paulino Serrano s/n	Cabedelo/PB	31/12/2008	Estação ferroviária
1965 00097.500-9	Estação de Cabedelo	Rua Cleto Campelo s/n	Cabedelo/PB	30/09/1996	Estação ferroviária
1965 00099.500-0	Almoxarifado de Cabedelo	Rua Cleto Campelo s/n	Cabedelo/PB	31/10/2002	Prédio administrativo
1965 00101.500-9	Oficina de Cabedelo	Rua Cleto Campelo s/n	Cabedelo/PB	31/10/2002	Manutenção ferroviária
2051 00281.500-7	Prédio Administrativo de João Pessoa	Praça Napoleão Laureano 01	João Pessoa/PB	30/09/1996	Prédio administrativo

Fonte: STU-JOP

Superintendência de Trens Urbanos de Maceió

No ano de 2015, todos os imóveis que estavam cadastrados no Sistema Patrimonial SISPRO, foram lançados no SPIUNET.

Alguns imóveis não foram cadastrados, pois, após questionamento à GEPAT, fomos orientados que, as estações que estavam na relação dos bens imóveis que acabaram não sendo transferidos para a CBTU, quando da separação patrimonial RFFSA - CBTU, em decorrência da 2ª AGE, e não estivessem lançadas no SIAFI nem no SISPRO, não podem ser consideradas no nosso ativo imobilizado.

Fonte: STU-MAC

4.2.1.4 – Ocorrência e atos de formalização de cessão de imóvel da União para terceiros

Administração Central

Conforme exposto no item anterior, no que diz respeito à Administração Central da CBTU, no Rio de Janeiro, não há a situação prevista de cessão de espaço físico em imóvel da União.

Fonte: GEPAT/GASER/DA

Superintendência de Trens Urbanos de Belo Horizonte

OBS.: Tabela disponibilizada pela COCNO.

CBTU STU/BH	UTILIZAÇÃO PATRIMONIAL EVOLUÇÃO MENSAL DAS RECEITAS					ANO: 2016
MÊS	PERMISSÃO DE USO			PUBLICIDADE	JUROS E MULTAS	TOTAL
	TERRENOS/ ESTAÇÕES	RESIDENC.	SUBTOTAL			
JANEIRO	361.022,10	935,53	361.957,63	92.789,51	638,30	455.445,44
FEVEREIRO	358.609,35	935,53	359.544,88	35.382,43	940,79	395.868,10
MARÇO	359.959,08	935,53	360.894,61	15.506,42	791,30	377.192,33
ABRIL	380.348,02	935,53	381.283,55	25.537,97	1.765,03	408.586,55
MAIO	351.213,75	945,00	352.158,75	16.239,29	586,35	369.114,39
JUNHO	369.143,39	0,00	369.143,39	17.136,63	1.847,01	388.127,03
JULHO	353.661,63	945,00	354.606,63	17.159,23	341,62	372.107,48
AGOSTO	372.627,32	0,00	372.627,32	113.090,91	1.394,69	487.112,92
SETEMBRO	361.068,72	2.124,71	363.193,43	16.296,19	945,66	527.106,28
OUTUBRO	357.176,46	1.023,24	358.199,70	112.900,78	439,18	471.539,66
NOVEMBRO	389.989,04	1.023,24	391.012,28	118.521,86	2.150,29	511.684,43
DEZEMBRO	393.273,19	1.023,24	394.296,43	114.267,20	1.461,03	510.024,66
TOTAL	4.408.092,05	10.826,55	4.418.918,60	841.629,42	13.361,25	5.273.909,27

Fonte: STU-BH

Obs.: referente à Publicidade de Fevereiro a Julho foi feito desconto referente à restituição de impostos pagos a maior pela Contratada.

Fonte: STU-BH

Superintendência de Trens Urbanos de Recife

TERRENOS

INSTR. CONTR.		LOCALIZAÇÃO	AUTORIZADO	OBJETO	ÁREA	VALOR
TIPO	Nº/ANO				m²	
ADU	006/2006	RUA JOSÉ NATÁRIO, S/Nº AREIAS	ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS	CLUBE	173,42	479,62
ADU	016/2011	RUA JOSÉ ALVES S/Nº CAV	ALDO MANOEL DE SANTANA	PRESERVAÇÃO E GUARDA	44,24	25,16
ADU	008/1998	R. 15 DE NOVEMBRO S/N - TEJIPIÓ	AMARO ALVES DA SILVA	MATERIAL CONSTRUÇÃO	173,42	666,13
ADU	014/1994	RUA LINHA NOVA, S/Nº COQUEIRAL	AURENI MARIA ZACARIAS	ARMAZÉM CONSTRUÇÃO	173,42	401,02
PDU	011/2016	CAVALEIRO	CASA COELHO LTDA.	ESTACIONAMENTO	866,61	900,00
PDU	014/1997	ENTORNO ESTAÇÃO TEJIPIÓ	DJANIRA TEIXEIRA PONTES	PRESERVAÇÃO E GUARDA	173,42	52,77
PDU	004/1995	R. JARDIM FLORIANO S/N FLORIANO	EDUARDO FELIX DE AGUIAR	MAT. CONSTRUÇÃO	360,00	49,27
PDU	021/2011	RUA LINHA NOVA, S/Nº COQUEIRAL	EDVALDO VIEIRA DA COSTA	RECICLAGEM	173,42	243,90
PDU	004/2005	RUA IMPERIAL, S/Nº SÃO JOSÉ	EMLURB	RECICLAGEM	4.934,06	55,66
PDU	003/2011	RUA JOSÉ NATÁRIO, S/Nº AREIAS	IGREJA BETEL CRISTÃ	OBRA SOCIAL	173,42	304,87
PDU	015/2011	RUA STA TEREZINHA, S/Nº CAV.	JOSÉ GOMES FILHO	OFICINA ELETRO	80,00	125,78
PDU	017/1997	ENTORNO ESTAÇÃO FLORIANO	JOSÉ VALMIR RAMOS DA CRUZ	BAR	12,00	100,62
ADU	031/1994	R. 15 DE NOVEMBRO S/N - TEJIPIÓ	MANOEL CARLOS BUARQUE FILHO	OFICINA AUTOS	173,42	444,85
TPU	022/1993	ESTAÇÃO MANGUEIRA	MANOEL GOMES COUTINHO	PRESERVAÇÃO E GUARDA	173,43	78,14
PDU	003/2014	ENTORNO EST. CAJUEIRO SECO	MANOEL P. DA COSTA	GUARDAR CARRO	181,79	234,60
ADU	019/2010	ACESSO RODOVIÁRIO AO CMC	MICHEL COELHO DE M. PEREIRA	GARAGEM	609,73	204,49
PDU	033/1995	ENTORNO ESTAÇÃO CAVALEIRO	PAULO BENJAMIM NASCIMENTO	ESTACIONAMENTO	200,00	303,53
PDU	002/2009	R. 15 DE NOVEMBRO S/N - TEJIPIÓ	RICARDO ROGÉRIO DA SILVA	VENDA DE AREIA	221,00	210,32
ADU	010/2016	ENT. EST.MONTES GUARARAPES	VANESSA MARIA DA DILVA	ESTACIONAMENTO	1285,17	1.347,77
				TOTAL GERAL		6.228,50

ESTAÇÕES

INSTR. CONTR.		LOCALIZAÇÃO	AUTORIZADO	OBJETO	ÁREA	CNPJ/CPF	VALOR
TIPO	Nº/ANO				m²		
TPU	001/2012	CMC - CAVALEIRO	CAF BRASIL IND. E COM. S/A	ESCRITÓRIO	200	02.430.238/0001-82	4.095,59
ADU	010/2014	CMC - CAVALEIRO - HALL	JS REFEIÇÕES	REFEITÓRIO	173,91	20.953.333/0001-42	366,60
ADU	006/2006	EDIFÍCIO SEDE STU-REC - ENTORNO	FERNANDO P. DOS SANTOS	LANCHES	6,00	217.540.394-72	81,42
TPU	019/1998	EDIFÍCIO SEDE STU-REC - ENTORNO	MARIA JOSÉ DA SILVA VENTURA	LANCHONETE	9,00	223.950.084-00	141,94
ADU	009/2016	EDIFÍCIO SEDE STU-REC - HALL	S. L. FERREIRA MÁQ. EQUIP. LTDA	MAC CAFÉ	3,00	08.378.681/0001-38	568,34
TPU	038/2011	EDIFÍCIO SEDE STU-REC - HALL	BANCO SANTANDER	BANCO	32,85	90.400.888/0001-42	1.479,64
	021/2016	EDIFÍCIO SEDE STU-REC - DEREH	SABOR DA ESTAÇÃO	REFEITÓRIO		23.798.435/0001-29	3.747,26
TPU	032/1993	ESTAÇÃO AFOGADOS - ENTORNO	JOSÉ CARLOS MENDONÇA SANTOS	BANCA DE REVISTA	9,00	276.146.894-53	181,67
TPU	012/2006	ESTAÇÃO AFOGADOS - ENTORNO	ROGÉRIA CABRAL DO NASCIMENTO	GUARANÁ AMA	6,00	892.831.204-34	204,57
TPU	009/2006	ESTAÇÃO BARRO - ENTORNO	ELIENE MONTEIRO DA SILVA LIMA	LANCHONETE	9,00	248.249.844-91	383,17
ADU	004/2006	ESTAÇÃO BARRO - HALL	EZEQUIAS PEREIRA DA SILVA	CARTÕES TELE	3,00	143.005.914-15	518,16
ADU	011/2007	ESTAÇÃO BARRO - HALL	IEZO RORIZ ARAQUAN FILHO	SORVETE	3,00	022.661.294-57	411,89
ADU	005/2013	ESTAÇÃO CABO	IVANILDA LOPES DA SILVA	BOMBONIERE	3,00	098.000.344-04	373,67
TPU	020/2007	ESTAÇÃO CAMARAGIBE	GISELDA DIAS DE SOUZA BORGES	BIJOUTERIAS	3,00	187.254.044-15	389,62
TPU	001/2004	ESTAÇÃO CAMARAGIBE - ENTORNO	RODOVIÁRIA METROPOLITANA	LANCHONETE	32,47	11.704.921/0001-51	605,57
ADU	010/2007	ESTAÇÃO CAMARAGIBE - HALL	EZEQUIAS PEREIRA DA SILVA	CARTÕES TELE	3,00	143.005.914-15	486,45
ADU	014/2007	ESTAÇÃO CAMARAGIBE - HALL	JOÃO DE LIMA VIEIRA FILHO	RASPA-RASPA	2,00	189.892.504-63	252,06
ADU	018/2009	ESTAÇÃO CAMARAGIBE - HALL	MARIA AVANEIDE DE MELO	RELÓGIOS	3,00	339.830.114-20	486,45
ADU	010/2008	ESTAÇÃO CAMARAGIBE - HALL	MÔNICA PATRÍCIA DE LIMA	BOLOS	3,00	041.974.574-21	486,45
TPU	001/2006	ESTAÇÃO CAMARAGIBE - ENTORNO	RODOVIÁRIA METROPOLITANA 1-A	LANCHONETE	12,45	11.704.921/0001-51	616,03
TPU	001/2006	ESTAÇÃO CAMARAGIBE - ENTORNO	RODOVIÁRIA METROPOLITANA 1-B	LANCHONETE	12,45	11.704.921/0001-51	605,57
TPU	008/2006	ESTAÇÃO CAVALEIRO	ARTHMAN PRESENTES LTDA	GALPÃO/DEPÓSITO	451,08	05.539.807/0001-10	434,45
TPU	018/1997	ESTAÇÃO CAVALEIRO - ENTORNO	DAYSE OLIVEIRA DA SILVA	LANCHONETE	9,00	078.271.484-68	260,46
TPU	005/1998	ESTAÇÃO CAVALEIRO - ENTORNO	JOSÉ MATIAS DE BRITO	CONCERTO ELET	65,00	099.045.904-34	178,64
TPU	005/1996	ESTAÇÃO CAVALEIRO - HALL	FARMÁCIA EMIGRANTES LTDA	FARMÁCIA	250,00	01.033.883/0001-07	917,42
ADU	002/2007	ESTAÇÃO COQUEIRAL - HALL	JEAN RICARDO LUCENA LIPPO	BOMBONIERE	3,00	529.548.114-04	114,05
TPU	013/2006	ESTAÇÃO CURADO - ENTORNO	EDILSON RICARDO DA SILVA	LANCHONETE	9,00	707.663.044-34	104,21
TPU	010/2000	ESTAÇÃO ENG. VELHO - ENTORNO	SÔNIA MARREIRA HERCULANO	FITEIRO	9,00	256.815.084-04	50,25

INSTR. CONTR.		LOCALIZAÇÃO	AUTORIZADO	OBJETO	ÁREA	CNPJ/CPF	VALOR
TIPO	Nº/ANO				m²		
ADU	018/2016	ESTAÇÃO FLORIANO - ENTORNO	GRACILENE SANTOS DA SILVA	PIPOQUEIRA	3,00	732.356.364-04	200,00
ADU	012/2016	ESTAÇÃO JABOATÃO	EMPRESA DONA MARIA	VENDA DE BOLOS	20,15	12.339.498/0001-09	1.680,65
TPU	014/2008	ESTAÇÃO JABOATÃO	GISELDA DIAS DE SOUZA BORGES	BIJOUTERIAS	3,00	187.254.044-15	431,22
ADU	015/2016	ESTAÇÃO JABOATÃO - ENTORNO	CLAUDIA AZEVEDO	BANCA DE REVISTA	9,00	459.134.804-06	400,00
TPU	024/1998	ESTAÇÃO JABOATÃO - ENTORNO	JACQUELINE SILVA DE AZEVEDO	BANCA DE REVISTA	9,00	478.080.634-87	412,82
TPU	006/1995	ESTAÇÃO JABOATÃO - ENTORNO	JANETE SOUZA GUEDES	LANCHONETE	9,00	476.963.544-34	305,22
TPU	004/2000	ESTAÇÃO JABOATÃO - ENTORNO	JOSÉ VALTER SATURNO	LANCHONETE	9,00	03.392.114/0001-12	246,24
ADU	009/2007	ESTAÇÃO JABOATÃO - HALL	MÔNICA PATRÍCIA DE LIMA	CONFECÇÃO	5,78	041.974.574-21	480,22
ADU	006/2007	ESTAÇÃO JABOATÃO - ENTORNO	ANA CRISTINA DOS SANTOS	ARTIGOS PRES	9,00	268.744.664-53	339,38
TPU	012/1998	ESTAÇÃO JABOATÃO - ENTORNO	ARI DE ARRUDA CUNHA	LANCHONETE	9,00	078.271.484-68	706,02
ADU	016/2016	ESTAÇÃO JABOATÃO - ENTORNO	ESLI SOUZA DE OLIVEIRA	LANCHES	3,00	667.616.974-68	80,00
ADU	004/2007	ESTAÇÃO JABOATÃO - HALL	EZEQUIAS PEREIRA DA SILVA	CARTÕES TELE	8,26	143.005.914-15	735,14
ADU	007/2007	ESTAÇÃO JABOATÃO - HALL	GLAUCINEIDE JOSÉ DA SILVA	CONFECÇÃO	5,78	314.441.484-00	477,14
ADU	014/2016	ESTAÇÃO PONTEZINHA	JEREMIAS LEMOS DE SOUZA	VENDA ORTIFRUTI	10,00	031.567.714-73	400,00
ADU	027/2010	ESTAÇÃO PONTEZINHA - ENTORNO	JOSEFA ALEXANDRE DA SILVA	BOMBONIERE	3,00	234.909.854-00	109,68
ADU	007/2010	ESTAÇÃO PONTEZINHA - ENTORNO	PAULO LUIZ RODRIGUES	FRUTARIA	3,00	410.498.104-49	83,40
TPU	013/1998	ESTAÇÃO RECIFE - ENTORNO	AILTON DE FIGUEIREDO PINTO	LANCHONETE	9,00	114.381.934-91	884,10
ADU	005/2006	ESTAÇÃO RECIFE - ENTORNO	IEZO RORIZ ARAQUAN FILHO	SORVETE	3,00	022.661.294-57	518,11
TPU	020/2002	ESTAÇÃO RECIFE - ENTORNO	JOSÉ FERREIRA DOS SANTOS	ESTACIONAMENTO	1.625	213.155.314-53	887,86
ADU	020/2008	ESTAÇÃO RECIFE - ENTORNO	JOSÉ FRANCISCO P. DUTRA	LANCHONETE	9,00	063.403.934-20	901,69
TPU	006/1998	ESTAÇÃO RECIFE - ENTORNO	LUÍZA ALVES DE SOUZA	LANCHONETE	9,00	659.114.074-34	727,92
ADU	018/2008	ESTAÇÃO RECIFE - HALL	JOÃO DE LIMA VIEIRA FILHO	CONCERTO CEL	4,00	189.892.504-63	594,32
TPU	002/2007	ESTAÇÃO RECIFE - HALL	LAFEPE S/A	FAMÁCIA	27,00	10.877.926/0001-13	521,53
ADU	009/2010	ESTAÇÃO RECIFE - HALL	LUCIANA P. TORRES	VENDA DE BOLOS	3,00	900.123.484-49	533,36
ADU	016/2007	ESTAÇÃO RECIFE - HALL	MARIA AVANEIDE DE MELO	VENDA RELÓGIOS	6,00	339.830.114-20	811,99
ADU	017/2016	ESTAÇÃO RECIFE - HALL	RAFAEL VITOR DA SILVA	VENDA DE BOLOS	3,00	120.053.424-75	500,00
TPU	011/2006	ESTAÇÃO RECIFE - HALL	ROGÉRIA CABRAL DO NASCIMENTO	BOMBONIERE	3,00	892.831.204-34	431,64
ADU	013/2007	ESTAÇÃO RECIFE - HALL	RUBENS GONÇALVES B. NETO	GRÁFICA RÁPIDA	3,00	052.288.214-57	534,10
ADU	003/2008	ESTAÇÃO RECIFE - HALL	RICARDO PEREIRA - M. FILHO	CONS. CELULAR	4,00	08.954.380/468	1.042,04
ADU	008/2006	ESTAÇÃO RODOVIÁRIA - HALL	EZEQUIAS PEREIRA DA SILVA	CARTÕES TELE	3,00	143.005.914-15	475,14
TPU	006/2001	ESTAÇÃO RODOVIÁRIA - HALL	JANDIRA DE LUNA BEZERRA	ARMARINHO	6,00	992.876.094-20	221,76
TPU	012/2000	ESTAÇÃO RODOVIÁRIA - HALL	ANTONIO LOPES P. FILHO	BANCA DE REVISTA	9,00	192.911.164-91	334,99
ADU	009/2006	ESTAÇÃO STA LUZIA - ENTORNO	VALDÊNIA MARIA DA SILVA	BOMBONIERE	3,00	025.743.184-55	109,05
TPU	003/2003	ESTAÇÃO STA LUZIA - ENTORNO	VALÉRIA DIAS TORRES	BANCA DE REVISTA	9,00	255.688.094-53	246,88
ADU	030/2010	ESTAÇÃO TEJIPÓ - ENTORNO	JULIANA FURTADO MENEZES	SEMENTEIRA	9,00	047.505.084-38	270,03
ADU	004/2010	ESTAÇÃO TEJIPÓ - HALL	MARIA GORETTI DA SILVA	BOMBONIERE	3,00	507.411.444-68	109,22
TPU	016/1999	ESTAÇÃO TEJIPÓ - ENTORNO	JAILTON PAULO CLEMENTE	BANCA DE REVISTA	9,00	374.645.234-15	188,32
TPU	017/2002	ESTAÇÃO WERNECK - ENTORNO	JOSEFA ANA DE OLIVEIRA	BOMBONIERE	2,00	039.701.138-18	17,96
TPU	002/2004	ESTAÇÃO WERNECK - ENTORNO	JOSÉ COUTINHO PEREIRA	LANCHONETE	9,00	934.458.148-72	214,92

RESIDÊNCIAS

INSTR. CONTR.		LOCALIZAÇÃO	AUTORIZADO
TIPO	Nº/ANO		
PDU	017/1985	RUA MANOEL CONRADO, 442 CASA 01	CARLOS JOSÉ DA SILVA
PDU	007/1985	RUA MANOEL CONRADO, 442 CASA 07	ANTONIO MARIANO PAIVA
PDU	001/1986	RUA MANOEL CONRADO, 442 CASA 15	DALMO ADELINO DOS SANTOS
PDU	004/1986	RUA MANOEL CONRADO, 442 CASA 06	JOSÉ COELHO C. FILHO
PDU	005/1986	RUA MANOEL CONRADO, 442 CASA 03	DANIEL GOMES DA SILVA
PDU	022/1987	RUA MANOEL CONRADO, 442 CASA 08	JEFERSON C. BARRETO
PDU	002/1994	RUA FALCÃO DE LACERDA, 462 TEJPIÓ	ANTÔNIO SOARES DA SILVA
PDU	002/1995	RUA MANOEL CONRADO, 442 CASA 14	MARCOS DOS SANTOS SILVA
PDU	001/1997	RUA MANOEL CONRADO, 442 CASA 12	JOSIEL CELESTINO DOS SANTOS
PDU	012/1998	ALTO DO INGLÊS, 03 CABO	JOSÉ VICENTE CÂNDIDO FILHO
PDU	002/1998	RUA MANOEL CAETANO BOM, 07 CABO	ANTONIO CAETANO DA SILVA
PDU	006/1998	RUA MANOEL CAETANO BOM, 05 CABO	JOSÉ QUIRINO DE ALMEIDA
PDU	001/2000	RUA MANOEL CONRADO, 442 CASA 09	RÔMULO REGIS LINS
PDU	001/2005	RUA MANOEL CONRADO, 442 CASA 10	AGUINALDO JOSÉ RAMOS
PDU	003/2008	RUA MANOEL CONRADO, 442 CASA 11	JOÃO MANOEL PEREIRA

FONTE: GOPAT/STU-REC

Superintendência de Trens Urbanos de Natal

Locação de espaços nas estações STU-NAT

ESTAÇÃO	AUTORIZATÁRIO	AUTORIZAÇÃO DE USO	TOTAL	CONTABILIZAÇÃO
Nova natal (02) 1761.00626.500-8	Francisco de Assis de Oliveira	Aut - 013/15 e 006/16	R\$ 911,35	Receita própria
Extremoz (01) 1671.00009.500-4	Edileuza Gomes da Silva	Aut - 017/15 e 003/16	R\$ 3.192,00	Receita própria
Extremoz (02) 1671.00009.500-4	Edvandes Caetano de Oliveira	Aut - 019/15 e 004/16	R\$ 998,00	Receita própria
Extremoz (03) 1671.00009.500-4	Maria Venis Bernardino de Souza	Aut - 020/15 e 005/16	R\$ 1.069,50	Receita própria
Natal 1761.00645.500-1	Damião Cabral de Lima	Aut - 012/15 - 001/16 e 007/16	R\$ 887,40	Receita própria
Ceará mirim 1651.00060.500-8	Central Eólica Albuquerque	Aut - 002/16 e 008/16	R\$ 3.149,64	Receita própria
TOTAL			R\$ 10.207,89	

FONTE: STU-NAT

Superintendência de Trens Urbanos de João Pessoa

INSTRUMENTO CONTRATUAL		LOCALIZAÇÃO	AUTORIZADO	OBJETO	ÁREA	VALOR (R\$)				OBS.:
TIPO	Nº/ANO				m²	PRINCIPAL	JRS/MUL	TX. MANUT	SOMA	
ADU	004/2015	Anexo estação João Pessoa	José Arnaldo Andrade de Araújo	Lanchonete - FEV/16	14,47m²	R\$ 696,66			R\$ 696,66	28/01/2016
ADU	004/2015	Anexo estação João Pessoa	José Arnaldo Andrade de Araújo	Lanchonete - MAR/16	14,47m²	R\$ 696,66			R\$ 696,66	29/02/2016
ADU	004/2015	Anexo estação João Pessoa	José Arnaldo Andrade de Araújo	Lanchonete - ABR/16	14,47m²	R\$ 696,66			R\$ 696,66	29/03/2016
ADU	004/2015	Anexo estação João Pessoa	José Arnaldo Andrade de Araújo	Lanchonete - MAI/16	14,47m²	R\$ 696,66			R\$ 696,66	02/05/2016
ADU	003/2016	Trem do forró (móvel)	Flávio Henrique de Miranda - ME	Composição ferroviária		R\$ 69.004,80			R\$ 69.004,80	07/06/2016
ADU	004/2015	Anexo estação João Pessoa	José Arnaldo Andrade de Araújo	Lanchonete - JUN/16	14,47m²	R\$ 696,66	R\$ 30,65		R\$ 727,31	09/08/2016
ADU	004/2015	Anexo estação João Pessoa	José Arnaldo Andrade de Araújo	Lanchonete - JUL/16	14,47m²	R\$ 696,66	R\$ 25,08		R\$ 721,74	15/08/2016
ADU	004/2016	Anexo estação João Pessoa	José Arnaldo Andrade de Araújo	Lanchonete - SET/16	14,47m²	R\$ 767,67			R\$ 767,67	29/08/2016
ADU	004/2016	Anexo estação João Pessoa	José Arnaldo Andrade de Araújo	Lanchonete - OUT/16	14,47m²	R\$ 767,67			R\$ 767,67	10/10/2016
ADU	004/2016	Anexo estação João Pessoa	José Arnaldo Andrade de Araújo	Lanchonete - NOV/16	14,47m²	R\$ 767,67			R\$ 767,67	31/10/2016
ADU	004/2016	Anexo estação João Pessoa	José Arnaldo Andrade de Araújo	Lanchonete - DEZ/16	14,47m²	R\$ 767,67			R\$ 767,67	28/11/2016
ADU	004/2016	Anexo estação João Pessoa	José Arnaldo Andrade de Araújo	Lanchonete - AGO/16	14,47m²	R\$ 767,67	R\$ 54,25		R\$ 821,92	28/12/2016
ADU	004/2014	Subsolo Via Permanente	Sao Braz S/A Ind e Com de Alimentos	Tubulação		R\$ 398,27			R\$ 398,27	15/04/2016
ADU	001/2016	Saguão da estação J Pessoa	Rosangela Sobral de Melo 01100030476	Stand		R\$ 103,26			R\$ 103,26	27/04/2016
ADU	002/2016	Saguão da estação J Pessoa	Jocelio Guilherme da Silva - ME	Stand		R\$ 103,26			R\$ 103,26	28/04/2016
TOTAL ESTAÇÕES E OUTRAS EDIFICAÇÕES OPERACIONAIS						R\$ 77.627,90	R\$ 109,98		R\$ 77.737,88	

Fonte: STU-JOP

Evolução mensal das Receitas Extra-Operacionais da STU/JOP em 2016

MÊS	COMERCIAL				PUBLICIDADE	JUROS/MULTAS	TOTAL
	TERRENOS	ESTAÇÕES	RESIDÊNCIAS	SUBTOTAL		OUTRAS TAXAS	GERAL
		E OUTRAS					
		EDIFIC. OPERAC.					
JANEIRO		R\$ 696,66		R\$ 696,66			R\$ 696,66
FEVEREIRO		R\$ 696,66		R\$ 696,66			R\$ 696,66
MARÇO		R\$ 696,66		R\$ 696,66			R\$ 696,66
ABRIL	R\$ 604,79			R\$ 604,79			R\$ 604,79
MAIO		R\$ 696,66		R\$ 696,66			R\$ 696,66
JUNHO		R\$ 69.004,80		R\$ 69.004,80			R\$ 69.004,80
JULHO				R\$-			R\$-
AGOSTO		R\$ 2.160,99		R\$ 2.160,99		R\$ 55,73	R\$ 2.216,72
SETEMBRO				R\$-			R\$-
OUTUBRO		R\$ 1.535,34		R\$ 1.535,34			R\$ 1.535,34
NOVEMBRO		R\$ 767,67		R\$ 767,67			R\$ 767,67
DEZEMBRO		R\$ 767,67		R\$ 767,67		R\$ 54,25	R\$ 821,92
TOTAL	R\$ 604,79	R\$ 77.023,11	R\$-	R\$ 77.627,90	R\$-	R\$ 109,98	R\$ 77.737,88

Fonte: STU/JOP.

Superintendência de Trens Urbanos de Maceió

a) Locados de Terceiros

Atualmente a STU/MAC não possui nenhum imóvel locado de terceiros para uso da unidade.

b) Formalização de cessão, para terceiros, de imóveis da União na responsabilidade da unidade

A forma de contabilização é por depósito na conta única da união, a utilização é para pagamento de despesas desta STU.
(Valores mensais)

PROCESSO Nº 80020.101399/2016-11

II - IMÓVEIS ALUGADOS OU ARRENDADOS					
Nº	NOME	CONTRATO	VALOR	DESTINAÇÃO	ENDEREÇO
1	ROSA MARIA DOS SANTOS	TPU - 005/00	R\$ 58,00	COMERCIAL	
2	WALNER MAGALHÃES M. FILHO	TPU - 003/99	R\$ 422,00	COMERCIAL	
3	JOSEFA DA CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA	TPU - 002/02	R\$ 48,00	COMERCIAL	
4	JARBAS COSTA LOUREIRO *	TPU - 002/98	R\$ 137,00	COMERCIAL	
5	IZAIAS ALVES DA SILVA	TPU - 006/99	R\$ 58,00	COMERCIAL	
6	ROBERVAL DA SILVA	TPU - 002/14	R\$ 20,00	COMERCIAL	
7	MARINETE BALBINO DOS SANTOS	TPU - 004/13	R\$ 48,00	COMERCIAL	
8	RAINER MISTERDAM DA MOCA	TPU - 001/14	R\$ 130,00	RESIDENCIAL	Vila Goiabeira, nº 83 - Fernão Velho. Estação Goiabeira.
9	JOSÉ ADRIANO DOS SANTOS	TPU - 003/01	R\$ 127,00	RESIDENCIAL	Vila Goiabeira, nº 76 - Fernão Velho. Estação Goiabeira.
10	STENIO SANTOS DE OLIVEIRA	TPU - 008/02	R\$ 116,00	RESIDENCIAL	Vila Goiabeira, nº 80 - Fernão Velho. Estação Goiabeira.
11	ANTONIO DE OLIVEIRA LIMA	TPU - 006/00	R\$ 137,00	RESIDENCIAL	Vila Goiabeira, nº 82 - Fernão Velho. Estação Goiabeira.
12	BANDEIRANTES [...] LTDA	TPU - 001/07	R\$ 845,00	COMERCIAL	07 OUTDOOR no trecho entre Est.Mercado e Est.Mutange
13	ANTÔNIO MARCIONILIO	TPU - 002/13	R\$ 111,00	RESIDENCIAL	Vila Goiabeira, nº 81 - Fernão Velho. Estação Goiabeira.
14	HINDERBURGO CESÁRIO	TPU - 006/02	R\$ 105,99	RESIDENCIAL	Vila Goiabeira, nº 79 - Fernão Velho. Estação Goiabeira.
15	FLÁVIO AUGUSTO QUEIROZ	TPU - 001/11	R\$ 276,89	RESIDENCIAL	Vila Goiabeira, nº 78 - Fernão Velho. Estação Goiabeira.
16	CARLOS ROBERTO DIAS	TPU - 003/13	R\$ 164,49	RESIDENCIAL	Vila Goiabeira, nº 77 - Fernão Velho. Estação Goiabeira.
TOTAL			R\$ 2.146,00		

FONTE: STU-MAC

4.2.1.5 – Despesas de manutenção e qualidade dos registros contábeis relativamente aos imóveis

Administração Central

O imóvel localizado na Estrada Velha da Tijuca, 77, Usina, Rio de Janeiro, RJ, de propriedade da CBTU está cedido, através de “Termo de Cessão Provisória de Uso Gratuito”, no qual foram transferidas as responsabilidades por sua conservação, uso e administração à Secretaria do Patrimônio da União.

FONTE: GEPAT/GASER/DA

Quadro A.4.2.1.5.A – Superintendência de Trens Urbanos de BH

PROC	APL	OBJETO	ND	Nº EMPENHO	VALOR "NE"
0266/16		MATERIAL PARA PINTURA PREDIAL	339030-24	2016NE000360	2.973,57
1731/13	0214/COACO	SERVIÇO DE ENGENHARIA PARA RECUPERAÇÃO E MELHORIA NA DRENAGEM DAS ESTAÇÕES UCL, UCP, UGM, ULG E UST	339039-16	2016NE003300	470.206,12
2015/14	07/14/COACO	SERVIÇO DE ARQUITETURA E ENGENHARIA COMPLEMENTARES PARA EXPANSÃO DE ÁREA COBERTA, INCLUSÃO DE DEPÓSITO DE INFLAMÁVEIS (SUBDIVISÃO DE SALA) E ACRESCIMO DE VALA DE MANUTENÇÃO NO PATEL.	339039-16	2016NE003307	166.000,00
1748/15	003/2015/COACO	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA RECUPERAÇÃO DAS SALAS DO SEGUNDO PAVIMENTO DA OFICINA DE ELDORADO, EM FUNÇÃO DO INCÊNDIO OCORRIDO EM 24 DE JULHO DE 2015.	339039-16	2017NE003309	388.098,30
2505/15		COMPENSADO DE MADEIRA	339030-24	2016NE000896	926,80
0904/16		MATERIAL DE CONSTRUÇÃO	339030-24	2016NE001068	2.120,00
1216/16		MATERIAL ELÉTRICO	339030-26	2016NE001612	9.035,00
1215/16		MATERIAL DE PINTURA PREDIAL	339030-24	2016NE001559	1.800,72
1212/16		MATERIAL DE CONSTRUÇÃO	339030-24	2016NE001539	1.759,70
1213/16		MATERIAL HIDRÁULICO	339030-24	2016NE001547	982,69
1562/16		MATERIAL DE PINTURA IMOBILIARIA (ESTOPA)	339030-24	2016NE001878	922,50
TOTAL					1.044.825,40

PROC	APDI	OBJETO	ND	Nº EMPENHO	VALOR "NE"
0614/16	1/16 GOSIP-EDAP	RECUPERAÇÃO DOS OPERADORES E DA SUSPENSÃO DA PORTA DO ELEVADOR DA ESTAÇÃO VILARINHO	339039-17	2016NE001216	4.760,25
0947/16	947/16/GOSIP	MATERIAL ELETRICO PARA AR CONDICIONADO	339030-26	2016NE001744	1.217,83
1056/16	1056/16/GOSIP	MADEIRITE	339030-24	2016NE0001451	329,25
1295/16	1295/16/COGES	MATERIAL ELETRICO	339030-26	2016NE001641	1.388,65
1420/16	1420/16/GOSIP	REPARO NO AR CONDICIONADO CASSETE DE UCT	339039-17	2016NE002320	1.465,00
1756/16	010/COFEM/2016	MANUTENCAO DOS MOTORES DO SISTEMA DE AR CONDICIONADO DA SEDE	339039-17	2016NE002457	1.800,00
1814/16	05/16-GOSIP-EDAP	ELEMENTOS FILTRANTES PARA O CHILLER DO SISTEMA DE AR CONDICIONADO DO PSG	339030-25	2016NE002564	471,00
1787/16	03/16-GOSIP EDAP	DEGRAU PARA ESCADA ROLANTE EER900813 DO TERMINAL DE ÔNIBUS DA ESTAÇÃO LAGOINHA	339030-25	2016NE002542	1.284,66
1786/16	04/16-GOSIP EDAP	SOLENÓIDE PARA ESCADA ROLANTE EER041127-2 DA ESTAÇÃO SÃO GABRIEL	339030-25	2016NE002541	2.029,20
2005/16	2005/16-COGES	MATERIAL ELETRICO	339030-26	2016NE002621 2016NE002624	4.685,25
2063/16	2063/16/COGES	COMPRESSOR PARA AR CONDICIONADO	339030-25	2016NE002768	5.200,00
TOTAL NE:					24.631,09

Fonte: GIPLA/STU-BH

Quadro A.4.2.1.5.B – Superintendência de Trens Urbanos de REC

DESPESAS COM BENS IMÓVEIS		
NATUREZA	DENOMINAÇÃO	VALOR (R\$)
3-33903024	Material para manutenção de bens imóveis/instalações	49.175,84
3-33903054	Material para manutenção e conservação de estradas e vias	1.188.507,58
	Subtotal – Materiais (1)	1.237.683,42
3-33903916	Manutenção e conservação de bens imóveis	509.059,39
3-33903921	Manutenção e conservação de estradas e vias	4.841.084,38
	Subtotal – Serviços (2)	5.350.143,77
	Total Custeio (3) = (1) + (2)	6.587.827,19
4-44905191	Obras em andamento	0,00
4-44905192	Instalações	116.040,27
	Total Capital (4)	116.040,27
	Total de despesas (3) + (4)	6.703.867,46

Fonte: COTOS/GIAFI - Valores liquidados em 2016 obtidos no Sistema Tesouro Gerencial do Governo Federal, antigo SIAFI Gerencial.

Quadro A.4.2.1.5.C – Superintendência de Trens Urbanos de NAT

UG	RIP	LOCALIZAÇÃO	Regi me	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
					Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
275066	1651.00060.500-8	Rua presidente Café Filho, 490	NI	2	186.543,83				5.253,79
275066	1651.00062.500-9	Avenida Lagoa Grande, 45	NI	5	154.516,99				5.253,79
275066	1651.00064.500-0	Avenida Massangana, 127	NI	5	17.247,36				5.253,79
275066	1671.00009.500-4	Rua Felipe Camarão, 151	NI	5	73.882,39				5.253,79
275066	1671.00011.500-5	Rua Comandante Manhães, 07	NI	5	26.037,77				6.473,79
275066	1761.00609.500-5	Rua Sampaio Correia, 257	NI	5	112.405,85				5.253,79
275066	1761.00611.500-6	Rua Siqueira Campos, 14	NI	5	38.105,17				5.253,79
275066	1761.00613.500-7	Rua Monte Calvo, 521	NI	5	208.855,40				32.825,79
275066	1761.00615.500-8	Rua Doutor Francisco Sá, 06	NI	5	430.595,39				5.863,79
275066	1761.00617.500-9	Avenida Cidade Praia, 205	NI	5	139.985,06				5.705,19
275066	1761.00620.500-5	Rua Assis Brasil, 132	NI	5	41.534,69				5.253,79
275066	1761.00622.500-6	Rua Jamboeiro, 05	NI	5	31.229,86				5.253,79
275066	1761.00624.500-7	Rua Retirolândia, 4045	NI	5	46.978,61				5.253,79
275066	1761.00626.500-8	Rua Cidade Praia, 205	NI	5	22.657,60				5.253,79
275066	1761.00628.500-9	Rua Sampaio Correia, 101	NI	5	18.377,49				33.464,83
275066	1761.00630.500-0	Rua Cafarnaum, 01	NI	5	15.497,96				24.285,79
275066	1761.00632.500-0	Rua vereador Pereira Pinto, 01	NI	5	129.245,03				5.253,79
275066	1761.00634.500-1	Rua Sátiro Dias, 01	NI	5	32.963,81				22.821,79
275066	1761.00636.500-2	Rua Sampaio Correia, 01		5	15.993,96				32.854,83
275066	1761.00641.500-0	Praça Augusto Severo, 302			460.441,83				46.881,50
275066	1761.00643.500-0	Praça Augusto Severo, 302			77.466,75				4.945,45
275066	1761.00645.500-1	Praça Augusto Severo, 302			164.127,28				56.267,52
275066	1761.00647.500-2		NI						
275066	1761.00649.500-3	Praça Augusto Severo, 302	NI		1.000.000,00				73.449,32

275066	1779.00086.500-6	Rua RFFSA, 9999	NI	5	114.871,84				5.253,79	
275066	1779.00088.500-7	Avenida Dr. Luiz Antônio, 04	NI	4	12.001,30				5.253,79	
		Total								414.138,86
Fonte: STU-NAT										

Quadro A.4.2.1.5.D – Superintendência de Trens Urbanos de JOP

Nº	UG	RIP	DESCRIÇÃO	LOCALIZAÇÃO	REGI ME	CONSERV AÇÃO	VALOR IMÓVEL			Gastos em 2016		
							VALOR HISTORICO	DATA AVALIAÇÃO	VALOR REAValiação	Reforma	Manutenção	Contrato
SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE JOÃO PESSOA												
1	275079	2175 00282.500-6	Estação Santa Rita	Praça Venancio Neiva, 158	NI	3	182.346,67	02/03/2015	202.116,41	R\$ 10.515,73		CTR 011/2016
2	275079	2175 00284.500-7	Estação Várzea Nova	Rua Coronel Mendes Ribeiro s/n	NI	3	59.792,33	02/03/2015	59.792,33	R\$ 8.721,01		CTR 011/2016
3	275079	1937 00012.500-0	Estação Bayeux	Rua Gustavo Maciel Monteiro s/n	NI	3	192.548,24	02/03/2015	192.521,24	R\$ 9.170,93		CTR 011/2016
4	275079	2051 00273.500-3	Estação Alto do Mateus	Rua Luiz Jacinto s/n	NI	1	170.571,37	02/03/2015	170.571,37	R\$ 4.877,58		CTR 011/2016
5	275079	2051 00275.500-4	Estação Ilha do Bispo	Av. Redenção 887	NI	3	69.679,56	02/03/2015	69.679,56	R\$ 7.830,75		CTR 011/2016
6	275079	5051 00277.500-5	Estação João Pessoa	Praça Napoleão Laureano 01	NI	3	509.416,68	02/03/2015	509.416,68	13.226,76 (bilheteria)		CTR 007/2016
										39.048,29 (administração)		CTR 007/2016
										45.277,01 (galpão RH)		CTR 007/2016 CTR 005/2016
7	275079	2051 00279.500-6	Estação Mandacaru	Rua São Pedro s/n	NI	3	125.621,36	02/03/2015	125.171,36	R\$ 7.470,98		CTR 011/2016
9	275079	1965 00091.500-6	Estação Renascer	Rua Ambrosio Miranda Araújo s/n	NI	3	447.425,62	02/03/2015	447.425,62	R\$ 3.368,87		CTR 011/2016
10	275079	1965 00095- 500-8	Estação de Jacaré	Rua Dr. Jair Cunha Cavalcante s/n	NI	3	119.156,12	02/03/2015	119.156,12	R\$ 3.275,15		CTR 011/2016

8	275079	1965 00089.500-5	Estação Poço	Rua Honorio Patricio santos s/n	NI	1	169.315,61	02/03/2015	169.315,61	R\$ 13.758,88		CTR 011/2016
11	275079	1965 00093.500-7	Estação Manguinhos	Rua Antônio Paulino Serrano s/n	NI	1	315.252,32	02/03/2015	315.252,32	R\$ 3.073,75		CTR 011/2016
12	275079	1965 00097.500-9	Estação Cabedelo	Rua Cleto Campelo s/n	NI	3	181.360,54	02/03/2015	234.435,77	R\$ 16.667,98		CTR 005/2016
13	275079	1965 00099.500-0	Almoxarifado de Cabedelo	Rua Cleto Campelo s/n	NI	3	63.456,06	02/03/2015	63.456,06			
14	275079	1965 00101- 500-9	Oficina de Cabedelo	Rua Cleto Campelo s/n	NI	3	18.132,71	02/03/2015	18.132,71			
15	275079		Alojamento Cabedelo	Rua Cleto Campelo s/n	NI	3	NI	NI	NI			
16	275079	2051 00281.500-7	Prédio Administrativo de João Pessoa	Praça Napoleão Laureano 01	NI	3	286.949,23	02/03/2015	286.949,23			
17	275079		Pátio da Estação Santa Rita	Praça Venancio Neiva, 158	NI	3	NI	NI	NI			
18	275079		Pátio da Estação João Pessoa	Praça Napoleão Laureano 01	NI	3	NI	NI	NI			
19	275079		Pátio da Estação Cabedelo	Rua Cleto Campelo s/n	NI	3	NI	NI	NI			
Obs: As informações do valor histórico estão pendentes junto a SPU.												
CTR Nº005/2016 - Recuperação da cobertura do castelo dos maquinistas na estação de João Pessoa e da cobertura da estação de Cabedelo												
CTR Nº007/2016 - Pintura das fachadas da CBTU João Pessoa												
CTR Nº011/2016 - Reformas emergenciais nas estações da STU/JOP												

Quadro A.4.2.1.5.E – Superintendência de Trens Urbanos de MAC

EXTRATO DO CONTRATO DE MANUTENÇÃO PREDIAL - WFS SERV. LTDA - 027/14													
ESTAÇÃO	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Totais
LOURENÇO						513,00		493,90	122,00		218,00		1.346,90
RIO LARGO		9,03									155,00		164,03
GUSTAVO PAIVA						160,00			266,00				426,00
UTINGA								138,00		188,32			326,32
SATUBA									518,00				518,00
RIO NOVO								320,22					320,22
ABC													-
FERNAO VELHO						218,60					103,56		322,16
GOIABEIRA													-
SURURU DE CAPOTE													-
BEBEDOURO		0,66						118,00					118,66
MUTANGE													-
BOM PARTO				118,16									118,16
MERCADO						155,50	334,15						489,65
SEDE	1.011,49	835,66	3.547,39	6.263,26		1.720,00	835,37	905,48	389,78	790,45	2.614,00		18.912,89
JARAGUA	110,74	695,97		2.037,05	5.552,80	18.110,41	7.184,17	6.256,07	3.795,00	7.570,60	5.012,86	27,68	56.353,34
Geral de material	1.122,23	1.541,32	3.547,39	8.418,47	5.552,80	20.877,51	8.353,69	8.231,67	5.090,78	8.549,37	8.103,42	27,68	79.416,33
Mão de obra	12.447,54	26.941,84	28.955,05	26.747,91	26.747,91	27.118,53	24.290,63	24.624,18	24.123,85	24.290,63	24.123,85	19.096,50	289.508,42
Serviço	-	-	-	8.283,23	830,00	-	1.622,27	199,37	199,37	199,37	199,37	199,37	11.732,35
Reajuste	-	-	9.254,25	3.414,46	3.314,00	4.506,34	3.647,84	3.526,99	3.138,46	3.525,29	3.491,25	2.574,01	40.392,90
Total da nota	13.569,77	28.483,16	41.756,69	46.864,08	36.444,71	52.502,38	37.914,43	36.582,21	32.552,46	36.564,66	35.917,88	21.897,57	421.050,00

Todos os imóveis cadastrados no SIPUNET estão registrados no Ativo Imobilizado (SIAFI).

FONTE: STU-MAC

4.2.1.6 – Riscos relacionados à gestão dos Imóveis e controles para sua mitigação:

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

Conforme citado no item “ocorrência e os atos de formalização de cessão para terceiros”, o imóvel de propriedade da CBTU está sob a guarda da Secretaria do Patrimônio da União através do Termo de Cessão Provisória de Uso Gratuito por 25 (vinte e cinco) anos.

O Termo de Cessão Provisória de Uso Gratuito do Imóvel transferiu a responsabilidade por sua conservação à Secretaria do Patrimônio da União.

Fonte: GEPAT/GASER/DA

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE BELO HORIZONTE

A gestão dos imóveis ficaria comprometida com a destruição do arquivo documental do patrimônio imobiliário da STU/BH, a exemplo do incêndio ocorrido em 2013 na Gerência de Patrimônio – GOPAT.

Diante da necessidade de refazer o arquivo de documentos do patrimônio imobiliário da STU/BH, foi solicitado ao setor competente, por meio do memorando 127/13-GOPAT de 07 de outubro de 2013, o desarquivamento, junto à Justiça Federal, dos processos referentes a esses imóveis.

Outra medida importante é a conclusão dos lançamentos dos imóveis no Sistema SPIUnet.

Fonte: STU-BH

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE RECIFE

Os maiores riscos são as invasões de nossas áreas remanescentes, devido à falta de condição de fiscalização e proteção das áreas com equipes de segurança. Hoje essa fiscalização é feita por quatro empregados com a ajuda da segurança patrimonial, quando esta dispõe de viaturas para atender as demandas. A SUT/REC vem pleiteando recursos orçamentários para mitigar estes riscos.

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE NATAL

Os imóveis sob a responsabilidade da STU/NAT, estão todos em utilização, seja na área administrativa ou operacional da companhia, o que possibilita um constante acompanhamento e controle dos mesmos, evitando sua depredação e/ou ocupação indevida. Porém não possuímos os devidos registros dos mesmos por se tratar de imóveis pertencentes a extinta RFFSA que até o momento não foram transferidos para a CBTU

Fonte: STU-NAT

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE JOÃO PESSOA

Há alguns imóveis que necessitam de regularização contábil. São estes: a casa de trolley, o castelo (alojamento) em Cabedelo e o antigo prédio da CFN em João Pessoa, pois não constam no sistema de controle Patrimonial (SISPRO). E todos os imóveis de uso da Unidade Jurisdicional necessitam de regularização cartorial. Há também a impossibilidade de contratarmos seguro deste imóveis, por

conta da falta da regularização anteriormente citada, bem como pelas condições orçamentárias e financeiras que não comportariam tal necessidade.

Fonte: STU-JOP

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE MACEIÓ

Risco de incêndio ou desastre natural. Após a conclusão do processo de registro dos imóveis, será avaliada a possibilidade de realizar seguro dos imóveis da STU/MAC.

Fonte: STU-MAC

4.2.2 - Informações sobre Imóveis Locados de Terceiros

A CBTU não ocupa bens imóveis de uso especial locados de terceiros.

Fonte: GEPAT/GASER/DA

4.3 - Gestão da Tecnologia da Informação

4.3.1 - Principais Sistemas de Informações

Quadro A.4.3.1.A - Principais Sistemas de Informação da Administração Central em 2016

SISTEMAS PRÓPRIOS	OBJETIVOS	PRINCIPAIS FUNCIONALIDADES	RESPONSÁVEL TÉCNICO	RESPONSÁVEL ÁREA DE NEGÓCIO	CRITICIDADE PARA UNIDADE (IMPACTO)
Acesso CBTU	Gerenciar direitos de acessos aos sistemas (VB.NET)	Controle acesso aos Sistemas	Luciana Monteiro e Paulo Fernandes	Controle Interno – GETIN	Baixa
Controle de Acesso	Gerenciar direitos de acessos aos Sistemas (VB6)	Controle acesso aos Sistemas	Luciana Monteiro e Paulo Fernandes	Controle Interno – GETIN	Baixa
SISAFWEB	Controle de contratos	Cadastro e acompanhamento dos Pagamentos	Luciana Monteiro e Paulo Fernandes	Celestino Guimarães / GEFIN, Mônica Ramalho / GEFIC e Thiago Moreira / GAJUR	Alta
SISGARWEB	Controle de garantias do contrato	Cadastro e acompanhamento das Garantias	Luciana Monteiro e Paulo Fernandes	Mônica Ramalho / GEFIC	Alta
Fitoteca	Controle das mídias do GEINF	Cadastro e consultas das mídias	Luciana Monteiro e Paulo Fernandes	Tiago Veloso / CEOPA	Baixa
PROTOCOLO WEB	Controle de andamento dos documentos	Cadastro e acompanhamento de Documentos e Processos	Luciana Monteiro e Paulo Fernandes	Ricardo Chipitelli / DA	Alta
Resolução	Controle e publicações das resoluções	Funcionalidades incorporadas ao Portal	-	-	Desativado
Temporalidade Documentos	Manutenção dos documentos	Cadastro e Consultas Tabela de Temporalidade de Documentos	Luciana Monteiro e Paulo Fernandes	Everton Nascimento / GEDES	Baixa
Temporalidade Documentos Intranet	Consulta na Intranet	Consulta Tabela de Temporalidade de Documentos	Luciana Monteiro e Paulo Fernandes	Everton Nascimento / GEDES	Baixa
Controle Micros	Controle dos micros da CBTU	Cadastro e Consultas de todos os computadores da CBTU	Luciana Monteiro e Paulo Fernandes	Tiago Veloso / CEOPA	Baixa
Empresas Suspensas	Empresas suspensas para Licitação	Consulta Empresas Suspensas de Licitar e Contratar	Luciana Monteiro e Paulo Fernandes	José Elder / GALIC	Média
Hotéis	Administração das informações dos hotéis conveniados	Cadastro e Consultas hotéis com Convênio com a CBTU	Luciana Monteiro e Paulo Fernandes	Carlos Alberto Vaz / GEAPO	Baixa

AUDITT	Controle de acórdãos do TCU	Cadastro e consultas de acórdãos do TCU	Luciana Monteiro e Paulo Fernandes	Alcione Menezes / Auditoria	Baixa
Pensão	Pagamentos dos pensionistas	Cadastro e Pagamentos dos Pensionistas de Acidentes Ferroviários	Francesco Molinaro	Carlos Alberto Dias / GECOP	Alta
SISOC	Controle e emissão de Ordens de Compras	Cadastro, Consultas e Emissão das Ordens de Compras	Francesco Molinaro	Carlos Alberto Vaz / GEAPO	Alta
SISOCBIB	Controle e emissão de Ordens de Compras (bib)	Cadastro, Consultas e Emissão das Ordens de Compras da Biblioteca	Francesco Molinaro	Everton Nascimento / GEDES	Alta
SISAPLIC	Controle das aplicações financeiras	Consultas e Acompanhamentos das Aplicações Financeiras	Francesco Molinaro	Celestino Guimarães / GEFIN	Alta
SISMAT	Sistema de Materiais	Acompanhamento de Entradas e Saídas de Materiais do Almoxarifado	Francesco Molinaro	Luiz Miniguelli / ALMOX	Média
MELHORIA	Sistema de Melhoria por Merecimento	Avaliação de desempenho e Progressão Salarial	Alexandre Bizet	Sidinei Martins / GEDES	Alta
CUSTOS	Cálculo dos custos da CBTU	Cálculo dos Custos Operacionais e não Operacionais	Alexandre Bizet	João Gouveia / GECOC	Alta
Balancete	Situação contábil	Gerar a Situação contábil da CBTU	Alexandre Bizet	João Gouveia / GECOC	Alta
Portal	Site da CBTU e Intranet	Ferramenta de apresentação de informações e notícias da CBTU para a sociedade e para sua força de trabalho	Luciano Melo	Letícia Motta / GACIN	Alta
Consulta de Instrumentos Contratuais	Acompanhamento dos contratos	Consultas de contratos e seus pagamentos	Alexander Pinnock	Mônica Ramalho / GEFIC	Média
SIG	Realizar o planejamento, acompanhamento e controle dos projetos de engenharia da empresa.	Organizar, controlar, disponibilizar, gerar informações gerenciais e oferecer aos gerenciadores de empreendimentos uma ferramenta de auxílio nas tarefas de acompanhamento dos progressos físico e financeiro, aplicação de recursos e cumprimento de metas.	Marcelo Ribeiro/ GECOR	Adriana Fonseca / GECOR	Alta

SISTEMAS CONTRATADOS	OBJETIVOS	PRINCIPAIS FUNCIONALIDADES	ORIGEM	RESPONSÁVEL ÁREA DE NEGÓCIO	CRITICIDADE PARA UNIDADE (IMPACTO)
MentoRH	Sistema de Gerenciamento de Recursos Humanos	Gerar Folha de Pagamento da CBTU	OSM	Jorge Limp / GEARH	Alta
SISPRO (Controle de Bens Patrimoniais)	Administração do Patrimônio da Empresa, através do Completo Controle Físico, Contábil e Gerencial dos Bens	Consultas e Acompanhamento de Bens Patrimoniais da CBTU	SISPRO	Ana Luiza Vieira / GEPAT	Alta
SISOBI	Controle de Óbitos dos Pensionistas	Informação dos Óbitos dos Pensionistas	DATAPREV	Carlos Alberto Dias / GECOP	Alta
SISBACEN	Conjunto de recursos de tecnologia da informação, interligados em rede, utilizado pelo Banco Central na condução de seus processos de trabalho.	Informações para Análise Econômicas	SERPRO	Paulo Roberto / GAFIN	Alta

SISTEMAS CONTRATADOS	OBJETIVOS	PRINCIPAIS FUNCIONALIDADES	ORIGEM	RESPONSÁVEL ÁREA DE NEGÓCIO	CRITICIDADE PARA UNIDADE (IMPACTO)
MentoRH	Sistema de Gerenciamento de Recursos Humanos	Gerar Folha de Pagamento da CBTU	OSM	Jorge Limp / GEARH	Alta
SISPRO (Controle de Bens Patrimoniais)	Administração do Patrimônio da Empresa, através do Completo Controle Físico, Contábil e Gerencial dos Bens	Consultas e Acompanhamento de Bens Patrimoniais da CBTU	SISPRO	Ana Luiza Vieira / GEPAT	Alta
SISOBI	Controle de Óbitos dos Pensionistas	Informação dos Óbitos dos Pensionistas	DATAPREV	Carlos Alberto Dias / GECOP	Alta
SISBACEN	Conjunto de recursos de tecnologia da informação, interligados em rede, utilizado pelo Banco Central na condução de seus processos de trabalho.	Informações para Análise Econômicas	SERPRO	Paulo Roberto / GAFIN	Alta

Quadro A.4.3.1.B - Principais Sistemas de Informação da STU/BH em 2016

SISTEMAS CONTRATADOS	OBJETIVOS	PRINCIPAIS FUNCIONALIDADES	ORIGEM	RESPONSÁVEL ÁREA DE NEGÓCIO	CRITICIDADE PARA UNIDADE (IMPACTO)
MentoRH	Sistema de Gerenciamento de Recursos Humanos	Gerar Folha de Pagamento da CBTU	OSM	Jorge Limp / GEARH	Alta
SISPRO (Controle de Bens Patrimoniais)	Administração do Patrimônio da Empresa, através do Completo Controle Físico, Contábil e Gerencial dos Bens	Consultas e Acompanhamento de Bens Patrimoniais da CBTU	SISPRO	Ana Luiza Vieira / GEPAT	Alta
SISOBI	Controle de Óbitos dos Pensionistas	Informação dos Óbitos dos Pensionistas	DATAPREV	Carlos Alberto Dias / GECOP	Alta
SISBACEN	Conjunto de recursos de tecnologia da informação, interligados em rede, utilizado pelo Banco Central na condução de seus processos de trabalho.	Informações para Análise Econômicas	SERPRO	Paulo Roberto / GAFIN	Alta

Fonte: STU-BH

Quadro A.4.3.1.C - Principais Sistemas de Informação da STU/REC em 2016

SISTEMAS PRÓPRIOS	OBJETIVOS	PRINCIPAIS FUNCIONALIDADES	RESPONSÁVEL TÉCNICO	RESPONSÁVEL ÁREA DE NEGÓCIO	CRITICIDADE PARA UNIDADE (IMPACTO)
CHB	Pesquisa de bilhetes embarque e desembarque nas estações.	Controla os embarques e desembarques dos usuários nas estações.	Osvaldo Nascimento	Anselmo COPIN	Baixa
SCO	Controlar e acompanhar as ocorrências com (usuário, funcionário, etc), no âmbito da STU-REC.	Cadastro de diversos tipos de ocorrências (linha sul, linha centro, linha diesel), bilheteria, estação, contratada, encaminhamento, tipo, envolvido, natureza, etc.	Osvaldo Nascimento	Barbosa COSEG	Média
PROTO	Controlar e acompanhar tramitação de documentos nas áreas da STU-REC.	Cadastro de usuários, tipo de documentos, órgãos internos e externos, digitação de documentos, consultas e relatórios.	Osvaldo Nascimento	STU-REC	Média

SISTEMAS PRÓPRIOS	OBJETIVOS	PRINCIPAIS FUNCIONALIDADES	RESPONSÁVEL TÉCNICO	RESPONSÁVEL ÁREA DE NEGÓCIO	CRITICIDADE PARA UNIDADE (IMPACTO)
RVE	Controlar a venda de bilhetes nas estações (linha sul, linha centro, linha diesel).	Cadastro de bilhetes, vale transporte, estações, empresas terceirizadas, consultas, relatórios (resumo financeiro, resumo por estação, caixa menor, bilhetes EMTU/CBTU).	Osvaldo Nascimento	Rildo COARC	Média
SITRANS	Controlar frota interna e externa de veículos da STU-REC.	Cadastro de veículos, componentes, componentes do veículo, tipo de pneus, situação dos pneus dos veículos, baterias, motor, fabricantes, motoristas, tipos de serviços, lubrificação, estabelecimentos, oficinas, acidentes, multas, revisões (periódicas, garantias), controle de MDM, controle de RDF, controle de BDV (emissão, defeitos do veículo), SVS (solicitação de veículos a serviço), consumo, manutenção, relatório de consumo por veículo, etc.	Osvaldo Nascimento	Joelson COSER	Média
SVT	Controlar e acompanhar a distribuição de vale transporte dos funcionários das áreas da STU-REC, conforme escala de trabalho.	Cadastro de empregado, apontador, órgão, classe, escala, nível, tipo de vale, rubrica, exportação de arquivo txt para EMTU, digitação de AMO, geração de tabela de vale com desconto (ano/mês/órgão).	Osvaldo Nascimento	Mônica Cantini COASS	Média
SCT	Controlar e acompanhar os treinamentos efetuados pelos funcionários da STU-REC.	Cadastro de treinando, tipos de eventos, eventos, programa, fonte, tipo de despesa, cursos, instrutor, despesas, treinamento, etc.	Osvaldo Nascimento	Graça Muniz CODES	Baixa
SCE	Controlar a vigência dos estágios concedidos pela STU-REC.	Cadastro do Estagiário, controle da vigência do estágio; Emissão de Relatórios diversos, entre outras.	Emanuel Souza	Graça Muniz CODES	Baixa
SPV	Controlar entrada e saída dos veículos no estacionamento interno da STU-REC.	Cadastro de empregados, cadastro de Veículos, Cadastro de Órgãos internos e externos; cadastro de entradas e saídas de veículos; Relatórios diversos; Geração de Código de barras para serem adesivados aos veículos dos empregados; entre outras.	Áurea Teti	Barbosa COSEG	Baixa
SCI	Controlar o parque de informática da STU-REC.	Cadastro dos equipamentos ligados à rede da CBTU/STU-REC; Controle de IP; entre outras.	Áurea Teti	Dartson Peixoto COIOM	Média
SIPAG	Controlar os pagamentos a fornecedores que tiveram a retenção da Lei (IR + PIS + COFINS + CSL), gerando o demonstrativo de receita/retenção no final do exercício e envelopes com os	Cadastro de Fornecedores; Cadastro dos Títulos pagos e respectivas retenções; Emissão do Demonstrativo das Receitas e Retenções; Emissão dos Envelopes para envio dos demonstrativos; Emissão de Relatórios diversos; entre outras.	Áurea Teti	Rafael Toscano COTES	Média

SISTEMAS PRÓPRIOS	OBJETIVOS	PRINCIPAIS FUNCIONALIDADES	RESPONSÁVEL TÉCNICO	RESPONSÁVEL ÁREA DE NEGÓCIO	CRITICIDADE PARA UNIDADE (IMPACTO)
	dados dos fornecedores, para o envio. OBS: Será substituído pela funcionalidade do Protheus/Financeiro.				
SPC	Controlar a cessão de Empregados da STU/REC e emitir as faturas de cobrança às diversas instituições públicas.	Cadastro de empregados cedidos; Cadastro dos Órgãos Externos; Controle de Cessões; Emissão de Faturas de Cobrança; entre outras.	Áurea Teti	Virgínia Aleixo GOFIN	Baixa
OUVIDORIA	Abertura de um canal de comunicação como nossos usuários, através do registro, avaliação, encaminhamento e resposta a manifestos dirigidos à CBTU/STU-REC, garantindo o sigilo e anonimato, quando solicitado.	Cadastro dos Manifestos pela Atendente ou Usuário via web; Classificação do Manifesto e Encaminhamento às áreas; Controle do Status do Manifesto; Controle do tempo de resposta; Emissão de e-mail respondendo ao manifestante; Relatórios estatísticos diversos; entre outras.	Áurea Teti, Juliano Severino da Silva e Samuel de Sales Barbosa	Marcelo Nóbrega	Média

SISTEMAS CONTRATADOS	OBJETIVOS	PRINCIPAIS FUNCIONALIDADES	ORIGEM	RESPONSÁVEL TÉCNICO	RESPONSÁVEL ÁREA DE NEGÓCIO	CRITICIDADE P/ UNIDADE (IMPACTO)
ERP-PROTHEUS / MÓDULO MANUTENÇÃO DE ATIVOS	Propiciar uma administração do processo de manutenção, integrado com a gestão de materiais, permitindo um controle efetivo de todos os insumos necessários para a sua execução, como itens de estoque, ferramentas e equipamentos, além de gerir a disponibilidade de mão de obra. Determinar os custos, os contabiliza e registra o histórico das manutenções.	Cadastro de Bens; Estrutura de um Bem; Controle das Manutenções Corretivas e Preventivas (serviço a um bem; previsão de parada do bem; insumos e checklist); Custos (insumos diversos, com mão de obra e materiais); Planejamento (elimina ordem de serviço repetidas; tempo execução de tarefas; log de problemas).	TOTVS	Leônidas Mayer	Sandra Holanda COPEM	Média
ERP-PROTHEUS / MÓDULO DE INSPEÇÃO DE ENTRADAS	O módulo Inspeção de Entrada, é parte integrante do Quality Protheus – Sistema de Garantia da Qualidade – série 9000, é um produto voltado a dar subsídios ao processo de garantia da Qualidade, de acordo com os requisitos mínimos estabelecidos nas normas ISO 9000.	Manter o cadastro de Ensaios a serem aplicados na inspeção dos produtos; Cadastro de não conformidades; Controle de entrada de materiais a serem inspecionados; plano de amostragem automático, de acordo com a NBR-5426, quando aplicável; gestão de não conformidades com diário de bordo e Pareto; emissão de relatórios para o departamento de compras sobre a situação de cada material e seus respectivos fornecedores;	TOTVS	Áurea Teti	Tânia Santana	Média

SISTEMAS CONTRATADOS	OBJETIVOS	PRINCIPAIS FUNCIONALIDADES	ORIGEM	RESPONSÁVEL TÉCNICO	RESPONSÁVEL ÁREA DE NEGÓCIO	CRITICIDADE P/ UNIDADE (IMPACTO)
		cálculo dos principais índices de qualidade (não conformidades, pontualidade, etc.) para avaliar a desempenho dos fornecedores.				
ERP-PROTHEUS / MÓDULO DE ESTOQUE/ CUSTOS	Controle de materiais movimentados e armazenados pelas empresas, além do custo incorrido sobre o material.	Controle de valores e quantidades em estoque; Planilha de formação custo/preço de venda; Controle dos movimentos; Rastreabilidade; Custo médio/FIFO; On-line; Sequencial; Diário; Mensal; Real x Previsto; Custo de reposição em Moedas fortes; Projeção do consumo médio; Pesos; Tendência – Método estatístico de regressão linear; Classificação ABC com base no consumo e preço atual; Cálculo do lote econômico pela curva ABC; Cálculo do ponto de pedido; Cálculo do custo de reposição (padrão) por moeda; Rastreabilidade desde o recebimento até a produção; Controle de qualidade; Saldo por endereço; Capacidade de armazenamento; Custos em partes; Potência de lotes; Tratamento de variação cambial/reatualização de custos.	TOTVS	Áurea Teti	Tânia Santana	Média
ERP-PROTHEUS / MÓDULO ATIVO FIXO	Controlar o ativo permanente da empresa.	Cadastro de bens através de inclusão manual ou automático (pela integração com o módulo de Compras); classificação do bem; baixas; cálculo de depreciação; Lançamentos contábeis automáticos; transferências; controle de seguradoras e apólices de seguro; Obsolescências; Sucateamento, Geração de Relatórios de Controle de área, entre outras.	TOTVS	Écio Nobre	Roberto Carlos	Média
ERP-PROTHEUS / MÓDULO COMPRAS E LICITAÇÃO	Acompanhar e controlar as carteiras de compras, cotações, pedidos de compras, ordens de compra e o recebimento de materiais, permitindo a reposição dos estoques em tempo hábil.	Gera solicitação de compras; Gera e emite cotações aos fornecedores; Analisa as cotações; Gera automaticamente os pedidos de compras; Permite o controle de Alçada; Contrato de Parceria; Emite Relatórios de Solicitações, Pedidos e Ordem de compra; Integra-se com os módulos de Estoque/Custos, Faturamento Financeiro, PCP (Planejamento e Controle de Produção), Fiscal, Contabilidade e Contabilidade Gerencial.	TOTVS	Áurea Teti	Jairo Ferreira e Risolene Maria	Média

SISTEMAS CONTRATADOS	OBJETIVOS	PRINCIPAIS FUNCIONALIDADES	ORIGEM	RESPONSÁVEL TÉCNICO	RESPONSÁVEL ÁREA DE NEGÓCIO	CRITICIDADE P/ UNIDADE (IMPACTO)
ERP-PROTHEUS / MÓDULO GESTÃO DE CONTRATOS	Gerenciar os contratos de compras e vendas que a empresa mantém com seus fornecedores e clientes, possibilitando controlar e acompanhar todos os processos de contratação de produtos e/ou serviços detalhando suas especificações.	Controla Valor de Contrato, Fornecedores, Clientes, Vigência, Data de Assinatura, Responsável, Objeto de Contrato, Cláusulas contratuais, Índices econômicos, Formas de reajustes, tipos de contratos, tipos de revisões de contratos, planilhas de contratos, Tipos de caução, Cadastramento de multas contratuais, Cadastramento e Manutenção das cauções (recebimento, troca, baixa e abatimento da caução), Seleção das condições de Pagamentos, cadastro de tipos de documentos, Cronogramas Físico e Financeiro do Contrato, Medições, revisão de Contratos (aditivos, reajustes, realinhamento, paralisação, reinício, alteração de cláusulas, etc.), Motivos de Paralisação de Contratos, Aprovação das revisões, Cronogramas Contábeis, entre outros.	TOTVS	Áurea Teti	Virgínia Aleixo e Graça Marinho	Média
ERP-PROTHEUS / MÓDULO FINANCEIRO	É uma ferramenta administrativa que possibilita o acompanhamento dos Eventos Financeiros e Recursos de uma empresa.	Planejamento Financeiro das operações, por meio de orçamentos; acompanhamento dos eventos que resultam em entrada ou desembolsos de recursos, pelo uso do Fluxo de Caixa e que tem como finalidade permitir ao administrador, em tempo real, a tomada de decisões referentes à disponibilidade de caixa; Transparência nas operações, pela contabilização dos dados; Controle de títulos e valores, de clientes e de fornecedores; Administração dos registros de títulos a pagar e receber; comunicação bancária;	TOTVS	Áurea Teti	Rafael Toscano	Média

SISTEMAS CONTRATADOS	OBJETIVOS	PRINCIPAIS FUNCIONALIDADES	ORIGEM	RESPONSÁVEL TÉCNICO	RESPONSÁVEL ÁREA DE NEGÓCIO	CRITICIDADE P/ UNIDADE (IMPACTO)
ERP-PROTHEUS / MÓDULO GED E WORKFLOW	Controlar documentos e processos, possibilitando o gerenciamento de diferentes formatos de arquivos, tais como relatórios, imagens, gráficos, vídeos, mantendo-os sempre atualizados com controle de versão e sem duplicidade.	Conta com os recursos visuais e interativos da Internet, promovendo o gerenciamento eletrônico de documentos (GED), a digitalização de documentos, a otimização dos processos de negócio (que podem ser iniciados automaticamente a partir de eventos ocorridos nos Sistemas de Gestão). Permite distribuição de conteúdos e processos com Portais Corporativos, além de auxiliar a Gestão da Qualidade, transformando processos em ativos, reduzindo custos operacionais, agregando inteligência às informações estratégicas.	TOTVS	Leônidas Mayer	Sandra Araújo	Média
ERP-PROTHEUS / MÓDULO DE RELATÓRIO GERENCIAL	O Protheus Report é um aplicativo do Sistema Protheus que permite ao usuário a criação de relatórios personalizáveis de forma prática, desenvolvendo seus próprios layouts.	A criação do relatório é realizada através de seções que serão impressas de uma determinada tabela ou tabelas relacionadas, podendo aplicar filtro para os registros. Seleciona-se em cada seção os campos que constarão no relatório, permitindo definir cores, estilos, tamanho, fontes, quebras, máscaras das células para cada seção, criação de totalizadores por seção e/ou grupos de campos, fórmulas e funções (soma, média, etc.), salvar as configurações e criar gráficos. Ativo em todos os módulos do Protheus. Permite exportar para arquivo texto, Excel e enviar por e-mail.	TOTVS	Áurea Teti	Áurea Teti	Média

SISTEMAS CONTRATADOS	OBJETIVOS	PRINCIPAIS FUNCIONALIDADES	ORIGEM	RESPONSÁVEL TÉCNICO	RESPONSÁVEL ÁREA DE NEGÓCIO	CRITICIDADE P/ UNIDADE (IMPACTO)
ERP-PROTHEUS / MÓDULO DE LIVROS FISCAIS	O módulo de Livros Fiscais permite a emissão dos Livros Fiscais no regime especial via processamento eletrônico de dados, por meio magnético de armazenamento de dados, a partir das Notas Fiscais de Compra (Entradas) e das Notas Fiscais de Saída (Saídas).	Registro de Entradas – Modelos P 1 e P 1A; Registro de Saídas – Modelos P 2 e P 2A; Registro das movimentações do Estoque (Kardex) – Modelo P 3; Registro de Inventário – Modelo P 7; Registro de Notas Fiscais de Serviço Prestados – Modelo 51; Apuração do IPI/ICMS – Modelos P 8 e P 9; Registro de notas Fiscais – Faturas de Serviços Prestados a Terceiros; registro de Emitentes – Modelo P 10; Tabela de Códigos de Mercadorias – Modelo P 11; Demonstrativo do Movimento Econômico e Fiscal – DMEF; Relação Trimestral de Vendas Interestaduais – Modelo P 12; DIPI – Demonstrativo de Imposto sobre Produtos industrializados; DIPJ – declaração Econômica e Fiscal da Pessoa Jurídica; relação Trimestral; retenção ICMS; DIPAM; Registro de Armazéns Gerais; Relatório de Contribuição de Seguridade Social; GI-ICMS; CIAP; DNF- Demonstrativo de Notas Fiscais; Feração de arquivos em disquete para o regime especial; Simplicidade na digitação da Nota Fiscal; Manutenção direta ao livro (Acerto de Livros Fiscais); Recurso de reproprocessamento dos movimentos do período; Integração com a Contabilidade Gerencial.	TOTVS	Áurea Teti	Clóvis Pacheco	Média
ERP-PROTHEUS / MÓDULO DE CONTABILIDADE	O módulo de Contabilidade do Protheus possui integração total com o s demais módulos do Protheus, cujas operações geram lançamentos contábeis (Estoque/Materiais, Faturamento, Financeiro, Ativo Fixo, Compras, entre outros), recebendo, validando e consolidando os dados e gerando os relatórios de controle da área.	Calendário contábil; Moedas; Configurações contábeis; Plano de contas; Visão gerencial; Centro de custos; Item contábil; Classe de valor; Lançamentos de Integração; Rastreia operações que geraram os lançamentos contábeis; Rateios; Consolidação dos lançamentos contábeis; Orçamentos; Intercompany; Apuração do resultado; Consultas; relatórios; Integração com Planilha Excel, entre outras.	TOTVS	Áurea Teti	Áurea Teti	Média

SISTEMAS CONTRATADOS	OBJETIVOS	PRINCIPAIS FUNCIONALIDADES	ORIGEM	RESPONSÁVEL TÉCNICO	RESPONSÁVEL ÁREA DE NEGÓCIO	CRITICIDADE P/ UNIDADE (IMPACTO)
ERP-PROTHEUS / MÓDULO DE PLANEJAMENTO E CONTROLE ORÇAMENTÁRIO	Controlar o orçamento da Empresa, desde as previsões iniciais, as revisões, até a realização dos valores pelos lançamentos, possuindo integração com os módulos de Compras e Financeiro.	Cadastro do Plano de Ação, com dotação distribuída em Pis, Centro de Custo, Contas Contábeis e Fonte; Controle de Pré-empenho, Empenho e Liquidação; Realização de Reforços e Reduções em Pré-empenhos e Empenhos; Cubos Gerenciais; Integração com os módulos de Compras e Financeiro, efetuando o bloqueio de compras além da dotação permitida e vinculação de títulos a empenhos; Geração de relatórios de controle, entre outras.	TOTVS	Áurea Teti	Sara Viegas e Ângela Grangeiro	Média
ERP-PROTHEUS / MÓDULO DE AUDITORIA DO PROTHEUS	O Audit-Trail permite monitorar acessos, inclusões, alterações e exclusões realizadas nas tabelas componentes do banco de dados do Protheus, pelos usuários cadastrados no sistema.	Registro de acesso de usuários ao Sistema; Registro de Inclusão, Alteração e Exclusão em tabelas do Banco Protheus; Gera log; Permite consultas por tabela, usuário, data, etc.(Além desse módulo de auditoria, o sistema possui logs configuráveis em todas as tabelas de registro e de campo).	TOTVS	Écio Nobre	Écio Nobre	Baixa
ERP-PROTHEUS / MÓDULO DE FATURAMENTO	Controlar a receita bruta proveniente da venda de mercadorias e serviços em geral. No caso da STU/REC, este módulo é responsável pelo registro (no Contas a Receber) das GRUs referentes às receitas de TPU/ADU; por emitir as notas de devolução de produtos ao fornecedor e controlar as vendas de sucata.	Emissão de documentos de saída; geração de receita; Controle de Notas diversas; Relacionamento com estoque; Relacionamento com distribuição; Relacionamento com departamento fiscal; Alimentação das estatísticas; Emissão de faturas/duplicatas; Geração de contas a receber; Controle de orçamentos; Emissão de nota fiscal eletrônica; carteira de pedidos; entre outras.	TOTVS	Áurea Teti	Ivan Gonzaga	Média
SBE – SISTEMA DE BILHETAGEM ELETRÔNICA	Controlar a venda dos bilhetes nas estações, seus bloqueios e validadores.	UCA – User Control Administrator – Cadastro e Personalização Comunicação V3LAN UCA – user Card Administrator MRC – Mercury Report Center SCM – Security Credit Manager UDP - Usage Data Process EOD – Equipment Operational Data V3LAN – MONITORAÇÃO - SAM CRASH	PRODATA	Écio Nobre	Rildo Monteiro	Alta

SISTEMAS CONTRATADOS PELA ADM. CENTRAL	OBJETIVOS	FUNCIONALIDADES	ORIGEM	RESPONSÁVEL TÉCNICO	RESPONSÁVEL DA ÁREA DE NEGÓCIO	CRITICIDADE PARA UNIDADE (IMPACTO)
MentoRH	Sistema de Gerenciamento de Recursos humanos.	Gerar Folha de Pagamento da CBTU	OSM	-	Jonathan Costa/GAREH	Alta
SISPRO (Controle de Bens Patrimoniais)	Administração do Patrimônio da Empresa, através do Completo Controle Físico, Contábil e Gerencial dos Bens.	Consultas e Acompanhamento de Bens Patrimoniais da CBTU.	SISPRO	Roberto Carlos	Iran Tavares GEPAT	Alta

OUTROS SISTEMAS	OBJETIVOS	FUNCIONALIDADES	ORIGEM	RESPONSÁVEL TÉCNICO	RESPONSÁVEL DA ÁREA DE NEGÓCIO	CRITICIDADE PARA UNIDADE (IMPACTO)
SIAFI	Sistema integrado de administração financeiro do governo federal.	-	Governo Federal	-	-	-
SIAPE	Sistema integrado de administração de recursos humanos.	-	Governo Federal	-	-	-
SIGESP	Sistema de gestão de pessoas.	-	Governo Federal	-	-	-
SISPRO	Sistema de controle patrimonial.	-	CBTU/AC	-	-	-

SOFTWARE LIVRE	OBJETIVOS	PRINCIPAIS FUNCIONALIDADES	RESPONSÁVEL TÉCNICO	RESPONSÁVEL DA ÁREA DE NEGÓCIO	CRITICIDADE PARA UNIDADE (IMPACTO)
GLPI	Sistema de Abertura de Chamados.	Abertura de chamados e integração com o inventário (OCS)	Marcelo Hazin	Marcelo Hazin	Média
OCS	Sistema de Inventário.	Inventário de hardware e software das estações de trabalho.	Dartson Peixoto	Dartson Peixoto	Baixa
Expresso	Sistema de Webmail.	Gerenciamento de e-mails, contas e listas de envio.	Gustavo Mendes	Gustavo Mendes	Alta
SAMBA 4	Compartilhamento de arquivos na rede.	Compartilhamento de arquivos e pastas.	Marcelo Hazin	Marcelo Hazin	Alta
AMANDA	Sistema de backup de arquivos	Backup em fita magnética.	Ivanilson Cahú	Ivanilson Cahú	Média
BACULA	Sistema de backup de arquivos	Backup em HD para recuperação em tempo mínimo.	Ivanilson Cahú	Ivanilson Cahú	Média
PFSense	Segurança da rede interna	Garantir a segurança na rede interna.	Gustavo Mendes	Gustavo Mendes	Alta

Fonte: STU-REC

Quadro A.4.3.1.D - Principais Sistemas de Informação da STU/NAT em 2016

SISTEMAS PRÓPRIOS	OBJETIVOS	PRINCIPAIS FUNCIONALIDADES	RESPONSÁVEL TÉCNICO	RESPONSÁVEL ÁREA DE NEGÓCIO	CRITICIDADE PARA UNIDADE (IMPACTO)
Carteirinhas	Imprimir cartões de gratuidade	- Gerência de pessoas com gratuidade; - Impressão de carteirinha de gratuidade	Francisco Oliveira	Vítor Alcântara	Média

Fonte: STU-NAT

SOFTWARE LIVRE	OBJETIVOS	PRINCIPAIS FUNCIONALIDADES	RESPONSÁVEL TÉCNICO	RESPONSÁVEL ÁREA DE NEGÓCIO	CRITICIDADE PARA UNIDADE (IMPACTO)
Ta OcoMon (SAC)	Sistema de Abertura de Chamados	- Abertura de chamados para área de Informática; - Disponibilizar a prioridade e fila de chamados para atendimento; - Oferece relatórios qualificando os tipos de chamados;	Vítor Alcântara	André Nakamura	Baixa
GLPI	Sistema para Gestão de Chamados	Gestão de chamados de Tecnologia da Informação e integração com o inventário (OCS)	Vítor Alcântara	André Nakamura	Em desenvolvimento

Fonte: STU-NAT e adaptado por CBTU/AC

OUTROS SISTEMAS	OBJETIVOS	FUNCIONALIDADES	ORIGEM	RESPONSÁVEL TÉCNICO	RESPONSÁVEL DA ÁREA DE NEGÓCIO	CRITICIDADE PARA UNIDADE (IMPACTO)
SISMAT	Sistema de Materiais	Acompanhamento de Entradas e Saídas de Materiais do Almoxarifado	CBTU/AC	Francesco Molinaro	Flávio Petit	Alta

Fonte: STU-NAT e adaptado por CBTU/AC

Quadro A.4.3.1.E - Principais Sistemas de Informação da STU/JOP em 2016

SISTEMA	OBJETIVOS	PRINCIPAIS FUNCIONALIDADES	RESPONSÁVEL TÉCNICO	OPERADOR	CRITICIDADE PARA A UNIDADE (IMPACTO)
GLPI	Gestão de chamados	Gerenciamento de demandas diárias	Erisson S.; Michele P.	COPLA, COMAN, GIPEN	Média
OCS Inventory	Gestão dos hardwares	Gerencia os equipamentos ativos e inativos na rede	Erisson S.; Michele P.	COPLA	Média
Open Fire + Spark	Sistema de mensagens instantâneas	Comunicação interna	Erisson S.; Michele P.	TODOS SETORES	Média
MediaWiki	Gestão do conhecimento	Registro de rotinas para serem consultados por outros funcionários da área	Erisson S.; Michele P.	Em testes	Alta
Servidor de impressões	Controlar as impressões	Conhecer as demandas de impressão de cada setor	Erisson S.; Michele P.	Em testes	Baixa
Bacula	Serviço de backup automático	Evitar perda de informações, espelhando as informações constantemente	Erisson S.; Michele P.	Em testes	Alta

Fonte: STU/JOP.

Quadro A.4.3.1.F - Principais Sistemas de Informação da STU/MAC em 2016

Não possui sistemas de informações próprios e/ou contratados. Os principais sistemas utilizados são fornecidos pela CBTU/AC e pelo Governo Federal, tais como SISAFWEB, SIGGARWEB, MELHORIA, SISPRO, PROTOCOLO WEB, CUSTOS e SISMAT. As demais atividades são realizadas por programas de terceiros, mais especificamente da classe dos “*softwares* de prateleira”, como o Pacote Office da Microsoft, Corel Draw, AutoCad, QI elétrico, TKS, BOffice e Windows 7.

Fonte: STU-MAC e adaptado por CBTU/AC

4.3.2 - Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e o Plano Diretor de Tecnologia da Informação

A Gerência Técnica – Tecnologia da Informação da Administração Central (GETIN/AC/CBTU) se encontra atualmente finalizando o seu Planejamento Estratégico – com abrangência apenas para a Administração Central e o que pode ser também considerado como o PETI para a Administração Central – e o Plano Diretor de TI (PDTI) da CBTU. Esta gestão tem investido esforços em encontros técnicos com seus coordenadores e demais colaboradores, além de interações com as Superintendências Regionais, versando sobre as abordagens que serão empregadas a fim de propor diretrizes estratégicas e planos de ações para mitigar os diversos problemas de TI da empresa. Complementarmente, estas proposições têm como objetivo assegurar que as metas e objetivos da área de TI estejam totalmente vinculados aos objetivos do negócio e às metas da Companhia.

O Escritório de Projetos da CBTU (atualmente Gerência de Gestão Estratégia – GESTE/AC/CBTU), em conjunto com o Comitê Técnico de Planejamento Estratégico Institucional (CTPEI) desta, designou seu Grupo de Elaboração do Plano Diretor de TI (PDTI) e este se encontra finalizando o PDTI da empresa (foi eleito um dos projetos prioritários do Planejamento Estratégico Institucional da Companhia).

Utilizando como auxílio para a construção o “Modelo de Referência de Plano Diretor de Tecnologia da Informação – 2008-2009” da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, finalizou-se a etapa de Preparação do PDTI definindo questões como: a abrangência e o período (quadriênio 2016-2019); a equipe de elaboração; a metodologia de construção; identificação e reunião de documentos de referência; identificação das principais estratégias da Companhia; e elaboração de plano de trabalho;

Depois da Preparação, seguiram-se as fases de Alinhamento e Diagnóstico, nas quais foram levantadas informações sobre os Planos Diretores anteriores e os princípios e as necessidades de TI. A fase de Diagnóstico foi concluída a partir de apresentações e entrevistas com os diversos setores da Companhia.

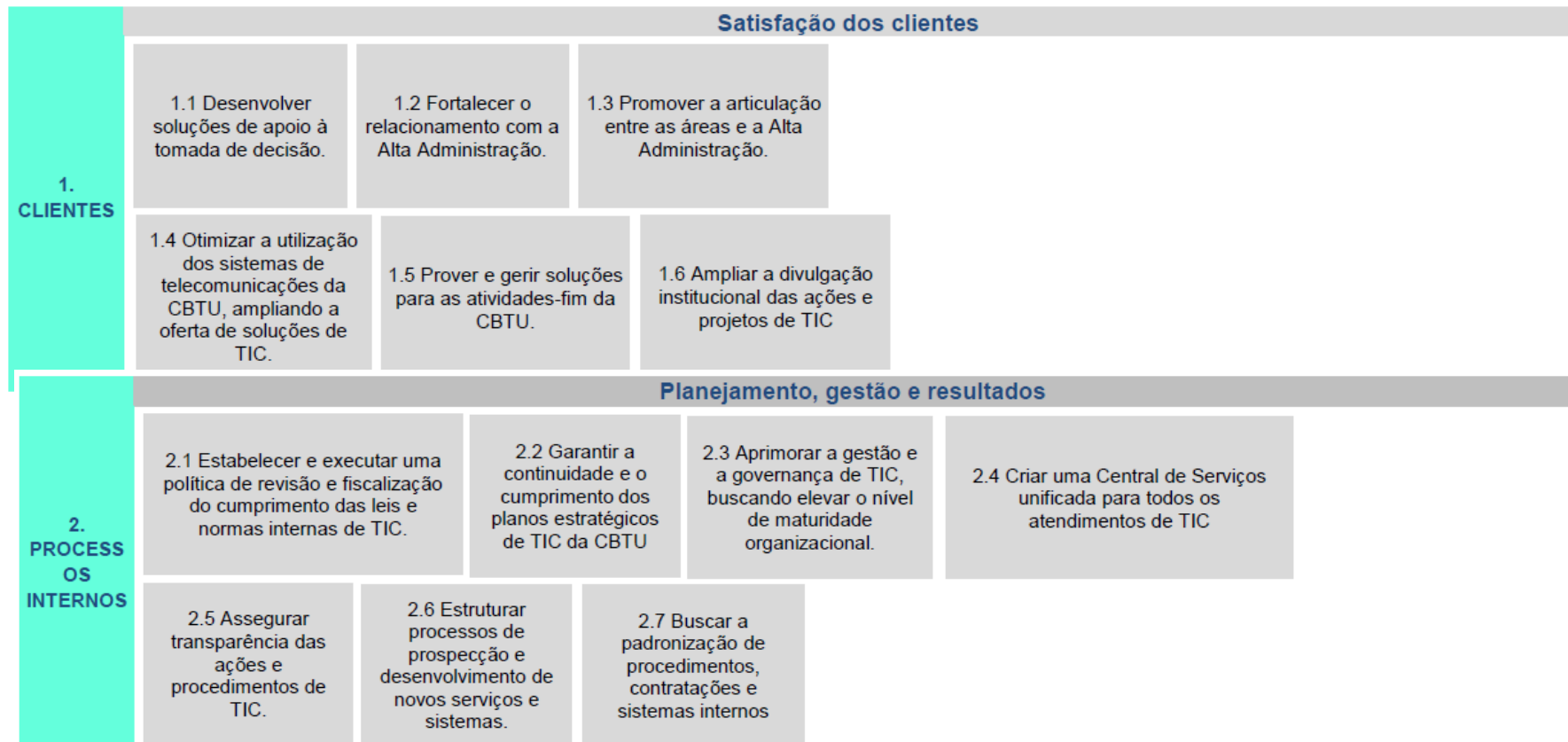
Em junho de 2016, a GETIN/AC estava envolvida nas fases de Planejamento e de Gestão. Foi definido o Mapa Estratégico do PETI (figuras abaixo), os quais também serviram de eixos norteadores para o PDTI, em complementação aos levantamentos realizados nas fases de Alinhamento e Diagnóstico.

Em dezembro de 2016, a equipe de elaboração estava finalizando os planos de ações para cada um dos objetivos estratégicos traçados. A partir disso, seria possível definir os indicadores, metas, responsáveis e prazos para cada plano.

Apesar dos atrasos ocorridos por diversos fatores, a previsão é que PETI e PDTI estejam aptos a serem submetidos para avaliação pelo Comitê de TIC e pela Diretoria Colegiada da CBTU ao final do primeiro semestre de 2017.

Mapa Estratégico GETIN

MISSÃO	<i>Prover soluções efetivas de tecnologia da informação e comunicação, contribuindo para o desenvolvimento da CBTU.</i>
VISÃO	<i>Ser referência em soluções inovadoras, atuando de modo estratégico, padronizado e coeso no planejamento, projetos e implantação dos objetivos da CBTU.</i>





4.3.2.1 – Comitê de TI

Após as primeiras reuniões, por videoconferência, no primeiro trimestre de 2016, representantes da área de TI da Administração Central e das Superintendências Regionais definiram:

- Batizar o grupo de Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicação da CBTU (Comitê de TIC);
- Comitê composto por dois membros de cada Unidade Administrativa (Núcleo de Decisão), complementado por um membro adicional com o papel de coordenador;
- Elaboração de resolução interna à CBTU para reestabelecimento oficial do comitê e contendo suas principais diretrizes;
- Estratégia para apresentação do novo comitê à Diretoria Colegiada da Companhia.

Com isso, após a aprovação na 556ª Reunião Ordinária de Diretoria, o Comitê foi oficialmente reestabelecido pela Resolução de Diretoria Nº 002-2016, em 14 de abril de 2016.

A primeira Reunião Ordinária do Comitê de TIC ocorreu em 05 de maio de 2016. Os principais tópicos abordados foram:

- Proposta de calendário de reuniões 2016 – traçada uma agenda prévia, em obediência as diretrizes da referida resolução de reestabelecimento do comitê;
- Andamentos das Propostas 2017 para os Planos de Ação Orçamentários – tema que já vinha sendo abordado em videoconferências anteriores;
- Além de questões pontuais envolvendo cada Unidade Administrativa.

O planejamento para 2017 é que a primeira reunião presencial aconteça ainda no primeiro trimestre. O objetivo é que possam ser discutidos todos os temas de maior relevância para a Companhia, estabelecendo um maior vínculo entre os membros do Comitê, um maior comprometimento e o fortalecimento na comunicação. Adicionalmente, é esperado que, por meio desse encontro em formato de Fórum, os membros possam discutir os temas com um maior nível de profundidade, chegando ao estabelecimento das Câmaras Técnicas e de planos de ações e metas relacionados ao PDTI da CBTU.

4.3.2.2– Plano de Capacitação do Pessoal de TI

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

CURSO REALIZADO	EMPRESA RESPONSÁVEL	QUANTIDADE DE TREINANDOS	CARGA HORÁRIA POR TREINANDO	CARGA HORÁRIA TOTAL
PALESTRA IMPLANTAÇÃO DO PROJETO PRIORITÁRIO GESTÃO DO CONHECIMENTO	CBTU - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS	3	1	3
SISTEMA CONSULTA DE INSTRUMENTOS CONTRATUAIS	CBTU - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS	7	1	7
CIPA	CBTU - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS	1	20	20
TREINAMENTO PORTAL MENTORH	CBTU - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS	2	3	6
SIAFI OPERACIONAL III	CBTU - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS	1	3	3
SIGAC	CBTU - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS	1	2	2
TBI VI	CBTU - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS	1	2	2
GESTORES DE PLANO DE AÇÃO	CBTU - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS	1	3	3
SEI – SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO	ENAP - ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	1	20	20
SEI – SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO	MINISTÉRIO DAS CIDADES	4	3	12
PALESTRA TÉCNICA PLANO METROPOLITANO – DIAGNÓSTICO VISÃO DE FUTURO	AENFER	1	2	2
Carga Horária Total de Capacitações em 2016:				80

Fonte: CBTU/AC

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE BELO HORIZONTE

Apesar da alta demanda voltada ao desenvolvimento de software, e da previsão para treinamentos voltados a esta área, não houve nenhuma capacitação da equipe de TI, por motivos orçamentários, mas principalmente pela baixa oferta de treinamentos na região de Belo Horizonte.

Fonte: STU-BH

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE RECIFE

CURSO REALIZADO	EMPRESA RESPONSÁVEL	QUANTIDADE DE TREINANDOS	CARGA HORÁRIA POR TREINANDO	CARGA HORÁRIA TOTAL
LINGUAGEM DE PROGRAMAÇÃO ADVPL	TOTVS	14	40h	560
FRONT END DEVELOPER	ACADEMIA JEDI	8	20h	160
PYTHON FUCTURA	FUCTURA LINUX	6	24h	144
GERÊNCIA E CONFIGURAÇÃO DE MUDANÇAS	QUALITI SOFTWARE PROCESSES	5	16h	80
ACADEMIA LINUX IBM	FUCTURA LINUX	4	147h	588
BRIGADA DE EMERGÊNCIA	JN RESGATE	2	30h	60
RECICLAGEM NR-10	INSTRUTORES INTERNOS STUREC	2	16h	32
REMANUFATURA DE CARTUCHOS E TONNERS DE IMPRESSORAS	INFINTY TEC - JP	2	16h	32
PALESTRA MOBILIDADE URBANA	SCHREINER	1	3h	3
COMUNICAÇÃO, RELACIONAMENTO INTERPESSOAL E FEEDBACK	FIEPE	1	16h	16
Carga Horária Total de Capacitações em 2016:				1675

Fonte: STU-REC e adaptado por CBTU/AC

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE NATAL

CURSO REALIZADO	EMPRESA RESPONSÁVEL	QUANTIDADE DE TREINANDOS	CARGA HORÁRIA POR TREINANDO	CARGA HORÁRIA TOTAL
CURSO DE ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA EM TI	R A F ACONSULT EVENTOS EIRELI - ME	4	20	80
CURSO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	R A F ACONSULT EVENTOS EIRELI - ME	2	20	40
PALESTRA MOTIVACIONAL - 365 OPORTUNIDADES	F E M CAVALCANTI ME	4	2	8
PALESTRA EMPREENDEDORISMO – PROGRAMA PRÉ-APOSENTADORIA	SEBRAE – SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	1	1	1
CURSO DE CIPA	SENAI - SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL	1	20	20
Carga Horária Total de Capacitações em 2016:				149

Fonte: STU-NAT e adaptado por CBTU/AC

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE JOÃO PESSOA

CURSO REALIZADO	EMPRESA RESPONSÁVEL	QUANTIDADE DE TREINANDOS	CARGA HORÁRIA POR TREINANDO	CARGA HORÁRIA TOTAL
MANUTENÇÃO DE NOTEBOOK	UNEPI	1	40	40
BACULA	HEITOR FARIA	2	24	48
FURUKAWA	DSBC	2	28	56
ORATÓRIA	SEBRAE	1	16	16
Carga Horária Total de Capacitações em 2016:				160

Fonte: STU-JOP

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE MACEIÓ

Não ocorreram capacitações.

Fonte: STU-MAC

4.3.2.3 - Força de Trabalho

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

ÁREA	FUNÇÃO	CONDIÇÃO	QUANTIDADE
GETIN*	Analista de Gestão	Empregado	6
GETIN	Técnico de Gestão	Empregado	14
GETIN	-	Contratado	1
GETIN	Assistente de Manutenção – Sistemas e Equipamentos Metroferroviários	Empregado	1
GETIN	-	Menor Aprendiz	1
Diversas	Analista de Gestão	Empregado	3
Diversas	Técnico de Gestão	Empregado	11
Quantidade Total:			37

* GETIN: Gerência Técnica – Tecnologia da Informação

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE BELO HORIZONTE

ÁREA	FUNÇÃO	CONDIÇÃO	QUANTIDADE
COINF	Programador	Empregado	1
COINF	Analista de Sistemas	Empregado	1
COINF	Administrativo	Empregado	3
COINF	Técnico de Informática	Empregado	1
COINF	-	Estagiário	2
Quantidade Total:			8

* COIOM: Coordenação Operacional – Informática, Organiz. & Métodos

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE RECIFE

ÁREA	FUNÇÃO	CONDIÇÃO	QUANTIDADE
COIOM*	Coordenadora	Empregado	1
COIOM	Analista de Gestão	Empregado	3
COIOM	Engenheiro	Empregado	1
COIOM	Técnico de Gestão	Empregado	17
COIOM	Assistente Administrativo	Empregado	1
COIOM	-	Estagiário	4
COIOM	-	Menor Aprendiz	1
Quantidade Total:			28

* COIOM: Coordenação Operacional – Informática, Organiz. & Métodos

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE NATAL

ÁREA	FUNÇÃO	CONDIÇÃO	QUANTIDADE
COPLA*	Analista de Gestão	Empregado	3
COPLA	Técnico de Gestão	Empregado	2
COPLA	-	Estagiário	1
Quantidade Total:			6

* COPLA: Coordenação Operacional – Planejamento

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE JOÃO PESSOA

ÁREA	FUNÇÃO	CONDIÇÃO	QUANTIDADE
COPLA*	Técnico de Gestão	Empregado	2
COPLA	-	Menor Aprendiz	1
Quantidade Total:			3

* COPLA: Coordenação Operacional – Planejamento

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE MACEIÓ

ÁREA	FUNÇÃO	CONDIÇÃO	QUANTIDADE
COPLA*	Coordenador	Contratado	1
COPLA	Técnico de Gestão	Empregado	2
COPLA	-	Estagiário	2
Quantidade Total:			5

* COPLA: Coordenação Operacional – Planejamento

4.3.2.4 – Processo de Gerenciamento de Serviços de TI

4.3.2.4.1 – TELECOMUNICAÇÕES

No primeiro mês de 2016, foi consolidada a migração dos circuitos de dados para a infraestrutura de telecomunicações da Companhia. O serviço é referente ao Contrato nº 002/2015-DA (prorrogado em 2016, com nova vigência em 25/06/2017), proveniente do Pregão Eletrônico nº 010-2015/GALIC-AC/CBTU e Processo Administrativo nº PROT. 16859/2014. A tabela abaixo apresenta os circuitos contratados e as velocidades antigas e novas.

EMPRESA	TIPO	CIRCUITO	VELOCIDADE ANTERIOR (kbps)	NOVA VELOCIDADE CONTRATADA (kbps)	SITUAÇÃO 2016
CLARO/EMBRATEL	INTERNET	Rio de Janeiro – Internet	12000	34000	Ativo
CLARO/EMBRATEL	MPLS	Rio de Janeiro – Rio de Janeiro	8000	34000	Ativo

CLARO/EMBRATEL	MPLS	Recife – Rio de Janeiro	2000	6000	Ativo
CLARO/EMBRATEL	MPLS	Belo Horizonte – Rio de Janeiro	2000	6000	Ativo
CLARO/EMBRATEL	MPLS	Maceió – Rio de Janeiro	2000	6000	Ativo
CLARO/EMBRATEL	MPLS	Natal – Rio de Janeiro	2000	6000	Ativo
CLARO/EMBRATEL	MPLS	João Pessoa – Rio de Janeiro	2000	6000	Ativo
CLARO/EMBRATEL	MPLS	Cabedelo – João Pessoa	512	2000	Ativo
CLARO/EMBRATEL	MPLS	São Paulo – Rio de Janeiro	128	2000	Cancelado

4.3.2.4.2 – PARQUE COMPUTACIONAL

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

HARDWARE	QUANTIDADE
<i>Switch*</i>	50
Controlador <i>Wi-Fi</i>	1
<i>Access Point</i>	12
<i>Appliance de Firewall</i>	2
Servidor Físico	26
<i>Storage**</i>	2
Estação de Trabalho (<i>Desktop</i>)***	487
<i>Notebook</i>	36
Impressora****	167
<i>Nobreak*****</i>	2

* 31 switches ativos

** 52 TB de armazenamento

*** 415 ativos e 72 adquiridos em dezembro

**** 18 impressoras de médio e grande portes alugadas

***** 1 de 5 kVA e 1 de 30 kVA

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE BELO HORIZONTE

HARDWARE	QUANTIDADE
<i>Switch</i>	35
<i>Rack OTN de intercomunicação de fibra óptica</i>	26
<i>Access Point</i>	3
Roteador	2
Servidor Físico	18

<i>Storage</i>	3
Estação de Trabalho (<i>Desktop</i>)	646
<i>Notebook</i>	14
<i>Tablet</i>	8
Impressora	72

* 5 impressoras alugadas

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE RECIFE

HARDWARE	QUANTIDADE
<i>Switch</i> *	80
Roteador	55
<i>Access Point</i>	16
<i>Appliance de Firewall</i>	3
Servidor Físico	26
<i>Storage</i> **	4
Estação de Trabalho (<i>Desktop</i>) – Administrativo	550
Estação de Trabalho (<i>Desktop</i>) – Operacional	140
<i>Notebook</i>	67
Impressora***	114
<i>Plotter</i>	4
<i>Scanner</i> ****	10

* 50 Administrativos e 30 da Bilhetagem Eletrônica

** 31.6 TB brutos de armazenamento

*** 52 *lasers*, 30 matriciais e 32 jatos de tinta (todas pertencem ao patrimônio da STU-REC)

**** 03 de grande porte

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE NATAL

HARDWARE	QUANTIDADE
<i>Switch</i>	2
Servidor Físico	3
Estação de Trabalho (<i>Desktop</i>)	132
<i>Notebook</i>	3
<i>Nobreak</i>	33
Estabilizador	102
Impressora	27
<i>Scanner</i>	4
Telefone/Fax	56

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE JOÃO PESSOA

HARDWARE	QUANTIDADE
<i>Switch</i>	18

<i>Access Point</i>	10
Telefone IP	8
Servidor Físico	4
Conversor de mídia	12
Estação de Trabalho (<i>Desktop</i>)	130
<i>Notebook</i>	25
<i>Tablet</i>	5
Impressora*	12
<i>Plotter</i>	2
<i>Scanner</i>	8

* 5 impressoras alugadas

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE MACEIÓ

HARDWARE	QUANTIDADE
<i>Switch</i>	14
Servidor Físico	1
Estação de Trabalho (<i>Desktop</i>)	85
<i>Notebook</i>	10
Impressora*	27

* 5 impressoras de médio e grande porte alugadas

CONTRATOS NA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EM 2016

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

Nº DO CONTRATO	OBJETO	VIGÊNCIA	FORNECEDOR CNPJ	FORNECEDOR DENOMINAÇÃO	CUSTO EM R\$	VALORES DESEMBOLSADOS 2016 EM R\$
002/2015-DA	Link de INTERNET e MPLS	26/07/2015 a 25/07/2017	40.432.544/0001-47	CLARO S/A	1.358.747,14	642.381,01
002/2014-DA	Monitoramento de infraestrutura	14/01/2014 a 14/01/2017	31.512.320/0001-54	MDN – INTERNET e SERVIÇOS	556.738,68	179.173,48
017/2013-DA	Garantia do servidor e lâminas Blade	19/11/2013 a 18/11/2017	32.578.387/0001-54	UNITECH-RIO COMÉRCIO E SERVIÇOS	300.429,24	76.635,24
014/2015-DA	Manutenção Sistema Folha Pagamento (MENTORH)	28/12/2015 a 27/12/2017	88.633.680/0002-02	OSM	859.378,28	395.066,54
018/2012-DA	Manutenção Sistema Patrimônio (SISPRO)	30/09/2014 a 30/09/2017	87.252.045/0001-31	SISPRO	84.036,00	16.807,20
002/2015-GEINF	Consultoria JOOMLA	06/11/2015 a 05/11/2016	10.250.701/0001-32	ESTÚDIO SITE INFORMÁTICA LTDA-ME	15.990,00	15.990,00
001/2015-GEINF	Consultoria SCRIPTCASE	12/11/2015 a 11/11/2016	04.525.013/0001-35	WEBKEY SOLUÇÕES INTERNET LTDA-ME	13.200,00	4.070,00
006/2015-DA	Locação de Impressoras	03/07/2015 a 03/07/2017	04.530.781/0001-87	ZIULEO COPY COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	2.858.352,00	373.867,79
010/2016-DP	Licenciamento e suporte técnico VMware	30/12/2016 a 29/12/2017	10.646.995/0001-16	ARROW ECS BRASIL DISTRIBUIDORA	212.271,22	212.271,22
008/2016-DP	Fornecimento de 72 Computadores DELL OPTIPLEX 7040SFF (Windows, Office e garantia de 60 meses)	30/12/2016 a 28/02/2017	03.263.975/0001-09	SYSTECH SISTEMAS E TECNOLOGIA EM INFORMÁTICA LTDA	359.280,00	359.280,00
007/2016-DP	Fornecimento de 02 Servidores DELL POWEREDGE BLADE M630	30/12/2016 a 28/02/2017	94.316.916/0003-60	LTA-RH INFORMÁTICA, COMÉRCIO, REPRESENTAÇÕES LTDA	100.000,00	100.000,00
020/2016-DP	Fornecimento de 03 Projetores Multimídia Epson Powerlite X29	30/12/2016 a 28/02/2017	02.213.325/0001-88	PLUGNET COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA	8.880,00	8.880,00
005/2016-DP	Prestação de serviços de Entroncamento Digital entre STFC e Central Telefônica	22/08/2016 a 21/08/2017	40.432.544/0001-47	CLARO S/A	302.420,00	38.609,88
008/2014-DA	Manutenção da Central Telefônica SIEMENS HIPATH 4000	16/06/2014 a 15/06/2017	11.111.383/0001-91	A.A. BELO FILHO M.E.	54.599,40	18.199,80

007/2012-DA	Prestação de serviços de Telefonia Móvel para Voz, Acesso à Internet e E-mail Sincronizados	12/04/2012 a 10/04/2017	40.432.544/0001-47	CLARO S/A	549.393,05	50.596,13
-------------	---	-------------------------	--------------------	-----------	------------	-----------

A tabela a seguir trata do resumo de outras aquisições de Tecnologia da Informação realizadas pela Administração Central.

ITEM	OBJETO	VIGÊNCIA	FORNECEDOR CNPJ	FORNECEDOR DENOMINAÇÃO	CUSTO EM R\$
1	40 placas-mãe <i>socket</i> LGA 1150	30/12/2016 a 30/01/2017	10.335.363/0001-31	PUHL INFORMATICA LTDA ME	8.760,00
2	30 processadores <i>socket</i> LGA 1150	30/12/2016 a 30/01/2017	10.335.363/0001-31	PUHL INFORMATICA LTDA ME	18.000,00
3	Atualização de 06 licenças do <i>software</i> Scriptcase (versão 8.1 ou superior)	30/12/2016 a 29/12/2017	04.095.869/0001-18	NETMAKE SOLUCOES EM INFORMATICA LTDA	19.800,00
4	Suporte técnico categoria "Ouro" para <i>software</i> Scriptcase (versão 8.1 ou superior)	30/12/2016 a 29/12/2017	04.095.869/0001-18	NETMAKE SOLUCOES EM INFORMATICA LTDA	2.760,00
5	100 discos rígidos para <i>desktop</i> com capacidade de 01TB	30/12/2016 a 30/01/2017	10.335.363/0001-31	PUHL INFORMATICA LTDA ME	24.799,00
7	100 mouses ópticos com <i>scroll</i> 03 botões 800 DPI	30/12/2016 a 30/01/2017	10.335.363/0001-31	PUHL INFORMATICA LTDA ME	601,00
8	60 fontes de alimentação ATX 500 W	30/12/2016 a 30/01/2017	10.335.363/0001-31	PUHL INFORMATICA LTDA ME	6.822,00
7	145 Monitores LED 21.5 polegadas	30/12/2016 a 30/01/2017	22.086.683/0003-46	HP BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA	100.050,00
8	Atualização de 20 licenças do <i>software</i> ZWCAD (versão 2017)	30/12/2016 a 30/01/2017	08.175.591/0001-40	TOTALCAD COMÉRCIO E SERVIÇOS EM INFORMÁTICA	13.920,00
9	51 Memórias RAM 4GB DDR3	30/12/2016 a 30/01/2017	04.567.265/0001-27	SCORPION INFORMÁTICA LTDA	5.930,79
10	10 Gravadores de DVD Externos	30/12/2016 a 30/01/2017	04.567.265/0001-27	SCORPION INFORMÁTICA LTDA	1.509,80
11	03 Licenças do <i>software</i> ARPO <i>Modeler</i> Monousuário, manutenção e suporte para o <i>software</i> pelo período de 12 meses	27/12/2016 a 27/12/2017	06.293.467/0001-53	KLUG DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA	15.900,00
13	01 Licença de <i>software</i> para gestão de notas fiscais eletrônicas	08/12/2016 a 08/12/2017	20.947.407/0001-38	SIEG SOLUÇÕES INTELIGENTES LTDA EPP	4.500,00
14	Suporte e manutenção de <i>software</i> para gestão de notas fiscais eletrônicas	08/12/2016 a 08/12/2017	20.947.407/0001-38	SIEG SOLUÇÕES INTELIGENTES LTDA EPP	9.600,00

Fonte: CBTU/AC

SUPERINTENDÊNCIA DE BELO HORIZONTE

Nº do Contrato	Objeto	Vigência	Fornecedores		Custo	Valores Desembolsados 2016
			CNPJ	Denominação		
006/14	Prestação de serviços de disponibilização de link de acesso a internet com IP fixo.	03/2014 a 08/2016	07.295.419/0001-67	LUP TELECOMUNICAÇÕES	R\$ 15.573,00	R\$ 4.833,00
019/16	Prestação de serviços de disponibilização de link de acesso a internet com IP fixo.	08/2016 a 08/2017	07.295.419/0001-67	LUP TELECOMUNICAÇÕES	R\$ 12.888,00	R\$ 3.222,00
038/14	Contratação de serviços de informática de análise de processo ERP TOTVS/Datasul, EMS 2.06, EMS 5.06, BI, ECM, Totvs 11 e Progress, compreendendo a execução dos serviços de Migração para TOTVS 11, horas técnicas e ações para melhoria de processos, conforme especificações do ANEXO II.	10/2014 A 10/2016	08.346.641/0001-04	DOIT CONSULTORIA LTDA	R\$ 301.000,00	R\$ 22.360,25
022/15	Contratação de suporte técnico especializado para apoiar a equipe interna na manutenção adequada e segura do funcionamento da estrutura dos servidores da rede da CBTU/STU-BH.	10/2015 A 10/2016	08.850.978/0001-54	CITIS SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA	R\$ 14.400,00	R\$ 10.800,00
033/13	Contratação de serviço de impressão de documentos para a STU/BH, pelo período de 12 meses com assistência técnica e manutenção corretiva, preventiva e especializada, reposição de peças e insumos (exceto papel), de acordo com as especificações e demais detalhes consignados do Termo de Referência - Anexo II	12/2013 a 12/2017	25.809.195/0001-46	TECNOSYS INFORMÁTICA LTDA	R\$ 151.070,56	R\$ 38.249,28
013/14	Prestação de serviço de suporte e cessão de direitos de uso de software EMS TOTVS, conforme termo de referência - anexo I	06/2014 A 06/2017	53.113.791/0001-22	TOTVS S.A.	R\$ 922.143,21	R\$ 283.541,84

SUPERINTENDÊNCIA DE RECIFE

Nº do Contrato	Objeto	Vigência	Fornecedores		Custo R\$	Valores Desembolsados 2016 R\$
			CNPJ	Denominação		
035/2015	Prestação de serviços de IP dedicado e exclusivo a INTERNET de 20Mbps.	28/08/2017 1º TERMO ADITIVO	03.423.730/0001-93	SMART TELECOMUNICAÇÕES	30.000,00	30.000,00
011/2015	Prestação de serviço especializado em gerenciamento, segurança e configuração em servidores com sistema operacional Windows e Linux.	18/05/2017 1º TERMO ADITIVO	13.662.758/0001-37	INFORVIA CONSULTORIA EM INFORMÁTICA LTDA - ME	73.299,96	73.299,96
021/2015	Serviço de manutenção preventiva/corretiva em 43 impressoras Brothers	31/07/2016 FINALIZADO	03.743.073/0001-61	TECSUPRI – MÁQUINAS E SERVIÇOS LTDA	72.000,00	42.000,00
044/2011	Atualização tecnológica e suporte técnico de em 6 licenças de uso do software Scriptcase.	31/12/2016 4º TERMO ADITIVO (ÚLTIMO)	04.095.869/0001-18	NETMAKE SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA.	13.200,00	15.344,33
083/2015	Suporte DBA para banco de dados ORACLE	22/12/2017 1º TERMO ADITIVO	05.050.074/0001-56	ILEGRA – IMMEDIATE CONSULTORIA E SISTEMAS LTDA	39.600,00	36.300,00
082/2015	Atualização de licenças de software e suporte ao banco de dados Oracle versão 11g.	23/12/2016	59.456.277/0001-76	ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA	104.398,08	95.698,84
003/2016	Suporte e assistência técnica de hardware	11/01/2017	61.797.924/0002-36	HP DO BRASIL	96.293,88	88.296,39
009/2016	Manutenção das licenças de uso do sistema de gestão Protheus	25/02/2017	53.113.791/0001-22	TOTVS S.A	441.844,56	368.203,80
022/2016	Suporte a operação de sistema automático de bilhetagem eletrônica e manutenção do software SABE Prodata	24/08/2016	05.535.694/0001-85	PRODATA	333.943,20	139.143,00

SUPERINTENDÊNCIA DE NATAL

Nº DO CONTRATO	OBJETO	VIGÊNCIA	FORNECEDORES		CUSTO EM R\$	VALORES DESEMBOLSADOS 2016 EM R\$
			CNPJ	DENOMINAÇÃO		
NAT-ADS-0009/2016-NAT	Prestação de serviços especializados em recarga de cartucho de <i>tonner</i> para uso nas impressoras.	14/06/2016 a 13/06/2017	02.737.691/0001-36	A. B. COMPUTAÇÃO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA	15.630,00	-
NAT-NE-0728/2015-NAT	Fornecimento de link para acesso à internet e pontos de TV a cabo	04/12/2015 a 03/12/2016	03.420.926/0001-24	GLOBAL VILLAGE TELECOM S.A.	10.070,40	9.914,92

Fonte: STU-NAT

SUPERINTENDÊNCIA DE JOÃO PESSOA

Nº DO CONTRATO	OBJETO	VIGÊNCIA	FORNECEDORES		CUSTO EM R\$	VALORES DESEMBOLSADOS 2016 EM R\$
			CNPJ	DENOMINAÇÃO		
003/2015/STU-JOP/ CBTU	Aquisição de equipamentos e serviços de telefonia móvel com fornecimento de aparelhos celulares digitais em regime de comodato.	23/07/2015 a 23/07/2016	02.558.157/0001-62	TELEFÔNICA BRASIL S.A.	15.978,00	2.726,71
001/2015/STU-JOP/ CBTU	Serviço de copiadora – fornecimento de solução de impressão com acesso a via rede.	02/03/2015 a 01/03/2017	40.938.508/001-50	MAQ-LAREM MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA	15.984,00	8.640,00

Fonte: STU-JOP e adaptado por CBTU/AC

SUPERINTENDÊNCIA DE MACEIÓ

Nº DO CONTRATO	OBJETO	VIGÊNCIA	FORNECEDORES	VLR INICIAL (R\$)	VLR MENSAL (R\$)	VLR GLOBAL (R\$)	VLR TOTAL (R\$)
009/2013	Manutenção Preventiva e Corretiva de Computadores.	27/06/2013 a 27/06/2017	VÓRTICE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA-ME – CNPJ: 08.646.817/0001-43	32.797,00	3.266,62	39.199,45	137.590,45
010/2015	Contratação de empresa especializada em locação de Máquinas Fotocopiadoras	19/08/2015 a 19/08/2017	BRAZLINK COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA 07.932.161/0001-62	7.440,00	620,00	7.440,00	14.880,00
0017/2015	Serviços de Impressão Gráfica e Computadorizada em Geral	28/10/2015 a 28/10/2016	MAIS CÓPIAS LTDA-ME	53.040,00	4.420,00	53.040,10	53.040,10
0018/2015	Serviço de Recargas de Cartuchos Pretos e Coloridos	16/11/2015 a 16/11/2017	MARIA DAS NEVES GALDINO	15.998,40	1.438,17	17.258,09	33.256,49

Fonte: STU-MAC e adaptado por CBTU/AC

4.3.3 – Ações Relacionadas à Recuperação e Modernização dos Sistemas

Este subitem do Relatório de Gestão – “Ações Relacionadas à Recuperação e Modernização dos Sistemas”, dentro do item Gestão da Tecnologia da Informação, no capítulo ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO não se refere, no caso da CBTU, a sistemas informatizados ou de tecnologia da informação, e sim, a recuperação e modernização de seus sistemas metroferroviários.

No exercício de 2015, o Relatório de Gestão da CBTU apresentou, apenas para cumprir o atendimento ao item, uma tabela com os valores da proposta orçamentária da CBTU, apresentada em 2014 ao MCidades, os valores do PLOA 2015, os valores da LOA 2015, incluindo todas as alterações ocorridas no exercício, o limite orçamentário para movimentação e empenho disponibilizado, os empenhos realizados e o saldo, ao final do exercício, para cada uma das ações de resultado primário 3 (PAC) e 2 (não PAC).

As realizações de cada uma dessas ações, no exercício de 2015, foram descritas no item 6.3.3 do Relatório de Gestão, que tratou dos Macroprocessos Finalísticos.

As instruções para elaboração do Relatório de Gestão de 2016 novamente incluíram este subitem na estrutura do documento. Mantendo a coerência com o exercício de 2015, as ações de recuperação e modernização dos sistemas estão detalhadas no capítulo 1.6 – MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS deste relatório.

Solicitamos a reavaliação da permanência deste item, para que não venha a ser considerado na estrutura do Relatório de Gestão de 2017.

FONTE: GAPLO/DP

4.4 – Gestão Ambiental e Sustentabilidade

4.4.1 – Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras

a) Visão geral da política de sustentabilidade ambiental adotada pela unidade:

A CBTU ainda não tem uma política nacional de sustentabilidade ambiental definida. Há os Procedimentos Ambientais 01 a 17 (RDA nº 501 a 517/2013), que definem conceitos e metodologias sobre a gestão de resíduos e contratações sustentáveis.

No caso da superintendência de Recife, estabeleceu-se, em 25/02/2016, por meio da Resolução 116/2016, sua Política de Gestão Integrada de Qualidade, Segurança do Trabalho, Meio Ambiente, Saúde Ocupacional e Responsabilidade Social, proposta pelo Grupo de Trabalho constituído pela Resolução RRE 210/2015 e adequada à norma ISO 14.001.

b) Se a unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P):

Ainda não participa.

c) Se na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto 5.940/2006:

Na Administração Central (AC) e nas superintendências de trens urbanos de João Pessoa, Natal, Belo Horizonte e Maceió, ocorre a separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto 5.940/2006. Na superintendência de Recife, há a separação dos resíduos recicláveis descartados, mas ainda não ocorre a sua destinação a cooperativas de catadores. A previsão é de que esse processo seja iniciado entre 2017 e 2019.

d) Se as contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto 7.746/2012 ou norma equivalente:

De maneira geral, as unidades da CBTU estão em processo de adequação à referida legislação, e ao Procedimento Ambiental nº08-N Licitação e Contratação Sustentável, publicado através da RDA nº508-2013 de 25/11/2013.

Na tentativa de atender à legislação ambiental, por exemplo, na superintendência de Recife, quando há contratação de serviços prestados por empresas que são consideradas potencialmente poluidoras de acordo com a Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997, são solicitados: Cadastro Técnico Federal junto ao IBAMA; Licença de Operação junto ao órgão ambiental competente; autorizações e alvarás específicos para a atividade desempenhada. Na aquisição de produtos químicos, é solicitada a documentação (FISPQ) do produto, como forma de conhecimento de seus impactos ambientais associados.

Outro exemplo é o caso da superintendência de Maceió, onde há ações como:

- Exigência de cadastro técnico federal no IBAMA regularizado em aquisições e contratações;
- Descredenciamento de empresas para prestação de serviço que possuam irregularidades no licenciamento ambiental;

- Exigência da atuação e colaboração das empresas contratadas na gestão de resíduos (separação do material reciclável, descarte nos locais adequados);
- Preferência por fornecedores que efetuem logística reversa (óleos lubrificantes, lâmpadas fluorescentes, pilhas e baterias);
- Projetos básicos e executivos com reaproveitamento de água de chuva e energia solar (ex: Estação Jaraguá);
- Exigência de que as empresas contratadas realizem sua própria gestão de resíduos quando esta geração estiver intrinsecamente ligada ao seu serviço (ex: manutenção predial, empreiteiras);
- Preferência por fornecedores locais;
- Exigência de selo FSC na aquisição de papel;
- Exigência de selo PROCEL na compra de eletrodomésticos e eletrônicos com elevado consumo de energia (ex: geladeira, TV, refrigerador, ar condicionado).

e) Se a unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/20 12:

Ainda não possui.

f) Análise crítica da atuação da unidade quanto ao tema:

A CBTU ainda não tem um Sistema de Gestão Ambiental (SGA) estruturado, mas vem, desde 2013, realizando ações que fazem parte do processo da estruturação deste Sistema. Um dos grandes obstáculos ao desenvolvimento de um SGA sólido é a falta de profissionais especializados. A escassez de recursos humanos e financeiros impõe o estabelecimento de prazos extremamente longos para ações simples.

Além disso, em muitas situações, a oferta do mercado de serviços e produtos local não consegue suprir as exigências ambientais, sendo este um entrave que muita vezes precisa ser ponderado, em especial nos processos oriundos do setor operacional (manutenção e operação de veículos). Há também uma lacuna que deve ser preenchida com treinamentos voltados aos setores de obras, compras, jurídico e operação, que frequentemente necessitam realizar aquisições e contratações, em que devem ser elucidadas boas práticas relacionadas ao meio ambiente e também o conhecimento de alternativas a métodos de execução de serviços e produtos disponíveis.

Breve histórico

Em 2013, a CBTU implantou e estruturou o Sistema de Gestão de Resíduos – SGR, composto de Comitê Nacional e Comitês Regionais, em todas as suas unidades administrativas.

No final de 2013, foram desenvolvidos e aprovados 17 Procedimentos Ambientais – PA, de âmbito nacional. São instrumentos normativos e de informação e registro para a condução do Sistema de Gestão de Resíduos da CBTU.

Em 2014, foi realizado o Programa de Treinamento Nacional, Capacitação e Desenvolvimento dos Planos de Gerenciamento de Resíduos, em todas as Unidades Administrativas da CBTU, com carga horária de 24h, para cerca de 110 empregados.

Nesse mesmo ano, iniciou-se a elaboração dos Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Recicláveis – PGRS em todas as unidades da CBTU. Porém, algumas unidades não conseguiram finalizar o Plano rapidamente, devido à falta de pessoal devidamente capacitado e habilitado.

Ainda em 2014, também foi iniciada a implantação da Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos na CBTU, atendendo ao Decreto 5.940/2006. Atualmente, a Administração Central e todas as cinco Superintendências de Trens Urbanos (João Pessoa, Natal, Belo Horizonte, Maceió e Recife) já realizam a Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos.

No final de 2014, houve a determinação, por meio de resolução do Diretor-Presidente, de que os Termos de Referência para licitação de serviços de limpeza, conservação e higienização, assim como seus respectivos contratos, tenham cláusulas considerando a legislação ambiental vigente – federal, estadual e municipal (da localidade da unidade administrativa da CBTU).

Em 2015, com a admissão, por meio de concurso público, de alguns poucos engenheiros ambientais – para as unidades de Recife, João Pessoa, Natal e Maceió – e outros profissionais interessados na área ambiental, quase todos os Comitês foram reformulados, à exceção do de Belo Horizonte, que não recebeu concursados. Atualmente, a Administração Central e a superintendência de BH promovem ações isoladas, porém, para uma efetiva implantação de um Sistema de Gestão Ambiental, é extremamente necessária a contratação de profissionais da área ou consultoria permanente para dar apoio e executar as medidas junto à CBTU.

Em dezembro de 2016, foi produzido o primeiro Plano de Ação do Comitê Nacional do Sistema de Gestão de Resíduos e do Comitê Regional da AC, que está aguardando aprovação das Diretorias. Nele, foram elencadas todas as atividades (com ou sem custos) planejadas para o ano de 2017, no âmbito de suas respectivas competências.

Além das ações acima explicitadas, as unidades da CBTU realizam também, sempre que possível, atividades de educação ambiental junto aos empregados, como a Semana do Meio Ambiente em conjunto com a Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho (SIPATMA). Dessa forma, apesar de os Comitês serem, em tese, de Gestão de Resíduos, eles acabam se envolvendo em diversos outros assuntos de interesse ambiental.

FONTE: COMITÊ NACIONAL DO SISTEMA DE GESTÃO DE RESÍDUOS

5. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.

5.1 - Canais de Acesso do Cidadão

O Serviço de Informação ao Cidadão – SIC foi implementado na CBTU em 16 de Maio de 2012, com base no disposto na Lei de Acesso à Informação, nº 12.527. O acesso por parte do cidadão às informações produzidas pela CBTU contribui para aumentar a eficiência do Poder Público, diminuir a corrupção a medida que eleva a participação social no controle dos gastos e investimentos públicos.

O serviço prestado através do SIC é um direito do cidadão e um dever do Estado, portanto a CBTU segue a orientação dos órgãos de controle do poder público no sentido de tratar todas as informações produzidas e custodiadas no âmbito da companhia como sendo públicas, portanto o acesso a qualquer cidadão é livre, ressalvadas as hipóteses de sigilo legalmente previstas.

Tendo isto em vista, nota-se que esse canal de comunicação com o cidadão possui objetivos claros e bem definidos, diferenciando-se dos demais canais de comunicação (não são pedidos de informação: denúncias, desabafos, reclamações e elogios).

O atendimento é disponibilizado de forma presencial em cada uma das unidades e através da internet de forma centralizada pela Administração Central, localizada no Rio de Janeiro. O canal utilizado para atender ao público pela internet é desenvolvido e mantido pelo CGU, sendo seu objetivo organizar e facilitar o procedimento de acesso à informação tanto para o cidadão quanto para a Administração Pública. Até mesmo os pedidos que forem feitos pessoalmente por meio dos SICs (Serviços de Informação ao Cidadão), instalados fisicamente em todos os locais onde a CBTU atua ou possui representantes, devem ser registrados no sistema.

O e-SIC permite que qualquer pessoa - física ou jurídica - encaminhe pedidos de acesso à informação para órgãos e entidades do Poder Executivo Federal. Por meio do sistema, além de fazer o pedido, é possível acompanhar o cumprimento do prazo de resposta; consultar as respostas recebidas; entrar com recursos; apresentar reclamações; entre outras ações.

Informações complementares

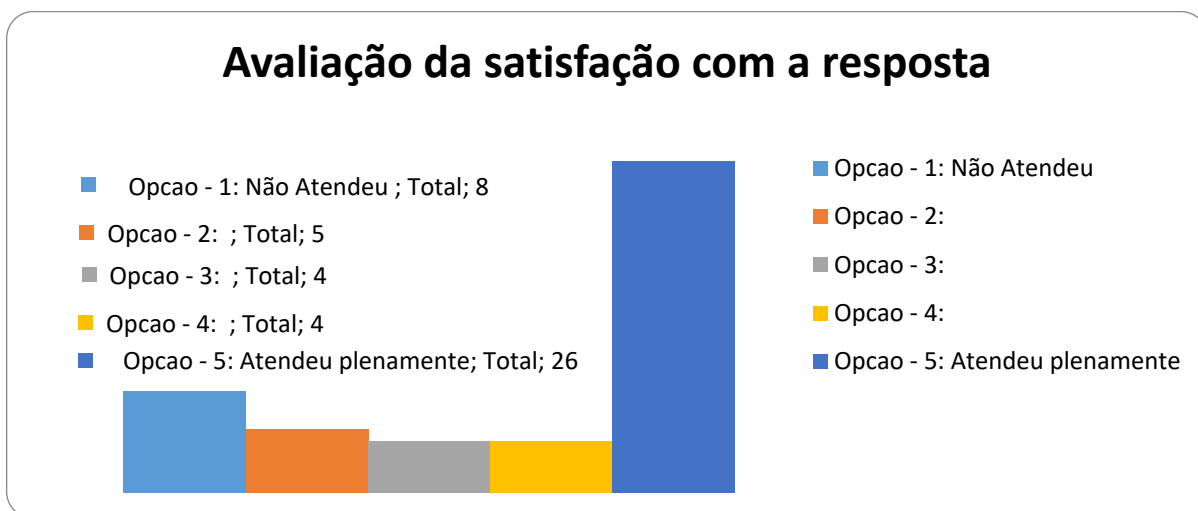
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

Os quadros e gráficos abaixo representam a consolidação de todos os atendimentos feitos no ano de 2016 através do E-SIC:

Quadro A.5.1 – Pedidos de Informações x Recursos apresentados

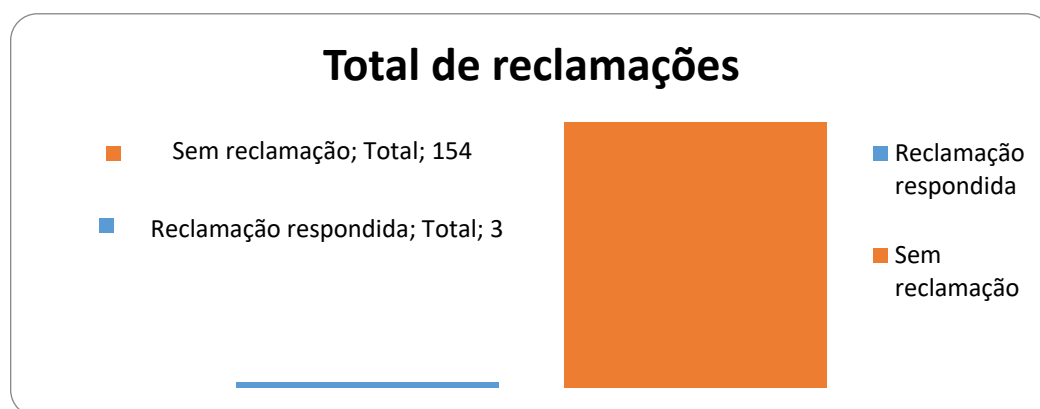
Quantidade total de pedidos	157
Pedidos que não apresentaram recursos	144
Recursos dirigidos à Autoridade de monitoramento da LAI (1ª Instância)	13
Recursos dirigidos ao Presidente da empresa (2ª Instância)	1
Recursos dirigidos à CGU (3ª Instância)	1
Recursos dirigidos à CMRI	0

Gráfico - Pesquisa de satisfação



Dos solicitantes, 47(quarenta e sete) participaram da pesquisa de satisfação. As notas foram dadas numa escala de 1 a 5, onde o 1 significa que não atendeu e o 5 significa atendeu plenamente. A média das avaliações foi de 4,51.

Gráfico – Ocorrência de reclamações



Dos cento e cinquenta e sete pedidos feitos, apenas três foram alvos de algum tipo de reclamação, número que represente menos de 2% do total.

O prazo médio para resposta foi de 9,25 dias úteis, ou seja, nove dias e seis horas. Considerando a complexidade do processo de localização do responsável por cada resposta, produção da informação e adaptação do conteúdo à linguagem adequada ao cidadão, o gestor do e-SIC da CBTU considera um bom tempo de resposta, mas que deve ser melhorado.

Quanto ao grau de incidência dos assuntos, verificou-se que cerca da metade das solicitações eram dirigidas ao setor responsável por pessoas, e a quarta parte dessas reclamações era direcionada ao monitoramento de licitações e compras, muitas vezes solicitando cópias de contratos e parte dos processos licitatórios.

O e-SIC trabalha junto aos órgãos da empresa para disponibilizar esses tipos de dados, mais frequentemente perguntados, através do conceito de transparência ativa, pois acredita que atenderá aos seus usuários com mais rapidez, eficiência e transparência.

Fonte: GAGOV

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE BELO HORIZONTE

SAC – Serviço de Atendimento ao Usuário

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE BELO HORIZONTE		
CANAL	NÚMERO DE SOLICITAÇÕES	DEMANDAS ATENDIDAS
Contato telefônico (solicitação de informação, reclamações, sugestões e elogios) realizado através do telefone (31) 3250-3901.	692	692
Contatos (solicitação de informação, reclamações, sugestões e elogios) realizados através do e-mail (falemetrobh@cbtu.gov.br ou pelo site www.metrobh.gov.br)	338	338
Contatos (solicitação de informação, reclamações, sugestões e elogios) realizados por meio de formulários de sugestão depositados em caixas de sugestões nas estações.	276	276

SIC – Serviço de Informação ao Cidadão

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE BELO HORIZONTE		
CANAL	NÚMERO DE SOLICITAÇÕES	DEMANDAS ATENDIDAS
Mensagens eletrônicas encaminhadas através do SIC da CBTU ao STU/BH.	9	9

Informações complementares:

Atendimento SAC

	Ligações / 2016			
	Sugestões	Reclamações	Informações	Elogios
jan	0	28	68	0
fev	0	13	30	0
mar	1	37	25	0
abr	0	20	36	0

mai	0	22	128	0
jun	1	34	70	2
jul	0	42	52	0
ago	1	15	45	0
set	0	20	53	0
out	2	24	33	0
nov	0	23	36	0
dez	0	34	25	0
Total	5	312	601	2

	Cartas / 2016			
	Sugestões	Reclamações	Informações	Elogios
jan	2	17	7	0
fev	2	7	3	1
mar	0	15	6	0
abr	17	15	2	0
mai	13	22	4	0
jun	10	39	7	5
jul	8	24	13	5
ago	4	9	0	0
set	4	10	3	2
out	1	26	5	0
nov	1	25	2	0
dez	24	19	8	1
Total	86	228	60	14

	E-mails / 2016			
	Sugestões	Reclamações	Informações	Elogios
jan	1	18	34	0
fev	0	16	15	0
mar	1	19	18	0
abr	0	8	17	1
mai	1	7	8	0
jun	2	6	18	1
jul	0	10	19	1

ago	2	4	26	0
set	1	14	31	0
out	0	9	11	0
nov	3	20	12	0
dez	0	17	18	1
Total	11	148	227	4

Total / 2016			
Sugestões	Reclamações	Informações	Elogios
102	688	888	20

Atendimento SIC - 2016

REGISTROS DE SOLICITAÇÕES DE INFORMAÇÃO

Mês	Quant.	Assunto
Jan	3	Acesso a informação de processos licitatórios referentes à compra e manutenção de trens, extensões e criação de novas linhas e estações.
		Acesso às contas de luz do mês de novembro de 2015, dos prédios administrativos do CBTU e sua sede.
		Acesso a cópias de termos contratuais assinados pela STU-BH nos anos de 2000 e 2005, referentes a processos licitatórios.
Fev	1	Acesso a informação referente a questões trabalhistas.
Mar	0	xxx
Abr	0	xxx
Mai	0	xxx
Jun	1	Acesso a informação sobre projetos de expansão do Metrô de Belo Horizonte até o município de Betim/MG.
Jul	0	xxx
Ago	1	Acesso a informação sobre comprovação de possível área patrimonial pertencente à STU-BH.
Set	0	xxx
Out	1	Acesso a informação sobre implantação de transporte ferroviário no município de Taiobeiras/MG.
Nov	1	Acesso a informação sobre quantitativo de funcionários na área de manutenção da STU-BH.
Dez	1	Acesso a informação sobre quantitativo de funcionários na área de operação/estações da STU-BH.
Total	9	

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE RECIFE

Canais de Acesso ao Cidadãos.

- **OUVIDORIA:** Área responsável para receber manifestações do público do tipo: Solicitações de informações, reclamações, sugestões, elogios e denúncias, por meio das linhas diretas (81) 2102.8580 e 2102.8556.

Visando facilitar o acesso à ouvidoria, telefones ponto a ponto foram distribuídos nas estações: Recife, Joana Bezerra, Afogados, Barro, Cavaleiro, Jaboatão, Rodoviária, Cosme e Damião, Camaragibe, Largo da Paz, Tancredo Neves, Aeroporto, Prazeres e Cajueiro Seco.

E-mail: ouvidoria@metrorec.com.br

- **ATENDIMENTO PRESENCIAL:** Em funcionamento no edifício administrativo da CBTU-STU/REC, localizado na Rua José Natário, 478 – Areias – Recife/PE, das 8h às 12h e das 13h às 17h, de segunda a sexta feira.
- **SIC – Serviço de Informação ao Cidadão:** Posto avançado no edifício administrativo da CBTU-STU/REC, localizado na Rua José Natário, 478 – Areias – Recife/PE, das 8h às 12h e das 13h às 17h, de segunda a sexta feira.
- **SITE:** www.cbtu.gov.br
- **FACEBOOK:** www.facebook.com.br/cbturarecife

Em 2016 foram registradas 603 manifestações, totalizando 788 demandas, todas respondidas.

Registro de dados gerenciais.

- **QUADRO GERAL**

DEMANDAS REGISTRADAS	
Denúncias	20
Sugestões	12
Solicitações	27
Reclamações	724
Elogios	3
Informações	2
TOTAL	788

Das reclamações: 24% Falta de segurança; 16% Elevador quebrado e 15% Escada rolante quebrada.

Possíveis alterações dos procedimentos adotados.

Foi desenvolvido novo sistema informatizado para melhor acompanhamento das manifestações. Está em fase de testes com previsão de implantação total em março/2017.

FONTE: STU-REC

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE NATAL

Canais de comunicação disponibilizados pela STU-NAT à população:

- **Presencial:** Realizado na sede administrativa da Companhia das 8h às 12h e 13h às 17h de segunda à sexta, no qual o cidadão dispõe de formulário onde pode Elogiar, Sugerir ou Reclamar.
- **Correspondência:** Através do envio carta para o endereço da Companhia no endereço Praça Augusto Severo nº 302 – Cep: 59012-380 – Ribeira – Natal – RN.
- **Telefone:** (84) 3221-3355 - Segunda à Sexta das 7h às 19h e Sábados das 7h às 13h.
- **Internet:** - *Site da Companhia:* www.cbtu.gov.br
- **E-mail:** stunat@cbtu.gov.br
- **Facebook:** www.facebook.com/cbtunatal
- **Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) presencial:** O Serviço de Informação ao Cidadão permite que qualquer pessoa, física ou jurídica, encaminhe pedidos de acesso à informação, acompanhe o prazo e receba a resposta da solicitação realizada para órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, por meio presencial de segunda a sexta-feira, de 8 horas às 12 horas e de 13 horas às 17 horas na sede da Companhia, pelo telefone 3221-3355 –Ramal 2207 ou pela internet no site da CBTU e e-mail sic@cbtu.gov.br.
- **Estações e Trens:** Nas estações e composições de trens existem painéis com informações sobre o sistema, regulamento do usuário, tarifa, condutas para viagens seguras e canais para o contato com a CBTU. Há ainda, a distribuição de material impresso com todas as informações acima citadas.

Quantidade de manifestações no exercício de 2016:

- **Presencial / Telefone:** Foram registradas 114 manifestações por meio de registro em formulário, sendo 107 reclamações, 5 sugestões e 2 elogios.
- **E-mail:** Foram registradas 06 manifestações, sendo 2 pedidos de informação, 3 solicitações administrativas e 1 elogio.
- **Facebook:** Foram registradas 187 manifestações, sendo 29 reclamações, 15 sugestões, 38 elogios e 105 pedidos de informação

Fonte: STU-NAT

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE JOÃO PESSOA

O Sistema de Informação ao Cidadão (SIC) é um canal de acesso às informações da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), garantido por Lei - a Lei de Acesso a Informação (LAI - Lei 12.527/2011), que supri as deficiências de informação dos cidadãos sobre a CBTU. Os dados estatísticos das demandas são elaborados pelo SIC/AC que detém todas as solicitações feitas no exercício passado pelas Unidades e pela própria Administração Central. Todas as demandas das Superintendências (JOP, REC, MAC, NAT e BH) são repassadas às áreas responsáveis e à AC no

momento do recebimento das mesmas, bem como, as respostas. A maioria das demandas são solicitações de informação sobre contratos, aditivos e quadro de funcionário com suas respectivas funções, que se acredita serem utilizadas por concursados em ações judiciais. Os procedimentos seguidos pela CBTU estão dispostos na LAI.

Todas as solicitações feitas a este SIC CBTU João Pessoa foram respondidas dentro do prazo estabelecido pela legislação, isentando a Companhia de qualquer punição por falta ou atraso nas respostas.

Solicitações de informações através da Ouvidoria e do e-SIC da STU/JOP em 2016

Ouvidoria					
	Sugestões	Informações	Reclamações	Elogios	Total
Telefone	3	5	14	0	22
Presenciais	5	5	10	5	25
Total	8	10	24	5	47
e-SIC					
Solicitações à STU/JOP					13

Fonte: STU/JOP.

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE MACEIÓ

A Superintendência Regional Maceió da CBTU disponibiliza canais gratuitos de atendimento ao cidadão, colocando à disposição recursos telefônicos, da rede mundial de computadores e atendimento presencial, de modo a viabilizar com celeridade a recepção e o registro das manifestações apresentadas, tais como: sugestões, elogios, reclamações, críticas, denúncias, solicitações de serviços e informações pertinentes ao sistema ferroviário.

1. CANAL: ATENDIMENTO PRESENCIAL E POR CORRESPONDÊNCIA

Descrição (histórico do canal, contendo início da operação e objetivo do atendimento)

- Sem histórico.
- Sem setor específico para a demanda.
- O atendimento presencial pode ser buscado na sede da empresa situada na Rua Barão de Anadia, 121, Centro, Maceió-Alagoas. Constitui-se em um dos principais canais receptores e porta de entrada das demandas do sistema ferroviário e vem permitindo a universalização dos serviços prestados pela CBTU Maceió ao Estado de Alagoas.

Horário de Atendimento: segunda a sexta-feira das 8h às 17h.

- O atendimento por correspondência pode ser buscado na sede da empresa situada:

Rua Barão de Anadia, 121,

57020-630 – Centro – Maceió - Alagoas.

Público (interno, externo, usuário, empresas)

- Todos os públicos.

Gestão (área responsável e sua subordinação, indicando o responsável e se existe equipe exclusiva para isso)

- STU-MAC.
- Não existe equipe exclusiva para a demanda.

Operação (breve descrição dos procedimentos, resultados e relatórios de atividades. Para quem são destinados? Como as informações são tratadas? Existe controle das informações? Tempo de resposta e padrão de procedimento)

- Primeiro contato da demanda sempre é com a recepção da unidade.
- Existe um formulário na recepção do prédio administrativo (Estação Maceió).
- O formulário de sugestão/reclamação é entregue ao usuário/cliente, e após o preenchimento pelo usuário/cliente, é dado entrada no setor de protocolo da empresa.
- Em seguida o processo segue para a STU.
- Que remete para o departamento da demanda.
- Não existe controle do fluxo e nem sabemos quais são os retornos das demandas.
- Tempo de resposta a critério da área demandada.

Produção (número de atendimentos solicitados, respondidos e resolvidos)

- Não existe registro dessa demanda.

Avaliação (vantagens e desvantagens, dificuldades e se a existência do canal se justifica)

- Na STU-MAC, não existe um departamento que absorva essas demandas (falta de recursos físicos e humanos).

2 CANAL: ATENDIMENTO POR TELEFONE

Descrição (histórico do canal, contendo início da operação e objetivo do atendimento)

- O horário de Atendimento é de segunda a sexta-feira das 8h às 17h.

Telefone: (82) 2123-1700.

- Sem histórico.
- Sem setor específico para a demanda.

Público (interno, externo, usuário, empresas)

- Primeiro contato da demanda sempre é com o PABX ou com a recepção da unidade.

Gestão (área responsável e sua subordinação, indicando o responsável e se existe equipe exclusiva para isso)

- STU-MAC.
- Não existe equipe exclusiva para a demanda.

Operação (breve descrição dos procedimentos, resultados e relatórios de atividades. Para quem são destinados? Como as informações são tratadas? Existe controle das informações? Tempo de resposta e padrão de procedimento.

- Não existe um padrão e nem monitoramento dessas demandas.

Produção (número de atendimentos solicitados, respondidos e resolvidos)

- Não existe registro dessa demanda.

Avaliação (vantagens e desvantagens, dificuldades e se a existência do canal se justifica)

- Falta de uma equipe exclusiva para o atendimento dessas solicitações.
- Procedimento de atendimento ao público se faz necessário uma equipe constante e exclusiva para essas demandas, não é possível ser administrada por áreas afins que já possuem outras demandas.

3 CANAL: ATENDIMENTO PELA INTERNET – E-MAIL

Descrição (histórico do canal, contendo início da operação e objetivo do atendimento)

- No endereço eletrônico www.cbtu.gov.br o cidadão terá acesso ao nosso portal.

Através do e-mail os cidadãos podem registrar suas manifestações.

secretaria@cbtu.gov.br ou imprensamac@cbtu.gov.br

Público (interno, externo, usuário, empresas)

- Todos os públicos.

Gestão (área responsável e sua subordinação, indicando o responsável e se existe equipe exclusiva para isso)

- STU-MAC.
- COMAK – Coordenação de Comunicação e Marketing.
- Gabriel Lins Mousinho Filho.
- Falta de uma equipe exclusiva para o atendimento dessas solicitações.

Operação (breve descrição dos procedimentos, resultados e relatórios de atividades. Para quem são destinados? Como as informações são tratadas? Existe controle das informações? Tempo de resposta e padrão de procedimento.

- Não existe registro dessa demanda.

Produção (número de atendimentos solicitados, respondidos e resolvidos)

- Não existe registro dessa demanda.

Avaliação (vantagens e desvantagens, dificuldades e se a existência do canal se justifica)

- A maioria de nossas reclamações e sugestões é demandada para a área operacional (atrasos na grade operacional, grade horária, acidentes na via, assaltos/ furtos nos trens e estações/ bloqueios nas vias/ queixas operacionais/ manutenção/ou/falta de manutenção nas estações, etc.).
- A área com rotina de demanda é a operacional.

4 CANAL: CENTRAL DE ATENDIMENTO AO USUÁRIO

Descrição (histórico do canal, contendo início da operação e objetivo do atendimento)

- Não existe equipe exclusiva para a demanda.
- Não existe setor ou um departamento físico para atender as demandas.

Público (interno, externo, usuário, empresas)

- Externo.

Gestão (área responsável e sua subordinação, indicando o responsável e se existe equipe exclusiva para isso)

- Não existe registro dessa demanda.

Operação (breve descrição dos procedimentos, resultados e relatórios de atividades. Para quem são destinados? Como as informações são tratadas? Existe controle das informações? Tempo de resposta e padrão de procedimento.

- Não existe registro dessa demanda.

Produção (número de atendimentos solicitados, respondidos e resolvidos)

- Não existe registro dessa demanda.

Avaliação (vantagens e desvantagens, dificuldades e se a existência do canal se justifica)

- Nas unidades pequenas não conseguem oferecer esse canal de forma eficaz, por falta de recursos humanos e de estrutura física.

5 CANAL: FALE COM A CBTU – MACEIÓ

Descrição (histórico do canal, contendo início da operação e objetivo do atendimento)

- imprensamac@cbtu.gov.br

Público (interno, externo, usuário, empresas)

- Público em geral.

Gestão (área responsável e sua subordinação, indicando o responsável e se existe equipe exclusiva para isso)

- COMAK – Coordenação de Comunicação e Marketing.
- Gabriel Lins Mousinho Filho.
- Falta de uma equipe exclusiva para o atendimento dessas solicitações.

Operação (breve descrição dos procedimentos, resultados e relatórios de atividades. Para quem são destinados? Como as informações são tratadas? Existe controle das informações? Tempo de resposta e padrão de procedimento.

- Ferramenta ativa.
- Não existe registro dessa demanda.
- Sem estáticas.

Produção (número de atendimentos solicitados, respondidos e resolvidos)

- Sem estatísticas.

Avaliação (vantagens e desvantagens, dificuldades e se a existência do canal se justifica)

- Não existe equipe própria.
- Não existem controle e monitoramento das solicitações.
- Inconstância de recursos humanos.

- Não existe um padrão para esse atendimento.

6 CANAL: FACEBOOK E INSTAGRAM

www.facebook.com/companhiabrasileiradetransurbanos

Descrição (histórico do canal, contendo início da operação e objetivo do atendimento)

- A CBTU Maceió, disponibiliza na internet mais dois canais de atendimento para os cidadãos que necessitam fazer contato com a empresa. Seguindo uma tendência mundial, a CBTU Maceió também atende sua população através do Facebook (CBTU Maceió) e o Instagram (cbtu.maceio).

Os canais de atendimento nas redes sociais seguem os procedimentos e as regulamentações já existentes para as demais vias de acesso à empresa. As demandas dos cidadãos que forem recebidas através do Facebook, Instagram e E-mail serão encaminhados para as demandas responsáveis pelo assunto em questão.

- A fanpage foi criada em 2013, mas foi desativada para utilização da fanpage nacional da companhia em 2015. No dia 01/06/2016 a página da STU Maceió no facebook foi reativada.

A fanpage foi criada com o objetivo de ser um canal de contato direto entre a companhia e os usuários, por meio de informes operacionais e respondendo às eventuais solicitações com objetividade e rapidez.

Público (interno, externo, usuário, empresas)

- O público alvo da fanpage é o nosso usuário (externo). Apesar disso, o público interno (funcionários) é bastante engajado com a página, curtindo, compartilhando e recomendando o conteúdo disponibilizado.

Gestão (área responsável e sua subordinação, indicando o responsável e se existe equipe exclusiva para isso)

- COMAK – Coordenação de Comunicação e Marketing.
- Gabriel Lins Mousinho Filho.

A COMAK gera conteúdo semanal para a fanpage com o objetivo de gerar engajamento dos usuários. Os relatórios disponibilizados pelo próprio facebook são analisados mensalmente pela própria COMAK e serve como base para campanhas futuras. Diante de questionamentos, sugestões e reclamações dos usuários na fanpage, a COMAK faz uma triagem e os encaminham para os setores responsáveis. O tempo de resposta padrão para respondê-los é de até 24 horas e um registro das solicitações é feito e fica disponível para análise futura.

Produção (número de atendimentos solicitados, respondidos e resolvidos)

- No ano de 2016 foram atendidas 20 (vinte) solicitações/questionamentos feitos na página.

Avaliação (vantagens e desvantagens, dificuldades e se a existência do canal se justifica)

- O canal vem se mostrando importante para estreitar o relacionamento companhia-usuário. Notou-se que os usuários estão mais dispostos a utilizar o facebook para entrar em contato com a empresa. Outra vantagem é a oportunidade de responder aos questionamentos de forma objetiva, direta e com rapidez. A desvantagem é que a fanpage é um canal que funciona 24 horas por dia e todos os dias, portanto, questionamentos feitos fora do horário comercial acabam aumentando o tempo de resposta padrão.

- Em julho de 2016 deu-se início o nosso perfil no Instagram.

7 CANAL: CAIXA DE SUGESTÕES

Descrição (histórico do canal, contendo início da operação e objetivo do atendimento)

- Ferramenta desativada.

Público: (interno, externo, usuário, empresas)

- Ferramenta desativada.

Gestão (área responsável e sua subordinação, indicando o responsável e se existe equipe exclusiva para isso)

- Ferramenta desativada.

Operação (breve descrição dos procedimentos, resultados e relatórios de atividades. Para quem são destinados? Como as informações são tratadas? Existe controle das informações? Tempo de resposta e padrão de procedimento.

- Ferramenta desativada.

Produção (número de atendimentos solicitados, respondidos e resolvidos)

- Ferramenta desativada.

Avaliação (vantagens e desvantagens, dificuldades e se a existência do canal se justifica)

- A caixa existia e ficava alocada na recepção da Estação Maceió, porém, os formulários eram vandalizados ou extraviados.
- Essa ferramenta não era eficaz, só existia em uma única estação.
- Vandalismos e furtos frequentes dos materiais expostos.
- A falta de um setor específico para cuidar/ coletar/ absorver essas informações resultou no descrédito dessa ferramenta.

8 CANAL: SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO (SIC)

Descrição (histórico do canal, contendo início da operação e objetivo do atendimento)

- SIC CBTU –AC.

Público (interno, externo, usuário, empresas)

- Todos.

Gestão (área responsável e sua subordinação, indicando o responsável e se existe equipe exclusiva para isso)

- COMAK – Coordenação de Comunicação e Marketing.
- Gabriel Lins Mousinho Filho.
- Não existe equipe exclusiva, com o este serviço ficando absorvido pela COMAK
- FLUXO:

SIC CBTU -AC/ COMAK – Coordenação de Comunicação e Marketing (SIC)/ Área solicitada/ COMAK – Coordenação de Comunicação e Marketing (SIC)/ SIC CBTU -AC.

- No máximo o prazo estimado e determinado pela SIC CBTU -AC.

Produção (número de atendimentos solicitados, respondidos e resolvidos entre janeiro e junho)

- Recebemos três solicitações através do SIC CBTU (AC).
- Respondemos as três solicitações através do SIC Maceió ao SIC CBTU -AC.

Avaliação (vantagens e desvantagens, dificuldades e se a existência do canal se justifica)

- O gerenciamento e monitoramento das solicitações pela gerência do SIC-AC mostram-se eficaz e responsável.
- As áreas demandadas de nossa regional acatam as solicitações e dão respaldo por saber que estamos seguindo um trâmite legal.

Fonte: STU-MAC

5.2 - Carta de Serviços ao Cidadão

A Carta de Serviços ao Cidadão da Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU expressa, de forma objetiva, os compromissos da Companhia com a sociedade, através da definição dos padrões de desempenho de seus serviços, da mesma forma que incentiva a participação dos cidadãos no processo de aprimoramento desses serviços através da indução ao controle social, reconhecendo o cidadão-usuário como agente propiciador de mudança e principal beneficiário de melhorias.

A CBTU tem por objetivo precípuo agregar valor aos seus serviços, através do estabelecimento de parâmetros com altos padrões de qualidade e eficiência, por meio da aglutinação de uma série de práticas de planejamento, gestão da qualidade e do atendimento, direção e controle, adotando, dessa forma, uma administração participativa e transparente, destinada a atender às demandas sociais.

O documento foi aprovado pela Diretoria e o Conselho de Administração da empresa no início do ano de 2016 e já se encontra disponível no *site* eletrônico da Companhia, através do link http://www.cbtu.gov.br/images/home/acbtu/cartaservicoscidadao_cbtu2016.pdf

Fonte: GATEM/DP

5.3 - Aferição do Grau de Satisfação dos Cidadãos-Usuários

É prevista a realização de pesquisa de satisfação nos cinco sistemas operados pela CBTU. No entanto, devido à insuficiência orçamentária sistemática nos últimos exercícios, esta ação não tem sido realizada, sendo a dotação orçamentária destinada a ações imprescindíveis à operação e manutenção dos sistemas.

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE BELO HORIZONTE

Não foi realizada pesquisa pela Unidade no exercício de 2016

Fonte: STU-BH

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE RECIFE

Não foi realizada pesquisa pela Unidade no exercício de 2016

Fonte: STU-REC

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE NATAL

Não foi realizada pesquisa pela Unidade no exercício de 2016

Fonte: STU-NAT

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE JOÃO PESSOA

Não foi realizada pesquisa pela Unidade no exercício de 2016

Fonte: STU-JOP

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE MACEIÓ

Não foi realizada pesquisa pela Unidade no exercício de 2016

Fonte: STU-MAC

5.4 - Mecanismos de Transparência das Informações Relevantes sobre a Atuação da Unidade

A CBTU mantém um portal na Internet no endereço www.cbtu.gov.br, cujas informações sobre a sua atuação são:

Dados institucionais, Organogramas, Agenda dos Diretores, Quem é Quem e Dados dos Empregados:

<http://www.cbtu.gov.br/index.php/pt/a-cbtu>

Relatórios de Gestão, encaminhados anualmente ao Tribunal de Contas da União e Relatórios Mensais de Atividades:

<http://www.cbtu.gov.br/index.php/pt/relatorios/auditoria/relatorios>

Planos de Ação Anual das Superintendências Regionais:

<http://www.cbtu.gov.br/index.php/pt/relatorios/planos-de-acao>

Balanços Anuais:

<http://www.cbtu.gov.br/index.php/pt/relatorios/auditoria/balanco>

Licitações:

<http://www.cbtu.gov.br/index.php/pt/licitacoes>

O acesso às informações específicas de cada um dos cinco sistemas que opera (Belo Horizonte, Recife, Natal, João Pessoa e Maceió) se dá através dos seguintes endereços:

<http://www.cbtu.gov.br/index.php/pt/sistemas-cbtu/belo-horizonte>

<http://www.cbtu.gov.br/index.php/pt/sistemas-cbtu/recife>

<http://www.cbtu.gov.br/index.php/pt/sistemas-cbtu/natal>

<http://www.cbtu.gov.br/index.php/pt/sistemas-cbtu/joao-pessoa>

<http://www.cbtu.gov.br/index.php/pt/sistemas-cbtu/maceio>

Fonte: GAPLO/DP

5.5 - Medidas para Garantir a Acessibilidade aos Produtos, Serviços e Instalações

Nos itens 1.6 - Macroprocessos Finalísticos e 2.3.1.4 – Análise Situacional, está descrita com detalhes a evolução das ações para Acessibilidade da CBTU no exercício de 2016.

Apesar do orçamento aprovado para a CBTU não ter contemplado especificamente a Ação 15.453.2048.14TS – Adequação dos Sistemas de Trens Urbanos de Belo Horizonte, Recife, Natal, João Pessoa e Maceió à Acessibilidade Universal, todas as intervenções necessárias e realizadas levaram em conta os quesitos de Acessibilidade.

Fonte: GAPLO/DP

6. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

6.1 – Desempenho Financeiro no Exercício

A CBTU no exercício de 2016 enfrentou diversos problemas que comprometeram sua situação financeira, conforme descrito a seguir:

1. PAC

As transferências de recursos do PAC ocorreram de forma descompassada com as solicitações, de forma mais acentuada no primeiro semestre, implicando em atrasos nos pagamentos aos fornecedores, de 07 à 45 dias.

2. LIMITES FINANCEIROS DISPONIBILIZADOS

Os limites disponibilizados nas fontes do tesouro ocorreram de acordo com orçamento executado e os repasses de recursos foram atendidos sem atrasos significativos.

Quanto à disponibilização de limites na fonte de recursos próprios (0250), tivemos forte contingenciamento durante o ano, gerando atrasos de pagamento significativos.

3. PENHORAS JUDICIAIS

As penhoras judiciais são as que trazem as mais graves consequências para a empresa.

No exercício de 2016 foram penhorados R\$ 59.926,6 mil, sendo R\$ 34.527,2 mil de processos trabalhistas/cíveis e R\$ 25.399,4 mil do processo da REFER.

As penhoras dos processos trabalhistas/cíveis são repostas pelo Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão (MPOG), mediante decreto de liberação de orçamento. Oportuno registrar que o processo de levantamento da documentação, lançamento no sistema PROCESS do MCID e a análise e disponibilização do orçamento, pode levar em até 180 dias, gerando distorções entre a execução orçamentária e a financeira.

As penhoras para a REFER (vide nota explicativa 13 das Demonstrações Contábeis) não são atendidas pelo MPOG sob alegação que o processo está na AGU e, enquanto não houver manifestação quanto à renegociação da dívida, não haverá reposição dos valores penhorados.

Considerando as últimas determinações judiciais, o volume a ser penhorado em 2017 deverá ser da ordem de R\$ 60 milhões, o que vai comprometer de forma relevante a disponibilidade de caixa da empresa, podendo até inviabilizar a manutenção e operação dos sistemas.

Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis da CBTU, como sociedade de economia mista, estão suportadas por notas explicativas que evidenciam as contas mais relevantes.

No exercício de 2016 apurou um prejuízo de R\$ 437.617 mil, 47,41% inferior ao de 2015, tendo como relevante os ajustes das provisões para contingências.

Na composição da demonstração de resultados as principais rubricas que determinam os resultados negativos são o resultado financeiro, a depreciação do imobilizado e as sentenças judiciais (ajuste das provisões para contingências).

A principal consequência do resultado está na relação do passivo com o patrimônio líquido, caso não haja uma reversão das expectativas com relação a dívida com a REFER, bem como a capitalização

dos recursos para aumento de capital, que é atualizado monetariamente pela SELIC, afetando negativamente o resultado. A tendência é que em 2017 o patrimônio líquido permaneça negativo, ou seja, com o passivo a descoberto, da mesma forma prevista e realizada em 2016 .

Fonte: GAFIN/DA

6.2 – Tratamento Contábil da Depreciação, da Amortização e da Exaustão de Itens do Patrimônio e Mensuração de Ativos e Passivos

Não se aplica. A CBTU segue a Lei 6.404/76

Fonte: GAFIN/DA

6.3 – Sistemática de Apuração de Custos no Âmbito da Unidade

- a) identificação da estrutura orgânica da unidade jurisdicionada responsável pelo gerenciamento de custos (subunidade, setor etc.), bem como da setorial de custos a que se vincula, se for o caso;

Coordenadoria Técnica de Contabilidade e Custos, subordinada à Gerência Técnica de Contabilidade e Custos, da Gerência Geral de Gestão Financeira, da Diretoria de Administração e Finanças;

- b) identificação das subunidades administrativas da unidade jurisdicionada das quais os custos são apurados;

Superintendências Regionais de Belo Horizonte, Recife, Natal, João Pessoa e Maceió;

- c) descrição sucinta do sistema informatizado de apuração dos custos;

A CBTU não utiliza o SIC. Possuímos sistema de custos próprio, que utiliza as informações dos seus sistemas internos de pessoal e material, bem como extraídas manualmente do SIAFI;

- d) práticas de tratamento e alocação utilizadas no âmbito das subunidades ou unidades administrativas para geração de informações de custos;

Utilização do TESOIRO GERENCIAL e SIAFI operacional, agregado com informações dos sistemas internos;

- e) impactos observados na atuação da unidade jurisdicionada, bem como no processo de tomada de decisões, que podem ser atribuídos à instituição do gerenciamento de custos;

Elaboração de estudos tarifários, previsão de receitas, custos operacionais de manutenção e administrativos;

- f) relatórios utilizados pela unidade jurisdicionada para análise de custos e tomada de decisão.

Relatórios de taxas de cobertura, tarifa efetiva, custo operacional e total.

Fonte: GAFIN/DA

6.4 – Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei 6.404/76 e Notas Explicativas

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU
CNPJ - 42.357.483/0001-26 - INSC. EST. - 82.879.781
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Em Reais)

ATIVO

	2016	2015
CIRCULANTE		
Disponibilidades - Nota 03	28.424.737,88	32.653.706,24
Contas a Receber - Nota 04	77.469.246,68	74.704.260,84
Adiantamento de Férias	2.864.231,19	3.049.005,42
Almoxarifados	34.553.782,75	44.500.303,93
Depósitos Judiciais - Nota 05	204.774.957,76	188.025.115,45
Despesas Antecipadas	74.869,93	377.717,68
	348.161.826,19	343.310.109,56
NÃO CIRCULANTE		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		
Depósitos Judiciais - Nota 05	111.179.049,24	86.310.989,70
Depósitos Especiais - Nota 06	152.871.360,41	180.200.898,75
Impostos a Recuperar - Nota 07	35.868.827,47	33.526.007,87
Aplicação em Títulos do Tesouro	372,97	344,91
	299.919.610,09	300.038.241,23
IMOBILIZADO - Nota 08	3.938.093.208,57	3.959.825.062,25
DIFERIDO - Nota 09	5.931.391,02	7.335.070,51
INTANGÍVEL	4.213.117,03	4.163.315,48
	3.948.237.716,62	3.971.323.448,24
	4.248.157.326,71	4.271.361.689,47
EFEITOS INFLACIONÁRIOS		
Contas Zeradas		
TOTAL DO ATIVO	4.596.319.152,90	4.614.671.799,03

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

JORGE LUIZ OLIVEIRA DA SILVA
Contador
CRC-RJ 062.918

ANTONIO GERALDO ALVES BOSSHARD
Diretor de Administração e Finanças

JOSÉ MARQUES DE LIMA
Diretor-Presidente

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU
CNPJ - 42.357.483/0001-26 - INSC. EST. - 82.879.781
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Em Reais)

PASSIVO

	2016	2015
CIRCULANTE		
Fornecedores e Empreiteiros	15.015.297,53	67.709.856,38
Encargos de Financiamentos	2.565.597,13	4.859.952,56
Fundação REFER - Nota 10	2.680.668.393,65	2.231.564.006,37
Provisão para Férias	35.806.120,48	31.656.555,98
Provisão para Contingências - Nota 11	1.197.489.114,08	1.336.073.187,09
Obrigações a Pagar	7.670.254,12	11.236.964,04
Depósitos e Consignações	3.110.637,11	2.336.168,20
Recursos Fiscais e Previdenciários	644.163,85	5.572.709,65
	3.942.969.577,95	3.691.009.400,27
NÃO CIRCULANTE		
Financiamentos - Nota 12	182.375.150,13	218.507.712,63
Receita Diferida - Nota 13	2.469.999,25	2.659.999,33
Recursos para Futuro Aumento de Capital - Nota 14	855.365.217,14	653.982.625,32
	1.040.210.366,52	875.150.337,28
PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Nota 15		
Capital Social Realizado	5.404.110.329,15	5.404.110.329,15
Reserva de Capital	2.266.923,14	2.266.923,14
Reserva de Reavaliação de Bens	4.151.331,22	4.646.098,42
Prejuízos Acumulados	(5.797.389.375,08)	(5.362.511.289,23)
	(386.860.791,57)	48.512.061,48
TOTAL DO PASSIVO	4.596.319.152,90	4.614.671.799,03

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

JORGE LUIZ OLIVEIRA DA SILVA
Contador
CRC-RJ 062.918

ANTONIO GERALDO ALVES BOSSHARD
Diretor de Administração e Finanças

JOSÉ MARQUES DE LIMA
Diretor-Presidente

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU
CNPJ - 42.357.483/0001-26 - INSC. EST. - 82.879.781
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
EM DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Em Reais)

	2016	2015
RECEITA BRUTA		
Transportes Ferroviários	157.714.073,06	167.381.996,05
Aluguéis e Arrendamentos	6.133.554,80	6.373.020,80
	163.847.627,86	173.755.016,85
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		
Impostos e Contribuições Incidentes sobre Serviços	(592.582,56)	(629.595,48)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	163.255.045,30	173.125.421,37
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS - Nota 16	(708.152.095,51)	(620.194.260,82)
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	(544.897.050,21)	(447.068.839,45)
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		
Subvenções para Custeio	851.116.610,91	785.351.766,13
Gerais e Administrativas	(116.466.115,80)	(106.709.110,11)
Depreciações e Amortizações	(81.674.861,89)	(81.334.534,54)
Sentenças Judiciais	(136.741.410,47)	(196.236.127,55)
Provisões Diversas - Nota 11	138.584.073,01	(266.307.506,24)
Reversão de Receitas Diferidas	190.000,00	190.000,00
	655.008.295,76	134.954.487,69
PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	110.111.245,55	(312.114.351,76)
RESULTADO FINANCEIRO - Nota 17		
Receita Financeira	71.936.029,54	64.524.876,97
Despesa Financeira	(617.360.535,29)	(584.454.675,31)
	(545.424.505,75)	(519.929.798,34)
PREJUÍZO OPERACIONAL	(435.313.260,20)	(832.044.150,10)
Resultado da Baixa de Bens	(59.592,85)	(176.375,79)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(435.372.853,05)	(832.220.525,89)
Prejuízo por lote de mil ações do Capital Social	(0,02)	(0,04)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

JORGE LUIZ OLIVEIRA DA SILVA
Contador
CRC-RJ 062.918

ANTONIO GERALDO ALVES BOSSHARD
Diretor de Administração e Finanças

JOSÉ MARQUES DE LIMA
Diretor-Presidente

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU
CNPJ - 42.357.483/0001-26 - INSC. EST. - 82.879.781
DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Em Milhares de Reais)

	Capital Social Realizado	Recursos Especiais	Reserva de Reavaliação	Prejuízos Acumulados	Recursos para Aumento de Capital	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	5.196.508	2.267	5.141	(4.530.786)		673.130
Aumento do Capital Social	207.602					207.602
Realização de Reservas			(495)	495		-
Lucro (Prejuízo) do Exercício				(832.220)		(832.220)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	5.404.110	2.267	4.646	(5.362.511)	-	48.512
Aumento do Capital Social						-
Realização de Reservas			(495)	495		-
Lucro (Prejuízo) do Exercício				(435.373)		(435.373)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	5.404.110	2.267	4.151	(5.797.389)	-	(386.861)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

JORGE LUIZ OLIVEIRA DA SILVA
Contador
CRC-RJ 062.918

ANTONIO GERALDO ALVES BOSSHARD
Diretor de Administração e Finanças

JOSÉ MARQUES DE LIMA
Diretor-Presidente

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU
CNPJ - 42.357.483/0001-26 - INSC. EST. - 82.879.781
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
EM DEZEMBRO DE 2016 E 2015 MÉTODO INDIRETO
(Em Milhares de Reais)

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2016	2015
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	(435.373)	(832.220)
AJUSTES POR:	457.391	839.596
Depreciações e Amortizações	90.388	94.225
Encargos - REFER	81.544	77.687
Baixa de Bens	449.104	414.845
Reversão de Receitas e Reservas	60	176
Ajuste de Provisão para Contingências	(190)	(190)
Depósitos Judiciais	(138.584)	266.308
Créditos a Recuperar	(24.868)	(13.450)
	(63)	(5)
AUMENTO (REDUÇÃO) DE ATIVOS	9.079	46.204
Contas a Receber	2.765	23.080
Almoxarifados	(9.947)	7.318
Depósitos Judiciais	16.749	15.338
Adiantamentos de Férias	(185)	99
Outros Ativos Circulantes	(303)	369
AUMENTO (REDUÇÃO) DE PASSIVOS	(58.561)	42.979
Fornecedores e Empreiteiros	(52.695)	46.334
Encargos de Financiamentos	(2.294)	3.518
Provisão para Férias	4.149	6.387
Outras Contas a Pagar	(7.721)	(13.260)
CAIXA GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(45.623)	4.150
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(58.518)	(204.211)
Imobilizado	(58.468)	(204.187)
Intangível	(50)	(24)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	99.912	166.441
Amortização de Financiamentos	-	3.648
Recursos para Futuro Aumento de Capital	99.912	162.793
VARIAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	(4.229)	(33.620)
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(4.229)	(33.620)
Caixa e Equivalente de Caixa no início do período	32.654	66.274
Caixa e Equivalente de Caixa no fim do período	28.425	32.654

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

JORGE LUIZ OLIVEIRA DA SILVA
Contador
CRC-RJ 062.918

ANTONIO GERALDO ALVES BOSSHARD
Diretor de Administração e Finanças

JOSÉ MARQUES DE LIMA
Diretor-Presidente

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015**

(Em Milhares de Reais)

NOTA 01 – ATIVIDADES:

1) De acordo com o Estatuto Social, a CBTU tem como objetivo:

a) a execução dos planos e programas aprovados pelo Ministério das Cidades, em consonância com o Plano Nacional de Viação e, destinados a reger os serviços de transporte ferroviário urbano, constantes do Sistema Nacional de Transportes Urbanos;

b) o planejamento, o estudo, os projetos, a construção e a implantação de serviços de transporte de pessoas, por trem de superfície nas Regiões Metropolitanas, cidades e aglomerados urbanos que justifiquem a existência desses serviços, em estreita consonância com a política de transporte e desenvolvimento urbano;

c) a operação e a exploração comercial dos serviços de transporte ferroviário urbano e suburbano;

d) o gerenciamento das participações societárias da União em empresas de transporte ferroviário metropolitano e urbano, de pessoas; e

e) a execução de atividades conexas que lhe permitam melhor atender seu objeto social.

**NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E
PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS:**

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas pela Legislação Societária Brasileira, além dos pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e das Normas Brasileiras de Contabilidade do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, em vigor até a data da elaboração das demonstrações contábeis.

A empresa não realizou o Impairment dos seus ativos, considerando que avaliações preliminares e comparativas com empresas do mesmo ramo de atividade, indicavam que os ativos da CBTU estavam subavaliados, que demandaria processo de reavaliação de ativos.

Considerando que o CPC, através do ICPC-10, tornou facultativa a reavaliação de ativos neste caso, e que a empresa não vislumbrou oportunidades que justificassem o investimento, optou pela não reavaliação dos ativos e também pela manutenção das atuais taxas de depreciação por considerá-las adequadas.

Adicionalmente ao descrito acima, as principais práticas contábeis podem ser resumidas como segue:

a) Regime de escrituração das transações

É adotado o regime de competência de exercícios para registro das operações.

b) Reconhecimento dos efeitos inflacionários

Os efeitos da inflação sobre as demonstrações contábeis são reconhecidos mediante atualizações monetárias e cambiais de direitos e obrigações sujeitas à indexação legal ou contratual, pelos respectivos índices.

c) Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras são registradas pelo custo, acrescido dos rendimentos proporcionais, auferidos até a data do balanço.

d) Almoxarifados

Os estoques mantidos nos almoxarifados estão avaliados ao custo médio de aquisição, que não excede o valor de reposição. Os materiais em poder de terceiros são registrados ao custo identificado.

e) Ativo Imobilizado, Intangível e Diferido

Está demonstrado pelo custo corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, ajustado com os seguintes aspectos:

Depreciação do imobilizado pelo método linear levando em consideração o tempo de vida útil-econômica dos bens;

Amortização do ativo diferido pelo método linear, à taxa de 10% ao ano.

NOTA 03 – DISPONIBILIDADE:

Compõe este grupo os valores em Caixa, Valores em Transito oriundos da arrecadação, Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata e a Conta Única do Tesouro Nacional, que engloba os repasses do tesouro e de recursos próprios para fazer face às despesas previstas no orçamento da CBTU.

Composição do saldo:

	2016	2015
Caixa	63	63
Conta Única do Tesouro Nacional	23.896	24.652
Valores em Trânsito	3.265	2.709
Aplicações Financeiras	1.201	5.230
	28.425	32.654

NOTA 04 – CONTAS A RECEBER:

As principais rubricas que compõem este grupo são as seguintes:

RFFSA – trata-se de desembolsos realizados pela CBTU, de responsabilidade da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA, cujos valores mais relevantes são oriundos de desapropriações e obras realizadas pela CBTU, vitais para expansão do sistema de Belo Horizonte em áreas de influência de ambas as Empresas, tendo sido, desta forma, aplicado o critério de rateio dos valores envolvidos. Tendo em vista estar, a extinta RFFSA, questionando por diversos motivos o referido critério de rateio de alguns valores, a CBTU, conservadoramente, constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa relativa aos valores sob questionamento.

Os gestores da CBTU e Inventariança da RFFSA desde 2013 buscam o equacionamento das pendências em questão, para viabilizar o encontro de contas entre as empresas, não sendo possível ainda sua conclusão face às divergências na apuração dos valores envolvidos.

Créditos em Liquidação – nesta rubrica está registrado o valor devido pelo Consórcio Grande Recife, referente à parcela da CBTU na partição tarifária, da integração ônibus/metrô, por ter havido contestação por parte do Consórcio dos valores apresentados pela CBTU.

A CBTU ingressou com ação de cobrança dos créditos em questão. O processo está em andamento e a CBTU no momento apresentou Réplica. Aguarda-se os demais termos processuais para que o juízo se posicione a respeito dos repasses não realizados.

Créditos por Danos ou Perdas – estão registrados nesta rubrica:

a) R\$ 1.620 mil, referentes a débitos de ex-empregados, apurados em processos de tomada de contas;

b) R\$ 15.375 mil, tendo como devedor a Companhia do Metropolitano do Distrito Federal, referente a repasse de convênio, onde a Controladoria Geral da União-CGU apurou irregularidades em contratos, no montante de R\$ 6.878 mil, tendo o Tribunal de Contas da União-TCU determinado que a CBTU instaurasse processo de tomada de contas especial, visando ratificar o valor apurado pela CGU, corrigindo-o através da metodologia de cálculo do TCU e registrando o valor corrigido no SIAFI. Assim sendo, a CBTU aguarda o prosseguimento do feito, com a consequente deliberação do TCU.

Composição do saldo:

	2016	2015
RFFSA	14.651	14.651
Prestação de Serviços	2.912	2.174
Prefeitura de São Paulo	723	723
Empregados Cedidos	835	1.194
Créditos em Liquidação	49.610	47.224
Ressarcimento Aux. Doença	9	9
Créditos por Danos ou Perdas	16.995	16.995
	85.735	82.970
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(8.266)	(8.266)
	77.469	74.704

NOTA 05 – DEPÓSITOS JUDICIAIS:

Ativo Circulante – referem-se a penhoras na receita de bilheteria, preponderantemente nas STU's Recife e Belo Horizonte.

Em 31 de dezembro de 2016, a situação das Penhoras judiciais da Empresa pode ser resumida como segue:

	2016				2015			
	BH	REC	OUTRAS	TOTAL	BH	REC	OUTRAS	TOTAL
Saldo do Exercício Anterior	118.243	64.866	4.916	188.025	96.880	71.064	5.247	173.191
Penhoras do Exercício	47.945	9.279	272	57.496	42.928	16.023	218	59.169
Recuperação de Penhoras	(27.624)	(12.703)	(419)	(40.746)	(21.565)	(22.221)	(549)	(44.335)
Saldo do Exercício	138.564	61.442	4.769	204.775	118.243	64.866	4.916	188.025

Ativo Realizável a Longo Prazo – referem-se basicamente a pagamentos de depósitos recursais trabalhistas, que visam à reforma da sentença; depósitos judiciais cíveis, que são para garantia do juízo até a solução final da ação e penhoras judiciais, que são recursos apreendidos pela justiça das contas correntes da CBTU no período de 1996 a 1999, antes do ingresso efetivo na conta única do Tesouro.

A Gerência Geral Jurídica da CBTU vem realizando trabalhos permanentes, objetivando depurar e identificar todos os valores constantes nesta rubrica.

Em 31 de dezembro de 2016, a situação dos depósitos judiciais da Empresa pode ser resumida como segue:

DESCRIÇÃO:

	2016	2015
Processos identificados – em andamento	110.033	85.165
Processos a serem identificados/regularizados	1.146	1.146
	111.179	86.311

NOTA 06 – DEPÓSITOS ESPECIAIS:

Refere-se a depósito caucionado no Banco do Brasil, cuja origem foi o processo de renegociação da dívida externa pela União em 1993.

O objetivo do depósito é servir de garantia para amortizações da dívida de médio e longo prazo – DMLP, do período de 2015 a 2024, quando serão liquidadas. A dívida está consignada no passivo, na rubrica de financiamento interno.

O valor é atualizado pela variação do dólar americano e remunerado pela variação média do bônus de zero cupom do tesouro dos Estados Unidos da América.

NOTA 07 – IMPOSTOS A RECUPERAR:

Representa os valores de processos de restituições de Tributos e Contribuições Federais, preponderantemente de Imposto de Renda retido sobre rendimentos de aplicação financeira de recursos próprios, corrigidos pela variação da taxa SELIC.

NOTA 08 – IMOBILIZADO:

a) Composição do saldo:

CONTAS	TAXA ANUAL DE DEPRECIÇÃO (%)	2016	2015
Terrenos	-	369.560	369.560
Edificações	1,25 a 2,00	638.076	637.940
Instalações	2,00 a 3,33	785.612	781.515
Equipamentos de Transporte Ferroviário	2,50 a 5,00	1.051.972	1.022.573
Veículos	20	11.153	11.153
Equipamentos, Máquinas e Ferramentas	10	57.374	55.516
Outras Imobilizações Tangíveis	10	28.652	26.905
Imobilizações em Andamento	-	1.592.901	1.571.670
Correção Monetária – Lei 8.200/91	Diversas	447.925	447.985
		4.983.225	4.924.817
Depreciações Acumuladas		(1.045.132)	(964.992)
	Total:	3.938.093	3.959.825

b) Imobilizações em andamento:

Representa os investimentos em obras e aquisições cujos contratos estão em execução.

Existem valores pendentes de reclassificação para a conta de terrenos, oriundas de desapropriações nas STU's Belo Horizonte e Recife que não são depreciados, bem como as cisões para os respectivos Estados dos Investimentos nos sistemas do Rio de Janeiro e São Paulo.

As imobilizações em andamento podem ser demonstradas como segue:

		2016	2015
Sistema de Belo Horizonte		96.959	96.142
Sistema de Recife		115.095	115.042
Sistema do Rio de Janeiro		651.804	651.804
Sistema de São Paulo		554.388	554.388
Outras Obras		174.655	154.294
Subtotal:		1.592.901	1.571.670
Correção Monetária – Lei 8.200/91		32.810	32.810
Total:		1.625.711	1.604.480

NOTA 09 – DIFERIDO:

Está representado por despesas de consultoria, vinculadas aos projetos BIRD de Recife e Belo Horizonte.

Utilizando a faculdade prevista na Lei nº 11.941 de 27/05/2009 a Empresa optou pela manutenção dos valores classificados nesse grupo até sua completa amortização.

NOTA 10 – FUNDAÇÃO REDE FERROVIÁRIA DE SEGURIDADE SOCIAL–REFER:

A CBTU, a partir de 17 de fevereiro de 2000, deixou de ser co patrocinadora e passou a ser patrocinadora da REFER, que é uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, com patrimônio e autonomia administrativa e financeira, cujo objetivo principal é a suplementação de benefícios previdenciários aos participantes. Tal modificação ocorreu devido à segregação da parcela patrimonial e das obrigações relativas à CBTU, quando da quebra de solidariedade do Plano de Benefício até então existente, do qual participavam as instituições: RFFSA, CBTU, FLUMITRENS, CPTM, e REFER. Atualmente o plano é de contribuição variável.

Tendo em vista as medidas sugeridas pelo Grupo de Trabalho constituído pela Portaria Interministerial nº 1, de 14 de fevereiro de 1997, para a redução de déficit potencial da Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social - REFER, e as autorizações concedidas pela Secretaria Executiva do Ministério dos Transportes e Secretaria de Coordenação e Controle das Empresas Estatais do Ministério do Planejamento e Orçamento, foi efetuado o registro do valor estimado como devido à REFER decorrente da redução da taxa de contribuição de 11,61% para 9,48% no período de janeiro de 1985 a dezembro de 1996, bem como daquela decorrente dos reflexos financeiros motivados pela redução da base de contribuição determinada pela Lei 8.020, de 12 de abril de 1990, regulamentada pelo Decreto 606, de 20 de julho de 1992, resultando na celebração do Contrato nº 030/REFER/2000 de 01/12/2000, de confissão de dívida.

Paralelamente foi celebrado o Instrumento Particular de Direitos e Obrigações, de 08/02/2001, referente à cobertura do déficit atuarial decorrente da migração do Plano de Benefício Definido para o Plano de Contribuição Definida.

Destaca-se que ambos os instrumentos estabeleceram como vencimento da primeira parcela de pagamento a data de 31 de janeiro de 2003.

Nos exercícios de 2003 e 2004, a CBTU não obteve os recursos orçamentários para cumprir o acordado, tendo a REFER ajuizado ação de execução de Dívida na 28ª Vara Civil da Comarca do Rio de Janeiro, relativa ao CRT. 030/2000.

Em 31/03/2004, foi celebrado o Aditivo n.º 01/04 ao Instrumento Particular de Direitos e Obrigações de 08/02/2001, e, no que se refere ao Instrumento N.º 30/2000, foi celebrado Acordo Judicial repactuando valores e datas, passando ter vencimentos mensais a partir de 31/01/2005.

A REFER efetuou a cobrança da Dívida Renegociada que, por força do previsto no Artigo 62 do Decreto 4942/03, de 30/12/03 – Parágrafos 1º e 2º, sem o devido cumprimento das obrigações assumidas pela Patrocinadora, a Fundação fica obrigada a proceder à execução judicial a dívida que resultaram nos seguintes processos:

- a) Processo 0123840-98.2007.8.19.001 (antigo nº 2007.001.120653-9), em trâmite na 22ª Vara Cível da Comarca da Capital – RJ, referente à execução de título extrajudicial – Instrumento Particular de Direitos e Obrigações assinado em 08/02/2001 (Reserva a Amortizar pela conversão do Plano de Benefício Definido para a modalidade de Contribuição Definida)
- b) Processo 0009659-44.2012.4.02.5101 (antigo nº 2004.001.12106-3), em trâmite na 22ª Vara Federal da Seção Judiciária do RJ referente à execução de título executivo extrajudicial – Instrumento nº 30/REFER/2000 (Diferença de 2,13% das contribuições devidas de janeiro/85 a dezembro/96 e reflexos da Lei 8020/90).

As Leis Orçamentárias de 2006 a 2015 não contemplaram recursos para honrar o compromisso, apesar de ter constado nas Propostas Orçamentárias da CBTU encaminhadas ao Ministério das Cidades.

No exercício de 2006, a CBTU pagou R\$ 79.700 mil da dívida do Processo nº 0011716-80.2004.8.19.001 (antigo nº 2004.001.012106-3) naquela altura em trâmite junto a Justiça Estadual, com recursos de Restos a pagar de sentenças judiciais do exercício de 2005 e R\$ 2.845 mil do processo nº 2005.001.051793-3 com recursos de sentenças judiciais do exercício de 2006, processo este julgado extinto, com decisão transitada em julgado.

No ano de 2007, foi constituído o Processo nº 0123840-98.2007.8.19.001 (antigo nº 2007.001.120653-9) perante a Justiça Estadual do RJ, para cobrança do saldo remanescente.

No exercício de 2007, a CBTU pagou R\$ 2.716 mil da dívida do Processo 0009659-44.2012.4.02.5101 (antigo nº 2004.001.12106-3), atualmente em trâmite na 22ª Vara Federal da Seção Judiciária do RJ e R\$ 16.361 mil da dívida do Processo 0123840-98.2007.8.19.001 (antigo nº 2007.001.120653-9), em trâmite na 22ª Vara Cível da Comarca da Capital – RJ ambos com recursos de sentenças do exercício.

Nos exercícios de 2008 a 2016, a CBTU pagou R\$ 153.173 mil, através de penhora da receita dos processos nº 0009659-44.2012.4.02.5101 (antigo nº 2004.001.12106-3) e nº 0123840-98.2007.8.19.001 (antigo nº 2007.001.120653-9).

Em nova determinação judicial, em 2015 a penhora passou de 7% para 12% da receita da bilheteria, sendo posteriormente reformada para um valor fixo de R\$ R\$ 6.745.201,23 (seis milhões, setecentos e quarenta e cinco mil, duzentos e um reais e vinte três centavos) referente ao processo nº 0009659-44.2012.4.02.5101 (antigo nº 2004.001.12106-3) e 5% da receita de bilheteria referente ao processo nº 0123840-98.2007.8.19.001 (antigo nº 2007.001.120653-9).

Em 19/12/2016, foi realizada audiência de conciliação entre a CBTU, a Advocacia-Geral da União-AGU e a Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social - REFER, no âmbito do Tribunal Regional

Federal da Segunda Região, e nessa oportunidade foi acordado, nos dois processos, que a CBTU realizasse depósitos que totalizassem R\$ 4 Milhões nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2017, o que vem ocorrendo. Diante desse cenário, em 11 de janeiro de 2017 o juízo monocrático da 22ª Vara Federal da Seção Judiciária do RJ despachou determinando que o cartório anotasse no sistema processual a suspensão do andamento do feito até 20 de abril de 2017 e o TRF 2 expediu certidão, em 23 de janeiro de 2017, suspendendo igualmente o feito.

A Diretoria da CBTU vem atuando perante os órgãos competentes buscando uma solução definitiva para o pagamento da dívida, sendo que o processo de renegociação desta está em análise na Advocacia Geral da União - AGU para emissão de parecer, sem o qual não será possível a obtenção de orçamento e recursos financeiros para pagamento.

Os processos tramitam na 22ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro - RJ e na 22ª Vara Cível da Comarca da Capital – RJ, não sendo possível determinar os impactos futuros nas demonstrações contábeis da CBTU.

A composição dos créditos da REFER em 31 de dezembro de 2016 pode ser demonstrada como segue:

		2016		2015
		CIRCULANTE		CIRCULANTE
Diferença da taxa de contribuição e os Reflexos Financeiros da Lei nº 8020/90.		2.585.763		2.145.809
Reserva a Amortizar		94.905		85.755
		2.680.668		2.231.564

NOTA 11 – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS:

Representa a estimativa de riscos futuros com ações judiciais movidas contra a empresa em conformidade com a legislação societária e o pronunciamento nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC 25).

No que tange aos riscos, os prováveis são registrados e os possíveis apenas evidenciados, conforme demonstrado abaixo:

		2016			2015	
		PROVÁVEIS	POSSÍVEIS		PROVÁVEIS	POSSÍVEIS
Trabalhistas		933.007	41.951		1.033.052	46.659
Cíveis		135.884	37.735		173.481	49.303
Previdenciários		90.453	6.620		90.877	6.620
Tributários		38.145	2302		38.663	2302
Total:		1.197.489	88.608		1.336.073	104.884

NOTA 12 – FINANCIAMENTOS:

Os financiamentos foram obtidos pela RFFSA, na década de 1980, para ampliação e melhoramento das instalações e equipamentos do ativo imobilizado dos sistemas do Rio de Janeiro e São Paulo.

As parcelas de amortização do principal, bem como as despesas de juros e outras decorrentes dos financiamentos, são totalmente cobertas pela União, mediante subvenções.

As taxas de juros anuais aplicadas aos financiamentos variam de 5,8% a 8%, com vencimentos programados até o ano de 2024.

Os financiamentos são corrigidos pela variação do Dólar Americano.

NOTA 13 – RECEITA DIFERIDA

Refere-se a contrato de locação para utilização de áreas de domínio da CBTU, que consiste basicamente na implantação de sistema cabo ótico destinado a serviço de telecomunicação.

O presente contrato vigorará pelo prazo de 30 (trinta) anos a partir de dezembro de 1999, com a realização da receita, no montante de R\$15,9 mil mês.

NOTA 14 – RECURSOS PARA AUMENTO DE CAPITAL:

Registra os recursos da União em investimentos para futuro aumento de capital, bem como os encargos financeiros pela variação da SELIC, oriundos da aplicação dos dispositivos do Decreto Nº 2673 de 16 de julho de 1998, conforme demonstrado abaixo:

	2016	2015	2014	2013	TOTAL
Investimentos	99.912	162.793	86.227	261.135	610.067
SELIC Acumulada	9.728	33.241	32.240	170.089	245.298
	109.640	196.034	118.467	431.224	855.365

NOTA 15 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO:

Capital Social

O capital social totalmente integralizado está representado por ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, assim distribuído:

	2016		2015		
	QUANTIDADE DE AÇÕES	% DE PARTICIPAÇÃO	QUANTIDADE DE AÇÕES	% DE PARTICIPAÇÃO	
União	18.645.502.652.415	99,9999	18.645.502.652.415	99,9999	
Outros	1.063	0,0001	1.063	0,0001	
	18.645.502.653.478	100,0000	18.645.502.653.478	100,0000	

Reserva de Reavaliação

Constituída em decorrência da avaliação de bens do ativo imobilizado registrada em 1985. A realização dessa reserva vem sendo feita em função das depreciações, baixas e alienações dos referidos bens, registrada diretamente na conta de prejuízos acumulados.

Utilizando a faculdade prevista no CPC 13, a Empresa optou pela manutenção dos valores classificados nesse grupo até sua completa realização.

Patrimônio Líquido Negativo (Passivo a Descoberto)

Os crescentes Prejuízos dos últimos exercícios são decorrentes principalmente dos encargos da dívida com a REFER e dos Ajustes das Provisões para Contingências, que vêm diminuindo o Patrimônio Líquido da empresa. Culminando neste exercício com o Patrimônio Líquido Negativo de R\$ 386.861 mil.

Outro fator relevante é a intempestividade da capitalização dos Recursos para Futuro Aumento de Capital. Caso já tivessem sido capitalizados os investimentos de 2013 a 2015 com suas respectivas correções no montante de R\$ 745.725 mil, registrado na Rubrica de mesmo nome no Passivo Não Circulante, o Patrimônio Líquido seria positivo no valor de R\$ 358.864 mil.

NOTA 16 – CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS:

Segue abaixo o demonstrativo de Custos dos Serviços Prestados no exercício de 2016.

		2016		2015
Pessoal e Encargos		504.029		422.273
Concessionárias		48.216		53.867
Serviços de Terceiros		140.488		129.503
Materiais		15.419		14.551
	Total:	708.152		620.194

NOTA 17 – RESULTADO FINANCEIRO:

Segue abaixo o demonstrativo de Receitas e Despesas Financeiras:

		2016		2015
Receitas Financeiras				
Variação Monetária de Tributos a Recuperar		2.280		2.682
Variação Cambial de Depósitos Especiais		69.370		61.048
Juros de Aplicações Financeiras		192		755
Outras		94		40
	Sub-Total	71.936		64.525
Despesas Financeiras				
Juros e Encargos da Dívida com a REFER		449.105		414.845
Variação Cambial e Encargos de Financiamentos		66.558		81.483
Variação Monetária dos Rec. p/ Aumento de Capital		101.471		88.084
Outras		227		43
	Sub-Total	617.361		584.455
	Total	545.425		519.930

NOTA 18 – REMUNERAÇÃO DE DIRIGENTES E EMPREGADOS:

O Plano de Cargos e Salários da Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU e a legislação específica estabelecem os critérios para todas as remunerações pagas aos dirigentes e empregados.

No exercício de 2016 a maior e a menor remuneração mensal paga aos empregados ocupantes de cargos permanentes foram de R\$ 37.118,64 e R\$ 1.647,62, respectivamente. Com relação aos dirigentes da CBTU, a maior e a menor remuneração mensal paga foi de R\$ 25.704,67 e R\$ 22.351,89, respectivamente. A remuneração média paga aos empregados foi de R\$ R\$ 7.413,73 e aos dirigentes foi de R\$ 23.190,09.

JOSÉ MARQUES DE LIMA

Diretor-Presidente

ANTONIO GERALDO ALVES BOSSHARD

Diretor de Administração e Finanças

JORGE LUIZ OLIVEIRA DA SILVA

Contador CRC-RJ 062.918

6.5 – Demonstrativo Específico sobre Subsídios e Resultado Operacional

6.5.1 - Demonstrativo do Subsídio por Sistema

Foi considerada como subsídio a parcela do orçamento atendida com recursos do Tesouro, nas ações orçamentárias de custeio: Funcionamento dos Sistemas, Administração da Unidade, Capacitação de Recursos Humanos, Publicidade de Utilidade Pública, Pagamento de Pessoal Ativo da União, Benefícios (Aux. Transporte, Aux. Funeral e Natalidade, Assist. Médico Odontológica, Exames Periódicos, Aux. Alimentação e Assist. Pré-Escolar), Contribuição para Previdência Privada – REFER, Sentenças Judiciais (Cíveis e Trabalhistas), Pensões Decorrentes de Legislação Especial, Depósitos Recursais; e de Investimento (PAC e não PAC). Foram consideradas as fontes 100, 144, 250, 280, e 300.

Os dados foram compilados por Administração da Unidade e Superintendências Regionais. Ao final, está apresentada uma planilha consolidando o resultado da CBTU

Fonte: GEORC/GAPLO – TESOIRO GERENCIAL

Quadro A.6.5.1.A – Subsídio - Administração Central

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

Ação Governo		Grupo Despesa	Plano Orçamentário	Fonte SOF	PROVISAO RECEBIDA	DESPESA ORÇAMENTARIA DO EXERCÍCIO
0022	SENTENÇAS JUDICIAIS DEVIDAS POR EMPRESAS ESTATAIS	1	SENTENÇAS JUDICIAIS DE EMPRESAS ESTATAIS DEPENDENTES	0100	30.601.422,78	30.590.773,04
			DEPOSITOS RECURSAIS DEVIDOS POR EMPRESAS ESTATAIS DEPENDENTES	0100	441.849,26	380.435,59
20TP	PESSOAL ATIVO DA UNIAO	1	PESSOAL ATIVO DA UNIAO	0100	70.759.842,30	70.262.585,90
0283	AMORTIZACAO E ENCARGOS DE FINANCIAMENTO DA DIVIDA CONTRATUAL	2	AMORTIZACAO E ENCARGOS DE FINANCIAMENTO DA DIVIDA CONTRATUAL INTERNA	0144	10.179.300,00	8.285.419,61
0022	SENTENÇAS JUDICIAIS DEVIDAS POR EMPRESAS ESTATAIS	3	SENTENÇAS JUDICIAIS DE EMPRESAS ESTATAIS DEPENDENTES	0100	49.852.016,24	49.849.063,04
			DEPOSITOS RECURSAIS DEVIDOS POR EMPRESAS ESTATAIS DEPENDENTES	0100	181.469,58	129.127,66
0536	BENEFICIOS E PENSOES INDENIZATORIAS DECORRENTES DE LEGISLACA	3	DESPESAS COM BENEFICIOS E PENSOES INDENIZATORIAS DECORRENTES DE LEGISLACAO ESPECIAL E/OU DECISOES JUDICIAIS	0100	22.407.840,00	22.407.840,00
2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPR	3	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA DE CIVIS - COMPLEMENTACAO DA UNIAO	0100	1.888.179,27	1.888.179,27
			EXAMES PERIODICOS - CIVIS	0100	31.832,00	31.831,64
2010	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES CIVIS	3	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES CIVIS E DE EMPREGADOS	0100	84.632,00	78.283,47
2011	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILITA	3	AUXILIO-TRANSPORTE - CIVIS	0100	569.293,96	569.293,96
2012	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILIT	3	AUXILIO-ALIMENTACAO DE CIVIS	0100	9.087.762,59	9.087.762,59
09IX	CUMPRIMENTO DE OBRIGACOES DECORRENTES DA EXTINCAO DA REDE FE	3	CUMPRIMENTO DE OBRIGACOES DECORRENTES DA EXTINCAO DA REDE FERROVIARIA FEDERAL S/A - RFFSA	0100		543.939,84
2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE	3	ADMINISTRACAO DA UNIDADE	0100		
			ADMINISTRACAO DAS UNIDADES DESCENTRALIZADAS DO DEPARTAMENTO DE ORGAOS EXTINTOS - DEPEX	0100		58.908,00
				0100	17.817.653,00	15.515.565,02
			ADMINISTRACAO DA UNIDADE	0250	50.000,00	1.548,73
				0281	22.000,00	15.480,00
		CONCESSAO DO VALE-CULTURA	0100	852.023,60	852.023,30	
2843	FUNCIONAMENTO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIARIO URBANO	3	FUNCIONAMENTO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIARIO URBANO DE PASSAGEIROS	0100	1.777.000,00	1.777.000,00
6438	CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS PARA TRANSPORTES COLETIVOS U	3	CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS PARA TRANSPORTES	0100	145.164,00	81.229,00
			COLETIVOS URBANOS	0281	28.700,00	24.090,00
2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE	4	ADMINISTRACAO DA UNIDADE	0100	862.722,00	840.296,23
TOTAL					217.640.702,58	213.270.675,89
RECEITA PROPRIA				0250	50.000,00	1.548,73
				0100	207.360.702,58	204.944.137,55
				0144	10.179.300,00	8.285.419,61
SUBSÍDIOS				0281	50.700,00	39.570,00
				0300	0,00	0,00

Quadro A.6.5.1.B – Subsídio - Belo Horizonte

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE BELO HORIZONTE

Ação Governo		Grupo Despesa	Plano Orçamentário	Fonte SOF	PROVISAO RECEBIDA	DESPESA ORCAMENTARIA DO EXERCICIO
0022	SENTENCAS JUDICIAIS DEVIDAS POR EMPRESAS ESTATAIS	1	SENTENCAS JUDICIAIS DE EMPRESAS ESTATAIS DEPENDENTES	0100	16.739.782,46	16.739.782,46
			DEPOSITOS RECURSAIS DEVIDOS POR EMPRESAS ESTATAIS DEPENDENTES	0100	6.395.131,37	6.395.131,37
20TP	PESSOAL ATIVO DA UNIAO	1	PESSOAL ATIVO DA UNIAO	0100	129.571.833,72	126.703.825,71
0022	SENTENCAS JUDICIAIS DEVIDAS POR EMPRESAS ESTATAIS	3	SENTENCAS JUDICIAIS DE EMPRESAS ESTATAIS DEPENDENTES	0100	4.943.025,48	4.943.024,64
			DEPOSITOS RECURSAIS DEVIDOS POR EMPRESAS ESTATAIS DEPENDENTES	0100	17.642,38	17.642,38
2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPR	3	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA DE CIVIS - COMPLEMENTACAO DA UNIAO	0100	4.381.998,49	4.380.094,70
			EXAMES PERIODICOS - CIVIS	0100	126.500,00	126.500,00
2010	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES CIVIS	3	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES CIVIS E DE EMPREGADOS	0100	299.132,00	295.493,23
2011	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILITA	3	AUXILIO-TRANSPORTE - CIVIS	0100	173.848,04	169.088,96
2012	AUXILIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILITARES	3	AUXILIO-ALIMENTAÇÃO - CIVIS	0100	14.420.277,00	14.420.277,00
2843	FUNCIONAMENTO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIARIO URBANO	3	FUNCIONAMENTO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIARIO URBANO DE PASSAGEIROS	0100	20.518.055,83	20.517.734,54
				0250	67.283.854,29	67.279.482,34
				0280	151.142,00	151.142,00
				0281	39.300,00	34.700,00
4641	PUBLICIDADE DE UTILIDADE PUBLICA	3	PUBLICIDADE DE UTILIDADE PUBLICA	0100	110.000,00	108.036,28
6438	CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS PARA TRANSPORTES COLETIVOS U	3	CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS PARA TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS	0100	423.597,25	421.309,25
				0281	33.052,97	33.052,97
2843	FUNCIONAMENTO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIARIO URBANO	4	FUNCIONAMENTO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIARIO URBANO DE PASSAGEIROS	0100	558.242,70	558.242,70
				0250	2.521.626,00	2.521.626,00
TOTAL					268.708.041,98	265.816.186,53
RECEITA PROPRIA				0250	69.805.480,29	69.801.108,34
				0280	151.142,00	151.142,00
SUBSÍDIOS				0100	198.679.066,72	195.796.183,22
				0281	72.352,97	67.752,97
				0300	0,00	0,00

Quadro A.6.5.1.C – Subsídio - Recife

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE RECIFE

Ação Governo		Grupo Despesa	Plano Orçamentário	Fonte SOF	PROVISÃO RECEBIDA	DESPESA ORÇAMENTARIA DO EXERCÍCIO
0022	SENTENÇAS JUDICIAIS DEVIDAS POR EMPRESAS ESTATAIS	1	SENTENÇAS JUDICIAIS DE EMPRESAS ESTATAIS DEPENDENTES	0100	36.710.422,64	36.710.422,64
			DEPOSITOS RECURSAIS DEVIDOS POR EMPRESAS ESTATAIS DEPENDENTES	0100	3.151.210,75	3.151.210,75
20TP	PESSOAL ATIVO DA UNIAO	1	PESSOAL ATIVO DA UNIAO	0100	240.026.965,00	237.329.764,06
0022	SENTENÇAS JUDICIAIS DEVIDAS POR EMPRESAS ESTATAIS	3	SENTENÇAS JUDICIAIS DE EMPRESAS ESTATAIS DEPENDENTES	0100	2.465.859,95	2.465.859,95
			DEPOSITOS RECURSAIS DEVIDOS POR EMPRESAS ESTATAIS DEPENDENTES	0100	235.372,90	235.362,26
2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPR	3	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA DE CIVIS - COMPLEMENTACAO DA UNIAO	0100	8.823.716,20	8.823.715,27
			EXAMES PERIODICOS - CIVIS	0100	120.000,00	120.000,00
2010	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES CIVIS	3	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES CIVIS E DE EMPREGADOS	0100	551.497,00	545.856,80
2011	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILITARES	3	AUXILIO-TRANSPORTE - CIVIS	0100	141.000,00	140.999,53
2012	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILITARES	3	AUXILIO-ALIMENTACAO DE CIVIS	0100	15.556.419,00	15.556.419,00
2843	FUNCIONAMENTO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIARIO URBANO	3	FUNCIONAMENTO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIARIO URBANO DE PASSAGEIROS	0100	31.662.130,64	31.662.130,00
				0250	51.186.060,53	50.273.915,62
4641	PUBLICIDADE DE UTILIDADE PUBLICA	3	PUBLICIDADE DE UTILIDADE PUBLICA	0100	210.000,00	10.800,00
6438	CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS PARA TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS	3	CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS PARA TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS	0100	486.000,00	187.521,97
				0281	61.000,00	55.579,79
2843	FUNCIONAMENTO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIARIO URBANO	4	FUNCIONAMENTO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIARIO URBANO DE PASSAGEIROS	0100	334.163,55	325.000,00
				0250	325.000,00	291.636,02
5754	IMPLANTACAO DO TRECHO RODOVIARIA-CAMARAGIBE E MODERNIZACAO D	4	IMPLANTACAO DO TRECHO RODOVIARIA-CAMARAGIBE E MODERNIZACAO DOS TRECHOS RECIFE - JABOATAO, COQUEIRAL - RODOVIARIA E RECIFE - CABO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE RECIFE - PE	0300	61.150.000,00	61.149.999,99
TOTAL					453.196.818,16	449.036.193,65
RECEITA PROPRIA					51.511.060,53	50.565.551,64
SUBSÍDIOS					340.474.757,63	337.265.062,23
					61.000,00	55.579,79
					61.150.000,00	61.149.999,99

Quadro A.6.5.1.D – Subsídio - Natal

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE NATAL

Ação Governo		Grupo Despesa	Plano Orçamentário	Fonte SOF	PROVISÃO RECEBIDA	DESPESA ORÇAMENTARIA DO EXERCÍCIO
0022	SENTENÇAS JUDICIAIS DEVIDAS POR EMPRESAS ESTATAIS	1	SENTENÇAS JUDICIAIS DE EMPRESAS ESTATAIS DEPENDENTES	0100	3.926.473,45	3.926.473,45
			DEPOSITOS RECURSAIS DEVIDOS POR EMPRESAS ESTATAIS DEPENDENTES	0100	172.080,74	159.305,93
20TP	PESSOAL ATIVO DA UNIAO	1	PESSOAL ATIVO DA UNIAO	0100	19.141.361,15	18.553.564,12
0022	SENTENÇAS JUDICIAIS DEVIDAS POR EMPRESAS ESTATAIS	3	SENTENÇAS JUDICIAIS DE EMPRESAS ESTATAIS DEPENDENTES	0100	1.221.449,99	1.220.728,61
			DEPOSITOS RECURSAIS DEVIDOS POR EMPRESAS ESTATAIS DEPENDENTES	0100	1.270,48	1.270,48
2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPR	3	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA DE CIVIS - COMPLEMENTACAO DA UNIAO	0100	742.516,70	742.516,70
			EXAMES PERIODICOS - CIVIS	0100	63.100,00	63.090,93
2010	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES CIVIS	3	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES CIVIS E DE EMPREGADOS	0100	58.850,00	55.983,58
2011	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILITA	3	AUXILIO-TRANSPORTE - CIVIS	0100	12.259,20	9.999,97
2012	AUXILIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILITARES	3	AUXILIO-ALIMENTAÇÃO - CIVIS	0100	1.932.213,83	1.932.213,83
2843	FUNCIONAMENTO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIARIO URBANO	3	FUNCIONAMENTO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIARIO URBANO DE PASSAGEIROS	0100	8.749.834,36	8.723.481,15
				0250	1.095.182,54	1.095.182,54
				0281	6.000,00	5.604,00
4641	PUBLICIDADE DE UTILIDADE PUBLICA	3	PUBLICIDADE DE UTILIDADE PUBLICA	0100	40.000,00	40.000,00
6438	CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS PARA TRANSPORTES COLETIVOS U	3	CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS PARA TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS	0100	91.535,00	91.522,17
				0281	6.000,00	5.986,00
2843	FUNCIONAMENTO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIARIO URBANO	4	FUNCIONAMENTO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIARIO URBANO DE PASSAGEIROS	0100	255.000,00	248.659,21
				0250	255.000,00	181.643,77
10SS	APOIO A SISTEMAS DE TRANSPORTE PUBLICO COLETIVO URBANO	4	MODERNIZACAO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE NATAL	0100	3.814.327,18	3.814.327,18
TOTAL					41.584.454,62	40.871.553,62
RECEITA PROPRIA				0250	1.350.182,54	1.276.826,31
SUBSÍDIOS				0100	40.222.272,08	39.583.137,31
				0281	12.000,00	11.590,00
				0300	0,00	0,00

Quadro A.6.5.1.E – Subsídio - João Pessoa

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE JOÃO PESSOA

Ação Governo		Grupo Despesa	Plano Orçamentário	Fonte SOF	PROVISAO RECEBIDA	DESPESA ORÇAMENTARIA DO EXERCÍCIO
0022	SENTENCAS JUDICIAIS DEVIDAS POR EMPRESAS ESTATAIS	1	SENTENCAS JUDICIAIS DE EMPRESAS ESTATAIS DEPENDENTES	0100	1.256.403,16	1.256.393,16
			DEPOSITOS RECURSAIS DEVIDOS POR EMPRESAS ESTATAIS DEPENDENTES	0100	269.175,64	269.175,64
20TP	PESSOAL ATIVO DA UNIAO	1	PESSOAL ATIVO DA UNIAO	0100	16.433.637,22	16.254.771,19
0022	SENTENCAS JUDICIAIS DEVIDAS POR EMPRESAS ESTATAIS	3	SENTENCAS JUDICIAIS DE EMPRESAS ESTATAIS DEPENDENTES	0100	40.297,51	40.297,51
			DEPOSITOS RECURSAIS DEVIDOS POR EMPRESAS ESTATAIS DEPENDENTES	0100	31.284,97	12.035,37
2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPR	3	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA DE CIVIS - COMPLEMENTACAO DA UNIAO	0100	599.564,72	599.264,72
			EXAMES PERIODICOS - CIVIS	0100	53.000,00	53.000,00
2010	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES CIVIS	3	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES CIVIS E DE EMPREGADOS	0100	55.023,00	53.312,96
2011	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILITA	3	AUXILIO-TRANSPORTE - CIVIS	0100	13.007,80	13.007,80
2012	AUXILIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILITARES	3	AUXILIO-ALIMENTAÇÃO - CIVIS	0100	1.474.815,85	1.474.815,58
2843	FUNCIONAMENTO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIARIO URBANO	3	FUNCIONAMENTO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIARIO URBANO DE PASSAGEIROS	0100	8.326.938,84	8.325.697,13
				0250	575.754,26	575.754,26
				0281	0,00	
4641	PUBLICIDADE DE UTILIDADE PUBLICA	3	PUBLICIDADE DE UTILIDADE PUBLICA	0100	39.713,54	38.827,59
6438	CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS PARA TRANSPORTES COLETIVOS U	3	CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS PARA TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS	0100	62.742,50	62.392,50
				0281	0,00	
2843	FUNCIONAMENTO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIARIO URBANO	4	FUNCIONAMENTO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIARIO URBANO DE PASSAGEIROS	0100	144.085,81	139.362,50
				0250	170.373,51	170.373,51
10SS	APOIO A SISTEMAS DE TRANSPORTE PUBLICO COLETIVO URBANO	4	MODERNIZACAO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE JOAO PESSOA	0100	12.820.132,07	9.851.334,52
TOTAL					42.365.950,40	39.189.815,94
RECEITA PROPRIA				0250	746.127,77	746.127,77
				0100	41.619.822,63	38.443.688,17
SUBSÍDIOS				0281	0,00	0,00
				0300	0,00	0,00

Quadro A.6.5.1.F – Subsídio - Maceió

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE MACEIÓ

Ação Governo		Grupo Despesa	Plano Orçamentário	Fonte SOF	PROVISAO RECEBIDA	DESPESA ORÇAMENTARIA DO EXERCÍCIO
0022	SENTENÇAS JUDICIAIS DEVIDAS POR EMPRESAS ESTATAIS	1	SENTENÇAS JUDICIAIS DE EMPRESAS ESTATAIS DEPENDENTES	0100	5.154.890,51	5.154.890,51
			DEPOSITOS RECURSAIS DEVIDOS POR EMPRESAS ESTATAIS DEPENDENTES	0100	181.157,24	181.157,24
20TP	PESSOAL ATIVO DA UNIAO	1	PESSOAL ATIVO DA UNIAO	0100	20.639.192,61	19.216.542,91
0022	SENTENÇAS JUDICIAIS DEVIDAS POR EMPRESAS ESTATAIS	3	SENTENÇAS JUDICIAIS DE EMPRESAS ESTATAIS DEPENDENTES	0100	1.690.321,83	1.690.321,83
			DEPOSITOS RECURSAIS DEVIDOS POR EMPRESAS ESTATAIS DEPENDENTES	0100	17.381,69	17.381,69
2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPR	3	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA DE CIVIS - COMPLEMENTACAO DA UNIAO	0100	832.465,62	832.465,62
			EXAMES PERIODICOS - CIVIS	0100	2.818,72	2.818,72
2010	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES CIVIS	3	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES CIVIS E DE EMPREGADOS	0100	87.562,00	69.983,45
2011	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILITA	3	AUXILIO-TRANSPORTE - CIVIS	0100	9.707,00	8.094,16
2012	AUXILIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILITARES	3	AUXILIO-ALIMENTAÇÃO - CIVIS	0100	2.568.072,00	2.568.072,00
2843	FUNCIONAMENTO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIARIO URBANO	3	FUNCIONAMENTO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIARIO URBANO DE PASSAGEIROS	0100	9.955.477,19	9.940.682,90
				0250	3.111.525,12	3.108.525,12
				0281	6.200,00	1.280,00
4641	PUBLICIDADE DE UTILIDADE PUBLICA	3	PUBLICIDADE DE UTILIDADE PUBLICA	0100	14.274,00	14.274,00
6438	CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS PARA TRANSPORTES COLETIVOS U	3	CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS PARA TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS	0100	50.400,00	23.760,00
				0281	6.200,00	
2843	FUNCIONAMENTO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIARIO URBANO	4	FUNCIONAMENTO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIARIO URBANO DE PASSAGEIROS	0100	103.462,45	75.101,96
				0250	77.955,00	34.750,80
10SS	APOIO A SISTEMAS DE TRANSPORTE PUBLICO COLETIVO URBANO	4	MODERNIZACAO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE MACEIO	0100	19.454.144,94	19.454.143,08
TOTAL					63.963.207,92	62.394.245,99
RECEITA PROPRIA				0250	3.189.480,12	3.143.275,92
SUBSÍDIOS				100	60.761.327,80	59.249.690,07
				0281	12.400,00	1.280,00
				0300	0,00	0,00

Quadro A.6.5.1.G – Subsídio - Consolidado

		PROVISÃO RECEBIDA	DESPESA ORÇAMENTARIA DO EXERCÍCIO
TOTAL		1.088.153.407,53	1.070.578.671,62
RECEITA PRÓPRIA	0250	126.652.331,25	125.534.438,71
	0280	151.142,00	151.142,00
SUBSÍDIOS	0100	889.812.181,31	875.281.898,55
	0144	10.179.300,00	8.285.419,61
	0188	0,00	0,00
	0263	0,00	0,00
	0281	208.452,97	175.772,76
	0300	61.150.000,00	61.149.999,99
TOTAL		961.349.934,28	944.893.090,91

6.5.2 - Demonstrativo do Resultado Operacional por Sistema e agregado (Receita Total – Custo Total)

Unidade	Receita Total (R\$)	Custo Total (R\$)	Déficit Operacional (R\$)
BELO HORIZONTE	97.638.924	203.077.948	- 105.439.024
RECIFE	63.269.962	311.046.481	- 247.776.519
NATAL	1.471.902	30.725.420	- 29.253.518
JOÃO PESSOA	901.917	23.742.023	- 22.840.106
MACEIÓ	840.890	31.014.817	- 30.173.927
TOTAL	164.123.595	599.606.689	- 435.483.094

Fonte: GAPLO/DP (Banco de Dados)

7. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

7.1 - Tratamento de Determinações do TCU

O único Acórdão demandado à CBTU no exercício de 2016 que estabeleceu determinações e recomendações foi o de número 7572/2016-1ª Câmara - TC 026.359/2015-4. Após reuniões internas identificamos as áreas responsáveis nas implementações das medidas indicadas que terão conforme prazo estabelecido no acórdão, 120 dias para conclusão e apresentação dos trabalhos.

A CBTU mantém dois empregados da área de Auditoria como Procuradores da Companhia para acompanhamento dos processos, através de controles informatizados.

Relacionamos a seguir, os processos da CBTU vigentes no TCU.

7.1.1 - Deliberações do TCU que Permanecem Pendentes de Cumprimento

ACÓRDÃOS DECORRENTES DO JULGAMENTO DE CONTAS ANUAIS

Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Caracterização da determinação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
012.829/2003-0				
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação				
Descrição da determinação/recomendação				
PRESTAÇÃO DE CONTAS EXERCÍCIO 2002.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
NÃO FOI EMITIDO ACÓRDÃO EM 2016 PARA ESTE PROCESSO.				

Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Caracterização da determinação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
009.514/2010-4	285/2016-P			
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação				
Descrição da determinação/recomendação				
PRESTAÇÃO DE CONTAS EXERCÍCIO 2005. ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei nº 8.443/92, c/c o art. 278, § 2º, do Regimento Interno, em: 9.1. não conhecer dos presentes embargos de declaração; 9.2. notificar os embargantes acerca desta deliberação.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				

NO ACÓRDÃO EMITIDO NÃO CONSTA QUALQUER DETERMINAÇÃO OU RECOMENDAÇÃO PARA A CBTU.

Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Caracterização da determinação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
017.184/2010-0	2923/2016-P			
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>PRESTAÇÃO DE CONTAS EXERCÍCIO 2009.</p> <p>ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 32 e 33 da Lei 8.443/1992 e no art. 218 do Regimento Interno, em:</p> <p>9.1. conhecer dos recursos de reconsideração e negar-lhes provimento;</p> <p>9.2. dar ciência desta deliberação aos recorrentes e demais interessados.</p>				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
NO ACÓRDÃO EMITIDO NÃO CONSTA QUALQUER DETERMINAÇÃO OU RECOMENDAÇÃO PARA A CBTU.				

Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Caracterização da determinação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
017.184/2010-0	3030/2016-P			
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>PRESTAÇÃO DE CONTAS EXERCÍCIO 2009.</p> <p>Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno/TCU, c/c o Enunciado nº 145 da Súmula da Jurisprudência predominante do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão 2659/2014 – TCU – Plenário, prolatado na Sessão de 8/10/2014, Ata nº 39/2014, incluindo-se o subitem 9.8, para que leia-se “autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações”, mantendo-se os demais termos do acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.</p>				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
NO ACÓRDÃO EMITIDO NÃO CONSTA QUALQUER DETERMINAÇÃO OU RECOMENDAÇÃO PARA A CBTU.				

Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Caracterização da determinação do TCU																																
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência																												
026.359/2015-4	7572/2016-1ªC	1.7.1 a 1.7.3	Ofício 0003/2017 SecexEstataisRJ /	13/01/2017																												
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação																																
Diretoria de Administração e Finanças, Diretoria de Planejamento e Gerência de Governança																																
Descrição da determinação/recomendação																																
<p>PRESTAÇÃO DE CONTAS EXERCÍCIO 2014.</p> <p>ACORDAM, por unanimidade, em julgar as contas a seguir relacionadas regulares com ressalva, dando-lhes quitação e regular a dos demais, dando-lhes quitação plena, dando-se ciência desta decisão, bem como da instrução da unidade técnica à CBTU, à Casa Civil da Presidência da República e ao Ministério das Cidades e fazendo-se as determinações sugeridas.</p> <p>Srs. Sérgio Sampaio Sessim e Davidson Tolentino de Almeida, ambos Diretores de Administração e Finanças, no exercício de 2014, pela falha no detalhamento de horas extras do contracheque e pela permanência das distorções causadas pela implantação do Plano de Emprego e Salário em 2010, que deram margem a perdas em ações trabalhistas pela CBTU;</p> <table><thead><tr><th>NOME</th><th>CPF</th><th>PERÍODO DE EXERCÍCIO</th></tr></thead><tbody><tr><td>Sérgio Sampaio Sessim</td><td>743.871.977-49</td><td>1/1/2014 a 27/8/2014</td></tr><tr><td>Davidson Tolentino de Almeida</td><td>588.656.244-34</td><td>28/8/2014 a 31/12/2014</td></tr></tbody></table> <p>Srs. Francisco Carlos C. Colombo, Pedro Gherardi Neto e Fernando Barini R. Alves, todos ocupantes do cargo de Diretor Presidente da CBTU no exercício de 2014, por não terem promovido tempestivamente a integração entre as áreas da Estatal com fulcro em minimizar o expressivo número de ações judiciais no âmbito da CBTU;</p> <table><thead><tr><th>NOME</th><th>CPF</th><th>CARGO OU FUNÇÃO</th><th>PERÍODO</th></tr></thead><tbody><tr><td rowspan="2">Francisco C. C. Colombo</td><td rowspan="2">673.233.758-00</td><td>Diretor-Presidente da CBTU e</td><td rowspan="2">1/1/2014 a 27/5/2014</td></tr><tr><td>Membro do Conselho de Administração</td></tr><tr><td rowspan="2">Pedro Gherardi Neto</td><td rowspan="2">495.136.058-68</td><td>Diretor-Presidente da CBTU e</td><td rowspan="2">1/1/2014 a 28/8/2014</td></tr><tr><td>Membro do Conselho de Administração</td></tr><tr><td rowspan="2">Fernando Barini R. Alves</td><td rowspan="2">038.361.518-63</td><td rowspan="2">Diretor-Presidente da CBTU</td><td>28/8/2014</td></tr><tr><td>a 31/12/2014</td></tr></tbody></table> <p>1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:</p> <p>1.7.1. determinar à CBTU que elabore, no prazo de 120 dias, plano de ação para a implementação das medidas que se seguem, indicando as ações que serão adotadas pela organização, o prazo e o responsável pelo seu desenvolvimento:</p> <p>1.7.1.1. integração de suas unidades na utilização do sistema de administração SISAF, de forma a melhorar o controle e o gerenciamento de contratos de locação de mão de obra e de outros de cunho administrativo;</p> <p>1.7.1.2. adoção, em conjunto com a SPU, das medidas necessárias para reavaliação dos imóveis da União sob a guarda da CBTU, com vista a mitigar risco de eventual ofensa ao princípio contábil da oportunidade, com potencial ocorrência de subavaliação dos imóveis;</p>					NOME	CPF	PERÍODO DE EXERCÍCIO	Sérgio Sampaio Sessim	743.871.977-49	1/1/2014 a 27/8/2014	Davidson Tolentino de Almeida	588.656.244-34	28/8/2014 a 31/12/2014	NOME	CPF	CARGO OU FUNÇÃO	PERÍODO	Francisco C. C. Colombo	673.233.758-00	Diretor-Presidente da CBTU e	1/1/2014 a 27/5/2014	Membro do Conselho de Administração	Pedro Gherardi Neto	495.136.058-68	Diretor-Presidente da CBTU e	1/1/2014 a 28/8/2014	Membro do Conselho de Administração	Fernando Barini R. Alves	038.361.518-63	Diretor-Presidente da CBTU	28/8/2014	a 31/12/2014
NOME	CPF	PERÍODO DE EXERCÍCIO																														
Sérgio Sampaio Sessim	743.871.977-49	1/1/2014 a 27/8/2014																														
Davidson Tolentino de Almeida	588.656.244-34	28/8/2014 a 31/12/2014																														
NOME	CPF	CARGO OU FUNÇÃO	PERÍODO																													
Francisco C. C. Colombo	673.233.758-00	Diretor-Presidente da CBTU e	1/1/2014 a 27/5/2014																													
		Membro do Conselho de Administração																														
Pedro Gherardi Neto	495.136.058-68	Diretor-Presidente da CBTU e	1/1/2014 a 28/8/2014																													
		Membro do Conselho de Administração																														
Fernando Barini R. Alves	038.361.518-63	Diretor-Presidente da CBTU	28/8/2014																													
			a 31/12/2014																													

1.7.2. **recomendar** à CBTU que defina adequadamente o grau de detalhamento das informações monitoradas pelas STUs quanto aos atendimentos prestados aos usuários, à luz dos apontamentos constantes do item 2.6 do RA-201504109 da CGU;

1.7.3. **dar ciência** à CBTU que a não apresentação de informações completas quanto ao número de acidentes por milhão de passageiros transportados e à evolução dos acidentes implica descumprimento do determinado no item 9.3.5 do [acórdão 1309/2010-TCU-1ª Câmara](#);

1.7.4. **determinar** à SecexEstataisRJ que avalie e acompanhe a implementação do plano de ação ora determinado, de modo a aferir o seu cumprimento pela CBTU.

Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas

Realizada reunião envolvendo as áreas responsáveis pelo cumprimento do determinado no Acórdão. Prazo para conclusão dos trabalhos e atendimento até 13/05/2017.

PROCESSOS VIGENTES JUNTO AO TCU EM 2016

Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Caracterização da determinação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
002.588/2009-0				
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação				
Descrição da determinação/recomendação				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
NÃO FOI EMITIDO ACÓRDÃO EM 2016 PARA ESTE PROCESSO.				

Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Caracterização da determinação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
003.896/2009-2				
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação				
Descrição da determinação/recomendação				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
NÃO FOI EMITIDO ACÓRDÃO EM 2016 PARA ESTE PROCESSO.				

Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Caracterização da determinação do TCU				
---------------------------------------	--	--	--	--

Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
012.778/2010-9				
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação				
Descrição da determinação/recomendação				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
NÃO FOI EMITIDO ACÓRDÃO EM 2016 PARA ESTE PROCESSO.				

Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Caracterização da determinação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
003.643/2012-3				
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação				
Descrição da determinação/recomendação				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
NÃO FOI EMITIDO ACÓRDÃO EM 2016 PARA ESTE PROCESSO.				

Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Caracterização da determinação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
008.523/2012-6				
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação				
Descrição da determinação/recomendação				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
NÃO FOI EMITIDO ACÓRDÃO EM 2016 PARA ESTE PROCESSO.				

Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Caracterização da determinação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência

028.499/2012-3				
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação				
Descrição da determinação/recomendação				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
NÃO FOI EMITIDO ACÓRDÃO EM 2016 PARA ESTE PROCESSO.				

Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Caracterização da determinação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
001.084/2013-5				
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação				
Descrição da determinação/recomendação				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
NÃO FOI EMITIDO ACÓRDÃO EM 2016 PARA ESTE PROCESSO.				

Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Caracterização da determinação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
003.120/2013-9				
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação				
Descrição da determinação/recomendação				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
NÃO FOI EMITIDO ACÓRDÃO EM 2016 PARA ESTE PROCESSO.				

Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Caracterização da determinação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
009.891/2013-7				

Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação				
Descrição da determinação/recomendação				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
NÃO FOI EMITIDO ACÓRDÃO EM 2016 PARA ESTE PROCESSO.				

Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Caracterização da determinação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
013.515/2013-6				
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação				
Descrição da determinação/recomendação				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
NÃO FOI EMITIDO ACÓRDÃO EM 2016 PARA ESTE PROCESSO.				

Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Caracterização da determinação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
021.103/2013-5				
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação				
Descrição da determinação/recomendação				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
NÃO FOI EMITIDO ACÓRDÃO EM 2016 PARA ESTE PROCESSO.				

Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Caracterização da determinação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
025.068/2013-0	2661/2016-P			
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação				

Descrição da determinação/recomendação
Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 32, parágrafo único, e 48 da Lei 8.443/1992, art. 285, § 2º, e 286, parágrafo único, do Regimento Interno, em não conhecer do pedido de reexame interposto pelo Serviço Social do Transporte - Conselho Nacional (peça 1665), em razão da ausência interesse recursal do recorrente, nos termos do artigo 48 da Lei 8.443/1992 e artigo 282 do Regimento Interno/TCU; e em dar ciência desta deliberação, juntamente com a instrução (peça 1679), ao recorrente e à unidade jurisdicionada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas
NO ACÓRDÃO EMITIDO NÃO CONSTA QUALQUER DETERMINAÇÃO OU RECOMENDAÇÃO PARA A CBTU.

Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Caracterização da determinação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
007.463/2014-6	2452/2016-P			
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação oferecida pela Secex/BA, por meio do qual se aprecia o estado de manutenção de garantias dadas pelas empresas integrantes do Consórcio Bonfim no âmbito do Contrato 10/04 (SA - 12), que tinha por objeto o fornecimento e instalação de sistemas e equipamentos ao Metrô de Salvador. ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, da Lei 8.443/92, e 237, inciso VII, e 276, do Regimento Interno, em:</p> <p>9.1. com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal, 11 e 44, <i>caput</i> e § 2º, da Lei 8.443/1992 e 274 e 276, <i>caput</i> e § 6º, do Regimento Interno do TCU, renovar a medida cautelar adotada por meio do item 9.6 do Acórdão 64/2015-Plenário, consistente na decretação da indisponibilidade de bens da empresa MPE - Montagens e Projetos Especiais S.A. até o montante de R\$ 3,5 milhões R\$ 3.083.472,82 (três milhões, oitenta e três mil, quatrocentos e setenta e dois reais e oitenta e dois centavos) atualizado até dezembro de 2014, arredondado para centena de milhar mais próxima], por mais um ano a partir da data de prolação do presente acórdão ou até que o Consórcio Bonfim - qualquer de suas empresas integrantes - apresente carta de fiança bancária que garanta o valor total estabelecido atualizado até a data de sua instituição e atenda a todos os demais requisitos estabelecidos por esta Corte em suas deliberações;</p> <p>9.2. determinar à Secex-BA que encaminhe ofício ao Ministério Público do Estado da Bahia, em atendimento a sua solicitação de informações, esclarecendo que:</p> <p>9.2.1. a medida cautelar adotada por meio do item 9.6 do Acórdão 64/2015-Plenário foi renovada por meio do item 9.1, retro, em razão de a empresa MPE Montagens Especiais S/A, integrante do Consórcio Bonfim, não ter apresentado nova carta de fiança bancária conforme ali determinado;</p> <p>9.2.2. em razão da cautelar original foram tornados indisponíveis: R\$ 865.599,96 bloqueados em contas correntes bancárias, 5.925.558 cotas de Fundo de Investimento do Nordeste – Finor e imóvel sob a matrícula 17.450, no Registro de Imóveis da Comarca de Santos/SP, de valor ainda não determinado (pendente de diligência já em andamento);</p> <p>9.2.3. referido imóvel deverá ir a hasta pública, no dia 18/10/2016, em razão de processo em andamento na 1ª Vara do Trabalho de Santo André/SP, conforme ofício encaminhado pelo referido juízo a este Tribunal;</p>				

9.2.4. não houve necessidade de alteração do Contrato 10/04 e seus anexos conforme aventado no item 9.3 do referido [Acórdão 64/2015-Plenário](#);

9.3. determinar à Secex-BA que dê continuidade à instrução do presente processo, com a urgência que a existência nos autos de duas cautelares vigentes requer, atentando para todas as questões ainda pendentes, em especial para:

9.3.1. análise das manifestações da empresa MPE contidas nas peças 350 e 370 dos autos;

9.3.2. análise da repercussão do atendimento às diligências objeto dos ofícios contidos nas peças 487 e 488 sobre a cautelar objeto do item 9.1, retro;

9.3.3. análise do eventual cumprimento de cada um dos subitens do item 9.1 do [acórdão 1605/2014-Plenário](#);

9.3.4. análise da suficiência dos bens pertencentes à empresa MPE Montagens Especiais S/A tornados indisponíveis e apresentação de sugestões para substituição do bem que irá a leilão judicial, conforme item 9.2.3, retro.

Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas

NO ACÓRDÃO EMITIDO NÃO CONSTA QUALQUER DETERMINAÇÃO OU RECOMENDAÇÃO PARA A CBTU.

Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Caracterização da determinação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
014.050/2014-5				
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação				
Descrição da determinação/recomendação				
ATOS DE ADMINISSÃO DE PESSOAL				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
NÃO FOI EMITIDO ACÓRDÃO EM 2016 PARA ESTE PROCESSO.				

Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Caracterização da determinação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
014.051/2014-1				
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação				
Descrição da determinação/recomendação				
ATOS DE ADMINISSÃO DE PESSOAL				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
NÃO FOI EMITIDO ACÓRDÃO EM 2016 PARA ESTE PROCESSO.				

Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Caracterização da determinação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
014.053/2014-4				
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação				
Descrição da determinação/recomendação				
ATOS DE ADMISSÃO DE PESSOAL				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
NÃO FOI EMITIDO ACÓRDÃO EM 2016 PARA ESTE PROCESSO.				

Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Caracterização da determinação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
014.054/2014-0				
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação				
Descrição da determinação/recomendação				
ATOS DE ADMISSÃO DE PESSOAL				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
NÃO FOI EMITIDO ACÓRDÃO EM 2016 PARA ESTE PROCESSO.				

Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Caracterização da determinação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
016.127/2014-5				
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação				
Descrição da determinação/recomendação				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
NÃO FOI EMITIDO ACÓRDÃO EM 2016 PARA ESTE PROCESSO.				

Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Caracterização da determinação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
018.361/2015-3				
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação				
Descrição da determinação/recomendação				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
NÃO FOI EMITIDO ACÓRDÃO EM 2016 PARA ESTE PROCESSO.				

Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Caracterização da determinação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
028.410/2016-5				
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação				
Descrição da determinação/recomendação				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
NÃO FOI EMITIDO ACÓRDÃO EM 2016 PARA ESTE PROCESSO.				

7.2 - Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno

A CBTU mantém monitoramento das recomendações emitidas pela CGU através Plano de Providências Permanente.

No exercício de 2016 a CGU não realizou nenhum trabalho específico na Companhia.

A CBTU mantém dois empregados da área de Auditoria da Companhia preparados para realizar acompanhamento dos processos, através de controles informatizados.

7.3 – Medidas Administrativas para Apuração de Responsabilidade por Danos ao Erário

Em atenção ao item “Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário”, que contemplará o Relatório de Gestão – Exercício 2016, informo o que segue.

Após análise das Sindicâncias e Processos Administrativos Disciplinares, bem como consulta formulada às Superintendências Regionais, foram identificados 5 casos de dano ao erário relativos ao exercício 2016.

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especiais							
	Não Instauradas			Instauradas				
	Dispensadas			Não remetidas ao TCU				
	Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos	Outros Casos*	Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração*	Remetidas ao TCU
				Recebimento Débito	Não comprovação	Débito < R\$ 75.000		
5	5	-	-	-	-	-	-	-

Na Superintendência Regional de Trens Urbanos de Recife detectou-se o desaparecimento de notebook, avaliado em R\$1.700,00 (mil e setecentos reais). Ao constatar o desaparecimento do referido bem, foi lavrado o Boletim de Ocorrência número 16I0319053843 na Delegacia pela Internet de Pernambuco e instaurada Sindicância, cuja Comissão concluiu pelo arquivamento do processo, por não ter sido possível apontar a autoria do furto, não tendo havido, ainda, decisão final.

Constatou-se, também, desaparecimento de malote de nº 513985084, com o valor de R\$860,95 (oitocentos e sessenta reais e noventa e cinco centavos). Foi instaurada Sindicância para apuração das devidas responsabilidades, permanecendo a Comissão em andamento com as atividades apuratórias.

Na Superintendência Regional de Trens Urbanos de João Pessoa, verificou-se o desaparecimento de câmera fotográfica da marca Nikon, avaliada em R\$2.000,00 (dois mil reais). Foi instaurada Sindicância, cuja Comissão sugeriu o arquivamento do processo, pela impossibilidade de identificação dos responsáveis pela subtração do objeto, e recomendou a formalização de Boletim de Ocorrência Policial, com o envio de toda a documentação relacionada. Todavia, ainda não houve decisão final.

Observou-se, ainda, ter havido arrombamentos e furtos de bens inservíveis, como tv's, ventiladores, cadeiras, impressora, e monitores e gabinetes de computadores, no “Galpão do Troller”, da estação João Pessoa, apresentando valor estimado de R\$1.500,00 (mil e quinhentos reais). Os fatos foram objeto das Certidões de Ocorrência Policial nº 02823.01.2016.1.91.000 e 03035.01.2016.1.91.000 da 1ª Superintendência Regional de Polícia Civil Central de Polícia Civil de João Pessoa, bem como de apuração por meio de Sindicância, tendo a Comissão não identificado os responsáveis e sugerido o arquivamento do processo, estando pendente de julgamento.

Na Superintendência Regional de Trens Urbanos de Belo Horizonte, constatou-se quebra de caixa no valor de R\$48,00, tendo sido instaurada Sindicância para apuração das devidas responsabilidades, permanecendo a Comissão em andamento com as atividades apuratórias.

Vale observar que, para apuração e minimização de ocorrência de ilícitos administrativos de uma maneira geral, a CBTU aplica o seu Manual Disciplinar, aprovado e implementado no ano de 2015. Este documento regula os direitos, deveres e os instrumentos disciplinares destinados à apuração de responsabilidades funcionais decorrentes da ação ou omissão dos empregados em toda a Companhia, por meio de Sindicância, Processo Administrativo Disciplinar (PAD), Termo Circunstanciado Administrativo (TCA) e Termo de Compromisso de Adequação Funcional (TCAF).

As penalidades poderão consistir em advertência, suspensão ou demissão por justa causa, todas precedidas por procedimento administrativo, contendo a documentação dos fatos, defesas, depoimentos, relatórios, julgamento e decisão, sendo consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para a Companhia, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes funcionais.

Fonte: Getor Nacional PAD

7.4 – Demonstração da Conformidade do Cronograma de Pagamentos de Obrigações com o Disposto no Art. 5º da Lei 8666/93

Todas as Unidades da CBTU obedecem o que determina o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993. Os pagamentos das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços seguem a ordem cronológica, conforme registro no sistema interno “SISAFweb”, sistema próprio da CBTU para os processos de pagamento.

FONTE: GAFIN/DA (Gerência Geral de Gestão Financeira) e GIAFI/STU (Gerência Regional de Administração e Finanças)

7.5 – Informações sobre a Revisão dos Contratos Vigentes Firmados com Empresas Beneficiadas pela Desoneração da Folha de Pagamento

Em 18/03/16, através da RPR nº 079, foi constituído Grupo de Trabalho – GT na AC, determinando que as Superintendências de Trens Urbanos constituíssem grupo de trabalho local, visando à compilação das informações solicitadas pelo órgão de controle, junto aos gestores locais, com a elaboração de um relatório conclusivo.

Este trabalho teve como base o levantamento realizado em janeiro de 2015, através do Grupo de Trabalho constituído pela RPR 134-2014, de 19/09/2014, cujo relatório final gerou uma *planilha* compilada com as informações disponibilizadas nos documentos apresentados pela GAJUR, pelos membros do GT-Desoneração das Superintendências Regionais e pelos gestores da Administração Central.

Esta *planilha*, referente a cada Unidade, foi reencaminhada às Superintendências para as seguintes providências:

- a) Demonstração das medidas adotadas para revisão dos contratos firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento, em conformidade com o art. 7º da Lei 12.546/2011, cuja redação foi alterada pela Lei 13.161/2015 e regulamentada pelo art. 2º do Decreto 7.828/2012, cuja redação foi alterada pelo Decreto 7.877, de 27/12/12, atentando para os efeitos retroativos de início da desoneração, mencionadas na legislação;

- b) Demonstração da obtenção administrativa do ressarcimento dos valores pagos a maior (elisão do dano) em relação aos contratos já encerrados que foram firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento, de acordo com o art. 7º, da Lei 12.546/2011, cuja redação foi alterada pela Lei 13.161/2015, e regulamentada pelo art. 2º, do decreto 7.828/2012, cuja redação foi alterada pelo Decreto 7.877, de 27/12/2012;
- c) Detalhamento sobre os contratos (vigentes e encerrados) revisados, incluindo número, unidade contratante, nome/CNPJ da empresa contratada, objeto e vigência, com destaque para a economia (redução de valor contratual) obtida em cada contrato.

Porém, diante da suspensão dos itens 9.2 e 9.3 do Acórdão 2859/2013 – TCU, reafirmada pela AUDIT em 26/01/17, o trabalho encontra-se parado aguardando decisão definitiva.

FONTE: GAJUR

8. ANEXOS E APÊNDICES

8.1 - Atendimento ao Acórdão 1271-2004

8.1.1 – Informações sobre os serviços prestados para sua representação judicial e valores pagos

O objeto do contrato abrange a defesa dos direitos e interesses da **CBTU** e patrocínio das demandas em que a mesma integrar o polo ativo ou passivo, ou ainda como parte interessada, nos processos judiciais principais, acessórios, preventivos e incidentais, de natureza cível, fiscal, trabalhista e criminal, esta quando envolver empregado da **CBTU** no desempenho de suas atividades funcionais ou naquelas em que a **CBTU** for parte, em todas as fases e instâncias, inclusive na Comarca de Brasília (DF), nos Tribunais Superiores, sendo Recurso Especial, Recurso Extraordinário, Recurso de Revista, incluindo sustentação oral, quando for o caso, até final da tramitação, compreendendo-se, portanto, qualquer causa em andamento ou que vier a ser ajuizada na vigência do contrato; Defesa dos interesses da **CBTU** na formulação de acordos judiciais, em conformidade com a norma específica denominada Norma Técnica para Encerramento de Processos Judiciais, mediante Acordo instituído através da Resolução de Diretoria nº. 008/2006, de 14 de junho de 2006 ou outra que venha a substituí-la; Defesa dos interesses da **CBTU** nos processos administrativos, incluindo a elaboração de pareceres quando solicitados.

No exercício de 2016 a despesa efetuada com o Escritório na prestação dos serviços totalizou em R\$3.053.594,14.

FONTE: GAJUR

8.1.1 – Evolução da quantidade de ações judiciais abertas e acompanhadas

A evolução da quantidade de ações judiciais abertas e acompanhadas e os valores pagos estão relacionados no item 3.10.3 - Demonstrativo de Ações Judiciais e Penhoras/Valores Bloqueados deste Relatório.

FONTE: GAJUR

8.1.2 – Avaliação da satisfação em relação ao desempenho do contratado, de modo a justificar a manutenção da terceirização

Os serviços do escritório contratado Nelson Willians & Advogados Associados vêm sendo prestados conforme previsto no Contrato Nº. 012-2013/P, estando a CBTU atendida em suas necessidades. Ressaltamos a consistência técnica e a interação com a fiscalização, seja para o levantamento de dados, documentos e informações, seja para solicitar manifestações técnicas a respeito de peça processual ou sistemática a ser adotada.

FONTE: GAJUR

8.2 - Atendimento ao Acórdão 1309/2010 – Primeira Câmara

Evolução dos Acidentes Ferroviários (por regional e consolidado) e Concessão Judicial de Pensões e Custos nos últimos 5 anos

Quadro A.8.1.A – Evolução dos acidentes ferroviários nos últimos 5 anos

UNIDADES	ANO	TOTAL DE ACIDENTES	ACIDENTES/MILHÃO DE PASS. TRANSPORTADOS
CBTU TOTAL	2012	82	0,58
	2013	105	0,62
	2014	90	0,50
	2015	66	0,37
	2016	55	0,32
STU/REC	2012	6	0,08
	2013	10	0,10
	2014	8	0,07
	2015	0	0,00
	2016	0	0,00
STU/BH	2012	0	0,00
	2013	0	0,00
	2014	0	0,00
	2015	0	0,00
	2016	0	0,00
STU/NAT	2012	28	24,87
	2013	47	30,32
	2014	35	23,33
	2015	30	12,55
	2016	29	9,40
STU/JOP	2012	28	13,15
	2013	23	12,63
	2014	29	18,12
	2015	14	7,18
	2016	10	5,76
STU/MAC	2012	20	12,40
	2013	25	11,31
	2014	18	6,66
	2015	22	10,15
	2016	16	9,27

Fonte: Banco de dados - GEPL/GEPL/DP

A unidade de Belo Horizonte não tem registro de acidentes ferroviários desde o exercício de 2010

Quadro A.8.2.B – Concessão Judicial de Pensões e Custos nos Últimos 5 Anos

2012

	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	TOTAL
BELO HORIZONTE													
valor pago (R\$)	4.707,49	4.707,49	4.707,49	4.707,49	4.707,49	4.539,03	4.875,95	4.707,49	5.017,88	5.017,88	5.017,88	6.674,00	59.387,56
número de pensões	7	7	7	7	7	6	7	7	7	7	7	8	
FORTALEZA													
valor pago (R\$)	10.577,17	10.577,17	10.577,17	10.577,17	10.577,17	10.577,17	10.577,17	10.577,17	10.577,17	10.577,17	10.577,17	10.577,17	126.926,04
número de pensões	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	
NATAL													
valor pago (R\$)	3.043,60	3.043,60	3.043,60	3.043,60	2.836,27	3.250,93	3.043,60	3.043,60	3.043,60	3.043,60	3.043,60	3.043,60	36.523,20
número de pensões	3	3	3	3	2	3	3	3	3	3	3	3	
RIO DE JANEIRO													
valor pago (R\$)	1.043.202,14	1.017.728,27	1.005.819,23	1.085.917,96	1.027.814,44	979.767,82	984.092,09	966.148,31	985.608,45	960.567,21	979.587,40	984.092,19	12.020.345,51
número de pensões	2190	2186	2202	2178	2183	2174	2173	2151	2129	2123	2116	2098	
SÃO PAULO													
valor pago (R\$)	399.861,50	412.674,46	400.748,41	390.409,99	397.657,97	394.714,51	398.019,12	396.448,27	392.973,57	403.653,60	392.364,98	398.030,17	4.777.556,55
número de pensões	568	576	580	574	575	580	582	585	582	586	583	577	
SALVADOR													
valor pago (R\$)	311,00	311,00	311,00	311,00	311,00	311,00	311,00	311,00	311,00	311,00	311,00	311,00	3.732,00
número de pensões	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	
RECIFE													
valor pago (R\$)	622,00	622,00	622,00	622,00	622,00	622,00	622,00	622,00	622,00	622,00	622,00	622,00	7.464,00
número de pensões	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	
MACEIÓ													
valor pago (R\$)	622,00	622,00	622,00	622,00	622,00	622,00	622,00	622,00	622,00	622,00	622,00	622,00	7.464,00
número de pensões	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	
JOÃO PESSOA													
valor pago (R\$)	1.399,49	1.535,73	1.266,21	1.266,21	1.266,21	1.266,21	1.266,21	1.244,00	1.244,00	1.244,00	1.244,00	1.244,00	15.486,27
número de pensões	3	3	2	2	2	2	2	1	1	1	1	1	
TOTAL													
valor pago (R\$)	1.464.346,39	1.451.821,72	1.427.717,11	1.497.477,42	1.446.414,55	1.395.670,67	1.403.429,14	1.383.723,84	1.400.019,67	1.385.658,46	1.393.390,03	1.405.216,13	17.054.885,13
número de pensões	2.783	2.787	2.806	2.776	2.781	2.777	2.779	2.759	2.734	2.732	2.722	2.699	

FONTE: GEPAF/GAREH/DA

2013

	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	TOTAL
BELO HORIZONTE													
valor pago (R\$)	5.743,91	5.743,91	5.743,91	5.019,49	6.468,33	5.743,91	5.743,91	5.743,91	5.743,91	5.743,91	5.743,91	5.743,91	68.926,92
número de pensões	8	8	8	7	8	8	8	8	8	8	8	8	
FORTALEZA													
valor pago (R\$)	12.037,67	12.037,67	12.037,67	12.037,67	12.037,67	12.037,67	12.037,67	12.037,67	12.290,15	12.290,15	12.290,15	12.290,15	145.461,96
número de pensões	9	9	9	9	9	9	9	9	10	10	10	10	
NATAL													
valor pago (R\$)	3.390,00	3.390,00	3.390,00	3.390,00	3.390,00	3.390,00	3.390,00	3.390,00	3.390,00	3.390,00	3.390,00	3.390,00	40.680,00
número de pensões	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	
RIO DE JANEIRO													
valor pago (R\$)	1.049.035,91	1.029.271,27	1.038.560,99	1.080.083,71	1.068.838,60	1.057.899,22	1.026.706,15	1.064.235,14	1.040.367,35	1.070.961,14	1.044.420,91	1.056.195,90	12.626.576,29
número de pensões	2097	2079	2074	2078	2078	2069	2040	2054	2045	2055	2035	2018	
SÃO PAULO													
valor pago (R\$)	429.498,39	427.687,04	430.056,99	449.306,02	432.136,84	431.212,66	456.592,33	454.260,67	437.523,79	438.609,83	440.872,53	424.476,38	5.252.233,47
número de pensões	577	579	580	583	580	573	566	569	566	570	571	559	
SALVADOR													
valor pago (R\$)	339,00	339,00	339,00	339,00	339,00	339,00	339,00	339,00	339,00	339,00	339,00	339,00	4.068,00
número de pensões	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	
RECIFE													
valor pago (R\$)	678,00	678,00	678,00	678,00	678,00	678,00	678,00	678,00	678,00	678,00	678,00	678,00	8.136,00
número de pensões	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	
MACEIÓ													
valor pago (R\$)	678,00	678,00	678,00	678,00	678,00	678,00	678,00	678,00	678,00	678,00	678,00	678,00	8.136,00
número de pensões	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	
JOÃO PESSOA													
valor pago (R\$)	1.356,00	1.356,00	1.356,00	1.356,00	1.356,00	1.356,00	1.356,00	1.356,00	4.131,79	2.373,00	2.373,00	3.075,18	22.800,97
número de pensões	1	1	1	1	1	1	1	1	3	3	3	4	
TOTAL													
valor pago (R\$)	1.502.756,88	1.481.180,89	1.492.840,56	1.552.887,89	1.525.922,44	1.513.334,46	1.507.521,06	1.542.718,39	1.505.141,99	1.535.063,03	1.510.785,50	1.506.866,52	18.177.019,61
número de pensões	2.698	2.682	2.678	2.684	2.682	2.666	2.630	2.647	2.638	2.652	2.633	2.605	2.658

FONTE: GEPAF/GAREH/DA

2014

	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	TOTAL
BELO HORIZONTE													
valor pago (R\$)	6.000,19	6.000,19	6.000,19	6.000,19	6.000,19	6.000,19	6.000,19	6.000,19	5.586,16	15.498,68	6.532,75	6.532,75	82.151,86
número de pensões	8	8	8	7	8	8	8	8	7	8	8	8	
FORTALEZA													
valor pago (R\$)	12.575,73	12.625,73	12.625,73	13.229,06	12.505,06	12.505,06	12.643,22	12.643,22	12.643,22	12.643,22	12.643,22	12.643,22	151.925,69
número de pensões	10	10	10	10	10	10	11	11	11	11	11	11	
NATAL													
valor pago (R\$)	3.506,20	3.520,63	3.520,63	3.520,63	1.785,87	724,00	724,00	724,00	724,00	370,04	603,33	603,33	20.326,66
número de pensões	3	3	3	3	3	2	2	2	2	2	2	2	
RIO DE JANEIRO													
valor pago (R\$)	1.120.420,77	1.081.680,24	1.076.762,94	1.222.052,23	1.071.127,80	1.055.063,18	1.113.852,50	1.050.760,00	1.044.365,94	1.103.887,72	1.044.826,87	1.035.873,55	13.020.673,74
número de pensões	2008	1996	1997	1985	1987	1968	1961	1962	1947	1950	1931	1905	
SÃO PAULO													
valor pago (R\$)	467.876,63	446.746,49	446.807,90	443.751,13	438.570,14	455.331,47	445.887,58	471.725,55	441.104,36	438.603,56	460.264,03	429.914,81	5.386.583,65
número de pensões	569	567	562	561	558	549	548	553	553	536	548	532	
SALVADOR													
valor pago (R\$)	362,00	362,00	362,00	362,00	362,00	362,00	362,00	362,00	362,00	362,00	362,00	362,00	4.344,00
número de pensões	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	
RECIFE													
valor pago (R\$)	724,00	724,00	724,00	724,00	724,00	724,00	724,00	724,00	724,00	724,00	724,00	724,00	8.688,00
número de pensões	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	
MACEIÓ													
valor pago (R\$)	543,00	905,00	724,00	724,00	1.025,66	1.025,66	1.025,66	1.025,66	1.025,66	724,00	1.327,33	1.025,66	11.101,29
número de pensões	1	2	2	2	3	3	3	3	3	3	3	3	
JOÃO PESSOA													
valor pago (R\$)	2.715,00	2.715,00	2.534,00	2.534,00	3.077,00	2.715,00	2.715,00	2.534,00	2.534,00	2.534,00	2.534,00	2.534,00	31.675,00
número de pensões	4	4	4	4	5	5	5	4	4	4	4	4	
TOTAL													
valor pago (R\$)	1.614.723,52	1.555.279,28	1.550.061,39	1.692.897,24	1.535.177,72	1.534.450,56	1.583.934,15	1.546.498,62	1.509.069,34	1.575.347,22	1.529.817,53	1.490.213,32	18.717.469,89
número de pensões	2.605	2.592	2.588	2.574	2.576	2.547	2.540	2.545	2.529	2.516	2.509	2.467	2.549

FONTE: GEPAF/GAREH/DA

QUADRO COMPARATIVO

Ano	2010	2011	2012	2013	2014
Valor folha de pagamento (R\$)	15.001.421,64	15.530.047,96	17.054.885,13	18.177.019,61	18.717.469,89
Nº médio de pensionistas anuais	2.787,92	2.851,25	2761	2658	2549
Valor do salário mínimo	510,00	545,00	622,00	678,00	724,00
Folha em SM	29.415	28.496	27.419	26.810	25.853

CONTROLE DAS PENSÕES POR ACIDENTE FERROVIÁRIO PAGAS NO EXERCÍCIO DE 2015														
UA	VALOR / PENSÃO	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAIS DAS UA's
RJ	EM R\$	1.223.725,46	1.180.847,80	1.188.352,87	1.159.254,66	1.154.527,70	1.139.556,99	1.190.174,24	1.140.262,97	1.147.496,51	1.117.895,68	1.198.403,20	1.160.912,49	14.001.410,57
	QTD.	1.553	1.918	1.922	1.911	1.928	1.885	1.888	1.888	1.874	1.878	1.871	1.852	1.864
SP	EM R\$	491.654,63	476.118,20	492.990,07	481.620,78	484.006,89	492.614,93	499.272,97	493.093,60	479.925,62	487.677,24	497.878,66	580.307,56	5.957.161,15
	QTD.	543	538	543	539	541	538	542	535	532	536	540	532	538
BH	EM R\$	6.889,32	6.889,32	6.889,32	6.164,90	6.164,90	6.164,90	9.062,58	8.600,98	6.510,39	6.510,39	5.870,51	7.150,27	82.867,78
	QTD.	8	8	8	7	7	7	8	8	7	7	6	7	7
FZ	EM R\$	14.021,45	14.021,45	14.021,45	15.072,12	13.990,68	13.990,68	13.859,35	13.859,35	13.990,68	10.600,25	9.821,62	7.378,00	154.627,08
	QTD.	10	10	10	11	10	10	9	9	9	8	9	9	10
JP	EM R\$	2.758,00	2.758,00	2.758,00	2.758,00	2.758,00	2.758,00	2.758,00	2.758,00	2.758,00	2.758,00	2.758,00	2.758,00	33.096,00
	QTD.	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4
MC	EM R\$	1.116,33	1.116,33	1.116,33	1.116,33	1.116,33	1.116,33	1.116,33	1.116,33	1.116,33	1.116,33	1.116,33	1.116,33	13.395,96
	QTD.	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3
NT	EM R\$	656,67	1.050,67	5.788,67	1.050,67	1.050,67	1.050,67	1.313,33	1.575,99	1.313,33	1.313,33	1.313,33	1.313,33	18.790,66
	QTD.	2	3	3	3	3	3	4	4	4	4	4	4	3
RE	EM R\$	788,00	788,00	788,00	788,00	788,00	788,00	788,00	788,00	788,00	788,00	788,00	788,00	9.456,00
	QTD.	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
SV	EM R\$	394,00	394,00	394,00	394,00	394,00	394,00	394,00	394,00	394,00	394,00	394,00	394,00	4.728,00
	QTD.	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
TOTAIS GERAL	EM R\$	1.742.003,86	1.683.983,77	1.713.098,71	1.668.219,46	1.664.797,17	1.658.434,50	1.718.738,80	1.662.449,22	1.654.292,86	1.629.053,22	1.718.343,65	1.762.117,98	20.275.533,20
	QTD.	2.125	2.486	2.495	2.480	2.498	2.452	2.460	2.453	2.435	2.442	2.439	2.413	2.432

ANÁLISE DAS DESPESAS COMPARANDO COM OS EXERCÍCIOS ANTERIORES

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Valor folha de pagamento (R\$)	11.326.398,06	11.876.217,96	12.403.548,44	14.212.705,42	15.001.421,64	15.530.047,96	17.054.885,13	18.177.019,61	18.979.491,28	20.275.533,20
Nº médio de pensionistas anual	2844	2804	2641	2790	2788	2852	2761	2659	2549	2463
Valor do salário mínimo	350,00	380,00	415,00	465,00	510,00	545,00	622,00	678,00	724,00	788,00
Folha em SM	32,361	31,253	29,888	30,565	29,415	28,496	27,419	26,810	26,215	25,730

CONTROLE DAS PENSÕES POR ACIDENTE FERROVIÁRIO PAGAS NO EXERCÍCIO DE 2016														
UA	VALOR / PENSÃO	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL UA's
RJ	EM R\$	1.263.079,57	1.261.958,85	1.237.730,75	1.264.540,06	1.392.483,91	1.190.291,93	1.200.380,68	1.201.664,48	1.189.020,20	1.200.358,70	1.202.183,60	1.165.120,58	14.768.813,31
	QTD.	1.859	1.846	1.837	1.826	1.814	1.801	1.786	1.783	1.774	1.762	1.752	1.731	1.798
SP	EM R\$	534.463,11	540.781,22	532.784,14	540.890,66	521.607,66	559.687,44	564.993,62	536.331,84	529.763,70	524.140,44	549.424,16	524.942,66	6.459.810,65
	QTD.	532	530	533	531	528	522	522	525	528	526	527	523	527
BH	EM R\$	7.022,97	7.022,97	7.022,97	7.022,97	8.196,29	7.609,63	7.609,63	7.609,63	7.609,63	7.609,63	6.729,63	7.892,41	88.958,36
	QTD.	7	7	7	7	8	8	8	8	8	8	7	8	8
FZ	EM R\$	8.122,05	8.122,05	8.122,05	8.122,05	6.047,70	12.836,47	9.002,05	9.002,05	9.002,05	9.002,05	9.002,05	9.002,05	105.384,67
	QTD.	8	8	8	8	7	9	9	9	9	9	9	9	9
JP	EM R\$	3.080,00	3.080,00	2.200,00	3.080,00	11.328,00	3.080,00	3.960,00	3.300,00	3.300,00	3.960,00	3.520,00	3.520,00	47.408,00
	QTD.	4	4	3	4	4	4	6	6	6	7	7	7	5
MC	EM R\$	1.026,66	1.026,66	1.026,66	1.026,66	1.026,66	1.026,66	1.026,66	1.026,66	1.026,66	660,00	1.975,14	1.047,20	12.922,28
	QTD.	2	2	2	2	2	2	2	2	2	1	2	2	2
NT	EM R\$	1.466,66	1.466,66	1.466,66	1.466,66	1.466,66	1.173,33	1.759,99	4.225,53	2.053,33	2.053,33	1.173,33	1.173,33	20.945,47
	QTD.	4	4	4	4	4	3	4	5	5	5	3	3	4
RE	EM R\$	880,00	880,00	880,00	880,00	880,00	880,00	880,00	880,00	880,00	880,00	880,00	880,00	10.560,00
	QTD.	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
SV	EM R\$	440,00	440,00	440,00	440,00	440,00	440,00	440,00	440,00	440,00	440,00	440,00	440,00	5.280,00
	QTD.	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
TOTAL	EM R\$	1.819.581,02	1.824.778,41	1.791.673,23	1.827.469,06	1.943.476,88	1.777.025,46	1.790.052,63	1.764.480,19	1.743.095,57	1.749.104,15	1.775.327,91	1.714.018,23	21.520.082,74
GERAL	QTD.	2.418	2.403	2.396	2.384	2.369	2.351	2.339	2.340	2.334	2.320	2.309	2.285	2.354

ANALISE DAS DESPESAS COMPARANDO COM OS EXERCÍCIOS ANTERIORES

ANO DE COMPETÊNCIA	2012	2013	2014	2015	2016
Valor folha de pagamento (R\$)	17.054.885,13	18.177.019,61	18.979.491,28	20.275.533,20	21.520.082,74
Nº médio de pensionistas anual	2761	2659	2549	2463	2354
Valor do salário mínimo	622,00	678,00	724,00	788,00	880,00
Folha em SM	27.419	26.810	26.215	25.730	24.455

Fonte: GECOP/GAREH/DA

8.3 - Atendimento ao Acórdão 1872-2015

Item 1.7.1 – Determinar à CBTU que informe, no próximo relatório de gestão, o andamento das ações contidas no Plano de Ação Interinstitucional, em que foram registradas as ações necessárias para o cumprimento das determinações contidas nos Acórdãos 2315/2008 e 2344/2013, relativamente ao cadastramento dos imóveis das empresas estatais dependentes, no SPIUnet:

Em reunião convocada pelo SPU, realizada em Brasília em 04 de junho de 2013, foi informado que as ações de responsabilidade da CBTU, correspondentes aos itens A e C do Plano de Ação Interinstitucional, foram cumpridas. A partir desta etapa cumprida, os imóveis da Administração Central e das Unidades Regionais da CBTU estão sendo cadastrados no SPIUnet.

Algumas unidades administrativas estão com a totalidade de seus bens imóveis cadastrados, enquanto as demais tem parte cadastrada e parte em andamento, em virtude de dificuldades econômico-financeiras, de pessoal, regularização cartorial, atualização monetária, etc, que impediram, até o momento, sua conclusão.

8.4 - Atendimento ao Acórdão 2804-2015

Acórdão 2804-2015

Item 1.7.1.1 – resultado dos trabalhos realizados pela empresa de consultoria contratada para a revisão de seu Plano de Emprego e Salário, especialmente em relação à questão da superposição de atribuições entre os empregados advogados da CBTU e os advogados do escritório de advocacia contratado;

A revisão do PES (Plano de Emprego e Salários) em relação a questão da superposição de atribuições entre os empregados advogados da CBTU e os advogados do escritório de advocacia contratado, foi concluída a nível de CBTU e encaminhado a SEST (Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais) para análise e manifestação.

Fonte: GAREH/DA

Item 1.7.1.2 – Montante da receita operacional bloqueada por força de decisões judiciais no exercício, versus o montante da receita operacional recuperada no exercício

Esta informação constitui o item 3.10.3 deste relatório, conforme solicitado nas instruções do sistema e-Contas.

Item 1.7.1.3 – Número de ações judiciais novas e ações judiciais encerradas

Quadro A.8.2.2 - Movimentação de Processos com posição 31 de Dezembro de 2016

ENTRADAS				
ANO	CÍVEL	TRABALHISTA	FISCAL	TOTAL
2012	235	1.840	82	2.157
2013	870	1.627	527	3.024
2014	340	1.608	675	2.623
2015	434	2.439	149	3.022

2016	447	2145	20	2612
BAIXAS				
ANO	CÍVEL	TRABALHISTA	FISCAL	TOTAL
2012	366	1.477	47	1.890
2013	564	963	07	1.534
2014	789	1.672	167	2.628
2015	1.104	1.141	538	2.783
2016	219	2362	17	2598

Item 1.7.1.4 – Montante financeiro das perdas e vitórias judiciais da CBTU, discriminando os valores pagos e os valores economizados

Quadro A.8.2.3.A - Vitórias e Perdas da ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

ACUMULADO / ADMISTRAÇÃO CENTRAL / CÍVEL 2016				
VITÓRIAS			PERDAS	
MÊS	QUANTIDADE	ECONOMIA (R\$)	QUANTIDADE	VALOR PAGO (R\$)
JANEIRO	0	0	0	0
FEVEREIRO	0	0	0	0
MARÇO	0	0	0	0
ABRIL	1	31.520,00	0	0
MAIO	1	15.000,00	1	17.500,00
JUNHO	0	0	0	0
JULHO	0	0	0	0
AGOSTO	0	0	1	15.000,00
SETEMBRO	2	20.000,00	1	10.000,00
OUTUBRO	0	0	0	0
NOVEMBRO	2	30.000,00	2	49.000,00
DEZEMBRO	3	68.000,00	4	22.000,00
TOTAL	9	164.520,00	9	113.500,00

ACUMULADO / ADMISTRAÇÃO CENTRAL / TRABALHISTA 2016				
VITÓRIAS			PERDAS	
MÊS	QUANTIDADE	ECONOMIA R\$	QUANTIDADE	VALOR PAGO R\$
JANEIRO	22	1.280.422,00	20	990.000,00
FEVEREIRO	18	880.000,00	16	735.100,00
MARÇO	51	2.437.000,00	39	1.973.944,00
ABRIL	49	2.015.400,00	0	0
MAIO	51	2.360.000,00	1	17.000,00
JUNHO	65	2.963.400,00	1	220.000,00
JULHO	48	2.508.700,00	3	89.000,00
AGOSTO	31	1.370.100,00	12	174.700,00
SETEMBRO	26	1.211.000,00	1	30.000,00
OUTUBRO	26	1.244.000,00	2	89.000,00
NOVEMBRO	18	886.000,00	7	10.600,00
DEZEMBRO	13	637.000,00	1	20.000,00

TOTAL	418	19.793.022,00	103	4.349.344,00
--------------	------------	----------------------	------------	---------------------

Quadro A.8.2.3.B - Vitórias e Perdas da ADMISTRAÇÃO CENTRAL(SÃO PAULO)

ACUMULADO / ADMISTRAÇÃO CENTRAL - SÃO PAULO / CÍVEL 2016				
VITÓRIAS			PERDAS	
MÊS	QUANTIDADE	ECONOMIA R\$	QUANTIDADE	VALOR PAGO R\$
JANEIRO	1	151.000,00	0	0
FEVEREIRO	0	0	2	7.500,00
MARÇO	1	175.440,00	2	500.000,00
ABRIL	5	353.790,78	0	0
MAIO	11	1.005.000,00	7	7.535.000,00
JUNHO	0	0	0	0
JULHO	0	0	1	21.000,00
AGOSTO	0	0	2	21.000,00
SETEMBRO	2	85.000,00	5	146.152,00
OUTUBRO	0	0	1	50.000,00
NOVEMBRO	0	0	2	205.000,00
DEZEMBRO	2	32.000,00	11	835.000,00
TOTAL	22	1.802.230,78	33	9.320.652,00

ACUMULADO / ADMISTRAÇÃO CENTRAL - SÃO PAULO / TRABALHISTA 2016				
VITÓRIAS			PERDAS	
MÊS	QUANTIDADE	ECONOMIA R\$	QUANTIDADE	VALOR PAGO R\$
JANEIRO	0	0	0	0
FEVEREIRO	1	115.322,43	0	0
MARÇO	1	50.000,00	0	0
ABRIL	12	614.679,00	9	302.000,00
MAIO	0	0	0	0
JUNHO	0	0	0	0
JULHO	0	0	0	0
AGOSTO	0	0	0	0
SETEMBRO	0	0	0	0
OUTUBRO	0	0	2	77.000,00
NOVEMBRO	0	0	0	0
DEZEMBRO	3	544.848,00	7	329.409,00
TOTAL	17	1.324.849,43	18	708.409,00

Quadro A.8.2.3.C - Vitórias e Perdas da STU BELO HORIZONTE

ACUMULADO / STU - BELO HORIZONTE / CÍVEL 2016				
VITÓRIAS			PERDAS	
MÊS	QUANTIDADE	ECONOMIA R\$	QUANTIDADE	VALOR PAGO R\$
JANEIRO	1	695.000,00	0	0
FEVEREIRO	0	0	0	0
MARÇO	0	0	0	0
ABRIL	0	0	0	0
MAIO	0	0	0	0
JUNHO	0	0	0	0
JULHO	0	0	0	0
AGOSTO	0	0	1	411.911,89
SETEMBRO	0	0	0	0
OUTUBRO	0	0	0	0
NOVEMBRO	0	0	0	0
DEZEMBRO	0	0	0	0
TOTAL	1	695.000,00	1	411.911,89

ACUMULADO / BELO HORIZONTE / TRABALHISTA 2016				
VITÓRIAS			PERDAS	
MÊS	QUANTIDADE	ECONOMIA R\$	QUANTIDADE	VALOR PAGO R\$
JANEIRO	1	5.096,59	0	0
FEVEREIRO	0	0	0	0
MARÇO	0	0	0	0
ABRIL	0	0	0	0
MAIO	111	5.115.000,00	89	4.069.000,00
JUNHO	1	60.000,00	0	0
JULHO	0	0	0	0
AGOSTO	0	0	0	0
SETEMBRO	0	0	0	0
OUTUBRO	0	0	0	0
NOVEMBRO	8	140.000,00	9	215.000,00
DEZEMBRO	0	0	0	0
TOTAL	121	5.320.096,59	98	4.284.000,00

Quadro A.8.2.3.D - Vitórias e Perdas da STU RECIFE

ACUMULADO / STU - RECIFE / CÍVEL 2016				
VITÓRIAS			PERDAS	
MÊS	QUANTIDADE	ECONOMIA R\$	QUANTIDADE	VALOR PAGO R\$
JANEIRO	20	334.441,50	31	626.457,56
FEVEREIRO	1	47.280,00	0	0
MARÇO	0	0	0	0
ABRIL	9	115.000,00	10	23.819,00
MAIO	2	56.525,00	1	20.000,00
JUNHO	0	0	0	0
JULHO	3	40.563,00	0	0
AGOSTO	0	0	2	51.000,00
SETEMBRO	1	6.780,00	2	3.000,00
OUTUBRO	0	0	2	184.000,00
NOVEMBRO	1	15.000,00	0	0
DEZEMBRO	0	0	0	0
TOTAL	37	615.589,50	48	908.276,56

ACUMULADO / STU - RECIFE / TRABALHISTA 2016				
VITÓRIAS			PERDAS	
MÊS	QUANTIDADE	ECONOMIA R\$	QUANTIDADE	VALOR PAGO R\$
JANEIRO	59	1.887.281,00	50	2.109.967,00
FEVEREIRO	3	93.710,56	6	214.000,00
MARÇO	7	195.900,00	11	396.000,00
ABRIL	34	1.716.100,00	0	0
MAIO	41	1.533.000,00	0	0
JUNHO	37	1.554.434,00	5	156.000,00
JULHO	10	315.380,00	5	114.000,00
AGOSTO	17	538.235,55	4	132.000,00
SETEMBRO	34	21.975.000,00	20	568.800,00
OUTUBRO	12	329.184,00	9	279.000,00
NOVEMBRO	93	2.595.000,00	84	2.030.000,00
DEZEMBRO	9	252.000,00	16	430.000,00
TOTAL	356	32.985.225,11	210	6.429.767,00

Quadro A.8.2.3.E - Vitórias e Perdas da STU JOÃO PESSOA

ACUMULADO / STU - JOÃO PESSOA / CÍVEL 2016				
VITÓRIAS			PERDAS	
MÊS	QUANTIDADE	ECONOMIA R\$	QUANTIDADE	VALOR PAGO R\$
JANEIRO	0	0	0	0
FEVEREIRO	0	0	0	0
MARÇO	0	0	0	0
ABRIL	0	0	0	0
MAIO	2	58.176,31	1	30.000,00
JUNHO	0	0	0	0
JULHO	0	0	0	0
AGOSTO	0	0	0	0
SETEMBRO	1	1.000,00	0	0
OUTUBRO	1	1.000,00	0	0
NOVEMBRO	0	0	1	20.000,00
DEZEMBRO	0	0	0	0
TOTAL	4	60.176,31	2	50.000,00

ACUMULADO / STU - JOÃO PESSOA / TRABALHISTA 2016				
VITÓRIAS			PERDAS	
MÊS	QUANTIDADE	ECONOMIA R\$	QUANTIDADE	VALOR PAGO R\$
JANEIRO	5	265.000,00	0	0
FEVEREIRO	0	0	0	0
MARÇO	1	1.000,00	0	0
ABRIL	1	200.000,00	2	137.812,92
MAIO	0	0	1	40.636,45
JUNHO	4	490.000,00	0	0
JULHO	0	0	0	0
AGOSTO	1	1.000.000,00	0	0
SETEMBRO	2	36.000,00	0	0
OUTUBRO	3	71.000,00	1	6.592,00
NOVEMBRO	0	0	2	70.000,00
DEZEMBRO	0	0	0	0
TOTAL	17	2.063.000,00	6	255.041,37

Quadro A.8.2.3.F - Vitórias e Perdas da STU MACEIÓ

ACUMULADO / STU - MACEIÓ / CÍVEL 2016				
VITÓRIAS			PERDAS	
MÊS	QUANTIDADE	ECONOMIA R\$	QUANTIDADE	VALOR PAGO R\$
JANEIRO	0	0	0	0
FEVEREIRO	6	149.560,69	4	105.000,00
MARÇO	0	0	0	0
ABRIL	1	788,00	0	0
MAIO	0	0	0	0
JUNHO	0	0	0	0
JULHO	0	0	2	234.146,00
AGOSTO	0	0	0	0
SETEMBRO	0	0	0	0
OUTUBRO	0	0	1	46.929,60
NOVEMBRO	1	15.521,88	1	200,00
DEZEMBRO	3	125.000,00	1	2.000.000,00
TOTAL	11	290.870,57	9	2.386.275,60

ACUMULADO / STU - MACEIÓ / TRABALHISTA 2016				
VITÓRIAS			PERDAS	
MÊS	QUANTIDADE	ECONOMIA R\$	QUANTIDADE	VALOR PAGO R\$
JANEIRO	0	0	0	0
FEVEREIRO	0	0	0	0
MARÇO	4	111.360,00	2	9.010,08
ABRIL	2	60.000,00	0	0
MAIO	1	30.000,00	1	30.000,00
JUNHO	6	122.860,00	8	650.000,00
JULHO	3	180.000,00	25	516.200,00
AGOSTO	4	162.300,00	0	0
SETEMBRO	3	360.000,00	6	249.000,00
OUTUBRO	2	60.000,00	0	0
NOVEMBRO	8	170.000,00	6	150.900,00
DEZEMBRO	0	0	0	0
TOTAL	33	1.256.520,00	48	1.605.110,08

Quadro A.8.2.3.G – Vitórias e Perdas da STU MACEIÓ (BAHIA)

ACUMULADO /STU - MACEIÓ (BAHIA) / CÍVEL 2016				
VITÓRIAS			PERDAS	
MÊS	QUANTIDADE	ECONOMIA R\$	QUANTIDADE	VALOR PAGO R\$
JANEIRO	0	0	0	0
FEVEREIRO	0	0	0	0
MARÇO	0	0	0	0
ABRIL	0	0	0	0
MAIO	0	0	0	0
JUNHO	0	0	0	0
JULHO	0	0	0	0
AGOSTO	0	0	0	0
SETEMBRO	0	0	0	0
OUTUBRO	0	0	0	0
NOVEMBRO	0	0	0	0
DEZEMBRO	1	20.000,00	0	0
TOTAL	1	20.000,00	0	0

ACUMULADO / STU - MACEIÓ (BAHIA) / TRABALHISTA 2016				
VITÓRIAS			PERDAS	
MÊS	QUANTIDADE	ECONOMIA R\$	QUANTIDADE	VALOR PAGO R\$
JANEIRO	1	15.000,00	0	0
FEVEREIRO	0	0	0	0
MARÇO	0	0	0	0
ABRIL	0	0	0	0
MAIO	0	0	2	8.000,00
JUNHO	1	3.000,00	0	0
JULHO	0	0	0	0
AGOSTO	2	6.000,00	6	171.000,00
SETEMBRO	0	0	0	0
OUTUBRO	0	0	0	0
NOVEMBRO	0	0	1	30.000,00
DEZEMBRO	1	50.000,00	0	0
TOTAL	5	74.000,00	9	209.000,00

Quadro A.8.2.3.H- Vitórias e Perdas da STU NATAL

ACUMULADO / STU - NATAL / CÍVEL 2016				
VITÓRIAS			PERDAS	
MÊS	QUANTIDADE	ECONOMIA R\$	QUANTIDADE	VALOR PAGO R\$
JANEIRO	2	300.000,00	1	36.000,00
FEVEREIRO	1	1.500,00	1	1.000,00
MARÇO	0	0	0	0
ABRIL	0	0	1	440.430,02
MAIO	0	0	0	0
JUNHO	1	47.280,00	3	20.788,00
JULHO	1	165.240,00	0	0
AGOSTO	0	0	0	0
SETEMBRO	0	0	0	0
OUTUBRO	3	11.154,00	0	0
NOVEMBRO	1	575.132,58	0	0
DEZEMBRO	0	0	0	0
TOTAL	9	1.100.306,58	6	498.218,02

ACUMULADO / STU - NATAL / TRABALHISTA 2016				
VITÓRIAS			PERDAS	
MÊS	QUANTIDADE	ECONOMIA R\$	QUANTIDADE	VALOR PAGO R\$
JANEIRO	2	57.000,00	0	0
FEVEREIRO	2	83.952,00	1	35.000,00
MARÇO	2	117.000,00	2	55.200,00
ABRIL	1	32.000,00	0	0
MAIO	8	285.600,00	0	0
JUNHO	4	137.400,00	2	50.000,00
JULHO	4	137.600,00	1	776.151,34
AGOSTO	3	80.000,00	0	0
SETEMBRO	2	64.000,00	0	0
OUTUBRO	5	194.700,00	1	4.417,86
NOVEMBRO	5	182.200,00	2	85,13
DEZEMBRO	8	264.000,00	3	85.000,00
TOTAL	46	1.635.452,00	12	1.005.854,33

Quadro A.8.2.3.I - Vitórias e Perdas da STU NATAL (CEARÁ)

ACUMULADO / STU - NATAL (CEARÁ) / CÍVEL 2016				
VITÓRIAS			PERDAS	
MÊS	QUANTIDADE	ECONOMIA R\$	QUANTIDADE	VALOR PAGO R\$
JANEIRO	0	0	0	0
FEVEREIRO	3	43.440,00	0	0
MARÇO	0	0	0	0
ABRIL	1	47.280,00	0	0
MAIO	1	47.280,00	0	0
JUNHO	0	0	0	0
JULHO	0	0	0	0
AGOSTO	1	215.102,52	0	0
SETEMBRO	0	0	0	0
OUTUBRO	0	0	0	0
NOVEMBRO	1	52.000,00	0	0
DEZEMBRO	0	0	0	0
TOTAL	7	405.102,52	0	0

ACUMULADO / STU - NATAL (CEARÁ) / TRABALHISTA 2016				
VITÓRIAS			PERDAS	
MÊS	QUANTIDADE	ECONOMIA R\$	QUANTIDADE	VALOR PAGO R\$
JANEIRO	0	0	0	0
FEVEREIRO	0	0	0	0
MARÇO	0	0	0	0
ABRIL	0	0	0	0
MAIO	0	0	0	0
JUNHO	0	0	0	0
JULHO	1	2.059,62	0	0
AGOSTO	1	80.000,00	0	0
SETEMBRO	1	40.000,00	0	0
OUTUBRO	0	0	0	0
NOVEMBRO	2	80.000,00	0	0
DEZEMBRO	0	0	0	0
TOTAL	5	202.059,62	0	0

Quadro Síntese Vitórias e Perdas 2016

CÍVEL			
VITÓRIAS		PERDAS	
QUANTIDADE	ECONOMIA R\$	QUANTIDADE	VALOR PAGO R\$
101	5.153.796,26	108	13.688.834,07
TRABALHISTA			
VITÓRIAS		PERDAS	
QUANTIDADE	ECONOMIA R\$	QUANTIDADE	VALOR PAGO R\$
1018	64.654.224,75	504	18.846.525,78

Item 1.7.1.5 – Breve relato com a motivação e as razões que levaram ao êxito ou à perda das ações

Conforme se verifica no quadro “Movimentação de Processos”, no exercício de 2016, pertinente a área civil, houve **2.598** baixas/encerramento de processos, relativamente ao quantitativo de **8.606** ações em curso no mencionado exercício, incluído nesse montante a entrada de **2.612** novas ações.

Tais êxitos (baixas processuais) se devem não somente pela atuação proativa na fiscalização dos processos junto ao Escritório Terceirizado, mas também pelo fato de ser reconhecida judicialmente a prescrição nos casos de responsabilidade civil por acidente ferroviário.

No que tange às perdas, tem-se que as chances de êxito são remotas na maioria pelo fato de ser acolhida pelo Poder Judiciário a teoria da responsabilidade objetiva do transportador.

Não obstante as perdas quanto ao mérito das causas, importante ressaltar que a CBTU obteve êxitos expressivos na fase de execução de sentença, tendo em vista os excessos de execução constatados e reconhecidos em Juízo, trazendo, assim, economia ao erário, uma vez que a CBTU é dependente do orçamento da União.

Com a implantação em 2016 do projeto UMAPAT – Unificação do Mapeamento das Ações Trabalhistas, as áreas Jurídica e de Recursos Humanos através de relatórios gerados mensalmente conseguem avaliar periodicamente os focos de demanda laborais e, desta forma, trabalhar junto com as demais áreas da empresa a melhor forma de solucionar as questões e controvérsias geradoras de possíveis passivos trabalhistas.

A fase inicial do projeto teve seu foco direcionado para a Administração Central, que, ao formular as suas bases e estabelecer seus objetivos, pode solidificar as diretrizes que seriam aplicadas nas Superintendências de Trens Urbanos.

Atualmente, a Unificação do Mapeamento das Ações Trabalhistas - UMAPAT, originalmente implantado na AC pela ação conjunta da GAJUR e GAREH, está presente e em operação em todas as Unidades da CBTU, adequando-se às peculiaridades locais, permitindo, desse modo, que as áreas envolvidas disponham de informações claras e concretas sobre as respectivas demandas trabalhistas.

Com base na coleta de dados proporcionada pelo projeto, a CBTU dispõe de ferramentas para corrigir toda e qualquer distorção eventualmente verificada nas relações de trabalho, permitindo uma ação preventiva de cunho global a fim de que o risco de demandas judiciais seja reduzido a patamares inexpressivos.

Cabe mencionar que no ano de 2016 foram interpostas 2.145 ações trabalhistas, sendo 1.121 na Administra Central/RJ, das quais 1.084 relacionadas a pedidos de reintegração dos empregados oriundos da Flumitrens (Administração Pública Estadual – RJ). Durante todo o ano de 2016, não houve nenhuma condenação definitiva contra a CBTU. Nesse ponto, a tese da CBTU, que sustenta a legalidade da cessão de empregados da CBTU para a Flumitrens, quando da transferência do sistema ferroviário da Administração Federal para a Estadual tem sido acolhida pelo Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região – TRT/RJ, resultando, portanto, no êxito da Companhia em todas as demandas trabalhistas propostas.

8.5 - Atendimento ao Acórdão 7572-2016

1.7.3 – Cumprimento às determinações do Acórdão 1309/2010-TCU-1ª Câmara

Em atendimento às determinações do Acórdão 1309/2010, quanto à apresentação do número de acidentes por milhão de passageiros transportados e à evolução dos acidentes, todas as informações solicitadas estão apresentadas no item 8.2 deste Relatório.

O registro da não ocorrência de acidentes ferroviários na unidade de Belo Horizonte está correto. A via dupla, segregada, sem passagens de nível ou quaisquer tipos de cruzamentos, não propicia a ocorrência de acidentes ferroviários, a exemplo das demais unidades. As ocorrências registradas naquela unidade se referem a passageiros acidentados em plataformas, escadas, rampas ou demais dependências da STU, não se constituindo em acidentes ferroviários.

Considera-se, para efeito de acidente ferroviário, colisão ou descarrilamento de trens em operação comercial.

Sendo assim, desde o ano de 2010 não houve registro de ocorrência dessa natureza na unidade de Belo Horizonte.

Fonte: GAPLO, STU-BH (MEMO GIPLA/BH-002/2017, de 17 de janeiro de 2017)

8.6 - Transferência de Recursos

8.6.1 – Caracterização dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício de Referência

Quadro A.8.6.1.A – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS									
CNPJ: 42357483/0001-26					UG/GESTÃO: 275068				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
1	005-2007/DT	03231999/0001-78	30.314.504,74			30.314.504,74	06/12/2007	31/12/2014	4
1	003/2010/DT	03231999/0001-78	53.000.000,00			53.000.000,00	31/12/2012	31/12/2015	8
			83.314.504,74	0,00	0,00	83.314.504,74			
5	001-2008/DT	04474819/0001-41	47.900.000,00			40.000.000,00	30/12/2008	31/03/2017	1
5	002-2008/DT	01171480/0001-60	11.000.000,00	10.400.000,00		10.000.000,00	30/12/2008	30/11/2016	8
5	001-2013/DT	02003575/0001-93	94.251.597,53	5.000.000,00	17.089.327,81	81.045.507,73	27/06/2013	31/12/2018	1
5	001-2014	02003575/0001-93	150.000.000,00	41.800.000,00	0,00	77.700.000,00	19/09/2014	31/12/2018	1
			303.151.597,53	57.200.000,00	17.089.327,81	208.745.507,73			
<u>LEGENDA</u>									
Modalidade:			Situação da Transferência:						
1 - Convênio			1 - Adimplente						
2 - Contrato de Repasse			2 - Inadimplente						
3 - Termo de Parceria			3 - Inadimplência Suspensa						
4 - Termo de Cooperação			4 - Concluído						
5 - Termo de Compromisso			5 - Excluído						
			6 - Rescindido						
			7 - Arquivado						
			8 - Prestação de Contas em Complementação						
Obs.:									

Quadro A.8.6.1.B – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS						
CNPJ: 42357483/0001-26				UG/GESTÃO: 275068		
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Montantes repassados em cada exercício (Valores em R\$ 1,00)		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Convênio						4.200.000,00
Contrato de Repasse						
Termo de Parceria						
Termo de Cooperação						
Termo de Compromisso			1	17.089.327,81	107.700.000,00	26.835.110,92
Totais			1	17.089.327,81	107.700.000,00	31.035.110,92

Fonte: CECIN/GAFIN/DA/CBTU

Quadro A.8.6.1.C – Resumo dos instrumentos de transferência que vigorão em 2016 e exercícios seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS					
CNPJ: 42357483/0001-26			UG/GESTÃO: 275068		
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2016 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2016
		Contratados	Repassados até 2016	Previstos para 2017	
Convênio	1	83.314.504,74	83.314.504,74	0,00	100,00%
Contrato de Repasse					
Termo de Parceria					
Termo de Cooperação					
Termo de Compromisso	4	303.151.597,53	208.745.507,73	21.106.089,80	68,86%
Totais	5	386.466.102,27	292.060.012,47	21.106.089,80	75,57%

Fonte: CECIN/GAFIN/DA/CBTU

Quadro A.8.6.1.D – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ

Unidade Concedente				
Nome: COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS				
CNPJ: 42357483/0001-26		UG/GESTÃO: 275068		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)	
			Convênios	Contratos de Repasse
2016	Contas Prestadas	Quantidade	1	
		Montante Repassado	30.314.504,74	
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	
		Montante Repassado	-	
2015	Contas Prestadas	Quantidade	2	
		Montante Repassado	220.729.060,14	
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	1	
		Montante Repassado		
2014	Contas Prestadas	Quantidade	2	
		Montante Repassado	36.670.000,00	
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	
		Montante Repassado		
Anteriores a 2014	Contas NÃO Prestadas	Quantidade		
		Montante Repassado		

Fonte:CECIN/GAFIN/DA/CBTU

Quadro A.8.6.1.E - Visão Geral da análise das prestações de contas

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS					
CNPJ: 42357483/0001-26			UG/GESTÃO: 275068		
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2016	Quantidade de contas prestadas			2	
	Com prazo de análise ainda não vencido	contas analisadas	Quantidade Aprovada	2	
			Quantidade Reprovada	0	
			Quantidade de TCE	0	
			Montante repassado (R\$)	-	
		contas NÃO analisadas	Quantidade	0	
	Montante repassado (R\$)		0		
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	2	
			Quantidade Reprovada	0	
			Quantidade de TCE	0	
			Montante repassado (R\$)	83.314.504,74	
		Contas NÃO analisadas	Quantidade	0	
			Montante repassado (R\$)	0,00	
2015	Quantidade de contas prestadas			2	
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		2	
		Quantidade Reprovada		0	
		Quantidade de TCE		0	
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		0	
Montante repassado (R\$)		0			
2014	Quantidade de contas prestadas			2	
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		2	
		Quantidade Reprovada		0	
		Quantidade de TCE		0	
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		0	
		Montante repassado		0	
Exercícios anteriores a 2014	Contas NÃO analisadas	Quantidade		0	
		Montante repassado		0	

Fonte: CECIN/GAFIN/DA/CBTU

Fonte: CECIN/GAFIN/DA/CBTU

8.6.2 – Análise crítica

Convênio: CV 005/2007/DT- 602129 e 006-2007/DT- 602144, regidos pela IN nº 01/97 da STN, e de acordo com a Portaria Interministerial nº 127/2008, para o Convênio 003-2010/DT - 749375.

1 - Medidas adotadas para sanear as transferências na situação de inadimplente.

Nos Convênios de Salvador, a CTB cumpriu com suas responsabilidades financeiras, não ocorrendo inadimplência por parte da mesma, comprovando a aplicação dos recursos transferidos pela CBTU através de prestações de contas, de acordo com a IN da STN Nº 01/1997 para os Convênios 005 e 006-2007/DT e de acordo com a Portaria Interministerial ° 127/2008 para o Convênio 003-2010/DT.

2 - Situação das transferências efetuadas no exercício frente ao disposto no Art. 35 do Decreto 93.872/86 e do art. 12 do Decreto 7.680/2012, ou legislação que o altere.

A CBTU observou o cumprimento da legislação que rege o assunto.

3 - Medidas adotadas para gerir as transferências no exercício de 2015.

Não houve transferências no exercício.

4 - Análise da evolução das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2015, quanto à eficácia dos procedimentos adotados, bem como quanto à disponibilidade adequada de recursos humanos e matérias para tanto.

Os recursos transferidos foram gerenciados através do programa SIG - Sistema de Informação Gerencial desenvolvido pela CBTU, do SICONV e através das Prestações de Contas apresentadas pela conveniente.

Não houve transferências de recursos no exercício de 2015 e não evidenciamos situações relevantes quanto às Prestações de Contas dos Convênios referenciados.

Quanto ao Convênio nº 006-2007/DT, informamos que a Prestação de Contas Final foi aprovada pelo Ordenador de Despesas.

Com relação ao Convênio nº 005-2007/DT a Prestação de Contas Final foi apresentada nos prazos previstos na IN nº 01/97 e encontra-se em fase de aprovação.

O Convênio nº 003-2010/DT teve seu prazo de vigência expirado em 31/12/2015 e solicitado pela CBTU a apresentação da Prestação de Contas Final. Toda a documentação pertinente a esta prestação foi apresentada, e se encontra em fase de análise.

5 - Estruturas de controle definidas para o gerenciamento das transferências, informando, inclusive, a capacidade de fiscalização in loco da execução dos planos de trabalho contratados.

Devido ao encerramento dos Convênios a estrutura de acompanhamento restringe-se a um Gestor e um Fiscal, designados especialmente para os convênios, e responsáveis pela análise das Prestações que serão submetidas ao Ordenador de Despesas

6 - Análise da efetividade das transferências como instrumento de execução descentralizado das políticas públicas a cargo da UJ.

As Prestações Contas Finais dos Convênios foram apresentadas nas épocas determinadas pela legislação pertinente.

Fonte: DT

TERMO DE COMPROMISSO 001/2013

O Termo de Compromisso TC 001/2013, para as obras na Linha Sul do Metro de Fortaleza, tem por fonte de recursos os saldos decorrentes do extinto Convênio 007-2005/DT. Seu amparo legal é a Lei 11.578 de 26/11/2007, de transferência obrigatória para obras do PAC e seu monitoramento é feito exclusivamente através do SISPAC.

O valor é de R\$ 99.251.597,53, dos quais R\$ 5.000.000,00 são de responsabilidade do Governo do Estado do Ceará.

Conforme TA02, homologado em 15/12/16, sua vigência atual é 31/12/18.

1 - Medidas adotadas para sanear as transferências na situação de inadimplente.

Não existem situações de inadimplência no que tange ao Termo de Compromisso gerido por este GEFOR.

2 - Situação das transferências efetuadas no exercício frente ao disposto no Art. 35 do Decreto 93.872/86 e do art. 12 do Decreto 7.680/2012, ou legislação que o altere.

A CBTU vem cumprindo na íntegra o contido nos artigos dos Decretos supracitados.

O Termo de Compromisso previa as seguintes transferências de recursos:

Em 2013 – R\$ 33.956.179,92

Em 2014 – R\$ 60.295.417,61

Dos R\$ 33.956.179,92 previstos para liberação em 2013, só ocorreu a transferência dos R\$ 7.121.069,00 da LOA 2013 para a Linha Sul.

Em 31/07/2013 a CBTU cadastrou no SIOP (Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento do Ministério do Planejamento) o pedido de crédito Suplementar da parcela restante, de R\$ 26.835.111,00, prevista para 2013 no Termo de Compromisso.

Em 13/12/2013 foi publicado no DOU Decreto de 12/12/2013 em que é aberto no Orçamento Fiscal da União os recursos solicitados.

Em 13/12/2013 a CBTU empenhou o suplemento previsto para o exercício de 2013, porém sua liberação não ocorreu até 31/12/2013, se tornando Resto a Pagar.

A liberação e transferência do complemento à 1ª. remessa para Fortaleza se deu em 21/02/14.

Ao longo de 2014 o METROFOR atualizou suas Prestações de Contas e ficou habilitada ao recebimento da 2ª. Parcela de Recursos.

Por restrições financeiras ao final de 2014, tal recurso veio a ser encaminhado para Fortaleza em 14/01/15.

Durante o ano de 2015 ocorreram novos contingenciamentos e não houve mais nenhuma remessa de recursos para Fortaleza. Ao final de 2016 foi repassado para o METROFOR mais R\$ 17,089 milhões do RAP2014, montante este referente ao previsto no Plano de Trabalho para gastos nos anos de 2016 e 2017. Restou um de R\$ 13,206 milhões.

3 - Medidas adotadas para gerir as transferências no exercício de 2016.

Transferências efetuadas até 31/12/2016:

Data	Valor (R\$)	Referência
03/09/2013	7.121.069,00	Parte da 1ª. remessa (LOA2013)
21/02/2014	26.835.110,92	Compl. 1ª. remessa (Suplem. RAP 2013)
05/01/2015	14.003.362,91	Parte da 2ª. remessa (RAP 2014)
14/01/2015	15.996.637,09	Compl. 2ª. remessa (RAP 2014)
27/12/2016	17.089.327,81	3ª. remessa (RAP 2014)

4 - Análise da evolução das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2015, quanto à eficácia dos procedimentos adotados, bem como quanto à disponibilidade adequada de recursos humanos e matérias para tanto.

O METROFOR encaminhou 11 (onze) prestações de contas - PCs, contemplando a aplicação de recursos até 31/07/2016. Todas as prestações de contas estão aprovadas.

Cabe registrar que a PC11 esgotou todos os recursos disponíveis, inclusive aqueles decorrentes das aplicações financeiras e para a conclusão, em outubro/16, da principal obra do TC 001/2013, o entorno do emboque do túnel e acessos ao Viaduto de Padre Cícero, que representou 24% de seu

escopo, foi necessária a injeção de recursos do Governo do Estado do Ceará, neste caso específico em cerca de R\$ 4,50 milhões dos R\$ 10 milhões do Estado do Ceará, extra termo de compromisso.

O acompanhamento mensal do GEFOR é feito a partir das informações prestadas, principalmente, pelas empresas responsáveis pela Fiscalização dos serviços – Concremat e Ductor.

Quanto à adequação dos materiais e dos recursos humanos necessários, limitamo-nos às disponibilidades orçamentárias.

5 - Estruturas de controle definidas para o gerenciamento das transferências, informando, inclusive, a capacidade de fiscalização in loco da execução dos planos de trabalho contratados.

Para o acompanhamento diário das obras foram contratadas três empresas que emitem, com regularidade, relatórios técnicos e gerencias. A empresa que faz o Gerenciamento cuida de toda a obra, incluindo o acompanhamento financeiro e as prestações de contas, além do controle dos contratos. Existem duas empresas, sendo uma responsável pela fiscalização das obras civis e a outra pela fiscalização dos sistemas fixos, de energia e subestações, eletrificação da via, telecomunicações, sinalização, equipamentos de oficina e material rodante;

A periodicidade das visitas técnicas a Fortaleza, pelo Gestor e Fiscal da CBTU, foram bastante limitadas às disponibilidades orçamentárias da Empresa, em função dos contingenciamentos.

6 - Análise da efetividade das transferências como instrumento de execução descentralizado das políticas públicas a cargo da UJ.

Conforme já informado, R\$ 81.045.507,73 da União foram repassados até 27/12/2016 ao METROFOR.

Já a 3ª. remessa de recursos só se tornou possível por conta de ações da CBTU, previstas para 2016, que não se concretizaram

Concluindo, é conveniente, ainda, o fato dos contingenciamentos incorrerem em atrasos não só nas licitações pendentes, mas na redução no escopo inicial, uma vez que as postergações de prazo, dilatando os contratos, geram custos indiretos, como pagamento de reajustes originalmente não previstos. O prazo do TC001/2013, segundo o TA01, findava em 31/12/2016 e, pelo TA02, teve que ser aditado em mais 2 anos, para 31/12/2018.

Ainda neste diapasão, temos o Contrato 036/METROFOR/2003 de Gerenciamento, único remanescente da fase anterior ao Convênio 007-2005/DT. Em 18/12/2015, quando da homologação de seu 13º termo de alteração de prazo, efetivamos uma redução de mão de obra bastante expressiva. Entretanto, perdurará além dos serviços, até a conclusão das Prestações Finais de Contas dos dois termos de compromisso - TC001/2013 e TC001/2014.

Fonte: DT

TERMO DE COMPROMISSO 001/2014

O Termo de Compromisso TC 001/2014 assinado em 19/09/14, visa a conclusão das obras na Linha Sul do Metro de Fortaleza e também é amparado juridicamente pela Lei 11.578 de transferência obrigatória para as obras do PAC, tendo seu monitoramento através do SISPAC.

Seu valor é de R\$ 191.800.000,00, dos quais R\$ 150.000.000,00 de responsabilidade da União e R\$ 41.800.000,00 do Governo do Estado do Ceará e sua vigência é até 31/12/2018.

1 - Medidas adotadas para sanear as transferências na situação de inadimplente.

Não existem situações de inadimplência no que tange ao Termo de Compromisso gerido por este GEFOR.

2 - Situação das transferências efetuadas no exercício frente ao disposto no Art. 35 do Decreto 93.872/86 e do art. 12 do Decreto 7.680/2012, ou legislação que o altere.

A CBTU vem cumprindo na íntegra o contido nos artigos dos Decretos supracitados.

O Termo de Compromisso previa as seguintes transferências de recursos:

Em 2014 -	R\$ 77.700.000,00 –	Previsto na LOA 2014;
Em 2015 -	R\$ 30.000.000,00 –	A conquistar;
Em 2016 -	R\$ 22.300.000,00 –	A conquistar;
Em 2017 -	R\$ 20.000.000,00 –	A conquistar.

A LOA2014, no valor de R\$ 77.704.582,39 para o TC 001/2014, foi integralmente empenhada em 15/08/14. O pedido do METROFOR para envio da 1ª. remessa de recursos, no valor de R\$77.700.000,00, foi autorizada pela CBTU em 21/10/14 e o pedido para Brasília foi encaminhado em 24/10/14, tendo restado o saldo de R\$4.582,39 referente ao RAP 2014.

3 - Medidas adotadas para gerir as transferências no exercício de 2016.

Em 14/01/2015 foram encaminhados os R\$ 77,7 milhões referentes a 1ª. Parcela de recursos.

Os atrasos nas Licitações, assim como o resultado da Licitação de Ventilação, tornaram inócuo o envio da 2ª. remessa de recursos em 2015.

Com relação a 2016, os contingenciamentos estabelecidos pela União a partir do 2º. trimestre, repercutiu no envio dos R\$ 30.000.000,00 previstos para 2ª. remessa de recursos e tal recurso sequer chegou a ter amparo para empenho.

4 - Análise da evolução das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2016, quanto á eficácia dos procedimentos adotados, bem como quanto à disponibilidade adequada de recursos humanos e matérias para tanto.

O METROFOR apresentou 8 Prestações de Contas, referentes a aplicação dos serviços até 30/09/16.

O maior contrato deste Termo de Compromisso se refere ao Sistema de Sinalização, representando 65% dos recursos do TC001/2014, até 31/12/2016 já acumulava um avanço físico de 29,8%.

O Sistema de Telecomunicações quase foram concluídos, chegando a um avanço físico a 93,8% ao final de 2016.

Por conta dos contingenciamentos, o Sistema de Ventilação dos Túneis teve processo licitatório interrompido até que se restabeleça a regularidade na remessa de recursos.

Quanto à adequação dos materiais e dos recursos humanos necessários, limitamo-nos às disponibilidades orçamentárias, tendo em vista que a modalidade que rege os Termos de Compromisso é de transferência obrigatória.

5 - Estruturas de controle definidas para o gerenciamento das transferências, informando, inclusive, a capacidade de fiscalização in loco da execução dos planos de trabalho contratados.

Para o acompanhamento diário das obras foram contratadas três empresas que emitem, com regularidade, relatórios técnicos e gerencias. Uma das empresas faz a fiscalização das obras civis; a outra faz a fiscalização dos sistemas de energia e subestações, eletrificação da via, equipamentos de oficina e material rodante; e uma terceira que faz o gerenciamento de toda a obra, incluindo a parte financeira (prestação de contas) e controle dos contratos.

Quanto a periodicidade das visitas técnicas ao local dos serviços por parte do Gestor e Fiscal da CBTU, elas ficaram bastante limitadas, em função das disponibilidades orçamentárias da Empresa.

6 - Análise da efetividade das transferências como instrumento de execução descentralizado das políticas públicas a cargo da UJ.

Não existe ainda uma previsão para empenho e envio da 2ª. remessa de recursos.

Mantido o ritmo proposto no principal Contrato em andamento, a 2ª. remessa se fará necessária já no 2º. Trimestre de 2017. Cumpre observar que a União, representada pela CBTU, enviou mais de metade dos recursos previstos no TC 001/2014 enquanto que a Compromitente, no caso o METROFOR, ainda não disponibilizou sequer parte dos R\$ 41.800.000,00 de sua competência.

TERMO DE COMPROMISSO 001/2008

Termo de Compromisso firmado entre a CBTU e o Governo do Estado de Pernambuco representado pela Secretaria das Cidades. Transferência de recursos orçamentários e financeiros da União por intermédio da CBTU para a execução de obras e serviços relacionados à construção de seis terminais de integração e do sistema viário no entorno dos terminais e estações.

1. Medidas adotadas para sanear as transferências na situação de inadimplente.

Os recursos financeiros foram transferidos em 23/01/2009 e 16/05/2011 nos valores de R\$ 10.000.000,00 e 30.000.000,00, respectivamente. Todos os recursos foram consumidos por pagamentos referentes à execução do objeto do Termo de Compromisso. Não existem situações de inadimplência no que tange ao Termo de Compromisso 001/2008.

2. Situação das transferências efetuadas no exercício frente ao disposto no Art. 35 do Decreto 93.872/86 e do art. 12 do Decreto 7.680/2012, ou legislação que o altere.

Não houve transferência no exercício. As transferências foram realizadas em 23/01/2009 e 16/05/2011 nos valores de R\$ 10.000.000,00 e 30.000.000,00, respectivamente.

3. Medidas adotadas para gerir as transferências no exercício de 2015.

Não houve transferência no exercício. As transferências foram realizadas em 23/01/2009 e 16/05/2011 nos valores de R\$ 10.000.000,00 e 30.000.000,00, respectivamente.

4. Análise da evolução das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2015, quanto à eficácia dos procedimentos adotados, bem como quanto à disponibilidade adequada de recursos humanos e matérias para tanto.

Após a celebração do TA06, que definiu critérios para utilização de preços SINAPI na análise de prestação de contas, a Secretaria das Cidades/PE iniciou a revisão da prestação de contas, de forma a adequá-las aos comentários feitos pela análise da fiscalização da CBTU. Devido a contenção de despesas e carência de mão de obra, por parte da Secretaria das Cidades/PE, ela ainda não concluiu a revisão e adequação da prestação de contas.

Em agosto/2016, próximo do término da vigência Termo de Compromisso, a Secretaria das Cidades/PE solicitou prorrogação de prazo, sendo celebrado o Termo Aditivo nº 07, estendendo sua vigência até 31/03/2017.

5. Estruturas de controle definidas para o gerenciamento das transferências, informando, inclusive, a capacidade de fiscalização in loco da execução dos planos de trabalho contratados.

Para gerenciamento e fiscalização da aplicação dos recursos foi designado um Gestor alocado na CBTU/AC e um Fiscal na STU/REC. O Gestor alocado na CBTU/AC facilita o acesso à Diretoria e conta, ainda, com suporte das áreas técnicas, financeira e jurídica. O Fiscal alocado na STU/REC tem facilidade de acesso à execução do objeto, realizando a fiscalização in loco.

6. Análise da efetividade das transferências como instrumento de execução descentralizado das políticas públicas a cargo da UJ.

Após solicitação e justificativas apresentadas pela Secretaria das Cidades/PE, o Termo de Compromisso 001/2008 foi aditado, mantendo sua vigência e legalidade, sendo assim, a Prestação de Contas Final do Termo de Compromisso está sendo apresentada na época determinada pela legislação pertinente.

TERMO DE COMPROMISSO 002/2008

Termo de Compromisso firmado entre a CBTU e o Governo do Estado de Pernambuco representado pela Secretaria de Transportes com a interveniência do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Pernambuco – DER/PE. Transferência de recursos orçamentários e financeiros da União por intermédio da CBTU para a elaboração do Projeto e Construção do Complexo da 9ª Travessa, composto das obras: viaduto rodoviário sobre a linha férrea na 9ª Travessa; encontros e acessos do viaduto; viário do entorno/acesso ao Terminal de Cajueiro Seco e célula rodoviária na Rua Luiz Rigueira.

1. Medidas adotadas para sanear as transferências na situação de inadimplente.

O único repasse de recursos financeiros foi realizado em 27/01/2009 no valor de R\$ 10.000.000,00. Em face desse valor não ter sido utilizado, em 07/06/2016 foi devolvido aos cofres da União o montante de R\$ 15.548.655,87, referente ao valor transferido, acrescido de rendimentos auferidos até a referida data. Não existem situações de inadimplência no que tange ao Termo de Compromisso 002/2008.

2. Situação das transferências efetuadas no exercício frente ao disposto no Art. 35 do Decreto 93.872/86 e do art. 12 do Decreto 7.680/2012, ou legislação que o altere.

Não houve transferência no exercício. A única transferência no valor de R\$ 10.000.000,00 foi realizada em 27/01/2009.

3. Medidas adotadas para gerir as transferências no exercício de 2015.

Não houve transferência no exercício. A única transferência no valor de R\$ 10.000.000,00 foi realizada em 27/01/2009.

4. Análise da evolução das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2015, quanto à eficácia dos procedimentos adotados, bem como quanto à disponibilidade adequada de recursos humanos e matérias para tanto.

Em 27/10/2015 a CBTU recebeu o ofício nº 1105/2015-PR, do DER/PE, solicitando celebrar aditivo de prazo ao Termo de Compromisso 002/2008.

Através de Carta nº 010-2015/GEREC/DT, datada de 19/11/2015 e Carta nº 011-2015/GEREC/DT, datada de 01/12/2015, a CBTU, com concordância do Ministério das Cidades, informou ao DER/PE e à Secretaria de Transportes/PE, respectivamente, a intenção de não aditar mais prazo ao Termo de Compromisso. Nas referidas Cartas a CBTU solicitou a concordância quanto à celebração de rescisão amigável, o encaminhamento da prestação de contas final, e a devolução dos recursos liberados não utilizados na consecução do objeto, incluindo os correspondentes rendimentos de aplicação financeira.

Após o encaminhamento, pelo DER/PE, de prestação de contas incompleta, e reiteradas cobranças da CBTU, sem que o DER/PE apresentasse solução para o problema, em março/2016 a CBTU inscreveu o DER/PE no CADIN – Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal.

No mês de junho/2016 o DER/PE encaminhou algumas documentações complementares e restituiu aos cofres da União, em 07/06/2016, o valor de R\$ 15.548.655,87 referentes aos recursos transferidos e não utilizados acrescidos dos respectivos rendimentos. Isso permitiu à CBTU proceder à baixa do registro no CADIN do DER/PE

O DER/PE ainda não sanou todas as pendências da prestação de contas a qual se encontra em aberto, gerando demandas da CBTU ao DER/PE para finalizar o processo.

5. Estruturas de controle definidas para o gerenciamento das transferências, informando, inclusive, a capacidade de fiscalização in loco da execução dos planos de trabalho contratados.

Para gerenciamento e fiscalização da aplicação dos recursos foi designado um Gestor alocado na CBTU/AC e um Fiscal na STU/REC. O Gestor alocado na CBTU/AC facilita o acesso à Diretoria e conta, ainda, com suporte das áreas técnicas, financeira e jurídica. O Fiscal alocado na STU/REC tem facilidade de acesso à execução do objeto, realizando a fiscalização in loco.

6. Análise da efetividade das transferências como instrumento de execução descentralizado das políticas públicas a cargo da UJ.

Foi realizado um repasse financeiro em 27/01/2009 no valor de R\$ 10.000.000,00, sendo devolvido aos cofres da União o montante de R\$ 15.548.655,87, em 07/06/2016, referente ao valor transferido, acrescido de rendimentos auferidos até a referida data.

Fonte: DT

8.7 – Política de Capacitação e Treinamento de Pessoal

A Capacitação na CBTU é executada localmente na Administração Central e nas Unidades Operacionais: Superintendências de Trens Urbanos de Belo Horizonte, João Pessoa, Maceió, Natal e Recife.

As iniciativas de capacitação são planejadas a partir da elaboração da Programação Anual de Treinamento e Desenvolvimento e são regidas pelas Diretrizes de Treinamento e Desenvolvimento que foram estabelecidas para o biênio 2016-2017 visando atender a demandas institucionais estratégicas da Companhia, com os principais focos: Governança Corporativa, Programa de Desenvolvimento Gerencial, Ética e Leis Anticorrupção, Gerenciamento de Projetos, Planejamento Estratégico e Cidadania Organizacional, Gerenciamento de Risco, Mapeamento de Processos, Indicadores de Desempenho Organizacional, Grupos de Estudos Técnicos, Programa de Multiplicação do Conhecimento, Capacitação de Gestores e Fiscais de Contrato e demais instrumentos correlatos, Unificação e Disseminação de Procedimentos e Métodos de Trabalho relativos a temas comuns às áreas da Companhia, Processo Administrativo Disciplinar, Gestão Pública, Ensino a Distância e Treinamentos Governamentais.

A nível nacional a maior parte dos temas previstos nas diretrizes foi executado, no entanto, por deficiência na oferta de cursos no mercado local ou por contingenciamento de recursos orçamentários, alguns tópicos não foram muito desenvolvidos. Desta forma, os temas não desenvolvidos deverão ser ministrados em 2017.

Cabe ainda ressaltar que a área de Treinamento e Desenvolvimento foca suas atividades na avaliação do período de experiência dos novos empregados contratados através de concurso público, onde identificou as lacunas de conhecimento que foram supridas através do treinamento básico de integração e de atividades de capacitação voltados para as áreas de operação e manutenção, gestão empresarial e aprimoramento técnico específico.

Na Administração Central os principais treinamentos foram: Integração para novos empregados oriundos do Concurso Público, Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA, NR 10 – Instalações e Serviços em Eletricidade, esclarecimentos sobre SIAFI, PROPAG, SIGAC, SPIUNET, SIAPE, Sistema eletrônico de informação – SEI, Sistema E-pessoal, Implantação da Gestão do Conhecimento, Direito societário e mercado de capitais, Elaboração de planilhas de formação de custos e preços, Revisão, reajuste e repactuação de contratos, Pregão eletrônico, Contratação direta, Termo de referência, Instrução do processo disciplinar, Planejamento, gestão e fiscalização de obras e serviços de Engenharia, Elaboração de relatórios, pareceres e notas técnicas, Negociação sindical, Gestão e fiscalização de contratos administrativos, Lei 13.303/2016, Gestão estratégica de pessoas e planos de carreira, Comunicação verbal.

Através de parceria com Ministérios das Cidades, treinamento Tesouro Gerencial, Palestra Gestão de Riscos e controles internos e participação no Seminário Prática de Gestão de pessoas de Empresas estatais na SEST.

A STU/BH deu ênfase nos treinamentos operacionais neste exercício, tais como: Assistente Operacional – Segurança Metroferroviária, Prevenção atos terroristas para as Olimpíadas, reciclagem de manobra, credenciamento de condutores de trem, sistema de sinalização e central de controle operacional.

Na STU/JOP os principais eventos de treinamento foram: Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA, Licitação e contratos em obras públicas, cabeamento estruturado, ética, oratória, desenvolvimento de líderes, indicadores de desempenho e Tesouro Gerencial através de parceria com o Ministério das Cidades.

Acessoriamente, foram utilizados os recursos provenientes do convênio SENAI com treinamentos sobre as Normas Regulamentadoras, de caráter obrigatório: NR 23 – Proteção contra incêndios, NR 35 – Trabalho em Altura, NR 10 – Instalações e Serviços em Eletricidade.

A execução da verba destinada à capacitação representa um enorme desafio para a STU-JOP em virtude do baixo valor orçamentário disponibilizado, o qual inviabiliza a execução de diversos treinamentos in company que visam atender as diretrizes de treinamento, e dos contingenciamentos impostos aos gastos com passagens, diárias e hospedagem que obrigam a busca de eventos de capacitação na cidade de João Pessoa, cuja oferta de cursos é incipiente. Paralelamente, apesar do recurso orçamentário de capacitação diminuir anualmente, é preciso atentar para o fato que o quadro de pessoal foi acrescido em virtude das admissões oriundas do concurso público, e os profissionais recém ingressos demandam capacitações que permitam a plena execução das atividades para as quais justificou-se a entrada dos mesmos.

Os principais treinamentos realizados na STU-MAC foram: Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA e treinamento sobre direito, guarda, conservação e uso de EPI – Equipamento de prevenção individual.

Os principais eventos ocorridos na STU/Nat foram: esclarecimentos sobre Operação do VLT, segurança ferroviária, reciclagem de condutores e Condução de Locomotiva.

Os treinamentos realizados na STU-NAT não atendem totalmente as necessidades da Unidade Administrativa por questões de deficiência no mercado local de oferta de cursos específicos, especialmente aqueles voltados às áreas de manutenção e operação. A STU-NAT ainda esbarra na dificuldade da falta de recursos para prover de forma mais eficiente a necessidade de conhecimento, reciclagem e/ou atualização dos saberes necessários para o efetivo cumprimento das atividades laborais, uma vez que a sua localização geográfica dificulta treinamentos presenciais nos grandes centros especializados, devido ao alto custo com as passagens aéreas.

Na STU/REC os principais eventos de treinamento foram: Normas Regulamentadoras, de caráter obrigatório: NR-10 – Instalações e Serviços em Eletricidade, Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA, treinamento básico de manutenção, reciclagem de zona de manobra, eletricidade básica, reconhecimento de risco no trabalho, capacitação dos condutores e maquinistas de VLT, noções básicas de TUE e VLT, atendimento ao público, bilhetagem e licitação e termo de referência.

8.7.1 - Indicadores de T&D

Unidades	Matrículas Treinadas				H/H			
	2013	2014	2015	2016	2013	2014	2015	2016
Administração Central	275	429	1.269	641	2.169	10.153	28.338	6.473
Belo Horizonte	2.063	2.090	2.884	1.547	10.236	21.916	106.231	14.746
Recife	3.939	4.017	4.385	3.051	77.327	100.295	341.697	47.067
João Pessoa	149	60	292	409	2.770	1.685	6.089	6.675
Natal	795	167	720	208	7.343	6.858	9.727	2.737
Maceió	51	117	257	102	898	2.512	6.197	594
TOTAL	7.272	6.880	9.807	5.958	100.743	143.419	498.279	78.292

8.7.2 – Investimento de Custeio e Convênio com SENAI

Unidades	Investimento			
	2013	2014	2015	2016
Administração Central	588.524,21	352.975,00	229.540,50	105.319,00
Belo Horizonte	449.159,50	263.561,00	239.541,50	454.362,22
Recife	697.663,88	531.541,00	389.069,20	243.101,76
João Pessoa	69.170,64	51.940,00	88.625,00	62.392,50
Natal	106.392,50	119.696,00	133.873,00	97.508,17
Maceió	66.159,15	56.843,00	75.282,00	23.760,00
TOTAL	1.977.069,88	1.376.556,00	1.155.931,20	986.443,65

O recurso para ações vem sendo reduzido nos últimos anos, no entanto com criatividade da equipe de T&D e através de multiplicação do conhecimento e atividades de instrutoria interna temos tentado minimizar os impactos decorrentes. No entanto, a escassez de recursos impacta diretamente na formação dos gestores, treinamento especializado na temática metroferroviária e em gestão pública. Além disso, o projeto estratégico de Gestão do Conhecimento e a implementação de uma política de Gestão de Pessoas por Competências encontram seus maiores entraves nas limitações orçamentárias. Cabe ainda ressaltar o recente aumento do quadro e que os novos empregados demandam de conhecimentos específicos relativos à Administração Pública, projetos e o segmento metroferroviário, de modo que com o contingenciamento não tem as necessidades supridas totalmente, sendo apenas tratadas as emergências e temas ligados aos maiores riscos empresariais.

8.7.3 – Pagamento de Hora Aula

Administração Central

Item	Abrangência	Quantidade De Instrutores	Hora Aula (/A)	Valor Hora Aula	Valor Total
Janeiro	Meio e Fim	1	2	10,00	20,00
Março	Meio e Fim	1	4	10,00	40,00
Abril	Meio e Fim	1	3	10,00	30,00
Mai	Meio e Fim	2	20	10,00	200,00
Junho	Meio e Fim	3	24	10,00	240,00
Julho	Meio e Fim	3	27	10,00	270,00
Agosto	Meio e Fim	1	12	10,00	120,00
Setembro	Meio e Fim	4	20	10,00	200,00
Outubro	Meio e Fim	3	22	10,00	220,00
Novembro	Meio e Fim	5	13	10,00	130,00
Dezembro	Meio e Fim	1	4	10,00	40,00
		25	151	Total Geral	1.510,00

STU BELO HORIZONTE

Item	Abrangência	Quantidades de instrutores	Hora/aula	Valor Hora Aula	Valor total
Janeiro	Meio e Fim	3	18	10,00	180,00
Fevereiro	Meio e Fim	5	48	10,00	480,00
Março	Meio e Fim	10	76	10,00	760,00
Abril	Meio e Fim	6	50	10,00	500,00
Mai	Meio e Fim	11	78	10,00	780,00
Junho	Meio e Fim	17	260	10,00	2.600,00
Julho	Meio e Fim	28	37	10,00	370,00
Agosto	Meio e Fim	21	144	10,00	1.440,00
Setembro	Meio e Fim	12	93	10,00	930,00
Outubro	Meio e Fim	9	82	10,00	820,00
Novembro	Meio e Fim	6	43	10,00	430,00
Dezembro	Meio e Fim	14	71	10,00	710,00
		142	1000	Total Geral	10.000,00

STU REC

Item	Abrangência	Quantidade de instrutores	Hora aula	Valor Hora Aula	Valor total
Janeiro	Meio e Fim	11	112	10,00	1.120,00
Fevereiro	Meio e Fim	17	121	10,00	1.210,00
Março	Meio e Fim	24	223	10,00	2.230,00
Abril	Meio e Fim	47	498	10,00	4.980,00
Mai	Meio e Fim	22	266	10,00	2.660,00
Junho	Meio e Fim	45	559	10,00	5.590,00
Julho	Meio e Fim	41	585	10,00	5.850,00
Agosto	Meio e Fim	30	428	10,00	4.280,00
Setembro	Meio e Fim	43	414	10,00	4.140,00
Outubro	Meio e Fim	35	490	10,00	4.900,00
Novembro	Meio e Fim	36	358	10,00	3.580,00
Dezembro	Meio e Fim	14	222	10,00	2.220,00
		365	4276	Total Geral	42.760,00

STU NATAL

Item	Abrangência	Quantidade de instrutores	Hora/aula	Valor Hora Aula	Valor total
jan/16		2	80	10,00	800,00
fev/16		1	40	10,00	400,00
mar/16		1	40	10,00	400,00
jun/16		3	80	10,00	800,00
jul/16		1	20	10,00	200,00
ago/16		1	32	10,00	320,00
set/16		2	80	10,00	800,00
nov/16		1	40	10,00	400,00
		12	412	Total Geral	4.120,00

STU JOP

Item	Abrangência	Quantidade de instrutores	Hora aula	Valor Hora Aula	Valor total
Dezembro		2	16	10,00	160,00
		2	16	Total Geral	160,00

STU MAC

Item	Abrangência	Quantidade de instrutores	Hora aula	Valor Hora Aula	Valor total
Maio	Meio e fim	1	48	10,00	480,00
Agosto	Meio e fim	1	10	10,00	100,00
		2	58	TOTAL:	580,00

Ao total, na CBTU em todas suas 6 unidades, 548 instrutores aplicaram 5913 horas aula, com um valor total de R\$59.130,00, em 2016.

9. OUTROS ITENS DE INFORMAÇÃO

9.1 – Rol de Responsáveis

UNIDADE JURISDICIONADA					
DADOS DO RESPONSÁVEL					
Nome:	Marco Antônio de Araujo Fireman			CPF: 410.988.204 - 44	
Endereço Residencial:	Cond. Laguna, Quadra nº, Lote 5 – Ilha de Santa Rita				
Cidade:	Marechal Deodoro	UF:	AL	CEP	57.000-00
Telefone:	(82)981808056	Fax:	-	e-mail: mfiremam@uol.com.br	
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU 63/2010)		Dirigente Máximo			
Nome do Cargo ou Função:		Diretor Presidente			
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
342ª Conad	22/12/2015	44ª Conad	07/07/2016	01/01/2016	07/07/2016

UNIDADE JURISDICIONADA					
DADOS DO RESPONSÁVEL					
Nome:	José Marques de Lima			CPF:	651.472.354-34
Endereço Residencial:	Rua Santa Lúcia,167, Candeias				
Cidade:	Recife	UF:	PE	CEP: 54.440-280	
Telefone:	- (81)991230234	Fax:	-	e-mail: jmlima.cbtu@gmail.com	
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU 63/2010)		Dirigente Máximo			
Nome do Cargo ou Função:		Diretor Presidente			
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
44ª Conad	07/07/2016			07/07/2016	31/12/2016

UNIDADE JURISDICIONADA					
DADOS DO RESPONSÁVEL					
Nome:	Davidson Tolentino de Almeida				CPF: 588.656.244 - 34
Endereço Residencial:	Rua Caio Pereira ,64/602 - Rosarinho				
Cidade:	Recife		UF: Pernambuco	CEP: 52.041 - 010	
Telefone:	(81)3241 - 8129	Fax:	-	e-mail: davidsontolentino@hotmail.com	
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU 63/2010)		Diretor de Administração e Finanças			
Nome do Cargo ou Função:		Diretor de Administração e Finanças			
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número 328º Conad	Data 01/09/14	Nome e número 43º Conad	Data 29/06/2016	Início 01/01/2016	Fim 29/06/2016

UNIDADE JURISDICIONADA					
DADOS DO RESPONSÁVEL					
Nome:	Antônio Geraldo Alves Bosshard				CPF: 054.501.014-49
Endereço Residencial:	José Brás Moscow,356/502 - Piedade				
Cidade:	Jaboatão dos Guararapes		UF: Pernambuco	CEP: 54.410.390	
Telefone:	(81)99699192	Fax:	-	e-mail: agbosshard@gmail.com.br	
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU 63/2010)		Diretor de Administração e Finanças			
Nome do Cargo ou Função:		Diretor de Administração e Finanças			
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número 349º Conad	Data 06/10/2016	Nome e número	Data	Início 06/10/2016	Fim 31/12/2016

UNIDADE JURISDICIONADA					
DADOS DO RESPONSÁVEL					
Nome:	Francisco de Assis dos Santos Junior			CPF:	804.849.804-91
Endereço Residencial:					
Cidade:	Rio de Janeiro	UF:	RJ	CEP	22775.051
Telefone:	(61)981076081	Fax:	-	e-mail: tchakajp@me.com	
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU 63/2010)		Diretor de Planejamento, Expansão e Marketing			
Nome do Cargo ou Função:		Diretor de Planejamento, Expansão e Marketing			
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número 301° Conad	Data 29.05.12	Nome e número 43° Conad	Data 29/06/2016	Início 01/01/2016	Fim 29/06/2016

UNIDADE JURISDICIONADA					
DADOS DO RESPONSÁVEL					
Nome:	José Marques de Lima			CPF:	651.472.354-34
Endereço Residencial:		Rua Santa Lúcia,167, Candeias			
Cidade:	Recife	UF:	PE	CEP	54.440.280
Telefone:	(81)991230234	Fax:	-	e-mail: jmlima.cbtu@gmail.com	
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU 63/2010)		Diretor de Planejamento, Expansão e Marketing Interino			
Nome do Cargo ou Função:		Diretor de Planejamento, Expansão e Marketing			
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número RPR/242/16	Data 30/06/2016	Nome e número	Data	Início 30/06/2016	Fim 31/12/2016

UNIDADE JURISDICIONADA					
DADOS DO RESPONSÁVEL					
Nome:	Sérgio Sampaio Sessim			CPF:	743.871.977-49.
Endereço Residencial:	Rua Carmela Dutra ,1934				
Cidade:	Nilópolis	UF:	Rio de Janeiro	CEP	26.530 -020
Telefone:	(21)2791 - 4220	Fax:	-	e-mail: sergiosessim@hotmail.com	
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU 63/2010)		Diretor Técnico			
Nome do Cargo ou Função:		Diretor Técnico			
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número 328º Conad	Data 28/08/2014	Nome e número	Data	Início 01/01/2016	Fim 31/12/2016

9.2– Parecer ou Relatório da Unidade de Auditoria Interna

PARECER DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

Em atendimento às Decisões Normativas - TCU 154 de 19/10/2016 e 156 de 30/10/2016, Portaria-TCU - 59 de 17/01/2017 e as orientações estabelecidas no Sistema e-CONTAS do Tribunal de Contas da União, destacamos a seguir os aspectos pertinentes à Auditoria Interna da CBTU no exercício de 2016.

Nossos exames foram conduzidos de acordo com normas usuais de auditoria e compreenderam, entre outros procedimentos, o planejamento dos trabalhos considerando a relevância dos segmentos a serem avaliados, abrangendo o sistema contábil e os controles administrativos e operacionais da CBTU.

Não obstante as restrições orçamentárias e financeiras impostas à Companhia no exercício p. findo impactassem na postergação de projetos e melhorias nos diversos Sistemas de Trens Urbanos em que a CBTU atua como operadora e, apesar dos indicadores operacionais apresentarem, em sua grande maioria, variação negativa ao final do exercício de 2016, ainda assim, o desempenho da Gestão como um todo, demonstrou, não apenas resultados sociais e operacionais em patamares aceitáveis, como também, ressalvadas as dificuldades enfrentadas, capacidade de superação da grande maioria dos problemas surgidos, cujas soluções e ações gerenciais adotadas viabilizaram a manutenção dos transportes de passageiros com qualidade e segurança, em algumas localidades, no limite do admissível.

- a) *Avaliação da capacidade de os Controles Internos Administrativos da UPC identificarem, evitarem e corrigirem falhas e irregularidades, bem como minimizarem riscos, inerentes aos processos relevantes;*

A CBTU utiliza regularmente um conjunto de indicadores de desempenho que traduz com objetividade os níveis de eficácia, eficiência e a qualidade dos serviços de transporte ferroviário de passageiros prestados nas Unidades onde a CBTU atua como Operadora – Belo Horizonte, Recife, João Pessoa, Natal e Maceió.

Os indicadores adotados pela CBTU para mensuração do desempenho operacional, em nosso entendimento é pertinente, revelando-se satisfatórios e suficientes para subsidiar avaliações da demandas do transporte de passageiros, produção da receita (operacional e não operacional), evolução dos custos unitários, o custo por km, a tarifa efetiva (resultado da receita de transporte pelo quantitativo de passageiros transportados), passageiros transportados por dia útil e aferição da Taxa de Cobertura (permite avaliar o nível de participação dos recursos provenientes da venda de passagens na cobertura dos custos incorridos pela CBTU na realização dos transportes), entre outros.

A seguir resumimos os resultados operacionais alcançados no exercício de 2016, avaliados a partir dos indicadores regularmente utilizados na produção dos transportes.

INDICADORES		REALIZADO		Variação %
		Média/2015	Média/2016	
EFICÁCIA	Passageiros transportados (mil)	14.991	14.408	-3,89%
	Passageiros por dia útil (mil)	593	561,5	-5,31%
	Receita Operacional (R\$ mil)	13.789	13.139	-4,71%

INDICADORES		REALIZADO		Variação %
		Média/2015	Média/2016	
EFICÁCIA	Receita Não Operacional (R\$ mil)	570	538	-5,61%
	Receita Total (R\$ mil)	14.359	13.677	-4,75%
	Passageiros por Km (*)	28,6	28,1	-1,75%

* Comparativo do indicador Passageiros por Km foi realizado com a apuração do mês de dezembro e não pela média anual.

INDICADORES		REALIZADO		Variação %
		Média/2015	Média/2016	
EFICIÊNCIA	Custo Unitário (R\$)	3,18	3,47	9,12%
	Custo por Km (R\$) **	94,69	95,85	1,23%
	Tarifa Efetiva Média (R\$)	0,92	0,91	-1,09%
	Taxa de cobertura plena (%)	30,0	27,3	-9,00%
	Produtividade Energia Elétrica (Km/mil kWh)	54	57	5,56%
	Produtividade Diesel (Km/mil litros)	459	428	-6,75%
	Integração Tarifária (%) **	0,5	0,5	0,00%
	Receita Extraoperacional (%) **	1,7	4,2	147,06%

** Comparativo dos indicadores Custo por Km, Integração tarifária e Receita Extraoperacional, foi realizado com a apuração do mês de dezembro e não pela média anual.

INDICADORES		REALIZADO		Variação %
		Média/2015	Média/2016	
QUALIDADE	Regularidade (%)	95,4	93,4	-2,10%
	Pontualidade (%)	85,3	94,7	11,02%
	Acidentes/milhão passageiros (seg. do usuário) ***	2,5	1,2	-52,00%
	Confiabilidade do Sistema ***	991	448	-54,79%

*** Comparativo dos indicadores Acidentes/milhão passageiros e Confiabilidade do Sistema, foi realizado com a apuração do mês de dezembro e não pela média anual.

Paralelamente ao acompanhamento do desempenho operacional, os Controles Internos inerentes aos processos administrativos relevantes da CBTU são regularmente avaliados pela Auditoria Interna, cujos testes aplicados no exercício p. findo (aprovados no PAINT/2016), resultaram em observações acerca das fragilidades identificadas, as quais foram detalhadamente abordadas em Relatórios e Notas de Auditoria Interna emitidos no decorrer daquele exercício, acompanhadas de recomendações específicas objetivando o saneamento das impropriedades apontadas.

No exercício de 2016 confirmamos aderência significativa às recomendações da Auditoria Interna pelas áreas auditadas, ratificadas em follow-ups realizados no decorrer daquele exercício financeiro, cuja implementação das ações corretivas sugeridas, efetivamente, colaborou para o aprimoramento das rotinas e processos internos de controles exercidos nas diversas Unidades Administrativas da CBTU que foram objeto de uma ação da Auditoria.

b) Avaliação dos controles internos relacionados à elaboração dos relatórios financeiros e contábeis;

Não obstante as situações de exceções registradas nos Relatórios de Auditoria Interna decorrentes dos trabalhos realizados no exercício de 2016 nos segmentos de Controle Orçamentário, Gestão Financeira e Receitas Operacionais e Não Operacionais, os mecanismos de controle exercidos foram sendo aperfeiçoados ao longo dos anos, por terem como base, normativos e Sistemas Integrados amplamente debatidos, tais como as Leis 6.404/76 e 11.638/07 das Sociedades por Ações, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual – LOA e SIAFI, entre outros, em alguns casos, com significativo tempo de vigência, apresentando grau de maturação que consideramos satisfatório.

c) Descrição das rotinas de acompanhamento e de implementação, pela UPC, das recomendações da auditoria interna;

A Auditoria Interna no exercício de 2016 realizou acompanhamento sistemático das regularizações das recomendações pelas áreas auditadas, através de Follow-ups.

A Auditoria Interna mantém controle informatizado de todos os pontos e recomendações de forma centralizada, registradas e atualizadas, gerando informações gerenciais de todas as ações que estão sendo tomadas, e o status do ponto (Pendente ou Regularizado).

O processo de cobrança das pendências considera a periodicidade de envios de notificações de lembrete de implementação, notificações das implementações com prazos vencidos,

não vencidos e concluídos, gerando informações periódicas com cópias para o Diretor Presidente e Conselho de Administração.

São regularmente procedidas revisões a partir das descrições das ações tomadas pelos responsáveis objetivando verificar se fazem sentido, solicitando, se for o caso, que seja anexada evidência da implementação. Se a descrição da implementação realizada não fizer sentido algum, o auditor a rejeita e mantém o ponto como Pendente de Regularização, solicitando novo posicionamento da área auditada sobre o assunto.

A Auditoria Interna mantém arquivo de todos os relatórios gerenciais gerados, que ficam à disposição dos órgãos de controle, enquanto perdurarem as pendências, conforme, inclusive, expressamente requerido no art. 17 da IN 24-CGU de 17/11/2016.

d) Informações sobre a existência ou não de sistemática e de sistema para monitoramento dos resultados decorrentes dos trabalhos da auditoria interna;

Para monitoramento dos resultados dos trabalhos executados, a sistemática que vem sendo seguida pela Auditoria Interna consiste na realização de Follow-ups das não conformidades enfocadas em cada trabalho realizado, se for o caso, mediante a realização de nova verificação, revisão dos procedimentos e dos testes aplicados, além da emissão de relatórios periódicos específicos, demonstrando a situação de efetivo atendimento, e/ou que permitam monitorar a implementação das recomendações emanadas da Auditoria, situações em que são solicitados, em cada caso, os correspondentes planos de ação, com a fixação de prazos pelas áreas responsáveis, para saneamento das impropriedades apontadas.

e) Demonstração da execução do plano anual de auditoria, contemplando avaliação comparativa entre as atividades planejadas e realizadas, destacando os trabalhos mais relevantes, as principais constatações e as providências adotadas pela gestão da unidade;

Os trabalhos de Auditoria foram norteados na fase de pré-auditoria através de planejamento estratégico de cada programa executado, considerando fundamentalmente os elementos de risco e a relevância das atividades verificadas, decorrendo na auditoria de campo, que consistiu na análise dos controles internos e na documentação correlata, sendo utilizada em determinadas ações, o critério de testes por amostragem, com rigorosa observância a fundamentação legal e as normas internas.

No exercício p. findo estavam previstas no PAINT a realização de 21 atividades das quais, à exceção das ações (13) Revisão de Programas de Auditoria Interna e (21) Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna – RAIN 2016, todas as demais 19 (dezenove) atividades planejadas, constantes do PAINT/2016, foram regularmente executadas.

A seguir relacionamos os trabalhos de auditoria realizados no exercício de 2016:

ATIV ID. PAIN T	REL.	PROGRAMA DESENVOLVIDO	RH	LOCAL	PERÍODO DE EXECUÇÃO	QTD HS.
1	-	Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna - RAIN/2015	3	AC	02 a 29/02/16	360
2	01/2016	Demonstrações Contábeis Exercício 2015	1	AC	02 a 29/02/16	96
3	-	Prestação de Contas Anual	2	AC	01 a 05/02/16	56
4	02/2016	Controle Orçamentário	2	AC	13/01 a 04/03/16	280
5	07/2016	Gestão Financeira	2	AC	21/03 a 15/06/16	608
6	03/2016	Licitações, Contratos e Convênios	3	STU/NAT	09/03 a 28/04/16	620
7	04/2016	Gerenciamento de Via Permanente e Material Rodante	2	STU/MAC	15/03 a 29/04/16	472
8	05/2016	Licitações, Contratos e Convênios	2	STU/JOP	02 a 25/05/16	288
9	06/2016	Receitas Operacionais e Não Operacionais	3	STU/REC	02 a 31/05/16	552
10	08/2016	Gerenciamento de Via Permanente e Material Rodante	2	STU/BH	01 a 29/06/16	311
11	09/2016	Gestão e Controle de Pagamentos de Adicionais e Benefícios Incluídos em Folha de Pagamento	5	AC	21/06 a 10/08/16	976
12	-	Treinamento e Capacitação da Equipe de Auditoria Interna	1	MTFCGU	28 e 29/11	16
		Gestão de riscos e Controles Internos	1	SEST	09 e 10/11	16
		Linhas de Defesa	2	ENAP	02/08 a 05/09	80
		Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos	1	CBTU	08/11	3
		SIGAC	2	CBTU	18/11	6
		PROPAG	1	ONE	12 e 13/12	16
		Controle Interno e análise de riscos na gestão de processos				
SUB-TOTAL SOMATÓRIO DE HORAS A TRANSPORTAR						4.756

ATIV ID. PAIN T	REL.	PROGRAMA DESENVOLVIDO	RH	LOCAL	PERÍODO DE EXECUÇÃO	QTD HS.
		SUB-TOTAL SOMATÓRIO DE HORAS - TRANSPORTE				4.756
14	11/2016	Licitações, Contratos e Convênios	2	STU/REC	23/08 a 05/10/16	424
15	10/2016	Receitas Operacionais e Não Operacionais	3	STU/NAT	15/08 a 29/09/16	589
16	12/2016	Licitações, Contratos e Convênios	3	STU/BH	03/10 a 04/11/16	504
17	13/2016	Licitações, Contratos e Convênios	2	STU/MAC	10/10 a 04/11/16	456
18	-	Elaboração do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT/2017	1	AC	03 A 31/10/16	40
19	14/2016	Licitações, Contratos e Convênios	5	AC	01 a 30/11/16	714
20	15/2016	Auditoria de Gestão Anual Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social – REFER	6	REFER	05 a 30/12/16	912
-	-	Monitoramento de Processos em Andamento no Tribunal de Contas da União – TCU	12	AC	04/01/16 a 30/12/16	812
-	-	Reserva Técnica Atendimento Solicitações Diretoria, CONAD, CONFI, CGU e MP	3	-	04/01 a 30/12/16	2.208
TOTAL SOMATÓRIO DE HORAS						11.415

Cumpre-nos mencionar que, com relação ao Programa (11) Gestão e Controle de Pagamentos de Adicionais e Benefícios Incluídos em Folha de Pagamento, buscamos ampliar a abrangência das verificações, inicialmente programadas no PAINT/2016 para serem desenvolvidas no âmbito da Administração Central da Companhia, estendendo a aplicação dos testes e revisão dos controles internos às demais Superintendências Regionais, mediante certificação do processamento da Folha de Pagamento de forma centralizada, através do Sistema Informatizado MENTORH.

Para a consecução dos objetivos redefinidos, mantivemos o exame das condições de concessão e inclusão em folha de pagamento de Adicionais pelo exercício de atividades especiais (Periculosidade, Insalubridade, Penosidade e Risco de Vida) e, alternativamente, priorizamos verificar a adequação da remuneração pela prestação de serviços em jornadas extraordinárias, em detrimento de parte das avaliações anteriormente propostas, de verificação dos controles de concessão e pagamento de Benefícios, restrita aos empregados da Administração Central da Companhia, cujas verificações foram reprogramadas e estão previstas no PAINT/2017, para serem realizadas na Administração Central da Companhia e Superintendências Regionais de Recife e Belo Horizonte.

As ações (13) Revisão de Programas de Auditoria Interna e (21) Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna – RAINT 2016, programadas e não realizadas no exercício de 2016, não foram levadas a termo devido, respectivamente a:

Ação (13), à decisão gerencial de não interrupção dos programas em curso na Auditoria Interna, que na ocasião priorizou o treinamento dos novos auditores, considerando ainda a própria suficiência dos programas existentes, ressalvada a inclusão do requerido na Resolução CGPAR nº 9 de 10/03/2016 no programa a ser aplicado na Fundação REFER (Fundo de Pensão dos empregados da CBTU).

Ação (21), à necessidade de postergação da elaboração do RAINT/2016 para o mês de janeiro/2017, tendo em vista a AUDIT não dispor, naquela ocasião, de informações conclusivas que viabilizassem o atendimento às exigências da IN 24/CGU/2015, fato que prejudicou o início da execução desta atividade no mês de dezembro/2016, sem comprometer, contudo, a observância aos prazos de disponibilização do RAINT aos respectivos órgãos de controle interno do Governo Federal.

Por outro lado, o requerido no § 2º do Artigo 17 da Instrução Normativa CGU nº 24/2015, concorreu para a intensificação das atividades de auditoria inerentes ao acompanhamento acerca da aderência ou não às recomendações constantes dos Relatórios de Auditoria Interna no exercício de 2016, em especial, no que concerne ao controle de prazos de atendimento e justificativas para as recomendações não implementadas ou implementadas parcialmente, com a consequente formalização dos respectivos follow-ups, cujas atividades, imprescindíveis ao desenvolvimento da rotina da Auditoria Interna, tendo em vista não estar prevista no PAINT/2016, demandou o remanejamento de considerável parcela dos recursos humanos e quantidade horas alocados em Reserva Técnica.

Referidos períodos homem/hora (até então sem previsão), passarão a ser computados de forma específica a partir do corrente exercício, conforme atividade expressamente já definida e aprovada no PAINT/2017.

Além disso, o processo restrito de reestruturação implementado na Administração Central da CBTU-AC, iniciado no mês de julho/2016, culminou com a mudança do Chefe de Auditoria em novembro/2016 e a transferência de dois auditores internos para exercerem, estrategicamente, as funções de Adjunto do Diretor de Administração e Finanças e Coordenador Técnico de Programação e Suprimento na Companhia.

Por esse aspecto, ressaltamos que a investidura do cargo de Chefe de Auditoria por profissional membro efetivo da equipe de auditores internos da CBTU, tendo em vista o comprometimento no cumprimento do PAINT/2016, legitimou a necessidade da reposição imediata de três novos auditores, situação imprevista, que exigiu da equipe remanescente, além de executar o Plano de trabalho aprovado para 2016, orientar e passar os serviços aos três novos profissionais, que ingressaram na AUDIT com formações acadêmicas, respectivamente, em Contabilidade, Direito e Engenharia Civil.

Referidas ações (Follow-up das recomendações exaradas e Capacitação em curto prazo dos novos auditores para a realização das auditorias programadas), não previstas no PAINT/2016, revelaram-se imprescindíveis ao desenvolvimento das atividades de auditoria interna no exercício p. findo, cujos resultados, em face da eficácia alcançada no cumprimento dos objetivos planejados, consideramos satisfatórios.

Para executar as atividades constantes do PAINT no exercício de 2016, a Auditoria Interna contou com o total de 7 (sete) auditores.

Trabalhos mais relevantes

Considerando as peculiaridades e a materialidade das demandas financeiras, além da necessidade de constante atualização dos controles exercidos, priorizamos, de forma recorrente, a realização de trabalhos de auditoria objetivando certificar a adequação e exercer estreito

acompanhamento dos procedimentos e rotinas internas afetas às atividades de Licitações e Compras Diretas, Gestão de Recursos Humanos, Demonstrações Contábeis, Controle Orçamentário, Gestão Financeira e na Fundação REFER (Fundo de Pensão dos empregados da CBTU), cujos segmentos reputamos como de grande relevância no contexto das atividades sob responsabilidade da CBTU.

Principais constatações

No transcorrer do exercício de 2016 realizamos auditorias de Licitações (e Compras Diretas), Contratos e Convênios em todas as Unidades Administrativas da Companhia e, auditorias de Gestão de Recursos Humanos, Demonstrações Contábeis e de Controle Orçamentário, a partir de dados e registros consolidados na Administração Central, obtidos através dos Sistemas MENTORH, SIAFI e Informações orçamentárias centralizadas e na Fundação REFER, conforme resumo:

LICITAÇÕES (E COMPRAS DIRETAS) CONTRATOS E CONVÊNIOS:

STU/NATAL - Relatório 03/2016

Notadamente foram abordados assuntos que demonstram fragilidade dos controles internos da Unidade Administrativa de Natal, mormente no que se refere a instrução e condução dos processos de contratação sob análise, bem como na execução dos respectivos instrumentos contratuais.

STU/JOÃO PESSOA - Relatório 05/2016

Visando a modernização e incremento na oferta de material rodante do Sistema de Trens Urbanos no Estado da Paraíba, com custos de aquisição de R\$ 69.345.273,36, a compra de 08 Veículos Leves sobre Trilhos – VLT constituía-se na intervenção mais relevante da STU/JOP em andamento no exercício de 2016, cabendo o registro de que, por ocasião de realização do presente trabalho de auditoria interna, encontrava-se em curso a realização de testes operacionais do terceiro VLT, compostos por 03 (três) carros de passageiros, movidos a tração diesel-hidráulica ou diesel-elétrica, contratados à Bom Sinal Indústria e Comércio, objeto do Contrato 019/2012, sob gestão da Administração Central da Companhia.

Considerando a estagnação dos orçamentos anuais aprovados, há um passivo crescente tanto nos projetos de modernização como de manutenção das instalações prediais, via permanente, material rodante e sistemas fixos da STU/JOP.

Os testes de auditoria aplicados revelaram situações de fragilidade dos controles internos exercidos na Unidade Administrativa de João Pessoa, tanto na instrução, condução e gestão dos processos de licitação e procedimentos de aquisições diretas de bens e serviços, como também na execução física e financeira das contratações, que devem ser revistos e retificados.

Durante a execução dos trabalhos as situações que suscitaram dúvidas e necessitaram de maiores esclarecimentos foram expostas aos respectivos responsáveis visando o saneamento de eventuais pendências.

Cumpre-nos ressaltar que, para ciência e celeridade na adoção das providências que se afigurarem cabíveis, a apresentação dos fatos considerados de maior relevância e registrados neste Relatório, restou prejudicada, em razão da agenda de compromissos externos do Superintendente Regional de João Pessoa.

STU/RECIFE - Relatório 11/2016

Notadamente, foram abordados assuntos que demonstram a fragilidade dos controles internos da Unidade Regional de Recife, no que se refere a instrução e condução dos processos de contratação sob análise, bem como na execução dos respectivos instrumentos contratuais. Destacamos falta de planejamento e a morosidade nas implementações de novas contratações sob regras da legislação vigente, criando assim a necessidade de deflagrar Processos de Dispensas de Licitações em caráter emergencial na Companhia.

Das situações constatadas pela AUDIT em relação Dispensa de licitação nº 007 e 009/2016 da STU/REC, destacamos a fragilidade da gestão do processo e a morosidade no âmbito decisório, das respectivas áreas técnicas.

Também observamos que a Unidade Regional de Recife tem por opção a rotina de centralizar toda a gestão dos contratos de uma determinada área a um único gestor, além de suas rotinas normais de trabalho.

É nosso entendimento que a Superintendência intensifique suas ações no que tange a cobrança por maior agilidade no fluxo processual licitatório, objetivando uma melhor harmonia entre o processo burocrático da CBTU e os prazos previsto em lei.

STU/BELO HORIZONTE - Relatório 12/2016

Não obstante seja de amplo conhecimento e objeto de busca de alternativas de equacionamento, a situação de inadimplência perante os diversos fornecedores e prestadores de serviço porque passa a Companhia, vem afetando diretamente a gestão das atividades de contratação e consequente execução das avenças em andamento no âmbito da STU/BH.

Por ocasião da realização do presente trabalho de Auditoria Interna, registramos, conforme relatório apresentado pela Coordenação Operacional – Tesouraria da STU/BH, que os valores totais pendentes de pagamento, referentes a faturas vencidas e não pagas, atingiam em 25/10/2016 o importe de R\$ 10.903.632,98.

Chamou-nos a atenção também, a partir de dados extraídos do SIAFI, a incidência expressiva de Dispensas de Licitação no período de 01/01/2016 a 28/10/2016, perfazendo o valor de R\$ 17.470.676,36, cujo montante representava 24% do valor total até então empenhado pela CBTU, considerando todas as modalidades licitatórias.

Por esse aspecto, ressalta-se que, de acordo com informações gerenciais, das Dispensas de Licitação incorridas, as fundamentadas pelos incisos IV, XI e XIII do artigo 24 da Lei 8.666/93, ou seja, nos casos de emergência ou em consequência de rescisão contratual unilateral, entre outras situações excepcionais, via de regra deflagradas em valores superiores ao limite financeiro usual para contratações sem licitação, somavam R\$ 9.698,156,30.

Toda essa situação de excepcionalidade converge para a necessidade de sucessivas contratações para o mesmo objeto, como no caso dos serviços de portaria/vigia nas áreas e instalações da CBTU, que no período de dois anos foi objeto de quatro processos de contratação, com os consequentes custos administrativos.

Paralelamente registramos impropriedades nos procedimentos licitatórios e de dispensas de licitação, objeto de recomendações específicas desta AUDIT, merecedoras de atenção especial pelas áreas responsáveis, ante a possibilidade de virem a expor a Companhia a riscos de ordem financeira e também jurídica.

STU/MAC - Relatório 13/2016

Neste trabalho de auditoria interna, destacamos que a falta de planejamento e a morosidade nas implementações das ações relativas aos contratos nºs 014/2010 e 013/2016 da STU/MAC, sob regras da legislação vigente, acarretaram a necessidade de desembolsar recursos financeiros a empresa que prestou serviço sem a devida cobertura contratual.

É nosso entendimento que a Regional intensifique suas ações no que tange a cobrança por maior agilidade no fluxo processual licitatório, objetivando melhorar a harmonia entre o processo burocrático da CBTU e os prazos previstos em lei. Deve ainda a Unidade Regional manter atualizados o SISAF WEB – Sistema de Administração Financeira e o SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais, no tempo real da informação, com todos os dados relevantes dos Instrumentos Contratuais celebrados.

Cabe ressaltar a relevante dificuldade de administrar a operação da STU-MAC, enquanto a Unidade não recebe os recursos previamente aprovado e emprenhados para cumprimento das obrigações assumidas perante as empresas contratadas.

AC - Relatório 14/2016

Notadamente, foram abordados assuntos que demonstram a fragilidade dos controles internos da Administração Central, normalmente no que se refere a instrução e condução dos processos de contratação sob análise, bem como na execução dos respectivos instrumentos contratuais.

Os instrumentos de repasse de recursos da União atualmente vigentes na CBTU são restritos a três Termos de Compromisso de transferência obrigatória de verbas do PAC. Em nossos testes constatamos situações merecedoras de atenção por parte dos responsáveis na CBTU pela Gestão dos três Termos de Compromisso, devendo haver urgente adequação da documentação dos processos de prestação de contas do Termo de Compromisso 0001/2008-DT referente ao Projeto de Pernambuco e intensificação das licitações e contratações atreladas ao Termo de Compromisso 0001/2014 que abrange basicamente a execução de serviços de implantação dos sistemas de Sinalização, Telecomunicações e Ventilação do Projeto de Fortaleza. Destacamos também que o Termo de Compromisso 0001/2013 encontra-se há mais de três meses sem nenhum recurso em caixa para a execução das intervenções programadas, além de necessidade de aprimoramento do sistema de arquivo das Prestações de Contas.

Ao final dos trabalhos de campo, as situações consideradas de maior relevância e registradas neste Relatório foram comunicadas aos responsáveis diretamente envolvidos nos processos para ciência e celeridade na adoção das providências que se afigurarem cabíveis.

Cumpre-nos registrar que o Gerente Geral de Licitações da Companhia não se disponibilizou, nem indicou representante, para atender os auditores ao final do trabalho. Por esta razão, as não conformidades pertinentes à GALIC foram registradas neste Relatório sem a devida discussão com o titular da área responsável, fugindo ao procedimento padrão utilizado pela AUDIT quando do desenvolvimento de suas atividades institucionais, segundo o qual eventuais questionamentos são discutidos com a equipe de auditores antes que configurem pontos de auditoria.

GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

AC - Relatório 09/2016

Em relação aos aspectos abordados concernentes aos recursos despendidos com as rubricas 027 - Risco de Vida, 029 – Insalubridade, 031 – Periculosidade Elétrica, 0126 - Periculosidade Inflamável/explosivo e as rubricas judiciais que tratam dos citados adicionais, denota-se que vem atingindo patamares elevados, principalmente nas Superintendências Regionais de Belo Horizonte e Recife de onde os volumes de recursos gastos com os aludidos adicionais são bem significativos.

Observamos ainda, que o número de empregados expostos nas Unidades de Belo Horizonte e Recife, no período de janeiro de 2015 a maio de 2016, teve um percentual médio de aproximadamente 90% e 79%, respectivamente, do total do seu quadro efetivo, enquadrados em uma das situações.

Cabe ressaltar que a Unidade Administrativa de Recife, teve em média no período de janeiro a maio de 2016, aproximadamente 69%, do quadro de pessoal recebendo Adicional de Periculosidade por exposição à Energia Elétrica e Inflamáveis/Explosivos, já a Regional de Belo Horizonte, no mesmo período, foi da ordem de 48,69%.

Diante desse quadro, em nosso entendimento, a situação atual merece ser avaliada pelos Superintendentes Regionais das Unidades Administrativas, em especial as de Belo Horizonte e Recife, sob o enfoque da real necessidade de atuação do quantitativo existente de empregados em

áreas consideradas de risco ou expostos às condições perigosas/insalubres e dos critérios adotados para concessão, em cada Unidade Administrativa, com a preconização de medidas administrativas visando reduzir os gastos com as referidas verbas.

Paralelamente observamos incidência crescente de prestação de serviços em jornadas extraordinárias nas STUs de Belo Horizonte, Recife e Maceió cabendo o registro de que, à exceção da STU/BH, para a qual a CBTU não realizou concurso público para a admissão de novos empregados, o aumento dos quantitativos de horas de em períodos extraordinários observado nas STUs de Recife (contemplada com 70 novos empregados no último concurso público) e Maceió (contemplada com 39 novos empregados no último concurso público), contraria a expectativa de redução da necessidade de prestação de serviços além da jornada normal de trabalho dos empregados, significativamente mais onerosos e, via de regra, de baixa produtividade.

Inobservância às normas de autorização, dificuldades de leitura por deficiência na regulação do relógio de ponto, não concessão de intervalo mínimo para repouso e alimentação, entre outras impropriedades vêm permitindo o processamento e inclusão em folha de pagamento de remuneração de Horas Extras sem a devida conferência e, em alguns casos, em desacordo com a legislação vigente.

Observe-se que, por exemplo, não obstante a possibilidade legal de não concessão do intervalo mínimo para repouso e alimentação, este, se não for concedido pelo empregador, será acrescido em no mínimo, 50 % (cinquenta por cento) sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho.

Referidos procedimentos, pontuados em cada caso no presente Relatório de Auditoria Interna devem ser revistos a nível gerencial, de forma a eliminar a habitualidade e minimizar a incidência da prestação de jornada de trabalho em períodos além da jornada normal de trabalho dos empregados.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

AC - Relatório 01/2016

Durante a execução deste trabalho as situações identificadas foram tratadas junto aos responsáveis para adoção das providências que se fazem necessárias.

CONTROLE ORÇAMENTÁRIO

AC - Relatório 02/2016

Ações relevantes programadas para implementação no exercício de 2015 deixaram de ser realizadas (total ou parcialmente), por falta ou insuficiência de recursos, comprometendo também o alcance de metas e referenciais do Plano Plurianual 2012-2015, com desempenho abaixo das perspectivas e da capacidade de execução da Companhia, em especial quanto ao cumprimento do artigo 42 do Decreto 5.296/2004 de 02/12/2004, que trata da acessibilidade no transporte coletivo metro-ferroviário que fixou o prazo de 120 meses, ou seja, até dezembro/2014, para que a frota de veículos e a infraestrutura estivessem totalmente acessíveis.

A execução orçamentária no exercício de 2015 foi caracterizada por frequentes solicitações de Créditos Suplementares ao Ministério das Cidades, notadamente para satisfazer a obrigações legais de pagamento de ações cíveis e trabalhistas transitadas em julgado e depósitos recursais, cuja inadimplência vem acarretando a penhora de bens patrimoniais e da receita de bilheteria (Receita dos Transportes), além de expor dirigentes e empregados da Companhia a sanções penais.

Cabe o registro de que, ao longo dos anos, parte significativa dos recursos da LOA vem sendo disponibilizada ao final dos exercícios financeiros, acarretando saldos significativos de

empenhos a serem inseridos em Restos a Pagar – RAP para aplicação em períodos subsequentes, com consequente postergação da execução física dos projetos.

Durante a aplicação de nossos testes registramos a liquidação de empenhos provenientes de Restos a Pagar no importe de R\$ 333.337.093 milhões no decorrer do exercício de 2015.

FUNDAÇÃO REFER

Relatório 15/2016

Não obstante fortemente afetado pelo não pagamento das dívidas das Patrocinadoras (onde se inclui a CBTU com parcela significativa), a carteira de Investimentos da Fundação REFER permanecia em desacordo com os limites legais de alocação no segmento imobiliário, devendo, paralelamente as ações de equacionamento dos referidos passivos, intensificar os procedimentos de desmobilização desses ativos, devendo ainda viabilizar o alinhamento da alocação dos recursos garantidores do Plano CBTU, mais próximo possível do almejado na Política de Investimentos.

O Não equacionamento da dívida previdenciária da CBTU com a REFER expõe a CBTU a risco de descontinuidade operacional, na medida em que, decorridos mais de quinze anos do reconhecimento das obrigações sem os correspondentes pagamentos, estas vêm sendo objeto de execução judicial, com bloqueio de parte relevante da receita operacional líquida da CBTU auferida pela realização dos transportes.

Observe-se que, a respeito dos processos judiciais mais relevantes envolvendo a CBTU, destaca-se como a ação judicial de maior envergadura financeira, a proposta pela Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social-REFER em desfavor da CBTU, cujo valor atualizado até 31/10/2016, era de R\$ 2.623.261.604,61 (dois bilhões seiscentos e vinte e três milhões duzentos e sessenta e um mil, seiscentos e quatro reais e sessenta e um centavos).

Quanto ao custeio gerencial dos Planos de Benefício, é nosso entendimento que a Fundação intensifique suas ações visando adequar a taxa administrativa independente do recebimento da dívida, objetivando uma melhor harmonia entre as receitas e despesas administrativas, de acordo com os limites previstos em lei.

No que tange às ações judiciais, é possível concluir que o maior quantitativo de ações sob patrocínio da REFER que dizem respeito à CBTU, enquanto patrocinadora, está concentrado no estado de Pernambuco. Ademais, resta claro que a grande maioria dos processos judiciais da REFER versa sobre a cobrança de expurgos econômicos, nos quais a Fundação não costuma lograr êxito, uma vez que se trata de matéria já pacificada, conforme informado pelo Chefe do Jurídico da REFER.

Podemos destacar ainda a não observância ao previsto na Resolução nº 007-11/DIREX quanto à periodicidade da realização de recadastramento na Fundação, fato que pode trazer risco no sentido de serem efetivados pagamentos a beneficiários que não estejam mais aptos a receber.

Providências adotadas pela gestão da unidade

No exercício de 2016 foram emitidas 237 Recomendações, das quais, 212 já foram analisadas e qualificadas em nossos controles. Assim, considerando a efetiva implementação de 154 recomendações, apura-se aderência de 72,6% - posição em 31/12/2016, conforme demonstrado no item “F”, na sequência deste Parecer.

A Auditoria Interna no exercício de 2016 realizou acompanhamento sistemático acerca da aderência das recomendações pelas áreas diretamente responsáveis, através de Follow-ups, cujas ações saneadoras ainda existentes em 31/12/2016, vêm sendo objeto de estreito acompanhamento em todas as Unidades auditadas.

f) Informações quantitativas e qualitativas (área de negócio, unidade regional, objeto, etc.) das auditorias e/ou fiscalizações realizadas no exercício de referência do relatório de gestão;

Na execução de nossos trabalhos, na fase de planejamento, buscamos estabelecer um nível de relevância aceitável (a partir de julgamento profissional) para permitir a detecção de distorções importantes, considerando, tanto o montante (aspecto quantitativo) como a natureza (aspecto qualitativo) de possíveis distorções.

No contexto das atividades sob responsabilidade da CBTU, as rotinas internas seguidas nos processos de Licitações e Compras Diretas, Gestão de Recursos Humanos, Demonstrações Contábeis, Controle Orçamentário, Gestão Financeira e na Fundação REFER (Fundo de Pensão dos empregados da CBTU), por suas relevâncias tanto no aspecto quantitativo como no qualitativo, considerando, dentre outros fatores, o volume de transações, a materialidade das demandas financeiras e a peculiaridade dos controles exercidos, são objeto recorrente de uma ação da Auditoria Interna.

Informações detalhadas dos resultados dos trabalhos realizados nos referidos segmentos no exercício de 2016 constam do item “e” do presente Parecer.

A seguir quantificamos, por relatório emitido e Unidade Administrativa auditada, as recomendações exaradas durante o exercício p. findo, alusivas às atividades aprovadas no PAINT/2016, desenvolvidas no âmbito da CBTU e da REFER:

RELATÓRIO	UNIDADE ADMINISTRATIVA AUDITADA	RECOMENDAÇÕES		% (B/A)
		EMITIDAS (A)	IMPLEMENTADAS (B)	
01-2016	CBTU - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	-	-	-
02-2016	CBTU - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	07	07	100,0%
03-2016	CBTU – STU/NATAL	22	22	100,0%
04-2016	CBTU – STU/MACEIÓ	09	09	100,0%
05-2016	CBTU – STU/JOÃO PESSOA	31	31	100,0%
06-2016	CBTU – STU/RECIFE	17	16	94,1%
07-2016	CBTU - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	21	21	100,0%
08-2016	CBTU – STU/BELO HORIZONTE	07	07	100,0%
09-2016	CBTU - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	36	21	58,3%
10-2016	CBTU – STU/NATAL	19	11	57,9%
11-2016	CBTU – STU/RECIFE	18	-	0,0%
12-2016	CBTU – STU/BELO HORIZONTE	13	01	7,7%
13-2016	CBTU – STU/MACEIÓ	12	08	66,7%
SOMATÓRIO RELATÓRIOS RESPONDIDOS		212	154	72,6%
14-2016	CBTU - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	19	-	-
15-2016	FUNDAÇÃO REFER	06	-	-
TOTAL RELATÓRIOS EMITIDOS		237	154	64,9%

As recomendações relativas aos Relatórios de nºs 14 e 15/2016, no total de 25 (vinte e cinco), ainda não haviam sido objeto de análise e classificação em nossos controles, por estarem, na ocasião, recentemente editados pela AUDIT, respectivamente em 30/11/2016 e 30/12/2016 e, justificadamente, ainda não respondidos formalmente pelas Unidades Auditadas.

A auditoria interna realiza análise das impropriedades constantes dos Relatórios emitidos mediante três qualificações de risco (Alto, Moderado e Baixo), exercendo o acompanhamento acerca da aderência ou não das respectivas recomendações, cuja implementação pelas áreas auditadas vem propiciando a mitigação de riscos e auxiliando a Administração a atingir os objetivos da Companhia através da resolução de problemas nos controles internos.

ALEX MAIA
AUDITOR
CORECON/RJ Nº 13938

RUBENS RICARDO DA FONSECA DINIZ
CHEFE DE AUDITORIA EM EXERCÍCIO
CRA/RJ Nº 2035349

RELATÓRIO DE AUDITORIA INTERNA

Aos

Administradores e Acionistas da

Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU

1. Examinamos as demonstrações contábeis da **Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e 2015, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os exercícios findos nessas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, bem como, as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.
2. Nossa responsabilidade é de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para a obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação de riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou por erro.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. As avaliações tiveram ainda como base os Relatórios de Auditoria Interna emitidos no exercício de 2016, dentre os quais abordaram temas com reflexos das demonstrações contábeis para os exercícios findos nessas datas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

3. Nossa opinião está em consenso com o Relatório dos Auditores Independentes – LOUDON BLOMQUIST – AUDITORES INDEPENDENTES, emitido em 03 de março de 2017.

4. Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos dos registros constantes no parágrafo anterior, as demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU** em 31 de dezembro de 2016 e 2015, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os exercícios findos nessas datas.

Rio de Janeiro, 03 de março de 2017.

JEFFERSON BARROS FIGUEIREDO
AUDITOR
CONTADOR CRC/RJ-108.151/O-6

9.3 – Parecer de Colegiado



CBTU
Companhia Brasileira de Trens Urbanos

CNPJ: 42.357.483/0001-26 – NE: 3.330.008.324
Livro: REUNIÃO CONSELHO FISCAL – LIVRO Nº 16

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU, usando de suas atribuições legais e estatutárias, tendo em vista o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, as Demonstrações do Resultado do Exercício, as Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa, assim como as Notas Explicativas ao Balanço Patrimonial, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e, considerando o Relatório emitido pela LOUDON BLOMQUIST – Auditores Independentes, de 03 de março de 2017 e as ressalvas constantes nos itens 2 e 3 – base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações financeiras, além do Parecer da Auditoria Interna, emitido em 03 de março de 2017, os quais corroboramos em sua íntegra, é de opinião que os referidos documentos representam adequadamente a posição patrimonial e financeira da Companhia naquela data, encontrando-se em condições de serem submetidos à apreciação da Assembléia Geral de Acionistas.

Brasília – DF, 08 de março de 2017.

MARCIO OLIVEIRA CAVALCANTE

ELIAS JACÓ DOS SANTOS



CBTU

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO Nº005-2017, DE 08 DE MAR DE 2017.

O Conselho de Administração da COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU, em reunião realizada nesta data, usando de suas atribuições estatutárias e legais, e

Considerando a Proposição nº 001-2017/P, de 07 de março de 2017

R E S O L V E:

Manifestar-se favoravelmente à aprovação e encaminhamento do Relatório de Administração, do Balanço Patrimonial e das respectivas Demonstrações Contábeis referentes ao exercício de 2016, à Assembleia Geral dos Acionistas da Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU.

JOAQUIM FRANCISCO DE FREITAS CAVALCANTI
Presidente do Conselho

Distribuição:
Intranet

9.4 – Relatório de Instância ou Área de Correição

A manualização do poder disciplinar do empregador tem sido uma prática entre as Estatais Federais, a qual certamente colabora para a melhor organização da atividade, previsibilidade das ações e padronização dos procedimentos. Atenta a isto, a Companhia Brasileira de Trens Urbanos criou o seu Manual Disciplinar, pela Resolução do Conselho de Administração 002/15, de 24 de Fevereiro de 2015, após ter sido submetido ao Ministério das Cidades, e deu início a um trabalho de atualização e implementação de normativos necessários à organização da área disciplinar na Companhia, seu funcionamento, controle e acompanhamento de Sindicâncias e PADs da Administração Central e Superintendências Regionais de Trens Urbanos.

Ao avaliar os processos instaurados no exercício 2016, tornam-se claros os reflexos destas mudanças, conforme demonstram as tabelas e gráficos em anexo.

Levando em conta que na Superintendência Regional de Trens Urbanos de Recife, por exemplo, a falta disciplinar mais recorrente é o excessivo número de faltas injustificadas dos empregados, importa destacar que a implementação do Manual Disciplinar trouxe embasamento para instauração de Processo Administrativo Disciplinar Rito Sumário, visando apurar a inassiduidade habitual, o que deu origem ao impulsionamento das instaurações nessa Unidade; ao passo que na Superintendência Regional de Trens Urbanos de João Pessoa, o fato sob apuração mais frequente são os acidentes ferroviários, tendo havido uma diminuição na instauração dos respectivos processos disciplinares após a criação e normatização da Comissão Permanente de Ocorrência de Acidentes, que emite relatório indicando a necessidade ou não de instauração de Sindicância/Processo Administrativo Disciplinar, visando minimizar as instaurações desnecessárias de procedimento disciplinar.

Apresentamos, em anexo, o quantitativo dos processos apuratórios instaurados no exercício 2016, observando sua evolução em relação aos exercícios anteriores, com os respectivos objetos de instauração e resultados alcançados.

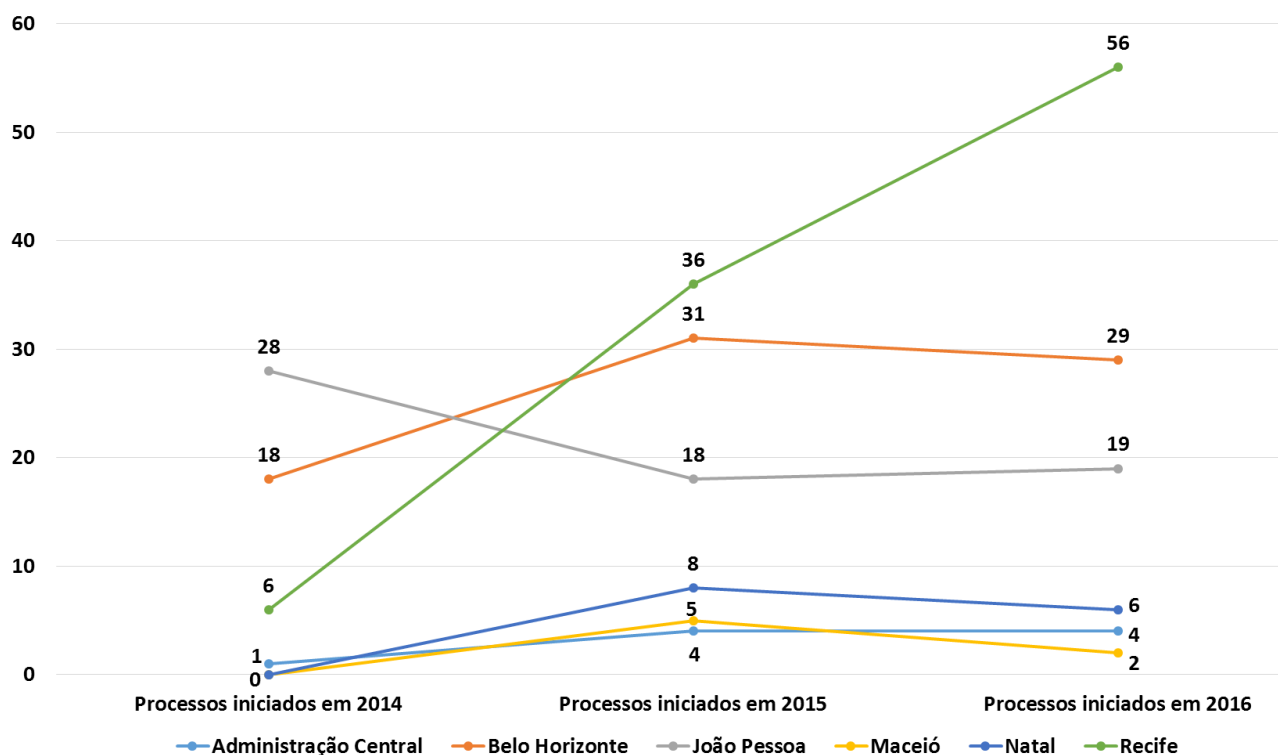
Fonte: GESTOR NACIONAL PAD



Instaurações de processos disciplinares

Unidade Administrativa	Processos iniciados em 2014	Processos iniciados em 2015	Processos iniciados em 2016
Administração Central	1	4	4
Belo Horizonte	18	31	29
João Pessoa	28	18	19
Maceió	0	5	2
Natal	0	8	6
Recife	6	36	56
CBTU	53	102	116

Evolução das instaurações de processos disciplinares - 2014 a 2016



Objetos de instauração - Processos instaurados em 2016

	Administração Central	Belo Horizonte	João Pessoa	Maceió	Natal	Recife	CBTU
Descarrilamento	0	2	1	0	2	0	5
Inassiduidade habitual	0	0	0	0	0	14	14
Acúmulo ilegal de cargos ou empregos públicos	0	4	0	0	0	4	8
Excesso de faltas não justificadas	0	1	0	0	0	7	8
Roubo, desaparecimento ou furto de bens ou de valores da Companhia	0	1	2	0	0	2	5
Agressão física ou desentendimento entre empregados ou comportamento inadequado ou promoção de conflitos ou insubordinação ou não participação em treinamentos ou recusa no exercício de atividades laborais ou conduta desrespeitosa com colegas	0	6	0	0	1	8	15
Saída do posto de trabalho ou falta sem autorização ou irregularidades com atestados médicos ou rasuras no cartão de ponto ou falta de assiduidade ou de pontualidade	0	1	2	0	0	7	10
Avaria de AMV	0	5	1	0	0	0	6
Manobra irregular ou erros na condução de trem ou não parada em estações ou não acesso a empregados autorizados à cabine ou divergências com o CCO	0	5	2	0	0	4	11
Denúncias de empregados ou de terceiros ou anônima ou cobranças de relatórios de auditoria	1	1	0	0	2	1	5
Acidente ferroviário com colisão entre trens ou entre trem e veículos particulares ou entre trem e batedor da estação ou atropelamentos	0	0	4	1	1	1	7
Descumprimento de normas de segurança que causaram acidentes ou mortes de usuários dos sistemas no desembarque nas estações ou nos trens	0	0	0	1	0	0	1
Uso indevido de veículo da CBTU com ou sem multa de trânsito	0	0	1	0	0	0	1
Erros procedimentais na condução de situações ou processos	3	3	1	0	0	3	10
Incêndio de vagão inoperante	0	0	1	0	0	0	1
Erros em gestão ou fiscalização de contratos, falta de cobertura contratual, irregularidades em licitações	0	0	1	0	0	1	2
Porte de arma de fogo sem autorização, resultando ou não em acidente	0	0	1	0	0	0	1
Acesso não autorizado a dependências de oficinas ou com potencial perigoso	0	0	2	0	0	0	2
Embriaguez habitual	0	0	0	0	0	1	1
Armazenamento de arquivos com conteúdo pornográfico	0	0	0	0	0	1	1
Liberação indevida de meliante em estação por falha na segurança	0	0	0	0	0	1	1
Falso testemunho	0	0	0	0	0	1	1
	4	29	19	2	6	56	



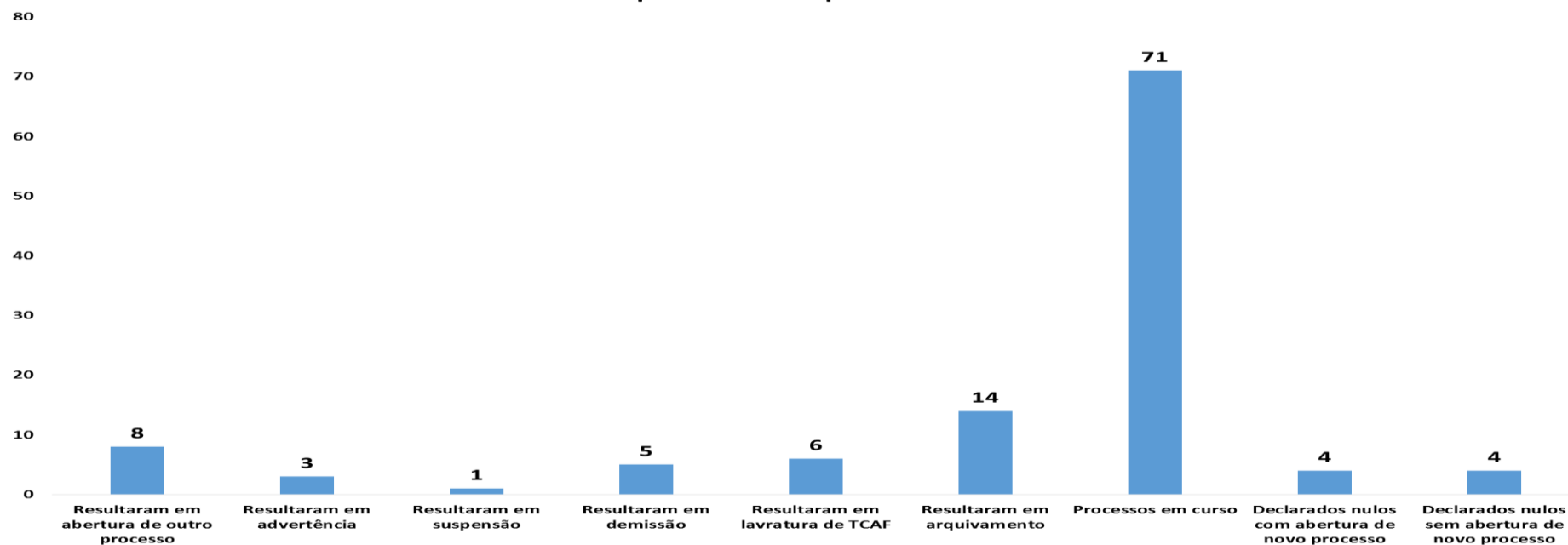
Processos Disciplinares

2016 - CBTU

Resultados

Unidade Administrativa	Resultaram em abertura de outro processo	Resultaram em advertência	Resultaram em suspensão	Resultaram em demissão	Resultaram em lavratura de TCAF	Resultaram em arquivamento	Processos em curso	Declarados nulos com abertura de novo processo	Declarados nulos sem abertura de novo
Administração Central	1	0	0	0	0	1	2	-	-
Belo Horizonte	3	0	0	1	4	0	21	-	-
João Pessoa	3	0	0	0	1	6	9	-	-
Maceió	0	0	1	0	0	0	1	-	-
Natal	0	0	0	0	0	0	6	-	-
Recife	1	3	0	4	1	7	32	4	4
CBTU	8	3	1	5	6	14	71	4	4

Resultados dos processos disciplinares iniciados em 2016



**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**Aos Administradores e Acionistas da
Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU
Rio de Janeiro – RJ**

1. Opinião com Ressalva:

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e 2015, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os exercícios findos nessas datas, bem como, as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção 2, a seguir, intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para os exercícios findos nessas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2. Base para opinião com ressalva

2.1 - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

2.2 - Conforme mencionado na Nota Explicativa 10, no exercício de 2004, a Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social – REFER ajuizou contra a CBTU, Processo de Execução de Dívida na 28ª Vara Civil da Comarca do Rio de Janeiro. Em 31 de março de 2004, foi celebrado entre a REFER e a CBTU, o Aditivo N.º 01/04 ao instrumento Particular de Direitos e Obrigações de 08 de fevereiro de 2001, e, no que se refere ao Instrumento n.º 30/2000, foi celebrado Acordo Judicial repactuando valores e datas, passando o novo acordo, a ter vencimentos mensais a partir de 31 de janeiro de 2005. Em 2007 foi constituído novo processo N.º 2007.001.120653-9, para o restante da dívida.

Desde o exercício de 2006 a CBTU não obtém crédito orçamentário para cumprir o pactuado para com a REFER.

Nos exercícios de 2008 a 2016, foram pagos R\$ 153.173 mil, através de penhora da receita dos processos nº 0009659-44.2012.4.02.5101 e 0123840-98.2007.8.19.001.

Após negociações entre as partes ficou acertado que em 2016 a penhora do processo nº 0009659-44.2012.4.02.5101 retornará a 12% da receita de janeiro a julho de 2016, passando a um valor fixo a partir de agosto de 2016.

Em 19/12/2016, foi realizada audiência de conciliação entre a CBTU, a Advocacia-Geral da União-AGU e a Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social - REFER, no âmbito do Tribunal Regional Federal da Segunda Região, e nessa oportunidade foi acordado, nos dois processos, que a CBTU realizasse depósitos que totalizassem R\$ 4 Milhões nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2017, o que vem ocorrendo. Diante desse cenário, em 11 de janeiro de 2017 o juízo monocrático da 22ª Vara Federal da Seção Judiciária do RJ despachou determinando que o cartório anotasse no sistema processual a suspensão do andamento do feito até 20 de abril de 2017 e o TRF 2 expediu certidão, em 23 de janeiro de 2017, suspendendo igualmente o feito

Em 31 de dezembro de 2016, o total da dívida para com a REFER montava a R\$ 2.680.668 mil, registrada no Passivo Circulante.

Até a emissão de nosso parecer, a auditoria das demonstrações financeiras da REFER, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, não haviam sido concluídas.

- 2.2 – Ainda integra o Ativo Imobilizado, no grupo de "Imobilizações em Andamento" e correspondente Patrimônio Líquido da Companhia, o montante R\$ 1.206.192 mil, remanescente de saldos das obras de ampliação dos sistemas de trens metropolitanos de São Paulo e Rio de Janeiro, que foram objetos de cisão parcial, em exercícios anteriores, em observância a Lei Nº 8693/93, cujos Ativos já estão de posse das Companhias incorporadoras.

3. Ênfase – Patrimônio Líquido Negativo

Conforme comentado na Nota 15 a Companhia em 31 de dezembro de 2016 apresenta Patrimônio Líquido Negativo de R\$ 386.861 mil, decorrente principalmente de encargos da dívida com a REFER e ajuste de provisões para contingências. Também, ainda não foram capitalizados os recursos da União para futuro aumento de capital, repassados nos anos de 2013 a 2015, no montante de R\$ 745.724 mil, registrados no Passivo Circulante, que tornaria o Patrimônio Líquido positivo em R\$ 358.864 mil.

4. Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

5. Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorções relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação de continuidade da Entidade, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

6. Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não a garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nos referidos demonstrativos contábeis.

Como parte de uma auditoria de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes da Entidade, para planejarmos os procedimentos apropriados de auditoria nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia desses controles.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e das respectivas divulgações feitas pela administração.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

7. Outros assuntos

Conforme descrito na Nota Explicativa 2, a Companhia não realizou o Impairment dos seus ativos, considerando que avaliações preliminares e comparativas com empresas do mesmo ramo de atividade, indicavam que os ativos da CBTU estavam subavaliados, o que demandaria processo de reavaliação de ativos. Considerando que o CPC, através do ICPC- 10, tornou facultativa a reavaliação de ativos neste caso, e que a empresa não vislumbrou oportunidades que justificassem o investimento, optou pela não reavaliação dos ativos e também, pela manutenção das atuais taxas de depreciação por considerá-las adequadas.

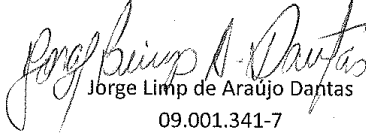
LOUDON BLOMQUIST
AUDITORES INDEPENDENTES
CRC-RJ-000064/F-8

Rio de Janeiro,
03 de Março de 2017

Jorge Luiz Ferreira Moraes
Contador
CRC-RJ- 043.479/O-2

9.6 – Declarações de Integridade

9.6.1 – Declaração de Integridade e Completude dos Registros no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões

<p style="text-align: center;">DECLARAÇÃO</p> <p>Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todos os atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria, reforma e pensão, relativos ao pessoal da COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU, estão devidamente registrados no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões – Sisac para fins de registro junto ao Tribunal de Contas da União, conforme determina o inciso III do art. 71 da Constituição Federal e art. 2 da Instrução Normativa TCU 55/2007.</p> <p style="text-align: center;">Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2016</p> <p style="text-align: center;"> Jorge Limp de Araújo Dantas 09.001.341-7</p> <p style="text-align: center;">Gerente Técnico – Administração de Recursos Humanos Diretoria de Administração e Finanças</p>
--

Fonte: GAREH/DA

9.6.2 – Declaração de Cumprimento das Disposições da Lei 8.730/1993 quanto à Entrega das Declarações de Bens e Rendas

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todos os servidores da **COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU** obrigados pela Lei 8.730/1993 disponibilizaram suas declarações de bens e rendas junto a esta **GERÊNCIA TÉCNICA DE RECURSOS HUMANOS** para fins de avaliação da evolução patrimonial e outras providências cabíveis a cargo dos órgãos de controle.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2016


Jorge Limp de Araújo Dantas
09.001.341-7

Gerente Técnico – Administração Recursos Humanos
Diretoria de Administração e Finanças

Fonte: GEARH/GAREH/DA